



Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina

Edição N° 613

Quinta-feira - 11 de Novembro de 2010

Florianópolis/SC

Sumário

Municípios

Água Doce.....	1
Antônio Carlos	2
Biguaçu	3
Braço do Trombudo	4
Caçador.....	4
Campo Alegre	11
Canoinhas.....	21
Capinzal	32
Catanduvas.....	35
Chapadão do Lageado	40
Concórdia	43
Cordilheira Alta	46
Coronel Martins.....	46
Curitibanos	47
Fraiburgo.....	49
Garopaba.....	50
Garuva	51
Gaspar	51
Guaramirim.....	52
Imbituba	52
Irineópolis	57
Itapoá	57
Joaçaba.....	59
Luzerna	61
Massaranduba.....	65
Meleiro	65
Monte Carlo	65
Nova Trento	66
Paial.....	67
Pinheiro Preto	72
Porto Belo.....	73
Porto União.....	74
Rio do Sul.....	106
São Lourenço do Oeste.....	156
São Pedro de Alcântara.....	164
Schroeder	164
Siderópolis.....	207
Turvo	216
Videira.....	217

Consórcios Públicos

CIDEMA.....	221
-------------	-----

Água Doce

PREFEITURA MUNICIPAL

Extrato do Edital de Concurso Público N°. 001/2010

Estado de Santa Catarina

Prefeitura Municipal de Água Doce

CONCURSO PÚBLICO N.º 001/2010

A Prefeitura Municipal de Água Doce torna público para conhecimento dos interessados, que estão abertas as inscrições ao Concurso Público N.º 001/2010, destinado ao preenchimento de vagas nos níveis iniciais das categorias funcionais do Quadro de Pessoal e do Magistério do Município de Água Doce, nos seguintes Cargos: Agente de Construção e Manutenção, Agente Operacional, Auxiliar de Defesa Civil, Mecânico, Médico Clínico Geral, Médico Ginecologista e Obstetra, Médico Pediatra, Operador de Máquinas, Professor 1ª a 5ª série, Professor 6ª a 9ª série - Ciências, Professor 6ª a 9ª série - Geografia, Professor 6ª a 9ª série - História, Professor 6ª a 9ª série - Matemática, Professor Educação Física, Professor Educação Infantil e Técnico em Enfermagem. Inscrições: As inscrições serão efetuadas na Prefeitura Municipal de Água Doce, sito à Praça João Macagnan, 322, Centro, Município de Água Doce, Estado de Santa Catarina, no horário das 08h30min às 11h30min e das 13h30min às 17h30min, no período de 11 de novembro a 10 de dezembro de 2010. Provas: As provas escritas e práticas serão realizadas no dia 16 de janeiro de 2011. A íntegra do Edital poderá ser obtida na Prefeitura Municipal de Água Doce, sito à Praça João Macagnan, 322, Centro, Município de Água Doce, Estado de Santa Catarina ou no site www.aguadoce.sc.gov.br. Maiores informações pelo telefone, (49) 3524.0000.

Água Doce (SC), 11 de novembro de 2010.

NELCI FÁTIMA TRENTA BORTOLINI

Prefeita Municipal

Extrato do Edital de Teste Seletivo N°. 001/2010

Estado de Santa Catarina

Prefeitura Municipal de Água Doce

PROCESSO SELETIVO N.º 001/2010

A Prefeitura Municipal de Água Doce torna público para conhecimento dos interessados, que estão abertas as inscrições ao Processo Seletivo N.º 001/2010, destinado ao preenchimento de vagas de Admissão em Caráter Temporário do Magistério do Município de Água Doce, nos seguintes Cargos: Professor 1ª a 5ª série, Professor 6ª a 9ª série - Artes, Professor 6ª a 9ª série - Ciências, Professor 6ª a 9ª série - Ensino Religioso, Professor 6ª a 9ª série - Geografia, Professor 6ª a 9ª série - História, Professor 6ª a 9ª série - Matemática, Professor 6ª a 9ª série - Português / Inglês, Professor de Educação de Adultos, Professor Educação Física,

CIGA - Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal

Antoninho Tibúrcio Gonçalves - Presidente • Edinando Brustolin - Diretor Executivo

Emerson Souto - Gerente de Tecnologias da Informação • Dantes Guilherme - Diagramador • Tales Tombini - Diagramador

Praça XV de novembro, 270 - Centro - 88010-400 - Florianópolis / Santa Catarina - Fone/Fax (48) 3221 8800

diagramador@diariomunicipal.sc.gov.br

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Professor Educação Física - Oficina de Dança, Professor Educação Física - Oficina de Judô, Professor Educação Física - Oficina de Xadrez e Professor Educação Infantil. Inscrições: As inscrições serão efetuadas na Prefeitura Municipal de Água Doce, sito à Praça João Macagnan, 322, Centro, Município de Água Doce, Estado de Santa Catarina, no horário das 08h30min às 11h30min e das 13h30min às 17h30min, no período de 11 de novembro a 10 de dezembro de 2010. Provas: As provas escritas serão realizadas no dia 16 de janeiro de 2011. A íntegra do Edital poderá ser obtida na Prefeitura Municipal de Água Doce, sito à Praça João Macagnan, 322, Centro, Município de Água Doce, Estado de Santa Catarina ou no site www.aguadoce.sc.gov.br. Maiores informações pelo telefone, (49) 3524.0000.

Água Doce (SC), 11 de novembro de 2010.
NELCI FÁTIMA TRENTA BORTOLINI
Prefeita Municipal

Extrato do Edital de Teste Seletivo Nº. 002/2010

Estado de Santa Catarina
Prefeitura Municipal de Água Doce

PROCESSO SELETIVO N.º 002/2010

A Prefeitura Municipal de Água Doce torna público para conhecimento dos interessados, que estão abertas as inscrições ao Processo Seletivo N.º 002/2010, destinado ao preenchimento de vagas de Emprego Público para atendimento do Programa de Agentes Comunitários de Saúde - PACS do Município de Água Doce, no seguinte Cargo: Agente Comunitário de Saúde. Inscrições: As inscrições serão efetuadas na Prefeitura Municipal de Água Doce, sito à Praça João Macagnan, 322, Centro, Município de Água Doce, Estado de Santa Catarina, no horário das 08h30min às 11h30min e das 13h30min às 17h30min, no período de 11 de novembro a 10 de dezembro de 2010. Provas: As provas escritas serão realizadas no dia 16 de janeiro de 2011. A íntegra do Edital poderá ser obtida na Prefeitura Municipal de Água Doce, sito à Praça João Macagnan, 322, Centro, Município de Água Doce, Estado de Santa Catarina ou no site www.aguadoce.sc.gov.br. Maiores informações pelo telefone, (49) 3524.0000.

Água Doce (SC), 11 de novembro de 2010.
NELCI FÁTIMA TRENTA BORTOLINI
Prefeita Municipal

Antônio Carlos

PREFEITURA MUNICIPAL

Decreto Nº. 141/2010

DECRETO Nº. 141/2010 de 09 de Novembro de 2010
Abre Crédito Adicional Suplementar - Excesso de Arrecadação no Orçamento Programa de 2010.

GERALDO PAULI, Prefeito Municipal de Antônio Carlos, no uso de suas atribuições e de conformidade com a Lei nº. 1.246 de 08 de Dezembro de 2009.

DECRETA:

Artigo 1º - Fica aberto no corrente exercício Crédito no valor de R\$ 5.000,00 para as seguintes dotações orçamentárias:

04 - SECRETARIA DE EDUCACAO E CULTURA
04.01 - SECRETARIA DE EDUCACAO E CULTURA
04.01.12.365.0002.2.014-3.1.91.00.00.00.00.00 - Despesa

Intra-Orçamentária - R\$ 5.000,00

Artigo 2º - Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior, serão utilizados recursos provenientes da anulação parcial e/ou total das seguintes dotações orçamentárias:

Subtrair excesso de arrecadação R\$ 5.000,00

Artigo 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Antônio Carlos, em 09 de Novembro de 2010.
GERALDO PAULI
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto na Secretaria da Prefeitura Municipal de Antônio Carlos, em 09 de novembro de 2010.

MAURO CEZAR DA SILVEIRA
Secretário de Administração e Finanças

Portaria Nº 402/2010

PORTARIA Nº 402/2010
Dispensa ACT.

GERALDO PAULI - Prefeito Municipal de Antônio Carlos, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Artigo 1º - Dispensar, a pedido, JULIA ALBINO SARDÁ, do Cargo temporario de PROFESSOR EDUCAÇÃO FISICA I - 20H, a partir de 09 de Novembro de 2011.

Artigo 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Antônio Carlos, em 09 de Novembro de 2010.
GERALDO PAULI
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria, na Secretaria Municipal, em 09 de Novembro de 2010.

MAURO CEZAR DA SILVEIRA
Secretário de Administração e Finanças

Portaria Nº 403/2010

PORTARIA Nº 403/2010
Concede Férias a servidor.

GERALDO PAULI - Prefeito Municipal de Antônio Carlos, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Artigo 1º - Conceder, a pedido, FERIAS, por 30 dias, ao servidor efetivo, PAULO OLEGARIO SCHMITZ, ocupante do Cargo de OPERADOR DE MAQUINA, a partir de 10 de Novembro de 2011.

Artigo 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.
Artigo 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Antônio Carlos, em 10 de Novembro de 2010.
GERALDO PAULI
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria, na Secretaria Municipal, em 10 de Novembro de 2010.

MAURO CEZAR DA SILVEIRA
Secretário de Administração e Finanças

Biguaçu

PREFEITURA MUNICIPAL

Portaria SAUMU

PORTARIA SMS nº 001 de 09 de novembro de 2010.

Dispõe sobre o Serviço de Atendimento
Móvel de Urgência - SAMU

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SAÚDE, no uso de suas atribuições que lhe conferem o art. 116, I e V, da Lei Orgânica do Município de Biguaçu, Estado de Santa Catarina, e

CONSIDERANDO a Portaria GM/MS nº 2048, de 5 de novembro de 2002 e nº 1863 de 29 de setembro de 2003 (GM/MS);

CONSIDERANDO que o término do contrato de trabalho de alguns servidores Socorrista-Motorista e Técnicos de Enfermagem dar-se-á em 15 de dezembro do ano corrente, o que gerará, conseqüentemente, a substituição destes por profissionais aprovados no processo seletivo de 2010, Edital 01/2010;

CONSIDERANDO que os profissionais que venham atuar nos Serviços de Atendimento Pré-Hospitalar Móvel (oriundos e não oriundos da área da saúde) devam ser habilitados pelos Núcleos de Educação em Urgências, na forma do item 1, Capítulo IV da Portaria GM/MS nº 2048, de 5 de novembro de 2002;

CONSIDERANDO os requisitos gerais previstos no item 1.2.3, Capítulo IV da Portaria GM/MS nº 2048, de 5 de novembro de 2002, dentre os quais destacam-se: disposição pessoal para a atividade; equilíbrio emocional e autocontrole; disposição para cumprir ações orientadas; habilitação profissional como motorista de veículos de transporte de pacientes, de acordo com a legislação em vigor (Código Nacional de Trânsito); capacidade de trabalhar em equipe; disponibilidade para a capacitação discriminada no Capítulo VII, bem como para a recertificação periódica;

CONSIDERANDO as competências e atribuições previstas no item 1.2.3, Capítulo IV da Portaria GM/MS nº 2048, de 5 de novembro de 2002, dentre os quais destacam-se: conduzir veículo terrestre de urgência destinado ao atendimento e transporte de pacientes; conhecer integralmente o veículo e realizar manutenção básica do mesmo; estabelecer contato radiofônico (ou telefônico) com a central de regulação médica a seguir suas orientações; conhecer a malha viária local; conhecer a localização de todos os estabelecimentos de saúde integrados ao sistema assistencial local, auxiliar de saúde nos gestos básicos de suporte à vida; auxiliar a equipe nas imobilizações e transportes de vítimas; realizar medidas de reanimação cardiorespiratória básica; identificar todos os tipos de materiais existentes nos veículos de socorro e sua utilidade, a fim de auxiliar a equipe de saúde;

CONSIDERANDO a necessidade de estabelecimento de currículos mínimos de capacitação e habilitação para o atendimento às urgências, RESOLVE:

Art. 1º Fica criado o Núcleo de Educação em Urgências da Secretaria de Saúde do Município de Biguaçu.

Art. 2º - O Núcleo de Educação em Urgências de Biguaçu (NEUB) tem por finalidade atuar como espaço de saber interinstitucional de formação, capacitação, habilitação e educação permanente de recursos humanos para as urgências, sob a administração de um conselho diretivo, coordenado por um gestor público do SUS, tendo como integrantes representantes dos Distritos de Saúde e outros setores que prestam socorro à população, de caráter público ou privado, na abrangência do município de Biguaçu.

Art. 3º - Compete ao Núcleo de Educação em Urgências de Biguaçu - NEUB:

I - Atuar no controle da execução do Plano Municipal de Atenção às Urgências, no âmbito das estratégias que visam a educação continuada na área de urgências, nos setores público e privado;

II - Participar da construção dos modelos de atenção à saúde da população nos casos de urgência e da sua gestão juntamente do Sistema Único de Saúde;

III - Incentivar a participação permanente dos usuários dos serviços de urgência nos modelos de atenção às urgências incentivando e co-responsabilizando o cidadão na boa qualidade do atendimento;

IV - Garantir a massiva divulgação, a todos os setores da sociedade, de informações relativas ao perfil assistencial dos diversos equipamentos de urgência e emergência e a forma mais adequada de sua utilização e acionamento;

V - Propor prioridades, métodos e estratégias para a formação e educação permanente dos trabalhadores que prestam assistência na área de Urgência e Emergência;

VI - Ampliar os espaços de divulgação de ações de promoção e prevenção aos agravos agudos à saúde realizando palestras, seminários, simulados de emergência e catástrofes, estimulando a ampla participação da sociedade;

VII - Criar, coordenar e supervisionar Comissões Intersetoriais e outras que julgar necessárias, inclusive Grupos de Trabalho, para diversas áreas de atuação dos equipamentos de Urgência e Emergência;

VIII - Garantir a implementação de um protocolo único para o trabalho conjunto das diversos equipamentos de urgência, otimizando recursos, repactuando fluxos e fortalecendo a regulação médica do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência - SAMU-192;

IX - Garantir a implementação de um protocolo único para a cobertura de grandes eventos e acionamento para catástrofes;

X - Garantir a implementação de um protocolo único para o acolhimento de todos os pacientes com agravos agudos à saúde, nas diversas portas de urgência, segundo critérios de risco;

XI - Estimular a criação de espaços, nos diversos equipamentos de urgência, para acompanhamento de indicadores de atenção dos casos atendidos, efetivando o papel destas unidades enquanto observatório de todo o sistema;

XII - Acompanhar o processo de desenvolvimento e incorporação científica e tecnológica na área de atenção às urgências, visando à observação de padrões éticos compatíveis com o desenvolvimento sociocultural do país;

XIII - Divulgar suas ações através dos diversos mecanismos de comunicação social;

XIV - Manifestar-se sobre todos os assuntos de sua competência.

Art. 4º Fica instituída a equipe multiprofissional de trabalho do NEUB, que será dirigida pelo Coordenador do SAMU - Sr. Orlando de Andrade, ficando a seu encargo a composição dos demais membros.

Art. 5º Os profissionais que substituirão os atuais, deverão apresentar-se ao NEUB, submetendo-se de forma voluntária e gratuita à capacitação, habilitação e educação, e sujeitando-se a avaliação dos profissionais que o compõe, como pré-requisito para sua contratação, tudo na forma da Portaria GM/MS nº 2048, de 5 de novembro de 2002 e nº 1863 de 29 de setembro de 2003 (GM/MS).

Art. 6º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Biguaçu, SC, 09 de novembro de 2010

LEANDRO ADRIANO DE BARROS
Secretário de Saúde

Publicação de PE 042FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE BIGUAÇU
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DIVISÃO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 42/2010 - FMS

O Senhor Secretário de Saúde, Leandro Adriano de Barros (Decreto 101 de 24 de julho de 2009), informa que, perante a Comissão de Pregão do Município de Biguaçu - Santa Catarina, situada na Praça Nereu Ramos, nº 90, Biguaçu, encontra-se aberta licitação na modalidade pregão eletrônico, com a finalidade de selecionar propostas objetivando aquisição de materiais de enfermagem e medicamentos para as Unidades de Saúde de Biguaçu. Recurso Federal., cujas especificações detalhadas encontram-se no Anexo I que acompanha o Edital.

Rege a presente licitação, a Lei Federal 10.520/2002, a Lei Federal nº 8.666/93, observadas as alterações posteriores, o Decreto Municipal nº 134/2005, Resolução FNDE/CD nº 38 de 16/07/2009 e demais legislações aplicáveis.

Serão observados os seguintes horários e datas para os procedimentos que seguem:

Recebimento das Propostas: das 08:00h do dia 11/11/2010/2010, às 16:00h do dia 25/11/2010

Início da Sessão de Disputa de Preços: às 16:00h do dia 25/11/2010, no endereço eletrônico www.cidadecompras.com.br, horário de Brasília - DF.

Poderão participar da licitação pessoas jurídicas que atuam no ramo pertinente ao objeto licitado, observadas as condições constantes do edital.

O Edital completo poderá ser obtido pelos interessados no endereço eletrônico do provedor do pregão eletrônico - CidadeCompras - www.cidadecompras.com.br.

As dúvidas pertinentes a presente licitação poderão ser esclarecidas da seguinte maneira:

- a) Telefone: (48) 3279-8000 (ramais 8010-8020 e 8035)
- b) E-mail: licitacao@bigua.sc.gov.br
- c) Endereço: Praça Nereu Ramos, nº 90, Setor de Licitação, Biguaçu - SC.

Biguaçu, SC, 05 de Novembro de 2010.
RAMON WOLLINGER
Prefeito Municipal EM EXERCÍCIO

Por delegação - Leandro Adriano de Barros
Secretário de Saúde

Braço do Trombudo

PREFEITURA MUNICIPAL

Decreto 049/2010

Decreto nº 049/2010
Constitui e Nomeia os Membros da Comissão de Processo Seletivo 003/2010.

O Prefeito Municipal de Braço do Trombudo, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais, e demais Legislações Vigentes:

DECRETA:

Art. 1º - Fica constituída a Comissão de Processo Seletivo 003/2010, integrada pelos Srs. Silvânia Rohling Goede, Simone Nagel, Mariza Salete Meurer, Scheila Andréa Klug e Mônica Dalila Sell Dalmarco, sob a Presidência da primeira, para supervisionar a execução do processo seletivo destinado a cobrir férias dos profissionais efetivos que atuam na educação infantil.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade á publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 3º da Lei 0597/2008 de 09.07.2008.

Braço do Trombudo em 08 de novembro de 2010.

VILBERTO MULLER SCHOVINDER

Prefeito Municipal

Caçador

PREFEITURA MUNICIPAL

Lei Complementar Nº 181

LEI COMPLEMENTAR Nº 181, de 08 de novembro de 2010.

Altera a Lista Complementar de Serviços, constante do Anexo I da Lei Complementar nº 141, de 18 de março de 2009, que alterou a Lei Municipal nº 54, de 15 de dezembro de 1983, que instituiu o Código Tributário do Município de Caçador, e dá outras providências.

O Prefeito Municipal DE CAÇADOR, faço saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte,

L E I :

Art. 1º Fica alterada a Lista Complementar de Serviços, constante do Anexo I da Lei Complementar nº 141, de 18 de março de 2009, que alterou a Lei Municipal nº 54, de 15 de dezembro de 1983, que instituiu o Código Tributário do Município de Caçador, e dá outras providências, alterada pela Lei nº 2.008, de 22 de dezembro de 2003, passando a vigorar com a redação da Lista anexa a presente Lei Complementar.

Art. 2º Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 08 de novembro de 2010.

SAULO SPEROTTO

Prefeito Municipal.

Lista Complementar de Serviços do Anexo I.

- 1 - Serviços de informática e congêneres.
 - 1.01 - Análise e desenvolvimento de sistemas.
 - 1.02 - Programação.
 - 1.03 - Processamento de dados e congêneres.
 - 1.04 - Elaboração de programas de computadores, inclusive de jogos eletrônicos.
 - 1.05 - Licenciamento ou cessão de direito de uso de programas de computação.
 - 1.06 - Assessoria e consultoria em informática.
 - 1.07 - Suporte técnico em informática, inclusive instalação, configuração e manutenção de programas de computação e bancos de dados.

1.08 - Planejamento, confecção, manutenção e atualização de páginas eletrônicas.
2 - Serviços de pesquisas e desenvolvimento de qualquer natureza.
2.01 - Serviços de pesquisas e desenvolvimento de qualquer natureza.
3 - Serviços prestados mediante locação, cessão de direito de uso e congêneres.
3.01 - (VETADO) - Lei Complementar Federal nº 116, de 31 de julho de 2003.
3.02 - Cessão de direito de uso de marcas e de sinais de propaganda.
3.03 - Exploração de salões de festas, centro de convenções, escritórios virtuais, stands, quadras esportivas, estádios, ginásios, auditórios, casas de espetáculos, parques de diversões, canchas e congêneres, para realização de eventos ou negócios de qualquer natureza.
3.04 - Locação, sublocação, arrendamento, direito de passagem ou permissão de uso, compartilhado ou não, de ferrovia, rodovia, postes, cabos, dutos e condutos de qualquer natureza.
3.05 - Cessão de andaimes, palcos, coberturas e outras estruturas de uso temporário.
4 - Serviços de saúde, assistência médica e congêneres.
4.01 - Medicina e biomedicina.
4.02 - Análises clínicas, patologia, eletricidade médica, radioterapia, quimioterapia, ultra-sonografia, ressonância magnética, radiologia, tomografia e congêneres.
4.03 - Hospitais, clínicas, laboratórios, sanatórios, manicômios, casas de saúde, prontos-socorros, ambulatórios e congêneres.
4.04 - Instrumentação cirúrgica.
4.05 - Acupuntura.
4.06 - Enfermagem, inclusive serviços auxiliares.
4.07 - Serviços farmacêuticos.
4.08 - Terapia ocupacional, fisioterapia e fonoaudiologia.
4.09 - Terapias de qualquer espécie destinadas ao tratamento físico, orgânico e mental.
4.10 - Nutrição.
4.11 - Obstetrícia.
4.12 - Odontologia.
4.13 - Ortopédia.
4.14 - Próteses sob encomenda.
4.15 - Psicanálise.
4.16 - Psicologia.
4.17 - Casas de repouso e de recuperação, creches, asilos e congêneres.
4.18 - Inseminação artificial, fertilização in vitro e congêneres.
4.19 - Bancos de sangue, leite, pele, olhos, óvulos, sêmen e congêneres.
4.20 - Coleta de sangue, leite, tecidos, sêmen, órgãos e materiais biológicos de qualquer espécie.
4.21 - Unidade de atendimento, assistência ou tratamento móvel e congêneres.
4.22 - Planos de medicina de grupo ou individual e convênios para prestação de assistência médica, hospitalar, odontológica e congêneres.
4.23 - Outros planos de saúde que se cumpram através de serviços de terceiros contratados, credenciados, cooperados ou apenas pagos pelo operador do plano mediante indicação do beneficiário.
5 - Serviços de medicina e assistência veterinária e congêneres.
5.01 - Medicina veterinária e zootecnia.
5.02 - Hospitais, clínicas, ambulatórios, prontos-socorros e congêneres, na área veterinária.
5.03 - Laboratórios de análise na área veterinária.
5.04 - Inseminação artificial, fertilização in vitro e congêneres.
5.05 - Bancos de sangue e de órgãos e congêneres.
5.06 - Coleta de sangue, leite, tecidos, sêmen, órgãos e materiais biológicos de qualquer espécie.
5.07 - Unidade de atendimento, assistência ou tratamento móvel e congêneres.

5.08 - Guarda, tratamento, amestramento, embelezamento, alojamento e congêneres.
5.09 - Planos de atendimento e assistência médico-veterinária.
6 - Serviços de cuidados pessoais, estética, atividades físicas e congêneres.
6.01 - Barbearia, cabeleireiros, manicuros, pedicuros e congêneres.
6.02 - Esteticistas, tratamento de pele, depilação e congêneres.
6.03 - Banhos, duchas, sauna, massagens e congêneres.
6.04 - Ginástica, dança, esportes, natação, artes marciais e demais atividades físicas.
6.05 - Centros de emagrecimento, spa e congêneres.
7 - Serviços relativos a engenharia, arquitetura, geologia, urbanismo, construção civil, manutenção, limpeza, meio ambiente, saneamento e congêneres.
7.01 - Engenharia, agronomia, agrimensura, arquitetura, geologia, urbanismo, paisagismo e congêneres.
7.02 - Execução, por administração, empreitada ou subempreitada, de obras de construção civil, hidráulica ou elétrica e de outras obras semelhantes, inclusive sondagem, perfuração de poços, escavação, drenagem e irrigação, terraplanagem, pavimentação, concretagem e a instalação e montagem de produtos, peças e equipamentos (exceto o fornecimento de mercadorias produzidas pelo prestador de serviços fora do local da prestação dos serviços, que fica sujeito ao ICMS).
7.03 - Elaboração de planos diretores, estudos de viabilidade, estudos organizacionais e outros, relacionados com obras e serviços de engenharia; elaboração de anteprojetos, projetos básicos e projetos executivos para trabalhos de engenharia.
7.04 - Demolição.
7.05 - Reparação, conservação e reforma de edifícios, estradas, pontes, portos e congêneres (exceto o fornecimento de mercadorias produzidas pelo prestador dos serviços, fora do local da prestação dos serviços, que fica sujeito ao ICMS).
7.06 - Colocação e instalação de tapetes, carpetes, assoalhos, cortinas, revestimentos de parede, vidros, divisórias, placas de gesso e congêneres, com material fornecido pelo tomador do serviço.
7.07 - Recuperação, raspagem, polimento e lustração de pisos e congêneres.
7.08 - Calafetação.
7.09 - Varrição, coleta, remoção, incineração, tratamento, reciclagem, separação e destinação final de lixo, rejeitos e outros resíduos quaisquer.
7.10 - Limpeza, manutenção e conservação de vias e logradouros públicos, imóveis, chaminés, piscinas, parques, jardins e congêneres.
7.11 - Decoração e jardinagem, inclusive corte e poda de árvores.
7.12 - Controle e tratamento de efluentes de qualquer natureza e de agentes físicos, químicos e biológicos.
7.13 - Dedetização, desinfecção, desinsetização, imunização, higienização, desratização, pulverização e congêneres.
7.14 - (VETADO) - Lei Complementar Federal nº 116, de 31 de julho de 2003.
7.15 - (VETADO) - Lei Complementar Federal nº 116, de 31 de julho de 2003.
7.16 - Florestamento, reflorestamento, semeadura, adubação e congêneres.
7.17 - Escoramento, contenção de encostas e serviços congêneres.
7.18 - Limpeza e dragagem de rios, portos, canais, baías, lagos, lagoas, represas, açudes e congêneres.
7.19 - Acompanhamento e fiscalização da execução de obras de engenharia, arquitetura e urbanismo.
7.20 - Aerofotogrametria (inclusive interpretação), cartografia, mapeamento, levantamentos topográficos, batimétricos, geográficos, geodésicos, geológicos, geofísicos e congêneres.
7.21 - Pesquisa, perfuração, cimentação, mergulho, perfilagem, concretagem, testemunhagem, pescaria, estimulação e outros serviços relacionados com a exploração e exploração de petróleo, gás natural e de outros recursos minerais.

7.22 - Nucleação e bombardeamento de nuvens e congêneres.
 8 - Serviços de educação, ensino, orientação pedagógica e educacional, instrução, treinamento e avaliação pessoal de qualquer grau ou natureza.
 8.01 - Ensino regular pré-escolar, fundamental, médio e superior.
 8.02 - Instrução, treinamento, orientação pedagógica e educacional, avaliação de conhecimentos de qualquer natureza.
 9 - Serviços relativos a hospedagem, turismo, viagens e congêneres.
 9.01 - Hospedagem de qualquer natureza em hotéis, apart-service condominiais, flat, apart-hotéis, hotéis residência, residence-service, suíte service, hotelaria marítima, motéis, pensões e congêneres; ocupação por temporada com fornecimento de serviço (o valor da alimentação e gorjeta, quando incluído no preço da diária, fica sujeito ao Imposto Sobre Serviços).
 9.02 - Agenciamento, organização, promoção, intermediação e execução de programas de turismo, passeios, viagens, excursões, hospedagens e congêneres.
 9.03 - Guias de turismo.
 10 - Serviços de intermediação e congêneres.
 10.01 - Agenciamento, corretagem ou intermediação de câmbio, de seguros, de cartões de crédito, de planos de saúde e de planos de previdência privada.
 10.02 - Agenciamento, corretagem ou intermediação de títulos em geral, valores mobiliários e contratos quaisquer.
 10.03 - Agenciamento, corretagem ou intermediação de direitos de propriedade industrial, artística ou literária.
 10.04 - Agenciamento, corretagem ou intermediação de contratos de arrendamento mercantil (leasing), de franquia (franchising) e de faturização (factoring).
 10.05 - Agenciamento, corretagem ou intermediação de bens móveis ou imóveis, não abrangidos em outros itens ou subitens, inclusive aqueles realizados no âmbito de Bolsas de Mercadorias e Futuros, por quaisquer meios.
 10.06 - Agenciamento marítimo.
 10.07 - Agenciamento de notícias.
 10.08 - Agenciamento de publicidade e propaganda, inclusive o agenciamento de veiculação por quaisquer meios.
 10.09 - Representação de qualquer natureza, inclusive comercial.
 10.10 - Distribuição de bens de terceiros.
 11 - Serviços de guarda, estacionamento, armazenamento, vigilância e congêneres.
 11.01 - Guarda e estacionamento de veículos terrestres automotores, de aeronaves e de embarcações.
 11.02 - Vigilância, segurança ou monitoramento de bens e pessoas.
 11.03 - Escolta, inclusive de veículos e cargas.
 11.04 - Armazenamento, depósito, carga, descarga, arrumação e guarda de bens de qualquer espécie.
 12 - Serviços de diversões, lazer, entretenimento e congêneres.
 12.01 - Espetáculos teatrais.
 12.02 - Exibições cinematográficas.
 12.03 - Espetáculos circenses.
 12.04 - Programas de auditório.
 12.05 - Parques de diversões, centros de lazer e congêneres.
 12.06 - Boates, taxi-dancing e congêneres.
 12.07 - Shows, ballet, danças, desfiles, bailes, óperas, concertos, recitais, festivais e congêneres.
 12.08 - Feiras, exposições, congressos e congêneres.
 12.09 - Bilhares, boliches e diversões eletrônicas ou não.
 12.10 - Corridas e competições de animais.
 12.11 - Competições esportivas ou de destreza física ou intelectual, com ou sem a participação do espectador.
 12.12 - Execução de música.
 12.13 - Produção, mediante ou sem encomenda prévia, de eventos, espetáculos, entrevistas, shows, ballet, danças, desfiles, bailes, teatros, óperas, concertos, recitais, festivais e congêneres.
 12.14 - Fornecimento de música para ambientes fechados ou não, mediante transmissão por qualquer processo.

12.15 - Desfiles de blocos carnavalescos ou folclóricos, trios elétricos e congêneres.
 12.16 - Exibição de filmes, entrevistas, musicais, espetáculos, shows, concertos, desfiles, óperas, competições esportivas, de destreza intelectual ou congêneres.
 12.17 - Recreação e animação, inclusive em festas e eventos de qualquer natureza.
 13 - Serviços relativos a fonografia, fotografia, cinematografia e reprografia.
 13.01 - (VETADO) - Lei Complementar Federal nº 116, de 31 de julho de 2003.
 13.02 - Fonografia ou gravação de sons, inclusive trucagem, dublagem, mixagem e congêneres.
 13.03 - Fotografia e cinematografia, inclusive revelação, ampliação, cópia, reprodução, trucagem e congêneres.
 13.04 - Reprografia, microfilmagem e digitalização.
 13.05 - Composição gráfica, fotocomposição, clichêria, zincografia, litografia, fotolitografia.
 14 - Serviços relativos a bens de terceiros.
 14.01 - Lubrificação, limpeza, lustração, revisão, carga e recarga, conserto, restauração, blindagem, manutenção e conservação de máquinas, veículos, aparelhos, equipamentos, motores, elevadores ou de qualquer objeto (exceto peças e partes empregadas, que ficam sujeitas ao ICMS).
 14.02 - Assistência técnica.
 14.03 - Recondicionamento de motores (exceto peças e partes empregadas, que ficam sujeitas ao ICMS).
 14.04 - Recauchutagem ou regeneração de pneus.
 14.05 - Restauração, recondicionamento, acondicionamento, pintura, beneficiamento, lavagem, secagem, tingimento, galvanoplastia, anodização, corte, recorte, polimento, plastificação e congêneres, de objetos quaisquer.
 14.06 - Instalação e montagem de aparelhos, máquinas e equipamentos, inclusive montagem industrial, prestados ao usuário final, exclusivamente com material por ele fornecido.
 14.07 - Colocação de molduras e congêneres.
 14.08 - Encadernação, gravação e douração de livros, revistas e congêneres.
 14.09 - Alfaiataria e costura, quando o material for fornecido pelo usuário final, exceto aviamento.
 14.10 - Tinturaria e lavanderia.
 14.11 - Tapeçaria e reforma de estofamentos em geral.
 14.12 - Funilaria e lanternagem.
 14.13 - Carpintaria e serralheria.
 15 - Serviços relacionados ao setor bancário ou financeiro, inclusive aqueles prestados por instituições financeiras autorizadas a funcionar pela União ou por quem de direito.
 15.01 - Administração de fundos quaisquer, de consórcio, de cartão de crédito ou débito e congêneres, de carteira de clientes, de cheques pré-datados e congêneres.
 15.02 - Abertura de contas em geral, inclusive conta-corrente, conta de investimentos e aplicação e caderneta de poupança, no País e no exterior, bem como a manutenção das referidas contas ativas e inativas.
 15.03 - Locação e manutenção de cofres particulares, de terminais eletrônicos, de terminais de atendimento e de bens e equipamentos em geral.
 15.04 - Fornecimento ou emissão de atestados em geral, inclusive atestado de idoneidade, atestado de capacidade financeira e congêneres.
 15.05 - Cadastro, elaboração de ficha cadastral, renovação cadastral e congêneres, inclusão ou exclusão no Cadastro de Emitentes de Cheques sem Fundos - CCF ou em quaisquer outros bancos cadastrais.
 15.06 - Emissão, reemissão e fornecimento de avisos, comprovantes e documentos em geral; abono de firmas; coleta e entrega de documentos, bens e valores; comunicação com outra agência ou com a administração central; licenciamento eletrônico de veículos; transferência de veículos; agenciamento fiduciário ou depositário;

devolução de bens em custódia.

15.07 - Acesso, movimentação, atendimento e consulta a contas em geral, por qualquer meio ou processo, inclusive por telefone, fac-símile, internet e telex, acesso a terminais de atendimento, inclusive vinte e quatro horas; acesso a outro banco e a rede compartilhada; fornecimento de saldo, extrato e demais informações relativas a contas em geral, por qualquer meio ou processo.

15.08 - Emissão, reemissão, alteração, cessão, substituição, cancelamento e registro de contrato de crédito; estudo, análise e avaliação de operações de crédito; emissão, concessão, alteração ou contratação de aval, fiança, anuência e congêneres; serviços relativos a abertura de crédito, para quaisquer fins.

15.09 - Arrendamento mercantil (leasing) de quaisquer bens, inclusive cessão de direitos e obrigações, substituição de garantia, alteração, cancelamento e registro de contrato, e demais serviços relacionados ao arrendamento mercantil (leasing).

15.10 - Serviços relacionados a cobranças, recebimentos ou pagamentos em geral, de títulos quaisquer, de contas ou carnês, de câmbio, de tributos e por conta de terceiros, inclusive os efetuados por meio eletrônico, automático ou por máquinas de atendimento; fornecimento de posição de cobrança, recebimento ou pagamento; emissão de carnês, fichas de compensação, impressos e documentos em geral.

15.11 - Devolução de títulos, protesto de títulos, sustação de protesto, manutenção de títulos, reapresentação de títulos, e demais serviços a eles relacionados.

15.12 - Custódia em geral, inclusive de títulos e valores mobiliários.

15.13 - Serviços relacionados a operações de câmbio em geral, edição, alteração, prorrogação, cancelamento e baixa de contrato de câmbio; emissão de registro de exportação ou de crédito; cobrança ou depósito no exterior; emissão, fornecimento e cancelamento de cheques de viagem; fornecimento, transferência, cancelamento e demais serviços relativos a carta de crédito de importação, exportação e garantias recebidas; envio e recebimento de mensagens em geral relacionadas a operações de câmbio.

15.14 - Fornecimento, emissão, reemissão, renovação e manutenção de cartão magnético, cartão de crédito, cartão de débito, cartão salário e congêneres.

15.15 - Compensação de cheques e títulos quaisquer; serviços relacionados a depósito, inclusive depósito identificado, a saque de contas quaisquer, por qualquer meio ou processo, inclusive em terminais eletrônicos e de atendimento.

15.16 - Emissão, reemissão, liquidação, alteração, cancelamento e baixa de ordens de pagamento, ordens de crédito e similares, por qualquer meio ou processo; serviços relacionados à transferência de valores, fundos, pagamentos e similares, inclusive entre contas em geral.

15.17 - Emissão, fornecimento, devolução, sustação, cancelamento e oposição de cheques quaisquer, avulso ou por talão.

15.18 - Serviços relacionados a crédito imobiliário, avaliação e vistoria de imóvel ou obra, análise técnica e jurídica, emissão, reemissão, alteração, transferência e renegociação de contrato, emissão e reemissão do termo de quitação e demais serviços relacionados a crédito imobiliário.

16 - Serviços de transporte de natureza municipal.

16.01 - Serviços de transporte de natureza municipal.

17 - Serviços de apoio técnico, administrativo, jurídico, contábil, comercial e congêneres.

17.01 - Assessoria ou consultoria de qualquer natureza, não contida em outros itens desta lista; análise, exame, pesquisa, coleta, compilação e fornecimento de dados e informações de qualquer natureza, inclusive cadastro e similares.

17.02 - Datilografia, digitação, estenografia, expediente, secretaria em geral, resposta audível, redação, edição, interpretação, revisão, tradução, apoio e infra-estrutura administrativa e congêneres.

17.03 - Planejamento, coordenação, programação ou organização técnica, financeira ou administrativa.

17.04 - Recrutamento, agenciamento, seleção e colocação de

mão-de-obra.

17.05 - Fornecimento de mão-de-obra, mesmo em caráter temporário, inclusive de empregados ou trabalhadores, avulsos ou temporários, contratados pelo prestador de serviço.

17.06 - Propaganda e publicidade, inclusive promoção de vendas, planejamento de campanhas ou sistemas de publicidade, elaboração de desenhos, textos e demais materiais publicitários.

17.07 - (VETADO) - Lei Complementar Federal nº 116, de 31 de julho de 2003.

17.08 - Franquia (franchising).

17.09 - Perícias, laudos, exames técnicos e análises técnicas.

17.10 - Planejamento, organização e administração de feiras, exposições, congressos e congêneres.

17.11 - Organização de festas e recepções; bufê (exceto o fornecimento de alimentação e bebidas, que fica sujeito ao ICMS).

17.12 - Administração em geral, inclusive de bens e negócios de terceiros.

17.13 - Leilão e congêneres.

17.14 - Advocacia.

17.15 - Arbitragem de qualquer espécie, inclusive jurídica.

17.16 - Auditoria.

17.17 - Análise de Organização e Métodos.

17.18 - Atuária e cálculos técnicos de qualquer natureza.

17.19 - Contabilidade, inclusive serviços técnicos e auxiliares.

17.20 - Consultoria e assessoria econômica ou financeira.

17.21 - Estatística.

17.22 - Cobrança em geral.

17.23 - Assessoria, análise, avaliação, atendimento, consulta, cadastro, seleção, gerenciamento de informações, administração de contas a receber ou a pagar e em geral, relacionados a operações de faturização (factoring).

17.24 - Apresentação de palestras, conferências, seminários e congêneres.

18 - Serviços de regulação de sinistros vinculados a contratos de seguros; inspeção e avaliação de riscos para cobertura de contratos de seguros; prevenção e gerência de riscos seguráveis e congêneres.

18.01 - Serviços de regulação de sinistros vinculados a contratos de seguros; inspeção e avaliação de riscos para cobertura de contratos de seguros; prevenção e gerência de riscos seguráveis e congêneres.

19 - Serviços de distribuição e venda de bilhetes e demais produtos de loteria, bingos, cartões, pules ou cupons de apostas, sorteios, prêmios, inclusive os decorrentes de títulos de capitalização e congêneres.

19.01 - Serviços de distribuição e venda de bilhetes e demais produtos de loteria, bingos, cartões, pules ou cupons de apostas, sorteios, prêmios, inclusive os decorrentes de títulos de capitalização e congêneres.

20 - Serviços portuários, aeroportuários, ferroportuários, de terminais rodoviários, ferroviários e metroviários.

20.01 - Serviços portuários, ferroportuários, utilização de porto, movimentação de passageiros, reboque de embarcações, rebocador escoteiro, atracação, desatracação, serviços de praticagem, capatazia, armazenagem de qualquer natureza, serviços acessórios, movimentação de mercadorias, serviços de apoio marítimo, de movimentação ao largo, serviços de armadores, estiva, conferência, logística e congêneres.

20.02 - Serviços aeroportuários, utilização de aeroporto, movimentação de passageiros, armazenagem de qualquer natureza, capatazia, movimentação de aeronaves, serviços de apoio aeroportuários, serviços acessórios, movimentação de mercadorias, logística e congêneres.

20.03 - Serviços de terminais rodoviários, ferroviários, metroviários, movimentação de passageiros, mercadorias, inclusive suas operações, logística e congêneres.

21 - Serviços de registros públicos, cartorários e notariais.

21.01 - Serviços de registros públicos, cartorários e notariais.

22 - Serviços de exploração de rodovia.

22.01 - Serviços de exploração de rodovia mediante cobrança de preço ou pedágio dos usuários, envolvendo execução de serviços de conservação, manutenção, melhoramentos para adequação de capacidade e segurança de trânsito, operação, monitoração, assistência aos usuários e outros serviços definidos em contratos, atos de concessão ou de permissão ou em normas oficiais.

23 - Serviços de programação e comunicação visual, desenho industrial e congêneres.

23.01 - Serviços de programação e comunicação visual, desenho industrial e congêneres.

24 - Serviços de chaveiros, confecção de carimbos, placas, sinalização visual, banners, adesivos e congêneres.

24.01 - Serviços de chaveiros, confecção de carimbos, placas, sinalização visual, banners, adesivos e congêneres.

25 - Serviços funerários.

25.01 - Funerais, inclusive fornecimento de caixão, urna ou esquifes; aluguel de capela; transporte do corpo cadavérico; fornecimento de flores, coroas e outros paramentos; desembaraço de certidão de óbito; fornecimento de véu, essa e outros adornos; embalsamento, embelezamento, conservação ou restauração de cadáveres.

25.02 - Cremação de corpos e partes de corpos cadavéricos.

25.03 - Planos ou convênio funerários.

25.04 - Manutenção e conservação de jazigos e cemitérios.

26 - Serviços de coleta, remessa ou entrega de correspondências, documentos, objetos, bens ou valores, inclusive pelos correios e suas agências franqueadas; courrier e congêneres.

26.01 - Serviços de coleta, remessa ou entrega de correspondências, documentos, objetos, bens ou valores, inclusive pelos correios e suas agências franqueadas; courrier e congêneres.

27 - Serviços de assistência social.

27.01 - Serviços de assistência social.

28 - Serviços de avaliação de bens e serviços de qualquer natureza.

28.01 - Serviços de avaliação de bens e serviços de qualquer natureza.

29 - Serviços de biblioteconomia.

29.01 - Serviços de biblioteconomia.

30 - Serviços de biologia, biotecnologia e química.

30.01 - Serviços de biologia, biotecnologia e química.

31 - Serviços técnicos em edificações, eletrônica, eletrotécnica, mecânica, telecomunicações e congêneres.

31.01 - Serviços técnicos em edificações, eletrônica, eletrotécnica, mecânica, telecomunicações e congêneres.

32 - Serviços de desenhos técnicos.

32.01 - Serviços de desenhos técnicos.

33 - Serviços de desembaraço aduaneiro, comissários, despachantes e congêneres.

33.01 - Serviços de desembaraço aduaneiro, comissários, despachantes e congêneres.

34 - Serviços de investigações particulares, detetives e congêneres.

34.01 - Serviços de investigações particulares, detetives e congêneres.

35 - Serviços de reportagem, assessoria de imprensa, jornalismo e relações públicas.

35.01 - Serviços de reportagem, assessoria de imprensa, jornalismo e relações públicas.

36 - Serviços de meteorologia.

36.01 - Serviços de meteorologia.

37 - Serviços de artistas, atletas, modelos e manequins.

37.01 - Serviços de artistas, atletas, modelos e manequins.

38 - Serviços de museologia.

38.01 - Serviços de museologia.

39 - Serviços de ourivesaria e lapidação.

39.01 - Serviços de ourivesaria e lapidação (quando o material for fornecido pelo tomador do serviço).

40 - Serviços relativos a obras de arte sob encomenda.

40.01 - Obras de arte sob encomenda.

Lei Complementar Nº 182

LEI COMPLEMENTAR Nº 182, de 08 de novembro de 2010.

Autoriza doar áreas de terrenos urbanos, de propriedade do Município de Caçador, à Associação Caçadoreense de Educação Infantil e Assistência Social - ACEIAS, e dá outras providências.

O Prefeito Municipal DE CAÇADOR, faço saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte,

L E I :

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a doar, com encargos, à Associação Caçadoreense de Educação Infantil e Assistência Social - ACEIAS, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº 04.774.643/0001-43, com sede na Rua João Remilio Rigo, nº 296, Bairro Gioppo, neste Município de Caçador, as seguintes áreas de terrenos urbanos:

I - uma área de terreno urbano com superfície de 502,50m² (quinhentos e dois metros e cinquenta decímetros quadrados), constituída pelo lote nº 13 do Loteamento Almeida, devidamente matriculada no Registro de Imóveis desta Comarca sob o nº 9.006, onde está localizada a sede da ACEIAS;

II - uma área de terreno urbano com superfície de 1.000,00m² (um mil metros quadrados) pertencente a uma área maior de 5.284,80m² (cinco mil, duzentos e oitenta e quatro metros e oitenta decímetros quadrados), constituída pelo lote nº 74 do Loteamento Jardim Santa Maria, devidamente matriculada no Registro de Imóveis desta Comarca sob o nº 4/4211, onde está localizada a creche do Bairro Gioppo;

III - uma área de terreno urbano com superfície de 1.260,00m² (um mil, duzentos e sessenta metros quadrados), constituída pelos lotes nºs 06, 07 e 08 da quadra "F" do Loteamento Fonseca, devidamente matriculada no Registro de Imóveis desta Comarca sob o nº 2/5451, onde está localizada a creche do Bairro Morada do Sol;

IV - uma área de terreno urbano com superfície de 874,50 m² (oitocentos e setenta e quatro metros e cinquenta decímetros quadrados) pertencente a uma área maior de 1.453,30 m² (um mil, quatrocentos e cinquenta e três metros e trinta decímetros quadrados), constituída pela quadra "C" do Loteamento Vila Busato, devidamente matriculada no Registro de Imóveis desta Comarca sob o nº 1/5588, onde está localizada a creche do Bairro Berger.

Art. 2º Sob pena de revogação da doação e reversão dos imóveis ao patrimônio deste Município, a donatária se compromete a:

I - cumprir suas finalidades estatutárias;

II - manter o regular funcionamento da sede e das creches mencionadas no art. 1º;

III - conservar, manter e zelar pela segurança dos imóveis.

Art. 3º Se durante o prazo de 10 (dez) anos, contados da assinatura da escritura, o donatário descumprir qualquer uma das exigências insertas no art. 2º, as áreas doadas reverterão ao patrimônio do Município, sem que assista ao mesmo qualquer direito à retenção ou indenização pelas benfeitorias realizadas, sejam elas úteis, necessárias ou voluptuárias.

Parágrafo único. Aplica-se a mesma penalidade do caput deste artigo em caso de extinção ou dissolução, judicial ou extra-judicial, da donatária.

Art. 4º Na escritura de doação deverá constar cláusula de reversão dos imóveis ao Município de Caçador, independentemente de interpelação judicial ou extra-judicial, caso não sejam cumpridas as exigências e condições estabelecidas nesta Lei Complementar,

se houver desvio de finalidade, ou ainda, extinção ou dissolução da donatária.

Art. 5º As despesas de escrituração e outros encargos decorrentes da execução desta Lei, correrão por conta da donatária, devendo o inteiro teor desta Lei Complementar constar obrigatoriamente da Escritura Pública.

Art. 6º Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 08 de novembro de 2010.

SAULO SPEROTTO
Prefeito Municipal.

TERMO DE DOAÇÃO

Por este instrumento de Doação, com base no art. 114, da Lei Orgânica Municipal, de um lado o MUNICÍPIO DE CAÇADOR, Estado de Santa Catarina, pessoa jurídica de direito público interno, com seu órgão representativo a PREFEITURA MUNICIPAL DE CAÇADOR, inscrita no CNPJ sob o nº 83.074.302/0001-31, estabelecida à Avenida Santa Catarina, nº 195, nesta cidade de Caçador/SC, neste ato representado pelo Prefeito Municipal o Sr. SAULO SPEROTTO, brasileiro, casado, empresário, inscrito no CPF sob nº 591.243.009-72, residente e domiciliado nesta cidade de Caçador/SC, de ora em diante denominado DOADOR; e de outro a ASSOCIAÇÃO CAÇADORENSE DE EDUCAÇÃO INFANTIL E ASSISTÊNCIA SOCIAL, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº 04.774.643/0001-43, com sede na Rua João Remílio Rigo, nº 296, Bairro Gioppo, neste Município de Caçador, neste ato representada pelo seu presidente Dr. Neoberto Geraldo Balestrin, brasileiro, casado, residente e domiciliado na Rua José Boiteux, nº 240, em Caçador-SC, de ora em diante denominada DONATÁRIA, tem entre si justo e contratado o seguinte:

CLÁUSULA PRIMEIRA - Neste ato, o DOADOR repassa a DONATÁRIA, a título de doação, os bens imóveis a seguir descritos, de sua propriedade, o qual declara encontrarem-se desembaraçados e isentos de ônus, transferindo-os ao patrimônio da DONATÁRIA, que declara aceitá-los:

I - uma área de terreno urbano com superfície de 502,50 m2 (quinhentos e dois metros e cinquenta decímetros quadrados), constituída pelo lote nº 13 do Loteamento Almeida, devidamente matriculada no Registro de Imóveis desta Comarca sob o nº 9006, onde está localizada a sede da ACEIAS;

II - uma área de terreno urbano com superfície de 1.000,00 m2 (um mil metros quadrados) pertencente a uma área maior de 5.284,80 m2 (cinco mil, duzentos e oitenta e quatro metros e oitenta decímetros quadrados), constituída pelo lote nº 74 do Loteamento Jardim Santa Maria, devidamente matriculada no Registro de Imóveis desta Comarca sob o nº 4/4211, onde está localizada a creche do Bairro Gioppo;

III - uma área de terreno urbano com superfície de 1.260,00 m2 (um mil, duzentos e sessenta metros quadrados), constituída pelos lotes nºs 06, 07 e 08 da quadra "F" do Loteamento Fonseca, devidamente matriculada no Registro de Imóveis desta Comarca sob o nº 2/5451, onde está localizada a creche do Bairro Morada do Sol;

IV - uma área de terreno urbano com superfície de 874,50 m2 (oitocentos e setenta e quatro metros e cinquenta decímetros quadrados) pertencente a uma área maior de 1.453,30 m2 (um mil, quatrocentos e cinquenta e três metros e trinta decímetros quadrados), constituída pela quadra "C" do Loteamento Vila Busato, devidamente matriculada no Registro de Imóveis desta Comarca sob o nº 1/5588, onde está localizada a creche do Bairro Berger.

CLÁUSULA SEGUNDA - Se durante o prazo de 10 (dez) anos, contados da assinatura da escritura, a donatária descumprir qualquer uma das exigências insertas no art. 2º, as áreas doadas reverterão ao patrimônio do Município, sem que assista a mesma qualquer direito à retenção ou indenização pelas benfeitorias realizadas, sejam elas úteis, necessárias ou voluptuárias.

Parágrafo único. Aplica-se a mesma penalidade do caput deste artigo em caso de extinção ou dissolução, judicial ou extra-judicial, da donatária.

CLÁUSULA TERCEIRA - Na escritura de doação deverá constar cláusula de reversão dos imóveis ao Município de Caçador, independentemente de interpelação judicial ou extra-judicial, caso não sejam cumpridas as exigências e condições estabelecidas nesta Lei Complementar, se houver desvio de finalidade, ou ainda, extinção ou dissolução da donatária.

CLÁUSULA QUARTA - A donatária se compromete a:

- I - cumprir suas finalidades estatutárias;
- II - manter o regular funcionamento da sede e das creches mencionadas no art. 1º da lei;
- III - conservar, manter e zelar pela segurança dos imóveis doados.

CLÁUSULA QUINTA - Fica eleito o Foro da Comarca de Caçador para dirimir quaisquer dúvidas decorrentes da execução do presente, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E por estarem certos e ajustados, assinam o presente instrumento, em 03 (três) vias de igual teor e forma, para o mesmo fim.

Caçador, 08 de novembro de 2010.
SAULO SPEROTTO,
Prefeito Municipal.

NEOBERTO GERALDO BALESTRIN,
PRESIDENTE DA ACEIAS.

TESTEMUNHA _____
NOME _____
CPF _____
TESTEMUNHA _____
NOME _____
CPF _____

Lei Complementar Nº 183

LEI COMPLEMENTAR Nº 183, de 08 de novembro de 2010.

Autoriza doar áreas de terrenos urbanos ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Santa Catarina, e dá outras providências.

O Prefeito Municipal DE CAÇADOR, faço saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte,

L E I :

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a doar, com encargos, ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Santa Catarina - IF-SC, devidamente inscrito no CNPJ sob o nº 11.402.887/0001-60, com sede na Avenida Mauro Ramos, 755, na cidade de Florianópolis/SC, as áreas de terrenos urbanos abaixo especificadas, totalizando 17.192,00 m2 (dezessete mil, cento e noventa e dois metros quadrados):

I - área de 3.980,00m2 (três mil, novecentos e oitenta metros quadrados), constituída pelo lote nº 01 da planta do desmembramento do imóvel, situado na Avenida Fahdo Thomé, nesta cidade

de Caçador, confrontando: Frente, com a Avenida Fahdo Thomé, com 33,03 metros; Fundos, com Thomagran Agropecuária Ltda., com 32,15 metros; Lado Direito, com o lote nº 04 da planta do desmembramento do imóvel, com 146,35 metros; e Lado Esquerdo, com o Município de Caçador, com 151,00 metros, objeto da Matrícula nº 24.700, do Registro de Imóveis desta Comarca de Caçador;

II - área de 4.197,00m² (quatro mil, cento e noventa e sete metros quadrados), constituída pelo lote nº 02 da planta do desmembramento do imóvel, situado na Avenida Fahdo Thomé, nesta cidade de Caçador, confrontando: Frente, com a Avenida Fahdo Thomé, com 33,03 metros; Fundos, com Thomagran Agropecuária Ltda., com 32,15 metros; Lado Direito, com o lote nº 01 da planta do desmembramento do imóvel, com 127,20 metros; e Lado Esquerdo, com o lote nº 03 da planta do desmembramento do imóvel, com 133,80 metros, objeto da Matrícula nº 24.701, do Registro de Imóveis desta Comarca de Caçador;

III - área de 4.406,00m² (quatro mil, quatrocentos e seis metros quadrados), constituída pelo lote nº 03 da planta do desmembramento do imóvel, situado na Avenida Fahdo Thomé, nesta cidade de Caçador, confrontando: Frente, com a Avenida Fahdo Thomé, com 33,03 metros; Fundos, com Thomagran Agropecuária Ltda., com 32,15 metros; Lado Direito, com o lote nº 02 da planta do desmembramento do imóvel, com 133,80 metros; e Lado Esquerdo, com o lote nº 04 da planta do desmembramento do imóvel, com 140,30 metros, objeto da Matrícula nº 24.702, do Registro de Imóveis desta Comarca de Caçador;

IV - área de 4.609,00m² (quatro mil, seiscentos e nove metros quadrados), constituída pelo lote nº 04 da planta do desmembramento do imóvel, situado na Avenida Fahdo Thomé, nesta cidade de Caçador, confrontando: Frente, com a Avenida Fahdo Thomé, com 33,03 metros; Fundos, com Thomagran Agropecuária Ltda., com 32,13 metros; Lado Direito, com o lote nº 03 da planta do desmembramento do imóvel, com 140,30 metros; e Lado Esquerdo, com o lote nº 05 da planta do desmembramento do imóvel, com 146,35 metros, objeto da Matrícula nº 24.703, do Registro de Imóveis desta Comarca de Caçador.

Parágrafo único. A área total de que trata o caput deste artigo será utilizada para construção do Pólo Presencial do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Santa Catarina - IF-SC, nesta cidade de Caçador, devendo as obras serem iniciadas no prazo máximo de 36 (trinta e seis) meses, a contar da publicação desta Lei.

Art. 2º Sob pena de revogação da doação e reversão dos imóveis ao patrimônio deste Município, o donatário se compromete a:
I - cumprir suas finalidades estatutárias;
II - manter o regular funcionamento do Pólo Presencial do IF-SC;
III - conservar, manter e zelar pela segurança dos imóveis.

Art. 3º Na hipótese de não serem iniciadas as obras no prazo estipulado ou vierem os imóveis a serem utilizados para fim diverso, as áreas de terrenos urbanos doadas reverterão automaticamente ao Patrimônio Público Municipal, independentemente de qualquer indenização.

Art. 4º Na escritura de doação deverá constar cláusula de reversão dos imóveis ao Município de Caçador, independentemente de interpelação judicial ou extra-judicial, caso não sejam cumpridas as exigências e condições estabelecidas nesta Lei Complementar, se houver desvio de finalidade, ou ainda, extinção ou dissolução do donatário.

Art. 5º As despesas de escrituração e outros encargos correrão

por conta do donatário, devendo o inteiro teor desta Lei constar obrigatoriamente da Escritura Pública.

Art. 6º Ficam as áreas de terrenos urbanos mencionadas no art. 1º desta Lei, desafetadas na forma da Lei.

Art. 7º Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 08 de novembro de 2010.

SAULO SPEROTTO
Prefeito Municipal.

Lei Nº 2.764

L E I Nº 2.764, de 08 de novembro de 2010.

Denomina vias públicas do Loteamento Transrodace-Dallazem - Ruas CLÓVIS JOÃO DALLAZEM e ATILIO CECCATTO.

O Prefeito Municipal DE CAÇADOR, faço saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte,

L E I :

Art. 1º Ficam denominadas as ruas localizadas no Loteamento Transrodace-Dallazem, no Bairro Santa Catarina, conforme segue:

I - Rua "01" - RUA CLÓVIS JOÃO DALLAZEM;

II - Rua "02" - RUA ATILIO CECCATTO.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 08 de novembro de 2010.

SAULO SPEROTTO
Prefeito Municipal.

Lei Nº 2.765

L E I Nº 2.765, de 08 de novembro de 2010.

Denomina Ginásio de Esportes MAX PAULO LÜHRS.

O Prefeito Municipal DE CAÇADOR, faço saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte,

L E I :

Art. 1º Fica denominado de Ginásio de Esportes MAX PAULO LÜHRS, o ginásio localizado junto à Escola Municipal de Educação Básica Pierina Santin Perret, no Bairro dos Municípios.

Art. 2º O Poder Executivo providenciará a colocação de placa indicativa no local.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 08 de novembro de 2010.

SAULO SPEROTTO
Prefeito Municipal.

Ata Analise Proposta Técnica CC 02-2009 PREF.

ATA DA REUNIÃO DA COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO PARA ANÁLISE E PONTUAÇÃO DE PROPOSTA TÉCNICA DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 73/2009, LICITAÇÃO N.º 02/2009 NA MODALIDADE DE CONCORRÊNCIA PARA COMPRAS E SERVIÇOS

Aos oito dias do mês de novembro de 2010, às dezessete horas, na sala do Departamento de Licitações da Prefeitura Municipal de Caçador, situada na Avenida Santa Catarina, n.º 195, nesta cidade de Caçador, SC, reuniu-se a Presidente da Comissão e demais membros, designada pelo Decreto nº 4.636/10, em sessão reservada, para análise e pontuação das propostas técnicas da Concorrência nº 02/2009. Após análise dos documentos apresentados e análise dos apontamentos feitos durante a sessão pela empresa FUNERÁRIA NOIVA DO MAR LTDA, a Comissão decidiu por classificar todas as propostas das empresas habilitadas, embora a empresa Serviço Funerário Bom Jesus Ltda tenha apresentado em sua proposta declaração de experiência e declaração de contratação de funcionários com validades manuscritas e tenha apresentado todas as declarações sem carimbo, verificou-se que trata-se de erros de natureza formal que não implicam na legalidade do processo haja vista que as anotações já constavam na documentação acostadas nos envelopes lacrados e abertos perante os participantes na sessão, ainda, no que tange a falta do carimbo da empresa, a lauda em que foi impressa a declaração é timbrada com a devida identificação da empresa, suprimindo a falta do carimbo. As questões em debate devem ser analisadas sob o prisma da razoabilidade, segundo a melhor doutrina: "Não é incomum constar do edital que o descumprimento a qualquer exigência formal acarretará a nulidade da proposta. A aplicação dessa regra tem de ser temperada pelo princípio da razoabilidade. É necessário ponderar os interesses existentes e evitar resultados que, a pretexto de tutelar o 'interesse público' de cumprir o edital, produzam a eliminação de propostas vantajosas para os cofres públicos. () Não basta comprovar a existência do defeito. É imperioso verificar se a gravidade do vício é suficientemente séria, especificamente em face da dimensão do interesse sob tutela do Estado." (cf. Marçal Justen Filho, in Comentários à Lei de Licitações e Contratos Administrativos, Ed. Dialética, 11ª ed., São Paulo, págs. 450 e 451)"; Sobre essa questão, o Poder Judiciário, mais especificamente o egrégio Supremo Tribunal Federal, manifestou-se nos seguintes termos: "Se a irregularidade praticada pela licitante vencedora, que não atendeu a formalidade prevista no edital licitatório, não trouxe vantagem nem implicou prejuízo para os demais participantes, bem como se o vício apontado não interferiu no julgamento objetivo das propostas, não se vislumbrando ofensa aos demais princípios exigíveis na atuação da Administração Pública, correta é a adjudicação do objeto da licitação à licitante que ofereceu à proposta mais vantajosa, em prestígio ao interesse público, escopo da atividade administrativa." (STF, Rel. Min. Sepúlveda Pertence, RO em MS n 23.741-1/DF)"; Nesse sentido é, também, o entendimento do egrégio Superior Tribunal de Justiça: "Consoante ensinam os juristas, o princípio da vinculação ao edital não é 'absoluto', de tal forma que impeça o judiciário de interpretar-lhe, buscando-lhe o sentido e compreensão e escoimando-o de cláusulas desnecessárias ou que extrapolem os ditames da lei de regência e cujo excessivo rigor possa afastar, da concorrência, possíveis proponentes ou que transmute de um instrumento de defesa do interesse público em conjunto de regras prejudiciais ao que, com ele, objetiva a administração." (cf. STJ, 1ª Seção, MS 5.418/DF)"; Assim as empresas receberam a seguinte pontuação:

ITEM 5.2 DO EDITAL, ALÍNEAS:	SERVIÇO FUNERÁRIO BOM JESUS LTDA	SERVIÇO FUNERÁRIO SÃO PEDRO LTDA	FUNERÁRIA NOIVA DO MAR LTDA
a) experiência	4	4	3
b) instalações	4	4	4
c) veículos	2	2	2

d) funcionários	4	4	4
e) ano fabricação	4	4	4
g) venda flores	1	1	1
h) plano funerário	1	1	1
i) tanatopraxia	4	4	4
TOTAL	24 PONTOS	24 PONTOS	23 PONTOS

Fica estabelecido o prazo de 05 (cinco) dias úteis para manifestação de eventuais recursos contras as decisões da Comissão.

Na sequência, a Presidente determinou que seja comunicado as empresas. Nada mais havendo a tratar e digno de nota, lavrou-se a presente ata, que vai assinada pelos membros da Comissão. Caçador/SC, 08 de novembro de 2010.

Campo Alegre

PREFEITURA MUNICIPAL

Lei Nº 3.640 de 09 de Novembro de 2010

LEI Nº 3.640 DE 09 DE NOVEMBRO DE 2010

DISPÕE SOBRE AS DIRETRIZES PARA A ELABORAÇÃO DA LEI ORÇAMENTÁRIA PARA 2011, E ESTABELECE OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

CAPÍTULO I DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art.1º) Ficam estabelecidas, em cumprimento ao disposto no art. 165, § 2º, da Constituição Federal, e na Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, as Diretrizes Orçamentárias do Município para o exercício de 2011, compreendendo:

- I - as prioridades e metas da administração pública municipal;
- II - a estrutura e organização dos orçamentos;
- III - as diretrizes para a elaboração e execução dos orçamentos do Município e suas alterações;
- IV - as disposições relativas à dívida pública municipal;
- V - as disposições relativas às despesas do Município com pessoal e encargos sociais;
- VI - as disposições sobre alterações na legislação tributária do Município;
- VII - as disposições gerais.

CAPÍTULO II DAS PRIORIDADES E METAS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL

Art.2º) A elaboração e aprovação do Projeto de Lei Orçamentária de 2011 e a execução da respectiva lei deverão ser compatíveis com as metas fiscais, conforme demonstrado no Anexo de Metas Fiscais constante desta Lei.

Parágrafo único. Integram a Lei de Diretrizes Orçamentárias, os Anexos de Metas Fiscais e Riscos Fiscais de que trata o art. 4º, §§ 1º, 2º e 3º da Lei Complementar nº 101, de 2000:

I - Demonstrativo I - Metas Anuais;

II - Demonstrativo II - Avaliação do Cumprimento das Metas Fiscais do Exercício Anterior;

III - Demonstrativo III - Das Metas Fiscais Atuais Comparadas com as Fixadas nos Três Exercícios Anteriores;

IV - Demonstrativo IV - Evolução do Patrimônio Líquido;

V - Demonstrativo V - Origem e Aplicação dos Recursos Obtidos com a Alienação de Ativos;

VI - Demonstrativo VI - Receitas e Despesas Previdenciárias do RPPS;

VII - Demonstrativo VI.a - Projeção Atuarial do RPPS;

VIII - Demonstrativo VII - Estimativa e Compensação da Renúncia de Receita;

IX - Demonstrativo VIII - Margem de Expansão das Despesas Obrigatórias de Caráter Continuado;

X - Anexo I - Metodologia e Memória de Cálculo das Metas Anuais para as Receitas - Total das Receitas;

XI - Anexo I.a - Metodologia e Memória de Cálculo das Principais Fontes de Receitas;

XII - Anexo II - Metodologia e Memória de Cálculo das Metas Anuais para as Despesas - Total das Despesas;

XIII - Anexo II.a - Metodologia e Memória de Cálculo das Principais Despesas;

XIV - Anexo III - Metodologia e Memória de Cálculo das Metas Anuais para o Resultado Primário;

XV - Anexo IV - Metodologia e Memória de Cálculo das Metas Anuais para o Resultado Nominal;

XVI - Anexo V - Metodologia e Memória de Cálculo das Metas Anuais para o Montante da Dívida;

XVII - Anexo VI - Demonstrativo da Receita Corrente Líquida;

XVIII - Anexo VII - Demonstrativo de Riscos Fiscais e Providências;

XIX - Anexo VIII - Demonstrativo da Origem e Destinação dos Recursos;

XX - Anexo IX - Relatório sobre Projetos em Execução e Despesas com Conservação do Patrimônio Público;

XXI - Anexo X - Demonstrativo das Metas Físicas e Fiscais por Ações;

XXII - Anexo XI - Relatório das Metas e Prioridades das Despesas por Programas.

Art.3º As prioridades e metas da Administração Pública Municipal para o exercício de 2011, são as constantes do Anexo de Prioridades e Metas desta Lei, as quais terão precedência na alocação dos recursos e na Lei Orçamentária de 2011 e na sua execução, não se constituindo, todavia, em limite à programação da despesa.

Parágrafo único. Fica vedada a adoção pelo Poder Executivo, durante a execução orçamentária, de categorias de prioridades que não estejam contempladas nesta Lei.

CAPÍTULO III

DA ESTRUTURA E ORGANIZAÇÃO DOS ORÇAMENTOS

Art.4º) Para efeito desta Lei, entende-se por:

I - Programa, o instrumento de organização da ação governamental visando à concretização dos objetivos pretendidos, sendo mensurado por indicadores estabelecidos no plano plurianual;

II - Atividade, um instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações que se realizam de modo contínuo e permanente, das quais resulta um produto necessário à manutenção da Ação de Governo;

III - Projeto, um instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações, limitadas no tempo, das quais resulta um produto que concorre para a expansão ou aperfeiçoamento da Ação de Governo;

IV - Operação Especial, as despesas que não contribuem para a manutenção, expansão ou aperfeiçoamento das ações de Governo, das quais não resulta um produto, e não gera contraprestação direta sob a forma de bens ou serviços;

V - Subtítulo, o menor nível de categoria de programação, sendo utilizado, especialmente, para especificar a localização física da ação;

VI - Unidade Orçamentária, o menor nível da classificação institucional, agrupada em órgãos orçamentários, entendidos estes como os de maior nível da classificação institucional;

VII - Concedente, o órgão ou a Entidade da Administração Pública direta ou indireta responsável pela transferência de recursos financeiros, inclusive os decorrentes de descentralização de Créditos Orçamentários;

VIII - Conveniente, o órgão ou a Entidade da Administração Pública direta ou indireta dos Governos Federal, Estaduais, Municipais, e as Entidades Privadas, com os quais a Administração Municipal pactue a transferência de recursos financeiros, inclusive quando decorrentes de descentralização de créditos orçamentários entre Órgãos e Entidades Federais constantes do Orçamento Fiscal e da Seguridade Social;

IX - Descentralização de créditos orçamentários, a transferência de créditos constantes do Orçamento Fiscal e da Seguridade Social, no âmbito do mesmo órgão ou entidade ou entre estes;

X - Receita ordinária, aquelas previstas para ingressarem no caixa da unidade gestora de forma regular, seja pela competência de tributar e arrecadar, seja por determinação constitucional no partilhamento dos tributos de competência de outras esferas de Governo;

XI - Execução física, a autorização para que o contratado realize a obra, forneça o bem ou preste o serviço;

XII - Execução orçamentária, o empenho e a liquidação da despesa, inclusive sua inscrição em restos a pagar;

XIII - Execução financeira, o pagamento da despesa, inclusive dos restos a pagar já inscritos.

§1º - Cada programa identificará as ações necessárias para atingir

os seus objetivos, sob a forma de atividades, projetos e operações especiais, especificando os respectivos valores e metas, bem como as unidades orçamentárias responsáveis pela realização da ação.

§2º - Cada atividade, projeto e operação especial identificará a função e a Sub função às quais se vinculam, na forma do anexo que integra a Portaria nº 42, de 14 de abril de 1999, do Ministério do Orçamento e Gestão.

§3º - As categorias de programação de que trata esta Lei serão identificadas no Projeto de Lei Orçamentária e na respectiva Lei por programas e respectivos Projetos, Atividades ou Operações Especiais, com indicação do produto, da unidade de medida e da meta física.

§4º - O produto e a unidade de medida a que se refere o § 3º deverão ser os mesmos especificados para cada ação constante do Plano Plurianual 2010/ 2013.

§5º - As metas físicas serão indicadas em nível de subtítulo e agregadas segundo os respectivos projetos, atividades ou operações especiais.

§6º - As atividades com a mesma finalidade de outras já existentes deverão observar o mesmo código, independentemente da unidade executora.

§7º - Cada projeto constará somente de uma esfera orçamentária e de um programa.

§8º - A Sub função, nível de agregação imediatamente inferior à função, deverá evidenciar cada área da atuação governamental, ainda que esta seja viabilizada com a transferência de recursos a Entidades Públicas e Privadas.

Art.5º) Os Orçamentos Fiscais e da Seguridade Social compreenderão a programação dos Poderes do Município, seus fundos, órgãos, autarquias, inclusive especiais, e fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público Municipal, bem como das empresas públicas, sociedades de economia mista e demais entidades em que o Município, direta ou indiretamente, detenha a maioria do Capital Social com direito a voto e que dela recebam recursos do Tesouro Municipal.

Art.6º) Na Lei Orçamentária Anual, que apresentará conjuntamente a programação dos orçamentos fiscal e da seguridade social, em consonância com os dispositivos da Portaria nº 42, de 14 de abril de 1999, do Ministério do Orçamento e Gestão e da Portaria Interministerial nº 163, de 04 de maio de 2001, a discriminação da Despesa será apresentada por Unidade Orçamentária, detalhada por categoria da programação em seu menor nível, com suas respectivas Dotações, especificando a esfera Orçamentária, o grupo de natureza de Despesa, a modalidade de aplicação, o Elemento de Despesa, o identificador de uso, o grupo de destinação de recursos e a especificação das destinações de recursos.

§1º - A esfera Orçamentária tem por finalidade identificar se o orçamento é fiscal (F), da seguridade social (S) ou de investimento das empresas estatais (I).

§2º - Os grupos de natureza de despesa constituem agregação de Elementos de Despesa de mesmas características quanto ao objeto de gasto, conforme a seguir discriminados:

- I - pessoal e encargos sociais - 1;
- II - juros e encargos da dívida - 2;
- III - outras despesas correntes - 3;
- IV - investimentos - 4;
- V - inversões financeiras - 5;

VI - amortização da dívida - 6.

§3º - A Reserva de Contingência, prevista no art. 22 desta Lei, será identificada pelo dígito \"9\", no que se refere ao grupo de natureza de despesa.

§4º - Nenhuma ação poderá conter, simultaneamente, dotações destinadas a despesas financeiras e primárias.

§5º - A modalidade de aplicação destina-se a indicar se os recursos serão aplicados:

I - mediante transferência financeira:

a) a outras esferas de Governo, seus órgãos, fundos ou entidades; ou

b) diretamente a Entidades Privadas sem fins lucrativos e outras Instituições; ou

II - diretamente pela unidade detentora do Crédito Orçamentário, ou por outro órgão ou entidade no âmbito do mesmo nível de Governo.

§6º - O Orçamento Fiscal, da Seguridade Social e de investimentos discriminarão a despesa, no mínimo, por elemento de despesa, conforme art. 15 da Lei nº 4.320/64.

§7º - É vedada a Execução Orçamentária com modalidade de aplicação indefinida.

§8º - As receitas serão escrituradas de forma que se identifique a arrecadação segundo as naturezas de Receita e o identificador de uso, o grupo de destinação de recursos e a especificação das destinações de recursos.

Art.7º) O Projeto de Lei Orçamentária que o Poder Executivo encaminhará a Câmara Municipal, será composto de:

I - Texto da Lei;

II - Quadros Orçamentários consolidados, incluindo os complementos referenciados nos artigos 2º e 22, incisos III, IV e parágrafo único da Lei nº 4.320, de 1964;

III - Anexo dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social, discriminando a Receita e a Despesa na forma definida nesta Lei;

IV - Discriminação da legislação da receita e da despesa, referente aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social;

V - Anexo do Orçamento de Investimento a que se refere o art. 165, § 5º, inciso II, da Constituição, na forma definida nesta Lei.

Parágrafo único. Integrarão a consolidação dos quadros Orçamentário a que se refere o inciso II deste artigo, os seguintes demonstrativos:

I - Receita e Despesa, segundo as Categorias Econômicas, conforme o Anexo 1, da Lei nº 4.320 de 1964;

II - Receita por Categorias Econômicas, conforme o Anexo 2, da Lei nº 4.320, de 1964;

III - Natureza da Despesa por Categorias Econômicas, conforme o Anexo 2, da Lei nº 4.320, de 1964;

IV - Funções e Subfunções de Governo, conforme o Anexo 5, da Lei nº 4.320, de 1964;

V - Programa de Trabalho de Governo, conforme o Anexo 6, da Lei nº 4.320, de 1964;

VI - Programa de Trabalho de Governo Demonstrativo de Funções, Sub funções e Programas, por Projetos, Atividades e Operações Especiais, conforme o Anexo 7, da Lei nº 4.320, de 1964;

VII - Demonstrativo da Despesa por Funções, Sub funções e Programas conforme o Vínculo com os Recursos, conforme o Anexo 8, da Lei nº 4.320, de 1964;

VIII - Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções, conforme o Anexo 9, da Lei nº 4.320, de 1964;

IX - Demonstrativo da Evolução da Receita, conforme art. 22, Inciso III, da Lei nº 4.320, de 1964 e art. 12, da Lei Complementar nº 101, de 2000;

X - Demonstrativo da Evolução da Despesa, conforme art. 22, Inciso III, da Lei nº 4.320, de 1964;

XI - Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais por Categoria de Programação, com identificação da Classificação Institucional, Funcional Programática, Categoria Econômica, Diagnóstico situacional do Programa, Diretrizes, Objetivos, Metas Físicas e indicação das fontes de financiamento;

XII - Da descrição sucinta, para cada Unidade Administrativa, de suas principais finalidades com a respectiva legislação;

XIII - Demonstrativo da aplicação dos Recursos na Manutenção e Desenvolvimento do ensino nos termos dos artigos 70 e 71 da Lei Federal nº 9.394, de 1996;

XIV - Demonstrativo da aplicação dos recursos referentes ao Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e Valorização dos Profissionais da Educação - FUNDEB;

XV - Demonstrativo da receita corrente líquida com base no art. 2º, inciso IV, da Lei Complementar nº 101, de 2000;

XVI - Demonstrativo da despesa com pessoal, para fins do atendimento do disposto no art. 169 da Constituição Federal e na Lei Complementar nº 101, de 2000;

XVII - Demonstrativo da aplicação dos recursos reservados à saúde de que trata a Emenda Constitucional nº 29.

CAPÍTULO IV DAS DIRETRIZES PARA ELABORAÇÃO E EXECUÇÃO DOS ORÇAMENTOS DO MUNICÍPIO E SUAS ALTERAÇÕES

Seção I Das Diretrizes Gerais

Art.8º) A estimativa da Receita e a fixação da Despesa, constante do Projeto de Lei Orçamentária, serão elaboradas a preços correntes do exercício a que se refere.

Art.9º) A abertura de créditos suplementares e especiais dependerá da existência de recursos disponíveis para a despesa e será precedida de justificativa do cancelamento e do reforço das Dotações, nos termos da Lei nº 4.320, de 1964.

Art.10) Na programação da despesa, não poderão ser fixadas despesas, sem que estejam definidas as fontes de recursos.

Art.11) A Lei Orçamentária somente contemplará dotação para investimentos com duração superior a um exercício financeiro se o

mesmo estiver contido no Plano Plurianual ou em lei que autorize sua inclusão.

SEÇÃO II DO EQUILÍBRIO ENTRE RECEITAS E DESPESAS

Art.12) A elaboração do Projeto de Lei, a aprovação e a execução da Lei Orçamentária serão orientadas no sentido de alcançar superávit primário necessário a garantir uma trajetória de solidez financeira da Administração Municipal.

Seção III Do Incentivo à Participação Popular

Art.13) O projeto de Lei Orçamentária Anual, relativo ao exercício de 2011, deverá assegurar o controle social e a transparência na execução do Orçamento:

I - O princípio do controle social implica assegurar a todo cidadão a participação na elaboração e no acompanhamento do Orçamento;

II - O princípio de transparência implica, além da observação do princípio constitucional da publicidade, a utilização dos meios disponíveis para garantir o efetivo acesso dos munícipes às informações relativas ao Orçamento.

Art.14) Será assegurada aos cidadãos à participação no processo de elaboração e fiscalização do Orçamento, através da definição das prioridades de investimentos de interesse local, mediante regular processo de consulta.

SEÇÃO IV DOS CRITÉRIOS E FORMAS DE LIMITAÇÃO DE EMPENHO

Art.15) Na ocorrência das circunstâncias estabelecidas no caput do art. 9º, e no inciso II do § 1º do art. 31, da Lei Complementar nº 101, de 2000, o Poder Executivo e o Poder Legislativo procederão à respectiva limitação de empenho e de movimentação financeira.

§1º - O montante da limitação a ser procedida por cada Poder referido no caput deste artigo será estabelecido de forma proporcional à participação de cada um na base contingenciável.

§2º - Excluem-se do caput deste artigo as despesas que constituem obrigações constitucionais e legais do Município e as despesas destinadas ao pagamento dos serviços da dívida.

§3º - No caso de limitação de empenhos e de movimentação financeira de que trata o caput deste artigo, buscar-se-á preservar as despesas abaixo hierarquizadas:

I - com pessoal e encargos patronais;

II - com a conservação do patrimônio público, conforme prevê o disposto no art. 45, da Lei Complementar nº 101 de 2000.

§4º - Na hipótese de ocorrência do disposto no caput deste artigo o Poder Executivo comunicará ao Poder Legislativo o montante que lhe caberá tornar indisponível para empenho e movimentação financeira.

Seção V

Da Inclusão de Novos Projetos e Conservação do Patrimônio Público

Art.16) Observadas as prioridades a que se refere o art. 3º desta Lei, a Lei Orçamentária ou as de créditos adicionais, somente

incluirão novos Projetos e despesas obrigatórias de duração continuada, a cargo da Administração Direta, das Autarquias, dos fundos Especiais, Fundações, Empresas Públicas e Sociedades de Economia Mista se:

I - houverem sido adequadamente atendidos todos os que estiverem em andamento;

II - estiverem preservados os recursos necessários à conservação do patrimônio público;

III - estiverem perfeitamente definidas suas fontes de custeio;

IV - os recursos alocados destinarem-se a contrapartidas de Recursos Federais, Estaduais ou de Operações de Crédito, com objetivo de concluir etapas de uma Ação Municipal.

Seção VI

Da Definição das Despesas Consideradas Irrelevantes

Art.17) Para os efeitos do art. 16, da Lei Complementar nº 101, de 2000, entende-se como despesas irrelevantes, para fins do § 3º, aquelas cujo valor não ultrapasse, para bens e serviços, os limites dos incisos I e II do art. 24 da Lei Federal nº 8.666/93, nos casos, respectivamente, de obras e serviços de engenharia e de outros serviços e compras.

Seção VII

Da Destinação de Recursos para Entidades Públicas e Privadas

Art.18) É vedada a inclusão, na Lei Orçamentária e em seus créditos adicionais, de quaisquer recursos do Município, para clubes, associações de servidores e de dotações a título de subvenções sociais, ressalvadas aquelas destinadas a entidades privadas sem fins lucrativos, de atividades de natureza continuada de atendimento direto ao público nas áreas de Assistência Social, Saúde, Educação ou Cultura ou que estejam registradas no Conselho Nacional de Assistência Social - CNAS.

§1º - Para habilitar-se ao recebimento de recursos referidos no caput, a Entidade Privada Sem Fins Lucrativos deverá apresentar declaração de funcionamento regular nos últimos dois anos emitida no exercício de 2010 e comprovante de regularidade do mandato de sua diretoria.

§2º - As entidades privadas beneficiadas com Recursos Públicos Municipais, a qualquer título, submeter-se-ão à fiscalização do Poder Executivo com a finalidade de verificar o cumprimento de metas e objetivos para os quais receberam os recursos.

§3º - Sem prejuízo da observância das condições estabelecidas neste artigo, a inclusão de dotações na Lei Orçamentária e sua execução, dependerão, ainda de:

I - publicação, pelo Poder Executivo, de normas a serem observadas na concessão de auxílios, prevendo-se cláusula de reversão no caso de desvio de finalidade;

II - identificação do beneficiário e do valor transferido no respectivo convênio.

§4º - A concessão de benefício de que trata o caput deste artigo deverá estar definida em lei específica.

Seção VIII

Da Autorização para Custeio de Despesas de Competência da União e do Estado

Art.19) A inclusão, na Lei Orçamentária Anual, de transferências

de recursos para o custeio de despesa de outros entes da Federação somente poderá ocorrer em situações que envolvam claramente o atendimento de interesses locais, atendidos os dispositivos constantes do art. 62, da Lei Complementar nº 101, de 2000.

Seção IX

Das Diretrizes Específicas do Orçamento de Investimento

Art.20) O Orçamento de investimento, previsto no art. 165, § 5º, inciso II, da Constituição Federal, será representado, para cada empresa em que o Município, direta ou indiretamente, detenha a maioria do capital social com direito a voto.

Parágrafo único. O detalhamento das fontes de financiamento do investimento de cada entidade referida neste artigo será de forma a evidenciar os recursos:

I - gerados pela empresa;

II - oriundos de transferências do Município;

III - oriundos de operações de crédito internas e externas; e

IV - de outras origens, que não as compreendidas nos incisos anteriores.

Seção X

Da Destinação de Reserva de Contingência

Art.21) A Lei Orçamentária conterá dotação para reserva de contingência, constituída exclusivamente com recursos do orçamento fiscal, no valor até 0,85% (zero virgula oitenta e cinco por cento) da receita corrente líquida prevista para o exercício de 2011, destinada ao atendimento de passivos contingentes e outros riscos e eventos fiscais imprevistos.

Seção XI

Das Normas para Controle de Custos e Avaliação de Resultado

Art.22) O Poder Executivo realizará estudos visando a definição de sistema de controle de custos e avaliação de resultados das ações de Governo.

Parágrafo único. A alocação de recursos na Lei Orçamentária Anual será feita diretamente à unidade orçamentária responsável pela sua execução, de modo a evidenciar o custo das ações e propiciar a correta avaliação dos resultados.

CAPÍTULO V

DAS DISPOSIÇÕES RELATIVAS À DÍVIDA PÚBLICA MUNICIPAL

Art.23) A Lei Orçamentária garantirá recursos para pagamento da despesa decorrente de débitos refinanciados, inclusive com a previdência social.

Art.24) O Projeto de Lei Orçamentária Anual poderá incluir, na composição da receita total do Município, recursos provenientes de operações de crédito, respeitados os limites estabelecidos no art. 167, inciso III da Constituição Federal.

Parágrafo único. A Lei Orçamentária Anual deverá conter demonstrativos especificando, por operação de crédito, as dotações a nível de projeto e atividades financiados por estes recursos.

Art.25) A Lei Orçamentária Anual poderá autorizar a realização de operações de crédito por antecipação de receita, desde que observado o disposto no art. 38, da Lei Complementar nº 101, de 2000.

CAPÍTULO VI

DAS DISPOSIÇÕES RELATIVAS ÀS DESPESAS DO MUNICÍPIO COM PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS

Art.26) No exercício financeiro de 2011, as despesas com pessoal dos Poderes Executivo e Legislativo observarão as disposições contidas nos art. 18, 19 e 20, da Lei Complementar nº 101, de 2000.

Art.27) Se a despesa total com pessoal ultrapassar os limites estabelecidos no art. 19, da Lei Complementar nº 101, de 2000, a adoção das medidas de que tratam os §§ 3º e 4º, do art. 169, da Constituição Federal, preservará servidores das áreas de saúde, educação e assistência social.

Art.28) Se a despesa de pessoal atingir o nível de que trata o parágrafo único do art. 22, da Lei Complementar nº 101, de 2000, a contratação de hora extra fica restrita a necessidades emergenciais das áreas de saúde e de saneamento.

Art.29) A estimativa de Receita que constará do Projeto de Lei Orçamentária Anual para o exercício de 2011 contemplará medidas de aperfeiçoamento da administração dos tributos municipais, com vistas à expansão de base de tributação e conseqüente aumento das receitas próprias.

CAPÍTULO VII DAS DISPOSIÇÕES SOBRE ALTERAÇÃO DA LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA

Art.30) O Executivo Municipal, autorizado em Lei, poderá conceder ou ampliar benefício fiscal de natureza tributária com vistas a estimular o crescimento econômico, a geração de emprego e renda, ou beneficiar contribuintes integrantes de classes menos favorecidas, conceder anistia para estimular a cobrança da dívida ativa, devendo esses benefícios ser considerados nos cálculos do orçamento da receita e serem objeto de estudos do seu impacto orçamentário e financeiro no exercício em que iniciar sua vigência e nos dois subseqüentes. (Artigo 14 da LRF).

Art.31) Os tributos lançados e não arrecadados, inscritos em dívida ativa, cujos custos para cobrança sejam superiores ao crédito tributário, poderão ser cancelados, mediante autorização em Lei, não se constituindo como renúncia de receita para efeito do disposto no Art. 14 da Lei de Responsabilidade Fiscal. (Artigo 14, Parágrafo 3º da LRF).

Art.32) O ato que conceder ou ampliar incentivo, isenção ou benefício de natureza tributária ou financeira constante do Orçamento da Receita, somente entrará em vigor após adoção de medidas de compensação, seja por aumento da Receita ou mediante cancelamento, pelo mesmo período, de despesas em valor equivalente. (Artigo 14, Parágrafo 2º da LRF).

CAPÍTULO VIII DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art.33) É vedado consignar na Lei Orçamentária Anual crédito com finalidade imprecisa ou com dotação limitada.

Art.34) Até trinta dias após a publicação dos Orçamentos, o Poder Executivo estabelecerá, através de decreto, a Programação Financeira e o Cronograma de Execução Mensal de Desembolso, nos termos do disposto no art. 8º, da Lei Complementar nº 101, de 2000.

Art.35) Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 1º de janeiro de 2011, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC", 09 de novembro de 2010.
VILMAR GROSSKOPF

Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE
Secretária Municipal de Administração Interina

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 09/11/2010

PEDRO FAGUNDES DOS SANTOS JUNIOR
Chefe de Gabinete do Prefeito

Lei Nº 3.639 de 09 de Novembro de 2010

LEI Nº 3.639 DE 09 DE NOVEMBRO DE 2010

DISPÕE SOBRE DENOMINAÇÃO DE RUA
NO BAIRRO SÃO MIGUEL NESTE MUNICÍPIO.

O Prefeito Municipal do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal aprovou e ela sanciona a seguinte Lei:

Art.1º) Fica denominada de Rua: MARCÍLIA GOMES MUNHOZ, rua situada no Bairro de São Miguel neste Município, "início na Estrada Dona Francisca, com extensão de 66,45 metros (sessenta e seis vírgula quarenta e cinco metros lineares), e largura mínima de 12,00 (doze metros), conforme levantamento Planimétrico anexo".

Art.2º) Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC", 09 de novembro de 2010.
VILMAR GROSSKOPF
Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE
Secretária Municipal de Administração Interina

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 09/11/2010

PEDRO FAGUNDES DOS SANTOS JUNIOR
Chefe de Gabinete do Prefeito

BIOGRAFIA

Nome: MARCÍLIA GOMES MUNHOZ

Profissão: Agricultora

Data de Nascimento: 28/07/1888

Nacionalidade: Brasileira

Naturalidade: Município de Araucária-PR.

Data de Falecimento: 22/12/1968

Filiação: (Pai): PEDRO GOMES DO VALE
(Mãe):

Filhos: JOSÉ GOMES MUNHOZ; PEDRO EUCLIDES MUNHOZ; ODO-RICO GOMES MUNHOZ; RAYMUNDO GOMES MUNHOZ; AGENOR GOMES MUNHOZ; FRANCISCA MUNHOZ KOENIG; GABRIELA MUNHOZ DA CRUZ; EURIDES MUNHOZ PUTKAMER E MARIA CILDA MUNHOZ FARIAS.

Tempo de Residência no Município: 63 anos

Atividades Comunitárias: Líder Comunitária; Distribuição Gratuita de Remédios; Homeopatas e Hervas Medicinais.

Outras Informações que julgar necessárias:

- Doação de área terra, para a construção da sede da Escola de São Miguel; sede da Igreja Católica em São Miguel e onde encontra-se instalado o Parque Comunitário.

Lei Nº 3.641 de 09 de Novembro de 2010

LEI Nº 3.641 DE 09 DE NOVEMBRO DE 2010

AUTORIZA O EXECUTIVO MUNICIPAL A CELEBRAR TERMO DE CESSÃO DE USO DE VEÍCULO COM O ESTADO DE SANTA CATARINA, ATRAVÉS DA SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA DO CIDADÃO, COM INTERVENIÊNCIA DA POLÍCIA MILITAR.

O Prefeito Municipal do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, faz saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara de Vereadores aprovou e ela sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica autorizado o Chefe do Poder Executivo Municipal a celebrar Termo de Cessão de Uso com o Estado de Santa Catarina, através da Secretaria de Estado da Segurança Pública e Defesa do Cidadão, com a interveniência da Polícia Militar do Estado de SC, pelo prazo de 05 (cinco) anos, o veículo a seguir mencionado: 01 (um) automóvel marca Volkswagen, modelo Parati 1.6 Track & Field, bi-combustível, cor B4B4branca cristal, ano 2010 modelo 2011, chassi nº 9BWCBO5W5BPO037065, placa MGR-4788, Renavam nº 6000116634, Certificado de Registro e Licenciamento de Veículo Detran - SC nº 8065645648, adquirido através dos recursos oriundos do Convênio de Radiopatrulha do Município de Campo Alegre e incorporado ao patrimônio do Município de Campo Alegre/SC.

Parágrafo único - O veículo de que trata esta Lei destina-se ao serviço de policiamento ostensivo motorizado exclusivamente no Município de Campo Alegre/SC, através do 1º Grupamento Policial Militar da 1ª Companhia do 23º Batalhão de Polícia Militar, sediado em Campo Alegre/SC.

Art. 2º - Os demais procedimentos, normas e encargos decorrentes da aplicação desta Lei serão definidos através do Termo de Cessão de Uso.

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC, 09 de novembro de 2010.

VILMAR GROSSKOPF

Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE

Secretária Municipal de Administração Interina

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 09/11/2010

PEDRO FAGUNDES DOS SANTOS JUNIOR

Chefe de Gabinete do Prefeito

TERMO DE CESSÃO DE USO QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE, E O ESTADO DE SANTA CATARINA, ATRAVÉS DA POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE SANTA CATARINA.

Aos dez dias do mês de novembro de 2010, o Município de Campo Alegre, doravante denominado - Cedente, situado à Rua Cel. Bueno Franco, 292 Centro, inscrito no CNPJ/MF sob nº 83.102.749/0001-77, neste ato representado pelo Exmo. Sr. Vilmar Grosskopf, Prefeito Municipal, e o Estado de Santa Catarina, através da Polícia Militar do Estado de Santa Catarina, doravante denominada - PMSC, situada à Rua Visconde de Ouro Preto nº 549, Centro, Florianópolis - SC, inscrita no CNPJ/MF sob nº 83.931.550/0001-51, neste ato representada pelo seu Comandante Geral, Coronel PM Luiz da Silva Maciel, amparados na Lei Municipal nº 3.641 de

09 de novembro de 2010, no inciso IV, do Art. 7º da Lei Complementar nº 284, de 28 de fevereiro de 2005, no Decreto nº 307, de 04 de junho de 2003, no Decreto 525, de 29 de julho de 2003, no Decreto nº 1.773, de 11 de maio de 2004, no Decreto nº 1.899, de 31 de maio de 2004, no Decreto nº 3.485, de 15 de setembro de 2005, e na Portaria nº 1051/GERE/DIGA/GAB/SSP, de 21 de dezembro de 2005, publicada no Diário Oficial do Estado nº 17.799 de 09 de janeiro de 2006, respectivamente, resolvem, por mútuo acordo, celebrar o presente Termo de Cessão de Uso, de acordo com as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O Cedente fornecerá à Cessionária, para utilização exclusiva do 1º Grupamento do 1º Pelotão da 3ª Companhia do 14º Batalhão da Polícia Militar, sediado no Município de Campo Alegre, um veículo, com todos os equipamentos obrigatórios: 01 (um) automóvel marca Volkswagen, modelo Parati 1.6 Track & Field, bi-combustível, cor B4B4-branca cristal, ano 2010 modelo 2011, chassi nº 9BWCBO5W5BPO037065, placa MGR 4788, Renavam nº 000116634, Certificado de Registro e Licenciamento de Veículo Detran - SC nº 8065645648, adquirido através dos recursos oriundos do Convênio de Radiopatrulha do Município de Campo Alegre e incorporado ao patrimônio do Município de Campo Alegre/SC.

CLÁUSULA SEGUNDA - DA DESTINAÇÃO

O veículo destina-se ao serviço de policiamento motorizado pela Polícia Militar, no Município de Campo Alegre/SC, ficando a Cessionária responsável pelo fornecimento do pessoal necessário à execução desse serviço e pelo bom uso desse equipamento.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA UTILIZAÇÃO E DAS RESPONSABILIDADES A Cessionária, pelo uso do veículo, obrigar-se-á:

- Usar o veículo exclusivamente para o fim a que se destina;
- Zelar pela guarda do veículo, comunicando ao Cedente a ocorrência de qualquer acidente;
- Responsabilizar-se por eventuais transgressões à legislação de trânsito e pelos efeitos dessas;
- Responsabilizar-se pelo licenciamento anual do veículo;
- Arcar com os custos de manutenção do veículo, no qual correrão por conta dos Itens Orçamentários: Combustíveis e lubrificantes item 3.3.90.30.01, da manutenção e consertos item 3.3.90.39.19, e da reposição de peças item 3.3.90.30.39, Ação 2040, da Fonte de Recursos.

CLÁUSULA QUARTA - DA CARACTERIZAÇÃO DO VEÍCULO

Enquanto durar a presente Cessão de Uso, o veículo, objeto deste instrumento passará a integrar a frota da Cessionária, caracterizado por suas cores, símbolos e placas (licenças) específicas, ao serviço a que se destina.

CLÁUSULA QUINTA - DA DEPRECIAÇÃO

Por conta do presente acordo, o objeto desta Cessão de Uso será utilizado no serviço de segurança pública, o qual será devolvido, quando da rescisão ou expiração deste instrumento, no estado que se encontrar, desgastado pelo seu uso.

CLÁUSULA SEXTA - PRAZO E VIGÊNCIA

O presente Termo de Cessão de Uso vigorará por 5 (cinco) anos, a contar da data de sua publicação no Diário Oficial do Estado, podendo ser renunciado a qualquer tempo se assim for do interesse de qualquer dos acordantes, mediante comunicação prévia de no mínimo 30 (trinta) dias.

CLÁUSULA SÉTIMA - DO FORO

Para qualquer ação judicial que se originar deste instrumento, fica eleito o Foro da Comarca da Capital, renunciando as partes a qualquer outro, mesmo que mais privilegiado.

E assim, por estarem justos e acordes, assinam o presente termo em 6 (seis) vias de igual teor, junto com duas testemunhas.

Florianópolis - SC, de de 2010.
VILMAR GROSSKOPF
Prefeito Municipal

LUIZ DA SILVA MACIEL
Cel PM Cmt Geral PMSC

Testemunhas:
Nome: JOSÉ LUIS SILVA
CPF: 304.385.869-72

JOSÉ ADOLAR DAVID DE LIMA.
CPF: 646.207.009-91

Lei Nº 3.642 de 09 de Novembro de 2010

LEI Nº 3.642 DE 09 DE NOVEMBRO DE 2010
ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE
SUPERÁVIT FINANCEIRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art.1º) Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a Abrir Crédito Suplementar no valor de R\$ 358.000,00 (trezentos e cinquenta e oito mil reais), a fim de suplementar a seguinte dotação do Orçamento Vigente:

05.00 - Secretaria Municipal de Educação	
05.06 - Serviço de Manutenção do Salário Educação	
1.028 - Construção, Ampliação e Reforma de Unidades Escolares.	
400000.00.140 - Despesas de Capital	
440000.00.140 - Investimentos	
449000.00.140 - Aplicações Diretas	
449051.00.140 - Obras e Instalações	R\$ 358.000,00

Art.2º) O crédito a que se refere o Artigo primeiro desta Lei, correrá por conta de Superávit Financeiro do Exercício Anterior dos Recursos Vinculados do Salário Educação (cód. 140).

Art.3º) Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

VILMAR GROSSKOPF
Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE
Secretária Municipal de Administração Interina

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 09/11/2010

PEDRO FAGUNDES DOS SANTOS JUNIOR
Chefe de Gabinete do Prefeito

Lei Nº 3.643 de 09 de Novembro de 2010

LEI Nº 3.643 DE 09 DE NOVEMBRO DE 2010
ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE ANULAÇÃO
PARCIAL DE DOTAÇÕES DO ORÇAMENTO VIGENTE.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art.1º) Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir Crédito Suplementar no valor de R\$ 890.000,00 (oitocentos e noventa mil reais), a fim de suplementar as seguintes Dotações do Orçamento Vigente:

05.00 - Secretaria Municipal de Educação	
05.02 - Serviço de Ensino Fundamental	
1.004 - Construção, Reforma e Adequação de Unidades Escolares de Ensino Fundamental.	
400000.00.000 - Despesas de Capital	
440000.00.000 - Investimentos	
449000.00.000 - Aplicações Diretas	
449051.00.141 - Obras e Instalações	R\$ 90.000,00
449051.00.519 - Obras e Instalações	R\$ 148.000,00
449051.00.774 - Obras e Instalações	R\$ 500.000,00
05.06 - Serviço de Manutenção do Salário Educação	
1.028 - Construção, Ampliação e Reforma de Unidades Escolares.	
400000.00.140 - Despesas de Capital	
440000.00.140 - Investimentos	
449000.00.140 - Aplicações Diretas	
449051.00.140 - Obras e Instalações	R\$ 152.000,00
TOTAL	R\$ 890.000,00

Art.2º) Os créditos a que se referem o Artigo primeiro desta Lei, correrão por conta de Anulação Parcial das seguintes Dotações do Orçamento Vigente:

05.00 - Secretaria Municipal de Educação	
05.01 - Serviço de Apoio Administrativo a Educação	
2.064 - Conselho Municipal de Educação	
300000.00.519 - Despesas Correntes	
330000.00.519 - Outras Despesas Correntes	
339000.00.519 - Aplicações Diretas	
339036.00.519 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física	
R\$ 650,00	
339039.00.519 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	
R\$ 1.800,00	
2.104 - Manutenção e Coordenação das Atividades da Secretaria Municipal de Educação	
400000.00.519 - Despesas de Capital	
440000.00.519 - Investimentos	
449000.00.519 - Aplicações Diretas	
449052.00.519 - Equipamentos e Material Permanente	
R\$ 2.000,00	
05.02 - Serviço de Ensino Fundamental	
1.004 - Construção, Reforma e Adequação de Unidades Escolares de Ensino Fundamental.	
400000.00.141 - Despesas de Capital	
440000.00.141 - Investimentos	
449000.00.141 - Aplicações Diretas	
449052.00.141 - Equipamentos e Material Permanente	
R\$ 40.000,00	
2.013 - Manutenção do Núcleo de Apoio Pedagógico	
300000.00.519 - Despesas Correntes	
330000.00.519 - Outras Despesas Correntes	
339000.00.519 - Aplicações Diretas	
339030.00.519 - Material de Consumo	R\$ 5.000,00
400000.00.519 - Despesas de Capital	
440000.00.519 - Investimentos	
449000.00.519 - Aplicações Diretas	
449052.00.519 - Equipamentos e Material Permanente	
R\$ 3.000,00	
2.014 - Transporte Escolar	
300000.00.519 - Despesas Correntes	
330000.00.519 - Outras Despesas Correntes	
339000.00.519 - Aplicações Diretas	
339039.00.519 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	
R\$ 25.500,00	

2.046 - Pessoal do Ensino Fundamental
 300000.00.139 - Despesas Correntes
 310000.00.139 - Pessoal e Encargos Sociais
 319000.00.139 - Aplicações Diretas
 319013.00.139 - Obrigações Patronais R\$ 6.000,00
 2.105 - Manutenção e Coordenação das Atividades do Ensino Fundamental
 300000.00.519 - Despesas Correntes
 330000.00.519 - Outras Despesas Correntes
 339000.00.519 - Aplicações Diretas
 339030.00.519 - Material de Consumo R\$ 7.000,00
 400000.00.519 - Despesas de Capital
 440000.00.519 - Investimentos
 449000.00.519 - Aplicações Diretas
 449052.00.519 - Equipamentos e Material Permanente R\$ 15.650,00
 05.03 - Serviço de Educação Infantil
 1.027 - Construção, Ampliação e Reforma dos Centros Municipal de Educação Infantil.
 400000.00.000 - Despesas de Capital
 440000.00.000 - Investimentos
 449000.00.000 - Aplicações Diretas
 449051.00.519 - Obras e Instalações R\$ 3.700,00
 449051.00.765 - Obras e Instalações R\$ 500.000,00
 2.047 - Pessoal da Educação Infantil
 300000.00.000 - Despesas Correntes
 310000.00.000 - Pessoal e Encargos Sociais
 319000.00.000 - Aplicações Diretas
 319004.00.141 - Contratação por Tempo Determinado R\$ 9.000,00
 319013.00.139 - Obrigações Patronais R\$ 35.000,00
 2.106 - Manutenção e Coordenação das Atividades da Educação Infantil
 300000.00.519 - Despesas Correntes
 330000.00.519 - Outras Despesas Correntes
 339000.00.519 - Aplicações Diretas
 339030.00.519 - Material de Consumo R\$ 2.000,00
 339039.00.519 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica R\$ 10.000,00
 05.05 - Serviço de Controle da Merenda Escolar
 2.015 - Merenda Escolar
 400000.00.136 - Despesas de Capital
 440000.00.136 - Investimentos
 449000.00.136 - Aplicações Diretas
 449052.00.136 - Equipamentos e Material Permanente R\$ 5.000,00
 05.06 - Serviço de Manutenção do Salário Educação
 1.045 - Construção, Ampliação e Reforma dos Centros de Educação Infantil.
 400000.00.140 - Despesas de Capital
 440000.00.140 - Investimentos
 449000.00.140 - Aplicações Diretas
 449051.00.140 - Obras e Instalações R\$ 15.000,00
 449052.00.140 - Equipamentos e Material Permanente R\$ 30.000,00
 2.108 - Manter e Coordenar Atividades Específicas do Ensino Fundamental
 300000.00.140 - Despesas Correntes
 330000.00.140 - Outras Despesas Correntes
 339000.00.140 - Aplicações Diretas
 339030.00.140 - Material de Consumo R\$ 25.000,00
 339036.00.140 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física R\$ 3.000,00
 339039.00.140 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica R\$ 3.000,00
 400000.00.140 - Despesas de Capital
 440000.00.140 - Investimentos
 449000.00.140 - Aplicações Diretas
 449052.00.140 - Equipamentos e Material Permanente

R\$ 30.000,00
 2.805 - Manter e Coordenar Atividades Específicas da Educação Infantil
 300000.00.140 - Despesas Correntes
 330000.00.140 - Outras Despesas Correntes
 339000.00.140 - Aplicações Diretas
 339030.00.140 - Material de Consumo R\$ 15.000,00
 339036.00.140 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física R\$ 3.000,00
 400000.00.140 - Despesas de Capital
 440000.00.140 - Investimentos
 449000.00.140 - Aplicações Diretas
 449052.00.140 - Equipamentos e Material Permanente R\$ 28.000,00
 11.00 - Secretaria Municipal de Cultura, Turismo, Esporte e Lazer.
 11.01 - Coordenadoria de Cultura
 2.016 - Patrimônio Histórico Municipal
 400000.00.540 - Despesas de Capital
 440000.00.540 - Investimentos
 449000.00.540 - Aplicações Diretas
 449051.00.540 - Obras e Instalações R\$ 66.700,00
 TOTAL R\$ 890.000,00

Art.3º) Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC", 09 de novembro de 2010.
 VILMAR GROSSKOPF
 Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE
 Secretária Municipal de Administração Interina

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 09/11/2010

PEDRO FAGUNDES DOS SANTOS JUNIOR
 Chefe de Gabinete do Prefeito

Decreto Nº 6.258 de 09 de Novembro de 2010

DECRETO Nº 6.258 DE 09 DE NOVEMBRO DE 2010
 ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE SUPERÁVIT FINANCEIRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial a Lei Municipal nº 3.642 de 09 de novembro de 2010; DECRETA: Art.1º) Abre Crédito Suplementar no valor de R\$ 358.000,00 (trezentos e cinquenta e oito mil reais), a fim de suplementar a seguinte Dotação do Orçamento Vigente:

05.00 - Secretaria Municipal de Educação
 05.06 - Serviço de Manutenção do Salário Educação
 1.028 - Construção, Ampliação e Reforma de Unidades Escolares.
 400000.00.140 - Despesas de Capital
 440000.00.140 - Investimentos
 449000.00.140 - Aplicações Diretas
 449051.00.140 - Obras e Instalações R\$ 358.000,00

Art.2º) O crédito a que se refere o Artigo primeiro deste Decreto, correrá por conta de Superávit Financeiro do Exercício Anterior dos Recursos Vinculados do Salário Educação (cód. 140).

Art.3º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.



VILMAR GROSSKOPF
Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE
Secretária Municipal de Administração Interina

Publicado e registrado na forma da Lei Municipal nº 2.416 em:
09/11/2010

PEDRO FAGUNDES DOS SANTOS JUNIOR
Chefe de Gabinete do Prefeito

Decreto Nº 6.259 de 09 de Novembro de 2010

DECRETO Nº 6.259 DE 09 DE NOVEMBRO DE 2010
ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE ANULAÇÃO
PARCIAL DE DOTAÇÕES DO ORÇAMENTO VIGENTE.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial a Lei Municipal nº 3.643 de 09 de novembro de 2010; DECRETA: Art.1º) Abre Crédito Suplementar no valor de R\$ 890.000,00 (oitocentos e noventa mil reais), a fim de suplementar as seguintes Dotações do Orçamento Vigente:

05.00 -	Secretaria Municipal de Educação	
05.02 -	Serviço de Ensino Fundamental	
1.004 -	Construção, Reforma e Adequação de Unidades Escolares de Ensino Fundamental.	
400000.00.000 -	Despesas de Capital	
440000.00.000 -	Investimentos	
449000.00.000 -	Aplicações Diretas	
449051.00.141 -	Obras e Instalações	R\$ 90.000,00
449051.00.519 -	Obras e Instalações	R\$ 148.000,00
449051.00.774 -	Obras e Instalações	R\$ 500.000,00
05.06 -	Serviço de Manutenção do Salário Educação	
1.028 -	Construção, Ampliação e Reforma de Unidades Escolares.	
400000.00.140 -	Despesas de Capital	
440000.00.140 -	Investimentos	
449000.00.140 -	Aplicações Diretas	
449051.00.140 -	Obras e Instalações	R\$ 152.000,00
TOTAL		R\$ 890.000,00

Art.2º) Os créditos a que se referem o Artigo primeiro deste Decreto, correrão por conta de Anulação Parcial das seguintes Dotações do Orçamento Vigente:

05.00 -	Secretaria Municipal de Educação	
05.01 -	Serviço de Apoio Administrativo a Educação	
2.064 -	Conselho Municipal de Educação	
300000.00.519 -	Despesas Correntes	
330000.00.519 -	Outras Despesas Correntes	
339000.00.519 -	Aplicações Diretas	
339036.00.519 -	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física	R\$ 650,00
339039.00.519 -	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	R\$ 1.800,00
2.104 -	Manutenção e Coordenação das Atividades da Secretaria Municipal de Educação	
400000.00.519 -	Despesas de Capital	
440000.00.519 -	Investimentos	
449000.00.519 -	Aplicações Diretas	
449052.00.519 -	Equipamentos e Material Permanente	R\$ 2.000,00
05.02 -	Serviço de Ensino Fundamental	
1.004 -	Construção, Reforma e Adequação de Unidades Escolares de Ensino Fundamental.	
400000.00.141 -	Despesas de Capital	
440000.00.141 -	Investimentos	
449000.00.141 -	Aplicações Diretas	

449052.00.141 -	Equipamentos e Material Permanente	R\$ 40.000,00
2.013 -	Manutenção do Núcleo de Apoio Pedagógico	
300000.00.519 -	Despesas Correntes	
330000.00.519 -	Outras Despesas Correntes	
339000.00.519 -	Aplicações Diretas	
339030.00.519 -	Material de Consumo	R\$ 5.000,00
400000.00.519 -	Despesas de Capital	
440000.00.519 -	Investimentos	
449000.00.519 -	Aplicações Diretas	
449052.00.519 -	Equipamentos e Material Permanente	R\$ 3.000,00
2.014 -	Transporte Escolar	
300000.00.519 -	Despesas Correntes	
330000.00.519 -	Outras Despesas Correntes	
339000.00.519 -	Aplicações Diretas	
339039.00.519 -	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	R\$ 25.500,00
2.046 -	Pessoal do Ensino Fundamental	
300000.00.139 -	Despesas Correntes	
310000.00.139 -	Pessoal e Encargos Sociais	
319000.00.139 -	Aplicações Diretas	
319013.00.139 -	Obrigações Patronais	R\$ 6.000,00
2.105 -	Manutenção e Coordenação das Atividades do Ensino Fundamental	
300000.00.519 -	Despesas Correntes	
330000.00.519 -	Outras Despesas Correntes	
339000.00.519 -	Aplicações Diretas	
339030.00.519 -	Material de Consumo	R\$ 7.000,00
400000.00.519 -	Despesas de Capital	
440000.00.519 -	Investimentos	
449000.00.519 -	Aplicações Diretas	
449052.00.519 -	Equipamentos e Material Permanente	R\$ 15.650,00
05.03 -	Serviço de Educação Infantil	
1.027 -	Construção, Ampliação e Reforma dos Centros Municipais de Educação Infantil.	
400000.00.000 -	Despesas de Capital	
440000.00.000 -	Investimentos	
449000.00.000 -	Aplicações Diretas	
449051.00.519 -	Obras e Instalações	R\$ 3.700,00
449051.00.765 -	Obras e Instalações	R\$ 500.000,00
2.047 -	Pessoal da Educação Infantil	
300000.00.000 -	Despesas Correntes	
310000.00.000 -	Pessoal e Encargos Sociais	
319000.00.000 -	Aplicações Diretas	
319004.00.141 -	Contratação por Tempo Determinado	R\$ 9.000,00
319013.00.139 -	Obrigações Patronais	R\$ 35.000,00
2.106 -	Manutenção e Coordenação das Atividades da Educação Infantil	
300000.00.519 -	Despesas Correntes	
330000.00.519 -	Outras Despesas Correntes	
339000.00.519 -	Aplicações Diretas	
339030.00.519 -	Material de Consumo	R\$ 2.000,00
339039.00.519 -	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	R\$ 10.000,00
05.05 -	Serviço de Controle da Merenda Escolar	
2.015 -	Merenda Escolar	
400000.00.136 -	Despesas de Capital	
440000.00.136 -	Investimentos	
449000.00.136 -	Aplicações Diretas	
449052.00.136 -	Equipamentos e Material Permanente	R\$ 5.000,00
05.06 -	Serviço de Manutenção do Salário Educação	
1.045 -	Construção, Ampliação e Reforma dos Centros de Educação Infantil.	
400000.00.140 -	Despesas de Capital	
440000.00.140 -	Investimentos	

449000.00.140 - Aplicações Diretas	
449051.00.140 - Obras e Instalações	R\$ 15.000,00
449052.00.140 - Equipamentos e Material Permanente	
R\$ 30.000,00	
2.108 - Manter e Coordenar Atividades Especificas do Ensino Fundamental	
300000.00.140 - Despesas Correntes	
330000.00.140 - Outras Despesas Correntes	
339000.00.140 - Aplicações Diretas	
339030.00.140 - Material de Consumo	R\$ 25.000,00
339036.00.140 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física	
R\$ 3.000,00	
339039.00.140 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	
R\$ 3.000,00	
400000.00.140 - Despesas de Capital	
440000.00.140 - Investimentos	
449000.00.140 - Aplicações Diretas	
449052.00.140 - Equipamentos e Material Permanente	
R\$ 30.000,00	
2.805 - Manter e Coordenar Atividades Especificas da Educação Infantil	
300000.00.140 - Despesas Correntes	
330000.00.140 - Outras Despesas Correntes	
339000.00.140 - Aplicações Diretas	
339030.00.140 - Material de Consumo	R\$ 15.000,00
339036.00.140 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física	
R\$ 3.000,00	
400000.00.140 - Despesas de Capital	
440000.00.140 - Investimentos	
449000.00.140 - Aplicações Diretas	
449052.00.140 - Equipamentos e Material Permanente	
R\$ 28.000,00	
11.00 - Secretaria Municipal de Cultura, Turismo, Esporte e Lazer.	
11.01 - Coordenadoria de Cultura	
2.016 - Patrimônio Histórico Municipal	
400000.00.540 - Despesas de Capital	
440000.00.540 - Investimentos	
449000.00.540 - Aplicações Diretas	
449051.00.540 - Obras e Instalações	R\$ 66.700,00
TOTAL	R\$ 890.000,00

Art.3º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC", 09 de novembro de 2010.
VILMAR GROSSKOPF
Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE
Secretária Municipal de Administração Interina

Publicado e registrado na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 09/11/2010

PEDRO FAGUNDES DOS SANTOS JUNIOR
Chefe de Gabinete do Prefeito

Portaria Nº 7.612 de 04 de Novembro de 2010

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 7.612 DE 04 DE NOVEMBRO DE 2010
ALTERA DISPOSIÇÕES DO PARÁGRAFO ÚNICO DA PORTARIA Nº 7.505 DE 02 DE AGOSTO DE 2010.

O Prefeito Municipal do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 333, da Lei Complementar Municipal nº

006 de 19 de setembro de 2002; RESOLVE:

Art.1º) Alterar as disposições do Parágrafo Único da Portaria nº 7.505 de 02 de agosto de 2010, a qual passa a ter a seguinte redação:

Parágrafo único: A interrupção de que trata o Art. 1º desta Portaria, Licença Maternidade, segundo Atestado Médico devidamente protocolado junto ao Serviço de Protocolo desta Prefeitura Municipal em data de 02 de agosto de 2010.

Art.2º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 02 de agosto de 2010.

Art.3º) Revogadas as demais disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de Campo Alegre "SC", 04 de novembro de 2010.

VILMAR GORSSKOPF
Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE
Secretária Municipal de Administração Interina

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 04/11/2010

PEDRO FAGUNDES DOS SANTOS JUNIOR
Chefe de Gabinete do Prefeito

Canoinhas

PREFEITURA MUNICIPAL

Lei Municipal n.º 4.580 de 11/08/2010

LEI Nº. 4.580 DE 11/08/2010

"INSTITUI E AUTORIZA A COBRANÇA DE CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

O Povo do Município de Canoinhas, por seus representantes na Câmara de Vereadores aprovou, e eu, LEOBERTO WEINERT, Prefeito Municipal, em seu nome, sanciono a seguinte:
LEI

Art. 1º. Fica autorizado o Chefe do Poder Executivo Municipal a promover os atos necessários à cobrança da Contribuição de Melhoria em decorrência da valorização imobiliária relativo às obras públicas de pavimentação asfáltica, com revestimento em Concreto Asfáltico Usinado a Quente (CAUQ), drenagem pluvial, sinalização e obras complementares, tendo como limite global a despesa realizada da obra e, como limite individual, o acréscimo de valor que resultar para cada imóvel, compreendendo aqueles diretamente localizados na Rua Emílio Scholtz, nos Bairros Sossego, Tricolim e Jardim Esperança, correspondendo o 1º trecho entre a Rua Álvaro Soares Machado e Rua Bernardo Olsen, com extensão de 1.252,20 metros (Anexo I - área de influência direta) e, na Rua Emílio Scholtz, correspondendo ao 2º trecho entre a Rua Adolfo Voigt e Rua Lourenço Wrublevski, com extensão de 258,04 metros (Anexo II - área de influência direta).

Parágrafo único. O custo total/orçamento estimado (considerando a extensão das vias - Anexo III e IV) no que se refere à consecução das obras públicas definidas nesta Lei, correspondem para o 1º trecho à quantia de R\$ 1.284.227,19 (um milhão, duzentos e oitenta e quatro mil e duzentos e vinte e sete reais e dezenove centavos) e, para o 2º trecho, a quantia de R\$ 264.575,55 (duzentos

e sessenta e quatro mil e quinhentos e setenta e cinco reais e cinquenta e cinco centavos), tendo como fontes de recursos os valores obtidos através de convênio com a Agência de Fomento do Estado de Santa Catarina S.A - Badesc e mediante aplicação de recursos próprios do Município de Canoinhas.

Art. 2º. O Sujeito Passivo da Contribuição de Melhoria é o proprietário, o titular do domínio útil ou o possuidor a qualquer título, de imóvel localizado na área de influência da obra pública.

§ 1º. Responde pelo pagamento da Contribuição de Melhoria o proprietário do imóvel ao tempo do seu lançamento, e esta responsabilidade se transmite aos adquirentes e sucessores, a qualquer título, do domínio do imóvel.

§ 2º. No caso de enfiteuse, responde pela Contribuição de Melhoria o enfiteuta.

§ 3º. Os bens indivisos serão considerados como pertencentes a um só proprietário e aquele que for lançado terá direito de exigir dos condôminos as parcelas que lhe couberem.

Art. 3º. O Chefe do Poder Executivo Municipal determinará as providências para a elaboração e atendimento dos atos administrativos abaixo descritos, sem prejuízo de outros que se fizerem necessários para o cumprimento desta Lei:

I - Publicação prévia de Edital anterior ao início da execução das obras referidas nesta Lei, através de meio oficial do Município e em jornal de maior circulação local, contendo os seguintes elementos, sem prejuízo de outros:

- a) memorial descritivo do projeto;
- b) orçamento total ou parcial do custo das obras;
- c) determinação da parcela do custo das obras a ser ressarcida pela contribuição, com o correspondente plano rateio entre os imóveis beneficiados;
- d) delimitação na zona beneficiada das áreas direta e indiretamente beneficiadas e a relação de todos os imóveis nelas compreendidos;
- e) determinação do fator de absorção do benefício da valorização para toda zona ou para cada uma das áreas diferenciadas nela contidas.

§ 1º. O Contribuinte, querendo, poderá mediante protocolo impugnar administrativamente qualquer dos elementos referidos no Edital de que trata o inciso I deste artigo, no prazo de 30 (trinta) dias, a começar no primeiro dia útil após a publicação oficial pelo Município de Canoinhas, cabendo ao impugnante o ônus da prova, sem prejuízo do exame pelo Poder Judiciário.

§ 2º. As impugnações oferecidas aos elementos a que se refere este artigo, serão apresentadas por meio de petição fundamentada e devidamente identificada, descrevendo as provas requeridas, sob pena de preclusão neste sentido, e endereçadas ao titular da Secretaria da Administração e Finanças o qual, após manifestação da Secretaria de Planejamento e Orçamento e do Parecer Jurídico, deverá proferir decisão final em prazo não superior a 30 (trinta) dias, contados da data do protocolo da petição da parte interessada.

I - Da decisão proferida pela Municipalidade será cientificada pessoalmente a parte interessada e encaminhada correspondência oficial aos Setores da Administração envolvidos para, sendo o caso, providenciarem as medidas cabíveis.

II - A comunicação ao interessado da decisão referida no inciso anterior, será feita:

- a) pessoalmente, por aposição do ciente no processo;
- b) pelo correio, com aviso de recebimento mão própria (AR-MP) se contribuinte pessoa física, ou, simples Aviso de Recebimento (AR) se Contribuinte Pessoa Jurídica;
- c) por edital publicado em jornal de grande circulação local.

III - Em havendo necessidade de instrução do procedimento, consistente em diligências, emissão de laudos técnicos e oitiva de testemunhas, etc, será determinada a realização do ato necessário e agendada a data para a solenidade, ocasião em que encerrada a instrução, a parte interessada deverá se manifestar oralmente acerca da prova produzida, sendo que no prazo de 5 (cinco) dias, a contar desta data, a Administração proferirá decisão final, do que obrigatoriamente dará ciência ao interessado, sem prejuízo de outras formas de publicidade.

IV - No caso da instrução do procedimento administrativo de que trata este artigo, o prazo definido no parágrafo segundo poderá ser prorrogado em até 30 (trinta) dias.

Art. 4º. A determinação da Contribuição de Melhoria far-se-á rateando-se, proporcionalmente, o custo parcial ou total da obra, entre todos os imóveis incluídos na zona beneficiada pela valorização imobiliária decorrente da melhoria descrita na presente Lei, em função dos fatores individuais.

§ 1º. Na determinação do valor individual da contribuição será observado o limite estabelecido pelo acréscimo de valor que da obra resultar para cada imóvel beneficiado, em estrita observância ao disposto nesta Lei, no artigo 145, inciso III, da Constituição Federal de 1988 c/c artigos 81 e 82, ambos da Lei nº. 5.172/1966 (Código Tributário Nacional), Decreto-lei nº. 195/1967, Lei Complementar nº. 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), Lei nº. 10.257/2001 (Estatuto da Cidade) e Lei Complementar nº. 8/2005 (Código Tributário Municipal).

§ 2º. A apuração far-se-á levando em conta:

I - a situação do terreno na zona de influência;

II - sua testada e área;

III - finalidade de exploração econômica, além de outros elementos a serem considerados, isolados ou conjuntamente.

§ 3º. A Contribuição de Melhoria terá como limite o custo total da obra tendo em vista a natureza desta, os benefícios para os usuários, atividades econômicas predominantes e o nível de desenvolvimento da região, sendo aí computadas todas as despesas necessárias aos estudos, projetos, fiscalização, desapropriações, administrações, execução e financiamento, inclusive prêmios de reembolso e outras de praxe em financiamento ou empréstimos e terá a sua expressão monetária atualizada na época do lançamento mediante aplicação de coeficientes oficiais de correção e atualização monetária.

§ 4º. Estão incluídos nos orçamentos de custo das obras todos os investimentos necessários para que os benefícios delas decorrentes sejam integralmente alcançados pelos imóveis situados nas respectivas zonas de influência.

Art. 5º. Executada a obra de melhoramento na sua totalidade ou em parte suficiente para beneficiar determinados imóveis, de modo a justificar o início da cobrança da Contribuição de Melhoria calculada na forma prevista nesta Lei, proceder-se-á ao lançamento referente a esses imóveis, depois de publicado o respectivo demonstrativo de custos em meio oficial do Município e em jornal

de grande circulação local, através de Edital prévio que conterá os seguintes elementos, dentre outros que se fizerem necessários:

I - determinação da parcela do custo das obras a ser ressarcida pela contribuição, com o correspondente plano de rateio entre os imóveis beneficiados devidamente identificados;

II - determinação do fator de absorção do benefício da valorização para toda zona ou para cada uma das áreas diferenciadas nela contidas após a execução total ou parcial da obra;

III - valor da Contribuição de Melhoria lançada individualmente por imóvel situado na área beneficiada pela obra pública;

IV - local do pagamento, prazo para o seu pagamento, suas prestações e vencimentos;

V - prazo para a impugnação;

Parágrafo único. As impugnações/reclamações e recursos administrativos interpostos contra o lançamento da Contribuição de Melhoria não suspendem o prosseguimento da obra quando a cobrança se referir à melhoria decorrente de obra executada em parte, na forma prevista no caput deste artigo, nem impedem a administração de praticar os atos necessários ao lançamento e cobrança do tributo.

Art. 6º. Os lançamentos da contribuição de melhoria e suas alterações serão disponibilizados aos sujeitos passivos mediante notificação pessoal ou via postal com Aviso de Recebimento Mão Própria (AR-MP) em caso de Contribuinte Pessoa Física e Simples Aviso de Recebimento (AR) em caso de Contribuinte Pessoa Jurídica, indicando o prazo de 30 (trinta) dias para efeitos de recolhimento do valor devido ou, para os fins de reclamação na forma desta Lei.

Art. 7º. Na impossibilidade da prática dos atos para a notificação do sujeito passivo na forma prevista no artigo anterior, a notificação será feita por Edital publicado em um dos jornais locais de grande circulação.

Art. 8º. Vencido o prazo fixado na notificação, sem que o sujeito passivo tenha cumprido a exigência fiscal ou contra ele tenha interposto impugnação/reclamação, ou, ainda, sem que tenha recorrido da decisão de primeira instância, será o valor do crédito tributário inscrito em dívida ativa, para os devidos fins.

Art. 9º. A notificação, de modelo a ser fixado pelo órgão fazendário, será emitida em três vias, e conterá, além de outros, os seguintes elementos:

I - nome do notificado e seu número de inscrição no cadastro fiscal do Município;

II - local e data da expedição;

III - identificação da contribuição de melhoria, do seu montante, prazo para pagamento, suas prestações e vencimentos, local para pagamento e demais elementos considerados na sua apuração e indicação do dispositivo legal e que se funda o lançamento;

IV - incidência e montante da multa, juros e correção monetária aplicáveis e indicação do embasamento legal neste sentido;

V - prazo para impugnação/reclamação ou cumprimento da exigência fiscal e local em que deve ser procedido o recolhimento;

VI - assinatura do notificado e do notificante.

Parágrafo único. A recusa da assinatura da notificação pelo notificado a ele não aproveita nem prejudica.

Art. 10º. As três vias da notificação terão o seguinte destino:

I - a primeira, para o notificado;

II - a segunda, para a repartição em que deve ser procedido o recolhimento;

III - a terceira, para o relatório do notificante.

Art. 11º. Sempre que, por qualquer motivo, não for assinada a notificação pelo notificado, a ele se dará ciência do ato fiscal via postal (Correio) com Aviso de Recebimento Mão Própria (AR-MP) em caso de Contribuinte Pessoa Física ou simples Aviso de Recebimento (AR), no caso de Contribuinte Pessoa Jurídica.

Art. 12º. São competentes para notificar o lançamento e suas alterações por ato próprio do Chefe do Poder Executivo:

I - os Agentes Fiscais;

II - a Autoridade Administrativa legalmente responsável pelo lançamento de tributos.

Art. 13º. A Contribuição de Melhoria a que se refere esta Lei poderá ser paga de uma só vez ou parceladamente, de acordo com os seguintes critérios:

I - O pagamento de uma só vez gozará de desconto de 20% (vinte por cento), se efetuando nos primeiros 30 (trinta) dias, a contar do recebimento da notificação do lançamento.

II - Por opção do contribuinte, o pagamento da Contribuição de Melhoria, poderá ser fixado até 36 (trinta e seis) parcelas mensais, não havendo a incidência de quaisquer espécie de redução do montante lançado, aí incluídos os índices oficiais de correção monetária e aplicação de juros legais, sendo o caso;

§ 1º. O contribuinte proprietário de um só imóvel, cuja renda mensal familiar for de até 03 (três) salários mínimos, poderá parcelar a Contribuição de Melhoria em até 60 (sessenta) meses, não havendo a incidência de quaisquer espécie de redução do montante lançado.

§ 2º. É facultado ao contribuinte recolher, sob a forma de antecipação e com base no custo estimado para execução, o valor total ou parcial do tributo a ser lançado, antes da conclusão da obra pública de que trata esta Lei.

I - Aos contribuintes que optarem pela antecipação prevista neste parágrafo será garantida a atualização monetária, além dos juros de até 6% (seis por cento) ao ano sobre o valor recolhido;

II - Na determinação do valor final da contribuição de melhoria a ser lançada, serão consideradas as antecipações efetuadas na forma das disposições deste parágrafo, sem prejuízo do direito da apuração na esfera administrativa de eventuais créditos em favor de qualquer das partes, sujeito ativo ou sujeito passivo da relação tributária havida.

§ 3º. Independentemente do nº. de prestações, no parcelamento será observado:

I - O valor mínimo de cada parcela não será inferior a 20 UFM (vinte unidades fiscais do Município), para pessoas físicas e 60 UFM (sessenta unidades fiscais do Município) para pessoas jurídicas.

II - O pagamento da primeira parcela deverá ser efetuado até 30 (trinta) dias de data do deferimento do pedido de parcelamento, sob pena de cancelamento do parcelamento.

§ 4º. O parcelamento do crédito tributário importa no seu reconhecimento, pelo sujeito passivo.

Art. 14º. As parcelas pagas com atraso serão atualizadas na data do pagamento, incidindo sobre elas juros e multa na forma desta Lei, observadas as disposições do Código Tributário Municipal (Lei Complementar nº. 8/2005).

§ 1º. A interrupção do parcelamento por mais de três meses consecutivos implica no seu cancelamento e na exigibilidade da totalidade do crédito não pago.

§ 2º. Na hipótese de reparcelamento autorizado em lei, o crédito tributário correspondente a contribuição de melhoria parcelada e não paga, poderá, mediante requerimento do contribuinte e de acordo com as regras legais, ser adicionado ao novo crédito.

Art. 15º. Ficam excluídas da incidência da contribuição de melhoria prevista nesta Lei, os imóveis de propriedade do Poder Público Federal, Estadual ou Municipal.

Parágrafo único. Serão transferidas à responsabilidade do Município, as parcelas devidas por contribuintes isentos de pagamento da Contribuição de Melhoria, após o rateio, desde que atendam os requisitos previstos no Código Tributário Municipal (Lei Complementar nº. 8/2005, sem prejuízo de outras normas aplicáveis ao tema), o que será analisado pela Autoridade Administrativa de ofício quando se tratar de imóveis pertencentes ao Poder Público conforme definido no caput deste artigo e, mediante requerimento administrativo, para os demais casos.

Art. 16º. Nos recolhimentos extemporâneos decorrentes de requerimentos relativos a isenções, reclamações ou recursos interpostos contra o lançamento de tributos, havendo comprovada e injustificada má-fé do contribuinte em relação aos atos praticados, será exigido o valor atualizado do tributo, com o correspondente acréscimo de multa e juros de mora.

Art. 17º. A Multa moratória é a penalidade imposta ao infrator pelo não cumprimento da obrigação tributária principal.

§ 1º. A multa moratória será computada pela Fazenda Municipal sobre os créditos tributários apurados e lançados a título de Contribuição de Melhoria de que trata esta Lei, considerando para a sua apuração o período compreendido entre o termo final do prazo para cumprimento da obrigação e a data do efetivo pagamento.

§ 2º. A multa moratória é devida de acordo com os seguintes percentuais:

I - 2,0% (dois por cento), para pagamento com atraso de até 30 (trinta) dias;

II - 4,0% (quatro por cento), para pagamento com atraso entre 31 até 60 dias;

III - 6,0% (seis por cento), para pagamento com atraso superior a 60 dias.

§ 3º. A multa moratória aplicada sobre o crédito fiscal atualizado será calculada:

I - no ato do recebimento do tributo;

II - no momento da inscrição do crédito fiscal na dívida ativa;

III - sobre o valor de prestação vencida relativa a parcelamento de créditos fiscais, cujo pagamento não tenha ocorrido na data do vencimento.

Art. 18º. Os débitos fiscais de que trata esta lei, não liquidados no seu vencimento, serão atualizados monetariamente, tendo por base o percentual correspondente à variação mensal do INPC/IBGE, acumulada no período entre a data do vencimento da obrigação e a da apuração do valor devido para o seu lançamento, pagamento ou parcelamento.

Art. 19º. Os créditos vencidos da Fazenda Municipal a título da Contribuição de Melhoria de que dispõe esta Lei, sujeitar-se-ão à incidência de juros de mora calculados à taxa de 1% (um por cento) ao mês ou fração.

Parágrafo único. Os juros de mora serão aplicados sobre o valor do tributo atualizado e exigidos a partir do primeiro dia, do mês seguinte ao do vencimento do débito.

Art. 20º. É facultado ao sujeito passivo de obrigação tributária principal reclamar de lançamento de crédito tributário regularmente notificado, devendo no documento da impugnação/reclamação indicar o fato e os fundamentos jurídicos do pedido, suas especificações, as provas documentais e testemunhais com que pretende demonstrar a verdade dos fatos alegados e, em especial, poderá impugnar perante a Autoridade Administrativa de primeira instância, em face de erro na localização e dimensões do imóvel, do cálculo dos índices atribuídos, do valor da contribuição e do número de prestações.

§ 1º. O prazo para interpor a reclamação à Autoridade competente, mediante protocolo no Município de Canoinhas é de até 30 (trinta) dias a contar do 1º. dia útil seguinte à data da notificação do lançamento, cabendo ao contribuinte o ônus da prova, sem prejuízo do exame pelo Poder Judiciário.

§ 2º. Serão consideradas peremptas as reclamações interpostas fora do prazo concedido para satisfação da obrigação a que se referir o lançamento ou a notificação.

§ 3º. Os recursos voluntários interpostos fora do prazo previsto no parágrafo primeiro deste artigo serão encaminhados ao Conselho Municipal de Contribuintes, que deles poderá conhecer, excepcionalmente, desconsiderando a preclusão, nos casos em que demonstre o contribuinte ocorrência de caso fortuito ou força maior que o tenha impedido de protocolizar a peça recursal em modo e tempo tempestivos.

Art. 21º. Os litígios fiscais suscitados pela aplicação da legislação tributária no que se refere ao lançamento serão decididos, administrativamente, em duas instâncias, a primeira singular e a segunda colegiada.

§ 1º. Em primeira instância, decide o titular do órgão fazendário, e em segunda, o Conselho Municipal dos Contribuintes.

§ 2º. Ao contribuinte ou interessado, será ofertada plena garantia de defesa ou de prova.

Art. 22º. Nas decisões administrativas não se poderá questionar sobre a existência, a capitulação legal, a autoria, as circunstâncias materiais, a natureza e a extensão dos efeitos de fato já apreciado sob esses aspectos por decisão judicial ou administrativa definitiva, sem prejuízo, porém, da apreciação dos fatos conexos ou consequentes.

Art. 23º. O titular do órgão fazendário proferirá decisão de primeira instância, devidamente fundamentada e, quando cabível,

aplicará as penalidades fixadas pela legislação tributária.

§ 1º. A decisão deverá ser proferida em prazo não superior a 90 (noventa dias), contados da data do recebimento do processo concluso.

§ 2º. Interrompe-se o prazo citado no parágrafo anterior sempre que houver diligência dos autos.

Art. 24º. A comunicação ao interessado da decisão proferida em primeira instância será feita:

I - pessoalmente, por aposição do "ciente" no processo;

II - pelo correio, com aviso de recebimento mão própria (AR-MP) em caso de Contribuinte Pessoa Física e simples Aviso de Recebimento (AR) em caso de Contribuinte Pessoa Jurídica, ou,

III - por edital publicado em jornal de circulação local ou regional.

Parágrafo único. A comunicação indicará, obrigatoriamente, o prazo para interposição de recurso voluntário na instância superior.

Art. 25º. O titular do órgão fazendário fica impedido de julgar quando:

I - tiver participado diretamente da ação administrativa que originou o litígio;

II - for sócio, cotista ou acionista do notificado ou autuado;

III - estiverem envolvidos no processo interesses de parentes até terceiro grau.

Parágrafo único. O titular do órgão fazendário será substituído, nos seus impedimentos, por autoridade de nível hierárquico imediatamente inferior ou por servidor qualificado, pertencente ao quadro funcional da respectiva Secretaria.

Art. 26º. É facultado à parte interpor recurso voluntário quando a autoridade julgadora deixar de proferir decisão no prazo legal, dando-se como julgada improcedente a reclamação ou defesa, exceto no caso de suspensão do julgamento para diligência dos autos.

Art. 27º. São consideradas definitivas e irrecorríveis as decisões proferidas em primeira instância após o trânsito em julgado, que se dará no prazo de 10 (dez) dias a partir da ciência pelo interessado.

Art. 28º. As decisões de segunda instância, definitivas e irrecorríveis, serão proferidas pelo Conselho Municipal de Contribuintes, observados os prazos e demais normas previstas no Código Tributário Municipal (Lei Complementar nº. 8/2005) e na legislação complementar no que couber.

§ 1º. Mantido o lançamento, considera-se em decurso o prazo nele fixado para pagamento da Contribuição de Melhoria, desde a data da ciência do contribuinte;

§ 2º. A anulação do lançamento dos termos desta Lei não ilide a efetivação de novo, em substituição ao anterior, com as correções impostas pela impugnação/reclamação.

Art. 29º. Aplicam-se à Contribuição de Melhoria de que trata esta Lei, no que couber e lhe forem aplicáveis, as disposições contidas na Lei nº. 5.172/1966 (Código Tributário Nacional), Decreto-lei nº. 195/1967, Lei Complementar nº. 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), Lei nº. 10.257/2001 (Estatuto da Cidade) e

Decreto-lei nº. 195/1967.

Art. 30º. Para os fins da aplicação desta Lei, poderá a Autoridade Fiscal solicitar o apoio de servidores públicos que compõem o quadro da Municipalidade, em especial quanto à emissão de laudos técnicos e demais orientações que se fizerem necessárias, bem como solicitar auxílio à Comissão de Avaliação, nomeada através de Portaria Municipal, em estrita observância às normas legais indicadas nesta Lei.

Art. 31º. Os prazos fixados nesta Lei, em consonância ao previsto no Código Tributário Municipal (Lei Complementar nº. 8/2005) serão contínuos, excluindo-se, na sua contagem, o dia do início, e incluindo-se o do vencimento.

§ 1º. Os prazos só se iniciam ou vencem em dia de expediente normal na repartição que corra o processo ou deva ser praticado o ato.

§ 2º. Para os fins das disposições desta lei é considerado exercício o período compreendido entre os meses de janeiro a dezembro do ano civil.

Art. 32º. Os anexos a que se refere a presente Lei (Anexo I, II, III e IV) fazem parte integrante dos procedimentos administrativos individualizados para viabilização da obra pública tratadas nesta lei, os quais encontram-se à disposição dos interessados junto à Secretaria Municipal de Planejamento e Orçamento.

Art. 33º. As despesas constantes da presente lei correrão por conta da dotação orçamentária específica do Município de Canoinhas.

Art. 34º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas, 11 de agosto de 2010.

LEOBERTO WEINERT

Prefeito

Esta Lei foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração e Finanças, em 11/08/2010.

ARGOS JOSÉ BURGARDT

Secretário Municipal de Administração e Finanças

Edital de Pregão Presencial n.º FMS 07/2010

MUNICÍPIO DE CANOINHAS - SC

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

PROCESSO DE LICITAÇÃO N.º FMS 39/2010

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL N.º FMS 07/2010

O Fundo Municipal de Saúde de Canoinhas, CNPJ 11.206.680/0001-10, sito à rua Felipe Schmidt n.º 10, Centro, fará realizar no dia 24/11/2010, às 15:15 horas, a abertura das propostas para aquisição de 500 camisetas, a serem utilizadas no programa de DST/AIDS, para distribuição no dia nacional de combate a AIDS. Recebimento de propostas até as 15:00 horas do dia 24/11/2010. Informações (47) 3621-7705. Cópia do edital no site

LEOBERTO WEINERT

Prefeito/Presidente do Fundo

Anexo III_ Avaliação de terreno para pavimentação asfáltica

ANEXO III

PREFEITURA MUNICIPAL DE CANOINHAS				
COMISSÃO DE AVALIAÇÃO				
AVALIAÇÃO DE TERRENO PARA PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA				
OBRA/ SERVIÇO: PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA				
LOCAL: RUA EMILIO SCHOLTZ				
EXTENSÃO TOTAL (Trecho nº 01 e 02): 1.510,24 ml				
VALOR TOTAL (Trecho nº 01 e 02): R\$ 1.548.802,74				
Nome do Contribuinte	Localização do Imóvel		Descrição do Terreno	
	Nome da Rua	Margem da Rua	Inscrição Imobiliária	Valor Total da Área (R\$)
Trecho nº 01: Extensão: 1.252,20 ml				
Valor: R\$ 1.284.227,19				
E. E. B. Joao José de Souza Cabral	Emilio Scholtz	Direita	01.01.014.0422	477.792,00
Prefeitura Municipal (Rua Lazaro Bastos)	Emilio Scholtz	Direita		96.000,00
Elpidio Pedro Fabris	Emilio Scholtz	Direita	01.01.050.0381	81.504,00
Waldir Kotelack	Emilio Scholtz	Direita	01.01.050.0033	139.439,52
Prefeitura Municipal (Rua João Allage)	Emilio Scholtz	Direita		96.000,00
Gilson Luiz Guimarães	Emilio Scholtz	Esquerda	01.02.055.0254	57.288,00
Edejalma Schneider	Emilio Scholtz	Esquerda	01.02.055.0215	47.760,00
Marlene Danieluck	Emilio Scholtz	Esquerda	01.02.055.0195	70.627,20
Helio Roberto Ruchel	Emilio Scholtz	Esquerda	01.02.055.0175	70.308,00
Ingo Voigt Noenberg	Emilio Scholtz	Esquerda	01.02.055.0155	76.800,00
Reni Scholtz	Emilio Scholtz	Esquerda	01.02.055.0135	96.000,00
Ana Rita Haensch	Emilio Scholtz	Esquerda	01.02.055.0115	96.000,00
Augusto Emilio Haensch	Emilio Scholtz	Esquerda	01.02.055.0095	61.776,00
Prefeitura Municipal (Rua João Allage)	Emilio Scholtz	Esquerda		96.000,00
João de Souza	Emilio Scholtz	Direita	01.01.051.0444	68.216,28
Sidney Leandro Gonçalves	Emilio Scholtz	Direita	01.01.051.0454	24.000,00
Congregação Cristã do Brasil	Emilio Scholtz	Direita	01.01.051.0469	72.000,00
Leoberto Rodrigues	Emilio Scholtz	Direita	01.01.051.0484	72.000,00
Erico Hinki	Emilio Scholtz	Direita	01.01.051.0499	73.010,40
Sandro Rocha	Emilio Scholtz	Direita	01.01.051.0057	87.533,16
Prefeitura Municipal (Rua Rolando L. Malucelli)	Emilio Scholtz	Direita		76.800,00
Adair Carlos Dondé	Emilio Scholtz	Direita	01.01.054.0651	39.600,00
Francisca do Carmo Oliskovicz	Emilio Scholtz	Direita	01.01.054.0661	36.000,00
Salvador Odésio Oliskovicz	Emilio Scholtz	Direita	01.01.054.0671	36.000,00
Prefeitura Municipal (Ambulatório Epidemiológico)	Emilio Scholtz	Direita	01.01.054.0731	182.640,00
Casa Espírita Jesus de Nazareth	Emilio Scholtz	Direita	01.01.054.0743	172.560,00
Delegacia de Polícia Civil de S.C.	Emilio Scholtz	Direita	01.01.054.0799	266.400,00
Paulo Roberto Zucco	Emilio Scholtz	Direita	01.01.054.0813	69.468,00
Rodolfo Radoll	Emilio Scholtz	Direita	01.01.054.0829	76.800,00
Aldaisa Hitomi Nagano	Emilio Scholtz	Direita	01.01.054.0870	235.440,00
Orlando Tremi	Emilio Scholtz	Direita	01.01.054.0878	48.120,00
Orlando Tremi	Emilio Scholtz	Direita	01.01.054.0897	106.320,00
Orlando Tremi	Emilio Scholtz	Direita	01.01.054.0932	141.444,00
Otto Meiners	Emilio Scholtz	Direita	01.01.054.0963	176.592,00
Otto Meiners	Emilio Scholtz	Direita	01.01.054.0973	31.068,00
Felipe E. L. Krautler e Outros	Emilio Scholtz	Direita	01.01.054.0017	78.276,00
Prefeitura Municipal (Rua Roberto Ehike)	Emilio Scholtz	Direita		96.000,00
Paulo Schumacher e Flavina Schumacher	Emilio Scholtz	Esquerda	01.02.054.0436	61.505,40
Ivo Medeiros	Emilio Scholtz	Esquerda	01.02.054.0396	98.880,00
Patrícia Wesan e Outros	Emilio Scholtz	Esquerda	01.02.054.0376	88.705,20
Cristovão Simões de França	Emilio Scholtz	Esquerda	01.02.054.0356	75.000,00
Arlindo Muller	Emilio Scholtz	Esquerda	01.02.054.0340	144.276,00
Joaquim Silveira	Emilio Scholtz	Esquerda	01.02.054.0317	82.647,60
Fioravante Castro	Emilio Scholtz	Esquerda	01.02.054.0292	45.872,64
Agenor Luiz Barbieiri	Emilio Scholtz	Esquerda	01.02.054.0276	63.976,80
Mauro José Gonçalves	Emilio Scholtz	Esquerda	01.02.054.0272	37.890,00
João Maria Steklain	Emilio Scholtz	Esquerda	01.02.054.0259	48.000,00
Armando Benedito de Almeida	Emilio Scholtz	Esquerda	01.02.054.0246	36.960,00
Lourenço Matos Ribas	Emilio Scholtz	Esquerda	01.02.054.0234	89.910,00
Ricardo José Fuhmann e Outros	Emilio Scholtz	Esquerda	01.02.054.0220	128.658,00
Javadiqa Kotulski	Emilio Scholtz	Esquerda	01.02.054.0200	78.870,00
Niralci Ines Woichikoski	Emilio Scholtz	Esquerda	01.02.054.0186	76.580,40
Walter Knuppel	Emilio Scholtz	Esquerda	01.02.054.0171	107.040,00
Neusa Maria Buch e Outros	Emilio Scholtz	Esquerda	01.02.054.0151	150.720,00
Antonio Ezir Polack	Emilio Scholtz	Esquerda	01.02.054.0123	79.776,00
Alvine Knuppel	Emilio Scholtz	Esquerda	01.02.054.0108	73.249,20
Elaine da Veiga	Emilio Scholtz	Esquerda	01.02.054.0093	79.200,00
Prefeitura Municipal (Rua Afonso Carvalho Kohler)	Emilio Scholtz	Esquerda		96.000,00
Orlando Tremi	Emilio Scholtz	Esquerda	01.02.053.0258	60.904,80
Fernando Machado	Emilio Scholtz	Esquerda	01.02.053.0208	56.016,00
Pedro Soares	Emilio Scholtz	Esquerda	01.02.053.0196	56.829,60
Ronaldo Matioski	Emilio Scholtz	Esquerda	01.02.053.0184	42.000,00
João Maria Marques	Emilio Scholtz	Esquerda	01.02.053.0174	43.080,00
Gerson Meiners	Emilio Scholtz	Esquerda	01.02.053.0164	43.620,00
Cesar Frederico Kohler	Emilio Scholtz	Esquerda	01.02.053.0154	44.460,00
Irene Tadra Sumakoski	Emilio Scholtz	Esquerda	01.02.053.0144	90.000,00
Afonso Carvalho Kohler	Emilio Scholtz	Esquerda	01.02.053.0124	290.433,60
Prefeitura Municipal (Rua Roberto Ehike)	Emilio Scholtz	Esquerda		96.000,00
Cesar Frederico Kohler	Emilio Scholtz	Direita	01.01.090.0425	74.952,00
Toru Matsuzana	Emilio Scholtz	Direita	01.01.090.0012	98.804,16
Prefeitura Municipal (Rua Zelina Zila S. Garçindo)	Emilio Scholtz	Direita		96.000,00
José Ademir Pereira	Emilio Scholtz	Direita	01.01.103.0413	66.984,72
Rosângela Maria Schiessl	Emilio Scholtz	Direita	01.01.103.0426	21.840,00
Norival Lourenço Cidral	Emilio Scholtz	Direita	01.01.103.0439	21.840,00

Leomar Cesar Drzevieski	Emilio Scholtz	Esquerda	01.02.052.0199	181.440,00
Ismael Carvalho	Emilio Scholtz	Esquerda	01.02.052.0179	76.410,00
Emilio E. Jurgensen	Emilio Scholtz	Esquerda	01.02.052.0164	127.800,00
Luis Carlos Brehmer	Emilio Scholtz	Esquerda	01.02.052.0139	102.735,60
Sergio José Alves e Outros	Emilio Scholtz	Esquerda	01.02.052.0119	102.000,00
Pedro Ferreira das Chagas	Emilio Scholtz	Esquerda	01.02.052.0100	112.200,00
Prefeitura Municipal (Rua Vergilio Trevisani)	Emilio Scholtz	Direita		80.000,00
Paulo O. L. Celevi	Emilio Scholtz	Direita	01.01.104.0400	139.700,00
Zilda Novack Maciel	Emilio Scholtz	Direita	01.01.104.0420	40.000,00
Anildo Luis Ferreira	Emilio Scholtz	Direita	01.01.104.0020	44.000,00
Prefeitura Municipal (Rua Hilda Ostroski)	Emilio Scholtz	Direita		60.800,00
Diogo Antonovicz	Emilio Scholtz	Direita	01.01.106.0534	48.510,00
Patrícia Bueno de Oliveira Kuchnir	Emilio Scholtz	Direita	01.01.106.0554	51.000,00
Milton Bueno de Oliveira	Emilio Scholtz	Direita	01.01.106.0556	39.000,00
Sebastião Osmar Beckert	Emilio Scholtz	Direita	01.01.106.0570	81.125,00
Alois Jubanski	Emilio Scholtz	Direita	01.01.106.0585	86.100,00
Paracelso Rodrigues Costa	Emilio Scholtz	Direita	01.01.106.0600	86.064,00
Karin de Fátima Keiser	Emilio Scholtz	Direita	01.01.106.0615	53.250,00
Osni da Silva Schanton	Emilio Scholtz	Direita	01.01.106.0625	42.900,00
Maria Marli Schram e Marcos Schram	Emilio Scholtz	Direita	01.01.106.0635	41.208,00
Divair T. de Brum	Emilio Scholtz	Direita	01.01.106.0650	36.045,60
Janete Morsch	Emilio Scholtz	Direita	01.01.106.0670	28.210,00
Elga Brandes Grosskopf	Emilio Scholtz	Direita	01.01.106.0068	31.554,00
Doroteia Brandes	Emilio Scholtz	Direita	01.01.106.0047	45.382,40
Prefeitura Municipal (Rua Bernardo Olsen)	Emilio Scholtz	Direita		73.500,00
Prefeitura Municipal (Rua Vergilio Trevisani)	Emilio Scholtz	Direita		80.000,00
Miguel Vonk	Emilio Scholtz	Esquerda	01.02.051.0389	44.000,00
Henrique Kraj	Emilio Scholtz	Esquerda	01.02.051.0348	38.913,00
Dario Kravi	Emilio Scholtz	Esquerda	01.02.051.0330	58.970,00
Luiz Neves	Emilio Scholtz	Esquerda	01.02.051.0316	78.946,00
Esdxon Pereira de Oliveira	Emilio Scholtz	Esquerda	01.02.051.0298	52.000,00
Elsa Farias do Nascimento	Emilio Scholtz	Esquerda	01.02.051.0285	51.110,00
Carlos Koslovski de Lara	Emilio Scholtz	Esquerda	01.02.051.0199	28.000,00
Victor Roskamp	Emilio Scholtz	Esquerda	01.02.051.0161	48.025,00
Jomar Ribeiro Junior	Emilio Scholtz	Esquerda	01.02.051.0141	83.725,00
Waldemar Iankoski	Emilio Scholtz	Esquerda	01.02.051.0121	48.009,50
Prefeitura Municipal (Rua Rodolfo Scheide)	Emilio Scholtz	Esquerda		80.000,00
Maria Stela Stoterau e Outros	Emilio Scholtz	Esquerda	01.02.050.0305	93.830,00
Nelson de Souza	Emilio Scholtz	Esquerda	01.02.050.0243	85.000,00
Salette de F. Scheuer e Sirio L. Schuh	Emilio Scholtz	Esquerda	01.02.050.0233	63.300,00
Silvete Rosinha Helko	Emilio Scholtz	Esquerda	01.02.050.0208	39.100,00
Fani Pockrivieki	Emilio Scholtz	Esquerda	01.02.050.0203	55.580,00
Cirila Terezinha Grosskopf	Emilio Scholtz	Esquerda	01.02.050.0183	98.175,00
Paulo Baukat	Emilio Scholtz	Esquerda	01.02.050.0165	85.000,00
Marcio Pereira Com. e Import.	Emilio Scholtz	Esquerda	01.02.050.0143	85.000,00
Marcio Pereira Com. e Import.	Emilio Scholtz	Esquerda	01.02.050.0123	83.139,10
Subtotal				10.193.630,68
Trecho nº 02: Extensão: 258,04 ml Valor: R\$ 264.575,55				
Prefeitura Municipal (Rua Duque de Caxias)	Emilio Scholtz	Direita		48.160,00
Mavequip Maq. E Equip. Ltda.	Emilio Scholtz	Direita	01.02.060.0529	882.960,00
Prefeitura Municipal (Rua Kurt Mendes)	Emilio Scholtz	Direita		80.000,00
Dinalci Marcondes e Outro	Emilio Scholtz	Direita	01.02.066.0948	45.320,00
Prefeitura Municipal (Rua Lourenço Wrublevski)	Emilio Scholtz	Esquerda		64.160,00
Mavequip Maq. E Equip. Ltda.	Emilio Scholtz	Esquerda	01.02.059.0350	233.697,80
José Lourenço	Emilio Scholtz	Esquerda	01.02.059.0191	75.030,00
José Darcy Rodrigues	Emilio Scholtz	Esquerda	01.02.059.0169	56.000,00
Elinton Luan Radke	Emilio Scholtz	Esquerda	01.02.059.0149	92.880,00
Mavequip Maq. E Equip. Ltda.	Emilio Scholtz	Esquerda	01.02.059.0129	216.261,00
Mavequip Maq. E Equip. Ltda.	Emilio Scholtz	Esquerda	01.02.059.0094	47.080,00
Prefeitura Municipal (Rua Adolfo Voigt)	Emilio Scholtz	Esquerda		80.000,00
Sidney Lecin	Emilio Scholtz	Esquerda	01.02.058.0260	30.800,00
Subtotal				1.952.348,80
TOTAL				12.145.979,48

Por ser expressão de verdade, firmamos em duas vias de igual teor, a presente avaliação.
Canoinhas SC, 09 de novembro de 2.010.

Comissão de Avaliação:

Benedito Therézio de Carvalho
Engenheiro Civil

Nelson de Lima
Fiscal de Obras

Simone Mery Adur
Agente Administrativa

Edson Luiz Budant
Fiscal de Tributos

Gerson José Szczygel Dumke
Agente Administrativo

Anexo II_Orçamento Estimativo_Edital de Notificação n.º 02/2010

ANEXO II - ORÇAMENTO ESTIMATIVO					
MUNICÍPIO DE CANOINHAS - ESTADO DE SANTA CATARINA					
EDITAL NOTIFICAÇÃO CONTRIBUIÇÃO MELHORIA Nº 2/2010					
Lei Municipal nº 4.580/2010					
OBRA Pavimentação asfáltica, com revestimento em Concreto Asfáltico Usinado a Quente (CAUQ) drenagem pluvial, sinalização e obras complementares					
Localização: Rua Emilio Scholtz, nos Bairros Sossego, Tricolim e Jardim Esperança					
2º TRECHO: entre a Rua Adolfo Voigt e Rua Lourenço Wrublevski, com extensão de 258,04 metros					
ITEM	DISCRIMINAÇÃO	UND.	QUANT.	CUSTO UNIT.	CUSTO SERVIÇO
1.0	SERVIÇOS INICIAIS				
1.1	Placa da Obra	und	2,00	750,00	1.500,00
1.2	Placas de obra e sinalização de segurança	vb	1,00	1000,00	1.000,00
TOTAL DO ITEM (1)					2.500,00
2.0	TERRAPLANAGEM-(Pista de Rolamento e Passeio)				
2.1	Escavação, carga e transporte de material de 1ª categoria DMT<1,00 km	m³	718,03	10,20	7.323,89
2.2	Fornecimento, transporte e execução de aterro- 100% PN	m³	271,38	3,35	909,12
TOTAL DO ITEM (2)					8.233,01
3.0	PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA -(Pista de Rolamento)				
3.1	Regularização e compactação de sub leito a 100% PN	m²	3367,70	1,27	4.276,97
3.2	Camada de Macadame Seco (e=20cm)	m²	658,06	86,59	56.981,14
3.3	Base de Brita Garaduada (e=12cm)	m²	379,35	117,20	44.460,02
3.4	Imprimação	m²	3109,66	3,60	11.194,76
3.5	Pintura de ligação	m²	3109,66	1,35	4.198,04
3.6	Fornec., transp. E exec. De CAUQ faixa "C" (e=4cm)	Ton	310,97	221,35	68.832,16
TOTAL DO ITEM (3)					189.943,16
4.0	DRENAGEM PLUVIAL E OBRAS DE ARTE CORRENTES				
4.1	Escavação mecânica de valas drenagem e transporte c/ DMT< 5000m	m³	540,00	14,10	7.614,00
4.2	Fornec., transporte do reaterro apiloado em camada de 20 cm	m³	432,70	11,54	4.993,36
4.3	Fornecimento, transporte e execução de rede 30 cm	m	72,00	38,50	2.772,00
4.4	Fornecimento, transporte e execução de rede 40 cm simples	m	50,00	41,25	2.062,50
4.5	Fornecimento, transporte e execução de rede 60 cm simples	m	200,00	77,23	15.446,00
4.6	Fornecimento, transporte e execução de rede 80 cm simples	und	30,00	243,50	7.305,00
4.7	Caixa de passagem - CL-012- p/ ø 60 cm	und	1,00	699,10	699,10
4.8	Confeção de boca-de-lobo em alvenaria c/ ligação a rede de drenagem	und	12,00	639,10	7.669,20
TOTAL DO ITEM (4)					48.561,16
5.0	SINALIZAÇÃO VIÁRIA				
5.1	Pintura de faixa amarela(contínua/ seccionada)- tinta durabilidade 2 anos	m²	38,70	14,13	546,83
5.2	Pintura de faixa Branca(contínua/ seccionada)- tinta durabilidade 2 anos	m²	77,41	19,00	1.470,79
5.3	Placa R-1	und	3,00	295,00	885,00
TOTAL DO ITEM (5)					2.902,62
6.0	OBRAS COMPLEMENTARES				
6.1	Forn. Tranp. e execução de meio fio	m	516,00	24,10	12.435,60
TOTAL DO ITEM (6)					12.435,60
TOTAL GERAL DA OBRA (R\$)					264.575,55

Canoinhas, 11 de agosto de 2010.

ENGº GILSON LUIZ GUIMARÃES
Secretário de Planejamento e Orçamento
CREA-SC 34.624-3

Anexo I_Orçamento Estimativo_Edital de Notificação n.º 02/2010

ANEXO I - ORÇAMENTO ESTIMATIVO					
MUNICÍPIO DE CANOINHAS - ESTADO DE SANTA CATARINA					
EDITAL NOTIFICAÇÃO CONTRIBUIÇÃO MELHORIA Nº 2/2010					
Lei Municipal nº 4.580/2010					
OBRA Pavimentação asfáltica, com revestimento em Concreto Asfáltico Usinado a Quente (CAUQ) drenagem pluvial, sinalização e obras complementares					
Localização: Rua Emilio Scholtz, nos Bairros Sossego, Tricolim e Jardim Esperança					
1º TRECHO: entre a Rua Álvaro Soares Machado e Rua Bernardo Olsen, com extensão de 1.252,20 metros					
ITEM	DISCRIMINAÇÃO	UND.	QUANT.	CUSTO UNIT.	CUSTO SERVIÇO
1.0	SERVIÇOS INICIAIS				
1.1	Placa da Obra	und	2,00	750,00	1.500,00
1.2	Placas de obra e sinalização de segurança	vb	1,00	1000,00	1.000,00
TOTAL DO ITEM (1)					2.500,00
2.0	TERRAPLANAGEM-(Pista de Rolamento e Passeio)				
2.1	Escavação, carga e transporte de material de 1ª categoria DMT<1,00 km	m³	8884,32	10,32	91.686,18
2.2	Fornecimento, transporte e execução de aterro- 100% PN	m³	188,91	3,35	632,85
TOTAL DO ITEM (2)					92.319,03
3.0	PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA -(Pista de Rolamento)				
3.1	Regularização e compactação de sub leito a 100% PN	m²	13367,28	1,27	20.786,45
3.2	Camada de Macadame Seco (e=20cm)	m²	3198,32	86,59	276.942,88
3.3	Base de Brita Garaduada (e=12cm)	m²	1843,86	117,20	216.100,67
3.4	Imprimação	m²	15115,08	3,60	54.414,29
3.5	Pintura de ligação	m²	15115,08	1,35	20.405,36
3.6	Fornec., transp. E exec. De CAUQ faixa "C" (e=4cm)	Ton	1511,51	221,35	334.572,30
TOTAL DO ITEM (3)					923.221,94
4.0	DRENAGEM PLUVIAL E OBRAS DE ARTE CORRENTES				
4.1	Escavação mecânica de valas drenagem e transporte c/ DMT< 5000m	m³	2497,20	14,10	35.210,52
4.2	Fornec., transporte do reaterro apiloado em camada de 20 cm	m³	2062,84	11,54	23.805,20
4.3	Fornecimento, transporte e execução de rede 30 cm	m	319,00	38,50	12.281,50
4.4	Fornecimento, transporte e execução de rede 40 cm simples	m	510,00	41,25	21.037,50
4.5	Fornecimento, transporte e execução de rede 50 cm simples	m	405,00	55,66	22.542,30
4.6	Fornecimento, transporte e execução de rede 60 cm simples	m	341,00	77,23	26.335,43
4.7	Caixa de passagem - CL-01 - p/ ø 40 cm	und	3,00	545,05	1.635,15
4.8	Caixa de passagem - CL-01 - p/ ø 50 cm	und	2,00	622,05	1.244,10
4.9	Caixa de passagem - CL -01 -p/ ø 60 cm	und	3,00	699,10	2.097,30
4.10	Confeção de boca-de-lobo em alvenaria c/ ligação a rede de drenagem	und	70,00	639,10	44.737,00
TOTAL DO ITEM (4)					190.926,00
5.0	SINALIZAÇÃO VIÁRIA				
5.1	Pintura de faixa amarela(contínua/ seccionada)- tinta durabilidade 2 anos	m²	187,83	14,13	2.654,04
5.2	Pintura de faixa Branca(contínua/ seccionada)- tinta durabilidade 2 anos	m²	375,66	19,00	7.137,54
5.3	Placa R-1	und	15,00	295,00	4.425,00
TOTAL DO ITEM (5)					14.216,58
6.0	OBRAS COMPLEMENTARES				
6.1	Forn. Transp. E execução de meio fio	m	2504,40	24,10	60.356,04
6.2	Elevamento para Canteiros	m²	104,50	6,58	687,61
TOTAL DO ITEM (6)					61.043,65
TOTAL GERAL DA OBRA (R\$)					1.284.227,19

Canoinhas, 11 de agosto de 2010.

ENGº GILSON LUIZ GUIMARÃES
Secretário de Planejamento e Orçamento
CREA-SC 34.624-3

Edital de Notificação Nº 02/2010

PREFEITURA MUNICIPAL DE CANOINHAS ESTADO DE SANTA CATARINA

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO nº 02/2010

CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA

O Prefeito do Município de Canoinhas Estado de Santa Catarina, LEOBERTO WEINERT e o Secretário Municipal da Administração e Finanças ARGOS JOSÉ BURGARDT, no exercício de suas atribuições e, CONSIDERANDO o previsto na CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL DE 1988 e também o disposto nos diplomas legais a seguir relacionados:

CÓDIGO TRIBUTÁRIO NACIONAL (Lei nº. 5.172/1966);
LEI COMPLEMENTAR nº. 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal);

LEI FEDERAL nº. 10.257/2001 (Estatuto da Cidade);

LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS - LOMCan

LEI COMPLEMENTAR Nº. 8/2005 (Código Tributário Municipal);

LEI MUNICIPAL nº 4.580/2010 (Institui e autoriza a Cobrança de Contribuição de Melhoria e dá outras providências)

FAZ SABER: a todos os proprietários, titulares do domínio útil ou possuidores a qualquer título, de imóveis localizados na área de influência da obra pública de que trata a Lei Municipal nº 4.580, de 11/08/2010 localizados na Rua Emílio Scholtz, nos Bairros Sossego, Tricolim e Jardim Esperança, correspondendo o 1º trecho entre a Rua Álvaro Soares Machado e Rua Bernardo Olsen, com extensão de 1.252,20 metros e, na Rua Emílio Scholtz, correspondendo ao 2º trecho, entre a Rua Adolfo Voigt e Rua Lourenço Wrublevski, com extensão de 258,04 metros, neste município de Canoinhas que, nesta data TORNA PÚBLICO que o Poder Público Municipal, a partir da publicação deste EDITAL, promoverá todos os atos necessários à execução das obras públicas de pavimentação asfáltica, com revestimento em Concreto Asfáltico Usinado a Quente (CAUQ), drenagem pluvial, sinalização e obras complementares.

1. DADOS FISCAIS E FINANCEIROS DA OBRA

1.1 ORÇAMENTO/CUSTO ESTIMADO DA OBRA: O custo total/orçamento estimado para a consecução da obra pública de que trata este Edital com previsão na Lei Municipal nº 4.580, de 11/08/2010, corresponde à quantia de R\$ 1.284.227,19 (um milhão, duzentos e oitenta e quatro mil e duzentos e vinte e sete reais e dezenove centavos) para o 1º trecho e, a quantia de R\$ 264.575,55 (duzentos e sessenta e quatro mil e quinhentos e setenta e cinco reais e cinquenta e cinco centavos) para o 2º trecho, conforme Anexo I e II, que ficam fazendo parte integrante deste Edital.

1.2. FONTE DE RECURSO: Para execução desta obra pública o Poder Executivo contará com os valores obtidos através de convênio com a Agência de Fomento do Estado de Santa Catarina S.A - Badesco e, mediante aplicação de recursos próprios do Município de Canoinhas.

1.3. PARCELA DE CUSTO DA OBRA A SER FINANCIADA PELA CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA:

Limite global da despesa realizada com a obra, mediante apuração do custo real aplicado após a finalização do serviço, ocasião em que serão promovidos os atos necessários à publicação de Edital constando os dados e informações necessárias ao lançamento fiscal, prazo e forma para eventuais impugnações, em conformidade com a Lei Municipal nº 4.580/2010.

1.4. DELIMITAÇÃO DA ZONA DE INFLUÊNCIA: A zona de influência do benefício direto da obra é aquela correspondente à extensão da Rua Emílio Scholtz, nos Bairros Sossego, Tricolim e Jardim Esperança, correspondendo o 1º trecho entre a Rua Álvaro Soares Machado e Rua Bernardo Olsen, com extensão de 1.252,20 metros e, na Rua Emílio Scholtz, correspondendo ao 2º trecho entre

a Rua Adolfo Voigt e Rua Lourenço Wrublevski, com extensão de 258,04 metros, neste município de Canoinhas, nela compreendendo a relação de todos os imóveis descritos individualmente no ANEXO III, que passa a fazer parte integrante deste Edital.

1.5. FATOR DE RATEIO DO CUSTO DA OBRA (art.4º e seus §§, da Lei Municipal nº 4.580/2010):

1.5.1. A determinação da Contribuição de Melhoria far-se-á rateando-se, proporcionalmente, o custo parcial ou total da obra, entre todos os imóveis incluídos na zona beneficiada pela valorização imobiliária decorrente da melhoria descrita no presente Edital, em função dos fatores individuais, sendo que para a apuração do valor individual do tributo será observado o limite estabelecido pelo acréscimo de valor que da obra resultar para cada imóvel beneficiado, em estrita observância ao disposto na Lei Municipal nº 4.580/2010, no artigo 145, inciso III, da Constituição Federal de 1988 c/c artigos 81 e 82, ambos da Lei nº. 5.172/1966 (Código Tributário Nacional), Decreto-lei nº. 195/1967, Lei Complementar nº. 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), Lei nº. 10.257/2001 (Estatuto da Cidade) e Lei Complementar nº. 8/2005 (Código Tributário Municipal).

1.5.2. A apuração far-se-á levando em conta:

I - a situação do terreno na zona de influência;

II - sua testada e área;

III - finalidade de exploração econômica, além de outros elementos a serem considerados, isolados ou conjuntamente.

1.5.3. A Contribuição de Melhoria de que trata este Edital terá como limite o custo total da obra tendo em vista a natureza desta, os benefícios para os usuários, atividades econômicas predominantes e o nível de desenvolvimento da região, sendo aí computadas todas as despesas necessárias aos estudos, projetos, fiscalização, desapropriações, administração, execução e financiamento, inclusive prêmios de reembolso e outras de praxe em financiamento ou empréstimos e terá a sua expressão monetária atualizada na época do lançamento mediante aplicação de coeficientes oficiais de correção e atualização monetária.

1.5.4. Estão incluídos nos orçamentos de custo da obra todos os investimentos necessários para que os benefícios delas decorrentes sejam integralmente alcançados pelos imóveis situados na respectiva zona de influência.

1.5.5. Ficam excluídas da incidência da contribuição de melhoria de que trata este Edital, conforme previsão na Lei Municipal nº 4.580/2010, os imóveis de propriedade do Poder Público Federal, Estadual ou Municipal.

1.5.6. Serão transferidas à responsabilidade do Município, as parcelas devidas por contribuintes isentos de pagamento da Contribuição de Melhoria, após o rateio, desde que atendam os requisitos previstos no Código Tributário Municipal (Lei Complementar nº. 8/2005), sem prejuízo de outras normas aplicáveis ao tema, o que será analisado pela Autoridade Administrativa, de ofício quando se tratar de imóveis pertencentes ao Poder Público conforme definido em lei e, mediante requerimento administrativo para os demais casos.

2. MEMORIAL DESCRITIVO DO PROJETO DA OBRA:**2.1. DO OBJETO:**

2.1.1. Execução dos serviços de terraplanagem, pavimentação asfáltica, drenagem pluvial, obras arte corrente, sinalização viária e obras complementares da Rua Emílio Scholtz, nos Bairros Sossego, Tricolim e Jardim Esperança, município de Canoinhas, correspondendo o 1º trecho entre a Rua Álvaro Soares Machado e Rua Bernardo Olsen, com extensão de 1.252,20 metros e, na Rua Emílio Scholtz, correspondendo ao 2º trecho entre a Rua Adolfo Voigt e Rua Lourenço Wrublevski, com extensão de 258,04 metros.

2.1.2. Os trabalhos serão executados conforme os projetos aprovados pelo BADESC e serão realizados conforme especificações constantes das Normas Técnicas do DEINFRA e do DNIT. Todos os detalhes e dimensões serão executados conforme projeto, que se encontra à disposição dos interessados junto à Secretaria de

Planejamento e Orçamento da Prefeitura de Canoinhas.

2.1.3. Serão rigorosamente observados os procedimentos técnicos e equipamentos exigidos pelas normas técnicas da ABNT, Normas Complementares do DEINFRA e DNIT, sob fiscalização da Prefeitura do Município de Canoinhas.

2.2. ESPECIFICAÇÕES DOS SERVIÇOS PARA EXECUÇÃO DA OBRA PÚBLICA DEFINIDA NA LEI MUNICIPAL nº 4.580/2010:

a) Terraplanagem

Este serviço compreende cortes e aterros executados de acordo com a especificação do DNIT, além de regularização e compactação do sub-leito da superfície a pavimentar.

b) Pavimentação Asfáltica

Este serviço compreende a execução da sub-base com rachão/macadame seco e na base com brita graduada compreendendo o fornecimento, espalhamento, estabilização e acabamento de solos e agregados naturais, com espessuras definidas em projeto. Após será aplicado uma película de pintura de ligação e imprimação com material asfáltico líquido sobre a base. E por fim será aplicado o CAUQ (concreto asfáltico usinado a quente) com espessura dimensionada em Projeto.

c) Drenagem Pluvial e Obras de Arte Correntes

Este serviço compreende a drenagem de águas pluviais, aí incluída a colocação de tubos de concreto e execução de caixas coletoras de alvenaria em blocos de concreto.

d) Sinalização Viária

Os serviços de sinalização viária serão executados de acordo com o Projeto, o qual obedece as Especificações e Normas do "Manual de Sinalização Rodoviária" - DNIT, sendo empregadas as formas de sinalização horizontal e vertical, que compreendem a pintura de faixas, colocação de placas e execução de lombadas.

e) Obras Complementares

Compreendem os serviços de colocação de meio-fio de concreto, regularização, compactação de aterro e execução de passeio em concreto e limpeza geral.

3. DISPOSIÇÕES FINAIS

3.1. REGULAMENTAÇÃO DO PROCESSO ADMINISTRATIVO (art. 3º e seus §§, da Lei Municipal nº 4.580/2010).

3.1.1. A impugnação de quaisquer dos elementos constantes no presente Edital, será feita mediante procedimento administrativo, que deverá ser protocolado em horário de expediente normal junto ao Departamento de Leis e Decretos da Prefeitura de Canoinhas, dirigido ao Secretário Municipal de Administração e Finanças, observando-se as seguintes disposições:

3.1.2. O Contribuinte, querendo, poderá impugnar administrativamente qualquer dos elementos referidos neste Edital, no prazo de 30 (trinta) dias, a começar no primeiro dia útil seguinte à publicação deste Edital, cabendo ao impugnante o ônus da prova, sem prejuízo do exame pelo Poder Judiciário.

3.1.3. As impugnações oferecidas aos elementos a que se refere este artigo, serão apresentadas por meio de petição fundamentada e devidamente identificada, descrevendo as provas requeridas, sob pena de preclusão neste sentido, e endereçadas ao titular da Secretaria da Administração e Finanças o qual, após manifestação da Secretaria de Planejamento e Orçamento e do Parecer Jurídico, deverá proferir decisão final em prazo não superior a 30 (trinta) dias, contados da data do protocolo da petição da parte interessada.

I - Da decisão proferida pela Municipalidade será cientificada pessoalmente a parte interessada e encaminhada correspondência oficial aos Setores da Administração envolvidos para, sendo o caso, providenciarem as medidas cabíveis.

II - A comunicação ao interessado da decisão referida no inciso anterior, será feita:

a) pessoalmente, por aposição do ciente no processo;

b) pelo correio, com aviso de recebimento mão própria (AR-MP) se contribuinte pessoa física, ou, simples Aviso de Recebimento (AR) se Contribuinte Pessoa Jurídica;

c) por edital publicado em jornal de grande circulação local.

III - Em havendo necessidade de instrução do procedimento, consistente em diligências, emissão de laudos técnicos e oitiva de testemunhas, etc, será determinada a realização do ato necessário e agendada a data para a solenidade, ocasião em que encerrada a instrução, a parte interessada deverá se manifestar oralmente acerca da prova produzida, sendo que no prazo de 5 (cinco) dias, a contar desta data, a Administração proferirá decisão final, do que obrigatoriamente dará ciência ao interessado, sem prejuízo de outras formas de publicidade.

IV - No caso da instrução do procedimento administrativo de que trata este artigo, o prazo definido no parágrafo segundo poderá ser prorrogado em até 30 (trinta) dias.

3.1.4. Aplicam-se à Contribuição de Melhoria de que trata este Edital, no que couber e lhe forem aplicáveis as disposições contidas nos artigos 81 e 82, ambos da Lei nº. 5.172/1966 (Código Tributário Nacional), Decreto-lei nº. 195/1967, Lei Complementar nº. 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), Lei nº. 10.257/2001 (Estatuto da Cidade) e Decreto-lei nº. 195/1967.

3.1.5. Para os fins da aplicação deste Edital e da Lei 4.580/2010, poderá a Autoridade Fiscal solicitar o apoio de servidores públicos que compõem o quadro efetivo da Municipalidade, em especial quanto à emissão de laudos técnicos e demais orientações que se fizerem necessárias, bem como solicitar auxílio à Comissão de Avaliação, nomeada em estrita observância à Legislação indicada neste Edital.

3.1.6. Os prazos fixados neste Edital, em consonância ao previsto na Lei Municipal nº 4.580/2010 c/c Código Tributário Municipal (Lei Complementar nº. 8/2005) serão contínuos, excluindo-se, na sua contagem, o dia do início, e incluindo-se o do vencimento, sendo que os prazos só se iniciam ou vencem em dia de expediente normal na repartição que corra o processo ou deva ser praticado o ato.

3.1.7. Os anexos a que se refere o presente Edital (Anexo I, II e III) fazem parte integrante dos procedimentos administrativos para viabilização da obra pública, os quais se encontram à disposição dos interessados junto à Secretaria Municipal de Planejamento e Orçamento.

Registre-se e publique-se na forma da lei.

Canoinhas/SC, 5 de novembro de 2010.

LEOBERTO WEINERT

Prefeito

ARGOS JOSÉ BURGARDT

Secretário Municipal de Administração e Finanças

Edital Nº 50/2010 Convoca Candidatos Aprovados no Concurso Público Previsto no Edital Nº 002/2007.

EDITAL Nº 50/2010

CONVOCA CANDIDATOS APROVADOS NO CONCURSO PÚBLICO PREVISTO NO EDITAL Nº 002/2007.

O Secretário Municipal de Administração e Finanças, no uso de suas atribuições legais e por determinação do Chefe do Poder Executivo, considerando a realização do Concurso Público previsto no Edital nº 002/2007, bem como, o resultado do mesmo divulgado através do Decreto nº 76 de 08 de maio 2008;

Considerando a necessidade de convocação dos candidatos aprovados para preencher os cargos relacionados no Anexo I do presente Edital;

Considerando a disponibilidade de vagas no quadro de pessoal do Poder Executivo Municipal e o disposto no artigo 37, II da Constituição Federal de 1988;

RESOLVE:

1. Convocar, para aceite da vaga e nomeação para posse de cargo

público, os candidatos a seguir relacionados (Anexo I deste Edital), aprovados no Concurso Público previsto no Edital nº 002/2007, para comparecer no Departamento de Pessoal da Secretaria Municipal de Administração e Finanças, situado na Rua Felipe Schmidt nº 10, Centro, Canoinhas/SC, no prazo de 30 (trinta) dias, no horário das 8:00 horas às 12:00 horas e das 13:30 horas às 15:30 horas, para apresentação do ORIGINAL e CÓPIA AUTENTICADA dos documentos indicados a seguir, destinados à deflagração do processo pré-admissional e encaminhamento para a avaliação médica pré-admissional:

- a) Comprovante de escolaridade e ou habilitação exigida para o cargo;
- b) Comprovante de inscrição no respectivo Conselho Profissional, se for o caso;
- c) Certidão negativa criminal fornecida pelo Poder Judiciário de Santa Catarina;
- d) Declaração de bens que constituem seu patrimônio;
- e) Declaração de que não acumula cargo, emprego ou função pública, ou na hipótese de acúmulo legal, contemplado no artigo 37, inciso XVI da Constituição Federal, declaração de acúmulo legal de cargos, à qual anexará informação dos horários e distribuição de suas atividades emitida pelo respectivo órgão;
- f) Cédula de Identidade (RG);
- g) CPF (Cadastro de Pessoas Físicas);
- h) Comprovante de regularidade de inscrição no CPF (Receita Federal ou pelo site www.receita.fazenda.gov.br);
- i) Título de Eleitor e comprovante de estar quite com as obrigações eleitorais;
- j) Certidão de Nascimento ou Casamento, se for o caso;
- k) Certidão de Nascimento de filhos menores de 21 anos, se for o caso;
- l) Certificado de Reservista, Dispensa de Incorporação ou comprovante de alistamento militar, se do sexo masculino;
- m) Número de inscrição no PIS/PASEP;
- n) 1 Fotografia 3X4 recente;
- o) Comprovante de residência atual;
- p) Comprovante de abertura de conta corrente junto ao Banco Bradesco, contendo a agência e o número da conta, para crédito de salário.

2. O não comparecimento do(s) candidato(s) ora convocado(s) no período, horário e local indicados no presente instrumento convocatório, ou, ainda a não apresentação de todos os originais e cópias autenticadas dos documentos supracitados, acarretará sua automática e definitiva eliminação do processo, com a conseqüente perda da vaga em questão, independentemente dos argumentos que apresentar, perdendo, por conseguinte, todos os direitos oriundos de sua aprovação no referido Concurso Público.

3. Ficam os candidatos, convocados para a avaliação médica pré-admissional a ser realizada por profissional médico designado pelo Poder Executivo Municipal em local, dia e horário a serem designados pelo Departamento Pessoal.

3.1 O exame médico é eliminatório, sendo excluído do Concurso o candidato que não apresentar aptidão física e/ou mental para o exercício do cargo público.

3.2 Para encaminhamento ao médico oficial, deverão os concursados apresentar-se no Departamento Pessoal da Prefeitura, munidos dos seguintes exames: hemograma, glicemia, creatinina, sorologia para Lues (VDRL quantitativo), e parcial de urina, sendo que tais exames poderão ser realizados em qualquer laboratório, ficando a cargo do examinado as custas para realização dos mesmos.

3.2.1. Durante a avaliação de capacidade física e mental, poderão ser solicitados outros exames complementares, a critério do profissional médico designado pelo Poder Executivo para realização do exame pré-admissional.

4. O candidato, convocado por este Edital, caso não apresente ao

Departamento Pessoal a documentação exigida neste Edital, no prazo estabelecido no item 1, perderá automaticamente a vaga, convocando-se o candidato com classificação imediatamente posterior.

5. Os casos omissos serão resolvidos conjuntamente pelo Departamento de Pessoal da Secretaria Municipal de Administração e Finanças e Departamento Jurídico.

Canoinhas/SC, 09 de novembro de 2010.

ARGOS JOSÉ BURGARDT

Secretário Municipal de Administração e Finanças

EDITAL Nº. 50/2010

Anexo I

CANDIDATOS CONVOCADOS

CARGO 53: PSICÓLOGO

SANDRA CARLA BRANDT

Capinzal

PREFEITURA MUNICIPAL

Lei 2.937.2010

LEI Nº 2.937, DE 10 DE NOVEMBRO DE 2010.

Autoriza a abertura de crédito adicional suplementar na forma que especifica.

Prefeito Municipal DE CAPINZAL

Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono, nos termos do art. 58, V, da Lei Orgânica Municipal, a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a abrir no orçamento da Prefeitura Municipal de Capinzal um crédito adicional suplementar no valor de cento e vinte e três mil, trezentos e cinquenta reais (R\$ 123.350,00) para reforço das dotações orçamentárias, especificadas no quadro a seguir:

0401.20.304.0045.2018	AQUISIÇÃO DE LARVICIDA BIOLÓGICO	FTE	DR	R\$	0,00
33903000-063	Material de consumo	00	00	R\$	30.000,00
0401.20.601.0045.1020	AQUIS. DE EQUIPAMENTOS AGRÍCOLAS	FTE	DR	R\$	0,00
44905200-070	Equipamentos e material permanente	00	00	R\$	5.500,00
1701.22.661.0055.1036	AQUIS.TER.RXRC. INFRAEST.DIST. INDUST.	FTE	DR	R\$	0,00
44905100-243	Obras e instalações	00	00	R\$	47.850,00
1701.23.695.0055.2041	PROMOÇÃO DE FEIRAS E EVENTOS	FTE	DR	R\$	0,00
33903000-249	Material de consumo	00	00	R\$	5.000,00
33903900-250	Outros serviços de terceiros - pessoa jurídica	00	00	R\$	35.000,00

Total	R\$	123.350,00
-------	-----	------------

Art. 2º Para dar cobertura ao crédito aberto no art. 1º desta lei é indicada como fonte de recursos, na forma do disposto no inciso III do § 1º do art. 43 da Lei Federal nº 4.320, de 1964, o cancelamento parcial do saldo das dotações orçamentárias de números 2022, 2026 e 1143, vinculada ao orçamento vigente da Prefeitura Municipal de Capinzal, no valor de cento e vinte e três mil, trezentos e cinquenta reais (R\$ 123.350,00), na forma do quadro a seguir.

0401.20.601.0045.2022	MANUTENÇÃO DE PATRULAS MECANIZ	FTE	DR	R\$	0,00
33903900-068	Outros serviços de terceiros - pessoa jurídica	00	00	R\$	30.000,00
0401.20.602.0045.2026	APOIO AO DESENVOLVIMENTO DA PISCIC	FTE	DR	R\$	0,00
33903000-075	Material de consumo	00	00	R\$	5.500,00
0701.17.512.0165.1143	IMPL.SIST.TRATAM ESGOTO SANITÁRIO	FTE	DR	R\$	0,00
44905100-233	Obras e instalações	24	54	R\$	87.850,00
Total				R\$	123.350,00

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Capinzal, SC, 10 de novembro de 2010.

LEONIR BOARETTO

Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Lei na data supra.

EDSON ANTONIO CASSIANO

Secretário da Administração e Finanças

Lei 2.938.2010

LEI Nº 2.938, DE 10 DE NOVEMBRO DE 2010.

Autoriza o Poder Executivo a proceder à baixa de bens inservíveis, na forma que especifica.

Prefeito Municipal DE CAPINZAL

Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono, nos termos do art. 58, V, da Lei Orgânica Municipal, a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a proceder à baixa do Patrimônio Público do Município de Capinzal, dos bens inservíveis especificados no Anexo Único, parte integrante da presente Lei.

§ 1º A baixa de que trata o caput deste artigo tem como objetivo atualizar o quantitativo dos bens em condições de uso ou recuperáveis, bem como baixar do controle patrimonial e da contabilidade os bens e valores insubsistentes.

§ 2º Considera-se inservível para efeito desta Lei, o bem que não puder ser utilizado pelo Poder Executivo Municipal para o fim a que se destina devido à perda de suas características e cuja recuperação seja considerada antieconômica.

Art. 2º Fica o Poder Executivo autorizado a proceder à doação dos referidos bens inservíveis para entidades filantrópicas e sem fins lucrativos sediadas no Município de Capinzal, ou proceder à destinação para reciclagem mediante lavratura de Termo de Recibo por Comissão Especial.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Capinzal, SC, 10 de novembro de 2010.

LEONIR BOARETTO

Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Lei na data supra.

EDSON ANTONIO CASSIANO

Secretário da Administração e Finanças

ANEXO ÚNICO

PODER EXECUTIVO

Item	Discriminação	Plaqueta Patrimônio	Valor R\$
1.	Microcomputador intel 256mb	9199	3.132,00
2.	Cadeira fixa, armação de ferro	0309	12,34
3.	Impressora lazer hp 1200	7959	1.580,40
4.	Máquina fotográfica digital, marca Sony Cybershot	9067	1.420,00
5.	Suporte para TV e Vídeo	6988	17,44
6.	Coletor de dados cartão ponto system	7216	836,10
TOTAL GERAL			6.998,28

Decreto 097.2010

DECRETO Nº 097, DE 10 DE NOVEMBRO DE 2010.

Abre crédito adicional suplementar na forma que especifica.

Prefeito Municipal DE CAPINZAL, SC, no uso das suas atribuições que lhe são conferidas pelo art. 58, inciso V, da Lei Orgânica do Município e pelo art. 15 da Lei Municipal nº 2.937, de 10 de novembro de 2010,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto no orçamento da Prefeitura Municipal de Capinzal um crédito adicional suplementar no valor de cento e vinte e três mil, trezentos e cinquenta reais (R\$ 123.350,00) para reforço das dotações orçamentárias, especificadas no quadro a seguir:

0401.20.304.0045.2018	AQUISIÇÃO DE LARVICIDA BIOLÓGICO	FTE	DR	R\$	0,00
33903000-063	Material de consumo	00	00	R\$	30.000,00
0401.20.601.0045.1020	AQUIS. DE EQUIPAMENTOS AGRÍCOLAS	FTE	DR	R\$	0,00
44905200-070	Equipamentos e material permanente	00	00	R\$	5.500,00
1701.22.661.0055.1036	AQUIS.TER.RXRC. INFRAEST.DIST. INDUST.	FTE	DR	R\$	0,00
44905100-243	Obras e instalações	00	00	R\$	47.850,00
1701.23.695.0055.2041	PROMOÇÃO DE FEIRAS E EVENTOS	FTE	DR	R\$	0,00
33903000-249	Material de consumo	00	00	R\$	5.000,00
33903900-250	Outros serviços de terceiros - pessoa jurídica	00	00	R\$	35.000,00
Total				R\$	123.350,00

Art. 2º Para dar cobertura ao crédito aberto no art. 1º deste Decreto é indicada como fonte de recursos, na forma do disposto no inciso III do § 1º do art. 43 da Lei Federal nº 4.320, de 1964, o cancelamento parcial do saldo das dotações orçamentárias de números 2022, 2026 e 1143, vinculada ao orçamento vigente da

Prefeitura Municipal de Capinzal, no valor de cento e vinte e três mil, trezentos e cinquenta reais (R\$ 123.350,00), na forma do quadro a seguir.

0401.20.601.0045.2022	MANUTENÇÃO DE PATRULAS MECANIZ	FTE	DR	R\$	0,00
33903900-068	Outros serviços de terceiros - pessoa jurídica	00	00	R\$	30.000,00
0401.20.602.0045.2026	APOIO AO DESENVOLVIMENTO DA PISCIC	FTE	DR	R\$	0,00
33903000-075	Material de consumo	00	00	R\$	5.500,00
0701.17.512.0165.1143	IMPL.SIST.TRATAM ESGOTO SANITÁRIO	FTE	DR	R\$	0,00
44905100-233	Obras e instalações	24	54	R\$	87.850,00
Total				R\$	123.350,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Capinzal, SC, 10 de novembro de 2010.

LEONIR BOARETTO

Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto na data supra.

EDSON ANTONIO CASSIANO

Secretário da Administração e Finanças

Pregão Presencial Nº 0005/2010 - material de construção

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº 0005/2010

OBJETO: Aquisição de material de construção, utilizado para reforma de unidades habitacionais, em diversos locais do Município, Centro/Bairros e Interior, recursos próprios.

ENTREGA E ABERTURA: Propostas e Documentos até as 09:00 horas, para abertura às 09:05 horas do dia 25/11/2010.

MENOR PREÇO POR LOTE

INFORMAÇÕES E ENTREGA DO PROCESSO LICITATÓRIO: Centro Administrativo Prefeito Silvio Santos, sala de Licitações, RUA CARMELLO ZOCOLLI, 155.

No sítio: www.capinzal.sc.gov.br

HORÁRIO: Das 8:00 às 12:00 horas e das 13:30 às 17:30 horas.

TELEFONE No (0__49)3555-8719, FAX No 3555-8744

Capinzal, 11 de novembro de 2010.

PAULO RONALDO WAMES

Pregoeiro

Contrato 172/2010 - PMC

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO 0172/2010

Convite p/Obras e Serviços de Engenharia 0132/2010

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CAPINZAL

CONTRATADA: ELETROPNEUS OURO LTDA EPP

OBJETO: Contratação de empresa especializada para execução do PROJETO DE DECORAÇÃO NATALINA para 2010, a ser executado em diversos locais do município de Capinzal, Recursos Próprios.

VALOR R\$: 73.634,25

VIGÊNCIA: 10/11/2010 A 31/12/2010

Errata

ERRATA

Na publicação feita na edição de nº. 601, do dia 25/10/2010, referente ao extrato do Termo Aditivo 002/2010, do contrato nº. 0026/2010, oriundo do Pregão 009/2010, da Prefeitura Municipal de Capinzal; onde se lê: CONTRATO SUPERIOR 0009/2010; Leia-se: CONTRATO SUPERIOR 0026/2010

Leilão Nº 0134/2010 - reflorestamento de eucaliptos

AVISO DE LICITAÇÃO

LEILÃO Nº 0134/2010

OBJETO:

Alienação de um reflorestamento de eucaliptos com área de floresta de 15,0 há., localizado no Distrito de Alto Alegre, nesta cidade de Capinzal - SC.

Item	Descrição	Quantidade	Lance Mínimo R\$
01	Reflorestamento de eucaliptos em área de floresta de 15,0 ha, localizado no Distrito de Alto Alegre, nesta cidade de Capinzal - SC.	1	260.000,00

TIPO: Maior Lance ou Oferta.

JULGAMENTO: GLOBAL

ENTREGA: Documentos e propostas, até às 09:00 horas, para abertura as 09:05 horas do dia 30 de novembro de 2010.

INFORMAÇÕES E ENTREGA DO EDITAL: Prefeitura Municipal de Capinzal, sala de licitações da Secretaria de Administração e Finanças, Rua Carmelo Zocolli, 155.

HORÁRIO: Das 8:00 às 12:00 e das 13:30 às 17:30 horas.

TELEFONE: (0__49)3555-8719 e FAX: 3555-8744.

Capinzal, 11 de novembro de 2010.

PAULO RONALDO WAMES

Presidente da Comissão de Licitações

Catanduvas

CÂMARA DE VEREADORES

Balancete Financeiro 10/2010

CPL Informática.

Pág. 001

CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE CATANDUVAS

ANEXO TC-05

ESTADO DE SANTA CATARINA

Balancete Financeiro de 10/2010

Emissão: 31/10/2010

> TÍTULOS	V A L O R	> TÍTULOS	V A L O R
		DESPESA ORÇAMENTARIA	51.810,56
		LEGISLATIVA	51.810,56
> RECEITA EXTRA-ORÇAMENTÁRIA	74.371,03	> DESPESA EXTRA-ORÇAMENTÁRIA	13.599,63
DEPOSITOS A TRANSFERIR	8.400,16	DEPOSITOS A TRANSFERIR	5.638,13
INSS	2.764,79	INSS	2.764,79
ASSERV	869,51	ASSERV	869,51
EMPRESTIMO CEF	2.762,03	EMPRESTIMO BESC	699,98
EMPRESTIMO BESC	699,98	PENSAO ALIMENTICIA	510,00
PENSAO ALIMENTICIA	510,00	IRRF	259,67
IRRF	259,67	DESPESA CELULAR - EXCEDENTE	534,18
DESPESA CELULAR - EXCEDENTE	534,18	CONVENIOS A PAGAR	323,71
OUTROS DEPOSITOS CNPJ, CPF, UG, IG OU 99	9,37	DO EXERCICIO NUMERO CONVENIO + NUM.PARC	323,71
CONVENIOS A PAGAR	323,71	ENCARGOS SOCIAIS A RECOLHER	5.637,79
DO EXERCICIO NUMERO CONVENIO + NUM.PARC	323,71	INSS	5.637,79
ENCARGOS SOCIAIS A RECOLHER	5.637,79	REPASSE CONCEDIDO FONTE DE RECURSOS	2.000,00
INSS	5.637,79		
REPASSE RECEBIDO FONTE DE RECURSOS	60.000,00		
> DESPESA EMPENHADA	51.810,56	> DESPESA PAGA	49.956,56
CREDITO EMPENHADO A LIQUIDAR CELULA DES	51.810,56	CREDITO LIQUIDADO	49.956,56
		CREDITO EMPENHADO - LIQUIDADO CELULA DE	49.956,56
> SALDOS ANTERIORES	24.809,39	> SALDOS ATUAIS	35.624,23
BANCO DO BRASIL	21.600,00		
BANCO DO ESTADO DE SANTA CATARINA - BB	2.409,18	BANCO DO ESTADO DE SANTA CATARINA - BB	3.162,31
CAIXA ECONOMICA FEDERAL	800,21	CAIXA ECONOMICA FEDERAL	32.461,92
> TOTAL	150.990,98	> TOTAL	150.990,98

PRESIDENTE DA CAMARA
ODAIR JOSE GABRIELLI

TEC. CRC/SC 22.439/0-0
SIMONE V. SANTOS DE MARTINI


DOM/SC

ASSINADO DIGITALMENTE

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Comparativo da Despesa 10/2010

CPL Informática.

Pág. 001

CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE CATANDUVAS

Comparativo da Despesa Autorizada com a Empenhada

Exercício: 2010

ESTADO DE SANTA CATARINA

Mes de outubro, Saldos até 31/10/2010

Anexo TC-08

Código	Especificações	Orçado	Suplementado	Cred.Especiais	Anulados	TOTAL	Empenh. no Mes	Emp. ate o Mes	Estorno no Mes	SALDOS	Pago no Mes	Saldo a Pagar
01	CAMARA MUNICIPAL DE VEREADORES	720.000,00	0,00	0,00	0,00	720.000,00	51.810,56	457.690,13	0,00	262.309,87	49.956,56	1.854,00
0101	CAMARA MUNICIPAL	720.000,00	0,00	0,00	0,00	720.000,00	51.810,56	457.690,13	0,00	262.309,87	49.956,56	1.854,00
01	LEGISLATIVA	720.000,00	0,00	0,00	0,00	720.000,00	51.810,56	457.690,13	0,00	262.309,87	49.956,56	1.854,00
031	AÇÃO LEGISLATIVA	720.000,00	0,00	0,00	0,00	720.000,00	51.810,56	457.690,13	0,00	262.309,87	49.956,56	1.854,00
0001	PROCESSO LEGISLATIVO	720.000,00	0,00	0,00	0,00	720.000,00	51.810,56	457.690,13	0,00	262.309,87	49.956,56	1.854,00
2001	FUNCIONAMENTO E MANUTENCAO DA CAMARA	597.000,00	0,00	0,00	0,00	597.000,00	51.810,56	457.430,13	0,00	139.569,87	49.956,56	1.854,00
30000000	DESPESAS CORRENTES	597.000,00	0,00	0,00	0,00	597.000,00	51.810,56	457.430,13	0,00	139.569,87	49.956,56	1.854,00
31000000	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	390.000,00	0,00	0,00	0,00	390.000,00	31.666,41	309.254,56	0,00	80.745,44	31.666,41	0,00
31900000	APLICAÇÕES DIRETAS	390.000,00	0,00	0,00	0,00	390.000,00	31.666,41	309.254,56	0,00	80.745,44	31.666,41	0,00
31901101	* 00 000000 vencimentos e salário	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	25.373,52	245.514,64	0,00	0,00	25.373,52	0,00
31901137	* 00 000000 gratificação por temp	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	655,10	6.333,87	0,00	0,00	655,10	0,00
31901145	* 00 000000 férias abono constitu	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.337,00	0,00	0,00	0,00	0,00
31901302	* 00 000000 contribuições prevede	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5.637,79	55.069,05	0,00	0,00	5.637,79	0,00
33000000	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	207.000,00	0,00	0,00	0,00	207.000,00	20.144,15	148.175,57	0,00	58.824,43	18.290,15	1.854,00
33500000	TRANSFERÊNCIAS A INSTITUIÇÕES PRIVAD	10.000,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00	323,71	3.190,02	0,00	6.809,98	323,71	0,00
33504199	* 00 000000 outras contribuições	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	323,71	3.190,02	0,00	0,00	323,71	0,00
33900000	APLICAÇÕES DIRETAS	197.000,00	0,00	0,00	0,00	197.000,00	19.820,44	144.985,55	0,00	52.014,45	17.966,44	1.854,00
33901414	* 00 000000 diárias no país civi	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	10.238,40	76.955,72	0,00	0,00	10.238,40	0,00
33903007	* 00 000000 gêneros de alimentaçã	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.063,79	0,00	0,00	0,00	0,00
33903016	* 00 000000 material de expedient	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	222,00	1.028,59	0,00	0,00	222,00	0,00
33903017	* 00 000000 material de processam	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	688,00	778,00	0,00	0,00	688,00	0,00
33903021	* 00 000000 material de copa e co	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	204,70	0,00	0,00	0,00	0,00
33903022	* 00 000000 material de limpeza e	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	610,95	0,00	0,00	0,00	0,00
33903024	* 00 000000 material para manuten	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	50,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33903025	* 00 000000 material para manuten	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	932,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33903026	* 00 000000 material elétrico e e	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	66,27	0,00	0,00	0,00	0,00
33903029	* 00 000000 material para áudio,	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	51,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33903301	* 00 000000 passagens para o país	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3.670,22	0,00	0,00	0,00	0,00
33903615	* 00 000000 locação de imóveis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	820,00	8.045,00	0,00	0,00	820,00	0,00
33903625	* 00 000000 serviços de limpeza e	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	300,00	2.330,00	0,00	0,00	300,00	0,00
33903901	* 00 000000 assinatura de períodi	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	585,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33903905	* 00 000000 serviços técnicos pro	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33903911	* 00 000000 locação de softwares	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	486,00	4.860,00	0,00	0,00	0,00	486,00
33903916	* 00 000000 manutenção e conserva	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	185,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33903917	* 00 000000 manutenção e conserva	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	252,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33903922	* 00 000000 exposições, congresso	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.680,00	14.410,00	0,00	0,00	2.680,00	0,00
33903941	* 00 000000 fornecimento de alime	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	106,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33903943	* 00 000000 serviços de energia e	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	196,45	2.079,08	0,00	0,00	196,45	0,00
33903944	* 00 000000 serviços de água e es	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	72,24	641,88	0,00	0,00	72,24	0,00
33903947	* 00 000000 serviços de comunicaç	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.148,00	3.373,05	0,00	0,00	780,00	1.368,00
33903948	* 00 000000 serviços de seleção e	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.800,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33903958	* 00 000000 serviços de telecomun	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.860,85	14.931,80	0,00	0,00	1.860,85	0,00
33903959	* 00 000000 serviços de áudio, ví	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	506,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33903978	* 00 000000 limpeza e conservação	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.200,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33903981	* 00 000000 serviços bancários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	13,50	27,50	0,00	0,00	13,50	0,00
33903997	* 00 000000 despesas de teleproce	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	95,00	950,00	0,00	0,00	95,00	0,00
33903999	* 00 000000 outros serviços de te	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	292,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1001	AQUISICAO DE EQUIPAMENTOS	30.000,00	0,00	0,00	0,00	30.000,00	0,00	260,00	0,00	29.740,00	0,00	0,00
40000000	DESPESAS DE CAPITAL	30.000,00	0,00	0,00	0,00	30.000,00	0,00	260,00	0,00	29.740,00	0,00	0,00

CPL Informática.

Pág. 002

CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE CATANDUVAS

Comparativo da Despesa Autorizada com a Empenhada

Exercício: 2010

ESTADO DE SANTA CATARINA

Mes de outubro, Saldos até 31/10/2010

Anexo TC-08

Código Especificações	Orçado	Suplementado	Cred.Especiais	Anulados	TOTAL	Empenh. no Mes	Emp. ate o Mes	Estorno no Mes	SALDOS	Pago no Mes	Saldo a Pagar
44000000 INVESTIMENTOS	30.000,00	0,00	0,00	0,00	30.000,00	0,00	260,00	0,00	29.740,00	0,00	0,00
44900000 APLICAÇÕES DIRETAS	30.000,00	0,00	0,00	0,00	30.000,00	0,00	260,00	0,00	29.740,00	0,00	0,00
44905251 * 00 000000 peças não incorporáveis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	260,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1002 CONSTRUÇÃO, MÓVEIS E EQUIPAMENTOS DA	93.000,00	0,00	0,00	0,00	93.000,00	0,00	0,00	0,00	93.000,00	0,00	0,00
40000000 DESPESAS DE CAPITAL	93.000,00	0,00	0,00	0,00	93.000,00	0,00	0,00	0,00	93.000,00	0,00	0,00
44000000 INVESTIMENTOS	93.000,00	0,00	0,00	0,00	93.000,00	0,00	0,00	0,00	93.000,00	0,00	0,00
44900000 APLICAÇÕES DIRETAS	93.000,00	0,00	0,00	0,00	93.000,00	0,00	0,00	0,00	93.000,00	0,00	0,00
TOTAL GERAL	720.000,00	0,00	0,00	0,00	720.000,00	51.810,56	457.690,13	0,00	262.309,87	49.956,56	1.854,00

CPL Informática.

Pág. 003

CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE CATANDUVAS

Comparativo da Despesa Autorizada com a Empenhada

Exercício: 2010

ESTADO DE SANTA CATARINA

Mes de outubro, Saldos até 31/10/2010

Anexo TC-08

Código	Especificações	Orçado	Suplementado	Cred.Especiais	Anulados	TOTAL	Empenh. no Mes	Emp. ate o Mes	Estorno no Mes	SALDOS	Pago no Mes	Saldo a Pagar
30000000	DESPESAS CORRENTES	597.000,00	0,00	0,00	0,00	597.000,00	51.810,56	457.430,13	0,00	139.569,87	49.956,56	1.854,00
31000000	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	390.000,00	0,00	0,00	0,00	390.000,00	31.666,41	309.254,56	0,00	80.745,44	31.666,41	0,00
31900000	APLICAÇÕES DIRETAS	390.000,00	0,00	0,00	0,00	390.000,00	31.666,41	309.254,56	0,00	80.745,44	31.666,41	0,00
31901101	* " 000000 vencimentos e salári	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	25.373,52	245.514,64	0,00	0,00	25.373,52	0,00
31901137	* " 000000 gratificação por tem	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	655,10	6.333,87	0,00	0,00	655,10	0,00
31901145	* " 000000 férias abono constit	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.337,00	0,00	0,00	0,00	0,00
31901302	* " 000000 contribuições previd	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5.637,79	55.069,05	0,00	0,00	5.637,79	0,00
33000000	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	207.000,00	0,00	0,00	0,00	207.000,00	20.144,15	148.175,57	0,00	58.824,43	18.290,15	1.854,00
33500000	TRANSFERÊNCIAS A INSTITUIÇÕES PRIVAD	10.000,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00	323,71	3.190,02	0,00	6.809,98	323,71	0,00
33504199	* " 000000 outras contribuições	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	323,71	3.190,02	0,00	0,00	323,71	0,00
33900000	APLICAÇÕES DIRETAS	197.000,00	0,00	0,00	0,00	197.000,00	19.820,44	144.985,55	0,00	52.014,45	17.966,44	1.854,00
33901414	* " 000000 diárias no país civ	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	10.238,40	76.955,72	0,00	0,00	10.238,40	0,00
33903007	* " 000000 gêneros de alimentaç	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.063,79	0,00	0,00	0,00	0,00
33903016	* " 000000 material de expedien	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	222,00	1.028,59	0,00	0,00	222,00	0,00
33903017	* " 000000 material de processa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	688,00	778,00	0,00	0,00	688,00	0,00
33903021	* " 000000 material de copa e c	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	204,70	0,00	0,00	0,00	0,00
33903022	* " 000000 material de limpeza	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	610,95	0,00	0,00	0,00	0,00
33903024	* " 000000 material para manute	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	50,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33903025	* " 000000 material para manute	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	932,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33903026	* " 000000 material elétrico e	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	66,27	0,00	0,00	0,00	0,00
33903029	* " 000000 material para áudio,	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	51,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33903301	* " 000000 passagens para o paí	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3.670,22	0,00	0,00	0,00	0,00
33903615	* " 000000 locação de imóveis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	820,00	8.045,00	0,00	0,00	820,00	0,00
33903625	* " 000000 serviços de limpeza	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	300,00	2.330,00	0,00	0,00	300,00	0,00
33903901	* " 000000 assinatura de períod	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	585,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33903905	* " 000000 serviços técnicos pr	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33903911	* " 000000 locação de softwares	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	486,00	4.860,00	0,00	0,00	0,00	486,00
33903916	* " 000000 manutenção e conserv	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	185,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33903917	* " 000000 manutenção e conserv	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	252,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33903922	* " 000000 exposições, congress	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.680,00	14.410,00	0,00	0,00	2.680,00	0,00
33903941	* " 000000 fornecimento de alim	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	106,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33903943	* " 000000 serviços de energia	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	196,45	2.079,08	0,00	0,00	196,45	0,00
33903944	* " 000000 serviços de água e e	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	72,24	641,88	0,00	0,00	72,24	0,00
33903947	* " 000000 serviços de comunica	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.148,00	3.373,05	0,00	0,00	780,00	1.368,00
33903948	* " 000000 serviços de seleção	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.800,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33903958	* " 000000 serviços de telecomu	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.860,85	14.931,80	0,00	0,00	1.860,85	0,00
33903959	* " 000000 serviços de áudio, v	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	506,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33903978	* " 000000 limpeza e conservaçã	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.200,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33903981	* " 000000 serviços bancários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	13,50	27,50	0,00	0,00	13,50	0,00
33903997	* " 000000 despesas de teleproc	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	95,00	950,00	0,00	0,00	95,00	0,00
33903999	* " 000000 outros serviços de t	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	292,00	0,00	0,00	0,00	0,00
40000000	DESPESAS DE CAPITAL	123.000,00	0,00	0,00	0,00	123.000,00	0,00	260,00	0,00	122.740,00	0,00	0,00
44000000	INVESTIMENTOS	123.000,00	0,00	0,00	0,00	123.000,00	0,00	260,00	0,00	122.740,00	0,00	0,00
44900000	APLICAÇÕES DIRETAS	123.000,00	0,00	0,00	0,00	123.000,00	0,00	260,00	0,00	122.740,00	0,00	0,00
44905251	* " 000000 peças não incorporáv	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	260,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL GERAL		720.000,00	0,00	0,00	0,00	720.000,00	51.810,56	457.690,13	0,00	262.309,87	49.956,56	1.854,00
							Estornos até o Mes	0,00		Pagos até o Mes	455.836,13	

PRESIDENTE DA CAMARA
ODAIR JOSE GABRIELLITEC. CRC/SC 22.439/0-0
SIMONE V. SANTOS DE MARTINI

Comparativo da Receita 10/2010

CPL Informática.

Pág. 001

CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE CATANDUVAS

Saldos até 31/10/2010

Exercício: 2010

Comparativo da Receita Orçada com a Arrecadada

ESTADO DE SANTA CATARINA

Anexo TC-07

Codigo	Especificações	Orçado R\$	Arrecadado no Mes	Arrecadado até o Mes	Diferença em R\$	
					Para (+)	Para (-)
	TOTAL DA RECEITA	0,00	8.409,53	81.046,90	81.046,90	
	RECEITA ORÇAMENTÁRIA	0,00	0,00	0,00		0,00
30000000	RECEITA EXTRA-ORÇAMENTARIA	0,00	8.409,53	81.046,90	81.046,90	
31000000	DEPOSITOS DE DIVERSAS ORIGENS	0,00	8.409,53	81.046,90	81.046,90	
31001000 0000 000000	Inss	0,00	2.764,79	27.073,37	27.073,37	
31002000 0000 000000	Asserv	0,00	869,51	8.211,00	8.211,00	
31003000 0000 000000	Irrf	0,00	259,67	2.477,47	2.477,47	
31004000 0000 000000	Emprestimo Cef	0,00	2.762,03	26.963,49	26.963,49	
31007000 0000 000000	Emprestimo Besc S/a	0,00	699,98	6.087,74	6.087,74	
31008000 0000 000000	Pensao Alimenticia	0,00	510,00	5.100,00	5.100,00	
31009000 0100 000000	Despesa Celular - Excedente	0,00	534,18	4.435,50	4.435,50	
31009100 0000 000000	Rendimentos Aplicacoes Financeiras	0,00	9,37	698,33	698,33	

	Orçado R\$	Arrecadado	Arrecadado
		no Mes	até o Mes
000000Sem Detalhamento da Destinação de Recursos	0,00	0,00	0,00
TOTAL GERAL	0,00	0,00	0,00

PRESIDENTE DA CAMARA

ODAIR JOSE GABRIELLI

TEC. CRC/SC 22.439/0-0

SIMONE V. SANTOS DE MARTINI

Chapadão do Lageado

PREFEITURA MUNICIPAL

Decreto Nº 071/2010

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CHAPADÃO DO LAGEADO

DECRETO Nº 071/2010

"ANULA E SUPLEMENTA DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

O Prefeito do Município de Chapadão do Lageado, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe foram conferidas pela Lei nº 0458 de 18 de dezembro de 2009 e de acordo com a Lei nº 0488 de 09.11.2010,

DECRETA:

Art. 1º Fica anulado a importância de R\$ 76.997,82 (setenta e seis mil novecentos e noventa e sete reais e oitenta e dois centavos) das seguintes dotações do orçamento vigente:

04 - Secretaria da Fazenda

04 - Secretaria da Fazenda

04 - Administração

09 - Administração Financeira

123 - Administração Financeira

90 - Recursos Ordinários - Orçamentos Municipais

33.90.00.00.00.00.00 - Aplicações Direitas

2080- Capacitação de Pessoal - Administração Financeira

R\$ 2.5000,00

05 - Secretaria da Educação, Cultura e Esportes

01 - Divisão de Ensino

12 - Educação

11 - Educação para todos

365 - Educação Infantil

110- Receitas de Impostos e Transf. de Impostos - Educação

44.90.00.00.00.00.00 - Aplicações Direitas

2017 - Manutenção/ Pessoal do Ensino Infantil R\$ 10.000,00

07 - Secretaria da Agricultura

01 - Divisão de Agricultura

20 - Agricultura

27 - Assistência aos Produtores Rurais

606 - Extensão Rural

90 - Recursos Ordinários - Orçamentos Municipais

33.90.00.00.00.00.00 - Aplicações direitas

2060 - Realização da Expo feira dos Produtos Locais e Festa do Colono R\$ 9.505,00

07 - Secretaria da Agricultura

01 - Divisão de Agricultura

20 - Agricultura

27 - Assistência aos Produtores Rurais

606 - Extensão Rural

116- Transferência de Convênios - Outros

33.90.00.00.00.00.00 - Aplicações direitas

2060 - Realização da Expo feira dos Produtos Locais e Festa do Colono R\$ 2.500,00

08 - Secretaria dos Transportes, Obras e Serviços

02 - Divisão do D.M.E.R.

15 - Urbanismo

29 - Estradas Vicinais

452 - Serviços Urbanos

116- Transferência de Convênios - Outros

44.90.00.00.00.00.00 - Aplicações direitas

1055 - Sinalização Viária

R\$ 2.500,00

08 - Secretaria dos Transportes, Obras e Serviços

02 - Divisão do D.M.E.R.

15 - Urbanismo

29 - Estradas Vicinais

452 - Serviços Urbanos

90 - Recursos Ordinários - Orçamentos Municipais

44.90.00.00.00.00.00 - Aplicações direitas

1055 - Sinalização Viária

R\$ 1.250,00

08 - Secretaria dos Transportes, Obras e Serviços

02 - Divisão do D.M.E.R.

15 - Urbanismo

29 - Estradas Vicinais

452 - Serviços Urbanos

90 - Recursos Ordinários - Orçamentos Municipais

33.90.00.00.00.00.00 - Aplicações direitas

1055 - Sinalização Viária

R\$ 610,00

07 - Secretaria da Agricultura

01 - Divisão de Agricultura

20 - Agricultura

49 - Pamec

606 - Extensão Rural

90 - Recursos Ordinários - Orçamentos Municipais

44.90.00.00.00.00.00 - Aplicações direitas

1091 - Aquisição de Maquinas, Equipamentos, Implementos Agrícolas e Veículos de Transporte de Carga - Pamec R\$ 15.000,00

07 - Secretaria da Agricultura

01 - Divisão de Agricultura

20 - Agricultura

27 - Assistência aos Produtores Rurais

606 - Extensão Rural

90 - Recursos Ordinários - Orçamentos Municipais

33.90.00.00.00.00.00 - Aplicações direitas

2062 - Realização de Dias de Campo

R\$ 1.250,00

07 - Secretaria da Agricultura

01 - Divisão de Agricultura

20 - Agricultura

27 - Assistência aos Produtores Rurais

606 - Extensão Rural

90 - Recursos Ordinários - Orçamentos Municipais

33.90.00.00.00.00.00 - Aplicações direitas

2061 - Realização de Cursos Profissionalizantes R\$ 1.132,82

07 - Secretaria da Agricultura

01 - Divisão de Agricultura

11 - Trabalho

39 - Geração de Emprego e Renda

334 - Fomento ao Trabalho

90 - Recursos Ordinários - Orçamentos Municipais

33.50.00.00.00.00.00 - Aplicações direitas

2070 - Subvenção Social a Associações Sem Fins Lucrativos do Município - Emprego e Renda R\$ 2.000,00

07 - Secretaria da Agricultura

01 - Divisão de Agricultura

11 - Trabalho

39 - Geração de Emprego e Renda

334 - Fomento ao Trabalho

90 - Recursos Ordinários - Orçamentos Municipais

44.90.00.00.00.00.00 - Aplicações direitas

2067 - Incentivo a Instalação de Novos Empreendimentos e aos já Existentes - Emprego e Renda R\$ 2.000,00

07 - Secretaria da Agricultura
 01 - Divisão de Agricultura
 11 - Trabalho
 39 - Geração de Emprego e Renda
 334 - Fomento ao Trabalho
 116- Transferência de Convênios - Outros
 44.90.00.00.00.00.00 - Aplicações diretas
 2067 - Incentivo a Instalação de Novos Empreendimentos e aos já
 Existentes - Emprego e Renda R\$ 2.000,00

07 - Secretaria da Agricultura
 01 - Divisão de Agricultura
 20 - Agricultura
 49 - Pamec
 606 - Extensão Rural
 90 - Recursos Ordinários - Orçamentos Municipais
 33.90.00.00.00.00.00 - Aplicações diretas
 2074 - Manutenção de Máquinas, Equipamentos, Implemen-
 tos Agrícolas e Veículos de Transporte de Carga -Pamec
 R\$ 5.000,00

07 - Secretaria da Agricultura
 01 - Divisão de Agricultura
 20 - Agricultura
 27 - Assistência aos Produtores Rurais
 606 - Extensão Rural
 90 - Recursos Ordinários - Orçamentos Municipais
 33.90.00.00.00.00.00 - Aplicações diretas
 2078 - Treinamento e Capacitação - Agricultura R\$ 2.500,00

08 - Secretaria dos Transportes, Obras e Serviços
 01- Divisão do D. M. E. R.
 15 - Urbanismo
 31 - Urbanismo
 451 - Infra-estrutura Urbana
 90 - Recursos Ordinários - Orçamentos Municipais
 33.90.00.00.00.00.00 - Aplicações Direitas
 2065 - Implantação de Sistema de Saneamento Básico no Centro
 da Cidade R\$ 1.500,00

08 - Secretaria dos Transportes, Obras e Serviços
 01- Divisão do D. M. E. R.
 15 - Urbanismo
 31 - Urbanismo
 451 - Infra-estrutura Urbana
 116- Transferência de Convênios - Outros
 33.90.00.00.00.00.00 - Aplicações Direitas
 2065 - Implantação de Sistema de Saneamento Básico no Centro
 da Cidade R\$ 2.750,00

08 - Secretaria dos Transportes, Obras e Serviços
 01- Divisão do D. M. E. R.
 15 - Urbanismo
 31 - Urbanismo
 451 - Infra-estrutura Urbana
 90 - Recursos Ordinários - Orçamentos Municipais
 44.90.00.00.00.00.00 - Aplicações Direitas
 2065 - Implantação de Sistema de Saneamento Básico no Centro
 da Cidade R\$ 1.500,00

08 - Secretaria dos Transportes, Obras e Serviços
 01- Divisão do D. M. E. R.
 15 - Urbanismo
 31 - Urbanismo
 451 - Infra-estrutura Urbana
 116- Transferência de Convênios - Outros
 44.90.00.00.00.00.00 - Aplicações Direitas
 2065 - Implantação de Sistema de Saneamento Básico no Centro
 da Cidade R\$ 6.500,00

09- Secretaria do Desenvolvimento Social
 03 - Divisão do Fundo da Infância e Adolescência
 08 - Assistência Social
 21 - Atenção a Criança
 243 - Assistência a Criança e ao Adolescente
 90 - Recursos Ordinários - Orçamentos Municipais
 33.90.00.00.00.00.00 - Aplicações Direitas
 2055 - Implantar e Implementar Políticas que Assegurem o Fun-
 cionamento do Eca R\$ 5.000,00

TOTAL DAS ANULAÇÕES R\$ 76.997,82

Art. 2º Por conta dos recursos constantes do art. 1º, no valor de
 R\$ 76.997,82 (setenta e seis mil novecentos e noventa e sete reais
 e oitenta e dois centavos), fica aberto um credito suplementar nas
 seguintes dotações do Orçamento Vigente:

03 - Secretaria de Administração e Planejamento
 03 - Secretaria de Administração e Planejamento
 04 - Administração
 05 - Administração Geral
 122 - Administração Geral
 90 - Recursos Ordinários - Orçamentos Municipais
 33.90.00.00.00.00.00 - Aplicações Direitas
 2003 - Man. da Secretaria de Administração e Planejamento
 R\$ 15.000,00

04 - Secretaria da Fazenda
 04 - Secretaria da Fazenda
 04 - Administração
 09 - Administração Financeira
 123 - Administração Financeira
 90 - Recursos Ordinários - Orçamentos Municipais
 33.90.00.00.00.00.00 - Aplicações Direitas
 2005 - Man./Pessoal Gerenciamento e Controle da Secretaria
 R\$ 16.997,82

05 - Secretaria da Educação, Cultura e Esportes
 02 - Divisão de Cultura
 13 - Cultura
 13 - Resgate da Cultura
 392 - Difusão Cultural
 90 - Recursos Ordinários - Orçamentos Municipais
 33.90.00.00.00.00.00 - Aplicações Direitas
 2018 - Realização de Eventos R\$ 40.000,00

05 - Secretaria da Educação, Cultura e Esportes
 01 - Divisão de Ensino
 12 - Educação
 11 - Educação para todos
 361 - Ensino Fundamental
 110 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos - Educação
 33.90.00.00.00.00.00 - Aplicações Direitas
 2015 - Manutenção do Programa do Transporte Escolar
 R\$ 5.000,00

TOTAL DAS SUPLEMENTAÇÕES. R\$ 76.997,82

Art. 3º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura do Município de Chapadão do Lageado, 10 de novembro
 de 2010.

ABEL DA SILVA

Prefeito Municipal em Exercício

Decreto Nº 072/2010

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CHAPADAO DO LAGEADO

DECRETO Nº 072/2010

"ANULA E SUPLEMENTA DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS".

O Prefeito do Município de Chapadão do Lageado, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe foram conferidas pela Lei nº 0458 de 18 de dezembro de 2009 e de acordo com a Lei nº 0489 de 09.11.2010,

DECRETA:

Art. 1º Fica anulado a importância de R\$ 23.000,00 (vinte e três mil reais) das seguintes dotações do orçamento vigente do Fundo Municipal de Saúde do Município de Chapadão do Lageado:

06 - Secretaria de Saúde
01 - Divisão do Fundo de Saúde
10 - Saúde
17 - Saúde para todos
301 - Atenção Básica
101 - Receitas de Impostos e Transferência de Impostos - Saúde
33.90.00.00.00.00.00 - Aplicações diretas
2050 - Incentivo ao Cultivo e Utilização de Ervas Medicinais
R\$ 2.000,00

06 - Secretaria de Saúde
01 - Divisão do Fundo de Saúde
10 - Saúde
17 - Saúde para todos
301 - Atenção Básica
101 - Receitas de Impostos e Transferência de Impostos - Saúde
33.90.00.00.00.00.00 - Aplicações diretas
2026- Execução e Man.do Programa Saúde da Família R\$ 5.000,00

06 - Secretaria de Saúde
01 - Divisão do Fundo de Saúde
10 - Saúde
17 - Saúde para todos
301 - Atenção Básica
103 - Atenção Básica
33.90.00.00.00.00.00 - Aplicações diretas
2026- Execução e Man. do Programa Saúde da Família
R\$ 5.000,00

06 - Secretaria de Saúde
01 - Divisão do Fundo de Saúde
10 - Saúde
17 - Saúde para todos
301 - Atenção Básica
101 - Receitas de Impostos e Transferência de Impostos - Saúde
33.90.00.00.00.00.00 - Aplicações diretas
1096 - Ampliação e Reforma dos Postos de Saúde R\$ 3.000,00

06 - Secretaria de Saúde
01 - Divisão do Fundo de Saúde
10 - Saúde
17 - Saúde para todos
301 - Atenção Básica
102 - Transferência de Convênios - Outros
33.90.00.00.00.00.00 - Aplicações diretas
1096 - Ampliação e Reforma dos Postos de Saúde R\$ 1.000,00

06 - Secretaria de Saúde
01 - Divisão do Fundo de Saúde
10 - Saúde
17 - Saúde para todos
301 - Atenção Básica

101 - Receitas de Impostos e Transferência de Impostos - Saúde
44.90.00.00.00.00.00 - Aplicações diretas
1096 - Ampliação e Reforma dos Postos de Saúde R\$ 5.000,00

06 - Secretaria de Saúde
01 - Divisão do Fundo de Saúde
10 - Saúde
17 - Saúde para todos
301 - Atenção Básica
102 - Transferência de Convênios - Outros
44.90.00.00.00.00.00 - Aplicações diretas
1096 - Ampliação e Reforma dos Postos de Saúde R\$ 2.000,00

Art. 2º Por conta dos recursos constantes do art. 1º, no valor de R\$ 23.000,00 (vinte e três mil reais), fica aberto um crédito suplementar nas seguintes dotações do orçamento vigente do Fundo Municipal de Saúde do Município de Chapadão do Lageado:

06 - Secretaria de Saúde
01 - Divisão do Fundo de Saúde
10 - Saúde
17 - Saúde para todos
301 - Atenção Básica
101 - Receitas de Impostos e Transferência de Impostos - Saúde
33.90.00.00.00.00.00 - Aplicações diretas
2021 - Manutenção da Secretaria Municipal de Saúde R\$ 21.000,00

06 - Secretaria de Saúde
01 - Divisão do Fundo de Saúde
10 - Saúde
17 - Saúde para todos
301 - Atenção Básica
101 - Receitas de Impostos e Transferência de Impostos - Saúde
33.71.00.00.00.00.00 - Transferência a Consórcios Públicos
2021 - Manutenção da Secretaria Municipal de Saúde R\$ 2.000,00

Art. 3º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura do Município de Chapadão do Lageado, 10 de novembro de 2010.

ABEL DA SILVA

Prefeito Municipal em Exercício

Portaria Nº 354/2010 de 10.11.2010

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CHAPADAO DO LAGEADO

PORTARIA Nº 354/2010

O Prefeito do Município de Chapadão do Lageado, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais, de conformidade com a Lei Orgânica do Município de Chapadão do Lageado - SC, Lei Complementar nº 006, de 23.12.99, e conforme art.16 inciso I da Lei nº 0085 de 30.06.99.

RESOLVE:

Art. 1º Fazer cessar os efeitos da Portaria nº 241/2010 de 30.06.2010, que admite em caráter temporário, VALDIRENE MOHR MARQUEZ, a partir de 11.11.2010.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura do Município de Chapadão do Lageado, 10 de novembro de 2010.

ABEL DA SILVA

Prefeito Municipal em exercício

Portaria Nº 355/2010 de 10.11.2010

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CHAPADÃO DO LAGEADO

PORTARIA Nº 355/2010

O Prefeito do Município de Chapadão do Lageado, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais, de conformidade com a Lei Orgânica do Município de Chapadão do Lageado - SC, Lei Complementar nº 006, de 23.12.99, e conforme art.16 inciso I da Lei nº 0085 de 30.06.99.

RESOLVE:

Art. 1º Fazer cessar os efeitos da Portaria nº 242/2010 de 30.06.2010, que admite em caráter temporário, SABRINA CABRAL, a partir de 11.11.2010.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura do Município de Chapadão do Lageado, 10 de novembro de 2010.

ABEL DA SILVA

Prefeito Municipal em exercício

Extrato de Edital de Processo Licitatório nº 075/2010 - PM

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DE CHAPADÃO DO LAGEADO

EXTRATO DO EDITAL DO PROCESSO LICITATÓRIO N.º 075/2010 - PM

CONVITE Nº 38/2010 - PM

A Prefeitura Municipal de Chapadão do Lageado torna público aos interessados, que estará reunida no dia 19 de novembro de 2010, às 09:00, a fim de receber, abrir e examinar documentação e propostas de empresas que pretendam participar do Processo Licitatório nº 075/2010, Modalidade Convite nº 38/2010, cujo objeto é a aquisição de peças para conserto do Veículo Toyota placa LXU 0700, de uso da Secretaria de Educação Obras Transportes e Serviços Urbanos do Município de Chapadão do Lageado. As informações poderão ser obtidas pelo fone (47) 3537-0072, das 08:00 às 12:00 e das 13:30 às 16:00 ou pelo e-mail: compras@chapadaodolageado.sc.gov.br

Chapadão do Lageado (SC), 11 de novembro de 2010.

ABEL DA SILVA

Prefeito Municipal em exercício

CÂMARA DE VEREADORES**Resolução N037 de 03 de Novembro de 2010**

ESTADO DE SANTA CATARINA

CAMARA MUNICIPAL DE CHAPADÃO DO LAGEADO

CHARLES AIRES, Presidente da Câmara de Vereadores do Município de Chapadão do Lageado, Estado de Santa Catarina. Faço saber a todos os habitantes desse Município, que a Câmara de Vereadores aprovou e eu promulgo a seguinte:

RESOLUÇÃO Nº037 de 03 de novembro de 2010.

“ALTERA O ARTIGO 1º DA RESOLUÇÃO Nº034 DE 14 DE SETEMBRO DE 2010 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

Art. 1º-O Artigo 1º da Resolução Nº034 de setembro de 2010 que dispõe sobre o inventário dos bens da Câmara passa a vigorar com a seguinte Redação:

“Art. 1º - A comissão que analisará os bens inservíveis da Câmara Municipal será composta pelos seguintes membros:

Vereador - Arnaldo Schneider;

Vereador - José Roling;

Vereador - Alair da Silveira.

Contadora - Elaine Aparecida Franz da Silveira.”

Art. 4º Esta Resolução entrará em vigor na data de sua Publicação.

Art. 5º Revoga-se as disposições em contrário.

Sala das Sessões 08 de Novembro de 2010.

CHARLES AIRES

Presidente

Concórdia**PREFEITURA MUNICIPAL****Aviso Edital de Chamada Pública Nº 2/2010 - PMC**

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

EDITAL DE CHAMADA PÚBLICA Nº 2/2010

Objeto: Chamada Pública para aquisição de gêneros alimentícios da Agricultura Familiar e do Empreendedor Familiar Rural, destinado ao atendimento do Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE e Programa Nacional de Alimentação de Creches - PNAC, durante o período de janeiro a julho de 2011, em conformidade com a Lei Federal nº 11947/2009 e Resolução FNDE/CD nº 38/2009. Recebimento e abertura dos envelopes: até as 08h15min do dia 26 de novembro de 2010.

Informações complementares: o Edital em inteiro teor estará à disposição dos interessados na home page www.concordia.sc.gov.br, link “Licitações”. Quaisquer informações poderão ser obtidas na Diretoria de Compras da Prefeitura Municipal de Concórdia, situada à Rua Leonel Mosele, nº 62, 1º andar, Centro, de 2ª a 6ª feira, das 08h00min às 11h30min e das 13h30min às 17h00min, ou pelo fone (49) 3441-2125.

Concórdia, SC, 10 de novembro de 2010.

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA

Secretária Municipal de Administração

Aviso Pregão Eletrônico Nº 22/2010 - PMC

PREFEITURA MUNICIPAL DE CONCÓRDIA - SC

AVISO DE LICITAÇÃO MODALIDADE

PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 22/2010 - PMC

Objeto: Contratação de empresa(s) do ramo de transporte coletivo de passageiros para a prestação, em regime de fretamento, de serviço de transporte de alunos da rede municipal e estadual do ensino fundamental, durante o ano letivo de 2011, conforme especificações constantes dos Anexos “A” e “E” do Edital. Forma de Pregão: Eletrônico.

Tipo: Menor Preço por Item.

Recebimento das propostas: até às 08:15 do dia 07/12/2010

Início da Sessão: dia 07/12/2010, às 08:30, no endereço eletrônico www.cidadecompras.com.br, horário de Brasília - DF.

Informações complementares: o Edital em inteiro teor estará à disposição dos interessados no site www.cidadecompras.com.br. Quaisquer informações sobre o edital poderão ser obtidas na Diretoria de Compras da Prefeitura Municipal de Concórdia, situada à Rua Leonel Mosele, nº 62, 1º andar, Centro, de 2ª a 6ª feira, das 08:00 às 11:30 e das 13:30 às 17:00, ou pelo fone (0**49)

3441-2163.

Concórdia, SC, 03 de novembro de 2010
BEATRIZ F. C. DA SILVA ROSA
Secretária Municipal de Administração

Aviso Pregão Presencial Nº 133/2010

PREFEITURA MUNICIPAL DE CONCÓRDIA - SC
AVISO DE LICITAÇÃO MODALIDADE
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 133/2010- PMC

Objeto: Aquisição de peças e serviço de conserto do veículo Kangoo PMC 52, Placa MCS 2642, pertencente a Frota Municipal.

Forma de Pregão: Presencial.

Tipo: Menor Preço global.

Recebimento das propostas: até as 13h45min do dia 07/12/2010

Abertura: dia 07/12/2010, às 14h.

Informações complementares: o Edital em inteiro teor estará à disposição dos interessados na home page www.concordia.sc.gov.br, link "Licitações". Quaisquer informações poderão ser obtidas na Diretoria de Compras da Prefeitura Municipal de Concórdia, situada na Rua Leonel Mosele, nº 62, 1º andar, Centro, de 2ª a 6ª feira, das 08:00 às 11:30 e das 13:30 às 17:00, ou pelo telefone (49) 3441-2163.

Concórdia, SC, 04 de novembro de 2010
BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA
Secretária Municipal de Administração

Aviso Pregão Presencial SRP Nº 0003/2010 - FMH

FUNDO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO DE CONCÓRDIA - SC
AVISO DE LICITAÇÃO MODALIDADE
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 0003/2010 FMH

Objeto: Registro de Preços para aquisição de materiais de construção para pessoas em situação de vulnerabilidade social em casos emergenciais do Município, conforme Leis Complementares nº 75 de 09 de dezembro de 1993 e nº 104 de 08 de Junho de 1995.

Forma de Pregão: Presencial

Tipo: Menor Preço Por Item.

Recebimento das propostas: até as 13:45 do dia 09/12/2010.

Abertura: dia 09/12/2010, às 14:00

Informações complementares: o Edital em inteiro teor estará à disposição dos interessados na home page www.concordia.sc.gov.br, link "Licitações". Quaisquer informações poderão ser obtidas na Diretoria de Compras da Prefeitura Municipal de Concórdia, situada à Rua Leonel Mosele, nº 62, 1º andar, Centro, de 2ª a 6ª feira, das 08:00 às 11:30 e das 13:30 às 17:00, ou pelo fone (0**49) 3441-2160.

Concórdia, SC, 08 de novembro de 2010.
MAURO KICHEL
Gestor do Fundo Municipal de Habitação

Balancete Financeiro INSTITUTO PREV. SOCIAL SERV. PUB. DE CONCORDIA**ESTADO DE SANTA CATARINA****INSTITUTO PREV. SOCIAL SERV. PUB. DE CONCORDIA**

Balancete Financeiro - Por Categoria Econômica

Mês/Ano : Outubro/2010

Receita		Despesa	
Títulos	Valor	Títulos	Valor
Receita Orçamentária	964.567,96	Despesa Orçamentária	260.170,55
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	153.141,87	Despesas exceto Intra-orçamentárias	259.236,31
RECEITA PATRIMONIAL	503.056,55	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	16.132,55
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	2.366,40	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	243.103,76
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	306.003,14		
		Despesas Intra-orçamentárias	934,24
		PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	934,24
Receita Extra - Orçamentária	300.773,81	Despesa Extra - Orçamentária	300.774,07
DEPOSITOS	40.603,26	DEPOSITOS	40.603,52
CONSIGNACOES	5.257,03	CONSIGNACOES	5.257,03
TESOURO ESTADUAL E MUNICIPAL	5.257,03	TESOURO ESTADUAL E MUNICIPAL	5.257,03
DEPOSITOS DE DIVERSAS ORIGENS	35.346,23	DEPOSITOS DE DIVERSAS ORIGENS	35.346,49
DEPOSITOS PARA QUEM DE DIREITO	35.346,23	DEPOSITOS PARA QUEM DE DIREITO	35.346,49
OBRIGACOES EM CIRCULACAO	260.170,55	OBRIGACOES EM CIRCULACAO	260.170,55
OBRIGACOES A PAGAR	260.170,55	OBRIGACOES A PAGAR	260.170,55
FORNECEDORES	16.796,75	FORNECEDORES	16.796,75
PESSOAL A PAGAR	237.222,81	PESSOAL A PAGAR	237.222,81
ENCARGOS SOCIAIS A RECOLHER	5.241,81	ENCARGOS SOCIAIS A RECOLHER	5.241,81
DEBITOS DIVERSOS A PAGAR	909,18	DEBITOS DIVERSOS A PAGAR	909,18
Saldos anteriores	34.081.127,66	Saldos atuais	34.785.524,81
BANCO C/ MOVIMENTO	15.656,90	BANCO C/ MOVIMENTO	21.997,50
Caixa	0,00	Caixa	0,00
INVESTIMENTOS DO RPPS	34.065.470,76	INVESTIMENTOS DO RPPS	34.763.527,31
Total	35.346.469,43	Total	35.346.469,43

CONCORDIA, 31/10/2010

Lucilene L. Dal Prá Lazzarotti
Diretora Presidente

Oneide Bertolini
Contadora CRC/SC 027.452/O-5

CÂMARA DE VEREADORES**Portaria Nº 13**

PORTARIA Nº 13, DE 9 DE NOVEMBRO DE 2010.

Concede férias regulamentares ao servidor ROBERTSON MUNIZ PARIZE.

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE CONCÓRDIA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais,

R E S O L V E:

Conceder férias regulamentares ao servidor ROBERTSON MUNIZ PARIZE - Auxiliar Administrativo, do Quadro de Pessoal do Poder Legislativo, de 1º a 28 de dezembro de 2010, referente ao Período Aquisitivo de 5 de outubro de 2009 a 4 de outubro de 2010, sendo que 2 (dois) dias foram gozados em 10 de setembro de 2010 e 11 de outubro de 2010.

Concórdia, 9 de novembro de 2010.

ALAOR ANTONIO CAMILLO

Presidente

Cordilheira Alta**PREFEITURA MUNICIPAL****Portaria Nº368/2010**

PORTARIA N.º 368/2010

CONCEDE LICENÇA A SERVIDOR PÚBLICO, PARA TRATAMENTO DE SAÚDE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RIBAMAR ALEXANDRE ASSONALIO, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições Legais, em especial o Art. 70 da Lei Orgânica do Município.

RESOLVE:

Art. 1º - Fica concedido 01 (um) dia de licença, para tratamento de saúde, sendo no dia 09 de novembro de 2010, ao Servidor Sr. ARNO COUTINHO DA SILVA, ocupante do cargo de Assessor de Comunicação, lotado ao Gabinete do Prefeito, de acordo com atestado médico em anexo.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam as disposições em contrário.

Cordilheira Alta - SC, 09 de novembro de 2010.

RIBAMAR ALEXANDRE ASSONALIO

Prefeito Municipal

CLOVIS FIDELIS GRANDO

Secretário de Administração, Fazenda e Planejamento

Registrada e Publicada em data supra.

Portaria Nº369/2010

PORTARIA N.º 369/2010

CONCEDE LICENÇA A SERVIDOR PÚBLICO, PARA TRATAMENTO DE SAÚDE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RIBAMAR ALEXANDRE ASSONALIO, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições Legais, em especial o Art. 70 da Lei Orgânica do Município.

RESOLVE:

Art. 1º - Fica concedido 01 (um) dia de licença, para tratamento de saúde, sendo no dia 10 de novembro de 2010, ao Servidor Sr. HELVICO JOSÉ SABBI, ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, lotado na Secretaria de Infra Estrutura, de acordo com atestado médico em anexo.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam as disposições em contrário.

Cordilheira Alta - SC, 10 de novembro de 2010.

RIBAMAR ALEXANDRE ASSONALIO

Prefeito Municipal

CLOVIS FIDELIS GRANDO

Secretário de Administração, Fazenda e Planejamento

Registrada e Publicada em data supra.

Coronel Martins**PREFEITURA MUNICIPAL****Anexo TC-07/94 - Dados e Texto de Contrato 102 de 09 de Novembro de 2010**

ANEXO TC-07/94 - DADOS E TEXTO DE CONTRATO 102 DE 09 DE NOVEMBRO DE 2010

MÊS/ANO:NOVEMBRO/2010 NÚMERO CONTRATO: 102/2010

VALOR TOTAL CONTRATO: R\$ 13.100,00 (treze mil e cem reais)

INÍCIO DA VIGÊNCIA: 09/11/2010

DESCRIÇÃO: O objeto do presente instrumento é a aquisição de Aquisição de:

- Um Insensibilizador pneumático de bovinos Marca MISA, com compressor, balancim e lubrificador. Pistola com pressão de trabalho de 160/175 Lbs, proteção do gatilho, proteção superior para maior segurança ao operador, carcaça em alumínio acabamento polido. Capacidade de produção de 150 animais/hora, dimensões de 15x40x51 cm, peso de 8 Kg. Acessórios, catálogo técnico, jogos de reparos (anéis e juntas), 01 mangueira aspiral, 01 Kit de chaves hexagonais com engate rápido. Compressor de ar, com pressão de 175 Lbs, produção de 20 pes\min, reservatório de 200 litros, presostato, motor de 5 HP 220/380 com chave partida contactor relé sobre carga e coxim anti-vibratório. Lubrificante conjunto de filtro e lubrificador de 1/2, com manômetro de 0 a 200 Lbs, regulador de pressão e dreno. Balancim (mola) capacidade de 5 a 10 kg com curso de 1,5 mts e peso de 1,4 kg com mosquetão na ponta para facilitar a sustentação do equipamento e acabamento estanhado.

- Uma Misturadeira de carnes para embutir total inox, Marca MISA, dimensão de 860x480x920mm (comp x larg x altura), caixa de mistura de 670x400x400mm chapa de 1,5 mm inox AISI 304, estrutura de cantoneira "L", com 4 pás, eixo diâmetro de 32mm, mancais auto lubrificantes, motor de 1 CV Monofásico 110/220V 4 Polos, proteção de motor e componentes em chapa de 1,2mm, acionamento por botoeira, proteções necessárias, sistema de basculante de massa, coxim anti vibro e nivelamento de pés.

Parágrafo único. O presente instrumento visa concretizar o objeto do convênio 0276098-92/2008 de 26 de dezembro de 2008, firmado entre o Município de Coronel Martins e o Ministério do Desenvolvimento Agrário - MDA/Caixa Econômica Federal.

RESPONSÁVEL JURÍDICO: Dr. Michael Hartmann OAB/SC n. 14.693

TIPO DE PESSOA (1/2):2 CPF/CNPJ: 01.487.224/0001-32

CONTRATADO: MISA FAB. DE MÁQ. IND. LTDA EPP

DATA VENCIMENTO CONTRATO: 09/12/2010

CÓDIGO MOEDA CONTRATADA: R\$

Curitibanos

PREFEITURA MUNICIPAL

Edital de Notificação de Infração de Trânsito



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página :

1 / 1

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO N. 106 751/2010

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Nome do Proprietário/Condutor	Cod.Infr./Desd.	Enquadramento
CKN6173	54686198C	ANTONIO DE LIZ SOUZA	5231/1	172
IJJ3540	54685793C	THIAGO PALHANO	5185/1	167
LZA2293	54688442C	EDSON MIGUEL GRANEMANN	7366/2	252 * VI
MAK3829	54685846C	LUIZ SERGIO LENZI	5550/0	181 * XVIII
MFK8461	54689659C	MARIA APARECIDA BARBOSA	7099/1	244 * VII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

CURITIBANOS/SC, 8 DE NOVEMBRO DE 2010

ADAIR LUIZ ALVES

DIRETOR DA DIRTRAN

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO N. 106 753/2010**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30(TRINTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Nome do Proprietário/Condutor	Cod.Infr./Desd.	Enquadramento
AFL0763	54688201C	NELCI SOUZA DA SILVA	6050/1	208
CTD9679	54685441C	LUIZ SCHWENTER	5541/1	181 * XVII
ILP1263	54685444C	AIRTON CARLOS BRANCO	5878/0	199
LYI1881	54685690C	MARCOS DIEGO PIRES	5185/1	167
LZF3237	54690109C	ADONIS ANTUNES DE SOUZA	6050/1	208
MES5380	54685783C	MARIA ELIZABETH BRESOLIN	5541/1	181 * XVII
MFV6358	54685164C	JOSUE FRANCA	5207/0	169
MGC9874	54685903C	JUVINO ALVES DE OLIVEIRA	5460/0	181 * IX
MGV4710	54684877C	JUNIOR COMERCIO DE CEREAIS LTDA	6840/1	231 * VI
MGV4710	54684878C	JUNIOR COMERCIO DE CEREAIS LTDA	5207/0	169
MHB6034	54684247C	JAILSON DOS SANTOS FULGIERI	7099/1	244 * VII
MJD4250	54689551C	ANTONIO POPINHAK	5460/0	181 * IX

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

CURITIBANOS/SC, 8 DE NOVEMBRO DE 2010

ADAIR LUIZ ALVES
DIRETOR DA DIRTRAN

Fraiburgo

PREFEITURA MUNICIPAL

Decreto Nº 0323/2010

DECRETO Nº 0323 DE 09 DE NOVEMBRO 2010.
DISPÕE SOBRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, Estado de Santa Catarina no uso de suas atribuições legais; em conformidade com a Lei Nº 2033, de 02 de Dezembro de 2009;

DECRETA:

Art.1º Fica aberto no orçamento da Prefeitura Municipal de Fraiburgo para o exercício de 2010, crédito adicional suplementar no valor de R\$ 39.600,00 (Trinta e nove mil e seiscentos reais), na seguinte dotação orçamentária:

07.00 - Secretaria de Educação, Cultura e Esportes	
07.01 - Educação Geral	
12.361.0006.2.011 - Manutenção do Ensino Fundamental	
4.4.90.00 - Aplicações Diretas 0.1.0323 (60)	R\$ 23.760,00
4.4.90.00 - Aplicações Diretas 0.1.0200 (284)	R\$ 15.840,00
Total	R\$ 39.600,00

Art. 2º Os recursos necessários para atendimento ao disposto no artigo 1º deste Decreto, correrá à conta da anulação das seguintes dotações.

07.00 - Secretaria de Educação, Cultura e Esportes	
07.01 - Educação Geral	
12.361.0006.2.011 - Manutenção do Ensino Fundamental	
3.3.90.00 - Aplicações Diretas 0.1.0323 (55)	R\$ 23.760,00
3.3.90.00 - Aplicações Diretas 0.1.0200 (58)	R\$ 15.840,00
Total	R\$ 39.600,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito
Fraiburgo, SC, 09 de Novembro 2010.
NELMAR PINZ
Prefeito Municipal

ELÓI RÖNNAU
Secretário de Administração e Planejamento

Portaria Nº 2539/2010

PORTARIA Nº 2.539, DE 10 DE NOVEMBRO DE 2010.
Estabelece Horário Especial de Trabalho.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições; e em conformidade com a comunicação interna n.º 102 /2010 da Secretaria de Agropecuária e Meio Ambiente;

RESOLVE:

Art. 1º Estabelecer, em conformidade com o interesse da Administração Pública Municipal, à servidora LUCIANA CORDEIRO FROZZA, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o n.º 941.986.249-68, nomeada no cargo de provimento efetivo de TÉCNICO EM CONTABILIDADE, horário especial de trabalho a ser realizado em turno único de 6 (seis) horas diárias, (das 13h30min às 19h00min), sem prejuízo da remuneração, pelo período de 12 de novembro de 2010 a 28 de fevereiro de 2011, para atendimento dos produtores

rurais durante o período de safra.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 10 de novembro de 2010.
NELMAR PINZ
Prefeito Municipal

ELÓI RÖNNAU
Secretário de Administração e Planejamento

Portaria Nº 2540/2010

PORTARIA N.º 2.540 DE 10 DE NOVEMBRO DE 2010.
Dispõe sobre a contratação por prazo determinado

NELMAR PINZ, Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital n. 005 de 25 de janeiro de 2010 e Contrato Administrativo;

Considerando a necessidade de contratação temporária de AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE, para atender excepcional interesse público, na área da Saúde;
Considerando que a contratação é de profissional habilitado para a prestação de serviço;

RESOLVE:

Art. 1º Contratar, em caráter temporário, NAIR OLIVO DALANHOL, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o n.º 296.692.439-04, na função de AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 16 de novembro de 2010 até 31 de dezembro de 2010.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 10 de novembro de 2010.
NELMAR PINZ
Prefeito Municipal

ELÓI RÖNNAU
Secretário de Administração e Planejamento

Portaria Nº 2541/2010

PORTARIA Nº 2.541, DE 10 DE NOVEMBRO DE 2010.
Dispõe sobre a contratação por prazo determinado

NELMAR PINZ, Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Art. 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal nº 1220 de 04 de Junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com Edital n.º 0017 de 13 de novembro de 2009 e Contrato Administrativo;

Considerando a necessidade de contratação temporária de PROFESSOR - ENSINO FUNDAMENTAL - EDUCAÇÃO FÍSICA, para atender excepcional interesse público, na área da Educação;
Considerando que a contratação é de profissional habilitado para a prestação de serviço;

RESOLVE:

Art. 1º - Contratar, em caráter temporário, DIEGO ZORNITTA, brasileiro, casado, inscrito no C.P.F. sob o nº 054.380.029-67, na função de PROFESSOR - ENSINO FUNDAMENTAL - EDUCAÇÃO

FÍSICA - HABILITAÇÃO 60, por 12 horas semanais, no período de 11 de novembro de 2010 a 17 de dezembro de 2010, podendo ser prorrogado.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 10 de novembro de 2010.

NELMAR PINZ

Prefeito Municipal

ELÓI RÖNNAU

Secretário de Administração e Planejamento

Aviso de Chamamento Público nº 0007/2010-PMF

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO

EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 0007/2010 - PMF

O Município de Fraiburgo (SC) torna público que entre os dias 11 de novembro a 29 de novembro de 2010, estará recebendo ITENS para cadastro de novas marcas, objetivando futuras aquisições pelo Município e por todos os seus órgãos da administração direta, indireta, Autarquias, Fundos e Fundações, de MATERIAIS DE EXPEDIENTE, em conformidade com as especificações técnicas contidas no ANEXO I do Edital. As análises dos itens será feita pela Comissão no dia 30 de novembro de 2010, permanecendo válidas as marcas já cadastradas e aprovadas no Edital de Chamamento nº 0006/2008.

Informações e/ou cópia na íntegra do Edital e seus Anexos poderá ser obtida na Internet, no site da Prefeitura do Município de Fraiburgo (www.fraiburgo.sc.gov.br), ou ser retirada junto ao Departamento de Compras e Licitações: Avenida Rio das Antas, nº 185. Fone (49) 3251 3000 - Ramais 3023/3039.

Fraiburgo(SC), 10 de novembro de 2010.

NELMAR PINZ

Prefeito Municipal

Resultado do Leilão Nº 0005/2010-PMF

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO

RESULTADO

LEILÃO Nº 0005/2010 - PMF

O Prefeito Municipal de Fraiburgo torna público que na licitação em epígrafe cujo objeto é a alienação de bens móveis, no estado em que se encontram, inservíveis para a Administração, todos os LOTES foram arrematados após vários lances verbais efetuados, pelos seguintes arrematantes, nos valores respectivos:

LOTE 01 - CLAUDECIR SCHUMACHER - R\$ 21.300,00;

LOTE 02 - MAICON ALMIR NADAL - R\$ 3.100,00;

LOTE 03 - PAULO ENRIQUE GOMES - R\$ 3.800,00;

LOTE 04 - MARCIO LOURENÇO - R\$ 5.100,00;

LOTE 05 - ALEX BATISTA DA SILVA - R\$ 10.000,00;

Fraiburgo(SC), 08 de outubro de 2010.

NELMAR PINZ

Prefeito Municipal

Garopaba

PREFEITURA MUNICIPAL

Decreto N.º 166/2010

DECRETO N.º 166, DE 09 DE NOVEMBRO DE 2010.

ALTERA O DECRETO N.º 102/2010 QUE "DESIGNA MEMBROS PARA FORMAREM O CONSELHO MUNICIPAL ANTIDROGAS DE GAROPABA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

LUIZ CARLOS LUIZ, Prefeito Municipal de Garopaba, no uso de suas atribuições legais que são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Lei Municipal n.º 907/2004 alterada pela Lei Municipal n.º 1.429/2010 e demais legislação vigente,

DECRETA,

Art. 1º. A alínea "m", Inciso I, artigo 1º, do Decreto n.º 102, de 04 de agosto de 2010, passa a vigorar com a seguinte redação:

m) SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL
TITULAR: MARCELA SOARES PEREIRA - CPF n.º 036.273.629-42
SUPLENTE: CENIR GRUNTHAL RAMOS - CPF n.º 671.528.649-34

Art. 2º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Garopaba, 09 de Novembro de 2010.

LUIZ CARLOS LUIZ

Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto no DOM/SC em 11/11/2010, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

LÉIA CRISTINA A. VIEIRA

Secretária Municipal de Administração

Decreto N.º 167/2010

DECRETO N.º 167, DE 10 DE NOVEMBRO DE 2010.

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO LIMITE DE R\$ 20.000,00 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LUIZ CARLOS LUIZ, Prefeito Municipal de Garopaba, no uso de suas atribuições legais que são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Lei n.º 1.365 de 02/12/2009 (Orçamento) e demais legislação vigente,

DECRETA,

Art. 1º. Fica aberto crédito adicional suplementar no limite de R\$ 20.000,00 (vinte mil reais) no Orçamento vigente:

09.01 - SECRETARIA DE TURISMO E ESPORTE 20.000,00

23695512.029 - Funcionamento e Manut. do Setor Turismo

20.000,00

3.3.50.0.1.00.000000 - Transf. a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos 20.000,00

Art. 2º. Os recursos para atenderem ao artigo 1º, num total de R\$ 20.000,00 (vinte mil reais) correrão por conta da anulação parcial das seguintes dotações do Orçamento vigente:

09.01 - SECRETARIA DE TURISMO E ESPORTE 20.000,00

23695512.029 - Funcionamento e Manut. Do Setor Turismo

20.000,00

3.3.90.0.1.00.000000 - Aplicações Diretas 20.000,00

Art. 3º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Garopaba, 10 de Novembro de 2010.
LUIZ CARLOS LUIZ
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto no DOM/SC em 11/11/2010, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

LÉIA CRISTINA A. VIEIRA
Secretária Municipal de Administração

Portaria N.º 739/2010

PORTARIA N.º 739, DE 09 DE NOVEMBRO DE 2010.
DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DE CANDIDATO APROVADO E CLASSIFICADO NO CONCURSO PÚBLICO MUNICIPAL N.º 0001/2009 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LUIZ CARLOS LUIZ, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. NOMEAR, nos termos do art. 20, da Lei Municipal n.º 1000/2005, a candidata FLAVIANE SILVEIRA FIALHO, CPF n.º 834.678.310-87, aprovada e classificada como 0002 colocada, no Concurso Público 0001/2009, Etapa homologada em 28 de janeiro de 2010, para exercer em caráter efetivo o cargo de ENFERMEIRO.

Art. 2º. O candidato nomeado ocupará vaga dos quadros permanentes, criada através da Lei Municipal n.º 655, 24 de agosto de 1999 e alterações, com atribuições de executar desenvolver atividades de nível superior, de natureza especializada, envolvendo atividades de enfermagem no atendimento à saúde, com vencimento previsto na Lei de Cargos e Salários da Prefeitura Municipal de Garopaba.

Art. 3º. A investidura do servidor no respectivo cargo público terá lugar no prazo de 30 (trinta) dias, contados da data de publicação da presente Portaria, em conformidade com o disposto no §1º, do art. 18, da Lei 1.000/2005.

Art. 4º. Esta Portaria entra em vigor na data de publicação, revogadas as disposições em contrário.

Garopaba, 09 de Novembro de 2010.
LUIZ CARLOS LUIZ
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria no DOM/SC em 11/11/2010, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

Aviso de Licitação PE 002/2010 PMG

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA
AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 002/2010 PMG

A Prefeitura Municipal de Garopaba torna público que realizará licitação, na modalidade PREGÃO ELETRÔNICO, do tipo MENOR PREÇO POR ITEM, em conformidade com a Lei nº. 10.520, de 17/07/2002, objetivando o registro de preço para aquisição parcelada de papel A4, para as Secretarias administradas pela Prefeitura Municipal de Garopaba, pelo período de 12 meses.
As propostas deverão ser entregues no site www.cidadecompras.com.br

até as 13h30min do dia 24/11/2010. A sessão pública será realizada a partir das 13h30min do dia 24/11/2010 no site www.cidadecompras.com.br

O Edital encontra-se a disposição dos interessados, no endereço acima descrito, ou no site www.garopaba.sc.gov.br, onde poderá ser lido e/ou obtida cópia, inclusive dos seus anexos.

Garopaba, 09 novembro de 2010.
LUIZ CARLOS LUIZ
Prefeito Municipal

Garuva

PREFEITURA MUNICIPAL

Aviso ALTERAÇÃO de Edital Nº 45/2010

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE GARUVA
SETOR DE COMPRAS E LICITAÇÕES
AVISO DE ALTERAÇÃO DE EDITAL

A Prefeitura Municipal de Garuva, comunica que devido alterações no Edital, a data de entrega e abertura dos envelopes de Habilitação e Propostas, referentes ao Processo Licitatório Nº 045/2010 - PREGÃO PRESENCIAL, foi adiada para o dia 24/11/2010 às 14:00 horas.

Garuva, 09 de novembro de 2010.
JOÃO ROMÃO
Prefeito Municipal

Gaspar

PREFEITURA MUNICIPAL

Aviso do Convite Nº 110/2010

PREFEITURA MUNICIPAL DE GASPAR/SC
Aviso do Convite nº 110/2010

O OBJETO é a cobertura da quadra da Escola Ana Lira. A ENTREGA dos envelopes contendo os documentos de Habilitação e a Proposta Comercial deverá ocorrer até as 9h do dia 22/11/2010, no Depto. de Compras do Paço Municipal sito a Rua Coronel Aristiliano Ramos, nº 435, Centro, Gaspar/SC. A ABERTURA do certame será dia 22/11/2010 às 9h30min, no local anteriormente citado. Os interessados poderão obter a íntegra do Edital no Depto. de Compras do Paço Municipal ou através do site: www.gaspar.sc.gov.br

Gaspar (SC), 10 de novembro de 2010.
PEDRO CELSO ZUCHI
Prefeito

Aviso do Pregão Presencial Nº 24/2010

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE GASPAR/SC
Aviso do Pregão Presencial nº 24/2010

O OBJETO é a aquisição de material médico ambulatorial. A ENTREGA dos envelopes contendo os documentos de Habilitação e a Proposta Comercial deverá ocorrer até as 9h do dia 25/11/2010 no Depto. de Compras do Paço Municipal, sito a Rua Coronel

Aristiliano Ramos nº 435 Centro, Gaspar/SC. A ABERTURA do certame será dia 25/11/2010 às 9h30min, no local anteriormente citado. Os interessados poderão obter a íntegra do Edital no Depto. de Compras do Paço Municipal ou através do site: www.gaspar.sc.gov.br

Gaspar (SC), 09 de novembro de 2010.
PEDRO CELSO ZUCHI
Prefeito

Errata do Aviso do Convite Nº 107/2010

PREFEITURA MUNICIPAL DE GASPAR/SC
ERRATA DO AVISO DO CONVITE Nº 107/2010

O OBJETO compreende os serviços de sondagem mista nas cabeceiras da ponte Hercílio Deeke. A Prefeitura Municipal de Gaspar informa que o número do processo supramencionado está incorreto. Onde lê-se "Convite nº 107/2010" leia-se "Convite nº 109/2010". A data e horário para entrega e abertura dos envelopes permanecem sem alteração. Os interessados poderão obter a íntegra do Edital no Depto. de Compras do Paço Municipal ou através do site: www.gaspar.sc.gov.br

Gaspar (SC), 10 de novembro de 2010.
MÁRIO SÉRGIO CRESPI
Diretor de Compras

Guaramirim

PREFEITURA MUNICIPAL

Extrato Aviso Pregao 1482010

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO
Edital: Pregão - 148/2010

Tipo : Registro de Preço - Menor Preço - por itens
Objeto : AQUISIÇÃO DE DIVISÓRIAS COM MONTAGEM E DESMONTAGEM

Entrega dos Envelopes: 24/11/2010 às 09:00h

Abertura dos Envelopes: 24/11/2010 às 09:15h

O Edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço e horário: Rua 28 de Agosto, 2042, nos dias úteis de segunda à sexta feira, das 08:00h às 12:00h e das 13:00h às 16:00h, ou pelo fone (47) 3373-0247

Guaramirim (SC), 10/11/2010.
NILSON BYLAARDT
Prefeito Municipal

Extrato Credenciamento 292010 saude

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE GUARAMIRIM
AVISO DE CREDENCIAMENTO

Edital: Inexigibilidade de Licitação - 29/2010

Objeto : CREDENCIAMENTO DE CONSULTAS ESPECIALIZADAS EM CARDIOLOGIA, OTORRINOLARINGOLOGIA E GASTROENTEROLOGIA.

Período de Credenciamento: O período de Credenciamento e Descredenciamento para prestar o serviço especializado de exames,

será no período de 11 de Novembro de 2010 à 31 de Dezembro de 2010.

O Edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço e horário: Rua 28 de Agosto, 2042, nos dias úteis, de Segunda à Sexta Feira, das 08:00 às 12:00 e das 13:00 às 16:00 horas, ou pelo fone (47) 3373-0247.

Guaramirim, 10 de Novembro de 2010
NILSON BYLAARDT
Prefeito Municipal

Extrato Credenciamento 282010 saude

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE GUARAMIRIM
AVISO DE CREDENCIAMENTO

Edital: Inexigibilidade de Licitação - 28/2010

Objeto : CREDENCIAMENTO DE FARMACIAS E DROGARIAS SITUADAS NO MUNICÍPIO DE GUARAMIRIM PARA AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS QUE NÃO ESTÃO INCLUSOS NA RELAÇÃO MUNICIPAL DE MEDICAMENTOS ESSENCIAIS.

Período de Credenciamento: O período de Credenciamento e Descredenciamento para prestar o serviço especializado de exames, será no período de 11 de Novembro de 2010 à 31 de Dezembro de 2010.

O Edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço e horário: Rua 28 de Agosto, 2042, nos dias úteis, de Segunda à Sexta Feira, das 08:00 às 12:00 e das 13:00 às 16:00 horas, ou pelo fone (47) 3373-0247.

Guaramirim, 10 de Novembro de 2010.
NILSON BYLAARDT
Prefeito Municipal

Imbituba

PREFEITURA MUNICIPAL

Lei Nº 3.779.2010

Lei nº 3.779, de 09 de novembro de 2010.

Autoriza o Executivo Municipal a conceder auxílio financeiro à Associação Beneditina da Providência - Hospital São Camilo.

O Prefeito Municipal DE IMBITUBA,
Faço saber que a Câmara Municipal de Imbituba aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a conceder auxílio financeiro à Associação Beneditina da Providência - Hospital São Camilo, do Município de Imbituba, inscrita no CNPJ sob o nº 02.765.097/0001-59, na importância de até R\$ 30.000,00 (trinta mil reais);

Parágrafo único. A concessão do auxílio financeiro de que trata o "caput" observará a situação financeira e orçamentária da Prefeitura Municipal de Imbituba.

Art. 2º O auxílio financeiro a que se refere o Art. 1º destina-se à cobertura das despesas referentes à reforma do telhado do Hospital São Camilo, que poderá ser feito com recursos humanos próprios, contratados ou terceirizados.

Art. 3º Fica a entidade beneficiada obrigada a prestar contas, com referência à aplicação dos recursos repassados pelo Poder Público Municipal.

Parágrafo único. A falta de prestação de contas referida neste Artigo implica em responsabilidade do representante legal da instituição, que deverá ressarcir o Município dos valores repassados.

Art. 4º As despesas decorrentes da presente Lei correrão por conta da dotação 153 do orçamento vigente, que poderão ser suplementadas por ato do Chefe do Poder Executivo.

Art. 5º O Poder Público Municipal firmará termo de convênio com a entidade beneficiada, cujo instrumento disciplinará as condições, formas e prazos do repasse, bem como, das prestações de contas.

Art. 6º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Imbituba, 09 de novembro de 2010.

JOSÉ ROBERTO MARTINS

Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC.

DANIEL VINÍCIO ARANTES NETO

Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

Portaria DGP/SEAGP N.º 353/2010

PORTARIA DGP/SEAGP N.º 353, de 09 de novembro de 2010.

Dispõe sobre a fixação de férias, e dá outras providências.

O SECRETARIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO PÚBLICA, no uso de suas atribuições legais, e com base na legislação em vigor;

RESOLVE:

Art. 1º Fixar férias da servidora PATRÍCIA DA ROSA TEIXEIRA, Assistente Administrativo, matrícula nº 1723, inscrita no CPF sob o n.º 018.815.199-02, nos termos da Sentença exarada nos autos da AT n.º 802/2008, referente ao período aquisitivo e com fruição conforme quadro abaixo:

Período aquisitivo	Fruição
2006/2007	3/01/2011 a 1º/02/2011

Art. 2º O pagamento destas férias deverá ser efetuado em dobro, acrescido do terço constitucional também em dobro, conforme determina a Sentença supracitada.

Art. 3º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, ficando revogada as disposições em contrário.

Imbituba SC, 09 de novembro de 2010.

DANIEL VINÍCIO ARANTES NETO

Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

Registre-se e publique-se:

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC

ANDREZA BARCELOS CARVALHO

Diretora de Gestão de Pessoas

Portaria DGP/SEAGP N.º 354/2010

PORTARIA DGP/SEAGP N.º 354, de 09 de novembro de 2010.

Dispõe sobre a fixação de férias, e dá outras providências.

O SECRETARIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO

PÚBLICA, no uso de suas atribuições legais, e com base na legislação em vigor;

RESOLVE:

Art. 1º Fixar férias da servidora AUREA CARDOSO VIEIRA, Servente Merendeira, matrícula nº 662, inscrita no CPF sob o n.º 691.536.209-68, nos termos da Sentença exarada nos autos da AT n.º 255/2007, referente ao período aquisitivo e com fruição conforme quadro abaixo:

Período aquisitivo	Fruição
2001/2002	1º/2/2011 a 2/3/2011

Art. 2º A Sentença supracitada determinou que as férias em questão deve ser paga em dobro, acrescida do terço constitucional.

Art. 3º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, ficando revogada as disposições em contrário.

Imbituba SC, 09 de novembro de 2010.

DANIEL VINÍCIO ARANTES NETO

Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

Registre-se e publique-se:

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC

ANDREZA BARCELOS CARVALHO

Diretora de Gestão de Pessoas

Portaria DGP/SEAGP N.º 355/2010

PORTARIA DGP/SEAGP N.º 355, de 09 de novembro de 2010.

Dispõe sobre a fixação de férias, e dá outras providências.

O SECRETARIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO PÚBLICA, no uso de suas atribuições legais, e com base na legislação em vigor;

RESOLVE:

Art. 1º Fixar férias da servidora PATRÍCIA DA ROSA TEIXEIRA, Assistente Administrativo, matrícula nº 1723, inscrita no CPF sob o n.º 018.815.199-02, nos termos da Sentença exarada nos autos da AT n.º 802/2008, referente ao período aquisitivo e com fruição conforme quadro abaixo:

Período aquisitivo	Fruição
2006/2007	3/01/2011 a 1º/02/2011

Art. 2º A Sentença supracitada determinou que as férias em questão deve ser paga em dobro, acrescida do terço constitucional.

Art. 3º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, ficando revogada as disposições em contrário.

Imbituba SC, 09 de novembro de 2010.

DANIEL VINÍCIO ARANTES NETO

Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

Registre-se e publique-se:

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC

ANDREZA BARCELOS CARVALHO

Diretora de Gestão de Pessoas

Portaria DGP/SEAGP N.º 356/2010

PORTARIA DGP/SEAGP N.º 356, de 09 de novembro de 2010.
Dispõe sobre a alteração a pedido do período de fruição de férias e, dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO PÚBLICA, no uso de suas atribuições legais, considerando ainda o disposto na legislação em vigor;

RESOLVE:

Art. 1º Alterar, a pedido, o período de fruição de férias fixado na Portaria DGP/SEAGP Nº 166/2010, concedida a servidora municipal JANNE RAMOS DE SOUZA, Técnica em Contabilidade, nos termos da Sentença exarada nos autos da AT n.º 832/2007, referente ao período aquisitivo, retificado de acordo com o Processo Judicial citado, e novo período de fruição conforme quadro abaixo:

Período aquisitivo	Fruição
2005/2006	1º/12/2010 a 30/12/2010

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Imbituba SC, 09 de novembro de 2010.

DANIEL VINÍCIO ARANTES NETO

Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

Registre-se e publique-se:

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC.

ANDREZA BARCELOS CARVALHO

Diretora de Gestão de Pessoas

Portaria DGP/SEAGP N.º 357/2010

PORTARIA DGP/SEAGP N.º 357, de 09 de novembro de 2010.
Dispõe sobre a demissão por término de contrato de Professor, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições legais, considerando ainda o disposto na legislação em vigor;

RESOLVE:

Art.1º Demitir por término de contrato, a abaixo relacionada, aprovada no Processo Seletivo Simplificado Edital nº 06/2009, com carga horária de 20 horas semanais, admitida em 18/02/2010, para exercer o cargo/função, conforme descrito na tabela seguinte, com a remuneração consignada na legislação pertinente.

Nome	Cargo	CPF	Demissão
Doralice Souza da Silva Monteiro	Professor II - 20h	026.548.769-26	05/11/2010

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 05 de novembro de 2010, ficando revogadas as disposições em contrário.

Imbituba SC, 09 de novembro de 2010.

DANIEL VINÍCIO ARANTES NETO

Secretário Municipal de Administração

Registre-se e Publique-se.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC.

ANDREZA BARCELOS CARVALHO

Diretora de Gestão de Pessoas

Portaria DGP/SEAGP N.º 358/2010

PORTARIA DGP/SEAGP N.º 358, de 09 de novembro de 2010.
Dispõe sobre a demissão por término de contrato de Professor, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições legais, considerando ainda o disposto na legislação em vigor;

RESOLVE:

Art.1º Demitir por término de contrato, a abaixo relacionada, aprovada no Processo Seletivo Simplificado Edital nº 06/2009, com carga horária de 20 horas semanais, admitida em 02/08/2010, para exercer o cargo/função, conforme descrito na tabela seguinte, com a remuneração consignada na legislação pertinente.

Nome	Cargo	CPF	Demissão
Morgana Marques Miguel	Professor II - 20h	024.855.359-30	03/11/2010

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 03 de novembro de 2010, ficando revogadas as disposições em contrário.

Imbituba SC, 09 de novembro de 2010.

DANIEL VINÍCIO ARANTES NETO

Secretário Municipal de Administração

Registre-se e Publique-se.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC.

ANDREZA BARCELOS CARVALHO

Diretora de Gestão de Pessoas

Portaria DGP/SEAGP N.º 359/2010

PORTARIA DGP/SEAGP N.º 359, de 09 de novembro de 2010.
Dispõe sobre a admissão de Atendente de Consultório Odontológico, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições legais, considerando ainda o disposto na legislação em vigor;

RESOLVE:

Art.1º Admitir, a abaixo relacionada, aprovada no Processo Seletivo Público Edital - 06/2009, com carga horária de 40 horas semanais, para exercer o cargo/função, conforme descrito na tabela seguinte, com a remuneração consignada na legislação pertinente.

Nome	Cargo	CPF	Admissão
Liliane de Souza Miguel Américo	Atendente de Consultório Odontológico - PSFB	051.879.469-51	02/07/2010

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 02 de julho de 2010, ficando revogadas as disposições em contrário.

Imbituba SC, 09 de novembro de 2010.

DANIEL VINÍCIO ARANTES NETO

Secretário Municipal de Administração

Registre-se e Publique-se.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC.

ANDREZA BARCELOS CARVALHO

Diretora de Gestão de Pessoas

Portaria DGP/SEAGP N.º 360/2010

PORTARIA DGP/SEAGP N.º 360, de 09 de novembro de 2010.
Dispõe sobre a admissão de Motorista, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições legais, considerando ainda o disposto na legislação em vigor;

RESOLVE:

Art.1º Admitir, o abaixo relacionado, aprovado no Processo Seletivo Simplificado Edital - 01/2009, com carga horária de 40 horas semanais, para exercer o cargo/função, conforme descrito na tabela seguinte, com a remuneração consignada na legislação pertinente.

Nome	Cargo	CPF	Admissão
Rudinei de Campos Tim	Motorista	749.719.059-87	22/06/2010

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 22 de junho de 2010, ficando revogadas as disposições em contrário.

Imbituba SC, 09 de novembro de 2010.
DANIEL VINÍCIO ARANTES NETO
Secretário Municipal de Administração

Registre-se e Publique-se.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC.

ANDREZA BARCELOS CARVALHO
Diretora de Gestão de Pessoas

Portaria DGP/SEAGP N.º 361/2010

PORTARIA DGP/SEAGP N.º 361, de 09 de novembro de 2010.
Dispõe sobre a admissão de Recreadora, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições legais, considerando ainda o disposto na legislação em vigor;

RESOLVE:

Art.1º Admitir, a abaixo relacionada, aprovada no Processo Seletivo Público Edital - 01/2009, com carga horária de 20 horas semanais, para exercer o cargo/função, conforme descrito na tabela seguinte, com a remuneração consignada na legislação pertinente.

Nome	Cargo	CPF	Admissão
Priscilla Bressan da Silva	Recreadora - PETI	025.920.169-37	14/06/2010

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 14 de junho de 2010, ficando revogadas as disposições em contrário.

Imbituba SC, 09 de novembro de 2010.
DANIEL VINÍCIO ARANTES NETO
Secretário Municipal de Administração

Registre-se e Publique-se.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC.

ANDREZA BARCELOS CARVALHO
Diretora de Gestão de Pessoas

Portaria DGP/SEAGP N.º 362/2010

PORTARIA DGP/SEAGP N.º 362, de 09 de novembro de 2010.
Dispõe sobre a admissão de Servente Merendeira, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições legais, considerando ainda o disposto na legislação em vigor;

RESOLVE:

Art.1º Admitir, a abaixo relacionada, aprovada no Concurso Público Edital - 01/2007, com carga horária de 40 horas semanais, para exercer o cargo/função, conforme descrito na tabela seguinte, com a remuneração consignada na legislação pertinente.

Nome	Cargo	CPF	Admissão
Rosa de Souza Leonidas Correa	Servente Merendeira	591.806.929-15	31/05/2010

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 31 de maio de 2010, ficando revogadas as disposições em contrário.

Imbituba SC, 09 de novembro de 2010.
DANIEL VINÍCIO ARANTES NETO
Secretário Municipal de Administração

Registre-se e Publique-se.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC.

ANDREZA BARCELOS CARVALHO
Diretora de Gestão de Pessoas

Portaria DGP/SEAGP N.º 363/2010

PORTARIA DGP/SEAGP N.º 363, de 09 de novembro de 2010.
Dispõe sobre a admissão de Motorista, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições legais, considerando ainda o disposto na legislação em vigor;

RESOLVE:

Art.1º Admitir, o abaixo relacionado, aprovado no Concurso Público Edital - 01/2007, com carga horária de 40 horas semanais, para exercer o cargo/função, conforme descrito na tabela seguinte, com a remuneração consignada na legislação pertinente.

Nome	Cargo	CPF	Admissão
Vilmo Martins	Motorista	459.863.989-04	01/09/2010

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 01 de setembro de 2010, ficando revogadas as disposições em contrário.

Imbituba SC, 09 de novembro de 2010.
DANIEL VINÍCIO ARANTES NETO
Secretário Municipal de Administração

Registre-se e Publique-se.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC.

ANDREZA BARCELOS CARVALHO
Diretora de Gestão de Pessoas

Portaria DGP/SEAGP N.º 364/2010

PORTARIA DGP/SEAGP N.º 364, de 09 de novembro de 2010.

Dispõe sobre a admissão de Instrutora de Manicure e Pedicure, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições legais, considerando ainda o disposto na legislação em vigor;

RESOLVE:

Art.1º Admitir, a abaixo relacionada, aprovada no Processo Seletivo Público Edital - 01/2009, com carga horária de 20 horas semanais, para exercer o cargo/função, conforme descrito na tabela seguinte, com a remuneração consignada na legislação pertinente.

Nome	Cargo	CPF	Admissão
Gizelle Aparecida da Rosa	Instrutora de Manicure e Pedicure - PETI	006.571.689-20	13/09/2010

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 13 de setembro de 2010, ficando revogadas as disposições em contrário.

Imbituba SC, 09 de novembro de 2010.

DANIEL VINÍCIO ARANTES NETO

Secretário Municipal de Administração

Registre-se e Publique-se.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC.

ANDREZA BARCELOS CARVALHO

Diretora de Gestão de Pessoas

Portaria DGP/SEAGP N.º 365/2010

PORTARIA DGP/SEAGP N.º 365, de 09 de novembro de 2010.

Dispõe sobre a admissão de Servente Merendeira, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições legais, considerando ainda o disposto na legislação em vigor;

RESOLVE:

Art.1º Admitir, a abaixo relacionada, aprovada no Concurso Público Edital - 01/2007, com carga horária de 40 horas semanais, para exercer o cargo/função, conforme descrito na tabela seguinte, com a remuneração consignada na legislação pertinente.

Nome	Cargo	CPF	Admissão
Maristela da Rosa Guimarães	Servente Merendeira	213.158.458-06	08/09/2010

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 08 de setembro de 2010, ficando revogadas as disposições em contrário.

Imbituba SC, 09 de novembro de 2010.

DANIEL VINÍCIO ARANTES NETO

Secretário Municipal de Administração

Registre-se e Publique-se.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC.

ANDREZA BARCELOS CARVALHO

Diretora de Gestão de Pessoas

Portaria DGP/SEAGP N.º 366/2010

PORTARIA DGP/SEAGP N.º 366, de 09 de novembro de 2010.

Dispõe sobre a admissão de Servente Merendeira, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições legais, considerando ainda o disposto na legislação em vigor;

RESOLVE:

Art.1º Admitir, a abaixo relacionada, aprovada no Concurso Público Edital - 01/2007, com carga horária de 40 horas semanais, para exercer o cargo/função, conforme descrito na tabela seguinte, com a remuneração consignada na legislação pertinente.

Nome	Cargo	CPF	Admissão
Arlima Celestino dos Passos	Servente Merendeira	888.355.029-34	02/07/2010

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 02 de julho de 2010, ficando revogadas as disposições em contrário.

Imbituba SC, 09 de novembro de 2010.

DANIEL VINÍCIO ARANTES NETO

Secretário Municipal de Administração

Registre-se e Publique-se.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC.

ANDREZA BARCELOS CARVALHO

Diretora de Gestão de Pessoas

Portaria DGP/SEAGP N.º 367/2010

PORTARIA DGP/SEAGP N.º 367, de 09 de novembro de 2010.

Dispõe sobre a admissão de Servente Merendeira, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições legais, considerando ainda o disposto na legislação em vigor;

RESOLVE:

Art.1º Admitir, a abaixo relacionada, aprovada no Concurso Público Edital - 01/2007, com carga horária de 40 horas semanais, para exercer o cargo/função, conforme descrito na tabela seguinte, com a remuneração consignada na legislação pertinente.

Nome	Cargo	CPF	Admissão
Maria de Lourdes Silva da Rosa	Servente Merendeira	678.822.269-04	02/07/2010

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 02 de julho de 2010, ficando revogadas as disposições em contrário.

Imbituba SC, 09 de novembro de 2010.

DANIEL VINÍCIO ARANTES NETO

Secretário Municipal de Administração

Registre-se e Publique-se.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC.

ANDREZA BARCELOS CARVALHO

Diretora de Gestão de Pessoas

CÂMARA DE VEREADORES**Aviso de Audiência Pública Nº 007/10**

AVISO DE AUDIÊNCIA PÚBLICA Nº 007/10

O Presidente da Câmara Municipal de Imbituba, Vereador Christiano Lopes de Oliveira, no uso de suas atribuições e com fundamento na legislação em vigor, juntamente com o Presidente da Comissão de Finanças, Orçamento, Tributação, Transportes, Obras, Urbanismo, Agricultura, Pesca e Fiscalização, Vereador Elísio Sgrott, COMUNICAM aos interessados que farão realizar AUDIÊNCIA PÚBLICA visando colher subsídios e informações adicionais junto à sociedade civil para as discussões sobre o Projeto de Lei nº 3.993/2010 que Estima a Receita e Fixa a Despesa do Município de Imbituba para o Exercício de 2011.

A audiência ocorrerá no dia 16 de novembro de 2010, terça-feira, às 18h00min, nas dependências da Câmara Municipal de Imbituba.

Imbituba/SC, 08 de novembro de 2010.

CHRISTIANO LOPES DE OLIVEIRA

Presidente da Câmara Municipal de Imbituba

ELÍSIO SGROTT

Presidente da Comissão de Finanças e Orçamento

Irineópolis**HOSPITAL BOM JESUS****Resolução 23/2010**

RESOLUÇÃO N.º 023/2010.

CONCEDE PROGRESSÃO FUNCIONAL POR CAPACITAÇÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

NILDA EDITE BANHUKI GALVÃO, Presidente do Hospital Municipal Bom Jesus de Irineópolis, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o que estabelece o inciso VII do Art. 105, da Lei Complementar n.º 007/2001,, combinado com o artigo 87 da Lei Complementar nº 007/2001, regulamentado pelo Decreto nº 1359/2004 e, em conformidade com o parecer exarado pela Comissão de Avaliação de desempenho Funcional,

RESOLVE:

CONCEDER ao servidor EDINILSON BRAND, ocupante do cargo de Farmacêutico, do Quadro de Pessoal Efetivo HOSPITAL MUNICIPAL BOM JESUS, Progressão por Capacitação, passando do Nível A-001, para o Nível B-001.

Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Município de Irineópolis (SC), 04 de novembro de 2010.

NILDA EDITE BANHUKI GALVÃO

Presidente do Hospital Municipal Bom Jesus

Resolução 24/2010

RESOLUÇÃO N.º 024/2010.

CONCEDE PROGRESSÃO FUNCIONAL POR CAPACITAÇÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

NILDA EDITE BANHUKI GALVÃO, Presidente do Hospital Municipal Bom Jesus de Irineópolis, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o que estabelece o inciso VII do Art. 105, da

Lei Complementar n.º 007/2001,, combinado com o artigo 87 da Lei Complementar nº 007/2001, regulamentado pelo Decreto nº 1359/2004 e, em conformidade com o parecer exarado pela Comissão de Avaliação de desempenho Funcional,

RESOLVE:

CONCEDER a servidora GISELI KEMPINSKI, ocupante do cargo de Enfermeira, do Quadro de Pessoal Efetivo HOSPITAL MUNICIPAL BOM JESUS, Progressão por Capacitação, passando do Nível A-001, para o Nível B-001.

Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Município de Irineópolis (SC), 04 de novembro de 2010.

NILDA EDITE BANHUKI GALVÃO

Presidente do Hospital Municipal Bom Jesus

Itapoá**PREFEITURA MUNICIPAL****Ata de Sessão Publica de Licitação - Pregão Nº 41/2010**

ATA DE SESSÃO PÚBLICA DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL 41/2010

PROCESSO 107/2010

Aos dez dias do mês de novembro de dois mil e dez, às 09h30min, na sede da Prefeitura Municipal de Itapoá/SC, reuniram-se a Pregoeira Sra. FERNANDA CRISTINA ROSA conforme Decreto nº 1108/2010, e a Equipe de apoio, composta por Isabela R. Dutra Pohl, conforme Decreto nº 1146/2010, e a membro "ad hoc" Francis Ledoux de Oliveira, para os procedimentos inerentes a Sessão de Pregão em epigrafe, conforme Edital respectivo e seus anexos. A Pregoeira deu início a sessão constatando que não houve entrega de envelopes, desta forma o presente certame foi DESERTO. Nada mais havendo digno de nota, nem a tratar, encerrou-se a sessão indo esta assinada por todos os presentes exatamente às 09h:40m.

Itapoá, 10 de novembro de 2010.

FERNANDA CRISTINA ROSA

Pregoeira Oficial

FRANCIS LEDOUX DE OLIVEIRA

Membro "ad hoc"

ISABELA R. DUTRA POHL

Membro

Convite Nº 24/2010 - Restauração de calçamento

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPOÁ

O Município de Itapoá-SC torna público que fará realizar no dia 23/11/2010 às 15h:00m, em sua sede administrativa, sita à Rua Nossa Senhora do Perpétuo Socorro, n.º 430, Licitação na modalidade CONVITE nº 24/2010 - Processo nº 102/2010, para a Contratação de empresa com serviço de mão de obra especializada para restauração de aproximadamente 3.000m² de calçamento em vias públicas com bloquetes sextavados, conforme especifica o Anexo I do Edital. O Edital contendo especificações em partes, para averiguação poderá ser retirado no site www.itapoa.sc.gov.br, ou na sede da Prefeitura especificamente na Secretaria de Administração e Finanças, nos horários das 7h:30m às 12h:00m e

das 13h:30m às 17h:00m.

Itapoá, 10 de novembro de 2010.
ERVINO SPERANDIO
Município de Itapoá/SC
Prefeito Municipal

Errata - Tomada de Preço Nº 15/2010

MUNICÍPIO DE ITAPOÁ/SC
TERMO DE PRORROGAÇÃO DO EDITAL DE LICITAÇÃO PÚBLICA

DE ABERTURA DE ENVELOPES DE DOCUMENTOS E PROPOSTAS -
DATA: 16 de novembro de 2010 - Horário de entrega de envelopes
até: 08h:30m e abertura de sessão pública às 09h:30m.

LICITAÇÃO/MODALIDADE: Tomada de Preço nº 15/2010 - Proc
nº 99/2010 - Objeto: Contratação de empresa de construção ci-
vil com serviço de mão de obra especializada e fornecimento de
materiais de construção para a construção de Unidade Básica de
Saúde com área total de 187,71m², na localidade de Itapema do
Norte, conforme projeto arquitetônico e memorial descritivo, ART,
planilhas orçamentárias, parte integrante do edital.

AVISO DE PRORROGAÇÃO

O Município de Itapoá, torna público que a licitação que se faria
realizar na data e horário acima citado, aonde lê-se 16/10/2010
o correto é 16/11/2010, e vem alterar o edital de licitação com a
finalidade de PRORROGAR a DATA E HORÁRIO DE RECEBIMENTO
E ABERTURA DE ENVELOPES E PROPOSTAS para o dia 24/11/2010
mantendo-se os mesmos horários.

Ficam ratificadas todas as demais condições estabelecidas no Edi-
tal.

Itapoá, 10 de novembro de 2010.
ERVINO SPERANDIO
Município de Itapoá
Prefeito Municipal

Regulamento Audiência Pública

MUNICÍPIO DE ITAPOÁ
REGULAMENTO DA AUDIÊNCIA E DA CONSULTA PÚBLICAS SO-
BRE O EDITAL DE CONCESSÃO DOS SERVIÇOS PÚBLICOS DE
ABASTECIMENTO DE ÁGUA E DE ESGOTAMENTO SANITÁRIO

I. OBJETO

A presente Audiência e Consulta Públicas, aberta a qualquer in-
teressado, tem por objetivo a apresentação do edital de licitação
e da minuta do contrato de concessão dos serviços públicos de
abastecimento de água e de esgotamento sanitário do Município
de Itapoá, bem como obter subsídios e informações adicionais
para o aprimoramento dos mesmos e oferecer esclarecimentos
sobre as dúvidas e questionamentos apresentados pela socieda-
de civil e pelos interessados, tudo em obediência ao princípio da
transparência e da participação popular e ao inciso IV do artigo
11 da Lei nº 11.445/07, com aplicação supletiva do artigo 39 da
Lei nº 8.666/93.

II. DEFINIÇÕES

Audiência Pública é instituto de participação popular na Adminis-
tração Pública, de caráter não vinculante, consultivo ou meramen-
te opinativo, consistente na realização de sessão pública, aberta
aos interessados e voltada, essencialmente, ao esclarecimento e
a discussão oral de aspectos envolvidos no edital de licitação para
a concessão dos serviços públicos de abastecimento de água e
de esgotamento sanitário do Município de Itapoá, bem como de
todos os seus documentos anexos, com destaque para a minuta

do futuro contrato de concessão.

Consulta Pública consiste na divulgação prévia do edital de lici-
tação para a concessão dos serviços públicos de abastecimento
de água e de esgotamento sanitário do Município de Itapoá, bem
como de todos os seus documentos anexos, com destaque para
a minuta do futuro contrato de concessão, para que possam os
interessados oferecer críticas, sugestões ou pedir informações e
esclarecer dúvidas, sempre por escrito, sem debates orais, tendo a
Administração o dever, e esta é a principal diferença em relação às
audiências públicas, de documentar as consultas e respondê-las
publicamente. O Município de Itapoá tem a obrigação de motivar
as eventuais decisões que refutarem as sugestões apresentadas.

III. DATAS, HORÁRIOS E LOCAIS

A Audiência Pública será realizada no dia 22 de novembro de 2010,
às 10 horas, no auditório do Hotel e Restaurante Pérola, situado
na Avenida Beira-Mar III, nº 1076, em Itapoá, SC.

A Consulta Pública inicia-se a partir do dia 05 de novembro de
2010, com a publicação do aviso da Audiência e Consulta Públicas
na imprensa oficial e permanecerá aberta até o dia 14 de dezem-
bro de 2010.

IV. EDITAL E SEUS ANEXOS

O edital de concessão e os seus anexos, destacando-se a minuta
do futuro contrato de concessão, encontra-se disponível a qual-
quer interessado na Prefeitura Municipal de Itapoá. Os interessa-
dos, que quiserem obter cópia integral do edital de concessão e
os seus anexos, devem pagar a quantia de R\$ 10,00 (dez reais),
custo referente ao CD/ROM. A minuta do edital e a minuta do con-
trato estarão disponíveis no site www.Itapoa.sc.gov.br.

V. PARTICIPAÇÃO DOS INTERESSADOS:

A participação e inscrição, bem como o envio de contribuições, é
aberta a todos os interessados, desde que devidamente identifi-
cados.

VI. PROCEDIMENTOS PARA A AUDIÊNCIA PÚBLICA

1. Todos os presentes na Audiência Pública devem assinar lista de
presença, com indicação legível do nome e do número de docu-
mento de identificação.

2. A Audiência Pública terá início com a formação da Mesa Direto-
ra, no local, data e horário previstos.

3. A Mesa Diretora será composta pelo Prefeito Municipal ou Se-
cretário Municipal designado pelo primeiro, que presidirá a Mesa
Diretora, um secretário e por técnicos e consultores, todos desig-
nados pelo Prefeito Municipal.

4. O Presidente da Mesa Diretora fará a abertura da audiência
pública.

5. Em seguida, os técnicos e consultores farão breve exposição de,
no máximo, trinta minutos.

6. Após a exposição dos técnicos e consultores, será aberto o
debate entre todos os presentes na audiência pública, seguindo
a ordem de inscrição realizada pela Mesa Diretora, sendo que os
participantes poderão fazer uso da palavra pelo prazo máximo de
três minutos, podendo ser prorrogado por outros dois minutos,
por decisão da Mesa Diretoria, por cada pedido de inscrição.

7. A Mesa Diretora poderá reduzir ou ampliar o tempo para o uso
da palavra em razão do número de inscritos, bem como determi-
nar o encerramento de inscrições para o uso da palavra.

8. Não serão permitidos apartes.

9. Todas as sugestões, questionamentos e protestos serão registrados e consignados na ata da Audiência Pública.

10. A Audiência Pública será filmada.

11. O encerramento da Audiência Pública é determinado pela Mesa Diretora.

12. A Mesa Diretora decidirá os casos omissos.

VII. PROCEDIMENTOS PARA A CONSULTA PÚBLICA

1. Os interessados em formular consulta devem fazê-lo por escrito, mediante protocolo de documento escrito endereçado ao Gabinete do Prefeito do Município de Itapoá até as 18h, do dia 14 de dezembro de 2010, na sede da Prefeitura Municipal.

2. Todas as consultas devem ser respondidas motivadamente pelo Município de Itapoá, também por escrito e divulgadas no site www.itapoa.sc.gov.br, até o dia 20 de dezembro de 2010.

Itapoá, 05 de novembro de 2010.

ERVINO SPERANDIO

Prefeito Municipal de Itapoá

Joaçaba

PREFEITURA MUNICIPAL

Extrato Contrato 663/2010/PMJ

EXTRATO DO CONTRATO Nº 663/2010/PMJ

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE JOAÇABA.

CONTRATADA: FIRMA DE MERGULHO ENGENHARIA COMÉRCIO SERVIÇOS LTDA

OBJETO: TERMO ADITIVO ao Contrato nº 601/2010, celebrado em 19 de julho de 2010, proveniente do Processo de Licitação nº 46/2010/PMJ, instaurado pelo Edital TP nº 11/2010/PMJ, homologado no dia 19 de julho de 2010, que tem como objeto a execução, pela CONTRATADA, da dragagem e remoção de material pétreo do leito, com emprego do mesmo no enrocamento de muro de contenção, a ser implantado, no talude da lateral esquerda do Rio do Tigre, numa extensão de 155,50 m (cento e cinquenta e cinco metros e cinquenta centímetros), localizada na Rua Luiz Specht, Bairro Cruzeiro do Sul, no Município de Joaçaba, onde se adita a CLÁUSULA TERCEIRA - DA VIGÊNCIA E DO ACOMPANHAMENTO, nos seguintes termos: CLÁUSULA TERCEIRA - DA VIGÊNCIA E DO ACOMPANHAMENTO: A vigência do contrato original fica prorrogada por mais 60 (sessenta) dias, a contar de 29/10/2010, com base no §1º, II, do artigo 57 da Lei 8666/93. As demais cláusulas permanecem inalteradas.

DATA ASSINATURA: 29/10/2010.

SIMAE**Homologação Pregão Presencial 38/2010 - SIMAE**

ESTADO DE SANTA CATARINA SERVICO INTERMUNICIPAL DE AGUA E ESGOTO CNPJ: 84.591.890/0001-43 Rua Tiradentes, 123 C.E.P.: 89600-000 - Joaçaba - SC	PREGÃO PRESENCIAL Nr.: 38/2010 - PR
	Processo Administrativo: 44/2010 Processo de Licitação: 44/2010 Data do Processo: 04/10/2010

Folha: 1/1

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

O Diretora, Elisabet Maria Zanela Sartori, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente pela Lei Nr. 8.666/93 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pela Comissão de Licitações, resolve:

01 - HOMOLOGAR E ADJUDICAR a presente Licitação nestes termos:

- a) Processo Nr.: 44/2010
b) Licitação Nr.: 38/2010-PR
c) Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL
d) Data Homologação: 08/11/2010
e) Data da Adjudicação: 08/11/2010 Sequência: 0
f) Objeto da Licitação AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE EXPEDIENTE PARA REPOSIÇÃO DE ESTOQUE DO SIMAE NO EXERCÍCIO DE 2010.

g) Fornecedores e Itens Vencedores:	(em Reais R\$)		
	<u>Qtde de Itens</u>	<u>Média Descto (%)</u>	<u>Total dos Itens</u>
- 006867 - PAPELARIA DEMATICA LTDA	19	0,0000	887,99
- 006384 - ROBERTO TESSARO & CIA LTDA.	6	0,0000	4.160,50
- 006625 - SEGMENTO COMERCIO DE MAQUINAS LTDA -ME	1	0,0000	250,60
- 007336 - TARSIO COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES LTDA - ME	4	0,0000	1.039,50
	30		6.338,59

02 - Autorizar a emissão da(s) nota(s) de empenho correspondente(s).

Dotação(ões): 2.060.3.3.90.00.00.00.00 (32) Saldo: 42.418,00

Joaçaba, 8 de Novembro de 2010.

Elisabet M. Z. Sartori - Diretora Presidente

Luzerna

PREFEITURA MUNICIPAL

Lei 935

LEI Nº 935 de 09 de novembro de 2010.

“DESAFETA DA DESTINAÇÃO ORIGINÁRIA E AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL CELEBRAR CONTRATO DE CONCESSÃO DE DIREITO REAL DE USO DE IMÓVEL QUE ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

NORIVAL FIORIN, Prefeito Municipal de Luzerna (SC),
Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte,

LEI:

Art.1º- Fica DESAFETADA da destinação originária de ESCOLA e autorizado o Poder Executivo Municipal celebrar CONTRATO DE CONCESSÃO DE DIREITO REAL DE USO de imóvel constituído de 01 (um) prédio medindo 112,00 m² (cento e doze metros quadrados) em alvenaria e respectivo terreno rural, situado na Linha Grafunda Alta, no Município de Luzerna(SC), com área de 1.680m² (um mil, seiscentos e oitenta metros quadrados) confrontando: NORTE, LESTE e OESTE com terras de Mario Sabino Brugnara e SUL com terras da Igreja local, devidamente registrado sob nº R-1/22.531 no Cartório do 1º Ofício do Registro de Imóveis da Comarca de Joaçaba(SC), com a ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DA LINHA GRAFUNDA, entidade civil de direito privado, de caráter beneficente, educativo e de promoção social, sem fins lucrativos, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 97.480.602/0001-25, com sede neste Município de Luzerna(SC), objetivando a utilização da área como Centro de atividades da Associação.

Parágrafo Único - Fica autorizado o Poder Executivo Municipal celebrar o Contrato de Concessão de Direito Real de Uso disposto no “caput” deste artigo através de Dispensa de Licitação em razão de tratar-se de entidade declarada de utilidade pública e sem fins lucrativos.

Art.2º- Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Luzerna(SC), 09 de novembro de 2010.

NORIVAL FIORIN
Prefeito Municipal

Lei 936

LEI Nº 936 de 09 de novembro de 2010.

“AUTORIZA A ANULAÇÃO E SUPLEMENTAÇÃO DE DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS QUE ESPECIFICA”.

NORIVAL FIORIN, Prefeito Municipal de Luzerna (SC),
Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte,

LEI:

Art.1º- Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a anular totalmente a dotação atribuída à Atividade abaixo discriminada:

Unidade Gestora: PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA
SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES

Departamento de Educação - Setor de Ensino

Atividade - 08.0801.12.361.0031.2031 - Manutenção do Transporte Escolar

Categoria Econômica - 3.3.90.00.00 - Aplicações Diretas - Outras Despesas Correntes

Fonte 19 - Transferência do FUNDEB (Aplicação em outras despesas da educação básica) R\$ 21.948,98

TOTAL ANULADO.....R\$ 21.948,98

Art.2º- Por conta dos recursos a que se refere o artigo anterior, fica autorizada a suplementação na dotação atribuída à atividade abaixo discriminada:

Unidade Gestora: PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA
SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES

Departamento de Educação - Setor de Ensino

Atividade - 08.0801.12.365.0028.2028 - Manutenção da Educação Infantil

Categoria Econômica - 3.1.90.00.00 - Aplicações Diretas - Pessoal e

Encargos Sociais

Fonte 18 - Transferência do FUNDEB (Aplicação em na remuneração dos professores da educação básica) R\$ 21.948,98

TOTAL SUPLEMENTADO.....R\$ 21.948,98

Art.3º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Luzerna(SC), 09 de novembro de 2010.

NORIVAL FIORIN
Prefeito Municipal

Lei 937

LEI Nº 937 de 09 de novembro de 2010.

“AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL ALIENAR A TERCEIROS MEDIANTE LICITAÇÃO, O BEM MÓVEL QUE ESPECIFICA”.

NORIVAL FIORIN, Prefeito Municipal de Luzerna(SC),
Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte

L E I:

Art.1º- Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a alienar a terceiros, mediante licitação, o bem móvel abaixo relacionado:

01. Um microônibus marca/modelo MARCOPOLO/VOLARE A5 MO, ano e modelo 2004, chassi 93PB10C1S4C011908, diesel, placa MHA 7930, cor branca.

Art.2º- Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Luzerna(SC), 09 de novembro de 2010.

NORIVAL FIORIN
Prefeito Municipal

Lei 938

LEI Nº 938 de 09 de novembro de 2010.

“AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL PROMOVER O V CONCURSO NATAL COM LUZ E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

NORIVAL FIORIN, Prefeito Municipal de Luzerna(SC),
Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara de Vereadores aprova e eu sanciono a seguinte

L E I:

Art.1º- Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a promover através da Secretaria de Educação, Cultura e Esportes e Assessoria de Indústria e Comércio o V CONCURSO NATAL COM LUZ com a finalidade de incentivar a arte e a criatividade da comunidade e empresas, tornando a cidade mais alegre, bonita e acolhedora para as festividades natalinas.

§1º - O Concurso irá premiar as melhores decorações natalinas dentro das categorias propostas, mediante avaliação técnica.

§2º - As decorações natalinas estão divididas em 03 (três) categorias: residências, vitrines e fachadas comerciais/industriais.

Art.2º- Os critérios de avaliação serão os seguintes:

- criatividade;
- estética natalina;
- originalidade;
- iluminação;
- cores e formas;
- impacto visual da decoração diurna e noturna;
- utilização de material reciclado.

Art.3º- Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a arcar com as despesas de premiação dos que melhor se classificarem nos itens da avaliação nos seguintes valores:

CATEGORIA RESIDÊNCIAS

- 1º lugar - R\$ 500,00 (quinhentos reais) + certificado;
2º lugar - R\$ 350,00 (trezentos e cinquenta reais) + certificado;
3º lugar - R\$ 200,00 (duzentos reais) + certificado

CATEGORIA VITRINES

- 1º lugar - R\$ 500,00 (quinhentos reais) + certificado;
2º lugar - R\$ 350,00 (trezentos e cinquenta reais) + certificado;
3º lugar - R\$ 200,00 (duzentos reais) + certificado

CATEGORIA FACHADAS COMERCIAIS/INDUSTRIAIS

- 1º lugar - R\$ 500,00 (quinhentos reais) + certificado;
2º lugar - R\$ 350,00 (trezentos e cinquenta reais) + certificado;
3º lugar - R\$ 200,00 (duzentos reais) + certificado

Art.4º- As despesas provenientes da execução da presente Lei correrão a conta da seguinte dotação orçamentária:

SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES

Atividade: APOIO PARA DIFUSÃO CULTURAL

08.0802.13.392.0046.2038

Categoria Econômica: 3.3.90.00.00 - Outras Despesas Correntes

Fonte: 00 - Recursos Ordinários

Art.5º- Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Luzerna(SC), 09 de novembro de 2010.

NORIVAL FIORIN

Prefeito Municipal

Decreto 1272

DECRETO Nº 1272 de 09 de novembro de 2010.

"ANULA E SUPLEMENTA DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS QUE ESPECIFICA".

NORIVAL FIORIN, Prefeito Municipal de Luzerna(SC), no uso de atribuições que lhe são conferidas pela Lei nº 936 de 09 de novembro de 2010,

DECRETA:

Art.1º- Fica anulada totalmente a dotação atribuída à Atividade abaixo discriminada:

Unidade Gestora: PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA

SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES

Departamento de Educação - Setor de Ensino

Atividade - 08.0801.12.361.0031.2031 - Manutenção do Transporte Escolar

Categoria Econômica - 3.3.90.00.00 - Aplicações Diretas - Outras Despesas Correntes

Fonte 19 - Transferência do FUNDEB (Aplicação em outras despesas da educação básica) R\$ 21.948,98

TOTAL ANULADO.....R\$ 21.948,98

Art.2º- Por conta dos recursos a que se refere o artigo anterior, fica suplementada a dotação atribuída à Atividade abaixo discriminada:

Unidade Gestora: PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA

SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES

Departamento de Educação - Setor de Ensino

Atividade - 08.0801.12.365.0028.2028 - Manutenção da Educação Infantil

Categoria Econômica - 3.1.90.00.00 - Aplicações Diretas - Pessoal e Encargos Sociais

Fonte 18 - Transferência do FUNDEB (Aplicação em na remuneração dos professores da educação básica) R\$ 21.948,98

TOTAL SUPLEMENTADO.....R\$ 21.948,98

Art.3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Luzerna(SC), 09 de novembro de 2010.

NORIVAL FIORIN

Prefeito Municipal

Extrato de Portaria 117

EXTRATO DE PORTARIA - 2010

Portaria nº 117/10 de 05/11/10 - "Determina a Avaliação de Imóveis que especifica". (devidamente registrados sob nº 17.347 a 17.351 no Cartório do Registro de Imóveis do 1º Ofício da Comarca de Joaçaba(SC)

Extrato de Portaria 118

EXTRATO DE PORTARIA - 2010

Portaria nº 118/10 de 10/11/10 - "Nomeia servidor que especifica".(Nomeia o Senhor ADRIANO COLUSSO, para exercer o emprego público efetivo de Motorista II, Nível 06, Classe "A", do Grupo II - Atividades de Nível Operacional/ANO, a partir de 10/11/2010)

Edital de Receita PML

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA

Des

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO

Em cumprimento ao disposto nos termos do art. 2º da Lei nº 9.452, de 20 de março de 1997, notificamos os partidos políticos, os sindicatos de trabalhadores e as entidades empresariais com sede neste Município de Luzerna, a liberação de recursos financeiros federais:

04/10/2010	Programa Nacional de Apoio ao Transporte do Escolar- PNATE Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE	4.061,12
04/10/2010	Auxílio Financeiro para Fomento e Exportações -FEX	9.026,21
11/10/2010	Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE	840,00
13/10/2010	Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE	3.672,00
13/10/2010	Cota-parte da Contribuição de Intervenção sobre Domínio Econômico - CIDE	6.029,77
21/10/2010	Transferência do Salário Educação	12.922,85
22/10/2010	Cota-parte do Fundo Especial do Petróleo - FEP	4.157,35

Luzerna(SC), 05 de novembro de 2010.

NORIVAL FIORIN

Prefeito Municipal

Edital de Receita PML

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA

Des

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO

Em cumprimento ao disposto nos termos do art. 2º da Lei nº 9.452, de 20 de março de 1997, notificamos os partidos políticos, os sindicatos de trabalhadores e as entidades empresariais com sede neste Município de Luzerna, a liberação de recursos financeiros recebidos do Estado de Santa Catarina:

20/10/2010	Transporte Escolar	3.262,67
20/10/2010	Transporte Escolar	2.110,56
20/10/2010	Transporte Escolar	3.262,67
20/10/2010	Transporte Escolar	2.110,56

Luzerna(SC), 05 de novembro de 2010.

NORIVAL FIORIN

Prefeito Municipal

Balancete Financeiro FMS

CPL Informática.

Pág. 001

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE LUZERNA - FMS

ANEXO TC-05

ESTADO DE SANTA CATARINA

Balancete Financeiro de 10/2010

Emissão: 31/10/2010

> TÍTULOS	V A L O R	> TÍTULOS	V A L O R
RECEITA ORÇAMENTARIA	40.344,45	DESPESA ORÇAMENTARIA	139.083,59
RECEITA CORRENTE	40.344,45	SAÚDE	139.083,59
RECEITA TRIBUTÁRIA	67,92		
RECEITA PATRIMONIAL	1.892,24		
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	38.171,29		
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	213,00		
> RECEITA EXTRA-ORÇAMENTÁRIA	106.956,45	> DESPESA EXTRA-ORÇAMENTÁRIA	12.027,56
CREDITOS DIVERSOS A RECEBER	862,33	CREDITOS DIVERSOS A RECEBER	862,33
SALARIO-FAMILIA	116,88	SALARIO-FAMILIA	116,88
SALARIO-MATERNIDADE	745,45	SALARIO-MATERNIDADE	745,45
PREVIDENCIA SOCIAL	5.232,31	PREVIDENCIA SOCIAL	5.232,31
INSS	5.232,31	INSS	5.232,31
TESOURO ESTADUAL E MUNICIPAL	4.822,33	TESOURO ESTADUAL E MUNICIPAL	4.893,44
ISS	0,98	ISS	4,40
IRRF/GDF	4.821,35	IRRF/GDF	4.889,04
IRRF RENDIMENTOS PESSOA FISICA	4.690,68	IRRF RENDIMENTOS PESSOA FISICA	4.690,68
IRRF RENDIMENTOS PESSOA JURIDICA	130,67	IRRF RENDIMENTOS PESSOA JURIDICA	198,36
EMPRESTIMOS E FINANCIAMENTOS CNPJ, CPF,	791,94	EMPRESTIMOS E FINANCIAMENTOS CNPJ, CPF,	791,94
Emprestimo Consignação Folha-Besc	291,27	Emprestimo Consignação Folha-Besc	291,27
Emprestimo Consignação Folha-CEF	500,67	Emprestimo Consignação Folha-CEF	500,67
DIVERSOS CONSIGNATARIOS	247,54	DIVERSOS CONSIGNATARIOS	247,54
ASSOCIACOES CNPJ, CPF, UG, IG OU 999	149,40	ASSOCIACOES CNPJ, CPF, UG, IG OU 999	149,40
Contribuição ASM	149,40	Contribuição ASM	149,40
OUTROS CONSIGNATARIOS CNPJ, CPF, UG, IG	98,14	OUTROS CONSIGNATARIOS CNPJ, CPF, UG, IG	98,14
Contribuição Partidária	98,14	Contribuição Partidária	98,14
REPASSE RECEBIDO FONTE DE RECURSOS	95.000,00		
REPASSE RECEBIDO DA PREFEITURA MUNICIPA	95.000,00		
> DESPESA EMPENHADA	139.083,59	> DESPESA PAGA	144.617,75
CREDITO EMPENHADO A LIQUIDAR CELULA DES	139.083,59	CREDITO LIQUIDADO	144.617,75
		CREDITO EMPENHADO - LIQUIDADO CELULA DE	144.617,75
> SALDOS ANTERIORES	335.162,76	> SALDOS ATUAIS	325.818,35
APLICACOES FINANCEIRAS	324.921,24	APLICACOES FINANCEIRAS	325.733,96
BANCO DO BRASIL	10.241,52	BANCO DO BRASIL	84,39
> TOTAL	621.547,25	> TOTAL	621.547,25

GESTOR DO FMS
ORLANDO FAVERO

Contadora 20394/0-8
MARIA INÊS DALLLOLMO



CPL Informática.

Pág. 001

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE LUZERNA - FMS

ANEXO TC-05

ESTADO DE SANTA CATARINA

Balancete Financeiro de 10/2010

Emissão: 31/10/2010

> TÍTULOS	V A L O R	> TÍTULOS	V A L O R
RECEITA ORÇAMENTARIA	40.344,45	DESPESA ORÇAMENTARIA	139.083,59
RECEITA CORRENTE	40.344,45	SAÚDE	139.083,59
RECEITA TRIBUTÁRIA	67,92		
RECEITA PATRIMONIAL	1.892,24		
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	38.171,29		
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	213,00		
> RECEITA EXTRA-ORÇAMENTÁRIA	106.956,45	> DESPESA EXTRA-ORÇAMENTÁRIA	12.027,56
CREDITOS DIVERSOS A RECEBER	862,33	CREDITOS DIVERSOS A RECEBER	862,33
SALARIO-FAMILIA	116,88	SALARIO-FAMILIA	116,88
SALARIO-MATERNIDADE	745,45	SALARIO-MATERNIDADE	745,45
PREVIDENCIA SOCIAL	5.232,31	PREVIDENCIA SOCIAL	5.232,31
INSS	5.232,31	INSS	5.232,31
TESOURO ESTADUAL E MUNICIPAL	4.822,33	TESOURO ESTADUAL E MUNICIPAL	4.893,44
ISS	0,98	ISS	4,40
IRRF/GDF	4.821,35	IRRF/GDF	4.889,04
IRRF RENDIMENTOS PESSOA FISICA	4.690,68	IRRF RENDIMENTOS PESSOA FISICA	4.690,68
IRRF RENDIMENTOS PESSOA JURIDICA	130,67	IRRF RENDIMENTOS PESSOA JURIDICA	198,36
EMPRESTIMOS E FINANCIAMENTOS CNPJ, CPF,	791,94	EMPRESTIMOS E FINANCIAMENTOS CNPJ, CPF,	791,94
Emprestimo Consignação Folha-Besc	291,27	Emprestimo Consignação Folha-Besc	291,27
Emprestimo Consignação Folha-CEF	500,67	Emprestimo Consignação Folha-CEF	500,67
DIVERSOS CONSIGNATARIOS	247,54	DIVERSOS CONSIGNATARIOS	247,54
ASSOCIACOES CNPJ, CPF, UG, IG OU 999	149,40	ASSOCIACOES CNPJ, CPF, UG, IG OU 999	149,40
Contribuição ASM	149,40	Contribuição ASM	149,40
OUTROS CONSIGNATARIOS CNPJ, CPF, UG, IG	98,14	OUTROS CONSIGNATARIOS CNPJ, CPF, UG, IG	98,14
Contribuição Partidária	98,14	Contribuição Partidária	98,14
REPASSE RECEBIDO FONTE DE RECURSOS	95.000,00		
REPASSE RECEBIDO DA PREFEITURA MUNICIPA	95.000,00		
> DESPESA EMPENHADA	139.083,59	> DESPESA PAGA	144.617,75
CREDITO EMPENHADO A LIQUIDAR CELULA DES	139.083,59	CREDITO LIQUIDADO	144.617,75
		CREDITO EMPENHADO - LIQUIDADO CELULA DE	144.617,75
> SALDOS ANTERIORES	335.162,76	> SALDOS ATUAIS	325.818,35
APLICACOES FINANCEIRAS	324.921,24	APLICACOES FINANCEIRAS	325.733,96
BANCO DO BRASIL	10.241,52	BANCO DO BRASIL	84,39
> TOTAL	621.547,25	> TOTAL	621.547,25

GESTOR DO FMS
ORLANDO FAVERO

Contadora 20394/0-8
MARIA INÊS DALLOLMO

Massaranduba

PREFEITURA MUNICIPAL

Decreto Nº 2079 de 10 de Novembro de 2010

DECRETO Nº 2079 DE 10 DE NOVEMBRO DE 2010
Ponto Facultativo Municipal

MARIO FERNANDO REINKE, Prefeito Municipal de Massaranduba (SC), no uso das prerrogativas que lhe são conferidas pela legislação em vigor, DECRETA:

Art.1º. Fica DECRETADO Ponto Facultativo Municipal, no dia 12 de Novembro de 2010 (sexta-feira), nas repartições públicas municipais, ressalvadas as necessidades de cada Secretaria, em virtude das comemorações pelo dia do Servidor Público.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Massaranduba, em 10 de Novembro de 2010
MARIO FERNANDO REINKE
Prefeito Municipal

Publicado no expediente da data supra,
MAURICIO PRAWUTZKI
Secretario de Administração e Finanças

Meleiro

PREFEITURA MUNICIPAL

Decreto n.º 072/2010.

DECRETO n.º 072/2010.
ABRIR CRÉDITOS ADICIONAIS SUPLEMENTARES.

JONNEI ZANETTE, Prefeito Municipal de Meleiro, no uso de suas atribuições, e em conformidade com o que determina a Lei Municipal n.º 1.394/2009, de 04 de Dezembro de 2009.

D E C R E T A

Art. 1.º A Dotação Orçamentária abaixo relacionada fica suplementada no valor de R\$ 238.848,34 (Duzentos e trinta e oito mil, oitocentos e quarenta e oito reais, trinta e quatro centavos), neste termo:

04 - SECRET. DE EDUCAÇÃO, ESP.CULTURA E TURISMO
040112.365.1010 - Aquis. Área, Constr. Ampl. Escolas Ensino Infantil
4.4.90.00.00.00.00.00.0.0122.0 - Aplicações Diretas (22) R\$ 238.848,34
Total R\$ 238.848,34

Art. 2.º A suplementação da Dotação Orçamentária de que trata o artigo 1º, correrá por conta do provável excesso de arrecadação apurado no exercício na fonte especificada no convênio nº 710253/2008, firmado entre o município de Meleiro e o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE.

Art. 3.º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4.º Revogam-se as disposições em contrário.

Meleiro, 04 de Novembro de 2010.
JONNEI ZANETTE
Prefeito Municipal

Registrada e publicada nesta Secretaria na data supra.
JAIRO LUIZ CANELA
Secret. Adm. e Finanças.

Aviso

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO
AVISO

O Município de Meleiro/SC comunica que os Relatórios Resumidos da Execução Orçamentários referente ao 5º bimestre de 2010, de que trata o Art. 52, 54 e 63 da Lei Complementar 101, de 05 de maio de 2000 (LRF), encontra-se publicado no MURAL PÚBLICO deste Município, localizado na Praça da Matriz e no Prédio da Prefeitura Municipal, conforme Lei Municipal nº 849/2001, ou à disposição dos interessados junto a Secretaria de Administração e Finanças.

JONNEI ZANETTE
Prefeito Municipal

Monte Carlo

PREFEITURA MUNICIPAL

Extrato de Aditivo Nº 01/2010 do Contrato Nº 39/2010

EXTRATO DE ADITIVO Nº 01/2010 DO CONTRATO Nº 39/2010
Órgão Gerenciador: Município de Monte Carlo / funrebom. Contratada: CARBONI VEICULOS LTDA Objeto: Prorrogação do prazo de entrega do Objeto (Furgão) em mais 60 dias, com nova data limite para 19/12/2010.

Data da Assinatura: Monte Carlo 09 de novembro de 2010.

ANTONINHO TIBURCIO GONÇALVES
Prefeito Municipal

Extrato de Termo de Contrato Nº 46/2010

EXTRATO DE TERMO DE CONTRATO Nº 46/2010

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA REFORMA E AMPLIAÇÃO DE UNIDADE PÚBLICA DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE MONTE CARLO. Contratante: Município de Monte Carlo/Santa Catarina. Contratada: CONSTRUTORA SOLO LTDA. Valor total: R\$ 173.969,86 reais. Período de vigência: 90 DIAS. Fundamento legal: Processo de Licitação 111/2010 - TP nº 02/2010. Dotação Orçamentária: AMPLIAÇÃO E REFORMA DO HOSPITAL MUNICIPAL. Código Reduzido: 24.

Monte Carlo-SC, 09/11/2010.
ANTONINHO TIBURCIO GONÇALVES
Prefeito Municipal

Extrato de Ata de Registro de Preço Nº 50/2010

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 50/2010
Contratante Gestor: FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL DE MONTE CARLO Contratada: FS INDUSTRIA E COMÉRCIO DE UNIFORMES LTDA. Objeto: REGISTRO DE PREÇOS para aquisições futuras de CAMISETAS, AGASALHOS E ARTIGOS DE CAMA E OUTROS PRODUTOS PARA BEBÊS, PARA SEREM UTILIZADOS PARA CRIANÇAS E ADULTOS DOS PROGRAMAS ASSISTENCIAIS DO CRAS E PETI DO MUNICÍPIO DE MONTE CARLO. ITENS :

TODOS dos LOTES 01, 02 e 02. VALOR TOTAL: R\$ 35.850,00 REAIS pelo lote 01; R\$ 31.800,00 REAIS pelo lote 02; e, R\$ 26.200,00 REAIS pelo lote 03 - Da Despesa: Os preços Registrados são os constantes da Ata de Propostas do referido Processo Licitatório nº 50/2010 - Pregão Presencial nº 25/2010. PARTICIPANTES DA ATA: FUNDO DE ASSISTENCIA SOCIAL DE MONTE CARLO.

Data da Assinatura: Monte Carlo 08 de novembro de 2010.
Antoninho Tiburcio Gonçalves - Prefeitura de Monte Carlo

Extrato de Ata de Registro de Preço Nº 51/2010

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 51/2010

Contratante Gestor: Município de Monte Carlo. Contratada: GIGA1. COM ME Objeto: MÓVEIS PARA ESCRITÓRIO, CADEIRAS E PRODUTOS ELETRO-ELETRONICOS, MOVEIS PARA COZINHA, E OUTROS. ITENS : TODOS do LOTE 12. VALOR TOTAL: R\$ 11.000,00 REAIS - Da Despesa: Os preços Registrados são os constantes da Ata de Propostas do referido Processo Licitatório nº 51/2010 - Pregão Presencial nº 26/2010. PARTICIPANTES DA ATA: MUNICIPIO DE MONTE CARLO, FUNDO DE ASSISTENCIA SOCIAL, FUNDO DE SAÚDE.

Data da Assinatura: Monte Carlo 09 de novembro de 2010.
ANTONINHO TIBURCIO GONÇALVES
Prefeito Municipal

Extrato de Ata de Registro de Preço Nº 52/2010

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 52/2010

Contratante Gestor: Município de Monte Carlo. Contratada: IRE IND. E COM. DE MOVEIS E TRANSPORTES LTDA Objeto: MÓVEIS PARA ESCRITÓRIO, CADEIRAS E PRODUTOS ELETRO-ELETRONICOS, MOVEIS PARA COZINHA, E OUTROS. ITENS : TODOS do LOTE 05. VALOR TOTAL: R\$ 40.680,00 REAIS - Da Despesa: Os preços Registrados são os constantes da Ata de Propostas do referido Processo Licitatório nº 51/2010 - Pregão Presencial nº 26/2010. PARTICIPANTES DA ATA: MUNICIPIO DE MONTE CARLO, FUNDO DE ASSISTENCIA SOCIAL, FUNDO DE SAÚDE.

Data da Assinatura: Monte Carlo 09 de novembro de 2010.
ANTONINHO TIBURCIO GONÇALVES
Prefeito Municipal

Extrato de Ata de Registro de Preço Nº 53/2010

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 53/2010

Contratante Gestor: Município de Monte Carlo. Contratada: ELIZANA DOS SANTOS MIGUEL Objeto: MÓVEIS PARA ESCRITÓRIO, CADEIRAS E PRODUTOS ELETRO-ELETRONICOS, MOVEIS PARA COZINHA, E OUTROS. ITENS : TODOS do LOTE 11. VALOR TOTAL: R\$ 11.930,00 REAIS - Da Despesa: Os preços Registrados são os constantes da Ata de Propostas do referido Processo Licitatório nº 51/2010 - Pregão Presencial nº 26/2010. PARTICIPANTES DA ATA: MUNICIPIO DE MONTE CARLO, FUNDO DE ASSISTENCIA SOCIAL, FUNDO DE SAÚDE.

Data da Assinatura: Monte Carlo 09 de novembro de 2010.
ANTONINHO TIBURCIO GONÇALVES
Prefeito Municipal

Extrato de Ata de Registro de Preço Nº 54/2010

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 54/2010

Contratante Gestor: Município de Monte Carlo. Contratada: TECNITEL COM. E SERV. DE TELECOMUNICAÇÕES LTDA Objeto: MÓVEIS PARA ESCRITÓRIO, CADEIRAS E PRODUTOS ELETRO-ELETRONICOS, MOVEIS PARA COZINHA, E OUTROS. ITENS : TODOS

do LOTE 14. VALOR TOTAL: R\$ 13.100,00 REAIS - Da Despesa: Os preços Registrados são os constantes da Ata de Propostas do referido Processo Licitatório nº 51/2010 - Pregão Presencial nº 26/2010. PARTICIPANTES DA ATA: MUNICIPIO DE MONTE CARLO, FUNDO DE ASSISTENCIA SOCIAL, FUNDO DE SAÚDE.

Data da Assinatura: Monte Carlo 09 de novembro de 2010.
ANTONINHO TIBURCIO GONÇALVES
Prefeito Municipal

Extrato de Ata de Registro de Preço Nº 55/2010

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 55/2010

Contratante Gestor: Município de Monte Carlo. Contratada: ELIDIANE TOMACHESKI ME Objeto: MÓVEIS PARA ESCRITÓRIO, CADEIRAS E PRODUTOS ELETRO-ELETRONICOS, MOVEIS PARA COZINHA, E OUTROS. ITENS : TODOS do LOTE 03, 08 E 09. VALOR TOTAL: R\$ 58.469,00 REAIS - Da Despesa: Os preços Registrados são os constantes da Ata de Propostas do referido Processo Licitatório nº 51/2010 - Pregão Presencial nº 26/2010. PARTICIPANTES DA ATA: MUNICIPIO DE MONTE CARLO, FUNDO DE ASSISTENCIA SOCIAL, FUNDO DE SAÚDE.

Data da Assinatura: Monte Carlo 09 de novembro de 2010.
ANTONINHO TIBURCIO GONÇALVES
Prefeito Municipal

Extrato de Ata de Registro de Preço Nº 56/2010

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 56/2010

Contratante Gestor: Município de Monte Carlo. Contratada: NATALICIO DE JESUS GERALDO EPP Objeto: MÓVEIS PARA ESCRITÓRIO, CADEIRAS E PRODUTOS ELETRO-ELETRONICOS, MOVEIS PARA COZINHA, E OUTROS. ITENS : TODOS do LOTE 01, 02, 04, 06, 07, 13, 15, 16 e 17. VALOR TOTAL: R\$ 117.550,00 REAIS - Da Despesa: Os preços Registrados são os constantes da Ata de Propostas do referido Processo Licitatório nº 51/2010 - Pregão Presencial nº 26/2010. PARTICIPANTES DA ATA: MUNICIPIO DE MONTE CARLO, FUNDO DE ASSISTENCIA SOCIAL, FUNDO DE SAÚDE.

Data da Assinatura: Monte Carlo 09 de novembro de 2010.
ANTONINHO TIBURCIO GONÇALVES
Prefeito Municipal

Nova Trento

PREFEITURA MUNICIPAL

Edital de Convocação para Audiência Pública Nº 002/2010

Edital de convocação para audiência pública nº 002/2010
Proposta de alteração do Plano Diretor Participativo do Município de Nova Trento/SC - Lei Complementar Municipal nº 266/2009
Atendendo ao disposto na Seção III (Das Audiências Públicas), o Executivo municipal de Nova Trento/SC, no uso de suas atribuições conferidas por Lei, por meio do presente instrumento, CONVOCA toda a população Neotrentina, bem como as associações representativas de segmentos da comunidade, para, querendo, participarem de Audiência Pública que será realizada na data de 29 de novembro do corrente ano de 2010, às 19h30min, no auditório da Prefeitura Municipal de Nova Trento, seguindo as especificações seguintes:

1. do objeto:

A presente Audiência Pública, aberta a qualquer interessado, tem



DOM/SC

ASSINADO DIGITALMENTE

www.diariomunicipal.sc.gov.br

por objeto colher subsídios, informações e sugestões adicionais ao relatório conclusivo de propostas de alteração do Plano Diretor Participativo do Município de Nova Trento, Lei Complementar nº 266/2009, considerando que participação da Sociedade Civil constitui elemento fundamental no processo, assegurando transparência e promovendo ganho qualitativo na sua definição.

1.1. Das propostas de alteração que compõem a pauta de audiência, (conforme relatório conclusivo firmado pelos membros da comissão instituída pela Portaria nº 674/2010, de 18 de outubro de 2.010, em conjunto com profissionais da construção civil com área de atuação no âmbito do Município de Nova Trento):

1.1.1. Anexo 1 - Tabela de Parâmetros Urbanísticos para Ocupação do Solo.

a) Coeficiente de Aproveitamento Mínimo - Zonas: ZUC; ZUCON; ZEIC; AEIS: alterar de 0,2 para 0,01, mantendo-se a observação (d);

b) Recuo Lateral / Fundos - Zonas: ZUC; ZUCON; ZEIC; ZOR; ZQUI; ZQUII: alterar de 1,5 + h/18, para 1,5 m;

c) Modificar a observação (f) - Zonas: ZUC; ZUCON; ZOR; ZQUI; ZQUII: "Os dois primeiros pavimentos poderão ser construídos sem recuos laterais e de fundos, quando sem aberturas, sem prejuízo da utilização de vãos de ventilação e iluminação, também nos demais pavimentos."

d) Recuo Lateral / Fundos - Zonas: ZVPN"N"; ZVPN"S"; ZEIC: manter 1,5 m - Excluir a observação (c).

e) Alterar o tipo de uso para área Residencial e Misto - Zona: ZI, com as seguintes especificações:

Índices urbanísticos para Residencial e Misto:

Número de pavimentos: 04;

Coeficiente de aprov. Mínimo: 0,01;

Coeficiente de aprov. Básico: 1,00;

Coeficiente de aprov. Mínimo: 3,00;

Taxa de Ocupação Máxima: 85 %;

Taxa de Permeabilidade: 15 %;

Afastamento frontal: 4,00 m (Residencial) / 6,00 m (Não Residencial) / 6,00 m (Misto);

Afastamento lateral/fundos: 1,50 m;

Terreno mínimo: 240,00 m²;

Testada mínima: 12,00 m.

f) Área de Especial Interesse de Comércio, Serviços e Indústria Leve (AEICSIL): Alterar a nomenclatura de AEICSIL para AEIICS.

g) Zona Industrial Claraíba (ZIC): Uso: Não Residencial: alterar para Uso RESIDENCIAL, COMERCIAL E INDUSTRIAL, retirar item (h).

h) Na Zona de Uso Limitado Claraíba (ZULC); Zona de Expansão Urbana de Claraíba (ZEUC); Zona de Consolidação Urbana do Tirol (ZCUT): Alterar recuo frontal para 3,50 metros para uso Residencial e 5,00 metros para uso Comercial e industrial e misto.

i) Zona Industrial Futura (ZIF):

Uso: Não Residencial: alterar para Uso RESIDENCIAL, COMERCIAL E INDUSTRIAL, retirar item (h).

Recuo Frontal: alterar para 3,50 m quando de uso residencial e 5,00 m quando utilizado para estacionamento.

j) Alterar a metragem mínima exigida para o parcelamento do solo (tamanho mínimo do lote), substituindo-se a metragem mínima de 360,00m² por 240,00m², em cada zona respectiva.

1.1.2. Alteração da largura mínima exigida para os passeios de vias públicas locais (art. 180) e do Anexo 9: Perfis das Vias Urbanas, constantes do Plano Diretor Participativo.

a) Alterar a largura mínima exigida para os passeios de vias públicas locais, previsto no art. 180, do Plano Diretor Participativo do Município de Nova Trento, Lei Complementar Municipal nº 266/2009, de: 2,00m de largura, com pavimentação contínua de 1,50m, para 1,50m de largura, com pavimentação contínua de 1,00m.

b) Alterar o Anexo 9: Perfis das Vias Urbanas, constante do Plano Diretor Participativo para: a) passeios 1,50m; b) pista de rolamento: 8,00m;

Obs.: Deverão ser consideradas as disposições do Código de

Zoneamento Municipal, Lei nº 1.036/2000 quanto à matéria (art. 28).

2. da metodologia da audiência:

2.1. Inscrição e participação dos interessados:

2.1.1. A audiência é aberta a todos os interessados, que deverão assinar lista de presença e poderão participar na qualidade de colaborador, apresentando sugestões por escrito, em formulário próprio distribuído no local da audiência, devendo ser entregue pelo interessado em até 15 minutos após o término da exposição;

2.1.2. As perguntas serão respondidas pelo expositor ou qualquer dos integrantes da mesa;

2.1.3. As informações e sugestões adicionais serão consideradas e apensadas à Ata de Conclusão dos Trabalhos e, consequentemente, ao Projeto de Lei Complementar que será encaminhado à Câmara Municipal de Vereadores.

3. dos PROCEDIMENTOS:

3.1. Solenidade de Abertura: A audiência pública terá início com a formação da Mesa Diretora, no local, data e horário previstos, a qual será composta pelos Membros da Comissão instituída pela Portaria Municipal nº 674/2010, de 18 outubro de 2.010, sendo:

3.1.1. Presidente: Moisés Cipriani;

3.1.2. Coordenador Técnico: Hémerston Cadore;

3.1.3. Consultor Técnico: Onildo Dalbosco Júnior;

3.1.4. Membro: Jucelino Marino Chini;

3.1.5. Membro: Fabiano Alex Berghahn;

3.1.6. Secretário: Wellington da Silva;

3.2. Exposição Técnica: Trata-se de exposição apresentada por membro da Mesa Diretora a fim de esclarecer o objeto da Audiência Pública, expor as propostas de alteração e responder a questionamentos;

3.3. Questionamentos: Após a apresentação realizada pelo expositor designado pelo Presidente da Mesa, será dado prosseguimento aos trabalhos pela Mesa Diretora, respondendo aos questionamentos que forem encaminhados por escrito;

3.4. Duração da Audiência: A Audiência Pública poderá ter o encerramento prorrogado ou antecipado. Os casos omissos nesse regulamento poderão ser dirimidos, na oportunidade, pela Mesa Diretora;

3.5. Encerramento: O encerramento da Audiência Pública será efetuado pelo Presidente da Mesa Diretora, que confeccionará a Ata dos trabalhos.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, em 09 de novembro de 2.010.

ORIVAN JARBAS ORSI

Prefeito Municipal

MOISÉS CIPRIANI

Secretário Municipal de Administração e Finanças

Paial

PREFEITURA MUNICIPAL

Portaria n.º 148/10 de 03 de novembro de 2010.

Aldair Antonio Rigo, Prefeito Municipal de Paial, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, especialmente nos termos do art. 69, VII e IX da Lei Orgânica do Município; e art. 26 da Lei Complementar 21/10;

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder a servidora ORFILA ANDRIGUE, matrícula 8, CPF nº 612.699.999-15, RG n 2.465.422, ocupante do cargo de AGENTE ADMINISTRATIVO, Progressão Horizontal com mudança de referência por qualificação conforme Art.26 § 1º da Lei Complementar 21/2010 de 20/05/10



Avaliação	Nível que se encontra	Mudança de referencia	Legislação
Qualificação	161-C	161-D	L. C.21/10

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Paial 03 de novembro de 2010.
ALDAIR ANTONIO RIGO
Prefeito Municipal

Registra-se e Publica-se.
ANTONIO SOSTER
Secretário de Admin. e Finanças

Portaria n.º 150/10 de 03 de novembro de 2010.

Aldair Antonio Rigo, Prefeito Municipal de Paial, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, especialmente nos termos do art. 69, VII e IX da Lei Orgânica do Município; e art. 26 da Lei Complementar 21/10;

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder a servidora MARLI LORSCHETER, matrícula 167, CPF nº 056.564.999-01 RG nº 5.097.761, ocupante do cargo de AUXILIAR DE CONSULTÓRIO DENTÁRIO, Progressão Horizontal com mudança de referência por qualificação conforme Art.26 § 1º da Lei Complementar 21/2010 de 20/05/10

Avaliação	Nível que se encontra	Mudança de referencia	Legislação
Qualificação	135-A	135-B	L. C.21/10

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Paial 03 de novembro de 2010.
ALDAIR ANTONIO RIGO
Prefeito Municipal

Registra-se e Publica-se.
ANTONIO SOSTER
Secretário de Admin. e Finanças

Portaria n.º 151/10 de 03 de novembro de 2010.

Aldair Antonio Rigo, Prefeito Municipal de Paial, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, especialmente nos termos do art. 69, VII e IX da Lei Orgânica do Município; e art. 26 da Lei Complementar 21/10;

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder a servidora MARIZETE RIBEIRO DO PRADO, matrícula 371, CPF nº 019.617.599-26 RG nº 3.606.256, ocupante do cargo de PSICÓLOGA, Progressão Horizontal com mudança de referência por qualificação conforme Art.26 § 1º da Lei Complementar 21/2010 de 20/05/10

Avaliação	Nível que se encontra	Mudança de referencia	Legislação
Qualificação	195-F	196-A	L. C.21/10

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Paial 03 de novembro de 2010.
ALDAIR ANTONIO RIGO
Prefeito Municipal

Registra-se e Publica-se.
ANTONIO SOSTER

Secretário de Admin. e Finanças

Portaria n.º 152/10 de 03 de novembro de 2010.

Aldair Antonio Rigo, Prefeito Municipal de Paial, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, especialmente nos termos do art. 69, VII e IX da Lei Orgânica do Município; e art. 26 da Lei Complementar 21/10;

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder a servidora TARCILA CAGOL, matrícula 345, CPF nº 956.783.284-34 RG nº 107.091.454-2, ocupante do cargo de FARMACEUTICA, Progressão Horizontal com mudança de referência por qualificação conforme Art.26 § 1º da Lei Complementar 21/2010 de 20/05/10

Avaliação	Nível que se encontra	Mudança de referencia	Legislação
Qualificação	185-F	186-A	L. C.21/10

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Paial 03 de novembro de 2010.
ALDAIR ANTONIO RIGO
Prefeito Municipal

Registra-se e Publica-se.
ANTONIO SOSTER
Secretário de Admin. e Finanças

Portaria n.º 153/10 de 03 de novembro de 2010.

Aldair Antonio Rigo, Prefeito Municipal de Paial, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, especialmente nos termos do art. 69, VII e IX da Lei Orgânica do Município; e art. 26 da Lei Complementar 21/10;

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder a servidora FABRICIA AQUINO, matrícula 324, CPF nº 006.939.039-88 RG nº 3.184.660, ocupante do cargo de ENFERMEIRA, Progressão Horizontal com mudança de referência por qualificação conforme Art.26 § 1º da Lei Complementar 21/2010 de 20/05/10

Avaliação	Nível que se encontra	Mudança de referencia	Legislação
Qualificação	198-C	198-D	L. C.21/10

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Paial 03 de novembro de 2010.
ALDAIR ANTONIO RIGO
Prefeito Municipal

Registra-se e Publica-se.
ANTONIO SOSTER
Secretário de Admin. e Finanças

Portaria n.º 154/10 de 03 de novembro de 2010.

Aldair Antonio Rigo, Prefeito Municipal de Paial, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, especialmente nos termos do art. 69, VII e IX da Lei Orgânica do Município; e art. 26 da Lei Complementar 21/10;

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder a servidora MARTA REGINA LIPPERT, matrícula 9, CPF nº 812.464.809-04 RG nº 2.463.769-6, ocupante do cargo de TECNICO ADMINISTRATIVO, Progressão Horizontal com

mudança de referência por qualificação conforme Art.26 § 1º da Lei Complementar 21/2010 de 20/05/10

Avaliação	Nível que se encontra	Mudança de referencia	Legislação
Qualificação	135-C	135-D	L. C.21/10

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Paial 03 de novembro de 2010.

ALDAIR ANTONIO RIGO
Prefeito Municipal

Registra-se e Publica-se.
ANTONIO SOSTER
Secretário de Admin. e Finanças

Portaria n.º 155/10 de 03 de novembro de 2010.

Aldair Antonio Rigo, Prefeito Municipal de Paial, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, especialmente nos termos do art. 69, VII e IX da Lei Orgânica do Município; e art. 26 da Lei Complementar 21/10;

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder a servidora VANESSA TEREZA BENDER, matrícula 363, CPF nº 950.956.320-04 RG nº 3.501.983, ocupante do cargo de FISIOTERAPEUTA, Progressão Horizontal com mudança de referência por qualificação conforme Art.26 § 1º da Lei Complementar 21/2010 de 20/05/10

Avaliação	Nível que se encontra	Mudança de referencia	Legislação
Qualificação	175-A	175-B	L. C.21/10

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Paial 03 de novembro de 2010.

ALDAIR ANTONIO RIGO
Prefeito Municipal

Registra-se e Publica-se.
ANTONIO SOSTER
Secretário de Admin. e Finanças

Portaria n.º 156/10 de 03 de novembro de 2010.

Aldair Antonio Rigo, Prefeito Municipal de Paial, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, especialmente nos termos do art. 69, VII e IX da Lei Orgânica do Município; e art. 29 da Lei Complementar 22/10, e decreto regulamentador nº 64/2010;

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder a servidora CLACIR ANDREOLLA THEOBALD, matrícula 23, CPF nº 811.809.189-91 RG nº 2.468.312, ocupante do cargo de PROFESSOR, Progressão Horizontal com mudança de referência por qualificação conforme Art.29 § 1º da Lei Complementar 22/2010 de 20/05/10

Avaliação	Nível que se encontra	Mudança de referencia	Legislação
Qualificação	311-A	311-B	L. C.22/10

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Paial 03 de novembro de 2010.

ALDAIR ANTONIO RIGO
Prefeito Municipal

Registra-se e Publica-se.
ANTONIO SOSTER
Secretário de Admin. e Finanças

Portaria n.º 157/10 de 03 de novembro de 2010.

Aldair Antonio Rigo, Prefeito Municipal de Paial, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, especialmente nos termos do art. 69, VII e IX da Lei Orgânica do Município; e art. 29 da Lei Complementar 22/10, e decreto regulamentador nº 64/2010;

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder a servidora ELONE ROMMEL FERREIRA, matrícula 22, CPF nº 924.186.359-53 RG nº 2.469.528, ocupante do cargo de PROFESSOR, Progressão Horizontal com mudança de referência por qualificação conforme Art.29 § 1º da Lei Complementar 22/2010 de 20/05/10

Avaliação	Nível que se encontra	Mudança de referencia	Legislação
Qualificação	321-A	321-B	L. C.22/10

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Paial 03 de novembro de 2010.

ALDAIR ANTONIO RIGO
Prefeito Municipal

Registra-se e Publica-se.
ANTONIO SOSTER
Secretário de Admin. e Finanças

Portaria n.º 158/10 de 03 de novembro de 2010.

Aldair Antonio Rigo, Prefeito Municipal de Paial, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, especialmente nos termos do art. 69, VII e IX da Lei Orgânica do Município; e art. 29 da Lei Complementar 22/10, e decreto regulamentador nº 64/2010;

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder a servidora ARNILDO HILSON VAISS, matrícula 14, CPF nº 923.750.659-72 RG nº 2.138.053, ocupante do cargo de PROFESSOR, Progressão Horizontal com mudança de referência por qualificação conforme Art.29 § 1º da Lei Complementar 22/2010 de 20/05/10

Avaliação	Nível que se encontra	Mudança de referencia	Legislação
Qualificação	313-A	313-B	L. C.22/10

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Paial 03 de novembro de 2010.

ALDAIR ANTONIO RIGO
Prefeito Municipal

Registra-se e Publica-se.
ANTONIO SOSTER
Secretário de Admin. e Finanças

Portaria n.º 159/10 de 03 de novembro de 2010.

Aldair Antonio Rigo, Prefeito Municipal de Paial, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, especialmente nos termos do art. 69, VII e IX da Lei Orgânica do Município; e art. 29 da Lei Complementar 22/10, e decreto regulamentador nº 64/2010;

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder a servidora MARILENE SALETE FREITAS SICHELERO, matrícula 24, CPF nº 560.195.649-91 RG nº 2.135.429, ocupante do cargo de PROFESSOR, Progressão Horizontal com mudança de referência por qualificação conforme Art.29 § 1º da Lei Complementar 22/2010 de 20/05/10

Avaliação	Nível que se encontra	Mudança de referencia	Legislação
Qualificação	311-A	311-B	L. C.22/10

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Paial 03 de novembro de 2010.
ALDAIR ANTONIO RIGO
Prefeito Municipal

Registra-se e Publica-se.
ANTONIO SOSTER
Secretário de Admin. e Finanças

Portaria n.º 160/10 de 03 de novembro de 2010.

Aldair Antonio Rigo, Prefeito Municipal de Paial, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, especialmente nos termos do art. 69, VII e IX da Lei Orgânica do Município; e art. 26 da Lei Complementar 21/10;

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder ao servidor VILMAR DALARIVA, matrícula 317, CPF nº 933.053.039-72 RG nº 3.184.392, ocupante do cargo de MOTORISTA, Progressão Horizontal com mudança de referência por qualificação conforme Art.26 § 1º da Lei Complementar 21/2010 de 20/05/10

Avaliação	Nível que se encontra	Mudança de referencia	Legislação
Qualificação	145-C	145-D	L. C.21/10

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Paial 03 de novembro de 2010.
ALDAIR ANTONIO RIGO
Prefeito Municipal

Registra-se e Publica-se.
ANTONIO SOSTER
Secretário de Admin. e Finanças

Portaria n.º 162/10 de 03 de novembro de 2010.

Aldair Antonio Rigo, Prefeito Municipal de Paial, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, especialmente nos termos do art. 69, VII e IX da Lei Orgânica do Município; e art. 26 da Lei Complementar 21/10;

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder a servidora VILMA MARIA CANDIDO, matrícula 191, CPF nº 613.416.909-97 RG nº 1.714.113, ocupante do cargo de AUXILIAR DE ENFERMAGEM, Progressão Horizontal com mudança de referência por qualificação conforme Art.26 § 1º da Lei Complementar 21/2010 de 20/05/10

Avaliação	Nível que se encontra	Mudança de referencia	Legislação
Qualificação	146-F	147-A	L. C.21/10

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Paial 03 de novembro de 2010.

ALDAIR ANTONIO RIGO
Prefeito Municipal

Registra-se e Publica-se.
ANTONIO SOSTER
Secretário de Admin. e Finanças

Portaria Nº 149/2010, de 03 de novembro de 2010

CONCEDE FÉRIAS A SERVIDOR PÚBLICO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS;

ALDAIR ANTONIO RIGO, Prefeito Municipal de Paial, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, especialmente nos termos do art. 69, V, VII e IX da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder férias regulamentares ao Servidor, Claudiomiro Flores Soares, matrícula 387, ocupante do cargo efetivo de Agente de Manutenção, CPF nº 933.355.719-91, referente ao período aquisitivo 05/07/2009 a 04/07/2010. O período de gozo das férias será de 03 de novembro a 02 de dezembro do corrente ano.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Paial (SC), em 03 de novembro de 2010.

ALDAIR ANTONIO RIGO
Prefeito Municipal

Registra-se e Publica-se
ANTONIO SOSTER
Secretário de Adm. e Finanças

Portaria Nº 161/10, de 03 de novembro de 2010

Dispõe sobre a estabilidade do Servidor Público em razão de nomeação decorrente de Concurso Público e dá providências:

ALDAIR ANTONIO RIGO, Prefeito Municipal de Paial, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, e de conformidade com o art. 41 da Constituição Federal, combinado com o art. 19º 20º do Estatuto do Servidor e de acordo com a avaliação feita pela Comissão de Avaliação nomeada pelo Decreto nº 48/2010 de 03 de agosto de 2010;

RESOLVE:

1º- Fica declarado estável a servidora público municipal ELISANGELA ESPOSITO, no cargo de Técnico em Enfermagem, Nível 150 A, da Lei Complementar Nº. 21 de 20 de maio de 2010, com carga horária de 40(quarenta) horas semanais, em decorrência de investitura em cargo de provimento efetivo pelo período de 03 (três) anos e aprovação em estágio probatório.

Gabinete do Prefeito Municipal de Paial, 03 de novembro de 2010.

ALDAIR ANTONIO RIGO
Prefeito Municipal

Registra-se e Publica-se
ANTONIO SOSTER
Secretário Municipal de Administração e Fazenda

Portaria Nº 163/2010, de 03 de novembro de 2010

CONCEDE LICENÇA AUXÍLIO DOENÇA A SERVIDOR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS;

ALDAIR ANTONIO RIGO, Prefeito Municipal de Paial, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por

Lei, especialmente nos termos do art. 69, VII e IX da Lei Orgânica do Município ;

RESOLVE:

Art. 1º- Conceder a Sra. Vilma Maria Cândido, matrícula 191, ocupante do cargo efetivo de Auxiliar de Enfermagem inscrito no CPF sob o n.º 613.416.909-97 RG n.º 1.714.113 SSP/SC, licença auxílio doença por incapacidade laborativa conforme atestado médico datado em 22/09/2010 e laudo pericial do INSS, requerimento nº 125897950, no período de 22/09/2010 a 20/12/2010, de 03 de novembro de 2010.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Paial, em 03 de novembro de 2010.

ALDAIR ANTONIO RIGO
Prefeito Municipal

Registra-se e Publica-se.

ANTONIO SOSTER

Sec. Mun. de Administração e Finanças

Portaria Nº 164, de 03 de novembro de 2010.

DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE ADICIONAL DE INSALUBRIDADE A SERVIDOR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS;

ALDAIR ANTONIO RIGO, Prefeito Municipal de Paial, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, especialmente nos termos do art. 69, VII e IX da Lei Orgânica do Município.

CONSIDERANDO , a Lei 6.514/97, as NR e seus anexos;

CONSIDERANDO, a realização do Laudo Técnico de Condições Ambientais do Trabalho, pelos profissionais da medicina da segurança e saúde do trabalhador;

RESOLVE:

Art. 1º- Conceder ao servidor Lauro Weirich , matrícula 148, ocupante do cargo de Inseminador, adicional de insalubridade correspondente ao grau máximo de 40% sobre o salário mínimo de acordo com o Laudo Técnico de Condições Ambientais do Trabalho, homologado pela medicina de segurança e saúde do trabalhador e conforme preconiza a Norma Regulamentadora NR 15, anexo 14.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação com efeitos retroativos a 1º de setembro de 2010.

Art. 3º - Fica revogada a portaria nº 100/2008 de 01 de abril de 2008.

Gabinete do Prefeito Municipal de Paial , em 03 novembro de 2010.

ALDAIR ANTONIO RIGO

Prefeito Municipal

Registra-se e Publica-se.

Portaria Nº 165/10, de 05 de novembro de 2010

Dispõe sobre a estabilidade do Servidor Público em razão de nomeação decorrente de Concurso Público e dá providências:

ALDAIR ANTONIO RIGO, Prefeito Municipal de Paial, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, e de conformidade com o art. 41 da Constituição Federal, combinado com o art. 19º 20º do Estatuto do Servidor e de acordo com a avaliação feita pela Comissão de Avaliação nomeada pelo Decreto nº 48/2010 de 03 de agosto de 2010;

RESOLVE:

1º- Fica declarado estável a servidora público municipal ANTONI-NHA DO NASCIMENTO ,no cargo de Agente de Higienização Copa e Cozinha, Nível 115 A, da Lei Complementar Nº. 21 de 20 de maio de 2010, com carga horária de 40(quarenta) horas semanais, em decorrência de investidura em cargo de provimento efetivo pelo período de 03 (três) anos e aprovação em estágio probatório.

Gabinete do Prefeito Municipal de Paial, 05 de novembro de 2010.

ALDAIR ANTONIO RIGO

Prefeito Municipal

Registra-se e Publica-se

ANTONIO SOSTER

Secretário Municipal de Administração e Fazenda

Portaria Nº 166/2010, de 05 de novembro de 2010

EXONERA SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS;

ALDAIR ANTONIO RIGO, Prefeito Municipal de Paial, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, especialmente nos termos do art. 69, VII e IX da Lei Orgânica do Município;

RESOLVE:

Art. 1º. Exonerar o Senhor GUSTAVO KROLL NETTO, matrícula 86, RG nº 701.078-8 SSI/SC, CPF nº 220.121.689-49, brasileiro, casado, residente e domiciliado na Rua Goiás, do cargo efetivo de Motorista, nomeado pela portaria nº 025/2002 de 01 de março de 2002, por ter sido concedida a Aposentadoria por Tempo de Contribuição, conforme benefício nº 150.411.284-6

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Paial, 05 de novembro 2010.

ALDAIR ANTONIO RIGO

Prefeito Municipal

Registra-se e Publica-se.

ANTONIO SOSTER

Secretário de Adm. e Finanças.

Portaria Nº 167/10, de 05 de novembro de 2010

DEMITE SERVIDOR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS;

ALDAIR ANTONIO RIGO, Prefeito Municipal de Paial, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, especialmente nos termos do art. 69, V da Lei Orgânica do Município;

RESOLVE:

Art. 1º. Demitir o Sr. AGILAR MATTIELLO, matrícula 562, brasileiro, casado, residente na localidade de Linha Auler- interior no município de Paial-SC, CPF nº 573.369.119-00 RG nº 2.135.611 SSP-SC, do cargo em Comissão de Gerente de Transportes e Serviços, junto a Diretoria de Agricultura, nomeado pela portaria nº 147 de 23 de outubro de 2010.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal , em 05 de novembro de 2010.

Aldair Antonio Rigo

Prefeito Municipal

Registra-se e Publica-se.

Antonio Soster
Sec. Mun. de Administração e Finanças.

Editais Nº 01/2010-secretaria de educacao

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE PAIAL

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE

EDITAL Nº 01/2010.

ABRE INSCRIÇÕES E BAIXA NORMAS PARA SELEÇÃO DE PROFESSORES VISANDO A ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO.

ALDAIR ANTONIO RIGO

Prefeito Municipal de Paial, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público para área da Educação no município de Paial, TORNA PÚBLICO, para conhecimento dos interessados, que abre as inscrições para realização de Processo Seletivo e Admissão de PROFESSORES PARA ATUAÇÃO NA EDUCAÇÃO INFANTIL, E NAS SÉRIES INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL, PROFESSORES DE EDUCAÇÃO FÍSICA E ARTES, visando admissão em Caráter Temporário para o ano letivo de 2011, estarão abertas de acordo com as normas do presente edital:

I - DAS INSCRIÇÕES

1- Ficam abertas as inscrições do processo seletivo para a admissão de professores em caráter temporário, para o ano letivo de 2011, que atuarão na Educação Infantil, e Séries Iniciais do Ensino Fundamental, Educação física e Artes, de acordo com a necessidade de excepcional interesse público.

PERÍODO DE INSCRIÇÃO

De 17 a 26 de novembro de 2010 das 08:00hs às 11:00hs e das 13:00 às 17:00hs.

LOCAL:

Secretaria de Educação Cultura e Esporte
Rua Ceará - Centro
PAIAL - SC

REQUISITOS

2- São requisitos básicos para a inscrição:

- a) Ser brasileiro
- b) Ter idade mínima de 18 anos
- c) Graduação em Pedagogia ou disciplina específica, completa ou incompleta para a área específica de atuação ou ter concluído o Magistério ou Ensino Médio
- d) Estar em dia com as obrigações militares e eleitorais.

DOCUMENTAÇÃO

3- No ato da inscrição, o candidato deverá apresentar os seguintes documentos, além do preenchimento da ficha de inscrição, modelo próprio:

- a) Fotocópia da Carteira de Identidade, acompanhada de original;
- b) Fotocópia da Certidão de nascimento/casamento, conforme o caso;
- c) Fotocópia do título de eleitor - comprovante da última votação;
- d) Fotocópia do CPF;
- e) Atestado de tempo de serviço no Magistério, com data limite de 30/10/2010.
- f) Fotocópia dos cursos de horas de aperfeiçoamento na área, do ano de 01/01/2008 A 30/10/2010.

Paial/SC, 05 de novembro de 2010.

MARISTELA CAPELESSO
SECRETÁRIA DE EDUCAÇÃO

ALDAIR ANTONIO RIGO
Prefeito Municipal de Paial

Pinheiro Preto

PREFEITURA MUNICIPAL**Aviso licitação**

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO

AVISO DE LICITAÇÃO - EDITAL DE LICITAÇÃO Nº 017/2010

MODALIDADE TOMADA DE PREÇOS

O MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO, faz saber a todos, que realizará na data de 01 de dezembro de 2010, licitação modalidade Tomada de Preços nº 017/2010, cujo objeto visa a Contratação de empresa para execução de obra de engenharia para reforma dos banheiros do Centro Educacional Pe. Trudo Plessers, do Município de Pinheiro Preto. DATA DO RECEBIMENTO DOS ENVELOPES CONTENDO DOCUMENTOS E PROPOSTA DE PREÇO: 01/12/2010, até às 14:00 hs, com abertura dos envelopes contendo as propostas de preço nesta mesma data, às 14:15 hs. Maiores informações poderão ser obtidas na Sede Administrativa de Pinheiro Preto, sito na Av. Mal. Costa e Silva, n. 111, fone 49-3562 2000, ou pelo site www.pinheiropreto.sc.gov.br.

Centro Administrativo de Pinheiro Preto-Sc, 10 de Novembro de 2010

EUZEBIO CALISTO VIECELI

Prefeito Municipal

Porto Belo**PREFEITURA MUNICIPAL****Ata ABERTURA PROPOSTAS CC 03/2010**

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUN. SANEAMENTO AMBIENTAL DE PORTO BELO

CNPJ: 10.721.796/0001-25
AVENIDA GOV CELSO RAMOS Nº 2500
C.E.P.: 88210-000 - PORTO BELO - SC

CONCORRÊNCIA
Nr.: 3/2010 - CC

Processo Administrativo: 6/2010
Processo de Licitação: 6/2010
Data do Processo: 27/09/2010

Folha: 1/1

ATA DE REUNIÃO DA COMISSÃO DE LICITAÇÃO

Número da ATA: 9/2010 (Sequência: 2)

OBJETO DA LICITAÇÃO:

CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA A EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS DE ENGENHARIA SANITÁRIA DE DESTINAÇÃO FINAL DOS RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS DOMICILIARES, COMERCIAIS E DE VARRIÇÃO; COLETA, TRANSPORTE E DESTINO FINAL DOS RESÍDUOS DE SERVIÇOS DE SAÚDE; TRANSPORTE E DESTINAÇÃO FINAL DE PRODUTOS QUÍMICOS, TÓXICOS, E PERIGOSOS CLASSE I DO MUNICÍPIO DE PORTO BELO.

TRANSCORRIDO O PRAZO LEGAL DE RECURSO, NÃO HAVENDO MANIFESTAÇÕES, A COMISSÃO DA SEQUENCIA AOS TRABALHOS, MARCANDO A ABERTURA DA PROPOSTA DE PREÇO DA PROPONENTE HABILITADA PROACTIVA MEIO AMBIENTE BRASIL LTDA PARA O DIA 10 DE NOVEMBRO DE 2010 ÀS 15:00 HS DA SALA DE REUNIÕES DO CENTRO ADMINISTRATIVO. PUBLIQUE-SE E INTIME-SE.

PORTO BELO, 9 de Novembro de 2010

COMISSÃO:

MARCO AURELIO PEREIRA - - Presidente da Comissão de Licitação
RODRIGO TRUFFA DA COSTA - - SECRETARIO
ISABEL CRISTINA MONTEIRO - - MEMBRO

Porto União

PREFEITURA MUNICIPAL

Decreto Nº 490/10

DECRETO Nº 490, de 08 de novembro de 2010.
Revoga o Decreto nº 261, de 22 de março de 2006, devolve a validade ao Decreto nº 372, de 16 de julho de 2003, e dá outras providências.

O Prefeito Municipal DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência privativa que lhe confere o inciso IV, do artigo 64, da Lei Orgânica do Município,

DECRETA:

Art. 1º Revoga o Decreto nº 261, de 22 de março de 2006, devolvendo a validade ao Decreto nº 372, de 16 de julho de 2003, o qual concede Aposentadoria por Invalidez Permanente com proventos proporcionais a Sra. ROSINA PALMIRA SLEWINSKI.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União-SC, 08 de novembro de 2010.

RENATO STASIAK ROBERTO BONFLEUR
Prefeito Municipal Secretário Municipal de Administração,
Esporte e Cultura

ADÉLIA SALETE DE OLIVEIRA
Presidente do IMPRESS

Portaria Nº 077 - Errata

ERRATA

Na Edição nº 604, de 28 de outubro de 2010, na publicação da Portaria nº 077, de 26 de outubro de 2010, onde se lê:

Art. 2º Designar, como membros da Comissão:

I- Márcio Roberto Marczyński - Presidente;

II- Laureci Freisleben - Secretária; e

III- Luiz Antonio de Paula - Membro.

LEIA-SE:

Art. 2º Designar, como membros da Comissão:

I- Márcio Roberto Marczyński - Presidente;

II- Laureci Freisleben - Secretária; e

III- Luiz Antonio de Oliveira - Membro.

Edital de DIVULGAÇÃO do GABARITO da PROVA OBJETIVA Nº 005/2010

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO

EDITAL DE DIVULGAÇÃO DO GABARITO DA PROVA OBJETIVA Nº 005/2010

RENATO STASIAK, Prefeito Municipal de Porto União, Estado de Santa Catarina, por meio da empresa Carlos Kiyomitu Makiyama encarregada da realização do concurso público, nos termos do Edital nº 001/2010, faz saber o resultado da prova objetiva, prova de títulos, resposta dos recursos e gabarito retificado:

Faz saber a resposta dos recursos:

DECISÃO DA BANCA

001- Cargos: 18 – 19- 20- 21 – 22 – 23 – 24 – 25 – 26 – 27

Tem a Questão nº 17 e 20 anuladas por decisão da Banca Avaliadora.

002- Cargos: 01 – 02 - 03 – 04 – 05 – 06 – 07 – 08 – 09 – 10 – 11 – 12 – 13 – 14 – 15 – 16 – 17 – 28 – 29 – 30 – 31 – 32 – 33 – 34 – 48.

Tem a Questão nº 27 e 30 anuladas por decisão da Banca Avaliadora .

003- Cargos: 34

Tem a Questão nº 36 anulada por decisão da Banca Avaliadora

Inscrição	Nome	Cargo	Questões	Descisão
331	Adriely Ap. de Brito	27	Validação de Títulos	Recurso Indeferidos
226	Andreia Ap Bueno da Silva	27	Validação deTítulos	Recurso Indeferido
1163	Diego José Stringni	15	48	Recurso Indeferido
877	Elizabete Volkman	27	34	Recurso Indeferido
			45	Recurso Improcedente
16	Felipe André Fernandes Dias	34	36	Recurso Deferido
			39	Recurso Improcedente
1402	Graciele Carla B. Rodrigues	34	36	Recurso deferido
767	Josiane Beatriz Azeredo	20	43	Recurso Indeferido

1050	Josiane Brito Kerber	34	36	Recurso Deferido
			37	Recurso Improcedente
1053	Juliano Ferreira de Moraes	34	2	Recurso Indeferido
			7	Recurso Improcedente
910	Karin Daiane Chiarentini	34	27	Recurso Deferido
			30	Recurso Improcedente
368	Maria Celina dos Santos	34	39	Recurso Indeferido
1667	Silmara Bueno de Camargo	18	Validação de Titulos	Recurso Indeferido
928	Silmara Daniel Koch	27	17	Recurso Deferido
			20	Recurso Improcedente

As Questões anuladas serão pontuadas para todos os candidatos.

Faz saber o gabarito retificado:

001- CONTADOR (A)																													
L . PORTUGUESA										CONHEC ESP PORTO UNIÃO										MATEMÁTICA									
1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20	21	22	23	24	25	26	27	28	29	30
B	B	B	C	D	D	A	A	C	C	A	B	B	A	A	E	D	C	C	C	D	C	D	E	A	B	X	A	A	X
INFORMÁTICA										CONHEC ESPECÍFICOS																			
31	32	33	34	35	36	37	38	39	40	41	42	43	44	45	46	47	48	49	50										
C	D	A	A	C	A	E	D	E	C	A	D	A	A	B	D	D	A	C	B										
002 - AUDITOR (A)																													
L . PORTUGUESA										CONHEC ESP PORTO UNIÃO										MATEMÁTICA									
1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20	21	22	23	24	25	26	27	28	29	30
B	B	B	C	D	D	A	A	C	C	A	B	B	A	A	E	D	C	C	C	D	C	D	E	A	B	X	A	A	X
INFORMÁTICA										CONHEC ESPECÍFICOS																			
31	32	33	34	35	36	37	38	39	40	41	42	43	44	45	46	47	48	49	50										
C	D	A	A	C	A	E	D	E	C	A	D	A	A	B	D	D	A	C	B										
003- ENGENHEIRO CIVIL																													
L . PORTUGUESA										CONHEC ESP PORTO UNIÃO										MATEMÁTICA									
1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20	21	22	23	24	25	26	27	28	29	30
B	B	B	C	D	D	A	A	C	C	A	B	B	A	A	E	D	C	C	C	D	C	D	E	A	B	X	A	A	X
INFORMÁTICA										CONHEC ESPECÍFICOS																			
31	32	33	34	35	36	37	38	39	40	41	42	43	44	45	46	47	48	49	50										
C	D	A	A	C	A	E	D	E	C	E	B	A	B	D	B	D	B	B	A										
004 -ENFERMEIRO																													
L . PORTUGUESA										CONHEC ESP PORTO UNIÃO										MATEMÁTICA									
1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20	21	22	23	24	25	26	27	28	29	30
B	B	B	C	D	D	A	A	C	C	A	B	B	A	A	E	D	C	C	C	D	C	D	E	A	B	X	A	A	X
INFORMÁTICA										CONHEC ESPECÍFICOS																			
31	32	33	34	35	36	37	38	39	40	41	42	43	44	45	46	47	48	49	50										
C	D	A	A	C	A	E	D	E	C	B	B	E	A	E	E	D	D	E	E										

www.diariomunicipal.sc.gov.br

www.diariomunicipal.sc.gov.br

[illegible]

029 - AUXILIAR DE ENFERMAGEM (STA CRUZ DO TIMBÓ)

L . PORTUGUESA

CONHEC ESP PORTO UNIÃO

1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20

B B B C D D A A C C A B B A A E D C C C

MATEMÁTICA

CONHEC ESPECÍFICOS

21 22 23 24 25 26 27 28 29 30 31 32 33 34 35 36 37 38 39 40

D C D E A B X A A X B B C E A D A E A A

030 - AUXILIAR DE ENFERMAGEM (SÃO MIGUEL DA SERRA)

L . PORTUGUESA

CONHEC ESP PORTO UNIÃO

1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20

B B B C D D A A C C A B B A A E D C C C

MATEMÁTICA

CONHEC ESPECÍFICOS

21 22 23 24 25 26 27 28 29 30 31 32 33 34 35 36 37 38 39 40

D C D E A B X A A X B B C E A D A E A A

031 - TÉCNICO DE INFORMÁTICA

L . PORTUGUESA

CONHEC ESP PORTO UNIÃO

1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20

B B B C D D A A C C A B B A A E D C C C

MATEMÁTICA

CONHEC ESPECÍFICOS

21 22 23 24 25 26 27 28 29 30 31 32 33 34 35 36 37 38 39 40

D C D E A B X A A X C D C D E D D B C A

032 - FISCAL DE OBRAS E POSTURAS

L . PORTUGUESA

CONHEC ESP PORTO UNIÃO

1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20

B B B C D D A A C C A B B A A E D C C C

MATEMÁTICA

CONHEC ESPECÍFICOS

21 22 23 24 25 26 27 28 29 30 31 32 33 34 35 36 37 38 39 40

D C D E A B X A A X D E A E C C B C C C

033 - MOTORISTA DE VEÍCULOS LEVES

L . PORTUGUESA

CONHEC ESP PORTO UNIÃO

1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20

B B B C D D A A C C A B B A A E D C C C

MATEMÁTICA

CONHEC ESPECÍFICOS

21 22 23 24 25 26 27 28 29 30 31 32 33 34 35 36 37 38 39 40

D C D E A B X A A X E B A C A E A E D D

034 - AGENTE ADMINISTRATIVO

L . PORTUGUESA

CONHEC ESP PORTO UNIÃO

1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20

B B B C D D A A C C A B B A A E D C C C

MATEMÁTICA

CONHEC ESPECÍFICOS

21 22 23 24 25 26 27 28 29 30 31 32 33 34 35 36 37 38 39 40

D C D E A B X A A X E E C A C X A B C A

035 - OPERADOR DE MÁQUINAS PESADAS

L PORTUGUESA					MATEMATICA					CONHEC ESPEC PORTO UNIÃO										CONHEC ESPECIFICOS									
1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20	21	22	23	24	25	26	27	28	29	30
B	D	E	C	B	B	A	E	B	A	A	B	B	A	A	E	D	C	C	C	C	A	A	A	A	B	C	D	D	A

036- OPERADOR DE MÁQUINAS PESADAS - (STA CRUZ DO TIMBÓ)

L PORTUGUESA					MATEMATICA					CONHEC ESPEC PORTO UNIÃO										CONHEC ESPECIFICOS									
1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20	21	22	23	24	25	26	27	28	29	30
B	D	E	C	B	B	A	E	B	A	A	B	B	A	A	E	D	C	C	C	C	A	A	A	A	B	C	D	D	A

037- OPERADOR DE MÁQUINAS PESADAS - (SÃO MIGUEL DA SERRA)

L PORTUGUESA					MATEMATICA					CONHEC ESPEC PORTO UNIÃO										CONHEC ESPECIFICOS									
1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20	21	22	23	24	25	26	27	28	29	30
B	D	E	C	B	B	A	E	B	A	A	B	B	A	A	E	D	C	C	C	C	A	A	A	A	B	C	D	D	A

038 - CARPINTIEIRO

L PORTUGUESA					MATEMATICA					CONHEC ESPEC PORTO UNIÃO										CONHEC ESPECIFICOS									
1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20	21	22	23	24	25	26	27	28	29	30
B	D	E	C	B	B	A	E	B	A	A	B	B	A	A	E	D	C	C	C	A	B	B	B	E	A	C	A	B	A

039- PEDREIRO

L PORTUGUESA					MATEMATICA					CONHEC ESPEC PORTO UNIÃO										CONHEC ESPECIFICOS									
1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20	21	22	23	24	25	26	27	28	29	30
B	D	E	C	B	B	A	E	B	A	A	B	B	A	A	E	D	C	C	C	B	A	A	A	B	A	B	E	D	A

040 - MECÂNICO DE VEÍCULOS PESADOS

L PORTUGUESA					MATEMATICA					CONHEC ESPEC PORTO UNIÃO										CONHEC ESPECIFICOS									
1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20	21	22	23	24	25	26	27	28	29	30
B	D	E	C	B	B	A	E	B	A	A	B	B	A	A	E	D	C	C	C	B	E	C	A	C	A	C	A	E	A

041 - MOTORISTA DE VEÍCULOS PESADOS

L PORTUGUESA					MATEMATICA					CONHEC ESPEC PORTO UNIÃO										CONHEC ESPECIFICOS									
1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20	21	22	23	24	25	26	27	28	29	30
A	C	C	D	C	B	A	E	B	A	A	B	B	A	A	E	D	C	C	C	E	A	D	E	B	A	A	A	D	C

042 - MOTORISTA DE VEÍCULOS PESADOS (STA CRUZ DO TIMBÓ)

L PORTUGUESA					MATEMATICA					CONHEC ESPEC PORTO UNIÃO										CONHEC ESPECIFICOS									
1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20	21	22	23	24	25	26	27	28	29	30
A	C	C	D	C	B	A	E	B	A	A	B	B	A	A	E	D	C	C	C	E	A	D	E	B	A	A	A	D	C

043 - MOTORISTA DE VEÍCULOS PESADOS (SÃO MIGUEL DA SERRA)

L PORTUGUESA					MATEMATICA					CONHEC ESPEC PORTO UNIÃO										CONHEC ESPECIFICOS									
1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20	21	22	23	24	25	26	27	28	29	30
A	C	C	D	C	B	A	E	B	A	A	B	B	A	A	E	D	C	C	C	E	A	D	E	B	A	A	A	D	C

044 - AGENTE DE SERVIÇOS PÚBLICOS - NÍVEL I

L PORTUGUESA					MATEMATICA					CONHEC ESPEC PORTO UNIÃO										CONHEC ESPECIFICOS									
1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20	21	22	23	24	25	26	27	28	29	30
A	C	C	D	C	B	A	E	B	A	A	B	B	A	A	E	D	C	C	C	A	D	E	C	E	C	C	B	A	C

045 - AGENTE DE SERVIÇOS PÚBLICOS - NÍVEL II

L PORTUGUESA					MATEMATICA					CONHEC ESPEC PORTO UNIÃO										CONHEC ESPECIFICOS									
1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20	21	22	23	24	25	26	27	28	29	30
A	C	C	D	C	B	A	E	B	A	A	B	B	A	A	E	D	C	C	C	A	D	C	D	A	E	A	C	E	A

046 - AGENTE DE SERVIÇOS PÚBLICOS - NÍVEL II - (STA CRUZ TIMBÓ)

L PORTUGUESA					MATEMATICA					CONHEC ESPEC PORTO UNIÃO										CONHEC ESPECIFICOS									
1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20	21	22	23	24	25	26	27	28	29	30
A	C	C	D	C	B	A	E	B	A	A	B	B	A	A	E	D	C	C	C	A	D	C	D	A	E	A	C	E	A

047- AGENTE DE SERVIÇOS PÚBLICOS - NÍVEL II - (SÃO MIGUEL DA SERRA)

L PORTUGUESA					MATEMATICA					CONHEC ESPEC PORTO UNIÃO										CONHEC ESPECIFICOS									
1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20	21	22	23	24	25	26	27	28	29	30
A	C	C	D	C	B	A	E	B	A	A	B	B	A	A	E	D	C	C	C	A	D	C	D	A	E	A	C	E	A

048 - MÉDICO DO PSF

L . PORTUGUESA					CONHEC ESP PORTO UNIÃO															MATEMÁTICA									
1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20	21	22	23	24	25	26	27	28	29	30
B	B	B	C	D	D	A	A	C	C	A	B	B	A	A	E	D	C	C	C	D	C	D	E	A	B	X	A	A	X
INFORMÁTICA					CONHEC ESPECÍFICOS																								
31	32	33	34	35	36	37	38	39	40	41	42	43	44	45	46	47	48	49	50										
C	D	A	A	C	A	E	D	E	C	B	A	C	E	A	B	D	D	A	B										

Faz saber a nota da Prova Objetiva e a Nota da Prova de Títulos:

INSCRIÇÃO	NOME	CÓDIGO	CARGO	OBJETIVA	TÍTULOS	NOTA_FINAL
000780	SERGIO JOAO DOHOPIATI	001	CONTADOR	76,00		76,00
000547	AFONSO WASMANN NETO	001	CONTADOR	58,00		58,00
001369	ANDRIELI MARINA GIACOMINI	001	CONTADOR	56,00		56,00
001497	VIVIANE MAZUR COLACO DA SILVEIRA	001	CONTADOR	48,00		48,00
000238	MICHELE APARECIDA SZOSTAK	002	AUDITOR FISCAL	78,00		78,00
001660	ALEXANDRE ROCHA PINTAL	002	AUDITOR FISCAL	76,00		76,00
001266	LAURECI FREISLEBEN	002	AUDITOR FISCAL	73,00		73,00
001236	BRUNA SHAIANE VOGEL	002	AUDITOR FISCAL	59,00		59,00
000452	JAIR LUCIANO GONCALVES	002	AUDITOR FISCAL	55,00		55,00
001650	HENRIQUE JOSE FARBER	002	AUDITOR FISCAL	54,00		54,00
001014	DANIEL BENONI	002	AUDITOR FISCAL	52,00		52,00
001586	JUSSARA ASQUIDAMINI	002	AUDITOR FISCAL	51,00		51,00
001533	ANA PAULA SALVADORI	002	AUDITOR FISCAL	49,00		49,00
001159	ELAINE FATIMA DA ROCHA MAXIMO	002	AUDITOR FISCAL	49,00		49,00
001489	ALCIONE REGINA KAMINSKI	002	AUDITOR FISCAL	48,00		48,00
001556	GISLAINE APARECIDA ZENARO	002	AUDITOR FISCAL	48,00		48,00
001354	CARINE DANIELLY DOMINO	002	AUDITOR FISCAL	46,00		46,00
001273	MONICA LARISSA SOUZA	002	AUDITOR FISCAL	39,00		39,00
001212	DONIZETE LESKIU	002	AUDITOR FISCAL	39,00		39,00
000987	JOAO EVERTON RUBY	003	ENGENHEIRO CIVIL	46,00		46,00
001600	GISELE CRISTINA BARTH	004	ENFERMEIRO	88,00		88,00
001056	JANAINA ALBANESE REICHERT	004	ENFERMEIRO	87,00		87,00
000946	THAIS APARECIDA JUNG	004	ENFERMEIRO	81,00		81,00

001211	ELIANE DIONISIA SCHEID DOS SANTOS	004	ENFERMEIRO	80,00		80,00
000861	DANIELA APARECIDA FRITZEN	004	ENFERMEIRO	76,00		76,00
001258	IRIANA AUGUSTA DOS PASSOS	004	ENFERMEIRO	75,00		75,00
000832	DAIANE JACON	004	ENFERMEIRO	72,00		72,00
000567	MARA REGINA WOLF	004	ENFERMEIRO	72,00		72,00
001470	DANIELLE ALINE HERBST	004	ENFERMEIRO	70,00		70,00
000581	DAYANNA MARZARI CASAES	004	ENFERMEIRO	69,00		69,00
000743	JUSELI CRISTINA GONCALVES DE CASTRO	004	ENFERMEIRO	66,00		66,00
001475	LUCIELE ROSA ANDRIOLLI	004	ENFERMEIRO	64,00		64,00
000060	ANA PAULA HUPALO SOSA	004	ENFERMEIRO	61,00		61,00
000431	CRISTIANE APARECIDA KERBER	004	ENFERMEIRO	61,00		61,00
001577	SIMONE CRISTIANE BOHRER	004	ENFERMEIRO	61,00		61,00
001224	MARIA CLAUDETE ROZA	004	ENFERMEIRO	55,00		55,00
000705	KATIA MARIA HAMMERSCHMIDT	004	ENFERMEIRO	55,00		55,00
000637	GRAZIELE MAXIMO	004	ENFERMEIRO	49,00		49,00
000720	MARIA CLAUDETE DE CAMPOS	004	ENFERMEIRO	47,00		47,00
000137	CLEIDE CHYNCOVIAKI PEREPOLICIA	004	ENFERMEIRO	46,00		46,00
000764	ELIANE CARLA GISLAINE PEPER	004	ENFERMEIRO	45,00		45,00
001611	JULIANE CRISTINA ROCHA	004	ENFERMEIRO	43,00		43,00
001283	CELIA MIRANDA DA SILVA	004	ENFERMEIRO	31,00		31,00
000380	FRANCIELI MUNZLINGER KONFIDERA	005	FARMACÊUTICO	82,00		82,00
000933	DANIELA GAN	005	FARMACÊUTICO	80,00		80,00
001712	ALEXANDRE SILVA	005	FARMACÊUTICO	74,00		74,00
001516	NILO EDUARDO INFANTINI CACHAPUZ	005	FARMACÊUTICO	67,00		67,00
000260	SOFIA FREITAS OLENKA	005	FARMACÊUTICO	66,00		66,00
001125	MARIA ESTER FARAH	005	FARMACÊUTICO	66,00		66,00
001152	ELAINE LEOCADIA ANTON	005	FARMACÊUTICO	64,00		64,00
000095	TATIANA FIGUEIREDO DE FREITAS	005	FARMACÊUTICO	60,00		60,00
000583	MIRELLA VILANOVA LUDKE	005	FARMACÊUTICO	60,00		60,00
000168	LUCIANE OTTO	005	FARMACÊUTICO	58,00		58,00
000904	ALLAN RODRIGO HOLOVATY	005	FARMACÊUTICO	57,00		57,00
000018	JANAINA RIEDE	005	FARMACÊUTICO	56,00		56,00
001358	SILVIA TEREZINHA ESTACIO	005	FARMACÊUTICO	54,00		54,00
000812	ANGELICA CRISTINA POLAY	005	FARMACÊUTICO	52,00		52,00
001109	PAULA MICHELE NESTOR	005	FARMACÊUTICO	51,00		51,00
000218	BARBARA WISNIEWSKI	005	FARMACÊUTICO	49,00		49,00
001406	GISLAINE CRISTINA SERAFINI	005	FARMACÊUTICO	46,00		46,00
000211	TASLINE SAQUETO DE MATOS	005	FARMACÊUTICO	44,00		44,00
001716	FABRIZIA LOYOLA	005	FARMACÊUTICO	44,00		44,00
000315	BEATRIZ MECATTI GALHARDO	005	FARMACÊUTICO	41,00		41,00
001058	NATHALY BERNARDON GIMENES	006	FISIOTERAPEUTA	76,00		76,00
000632	PRISCILA BARACHO PONSONI	006	FISIOTERAPEUTA	73,00		73,00
001514	INGO GILMAR KRELLING	006	FISIOTERAPEUTA	72,00		72,00
001578	MARCOS TADEU GRZELCZAK	006	FISIOTERAPEUTA	69,00		69,00
001010	ELIANI RITA TARNIOVICZ	006	FISIOTERAPEUTA	68,00		68,00
000650	LUCILA RUBIA BIEBERBACH	006	FISIOTERAPEUTA	67,00		67,00
000745	CINTIA ELISA CORREA	006	FISIOTERAPEUTA	64,00		64,00
001387	LILIAN BARTH	006	FISIOTERAPEUTA	58,00		58,00
001633	JOSIANE MARIA DOS SANTOS GUIMARAES BUENO	006	FISIOTERAPEUTA	51,00		51,00
000219	VANESSA KINAK	006	FISIOTERAPEUTA	43,00		43,00
000257	ALBERTO AURELIO POSENATTO	008	MÉDICO CARDIOLOGISTA	68,00		68,00
000503	CLEDER EDUARDO SURIANO	010	MÉDICO ORTOPEDISTA	80,00		80,00
000411	LENOIR TISSIANI JUNIOR	012	MÉDICO PEDIATRA	67,00		67,00
001256	CHRISTIAN LUIZ ARTNER	014	MÉDICO PLANTONISTA	87,00		87,00
000897	PALOMA FAGUNDES	014	MÉDICO PLANTONISTA	81,00		81,00
000470	MARIANO BORDON SOSA	014	MÉDICO PLANTONISTA	42,00		42,00
000203	MARAHANE AYRES GUERIOS	015	CIRURGIÃO DENTISTA	88,00		88,00
001104	PRISCILA MOREIRA BILINSKI	015	CIRURGIÃO DENTISTA	88,00		88,00
000302	ALEXANDER HUBERT FECHT	015	CIRURGIÃO DENTISTA	86,00		86,00

001163	DIEGO JOSE STRINGHINI	015	CIRURGIÃO DENTISTA	86,00		86,00
000467	ANGELA GIACOMIN	015	CIRURGIÃO DENTISTA	83,00		83,00
001321	ANDRE RICARDO GEMELI	015	CIRURGIÃO DENTISTA	75,00		75,00
000127	SILVIA RAQUEL IMIANOSKI	015	CIRURGIÃO DENTISTA	72,00		72,00
001568	IDA BEATRIZ MULLER	015	CIRURGIÃO DENTISTA	72,00		72,00
000274	JULIANA MARCHIORO SOUZA MACALOSSI	015	CIRURGIÃO DENTISTA	72,00		72,00
000839	CRISTIANE SCHMID	015	CIRURGIÃO DENTISTA	70,00		70,00
000651	JOAO BATISTA STRINGHINI	015	CIRURGIÃO DENTISTA	69,00		69,00
000169	LUANA CARLA PFAU	015	CIRURGIÃO DENTISTA	62,00		62,00
001147	PATRICIA RULF	015	CIRURGIÃO DENTISTA	59,00		59,00
001231	JERUSA FRANCINE KLEINE	015	CIRURGIÃO DENTISTA	55,00		55,00
000422	RAISA HINTZ	015	CIRURGIÃO DENTISTA	53,00		53,00
001519	RODRIGO SAMUEL TULIO	015	CIRURGIÃO DENTISTA	52,00		52,00
000971	LUANA ZAGO	015	CIRURGIÃO DENTISTA	48,00		48,00
000687	DEISE CRISTINA DEMBISKI	016	PSICÓLOGO	92,00		92,00
000945	CLAUDIA MOEMA ZAIONS	016	PSICÓLOGO	84,00		84,00
000254	CARLA SIQUEIRA DE SANTANA	016	PSICÓLOGO	82,00		82,00
000351	TANISE BONFANTI MAES	016	PSICÓLOGO	80,00		80,00
001477	ANELISE MAYRA MEISTER	016	PSICÓLOGO	79,00		79,00
000386	LARISSA MORETTO	016	PSICÓLOGO	77,00		77,00
001245	LARISSA REPUKNA	016	PSICÓLOGO	77,00		77,00
001070	TATIANA RIEKOWSKI	016	PSICÓLOGO	73,00		73,00
000279	FERNANDA WOSNY	016	PSICÓLOGO	73,00		73,00
001192	ROZELAINE TURMINA	016	PSICÓLOGO	72,00		72,00
001030	VANESSA MARTINAZZO	016	PSICÓLOGO	72,00		72,00
000145	TABATA TAMIRYS BOLSONI	016	PSICÓLOGO	70,00		70,00
001662	ANA CAROLINA COAS	016	PSICÓLOGO	69,00		69,00
000817	JANETE APARECIDA MACHADO	016	PSICÓLOGO	69,00		69,00
001170	GISLAINE BUENO DE OLIVEIRA	016	PSICÓLOGO	67,00		67,00
001197	FRANCIANE DE FATIMA PASSEMKO ALVES	016	PSICÓLOGO	66,00		66,00
001305	BIANCA WZOREK	016	PSICÓLOGO	66,00		66,00
001730	FERNANDA SILVA DA COSTA	016	PSICÓLOGO	65,00		65,00
000532	PAMULA VERGOPOLAN	016	PSICÓLOGO	64,00		64,00
001239	ALVACIRA CHIPITOSKI NASCIMENTO	016	PSICÓLOGO	63,00		63,00
001680	JILCE APARECIDA KUKUL	016	PSICÓLOGO	62,00		62,00
000697	GREICY SOARES PADILHA OSWALD	016	PSICÓLOGO	61,00		61,00
001377	ELISETTE ERICA HANSCH ZANONI	016	PSICÓLOGO	57,00		57,00
000901	TANGRYANY SANTOS	016	PSICÓLOGO	47,00		47,00
001739	GRACIELI ROBERTA BALDESSAR	016	PSICÓLOGO	44,00		44,00
001376	ROBERTA VERAN STROBINO	016	PSICÓLOGO	43,00		43,00
001575	RENATA CRISTINA FLEITH	017	MÉDICO VETERINÁRIO	95,00		95,00
000140	MARCELO AGUSTINI	017	MÉDICO VETERINÁRIO	90,00		90,00
001189	DEBORAH DAUM MACHADO FRITZEN	017	MÉDICO VETERINÁRIO	87,00		87,00
000234	WILLIAM WAGNER BAUMANN	017	MÉDICO VETERINÁRIO	82,00		82,00
000062	VANIA MARIA ANTUNES DE SOUZA	017	MÉDICO VETERINÁRIO	82,00		82,00
001610	MONICA DEGRAF CAVALLIN	017	MÉDICO VETERINÁRIO	82,00		82,00
001185	RAFAEL VIEIRA DOS SANTOS	017	MÉDICO VETERINÁRIO	79,00		79,00
000483	CAMILLA GRANEMANN GAUDENCIO	017	MÉDICO VETERINÁRIO	78,00		78,00
000903	FERNANDA DICKEL DE ANDRADE	017	MÉDICO VETERINÁRIO	74,00		74,00
000607	ANNE GRASIELLE CHAGAS	017	MÉDICO VETERINÁRIO	71,00		71,00
001043	GILMARA VANESSA COLACO DA SILVEIRA	017	MÉDICO VETERINÁRIO	67,00		67,00
000345	ELIZANDRA BERTE	017	MÉDICO VETERINÁRIO	65,00		65,00
001289	JEAN ALVIR BENDLIN	017	MÉDICO VETERINÁRIO	61,00		61,00
001599	WILLIAM OTTO	017	MÉDICO VETERINÁRIO	58,00		58,00
001263	WILLY REICHE SCALET	017	MÉDICO VETERINÁRIO	57,00		57,00
000706	BRUNA DOLISNI DA CRUZ	017	MÉDICO VETERINÁRIO	56,00		56,00
001508	ANDERSON LUIS AIOLFI	017	MÉDICO VETERINÁRIO	55,00		55,00
000911	ELISIANE DE PAULA FRANCA	018	PROFESSOR 1ª A 4ª SÉRIE	72,00		72,00
001114	ROMILDA BAUM	018	PROFESSOR 1ª A 4ª SÉRIE	68,00	3,00	71,00

000497	ANDRESSA CRISTINA WEILLER	018	PROFESSOR 1ª A 4ª SÉRIE	70,00		70,00
001024	KELLY CORDEIRO RIBEIRO	018	PROFESSOR 1ª A 4ª SÉRIE	67,00		67,00
001381	DEISY JAQUELINE TANDLER	018	PROFESSOR 1ª A 4ª SÉRIE	67,00		67,00
001023	KATIA CORDEIRO RIBEIRO	018	PROFESSOR 1ª A 4ª SÉRIE	67,00		67,00
001156	LILIANE DE FATIMA CAMARGO	018	PROFESSOR 1ª A 4ª SÉRIE	66,00		66,00
000930	NEUSA IRIS GIACOMINI DERINGER	018	PROFESSOR 1ª A 4ª SÉRIE	63,00	3,00	66,00
001118	GICELI MARIA SCHNEIDER	018	PROFESSOR 1ª A 4ª SÉRIE	66,00		66,00
000485	ROSANGELA WALEK	018	PROFESSOR 1ª A 4ª SÉRIE	65,00		65,00
000068	KARIN DAIANE BARTH	018	PROFESSOR 1ª A 4ª SÉRIE	65,00	0,00	65,00
001667	SILMARA BUENO DE CAMARGO	018	PROFESSOR 1ª A 4ª SÉRIE	64,00		64,00
001416	ELEANA SALLES BUCH	018	PROFESSOR 1ª A 4ª SÉRIE	64,00		64,00
000929	JOSEANE CRISTINA JUNG BEREZA	018	PROFESSOR 1ª A 4ª SÉRIE	61,00	3,00	64,00
001248	MARCIA APARECIDA SIMPLICIO DE SOUZA	018	PROFESSOR 1ª A 4ª SÉRIE	60,00	3,00	63,00
000099	CAROLINE MOYSES DE SOUZA	018	PROFESSOR 1ª A 4ª SÉRIE	63,00		63,00
000995	KAMILA ROSA CZEPUŁA	018	PROFESSOR 1ª A 4ª SÉRIE	63,00		63,00
000520	DEIZI CARLA DROSDOSKI AMARO	018	PROFESSOR 1ª A 4ª SÉRIE	63,00		63,00
000133	ELIANE REGINA GONTARSKI DE LIMA	018	PROFESSOR 1ª A 4ª SÉRIE	60,00	3,00	63,00
000742	LURDES FERNANDA LAUTERIO	018	PROFESSOR 1ª A 4ª SÉRIE	60,00		60,00
000766	GISELE GAJDECZKA	018	PROFESSOR 1ª A 4ª SÉRIE	60,00		60,00
001134	SIMONE DA SILVA MARINHO	018	PROFESSOR 1ª A 4ª SÉRIE	60,00		60,00
000029	LUCIA PAOLYCK	018	PROFESSOR 1ª A 4ª SÉRIE	60,00		60,00
000170	CINTIA MARQUES DE MORAES	018	PROFESSOR 1ª A 4ª SÉRIE	57,00	3,00	60,00
000740	CRISTIANE STEFANI	018	PROFESSOR 1ª A 4ª SÉRIE	60,00		60,00
001421	CLAUDIA BRANDE CASAGRANDE	018	PROFESSOR 1ª A 4ª SÉRIE	60,00		60,00
000367	FERNANDA LORENA PETTERS	018	PROFESSOR 1ª A 4ª SÉRIE	56,00	3,00	59,00
000525	ELISANGELA BAIK NOVICKI	018	PROFESSOR 1ª A 4ª SÉRIE	57,00	0,00	57,00
001102	PATRICIA DE FATIMA REISDORFER	018	PROFESSOR 1ª A 4ª SÉRIE	56,00		56,00
000389	GISELLA ARRUDA DE OLIVEIRA	018	PROFESSOR 1ª A 4ª SÉRIE	56,00		56,00
001346	ZENAIDE MARIA LARSEN ZIMMERMANN	018	PROFESSOR 1ª A 4ª SÉRIE	56,00		56,00
000675	ISABELA DE FATIMA MACHADO	018	PROFESSOR 1ª A 4ª SÉRIE	53,00	3,00	56,00
000603	HELAYNE CANDIDO TOMAL	018	PROFESSOR 1ª A 4ª SÉRIE	55,00		55,00
000715	CLENIR APARECIDA RODRIGUES	018	PROFESSOR 1ª A 4ª SÉRIE	54,00		54,00
000769	DANIELLI SUSKI	018	PROFESSOR 1ª A 4ª SÉRIE	51,00	3,00	54,00
000889	REGIANE SOARES DE MATTOS	018	PROFESSOR 1ª A 4ª SÉRIE	53,00		53,00
000727	RENILDA DE JESUS JURCK BARTH	018	PROFESSOR 1ª A 4ª SÉRIE	52,00	0,00	52,00
001375	ERICA ROGENSKI DE FARIA	018	PROFESSOR 1ª A 4ª SÉRIE	51,00		51,00
001000	MARA CLARICE SCHORR JUNG	018	PROFESSOR 1ª A 4ª SÉRIE	51,00		51,00
000785	FERNANDA CONCEICAO MARTINS	018	PROFESSOR 1ª A 4ª SÉRIE	51,00		51,00
001143	CRISTIANE REGINA JUNG	018	PROFESSOR 1ª A 4ª SÉRIE	50,00		50,00
001022	ELIS DIENIFFER SOARES MIRANDA	018	PROFESSOR 1ª A 4ª SÉRIE	50,00		50,00
001482	ELIANE DE FATIMA ALVES MARTINS	018	PROFESSOR 1ª A 4ª SÉRIE	50,00		50,00
000639	ANDREIA RIBEIRO	018	PROFESSOR 1ª A 4ª SÉRIE	50,00		50,00
000341	TATIANE ALVES DO PRADO	018	PROFESSOR 1ª A 4ª SÉRIE	49,00		49,00
001622	JOCELY MARIA HUERGO MALLON	018	PROFESSOR 1ª A 4ª SÉRIE	49,00		49,00
000969	JAQUELINE DOS SANTOS LIMA CAON	018	PROFESSOR 1ª A 4ª SÉRIE	49,00		49,00
001130	EVA APARECIDA DA SILVA	018	PROFESSOR 1ª A 4ª SÉRIE	47,00		47,00
001013	ANDREIA APARECIDA CLAUS COSTEK	018	PROFESSOR 1ª A 4ª SÉRIE	46,00		46,00
000036	MARLI INES SCHNEIDER BUDAL	018	PROFESSOR 1ª A 4ª SÉRIE	46,00		46,00
000441	ELAINE ESTACIO DE PAULA	018	PROFESSOR 1ª A 4ª SÉRIE	45,00		45,00
000683	CIBELE CRISTINA FERREIRA	018	PROFESSOR 1ª A 4ª SÉRIE	43,00		43,00
001485	SUELY DE JESUS BENDLIN	018	PROFESSOR 1ª A 4ª SÉRIE	43,00		43,00
000527	MARIA SOELI BERNARDI	018	PROFESSOR 1ª A 4ª SÉRIE	40,00		40,00
000366	PATRICIA ARAUJO PEON	019	PROFESSOR DE 5ª A 8ª DISCIPLINA DE EDUCAÇÃO FÍSICA	86,00	3,00	89,00
000689	ELAINE DOS SANTOS	019	PROFESSOR DE 5ª A 8ª DISCIPLINA DE EDUCAÇÃO FÍSICA	85,00	3,00	88,00
000404	SELMA CRISTIANE CHIMANGOSEWSKI FURST	019	PROFESSOR DE 5ª A 8ª DISCIPLINA DE EDUCAÇÃO FÍSICA	80,00	3,00	83,00
001559	ROSE MARIE CARPOVICZ	019	PROFESSOR DE 5ª A 8ª DISCIPLINA DE EDUCAÇÃO FÍSICA	80,00		80,00

000847	MOISES ATILIO CABASSA JUNIOR	019	PROFESSOR DE 5ª A 8ª DISCIPLINA DE EDUCAÇÃO FÍSICA	71,00	3,00	74,00
000759	JOSE CARLOS PETTERS	019	PROFESSOR DE 5ª A 8ª DISCIPLINA DE EDUCAÇÃO FÍSICA	71,00		71,00
000986	ADRIANO RICARDO PEREIRA	019	PROFESSOR DE 5ª A 8ª DISCIPLINA DE EDUCAÇÃO FÍSICA	66,00	3,00	69,00
001392	SERGIO TROCHINSKI	019	PROFESSOR DE 5ª A 8ª DISCIPLINA DE EDUCAÇÃO FÍSICA	67,00		67,00
001486	TATYANNE ROIEK LAZIER	019	PROFESSOR DE 5ª A 8ª DISCIPLINA DE EDUCAÇÃO FÍSICA	67,00		67,00
001437	RENATA PENTEADO	019	PROFESSOR DE 5ª A 8ª DISCIPLINA DE EDUCAÇÃO FÍSICA	64,00		64,00
000515	ALISSON KONKOL	019	PROFESSOR DE 5ª A 8ª DISCIPLINA DE EDUCAÇÃO FÍSICA	64,00		64,00
000863	CARLOS ROMEU BUENO	019	PROFESSOR DE 5ª A 8ª DISCIPLINA DE EDUCAÇÃO FÍSICA	60,00	3,00	63,00
000601	DOUGLAS SANT ANA MADUREIRA	019	PROFESSOR DE 5ª A 8ª DISCIPLINA DE EDUCAÇÃO FÍSICA	59,00	3,00	62,00
000672	ANDRE FELIPE BIANCO	019	PROFESSOR DE 5ª A 8ª DISCIPLINA DE EDUCAÇÃO FÍSICA	62,00		62,00
001588	PATRICIA ROTTA	019	PROFESSOR DE 5ª A 8ª DISCIPLINA DE EDUCAÇÃO FÍSICA	62,00		62,00
000390	CLAUDINEI GELINSKI	019	PROFESSOR DE 5ª A 8ª DISCIPLINA DE EDUCAÇÃO FÍSICA	61,00		61,00
001532	EZEQUIEL BARBOSA VIANA	019	PROFESSOR DE 5ª A 8ª DISCIPLINA DE EDUCAÇÃO FÍSICA	60,00		60,00
001561	MARCOS GIOVANI RODRIGUES	019	PROFESSOR DE 5ª A 8ª DISCIPLINA DE EDUCAÇÃO FÍSICA	60,00		60,00
000067	CARLA ERESMIRA MARTINS FERREIRA	019	PROFESSOR DE 5ª A 8ª DISCIPLINA DE EDUCAÇÃO FÍSICA	60,00		60,00
001249	JOAO GUILHERME BUCH FILHO	019	PROFESSOR DE 5ª A 8ª DISCIPLINA DE EDUCAÇÃO FÍSICA	59,00		59,00
000710	NILTON DAVI DA SILVA	019	PROFESSOR DE 5ª A 8ª DISCIPLINA DE EDUCAÇÃO FÍSICA	56,00	3,00	59,00
000826	FRANCIANE FLARESSO MACHADO	019	PROFESSOR DE 5ª A 8ª DISCIPLINA DE EDUCAÇÃO FÍSICA	59,00		59,00
001365	PAMELA THAYNA BAGNHUK	019	PROFESSOR DE 5ª A 8ª DISCIPLINA DE EDUCAÇÃO FÍSICA	59,00		59,00
001135	JOAO PAULO CARVALHO ROCHA	019	PROFESSOR DE 5ª A 8ª DISCIPLINA DE EDUCAÇÃO FÍSICA	57,00		57,00
001593	SAMIR ALVES	019	PROFESSOR DE 5ª A 8ª DISCIPLINA DE EDUCAÇÃO FÍSICA	57,00		57,00
000912	REGINA TEREZINHA BORINI DOS SANTOS	019	PROFESSOR DE 5ª A 8ª DISCIPLINA DE EDUCAÇÃO FÍSICA	55,00		55,00
001663	WILLIAN RODRIGO FRANCA	019	PROFESSOR DE 5ª A 8ª DISCIPLINA DE EDUCAÇÃO FÍSICA	54,00		54,00
000752	PATRICIA SOTT	019	PROFESSOR DE 5ª A 8ª DISCIPLINA DE EDUCAÇÃO FÍSICA	54,00		54,00
000354	JOCELEY FANTIN	019	PROFESSOR DE 5ª A 8ª DISCIPLINA DE EDUCAÇÃO FÍSICA	53,00		53,00
001529	TAHIANE CRISTINA THIBES	019	PROFESSOR DE 5ª A 8ª DISCIPLINA DE EDUCAÇÃO FÍSICA	53,00	0,00	53,00
000654	ELAINE MARA KARPINSKI	019	PROFESSOR DE 5ª A 8ª DISCIPLINA DE EDUCAÇÃO FÍSICA	50,00	3,00	53,00
001417	DRIELY DE LIMA	019	PROFESSOR DE 5ª A 8ª DISCIPLINA DE EDUCAÇÃO FÍSICA	52,00		52,00
000979	TATIANA FERREIRA LOPES	019	PROFESSOR DE 5ª A 8ª DISCIPLINA DE EDUCAÇÃO FÍSICA	50,00		50,00
000790	DALTON FAGUNDES	019	PROFESSOR DE 5ª A 8ª DISCIPLINA DE EDUCAÇÃO FÍSICA	50,00		50,00
000816	SEBASTIAO OSVALDO DE AUGUSTINHO	019	PROFESSOR DE 5ª A 8ª DISCIPLINA DE EDUCAÇÃO FÍSICA	49,00		49,00
001698	JACOB SAMUEL SADOVEI	019	PROFESSOR DE 5ª A 8ª DISCIPLINA DE EDUCAÇÃO FÍSICA	49,00		49,00
000786	MAURO ORVIDES POERNER	019	PROFESSOR DE 5ª A 8ª DISCIPLINA DE EDUCAÇÃO FÍSICA	48,00		48,00

000686	GIUVAN MAURI BIANCO	019	PROFESSOR DE 5ª A 8ª DISCIPLINA DE EDUCAÇÃO FÍSICA	48,00		48,00
001230	PRISCILA DHAIANNE FEIJO	019	PROFESSOR DE 5ª A 8ª DISCIPLINA DE EDUCAÇÃO FÍSICA	47,00		47,00
000905	ADEMIR FERREIRA JUNIOR	019	PROFESSOR DE 5ª A 8ª DISCIPLINA DE EDUCAÇÃO FÍSICA	47,00		47,00
001709	CLAUDIANA KRETSKI	019	PROFESSOR DE 5ª A 8ª DISCIPLINA DE EDUCAÇÃO FÍSICA	47,00		47,00
001510	ROSELI PICHURSKI	019	PROFESSOR DE 5ª A 8ª DISCIPLINA DE EDUCAÇÃO FÍSICA	46,00		46,00
000809	CLAUDIA ELOISA DA IGREJA	019	PROFESSOR DE 5ª A 8ª DISCIPLINA DE EDUCAÇÃO FÍSICA	44,00		44,00
000566	JOSE CLAUDIO WALKIU	019	PROFESSOR DE 5ª A 8ª DISCIPLINA DE EDUCAÇÃO FÍSICA	44,00		44,00
001744	LUIZ CIRILO PEREIRA DE ALMEIDA	019	PROFESSOR DE 5ª A 8ª DISCIPLINA DE EDUCAÇÃO FÍSICA	43,00		43,00
001631	JULIANA DO AMARAL	019	PROFESSOR DE 5ª A 8ª DISCIPLINA DE EDUCAÇÃO FÍSICA	43,00		43,00
001659	KARINE DOBLINSKI	019	PROFESSOR DE 5ª A 8ª DISCIPLINA DE EDUCAÇÃO FÍSICA	43,00		43,00
000289	WALTER LUIS AZEREDO DA COSTA	019	PROFESSOR DE 5ª A 8ª DISCIPLINA DE EDUCAÇÃO FÍSICA	42,00		42,00
000887	GERALDO BLASKOWSKI	019	PROFESSOR DE 5ª A 8ª DISCIPLINA DE EDUCAÇÃO FÍSICA	41,00		41,00
000474	RUBENS IENTZ JUNIOR	019	PROFESSOR DE 5ª A 8ª DISCIPLINA DE EDUCAÇÃO FÍSICA	39,00		39,00
000849	GISLAINE KARPINSKI	019	PROFESSOR DE 5ª A 8ª DISCIPLINA DE EDUCAÇÃO FÍSICA	37,00		37,00
001373	SUELEN MAGIEROVSKI	019	PROFESSOR DE 5ª A 8ª DISCIPLINA DE EDUCAÇÃO FÍSICA	37,00		37,00
000779	ELIS REGINA DA SILVA	019	PROFESSOR DE 5ª A 8ª DISCIPLINA DE EDUCAÇÃO FÍSICA	37,00		37,00
000774	ERILDE KREUZBERG	019	PROFESSOR DE 5ª A 8ª DISCIPLINA DE EDUCAÇÃO FÍSICA	34,00		34,00
001243	DIONE DOS SANTOS REISDORFER	019	PROFESSOR DE 5ª A 8ª DISCIPLINA DE EDUCAÇÃO FÍSICA	33,00		33,00
001479	DILMAR BLOOT	019	PROFESSOR DE 5ª A 8ª DISCIPLINA DE EDUCAÇÃO FÍSICA	31,00		31,00
001157	ELIZETE JANKOSKI NOGATZ	019	PROFESSOR DE 5ª A 8ª DISCIPLINA DE EDUCAÇÃO FÍSICA	29,00		29,00
001361	MARIA CAROLINA WITKOWSKI	019	PROFESSOR DE 5ª A 8ª DISCIPLINA DE EDUCAÇÃO FÍSICA	27,00		27,00
000767	JOSIANE BEATRIZ AZEREDO	020	PROFESSOR DE 5ª A 8ª DISCIPLINA DE PORTUGUÊS	71,00	3,00	74,00
001317	ELIS CRISTINA SLOMP	020	PROFESSOR DE 5ª A 8ª DISCIPLINA DE PORTUGUÊS	71,00		71,00
000370	ALINE FERRAZ ROCHA	020	PROFESSOR DE 5ª A 8ª DISCIPLINA DE PORTUGUÊS	65,00		65,00
001098	MARIZANE DA SILVA	020	PROFESSOR DE 5ª A 8ª DISCIPLINA DE PORTUGUÊS	64,00		64,00
001554	SONIA GONCALVES THIBES DA LUZ	020	PROFESSOR DE 5ª A 8ª DISCIPLINA DE PORTUGUÊS	60,00		60,00
000950	RITA DE CACIA HALLU	020	PROFESSOR DE 5ª A 8ª DISCIPLINA DE PORTUGUÊS	54,00	3,00	57,00
001528	CLEONICE MARTINS MOTA	020	PROFESSOR DE 5ª A 8ª DISCIPLINA DE PORTUGUÊS	56,00		56,00
001384	JOSILDE TUSSET	020	PROFESSOR DE 5ª A 8ª DISCIPLINA DE PORTUGUÊS	48,00		48,00
000075	MICHELLE RANCKEL	020	PROFESSOR DE 5ª A 8ª DISCIPLINA DE PORTUGUÊS	47,00		47,00
001386	WAGNER SERRER	021	PROFESSOR DE 5ª A 8ª DISCIPLINA DE MATEMÁTICA	72,00	0,00	72,00
000144	JEAN RODRIGO ADACHESKI	021	PROFESSOR DE 5ª A 8ª DISCIPLINA DE MATEMÁTICA	68,00		68,00
000628	DANIEL BONADIMAN BERTOL	021	PROFESSOR DE 5ª A 8ª DISCIPLINA DE MATEMÁTICA	65,00	3,00	68,00

000469	IVONETE FURST	021	PROFESSOR DE 5ª A 8ª DISCIPLINA DE MATEMÁTICA	63,00	3,00	66,00
000925	MARCELINO DERSON PEREIRA	021	PROFESSOR DE 5ª A 8ª DISCIPLINA DE MATEMÁTICA	59,00		59,00
000952	MONICA FRAGOSO DE ALMEIDA	021	PROFESSOR DE 5ª A 8ª DISCIPLINA DE MATEMÁTICA	55,00	3,00	58,00
000909	JORGE ANTONIO DE SOUZA	021	PROFESSOR DE 5ª A 8ª DISCIPLINA DE MATEMÁTICA	56,00		56,00
000708	SIRLEI ROSANE MARIANO SEPANHAKI	021	PROFESSOR DE 5ª A 8ª DISCIPLINA DE MATEMÁTICA	48,00		48,00
000034	ADRIANE ZATORSKI KAMPMANN	021	PROFESSOR DE 5ª A 8ª DISCIPLINA DE MATEMÁTICA	47,00		47,00
000975	ANA DANIELE HOLOVATY	022	PROFESSOR DE 5ª A 8ª DISCIPLINA DE HISTÓRIA	76,00	0,00	76,00
001141	LUCIO AMBROSIO HUPALO	022	PROFESSOR DE 5ª A 8ª DISCIPLINA DE HISTÓRIA	73,00	3,00	76,00
001525	JOAO ANTONIO BUSCK	022	PROFESSOR DE 5ª A 8ª DISCIPLINA DE HISTÓRIA	71,00		71,00
001290	ALDO ROMAN ALVES CHUK	022	PROFESSOR DE 5ª A 8ª DISCIPLINA DE HISTÓRIA	69,00		69,00
000152	DANIEL ROCHA JUNIOR	022	PROFESSOR DE 5ª A 8ª DISCIPLINA DE HISTÓRIA	66,00		66,00
001241	CLEIDI LUCIMARA PRZYBYCZEWSKI	022	PROFESSOR DE 5ª A 8ª DISCIPLINA DE HISTÓRIA	65,00		65,00
000959	VALDECI JOSE DE OLIVEIRA	022	PROFESSOR DE 5ª A 8ª DISCIPLINA DE HISTÓRIA	53,00		53,00
001629	ALINE RAQUEL SEBBEN	022	PROFESSOR DE 5ª A 8ª DISCIPLINA DE HISTÓRIA	50,00	0,00	50,00
000198	VERONICA MAINA DA SILVA HOMCZINSKI	023	PROFESSOR DE 5ª A 8ª DISCIPLINA DE GEOGRAFIA	72,00	3,00	75,00
001469	ROSE MUNDEL	023	PROFESSOR DE 5ª A 8ª DISCIPLINA DE GEOGRAFIA	63,00	3,00	66,00
000908	PATRICIA BUENO	023	PROFESSOR DE 5ª A 8ª DISCIPLINA DE GEOGRAFIA	66,00		66,00
000035	EDER HOMCZINSKI	024	PROFESSOR DE 5ª A 8ª DISCIPLINA DE CIÊNCIAS	82,00		82,00
001683	PRISCILA SILVANA GUNTHER	024	PROFESSOR DE 5ª A 8ª DISCIPLINA DE CIÊNCIAS	78,00		78,00
001500	MIGUEL LESCZYK	024	PROFESSOR DE 5ª A 8ª DISCIPLINA DE CIÊNCIAS	76,00		76,00
000865	GRACIELI RITA SOARES	024	PROFESSOR DE 5ª A 8ª DISCIPLINA DE CIÊNCIAS	72,00	3,00	75,00
000159	KELI MARIA BORASKI	024	PROFESSOR DE 5ª A 8ª DISCIPLINA DE CIÊNCIAS	69,00	3,00	72,00
001462	FRANCIELE LYSENKO	024	PROFESSOR DE 5ª A 8ª DISCIPLINA DE CIÊNCIAS	72,00		72,00
001408	ADRIANA DE MEIRA ANDRUKIU BEREZA	024	PROFESSOR DE 5ª A 8ª DISCIPLINA DE CIÊNCIAS	63,00		63,00
000868	ROSELANI VOLKMAN KOSTEK	024	PROFESSOR DE 5ª A 8ª DISCIPLINA DE CIÊNCIAS	56,00	3,00	59,00
000311	HENRIETTE CRISTINE BONFLEUR	024	PROFESSOR DE 5ª A 8ª DISCIPLINA DE CIÊNCIAS	55,00	3,00	58,00
000645	ARLETE MARANGONI HENKE	024	PROFESSOR DE 5ª A 8ª DISCIPLINA DE CIÊNCIAS	55,00		55,00
000721	PATRICIA CERRI	024	PROFESSOR DE 5ª A 8ª DISCIPLINA DE CIÊNCIAS	49,00		49,00
001206	MELISSA JANE DOMINGUES DA SILVA	024	PROFESSOR DE 5ª A 8ª DISCIPLINA DE CIÊNCIAS	47,00		47,00
001553	TATIANE REGINA THIBES	024	PROFESSOR DE 5ª A 8ª DISCIPLINA DE CIÊNCIAS	47,00		47,00
000821	VANESSA HELENA REGINA GRANATIR DA SILVA	024	PROFESSOR DE 5ª A 8ª DISCIPLINA DE CIÊNCIAS	44,00		44,00
000729	NELCI SCHNEIDER	024	PROFESSOR DE 5ª A 8ª DISCIPLINA DE CIÊNCIAS	43,00		43,00
000027	SILVIA APARECIDA HOEPERS KACZOROSKI	024	PROFESSOR DE 5ª A 8ª DISCIPLINA DE CIÊNCIAS	36,00		36,00

001511	JAMILE PASTUCHAKI	025	PROFESSOR DE 5ª A 8ª DISCIPLINA DE INGLÊS	69,00	3,00	72,00
000728	ALCIONE APARECIDA HUPALO	025	PROFESSOR DE 5ª A 8ª DISCIPLINA DE INGLÊS	53,00	3,00	56,00
000823	SARA GALVAO	025	PROFESSOR DE 5ª A 8ª DISCIPLINA DE INGLÊS	53,00		53,00
000364	MARCOS AURELIO ARIATTI	026	PROFESSOR DE 5ª A 8ª DISCIPLINA DE INFORMÁTICA	72,00	3,00	75,00
000071	EVERTON BACK	026	PROFESSOR DE 5ª A 8ª DISCIPLINA DE INFORMÁTICA	73,00		73,00
000860	TIAGO ANTONIO GOMES	026	PROFESSOR DE 5ª A 8ª DISCIPLINA DE INFORMÁTICA	71,00		71,00
000533	CLEUNICE REGINA KEREZCZ	026	PROFESSOR DE 5ª A 8ª DISCIPLINA DE INFORMÁTICA	71,00		71,00
000736	CLEITON CESAR SCHAEFER	026	PROFESSOR DE 5ª A 8ª DISCIPLINA DE INFORMÁTICA	67,00		67,00
001018	MARCELO AMARO	026	PROFESSOR DE 5ª A 8ª DISCIPLINA DE INFORMÁTICA	63,00	3,00	66,00
001616	LINDALVA MONTEIRO	026	PROFESSOR DE 5ª A 8ª DISCIPLINA DE INFORMÁTICA	63,00		63,00
001129	RICARDO CASTILHO DE OLIVEIRA	026	PROFESSOR DE 5ª A 8ª DISCIPLINA DE INFORMÁTICA	58,00		58,00
000875	ADILSON ALVES SANTOS	026	PROFESSOR DE 5ª A 8ª DISCIPLINA DE INFORMÁTICA	54,00		54,00
000802	PEDRO PUDLA	026	PROFESSOR DE 5ª A 8ª DISCIPLINA DE INFORMÁTICA	50,00		50,00
001457	JOSINEIA SEPANHAKI	026	PROFESSOR DE 5ª A 8ª DISCIPLINA DE INFORMÁTICA	47,00		47,00
001026	SILVIA APARECIDA ROIEK CORREA	027	PEDAGOGO	86,00	3,00	89,00
000598	ANA PAULA KARPINSKI CASANOVA	027	PEDAGOGO	84,00	3,00	87,00
001202	TATIANE GULECZ	027	PEDAGOGO	86,00		86,00
001232	ANDREZA KERLI CORREA DALGALLO	027	PEDAGOGO	81,00	3,00	84,00
000331	ADRIELY APARECIDA DE BRITO	027	PEDAGOGO	83,00		83,00
000412	MARIA ADRIANA NASCIMENTO	027	PEDAGOGO	80,00	3,00	83,00
001693	CLEA SCHELBAUER	027	PEDAGOGO	75,00	3,00	78,00
000877	ELIZABETE VOLKMAN	027	PEDAGOGO	75,00	3,00	78,00
001219	FRANCIELE APARECIDA WEINGARTNER	027	PEDAGOGO	75,00		75,00
000884	MARTA BEZERRA KLABUNDE	027	PEDAGOGO	70,00	3,00	73,00
000928	SIMARA DANIEL KOCH	027	PEDAGOGO	69,00	3,00	72,00
000226	ANDREA APARECIDA BUENO DA SILVA	027	PEDAGOGO	69,00		69,00
000210	TANIA APARECIDA FICK LENARTOWICZ	027	PEDAGOGO	66,00	3,00	69,00
001412	SIMONE DE FATIMA HUPALO	027	PEDAGOGO	68,00		68,00
001385	MARLI TERESA BONFLEUR	027	PEDAGOGO	58,00		58,00
001724	ELISANGELA BUDNHAC	027	PEDAGOGO	53,00		53,00
000355	FRANCIELE GALVAO	027	PEDAGOGO	50,00		50,00
000101	MARCIA CRISTINE FONSECA DE MORAIS	027	PEDAGOGO	41,00		41,00
000510	RICARDO LUIZ GIBINSKI	028	AUXILIAR DE ENFERMAGEM	80,00		80,00
001215	JAKELINE STOCKER RUBY	028	AUXILIAR DE ENFERMAGEM	77,50		77,50
000430	LUIS ROGERIO SILVA JUNIOR	028	AUXILIAR DE ENFERMAGEM	72,50		72,50
000748	GUSTAVO EDUARDO BAUERMEISTER	028	AUXILIAR DE ENFERMAGEM	65,00		65,00
000803	ANGELA MITZKO	028	AUXILIAR DE ENFERMAGEM	65,00		65,00
000182	DAIANE APARECIDA DOS SANTOS	028	AUXILIAR DE ENFERMAGEM	65,00		65,00
001488	JANETE APARECIDA VALPERES	028	AUXILIAR DE ENFERMAGEM	62,50		62,50
000131	ILIANE KADES	028	AUXILIAR DE ENFERMAGEM	57,50		57,50
001718	ALIS FRANCIELI GROSSL	028	AUXILIAR DE ENFERMAGEM	47,50		47,50
001100	LUCIA WISNIESKI	028	AUXILIAR DE ENFERMAGEM	47,50		47,50
001025	TELMA CRISTINA PONTES	028	AUXILIAR DE ENFERMAGEM	45,00		45,00
000206	TANIA MANOELI KOECKHOFFEL RODRIGUES	028	AUXILIAR DE ENFERMAGEM	45,00		45,00
001639	JUCELIA VAZ DE OLIVEIRA	028	AUXILIAR DE ENFERMAGEM	35,00		35,00
000919	SAMAR IRENE RUCINSKI DE PAULA	028	AUXILIAR DE ENFERMAGEM	32,50		32,50
000668	ADRIANA SOARES DOS SANTOS	028	AUXILIAR DE ENFERMAGEM	30,00		30,00

001178	JESSICA DIANE STEIN	029	AUX.DE ENFERMAGEM - DISTRITO DE STA CRUZ DO TIMBÓ	75,00	75,00
001235	LEILA FRANCINI GREIN	029	AUX.DE ENFERMAGEM - DISTRITO DE STA CRUZ DO TIMBÓ	67,50	67,50
000546	VIVIANE RENATA OPAUTCHAK	029	AUX.DE ENFERMAGEM - DISTRITO DE STA CRUZ DO TIMBÓ	60,00	60,00
001220	TATIANA FAERBER	030	AUX.DE ENFERMAGEM - DISTRITO DE S. MIGUEL DA SERRA	45,00	45,00
000299	JANE ALCIONE PITZ	030	AUX.DE ENFERMAGEM - DISTRITO DE S. MIGUEL DA SERRA	40,00	40,00
000069	MATHEUS SILVA ORTIZ	031	TÉCNICO DE INFORMÁTICA	85,00	85,00
000189	CRISTIANO BACK	031	TÉCNICO DE INFORMÁTICA	82,50	82,50
001685	GUSTAVO RENE LOZINSKI	031	TÉCNICO DE INFORMÁTICA	75,00	75,00
001678	EDUARDO MOECKE ROVARIS	031	TÉCNICO DE INFORMÁTICA	67,50	67,50
001647	LAURO SARTURI JUNIOR	031	TÉCNICO DE INFORMÁTICA	65,00	65,00
000413	WILLIAN NILTO DA SILVA	031	TÉCNICO DE INFORMÁTICA	65,00	65,00
000853	ALISSON FERREIRA	031	TÉCNICO DE INFORMÁTICA	65,00	65,00
001035	RODRIGO HIDEKI TAKEUSHI	031	TÉCNICO DE INFORMÁTICA	62,50	62,50
001725	FELIPE MICHAEL DA FONSECA	031	TÉCNICO DE INFORMÁTICA	60,00	60,00
001195	DOUGLAS SOARES PINTO	031	TÉCNICO DE INFORMÁTICA	60,00	60,00
001308	EVERTON JOAO LEITHOLD	031	TÉCNICO DE INFORMÁTICA	60,00	60,00
000878	JEAN MIGUEL BACHINSKI	031	TÉCNICO DE INFORMÁTICA	55,00	55,00
001122	CLEDINEY NEPOUNUCENO	032	FISCAL DE OBRAS E POSTURAS	55,00	55,00
001351	LOURIVAL FERREIRA DA COSTA	032	FISCAL DE OBRAS E POSTURAS	40,00	40,00
001184	RENAN MALINOWSKI	033	MOTORISTA DE VEÍCULOS LEVES	82,50	82,50
001214	JOVANE JOSE MUNCINELLI	033	MOTORISTA DE VEÍCULOS LEVES	62,50	62,50
001008	WILLIAN CESAR MACHADO	033	MOTORISTA DE VEÍCULOS LEVES	55,00	55,00
001272	MANOEL DOMINGUES DA SILVA	033	MOTORISTA DE VEÍCULOS LEVES	42,50	42,50
001168	NATANIEL DOS SANTOS	033	MOTORISTA DE VEÍCULOS LEVES	40,00	40,00
000846	CHANDY ELOIR POGOGELSKI	033	MOTORISTA DE VEÍCULOS LEVES	37,50	37,50
000864	JOAO CARLOS CORREA DOS SANTOS	033	MOTORISTA DE VEÍCULOS LEVES	30,00	30,00
001226	ARISTIDES ANTONIO GOULARTE	033	MOTORISTA DE VEÍCULOS LEVES	27,50	27,50
001752	VERA REGINA DE SOUZA SEBBEN	034	AGENTE ADMINISTRATIVO	100,00	100,00
000771	JONAS ROBERTO SCHAURICH	034	AGENTE ADMINISTRATIVO	97,50	97,50
001161	EDERSON NEANDER NOGUEIRA DOS SANTOS	034	AGENTE ADMINISTRATIVO	97,50	97,50
000011	MARCIO ROBERTO MARCZYNSKI	034	AGENTE ADMINISTRATIVO	97,50	97,50
000146	ARLENE ALVES DAUBERMANN PADILHA	034	AGENTE ADMINISTRATIVO	95,00	95,00
000073	ARIELLE CARLA BUOGO	034	AGENTE ADMINISTRATIVO	95,00	95,00
000669	SIDNEI MURAN	034	AGENTE ADMINISTRATIVO	95,00	95,00
000378	ANDERSON GREGORIO	034	AGENTE ADMINISTRATIVO	95,00	95,00
001252	CRISTIANE ROSSA	034	AGENTE ADMINISTRATIVO	95,00	95,00
001372	GUILHERME LUIS SCARAMELLA GONCALVES	034	AGENTE ADMINISTRATIVO	95,00	95,00
001050	JOSIANE BRITO KERBER	034	AGENTE ADMINISTRATIVO	95,00	95,00
000321	FABRICIO BLOOT DE MOURA NECKER	034	AGENTE ADMINISTRATIVO	95,00	95,00
001179	GUSTAVO DA SILVA SOUZA	034	AGENTE ADMINISTRATIVO	92,50	92,50
001720	JULIANA SUCHARSKI	034	AGENTE ADMINISTRATIVO	92,50	92,50
001075	FRANCIELE CRISTINA MENDONCA	034	AGENTE ADMINISTRATIVO	92,50	92,50
000012	MARIANA ROGOSKI FERREIRA DA SILVA	034	AGENTE ADMINISTRATIVO	92,50	92,50
001754	AMANDA BEATRIZ GUIMARAES BUENO	034	AGENTE ADMINISTRATIVO	92,50	92,50
000824	MARCELA BANASZEWSKI	034	AGENTE ADMINISTRATIVO	92,50	92,50
001086	MIRIAN CRISTINA DA SILVA	034	AGENTE ADMINISTRATIVO	92,50	92,50
000528	GUSTAVO ABRAHAO RIBAS	034	AGENTE ADMINISTRATIVO	92,50	92,50
001483	RODRIGO LIMANSKI	034	AGENTE ADMINISTRATIVO	92,50	92,50
000125	ANNE CAROLINE ZASNIESKI DINIZ	034	AGENTE ADMINISTRATIVO	92,50	92,50
000486	CATIA BONATO GIACOMINI	034	AGENTE ADMINISTRATIVO	92,50	92,50
001259	CARLOS AUGUSTO MARCONDES CAMARGO	034	AGENTE ADMINISTRATIVO	92,50	92,50
000910	KARIN DAIANE CHIARENTIN BIDA	034	AGENTE ADMINISTRATIVO	92,50	92,50
001551	SUELEN ANGELI	034	AGENTE ADMINISTRATIVO	92,50	92,50
000953	JESSICA CAMILE FAVARIN	034	AGENTE ADMINISTRATIVO	90,00	90,00
000187	EVERTON ROIEK	034	AGENTE ADMINISTRATIVO	90,00	90,00

001440	GISELE JUREMA CANEVER VOGEL	034	AGENTE ADMINISTRATIVO	90,00		90,00
000627	EMERSON MESKAU DA CRUZ	034	AGENTE ADMINISTRATIVO	90,00		90,00
000636	MARCIA REGINA NOERNBERG	034	AGENTE ADMINISTRATIVO	90,00		90,00
001643	CARLOS JAKUBIU	034	AGENTE ADMINISTRATIVO	90,00		90,00
000454	VANESSA LIANE SINDERSKI COSTA	034	AGENTE ADMINISTRATIVO	90,00		90,00
001315	FABIANO FAGUNDES	034	AGENTE ADMINISTRATIVO	90,00		90,00
001074	VIVIANE GLAZA LOPES	034	AGENTE ADMINISTRATIVO	90,00		90,00
000019	EMERSON LUIZ JARAS	034	AGENTE ADMINISTRATIVO	90,00		90,00
001402	GRACIELE CARLA BORDIGNON RODRIGUES	034	AGENTE ADMINISTRATIVO	90,00		90,00
000083	ALAN LUIZ MULLER NIZIOL	034	AGENTE ADMINISTRATIVO	90,00		90,00
000033	CLAUDIA GABRIELA BORINI GOMES	034	AGENTE ADMINISTRATIVO	87,50		87,50
001676	GUILHERME JARENTCHUK	034	AGENTE ADMINISTRATIVO	87,50		87,50
001279	MAIARA LETICIA MARQUES	034	AGENTE ADMINISTRATIVO	87,50		87,50
000982	GIZLAINE CARNEIRO DE CAMPOS	034	AGENTE ADMINISTRATIVO	87,50		87,50
001410	LUIS FERNANDO MICALICHEN	034	AGENTE ADMINISTRATIVO	87,50		87,50
001029	VIVIAN JULIANE STASIAK CAMARGO SCHIER	034	AGENTE ADMINISTRATIVO	87,50		87,50
000586	EDILENIA GERMANO SCHRECHZ	034	AGENTE ADMINISTRATIVO	87,50		87,50
001329	ALAN MARCEL CAPPELLARI	034	AGENTE ADMINISTRATIVO	87,50		87,50
000258	MARCIO RICARDO LUCIANO	034	AGENTE ADMINISTRATIVO	87,50		87,50
001083	DAIANE GRACIELE BREGINSKI	034	AGENTE ADMINISTRATIVO	87,50		87,50
001064	LUIZ RICARDO FANTIN	034	AGENTE ADMINISTRATIVO	87,50		87,50
000478	TATIANE THONIA DA LUZ	034	AGENTE ADMINISTRATIVO	87,50		87,50
000284	MARANA PAULA TOMAZ	034	AGENTE ADMINISTRATIVO	87,50		87,50
000240	CARLA CELINA MOSKVIK	034	AGENTE ADMINISTRATIVO	87,50		87,50
000363	VANESSA OLIVEIRA	034	AGENTE ADMINISTRATIVO	85,00		85,00
000795	VILMAR DE OLIVEIRA	034	AGENTE ADMINISTRATIVO	85,00		85,00
001038	WILLIAN PHILLIPE PACHECO HAAS	034	AGENTE ADMINISTRATIVO	85,00		85,00
001174	SANDRA REGINA KRULICOSKI	034	AGENTE ADMINISTRATIVO	85,00		85,00
001567	DIEGO FLEITUX	034	AGENTE ADMINISTRATIVO	85,00		85,00
001651	WAGNER LUIZ BLEY BONATO	034	AGENTE ADMINISTRATIVO	85,00		85,00
001524	DENISE TRENTO	034	AGENTE ADMINISTRATIVO	85,00		85,00
001151	WILLIAM SCHEFFER	034	AGENTE ADMINISTRATIVO	85,00		85,00
001602	RUBEM ALESSANDRO KOTVISKY	034	AGENTE ADMINISTRATIVO	85,00		85,00
000347	LUCIMARA CONSTANTINO ATELLA	034	AGENTE ADMINISTRATIVO	85,00		85,00
000461	MELINA CACHOEIRA	034	AGENTE ADMINISTRATIVO	85,00		85,00
001302	EVERTON THOMAZ VIER	034	AGENTE ADMINISTRATIVO	85,00		85,00
001034	EVERLIN JOANE GLAAB	034	AGENTE ADMINISTRATIVO	85,00		85,00
000783	ISABEL CRISTINA NOGA	034	AGENTE ADMINISTRATIVO	85,00		85,00
001053	JULIANO FERREIRA DE MORAES	034	AGENTE ADMINISTRATIVO	85,00		85,00
000388	CARINNE CORREA CHAVES	034	AGENTE ADMINISTRATIVO	85,00		85,00
001207	PHILIPPE ALAN MACHADO	034	AGENTE ADMINISTRATIVO	85,00		85,00
000447	JOANA LUIZA WOHL	034	AGENTE ADMINISTRATIVO	85,00		85,00
001394	MARICLEIA CAROLINA VEZARO	034	AGENTE ADMINISTRATIVO	85,00		85,00
001216	SUSAN FERNANDA AMARANTE	034	AGENTE ADMINISTRATIVO	85,00		85,00
000680	VILSON COSTEK	034	AGENTE ADMINISTRATIVO	85,00		85,00
001585	ROBSON FELIPE RICHARDT	034	AGENTE ADMINISTRATIVO	85,00		85,00
000653	FRANCIELLI JULIANA PICUR CIRINO	034	AGENTE ADMINISTRATIVO	82,50		82,50
000915	ANDRE DAMACENO	034	AGENTE ADMINISTRATIVO	82,50		82,50
001690	FRANCIELLI FERNANDA MAGIEROWSKI	034	AGENTE ADMINISTRATIVO	82,50		82,50
000436	DENER ALEX BARAN	034	AGENTE ADMINISTRATIVO	82,50		82,50
001133	JOANA SCHEFFER DE CASTILHO DOS SANTOS	034	AGENTE ADMINISTRATIVO	82,50		82,50
001209	JULIO CESAR CAMARGO DE OLIVEIRA	034	AGENTE ADMINISTRATIVO	82,50		82,50
001451	MARILDA LUBACHEVSKI	034	AGENTE ADMINISTRATIVO	82,50		82,50
001674	MARCIA APARECIDA ARVING	034	AGENTE ADMINISTRATIVO	82,50		82,50
000393	JEISON GILMAR SOARES	034	AGENTE ADMINISTRATIVO	82,50		82,50
001625	PATRICIA IATSKI	034	AGENTE ADMINISTRATIVO	82,50		82,50
001092	MARCIA GULECZ	034	AGENTE ADMINISTRATIVO	82,50		82,50
001244	NADIA STANKEVICZ	034	AGENTE ADMINISTRATIVO	82,50		82,50
001274	KELLY MARI KREVE	034	AGENTE ADMINISTRATIVO	82,50		82,50

000337	FABIANA FREISLEBEN	034	AGENTE ADMINISTRATIVO	82,50		82,50
001433	MARCOS CENDRON	034	AGENTE ADMINISTRATIVO	82,50		82,50
001580	MARCIA BAZIUK	034	AGENTE ADMINISTRATIVO	82,50		82,50
000038	FERNANDA PAOLA STASIAK DE MOURA CAMARGO	034	AGENTE ADMINISTRATIVO	82,50		82,50
000941	JESSICA GLOVACKI	034	AGENTE ADMINISTRATIVO	82,50		82,50
001505	JEFFERSON RODRIGO FARIAS	034	AGENTE ADMINISTRATIVO	82,50		82,50
000280	ANGELITA PADILHA SANDER	034	AGENTE ADMINISTRATIVO	82,50		82,50
001576	FERNANDO JOSE MENEGASSO	034	AGENTE ADMINISTRATIVO	82,50		82,50
001362	JUCIANE ROBERTI	034	AGENTE ADMINISTRATIVO	82,50		82,50
001548	CAMILA CRISTINA FERREIRA DA COSTA	034	AGENTE ADMINISTRATIVO	82,50		82,50
001332	ANDRE OTTO HOCHSTEIN	034	AGENTE ADMINISTRATIVO	82,50		82,50
001391	MARCELO CANCELIER	034	AGENTE ADMINISTRATIVO	82,50		82,50
001210	MILENE APARECIDA DOS SANTOS	034	AGENTE ADMINISTRATIVO	80,00		80,00
001642	ALESSANDRA AMARAL MILLEZI	034	AGENTE ADMINISTRATIVO	80,00		80,00
001296	VITOR DE CARVALHO LEITE	034	AGENTE ADMINISTRATIVO	80,00		80,00
001413	LUIS FERNANDO VERCKA	034	AGENTE ADMINISTRATIVO	80,00		80,00
001037	MARCOS FABIANO PELEPEK	034	AGENTE ADMINISTRATIVO	80,00		80,00
000999	JOSIANI ZATORSKI	034	AGENTE ADMINISTRATIVO	80,00		80,00
001506	ELIANE NEPPEL	034	AGENTE ADMINISTRATIVO	80,00		80,00
000730	LIGIA MARIANE WEBER	034	AGENTE ADMINISTRATIVO	80,00		80,00
001472	JULIANE FABIANA KARACZUK	034	AGENTE ADMINISTRATIVO	80,00		80,00
001193	SUZANA BUNHACK	034	AGENTE ADMINISTRATIVO	80,00		80,00
000820	ROGE GETULIO DE ANDRADE PEREIRA	034	AGENTE ADMINISTRATIVO	80,00		80,00
000063	ANA PAULA CALISTO	034	AGENTE ADMINISTRATIVO	80,00		80,00
000972	LOY PIERRE RUCINSKI COBENE	034	AGENTE ADMINISTRATIVO	80,00		80,00
001382	ELAINE REGINA MATTOS	034	AGENTE ADMINISTRATIVO	80,00		80,00
000776	RICARDO JOSE SILVEIRA	034	AGENTE ADMINISTRATIVO	80,00		80,00
000479	EVELY BERNARDI DA MAIA	034	AGENTE ADMINISTRATIVO	80,00		80,00
001733	DANIELI SILVA DA COSTA	034	AGENTE ADMINISTRATIVO	80,00		80,00
001583	WAGNER DE MOURA SANTOS	034	AGENTE ADMINISTRATIVO	80,00		80,00
001452	GUILHERME MONTAGNOLI	034	AGENTE ADMINISTRATIVO	80,00		80,00
001071	FLAVIA CRISTINA BINDER	034	AGENTE ADMINISTRATIVO	80,00		80,00
000010	WILLIAN PABLO KRANHOLDT	034	AGENTE ADMINISTRATIVO	80,00		80,00
000450	DALILA TANIA VOGEL	034	AGENTE ADMINISTRATIVO	80,00		80,00
000569	CAMILA ELIAS DA SILVA	034	AGENTE ADMINISTRATIVO	80,00		80,00
001237	JEAN WELLINGTON CORDEIRO	034	AGENTE ADMINISTRATIVO	80,00		80,00
000276	DHULY DAYANE SOCOLOSKI DE ALMEIDA CAMPOS	034	AGENTE ADMINISTRATIVO	80,00		80,00
000573	INES CECILIA BAIK	034	AGENTE ADMINISTRATIVO	80,00		80,00
001729	NATHASHA PRACZ	034	AGENTE ADMINISTRATIVO	80,00		80,00
001126	BRUNA EDUARDA DIAS	034	AGENTE ADMINISTRATIVO	80,00		80,00
001598	EVERTON LUIS DAUBERMANN	034	AGENTE ADMINISTRATIVO	80,00		80,00
001746	POLIANA BUENO COSTA	034	AGENTE ADMINISTRATIVO	80,00		80,00
000261	ANTONIO MOREIRA DOS SANTOS JUNIOR	034	AGENTE ADMINISTRATIVO	77,50		77,50
000580	JUDITE RUSINEK	034	AGENTE ADMINISTRATIVO	77,50		77,50
000845	FERNANDO JOSE CENDRON	034	AGENTE ADMINISTRATIVO	77,50		77,50
001581	WILSON MALKUT	034	AGENTE ADMINISTRATIVO	77,50		77,50
001635	JOSMAR MATTOS E SANTOS	034	AGENTE ADMINISTRATIVO	77,50		77,50
000433	JACKELINE DE FATIMA KINAK	034	AGENTE ADMINISTRATIVO	77,50		77,50
000699	TATIANE TOMACHEUSKI	034	AGENTE ADMINISTRATIVO	77,50		77,50
001509	LEANDRO AUGUSTO DALAVALLE	034	AGENTE ADMINISTRATIVO	77,50		77,50
001455	IDALINA MARIA CORDEIRO	034	AGENTE ADMINISTRATIVO	77,50		77,50
001522	DAVI DAMASCENO DO SANTOS	034	AGENTE ADMINISTRATIVO	77,50		77,50
000484	LEOCADIA MARIA GLAZA	034	AGENTE ADMINISTRATIVO	77,50		77,50
001325	MARIA VITORIA DA SILVA	034	AGENTE ADMINISTRATIVO	77,50		77,50
000428	MARIANA HONESKO MILIS	034	AGENTE ADMINISTRATIVO	77,50		77,50
001150	ISAAC NILTON NOGUEIRA NETO	034	AGENTE ADMINISTRATIVO	77,50		77,50
000453	VILMAR ISRAEL DE ANDRADE FERREIRA	034	AGENTE ADMINISTRATIVO	77,50		77,50
001445	JULIANA CRISTINA TURKOT	034	AGENTE ADMINISTRATIVO	77,50		77,50
000054	NEUZA DA APARECIDA DA ROCHA GRACIANO	034	AGENTE ADMINISTRATIVO	77,50		77,50

001261	AUGUSTO CESAR DOS ANJOS	034	AGENTE ADMINISTRATIVO	77,50		77,50
000055	THAIS LUANA KAMPMANN	034	AGENTE ADMINISTRATIVO	77,50		77,50
001606	CLAUDIANE JAQUELINE DOS ANJOS BERRES	034	AGENTE ADMINISTRATIVO	77,50		77,50
000440	DERLI DE FATIMA PINTO DE LIMA TEODORO	034	AGENTE ADMINISTRATIVO	77,50		77,50
000233	SIMONE RAQUEL BARRILES LEICHT S	034	AGENTE ADMINISTRATIVO	77,50		77,50
001285	VALQUIRIA WEBER	034	AGENTE ADMINISTRATIVO	77,50		77,50
000576	FERNANDA THAIS BUNNING	034	AGENTE ADMINISTRATIVO	77,50		77,50
001627	ANGELA CRISTINA DA SILVA FERRAZ	034	AGENTE ADMINISTRATIVO	77,50		77,50
000980	JOEL BOENO DA ROCHA	034	AGENTE ADMINISTRATIVO	77,50		77,50
001247	ALANNA CAROLINE LINDER	034	AGENTE ADMINISTRATIVO	77,50		77,50
001278	ALINE GIBINSKI MAZUR	034	AGENTE ADMINISTRATIVO	77,50		77,50
000890	PAULO SERGIO DA SILVA	034	AGENTE ADMINISTRATIVO	77,50		77,50
001644	HAIDI GAEBLER	034	AGENTE ADMINISTRATIVO	77,50		77,50
000960	ELAINE CARNEIRO DE CAMPOS	034	AGENTE ADMINISTRATIVO	77,50		77,50
001732	JOHNY JEAN CARNEIRO	034	AGENTE ADMINISTRATIVO	77,50		77,50
001474	LAIS CASTANHA	034	AGENTE ADMINISTRATIVO	77,50		77,50
000966	HELOISE KATIA KALICHAK	034	AGENTE ADMINISTRATIVO	77,50		77,50
000837	EDIMARI APARECIDA SCHEID BRANCALEONE	034	AGENTE ADMINISTRATIVO	77,50		77,50
000871	JUCELAINE ARLT LOPES	034	AGENTE ADMINISTRATIVO	77,50		77,50
000365	IVANA HORT	034	AGENTE ADMINISTRATIVO	75,00		75,00
001155	FRANCIANE LOSS	034	AGENTE ADMINISTRATIVO	75,00		75,00
000235	SANDRA MARLI KOVALCHUK	034	AGENTE ADMINISTRATIVO	75,00		75,00
001708	HENRIQUE CRISTIANO THOMAS DE SOUZA	034	AGENTE ADMINISTRATIVO	75,00		75,00
000021	JUCELIA ABEL DA CRUZ	034	AGENTE ADMINISTRATIVO	75,00		75,00
000575	DAIANA SCUSSIATO FRANCO SCHMITT	034	AGENTE ADMINISTRATIVO	75,00		75,00
001467	VANDERLEI ANTONIO ECKERT	034	AGENTE ADMINISTRATIVO	75,00		75,00
000625	CAMILE OTTO	034	AGENTE ADMINISTRATIVO	75,00		75,00
001396	KELI APARECIDA JUNG	034	AGENTE ADMINISTRATIVO	75,00		75,00
001681	ALINE GUIOMAR SCHAFASCHEK DOS SANTOS	034	AGENTE ADMINISTRATIVO	75,00		75,00
001041	DANIELA DE LIMA	034	AGENTE ADMINISTRATIVO	75,00		75,00
000536	PAOLA HELENA MUXFELDT MORANDI	034	AGENTE ADMINISTRATIVO	75,00		75,00
000973	LUIS FELIPE OLIVETTI	034	AGENTE ADMINISTRATIVO	75,00		75,00
000356	MARIVONE SCHMIDT	034	AGENTE ADMINISTRATIVO	75,00		75,00
000368	MARIA CELINA DOS SANTOS	034	AGENTE ADMINISTRATIVO	75,00		75,00
001088	MARIANE JURASZEK	034	AGENTE ADMINISTRATIVO	75,00		75,00
000123	MICHELE APARECIDA JUNG	034	AGENTE ADMINISTRATIVO	75,00		75,00
001566	TAINA ANDRIELE MENDES	034	AGENTE ADMINISTRATIVO	75,00		75,00
000584	MARALINE CHAPULA	034	AGENTE ADMINISTRATIVO	75,00		75,00
000384	CARLA JULIANA PRINCIVAL	034	AGENTE ADMINISTRATIVO	75,00		75,00
001441	ADRIANE MARIA HOLOVATY	034	AGENTE ADMINISTRATIVO	75,00		75,00
000220	JOAO RODRIGO WEBER	034	AGENTE ADMINISTRATIVO	75,00		75,00
000857	JESSICA ORTH DA SILVA	034	AGENTE ADMINISTRATIVO	75,00		75,00
000815	RONALDO KONDRAT	034	AGENTE ADMINISTRATIVO	75,00		75,00
000136	RICARDO JOSE DOS SANTOS	034	AGENTE ADMINISTRATIVO	75,00		75,00
000016	FELIPE ANDRE FERNANDES DIAS	034	AGENTE ADMINISTRATIVO	75,00		75,00
000782	MAYARA CAMILE PERIZZOLO	034	AGENTE ADMINISTRATIVO	75,00		75,00
000113	SULANA CRISTIANE FAVARIN	034	AGENTE ADMINISTRATIVO	75,00		75,00
001277	MARIA VIRGINIA SCHIER	034	AGENTE ADMINISTRATIVO	75,00		75,00
001438	EDILSON ANTONIO MARCHIZELI	034	AGENTE ADMINISTRATIVO	75,00		75,00
000582	EDSON CARLOS DANHELK	034	AGENTE ADMINISTRATIVO	75,00		75,00
000755	ELIANE TANDLER	034	AGENTE ADMINISTRATIVO	75,00		75,00
001713	DEBORA BULEK GROBE	034	AGENTE ADMINISTRATIVO	75,00		75,00
000851	JULIO LEWANDOWSKI FILHO	034	AGENTE ADMINISTRATIVO	75,00		75,00
001403	CLEIDE ADRIANA CARVALHO GRUBER	034	AGENTE ADMINISTRATIVO	72,50		72,50
001343	GENESIO LUIS JUSZCZAK	034	AGENTE ADMINISTRATIVO	72,50		72,50
001628	LUIS CARLOS LOPES SANTANA	034	AGENTE ADMINISTRATIVO	72,50		72,50
001051	CLARICE CRISTINA ILKIW	034	AGENTE ADMINISTRATIVO	72,50		72,50
000797	LAURITO WALDIR SANTANA CAVALHEIRO JUNIOR	034	AGENTE ADMINISTRATIVO	72,50		72,50
000496	CARLA LUCIANE LOPES	034	AGENTE ADMINISTRATIVO	72,50		72,50

000604	PRISCILA BAPTISTA MUNIZ	034	AGENTE ADMINISTRATIVO	72,50		72,50
001055	CRISLAINE BENDLIN TRINDADE	034	AGENTE ADMINISTRATIVO	72,50		72,50
000050	LUCIANO REESE MAYER	034	AGENTE ADMINISTRATIVO	72,50		72,50
000751	ANDRE CAMPOS DA LUZ	034	AGENTE ADMINISTRATIVO	72,50		72,50
000350	JEAN CARLOS SABATKE	034	AGENTE ADMINISTRATIVO	72,50		72,50
000922	ANA PAULA SANTOS STAXHYN	034	AGENTE ADMINISTRATIVO	72,50		72,50
001555	MARCO ANTONIO VEIGA DA CRUZ	034	AGENTE ADMINISTRATIVO	72,50		72,50
001604	ELAINE DEISY CARNEIRO	034	AGENTE ADMINISTRATIVO	72,50		72,50
000578	MARCOS AURELIO CAMPOS	034	AGENTE ADMINISTRATIVO	72,50		72,50
000346	JULIANA SAVI	034	AGENTE ADMINISTRATIVO	72,50		72,50
001073	FLAVIA DANIELA DOHOPIATI	034	AGENTE ADMINISTRATIVO	72,50		72,50
001623	ABILIO MULLER	034	AGENTE ADMINISTRATIVO	72,50		72,50
001108	LUIS FERNANDO PEREIRA	034	AGENTE ADMINISTRATIVO	72,50		72,50
000462	JOCELIA APARECIDA STACHERA	034	AGENTE ADMINISTRATIVO	72,50		72,50
000392	EDGAR LUIS STACNEY	034	AGENTE ADMINISTRATIVO	72,50		72,50
000490	MARIO LUIZ OLISCOVICZ	034	AGENTE ADMINISTRATIVO	72,50		72,50
000690	ANTONIO CARLOS AGOSTINI FILHO	034	AGENTE ADMINISTRATIVO	72,50		72,50
001322	MATILDE WIAK NACONIECNI	034	AGENTE ADMINISTRATIVO	72,50		72,50
001750	JONATHAS MARLON HRYNIEWICZ	034	AGENTE ADMINISTRATIVO	72,50		72,50
000652	FRANCIELE DA SILVA	034	AGENTE ADMINISTRATIVO	72,50		72,50
001595	CINTHIA VIVIANE CORREA	034	AGENTE ADMINISTRATIVO	72,50		72,50
000117	MARILETE SCHEFFER CASTILHO	034	AGENTE ADMINISTRATIVO	72,50		72,50
001422	FERNANDO AUGUSTO DE SOUZA	034	AGENTE ADMINISTRATIVO	72,50		72,50
001679	JULIANA BUGHAY WILKOSZ	034	AGENTE ADMINISTRATIVO	72,50		72,50
001518	MARCELA STORE	034	AGENTE ADMINISTRATIVO	72,50		72,50
001655	WELLINGTON SONNENSTRAHL	034	AGENTE ADMINISTRATIVO	72,50		72,50
000967	WILLIAN FRANCISCO DE SOUZA	034	AGENTE ADMINISTRATIVO	72,50		72,50
001579	LIANA KRANHOLDT	034	AGENTE ADMINISTRATIVO	72,50		72,50
001645	DEIWERSON DAMASCENO DOS SANTOS	034	AGENTE ADMINISTRATIVO	72,50		72,50
001009	TIAGO BEIMS	034	AGENTE ADMINISTRATIVO	72,50		72,50
000199	LUIS RICARDO HUK	034	AGENTE ADMINISTRATIVO	70,00		70,00
001399	IVO DOLINSKI JUNIOR	034	AGENTE ADMINISTRATIVO	70,00		70,00
001456	ALISON JOSE DA SILVA	034	AGENTE ADMINISTRATIVO	70,00		70,00
000044	MAURO SGUARIO	034	AGENTE ADMINISTRATIVO	70,00		70,00
000896	ELAINE REGINA SILVA	034	AGENTE ADMINISTRATIVO	70,00		70,00
000537	EDEMILSON HOINACKI	034	AGENTE ADMINISTRATIVO	70,00		70,00
000096	MICHELE CRISTINA DOS SANTOS	034	AGENTE ADMINISTRATIVO	70,00		70,00
001562	RAFAEL PEDRO MACHINISKI	034	AGENTE ADMINISTRATIVO	70,00		70,00
001309	RENAN EDUARDO SCHNEIDER	034	AGENTE ADMINISTRATIVO	70,00		70,00
001049	WILLIAN ANGELO CORREA	034	AGENTE ADMINISTRATIVO	70,00		70,00
001021	FABIANA GONCALES	034	AGENTE ADMINISTRATIVO	70,00		70,00
001218	NATAN LUCIAN CORREA	034	AGENTE ADMINISTRATIVO	70,00		70,00
001242	FERNANDA PATRICIA GRABOSKI	034	AGENTE ADMINISTRATIVO	70,00		70,00
001582	ANDREIA APARECIDA DE OLIVEIRA CORDEIRO	034	AGENTE ADMINISTRATIVO	70,00		70,00
000938	DANGELA HELOISA TONINI	034	AGENTE ADMINISTRATIVO	70,00		70,00
000498	LUIZ BRUNO DULZ	034	AGENTE ADMINISTRATIVO	70,00		70,00
000773	CLARICE GECI KOLLENBERG SOMMER	034	AGENTE ADMINISTRATIVO	70,00		70,00
000880	VANESSA CSALA SMYKALUK	034	AGENTE ADMINISTRATIVO	70,00		70,00
000424	SUZAN MARQUEVIS SUARETZ	034	AGENTE ADMINISTRATIVO	70,00		70,00
000427	FELIPE MILIS	034	AGENTE ADMINISTRATIVO	70,00		70,00
000934	DOUGLAS MICHEL MARTINS	034	AGENTE ADMINISTRATIVO	70,00		70,00
000610	CRISTIAN RAFAEL FAGUNDES	034	AGENTE ADMINISTRATIVO	70,00		70,00
001400	DANIELE CAROLINE DE CAMPOS	034	AGENTE ADMINISTRATIVO	70,00		70,00
000954	FABIANE APARECIDA BIANCHINI	034	AGENTE ADMINISTRATIVO	70,00		70,00
001521	ADILSON ROCHA CHEDEN	034	AGENTE ADMINISTRATIVO	70,00		70,00
000943	ADRIANA ARAUJO DE SOUZA	034	AGENTE ADMINISTRATIVO	70,00		70,00
000281	JULIANA SANTANA	034	AGENTE ADMINISTRATIVO	70,00		70,00
001280	KERLIN FLAVIA DE FREITAS	034	AGENTE ADMINISTRATIVO	70,00		70,00
001480	ARIANE DE MELLO	034	AGENTE ADMINISTRATIVO	70,00		70,00

000521	SILVANO ZBITKOWSKI	034	AGENTE ADMINISTRATIVO	70,00		70,00
001658	WELITON CORREIA	034	AGENTE ADMINISTRATIVO	70,00		70,00
000130	JESSICA RUBEL	034	AGENTE ADMINISTRATIVO	70,00		70,00
000538	GISELE APARECIDA DA SILVA	034	AGENTE ADMINISTRATIVO	70,00		70,00
000678	REGIANE GREGORIO	034	AGENTE ADMINISTRATIVO	70,00		70,00
000794	ANDRESSA LETICIA SCOLARO	034	AGENTE ADMINISTRATIVO	70,00		70,00
000301	PEDRO TIAGO DA SILVA SELHORT	034	AGENTE ADMINISTRATIVO	67,50		67,50
001609	THANISE DANIELLA FONSECA DA SILVA	034	AGENTE ADMINISTRATIVO	67,50		67,50
000178	ALAN PINHEIRO	034	AGENTE ADMINISTRATIVO	67,50		67,50
001335	JEFFERSON ALFRED CARATCHUK	034	AGENTE ADMINISTRATIVO	67,50		67,50
001297	RAFAEL JULIANO PICCININI	034	AGENTE ADMINISTRATIVO	67,50		67,50
000042	LIDIANE SCHER GRANEMANN	034	AGENTE ADMINISTRATIVO	67,50		67,50
001745	LUCIANO EVERTON SANTOS SCHEID	034	AGENTE ADMINISTRATIVO	67,50		67,50
001121	KARINA DE FATIMA DE ARAUJO KUSSIK	034	AGENTE ADMINISTRATIVO	67,50		67,50
001702	FRANCIELI TERESINHA DOLINI DE OLIVEIRA	034	AGENTE ADMINISTRATIVO	67,50		67,50
001128	LUCIANE WIEZCHON	034	AGENTE ADMINISTRATIVO	67,50		67,50
001307	ALESSANDRA OLIVEIRA DA SANTANA SILVA	034	AGENTE ADMINISTRATIVO	67,50		67,50
001425	EDSON JOSE PETROSKI	034	AGENTE ADMINISTRATIVO	67,50		67,50
000194	ALESSANDRA DOS SANTOS LIMA	034	AGENTE ADMINISTRATIVO	67,50		67,50
000658	ROVANE GIL SCHIMIKUVISKI VENCONI	034	AGENTE ADMINISTRATIVO	67,50		67,50
001234	KELLY CRISTINA BANNACH	034	AGENTE ADMINISTRATIVO	67,50		67,50
001648	TAMIRES LOURENCO ANTONIO	034	AGENTE ADMINISTRATIVO	67,50		67,50
001347	THIAGO AURELIO FERREIRA DA COSTA	034	AGENTE ADMINISTRATIVO	67,50		67,50
001379	DEIZY NATALY FERRARI	034	AGENTE ADMINISTRATIVO	67,50		67,50
000568	MAICON DEIVSON RINALDI	034	AGENTE ADMINISTRATIVO	67,50		67,50
000760	SABRINA PEDROLI	034	AGENTE ADMINISTRATIVO	67,50		67,50
000529	MARINA CRISTIANE DA SILVA	034	AGENTE ADMINISTRATIVO	67,50		67,50
001204	DOUGLAS WILKOS	034	AGENTE ADMINISTRATIVO	67,50		67,50
001198	CAMILA SCHNEIDER	034	AGENTE ADMINISTRATIVO	65,00		65,00
000634	REGINALDO EDSON DE LIMA ALVES	034	AGENTE ADMINISTRATIVO	65,00		65,00
001429	BRUNO MORESCHI MARCINICHEN	034	AGENTE ADMINISTRATIVO	65,00		65,00
001502	GEAZE TOPOROSKY	034	AGENTE ADMINISTRATIVO	65,00		65,00
001267	LUMARA AURORA WOITEXEN	034	AGENTE ADMINISTRATIVO	65,00		65,00
000542	MARISA APARECIDA MOURA	034	AGENTE ADMINISTRATIVO	65,00		65,00
000499	JEFFERSON LUIS RENGEL	034	AGENTE ADMINISTRATIVO	65,00		65,00
000763	ADRIANA APARECIDA GARCIA DA SILVA	034	AGENTE ADMINISTRATIVO	65,00		65,00
001513	GIOVANI DE MELO	034	AGENTE ADMINISTRATIVO	65,00		65,00
000120	ALEXSANDRA CAMILA SASS BRADOSKI	034	AGENTE ADMINISTRATIVO	65,00		65,00
000907	MARTINA BUSE	034	AGENTE ADMINISTRATIVO	65,00		65,00
000923	FABIO FERREIRA	034	AGENTE ADMINISTRATIVO	65,00		65,00
000702	CHARLES BARCELOS BOGUT	034	AGENTE ADMINISTRATIVO	65,00		65,00
001426	ANDRIELI DOLENNEI	034	AGENTE ADMINISTRATIVO	65,00		65,00
001310	TIAGO DIEGO MELLO	034	AGENTE ADMINISTRATIVO	65,00		65,00
001638	MARCOS AURELIO ALVES SANTANA	034	AGENTE ADMINISTRATIVO	65,00		65,00
001085	JAINAINA APARECIDA VERGOPOLAN	034	AGENTE ADMINISTRATIVO	65,00		65,00
001183	GEISE MARCIELE FIDUNIV	034	AGENTE ADMINISTRATIVO	65,00		65,00
000570	BEATRIZ JULIANA GUIZ	034	AGENTE ADMINISTRATIVO	65,00		65,00
001300	JESSICA ROTTA	034	AGENTE ADMINISTRATIVO	65,00		65,00
000886	SOLANGE DE FREITAS	034	AGENTE ADMINISTRATIVO	65,00		65,00
000673	VANIA THEISEN	034	AGENTE ADMINISTRATIVO	65,00		65,00
001448	RAFAEL BATISTA DYBA AMARO	034	AGENTE ADMINISTRATIVO	65,00		65,00
000415	MARLON JEAN COCHAK	034	AGENTE ADMINISTRATIVO	65,00		65,00
001454	JESSICA ROSA	034	AGENTE ADMINISTRATIVO	65,00		65,00
000883	DIRLEI DE FATIMA MELLO	034	AGENTE ADMINISTRATIVO	65,00		65,00
000191	ANA MARIA CUNHA	034	AGENTE ADMINISTRATIVO	62,50		62,50
000008	JAQUELINE LEITE	034	AGENTE ADMINISTRATIVO	62,50		62,50
001608	LIVIA VIEIRA MARTINS	034	AGENTE ADMINISTRATIVO	62,50		62,50
001692	ARILDO DOMBROVSKI	034	AGENTE ADMINISTRATIVO	62,50		62,50
001367	MARILSE APARECIDA DE MELLO	034	AGENTE ADMINISTRATIVO	62,50		62,50

000841	ALINE ELOISE TRENTA	034	AGENTE ADMINISTRATIVO	62,50		62,50
001686	FABIANA DE FATIMA MONTEIRO	034	AGENTE ADMINISTRATIVO	62,50		62,50
000398	MARCELO RIBAS DA SILVA	034	AGENTE ADMINISTRATIVO	62,50		62,50
000746	GESSIANA DO PRADO	034	AGENTE ADMINISTRATIVO	62,50		62,50
001136	DULCE CASAGRANDE	034	AGENTE ADMINISTRATIVO	62,50		62,50
001546	NAIANE CAROLINE ANTONIUTI	034	AGENTE ADMINISTRATIVO	62,50		62,50
000818	CECILIA ADRIANA BURDZKI	034	AGENTE ADMINISTRATIVO	62,50		62,50
000183	CATIA CRISTINA COSTA	034	AGENTE ADMINISTRATIVO	62,50		62,50
000921	NADIA MARIA FEDEROVICZ ROBASZKIEWICZ	034	AGENTE ADMINISTRATIVO	62,50		62,50
001094	KARLA GEYER	034	AGENTE ADMINISTRATIVO	62,50		62,50
001292	MARCELO JOSE GOULARTE	034	AGENTE ADMINISTRATIVO	62,50		62,50
000336	MARCIO TEIXEIRA	034	AGENTE ADMINISTRATIVO	62,50		62,50
001268	MAYSA CRISTINA AMARAL ROSA	034	AGENTE ADMINISTRATIVO	62,50		62,50
000620	LIA FLAVIA DOBRIKOPF	034	AGENTE ADMINISTRATIVO	62,50		62,50
000993	CRISLAINE GREIN	034	AGENTE ADMINISTRATIVO	62,50		62,50
001407	MICHELL LAERTE ZAIONS	034	AGENTE ADMINISTRATIVO	62,50		62,50
000862	FRANTIERES PINTO DE LIMA	034	AGENTE ADMINISTRATIVO	62,50		62,50
001634	ALIANDRA YANA DOLINSKI	034	AGENTE ADMINISTRATIVO	62,50		62,50
001673	THIAGO SOUZA MALISKI	034	AGENTE ADMINISTRATIVO	62,50		62,50
001281	SILVANA ANDREA GOMES	034	AGENTE ADMINISTRATIVO	62,50		62,50
001291	GISELE SOKOLOWSKEI	034	AGENTE ADMINISTRATIVO	60,00		60,00
001149	ARTHUR JOSE CAROLESKI	034	AGENTE ADMINISTRATIVO	60,00		60,00
000656	VINICIUS ADLER MONTEIRO LEMOS	034	AGENTE ADMINISTRATIVO	60,00		60,00
001411	LUCAS CORASSA	034	AGENTE ADMINISTRATIVO	60,00		60,00
001091	LAIS SUZANA KURUTZ	034	AGENTE ADMINISTRATIVO	60,00		60,00
001669	SUZANA DE FATIMA ZIELINSKI DA CRUZ	034	AGENTE ADMINISTRATIVO	60,00		60,00
001637	AILTON RICK DE PAULA CORDEIRO	034	AGENTE ADMINISTRATIVO	60,00		60,00
000739	MAURICIO ROSA	034	AGENTE ADMINISTRATIVO	60,00		60,00
000694	ELIANE FATIMA FERNANDES	034	AGENTE ADMINISTRATIVO	60,00		60,00
000098	ELAINE APARECIDA KASCHUK RAIMUNDO	034	AGENTE ADMINISTRATIVO	60,00		60,00
001303	FABIOLA MILIS PIMPAO MOREIRA	034	AGENTE ADMINISTRATIVO	60,00		60,00
000239	SERGIO ANTONIO HAZT	034	AGENTE ADMINISTRATIVO	60,00		60,00
000599	LUCELIA SCHMITT	034	AGENTE ADMINISTRATIVO	60,00		60,00
000591	JHONI ANTUNES DE LIMA	034	AGENTE ADMINISTRATIVO	60,00		60,00
001250	ROSANGELA DE FETIMA GIBINSKI AZEREDO	034	AGENTE ADMINISTRATIVO	60,00		60,00
000735	EMERSON MARQUES	034	AGENTE ADMINISTRATIVO	60,00		60,00
001227	MARILENE SITNECK	034	AGENTE ADMINISTRATIVO	60,00		60,00
000577	ARNOLDO ALEXANDRE MULLER	034	AGENTE ADMINISTRATIVO	60,00		60,00
000796	CHIARA DA SILVEIRA ASSUNCAO	034	AGENTE ADMINISTRATIVO	57,50		57,50
001741	PAMELA LORENSINI	034	AGENTE ADMINISTRATIVO	57,50		57,50
001543	CRISTIANO JOSE POGOGELSKI	034	AGENTE ADMINISTRATIVO	57,50		57,50
000597	RITA CASSIA PORTZ	034	AGENTE ADMINISTRATIVO	57,50		57,50
001081	IVO OLEINIK	034	AGENTE ADMINISTRATIVO	57,50		57,50
000047	TIAGO JAVORIVSKI	034	AGENTE ADMINISTRATIVO	57,50		57,50
001656	CINTIA TEREZINHA VEZARO	034	AGENTE ADMINISTRATIVO	57,50		57,50
000704	NILCEIA TOMAZI MEDEIROS DA ROSA	034	AGENTE ADMINISTRATIVO	57,50		57,50
000230	EMANOELI DOS SANTOS	034	AGENTE ADMINISTRATIVO	57,50		57,50
000058	PRISCILA VOLKMAN KOSTEK	034	AGENTE ADMINISTRATIVO	57,50		57,50
000951	GILMAR FERREIRA DE MELLO	034	AGENTE ADMINISTRATIVO	57,50		57,50
001370	JANJI DOLINSKI PRZGURSKI	034	AGENTE ADMINISTRATIVO	57,50		57,50
001587	JOSIAS OLIVEIRA PINTO	034	AGENTE ADMINISTRATIVO	57,50		57,50
000968	SILVANA NORBERTA ROIEK	034	AGENTE ADMINISTRATIVO	57,50		57,50
000927	DEBORA MACIEL	034	AGENTE ADMINISTRATIVO	57,50		57,50
000107	VINICIUS DE MIRANDA	034	AGENTE ADMINISTRATIVO	57,50		57,50
001460	THIAGO WILLIAN EDUARDO DA SILVA	034	AGENTE ADMINISTRATIVO	55,00		55,00
001675	PAULA SILVANA SCHEID STELMACH	034	AGENTE ADMINISTRATIVO	55,00		55,00
000828	MIGUEL ALBINO DA ROSA JUNIOR	034	AGENTE ADMINISTRATIVO	55,00		55,00
000361	MARIA CLARA DALMEDICO ADAMIO	034	AGENTE ADMINISTRATIVO	55,00		55,00
000150	ALLAN RAY CHECOZZI	034	AGENTE ADMINISTRATIVO	55,00		55,00

001621	CLAUDIA GOLEC	034	AGENTE ADMINISTRATIVO	55,00		55,00
001360	FRANCIELLE CAETANO DE QUADROS	034	AGENTE ADMINISTRATIVO	55,00		55,00
001397	CASSIO GUARDA ESMOLARK	034	AGENTE ADMINISTRATIVO	55,00		55,00
001726	PATRICIA DANIELE ZANONA	034	AGENTE ADMINISTRATIVO	55,00		55,00
001383	SUELI NEUMANN	034	AGENTE ADMINISTRATIVO	55,00		55,00
001657	CARLA DARNIELLI DOS SANTOS	034	AGENTE ADMINISTRATIVO	55,00		55,00
001597	SANDRA SUGER	034	AGENTE ADMINISTRATIVO	55,00		55,00
001584	MARCOS GEOVANI DE MELLO	034	AGENTE ADMINISTRATIVO	55,00		55,00
000250	LEANDRO PIMENTEL	034	AGENTE ADMINISTRATIVO	55,00		55,00
000592	ENDERSON CARLOS DOMAINSKI	034	AGENTE ADMINISTRATIVO	55,00		55,00
001449	KELI CRIS CASSENOTTI	034	AGENTE ADMINISTRATIVO	55,00		55,00
000323	JEAN CARLOS FURLAN	034	AGENTE ADMINISTRATIVO	55,00		55,00
001061	JOSE HUMBERTO WEBER DA SILVA	034	AGENTE ADMINISTRATIVO	52,50		52,50
000876	CRISTIANE CHAVES	034	AGENTE ADMINISTRATIVO	52,50		52,50
000692	ADALCIO MASIERO	034	AGENTE ADMINISTRATIVO	52,50		52,50
001112	ADAO EDSON DA SILVA	034	AGENTE ADMINISTRATIVO	52,50		52,50
000926	ENERILENE GISLAINE ULINIKI BINDI	034	AGENTE ADMINISTRATIVO	52,50		52,50
001067	ADRIANE LAUTERIO	034	AGENTE ADMINISTRATIVO	52,50		52,50
001512	RAFAEL ROBERTO JACYNTHO	034	AGENTE ADMINISTRATIVO	52,50		52,50
000778	FLAVIA BABY	034	AGENTE ADMINISTRATIVO	52,50		52,50
001366	CAMILA GREGORIO CASTELO BRANCO ALVES	034	AGENTE ADMINISTRATIVO	52,50		52,50
000291	ALESSANDRO PIRES DOS SANTOS	034	AGENTE ADMINISTRATIVO	52,50		52,50
001199	PAMELA GIACOMET	034	AGENTE ADMINISTRATIVO	52,50		52,50
001626	BRUNA MARIA MALLON	034	AGENTE ADMINISTRATIVO	52,50		52,50
001165	VIVIANE PATRUNI SVIDERSKI	034	AGENTE ADMINISTRATIVO	52,50		52,50
001265	LUIZ FRANCISCO SLOBODA	034	AGENTE ADMINISTRATIVO	52,50		52,50
001390	TARCISO CASTILHO RIBEIRO	034	AGENTE ADMINISTRATIVO	52,50		52,50
001039	VIVIANE CRISTINA LOPES	034	AGENTE ADMINISTRATIVO	50,00		50,00
001468	MAYARA CRISTINE KUBOWSKI	034	AGENTE ADMINISTRATIVO	50,00		50,00
001063	DOUGLAS FERNANDO HUERGO	034	AGENTE ADMINISTRATIVO	50,00		50,00
001080	ELENIR BERBEKI	034	AGENTE ADMINISTRATIVO	50,00		50,00
000014	SUELLEN CRISTINE BACCI	034	AGENTE ADMINISTRATIVO	50,00		50,00
000541	MARLON RODRIGO VERGUTZ	034	AGENTE ADMINISTRATIVO	50,00		50,00
000700	ANELIZE LEMOS PERDONSIN	034	AGENTE ADMINISTRATIVO	50,00		50,00
000842	MARIA LURDES KRIK	034	AGENTE ADMINISTRATIVO	50,00		50,00
001737	LUCAS SOUZA	034	AGENTE ADMINISTRATIVO	50,00		50,00
001106	EDICLEIA GURALH	034	AGENTE ADMINISTRATIVO	50,00		50,00
001350	JAQUELINE DE LIMA DOS SANTOS	034	AGENTE ADMINISTRATIVO	50,00		50,00
000956	PRICIELLI LUISA BENDLIN HARTMANN	034	AGENTE ADMINISTRATIVO	50,00		50,00
001344	EVA ELIZABETH GRANATER MICALICHEN	034	AGENTE ADMINISTRATIVO	50,00		50,00
001164	CRISTIANE ADAM PEREIRA	034	AGENTE ADMINISTRATIVO	50,00		50,00
001345	RAFAEL MICALICHEN	034	AGENTE ADMINISTRATIVO	47,50		47,50
000278	ANA PAULA MEYER	034	AGENTE ADMINISTRATIVO	47,50		47,50
001734	MICHELLI DE LIMA KOTOSKI	034	AGENTE ADMINISTRATIVO	47,50		47,50
000382	LUIZ ANTONIO WOLF	034	AGENTE ADMINISTRATIVO	47,50		47,50
001160	KATIANE APARECIDA MACHADO	034	AGENTE ADMINISTRATIVO	47,50		47,50
000540	CRISTIANE BUENO DE OLIVEIRA	034	AGENTE ADMINISTRATIVO	45,00		45,00
000523	MARCOS ANTONIOA PEREIRA	034	AGENTE ADMINISTRATIVO	45,00		45,00
000156	ROSELEI SZNICER	034	AGENTE ADMINISTRATIVO	45,00		45,00
001677	GREICI JOCIELI KRETSKI	034	AGENTE ADMINISTRATIVO	45,00		45,00
001605	VANDERSON CUSTODIO PAES	034	AGENTE ADMINISTRATIVO	45,00		45,00
000373	TELMA FRANCIELE SANTANA DE LIMA	034	AGENTE ADMINISTRATIVO	42,50		42,50
000048	NAYARA ABRAO DEL CLARO	034	AGENTE ADMINISTRATIVO	42,50		42,50
000931	JOEL DERINGER	034	AGENTE ADMINISTRATIVO	42,50		42,50
000551	TIAGO COLITA	034	AGENTE ADMINISTRATIVO	42,50		42,50
000248	FRANCIELLE MENDES DE MORAES	034	AGENTE ADMINISTRATIVO	42,50		42,50
001620	EDSON DAVID FIGUEIRA	034	AGENTE ADMINISTRATIVO	42,50		42,50
000270	CLEITON MARCEL FAGUNDES	034	AGENTE ADMINISTRATIVO	42,50		42,50
001006	GISLAINE APARECIDA FERREIRA	034	AGENTE ADMINISTRATIVO	42,50		42,50

001436	MARLI TEIXEIRA	034	AGENTE ADMINISTRATIVO	40,00		40,00
000791	ANTONIO CASTILHO JUNIOR	034	AGENTE ADMINISTRATIVO	40,00		40,00
000991	ZULMIRA DA SILVA CORREIA	034	AGENTE ADMINISTRATIVO	40,00		40,00
001342	WAGNER ANDRE UBERNA	034	AGENTE ADMINISTRATIVO	40,00		40,00
000642	JULIANO BARCELLOS BALDO	034	AGENTE ADMINISTRATIVO	40,00		40,00
000420	MARCIA ALVES GOMES	034	AGENTE ADMINISTRATIVO	40,00		40,00
001705	CECILIA ROSANA FRERES GROSSKLAUS	034	AGENTE ADMINISTRATIVO	40,00		40,00
001473	EDILSON JOSE RUBBO	034	AGENTE ADMINISTRATIVO	37,50		37,50
000985	EDUARDO IZDEBISKI	034	AGENTE ADMINISTRATIVO	35,00		35,00
001257	TATIANA DA SILVA	034	AGENTE ADMINISTRATIVO	35,00		35,00
000892	ANDERSON LUIS WENNINGKAMP	034	AGENTE ADMINISTRATIVO	35,00		35,00
000855	FRANCEILLE MARIA FERREIRA MATOZO	034	AGENTE ADMINISTRATIVO	35,00		35,00
000437	CARLOS MICHALSKI	034	AGENTE ADMINISTRATIVO	32,50		32,50
000166	FLAVIA MARIANA SZYMKOVIK	034	AGENTE ADMINISTRATIVO	30,00		30,00
000662	ELTON MACIEL SCHNEIDER	035	OPERADOR DE MÁQUINAS PESADAS	82,00		82,00
001068	ALEX SCHORR	035	OPERADOR DE MÁQUINAS PESADAS	82,00		82,00
000549	LUIZ ANTONIO DE PAULA	035	OPERADOR DE MÁQUINAS PESADAS	72,00		72,00
000139	JOSE WILSON LEVANDOVSKI	035	OPERADOR DE MÁQUINAS PESADAS	72,00		72,00
000109	NELSON ZIMICHUT	035	OPERADOR DE MÁQUINAS PESADAS	70,00		70,00
000263	PEDRO LUIZ REGERT	035	OPERADOR DE MÁQUINAS PESADAS	70,00		70,00
001699	RONALD KUNZE	035	OPERADOR DE MÁQUINAS PESADAS	68,00		68,00
000097	NOEL KRUHLAK	035	OPERADOR DE MÁQUINAS PESADAS	66,00		66,00
001550	RODRIGO DE SOUZA	035	OPERADOR DE MÁQUINAS PESADAS	62,00		62,00
001299	FABIANO CARDOSO DOS SANTOS	035	OPERADOR DE MÁQUINAS PESADAS	56,00		56,00
000379	ANTONIO SALES DE SOUZA	035	OPERADOR DE MÁQUINAS PESADAS	44,00		44,00
000320	LUIZ CAMILO RODRIGUES	035	OPERADOR DE MÁQUINAS PESADAS	34,00		34,00
000244	ANILDO DOS SANTOS	035	OPERADOR DE MÁQUINAS PESADAS	12,00		12,00
000840	ICARO AUGUSTO SCHLEGER	036	OPER.DE MÁQ. PESADAS - DISTR. DE STA CRUZ DO TIMBÓ	88,00		88,00
000246	ERNANI OPAUTCHAK	036	OPER.DE MÁQ. PESADAS - DISTR. DE STA CRUZ DO TIMBÓ	64,00		64,00
000253	DICO MARINO	036	OPER.DE MÁQ. PESADAS - DISTR. DE STA CRUZ DO TIMBÓ	34,00		34,00
001186	PEDRO PEREIRA DA SILVA FILHO	037	OPER.DE MÁQ. PESADAS - DISTR. DE S MIGUEL DA SERRA	60,00		60,00
001714	ROBERTO LAURI PADILHA	038	CARPINTEIRO	70,00		70,00
001640	ANTONIO LEODAR TOMIELLO	038	CARPINTEIRO	42,00		42,00
001007	MARCOS AURELIO BEIMS	039	PEDREIRO	86,00		86,00
001105	MIGUEL MARTINS DA CUNHA	039	PEDREIRO	72,00		72,00
000303	JORGE LUIS GONCALVES	039	PEDREIRO	58,00		58,00
000162	IVO DE JESUS GUIMARAES PINTO	040	MECÂNICO DE VEÍCULOS PESADOS	52,00		52,00
000061	EDISON PAULINO DA COSTA	040	MECÂNICO DE VEÍCULOS PESADOS	50,00		50,00
000333	ANTONIO VANDERLEI DE MATOS	041	MOTORISTA DE VEÍCULOS PESADOS	80,00		80,00
001395	JOSE DOS SANTOS	041	MOTORISTA DE VEÍCULOS PESADOS	78,00		78,00
000963	RENATO KINAL	041	MOTORISTA DE VEÍCULOS PESADOS	78,00		78,00
001115	JULIO CESAR DE PAULA	041	MOTORISTA DE VEÍCULOS PESADOS	74,00		74,00
000493	EDSON DANIEL FRAITAY	041	MOTORISTA DE VEÍCULOS PESADOS	74,00		74,00
000881	CARLOS CESAR POGOGELSKI	041	MOTORISTA DE VEÍCULOS PESADOS	74,00		74,00
001028	JOEL DA ROCHA	041	MOTORISTA DE VEÍCULOS PESADOS	74,00		74,00
000298	ADILSON PAULO MACHADO	041	MOTORISTA DE VEÍCULOS PESADOS	72,00		72,00
000712	JOEL ROGELIO NAKALSKI	041	MOTORISTA DE VEÍCULOS PESADOS	72,00		72,00
000962	GILMAR ANTONIO DZIUBA	041	MOTORISTA DE VEÍCULOS PESADOS	72,00		72,00
001722	EDINEI GEOVANI ORTH	041	MOTORISTA DE VEÍCULOS PESADOS	72,00		72,00
000852	JOSIAS GUVIAZDECKI	041	MOTORISTA DE VEÍCULOS PESADOS	72,00		72,00
000684	JAISON CHAVES	041	MOTORISTA DE VEÍCULOS PESADOS	70,00		70,00
000045	PAULO SERGIO COLACO	041	MOTORISTA DE VEÍCULOS PESADOS	70,00		70,00
000998	DOUGLAS FELIPE FREDER	041	MOTORISTA DE VEÍCULOS PESADOS	68,00		68,00
001167	ROBERTO CARLOS DE CAMARGO	041	MOTORISTA DE VEÍCULOS PESADOS	68,00		68,00
000788	LUIZ ANTONIO EMIDIO	041	MOTORISTA DE VEÍCULOS PESADOS	68,00		68,00
000553	ALISON PEDRO MINSKI	041	MOTORISTA DE VEÍCULOS PESADOS	68,00		68,00

001465	CLEVERSON ADRIANO BAPTISTA PINTO	041	MOTORISTA DE VEÍCULOS PESADOS	66,00		66,00
001011	MARCOS ADRIANO PRZGURSKI	041	MOTORISTA DE VEÍCULOS PESADOS	66,00		66,00
000718	MARCELO MAURI KOTARSKI	041	MOTORISTA DE VEÍCULOS PESADOS	64,00		64,00
001221	CARLOS CESAR DOBLER	041	MOTORISTA DE VEÍCULOS PESADOS	64,00		64,00
001409	LEANDRO OLIVEIRA DA SILVA DE PAULA	041	MOTORISTA DE VEÍCULOS PESADOS	64,00		64,00
001603	PAULO VALMIR GLIXINSKI	041	MOTORISTA DE VEÍCULOS PESADOS	62,00		62,00
001331	ALOIR RODRIGUES CALISTO	041	MOTORISTA DE VEÍCULOS PESADOS	62,00		62,00
001287	ANDREI ALAN ALVES	041	MOTORISTA DE VEÍCULOS PESADOS	62,00		62,00
001246	MARCELO DIAS	041	MOTORISTA DE VEÍCULOS PESADOS	62,00		62,00
000856	ALEXANDRE ADILSON KONART	041	MOTORISTA DE VEÍCULOS PESADOS	60,00		60,00
001188	RODRIGO ALVES PEREIRA	041	MOTORISTA DE VEÍCULOS PESADOS	60,00		60,00
000572	DOUGLAS RAFEL VIANA	041	MOTORISTA DE VEÍCULOS PESADOS	58,00		58,00
000595	WILSON VICENTE PINTO GALM	041	MOTORISTA DE VEÍCULOS PESADOS	58,00		58,00
000571	EDGAR ANTONIO CHECHELAK	041	MOTORISTA DE VEÍCULOS PESADOS	56,00		56,00
001223	JOEFERSON ESTEVAM DOS SANTOS	041	MOTORISTA DE VEÍCULOS PESADOS	52,00		52,00
001339	MARCIO ANTONIO MEDEIROS DA ROSA	041	MOTORISTA DE VEÍCULOS PESADOS	50,00		50,00
000793	ANTONIO AIRTON RIBEIRO	041	MOTORISTA DE VEÍCULOS PESADOS	46,00		46,00
000154	JOAO BATISTA DE LIMA GODOY	041	MOTORISTA DE VEÍCULOS PESADOS	46,00		46,00
001020	ENEAS JOSE CAMARGO	041	MOTORISTA DE VEÍCULOS PESADOS	44,00		44,00
001492	JOSE EDGAR BODEKE	041	MOTORISTA DE VEÍCULOS PESADOS	42,00		42,00
001439	VALDEMIR PEREIRA DE OLIVEIRA	041	MOTORISTA DE VEÍCULOS PESADOS	38,00		38,00
000322	MILTON CHAVES	041	MOTORISTA DE VEÍCULOS PESADOS	36,00		36,00
000197	PAULO MARCELO DE BAIRROS	041	MOTORISTA DE VEÍCULOS PESADOS	28,00		28,00
001484	RENATO DOS SANTOS	042	MOTORISTA DE VEÍC. PESADOS-DISTR.STA CRUZ DO TIMBÓ	64,00		64,00
000141	VANDERLEI JUNG	042	MOTORISTA DE VEÍC. PESADOS-DISTR.STA CRUZ DO TIMBÓ	58,00		58,00
000265	JOSE TOBIAS STEIN	042	MOTORISTA DE VEÍC. PESADOS-DISTR.STA CRUZ DO TIMBÓ	54,00		54,00
000784	JOAO CARLOS DE CAIROS	042	MOTORISTA DE VEÍC. PESADOS-DISTR.STA CRUZ DO TIMBÓ	46,00		46,00
001119	JOSE OSMARI STACHERA	043	MOTORISTA DE VEÍC. PESADOS-DISTR.S MIGUEL DA SERRA	78,00		78,00
001162	ALCEMIR JOSE LEANDRO	043	MOTORISTA DE VEÍC. PESADOS-DISTR.S MIGUEL DA SERRA	60,00		60,00
000297	JOEL RODRIGUES RIBEIRO	043	MOTORISTA DE VEÍC. PESADOS-DISTR.S MIGUEL DA SERRA	28,00		28,00
000696	DANIELA PERES DA SILVA	044	AGENTE DE SERVIÇOS PÚBLICOS - NÍVEL I - FEMININO	100,00		100,00
001172	JANETE BARTOSKI	044	AGENTE DE SERVIÇOS PÚBLICOS - NÍVEL I - FEMININO	100,00		100,00
000810	VANDERLEIA MELNIK BORGES	044	AGENTE DE SERVIÇOS PÚBLICOS - NÍVEL I - FEMININO	96,00		96,00
000988	GISELE BUJAK	044	AGENTE DE SERVIÇOS PÚBLICOS - NÍVEL I - FEMININO	96,00		96,00
000659	MAIARA DE BAIRROS RODRIGUES DOS SANTOS	044	AGENTE DE SERVIÇOS PÚBLICOS - NÍVEL I - FEMININO	96,00		96,00
000726	SIRLENE DAS GRACAS FERREIRA	044	AGENTE DE SERVIÇOS PÚBLICOS - NÍVEL I - FEMININO	94,00		94,00
001748	CLAUDIA CORREA DA SILVA	044	AGENTE DE SERVIÇOS PÚBLICOS - NÍVEL I - FEMININO	94,00		94,00
000866	MARIA SILVANA BUENO	044	AGENTE DE SERVIÇOS PÚBLICOS - NÍVEL I - FEMININO	94,00		94,00
001107	ELISABETH CRISTINA FAGUNDES DOS PASSOS	044	AGENTE DE SERVIÇOS PÚBLICOS - NÍVEL I - FEMININO	94,00		94,00
001096	LILI CARDOSO FREISLEBEN	044	AGENTE DE SERVIÇOS PÚBLICOS - NÍVEL I - FEMININO	92,00		92,00
000524	DILCELIA DA APARECIDA DA SILVA	044	AGENTE DE SERVIÇOS PÚBLICOS - NÍVEL I - FEMININO	92,00		92,00
001099	MARIZE FATIMA DE SOUZA	044	AGENTE DE SERVIÇOS PÚBLICOS - NÍVEL I - FEMININO	90,00		90,00
000918	MARIA ROSANA WODONOS	044	AGENTE DE SERVIÇOS PÚBLICOS - NÍVEL I - FEMININO	90,00		90,00

001124	SANDRA FABIANA ALVES SANTOS	044	AGENTE DE SERVIÇOS PÚBLICOS - NÍVEL I - FEMININO	90,00		90,00
001478	IDEJANE DOS SANTOS LIMA	044	AGENTE DE SERVIÇOS PÚBLICOS - NÍVEL I - FEMININO	90,00		90,00
001592	ROSANA APARECIDA DE OLIVEIRA	044	AGENTE DE SERVIÇOS PÚBLICOS - NÍVEL I - FEMININO	90,00		90,00
001225	JENIFER DAIANE WACHILEWSKI	044	AGENTE DE SERVIÇOS PÚBLICOS - NÍVEL I - FEMININO	90,00		90,00
000201	NOELI EMA ZETTEL PORCIDES	044	AGENTE DE SERVIÇOS PÚBLICOS - NÍVEL I - FEMININO	88,00		88,00
001700	JUSSARA DOS SANTOS	044	AGENTE DE SERVIÇOS PÚBLICOS - NÍVEL I - FEMININO	88,00		88,00
000741	CRISTIANI MARINA CUNHA KIMURA	044	AGENTE DE SERVIÇOS PÚBLICOS - NÍVEL I - FEMININO	88,00		88,00
001398	ROSELIS DOMINGUES DA SILVA JOLY	044	AGENTE DE SERVIÇOS PÚBLICOS - NÍVEL I - FEMININO	88,00		88,00
000477	CARLA CRISTIANE DORNELIS TRINDADE	044	AGENTE DE SERVIÇOS PÚBLICOS - NÍVEL I - FEMININO	88,00		88,00
000448	ROSI DE FATIMA NASCIMENTO	044	AGENTE DE SERVIÇOS PÚBLICOS - NÍVEL I - FEMININO	88,00		88,00
001632	REGINA MARIA VANIN	044	AGENTE DE SERVIÇOS PÚBLICOS - NÍVEL I - FEMININO	88,00		88,00
000228	ROSANGELA BUENO DA SILVA	044	AGENTE DE SERVIÇOS PÚBLICOS - NÍVEL I - FEMININO	88,00		88,00
001040	MIRIAN APARECIDA CIOCZEK	044	AGENTE DE SERVIÇOS PÚBLICOS - NÍVEL I - FEMININO	88,00		88,00
000487	SOLANGE ZWIESKOWSKI DOS SANTOS	044	AGENTE DE SERVIÇOS PÚBLICOS - NÍVEL I - FEMININO	88,00		88,00
000955	IVANA APARECIDA GONCALVES DE CASTRO	044	AGENTE DE SERVIÇOS PÚBLICOS - NÍVEL I - FEMININO	88,00		88,00
000288	CASSIANA FROHLICH CANZONE SIKORSKI	044	AGENTE DE SERVIÇOS PÚBLICOS - NÍVEL I - FEMININO	88,00		88,00
001414	NEUSI INEZ MUDRYK FERETYSKI	044	AGENTE DE SERVIÇOS PÚBLICOS - NÍVEL I - FEMININO	88,00		88,00
000850	DENISE KOTOSKI BAUER BRAESCHER	044	AGENTE DE SERVIÇOS PÚBLICOS - NÍVEL I - FEMININO	88,00		88,00
000885	ADELAIDE APARECIDA FERREIRA SOARES	044	AGENTE DE SERVIÇOS PÚBLICOS - NÍVEL I - FEMININO	88,00		88,00
001423	DALIANE CRISTINA DE LIMA	044	AGENTE DE SERVIÇOS PÚBLICOS - NÍVEL I - FEMININO	88,00		88,00
001145	DAGMAR DE GODOI FABRICIO VIEIRA	044	AGENTE DE SERVIÇOS PÚBLICOS - NÍVEL I - FEMININO	86,00		86,00
001222	ROSELI RIBEIRO	044	AGENTE DE SERVIÇOS PÚBLICOS - NÍVEL I - FEMININO	86,00		86,00
001320	MARLENE APARECIDA FRANCA	044	AGENTE DE SERVIÇOS PÚBLICOS - NÍVEL I - FEMININO	86,00		86,00
000957	RAQUEL DO ROCIO MENDES DE CASTRO	044	AGENTE DE SERVIÇOS PÚBLICOS - NÍVEL I - FEMININO	86,00		86,00
000084	JANETE GAIEVICZ	044	AGENTE DE SERVIÇOS PÚBLICOS - NÍVEL I - FEMININO	86,00		86,00
000594	LILIAN KELI DE SOUZA VIEIRA	044	AGENTE DE SERVIÇOS PÚBLICOS - NÍVEL I - FEMININO	86,00		86,00
000491	MARIA WOHL MARCZAL	044	AGENTE DE SERVIÇOS PÚBLICOS - NÍVEL I - FEMININO	86,00		86,00
001116	PATRICIA SIMONE FREISLEBEM	044	AGENTE DE SERVIÇOS PÚBLICOS - NÍVEL I - FEMININO	86,00		86,00
000619	MARLI TEREZINHA MARTINS	044	AGENTE DE SERVIÇOS PÚBLICOS - NÍVEL I - FEMININO	84,00		84,00
001706	LORENI DE FATIMA ALVES	044	AGENTE DE SERVIÇOS PÚBLICOS - NÍVEL I - FEMININO	84,00		84,00
001742	TANIA REGINA SWIRSKI	044	AGENTE DE SERVIÇOS PÚBLICOS - NÍVEL I - FEMININO	84,00		84,00
000770	FABIANE CARLA GOMES	044	AGENTE DE SERVIÇOS PÚBLICOS - NÍVEL I - FEMININO	84,00		84,00
000115	MARISTELA SOUZA	044	AGENTE DE SERVIÇOS PÚBLICOS - NÍVEL I - FEMININO	84,00		84,00

000555	MARIA CLARA FRANCO DE LIMA	044	AGENTE DE SERVIÇOS PÚBLICOS - NÍVEL I - FEMININO	84,00		84,00
000830	DAIANE CRISTINA DE LIMA	044	AGENTE DE SERVIÇOS PÚBLICOS - NÍVEL I - FEMININO	84,00		84,00
001707	SOELI SOARES FERREIRA BODNAR	044	AGENTE DE SERVIÇOS PÚBLICOS - NÍVEL I - FEMININO	84,00		84,00
001196	REGINA JAK	044	AGENTE DE SERVIÇOS PÚBLICOS - NÍVEL I - FEMININO	84,00		84,00
000614	MARLI CARRER	044	AGENTE DE SERVIÇOS PÚBLICOS - NÍVEL I - FEMININO	82,00		82,00
001323	MARIZA DJANIRA PEREIRA	044	AGENTE DE SERVIÇOS PÚBLICOS - NÍVEL I - FEMININO	82,00		82,00
000661	SIRLEI JUNG SCHNEIDER	044	AGENTE DE SERVIÇOS PÚBLICOS - NÍVEL I - FEMININO	82,00		82,00
000750	NEREIDE PEREIRA	044	AGENTE DE SERVIÇOS PÚBLICOS - NÍVEL I - FEMININO	82,00		82,00
001182	GENOVEFA DOS SANTOS LIMA	044	AGENTE DE SERVIÇOS PÚBLICOS - NÍVEL I - FEMININO	82,00		82,00
001032	MICHELE DIAS	044	AGENTE DE SERVIÇOS PÚBLICOS - NÍVEL I - FEMININO	82,00		82,00
000772	TEREZINHA DE FATIMA DOMINGUES PAULOW	044	AGENTE DE SERVIÇOS PÚBLICOS - NÍVEL I - FEMININO	80,00		80,00
000526	ARIELI APARECIDA POLIKA DZIURKOWSKI	044	AGENTE DE SERVIÇOS PÚBLICOS - NÍVEL I - FEMININO	80,00		80,00
001535	FILOMENA OLEINIK KREBS	044	AGENTE DE SERVIÇOS PÚBLICOS - NÍVEL I - FEMININO	80,00		80,00
001649	JANETE NAKALISKI	044	AGENTE DE SERVIÇOS PÚBLICOS - NÍVEL I - FEMININO	80,00		80,00
000792	SILVANA CRISTINA NACONIECNI	044	AGENTE DE SERVIÇOS PÚBLICOS - NÍVEL I - FEMININO	80,00		80,00
000534	JOANA BASNIAK	044	AGENTE DE SERVIÇOS PÚBLICOS - NÍVEL I - FEMININO	80,00		80,00
001282	SOLANGE APARECIDA OLINQUEVICZ ALMEIDA	044	AGENTE DE SERVIÇOS PÚBLICOS - NÍVEL I - FEMININO	80,00		80,00
000602	NEUSA FERREIRA	044	AGENTE DE SERVIÇOS PÚBLICOS - NÍVEL I - FEMININO	80,00		80,00
001229	IONE GUIMARAES PINTO GUVIAZDECKI	044	AGENTE DE SERVIÇOS PÚBLICOS - NÍVEL I - FEMININO	80,00		80,00
000916	SILVANA VITORIO FERREIRA CHIARENTIN	044	AGENTE DE SERVIÇOS PÚBLICOS - NÍVEL I - FEMININO	80,00		80,00
001200	DAYANE VAZ	044	AGENTE DE SERVIÇOS PÚBLICOS - NÍVEL I - FEMININO	80,00		80,00
001723	TANIA LORENSINI	044	AGENTE DE SERVIÇOS PÚBLICOS - NÍVEL I - FEMININO	80,00		80,00
000535	ROSE AMANDA MUXFELDT	044	AGENTE DE SERVIÇOS PÚBLICOS - NÍVEL I - FEMININO	80,00		80,00
001286	SARA LEODORO	044	AGENTE DE SERVIÇOS PÚBLICOS - NÍVEL I - FEMININO	80,00		80,00
000723	SUZAN CRISTIANE DE CASTRO	044	AGENTE DE SERVIÇOS PÚBLICOS - NÍVEL I - FEMININO	80,00		80,00
001123	ROSELI DOS SANTOS	044	AGENTE DE SERVIÇOS PÚBLICOS - NÍVEL I - FEMININO	80,00		80,00
000458	MARLENE HENNING	044	AGENTE DE SERVIÇOS PÚBLICOS - NÍVEL I - FEMININO	80,00		80,00
000504	JOSEANE RODRIGUES	044	AGENTE DE SERVIÇOS PÚBLICOS - NÍVEL I - FEMININO	78,00		78,00
001694	POLIANA ROBERTA DE MIRANDA	044	AGENTE DE SERVIÇOS PÚBLICOS - NÍVEL I - FEMININO	78,00		78,00
001496	ROSANGELA KRANHOLDT	044	AGENTE DE SERVIÇOS PÚBLICOS - NÍVEL I - FEMININO	78,00		78,00
001696	VANESSA JOSIANE PACHECO	044	AGENTE DE SERVIÇOS PÚBLICOS - NÍVEL I - FEMININO	78,00		78,00
001738	MIRIAN TATIANE DE ASSUNCAO	044	AGENTE DE SERVIÇOS PÚBLICOS - NÍVEL I - FEMININO	78,00		78,00
000616	ANA CILA ESTIPE	044	AGENTE DE SERVIÇOS PÚBLICOS - NÍVEL I - FEMININO	78,00		78,00

000334	MARCIA ELIANE PAULEK SENN	044	AGENTE DE SERVIÇOS PÚBLICOS - NÍVEL I - FEMININO	78,00		78,00
001082	ADRIANA APARECIDA DE SOUZA	044	AGENTE DE SERVIÇOS PÚBLICOS - NÍVEL I - FEMININO	78,00		78,00
001542	JULIANA RODRIGUES DOS SANTOS	044	AGENTE DE SERVIÇOS PÚBLICOS - NÍVEL I - FEMININO	78,00		78,00
000872	AVANI TEREZINHA DE OLIVEIRA	044	AGENTE DE SERVIÇOS PÚBLICOS - NÍVEL I - FEMININO	78,00		78,00
001515	MARGARETE TEREZINHA LASCOSKI BARBOSA DE CAMPOS	044	AGENTE DE SERVIÇOS PÚBLICOS - NÍVEL I - FEMININO	78,00		78,00
001418	ROSA SMEK	044	AGENTE DE SERVIÇOS PÚBLICOS - NÍVEL I - FEMININO	78,00		78,00
001653	LENITA RUBIK	044	AGENTE DE SERVIÇOS PÚBLICOS - NÍVEL I - FEMININO	78,00		78,00
000163	MARCIA APARECIDA DOS SANTOS	044	AGENTE DE SERVIÇOS PÚBLICOS - NÍVEL I - FEMININO	78,00		78,00
000609	EDINA APARECIDA GONCALVES DE FREITAS KOECHKOFEL	044	AGENTE DE SERVIÇOS PÚBLICOS - NÍVEL I - FEMININO	78,00		78,00
001591	ELOINA FERNANDES DOS SANTOS MATOZO	044	AGENTE DE SERVIÇOS PÚBLICOS - NÍVEL I - FEMININO	78,00		78,00
000466	FABIANA TEREZINHA DE LARA ZANELLA	044	AGENTE DE SERVIÇOS PÚBLICOS - NÍVEL I - FEMININO	76,00		76,00
000799	ANA APARECIDA OLIVEIRA BUENO	044	AGENTE DE SERVIÇOS PÚBLICOS - NÍVEL I - FEMININO	76,00		76,00
000064	ANGELITA ADAM PEREIRA	044	AGENTE DE SERVIÇOS PÚBLICOS - NÍVEL I - FEMININO	76,00		76,00
000964	MARINA DE FATIMA NUNES DE LIMA	044	AGENTE DE SERVIÇOS PÚBLICOS - NÍVEL I - FEMININO	76,00		76,00
000615	ROSANGELA APARECIDA LITWINSKI	044	AGENTE DE SERVIÇOS PÚBLICOS - NÍVEL I - FEMININO	76,00		76,00
000882	LUANA PINTO	044	AGENTE DE SERVIÇOS PÚBLICOS - NÍVEL I - FEMININO	76,00		76,00
000670	VERA GRUNDMANN DEBACKER	044	AGENTE DE SERVIÇOS PÚBLICOS - NÍVEL I - FEMININO	76,00		76,00
001353	GILMARA DE FATIMA DE LIMA	044	AGENTE DE SERVIÇOS PÚBLICOS - NÍVEL I - FEMININO	76,00		76,00
000663	MARGARIDA FERREIRA	044	AGENTE DE SERVIÇOS PÚBLICOS - NÍVEL I - FEMININO	76,00		76,00
000338	MARILAIN PAULEK	044	AGENTE DE SERVIÇOS PÚBLICOS - NÍVEL I - FEMININO	76,00		76,00
000190	ELIANE TEREZINHA BUENO	044	AGENTE DE SERVIÇOS PÚBLICOS - NÍVEL I - FEMININO	76,00		76,00
001661	IZABEL DE FATIMA MARTINS	044	AGENTE DE SERVIÇOS PÚBLICOS - NÍVEL I - FEMININO	74,00		74,00
001293	IVANE BALBINA DE CASTILHO	044	AGENTE DE SERVIÇOS PÚBLICOS - NÍVEL I - FEMININO	74,00		74,00
000613	IARA JULIA DA SILVA	044	AGENTE DE SERVIÇOS PÚBLICOS - NÍVEL I - FEMININO	74,00		74,00
001504	SILVETE SIEVERS	044	AGENTE DE SERVIÇOS PÚBLICOS - NÍVEL I - FEMININO	74,00		74,00
001131	FRANCIELI APARECIDA BAIK	044	AGENTE DE SERVIÇOS PÚBLICOS - NÍVEL I - FEMININO	74,00		74,00
000806	ELIANE APARECIDA DOS SANTOS	044	AGENTE DE SERVIÇOS PÚBLICOS - NÍVEL I - FEMININO	72,00		72,00
001016	MARLENE DA CONCEICAO SILVA	044	AGENTE DE SERVIÇOS PÚBLICOS - NÍVEL I - FEMININO	72,00		72,00
001499	JENI APARECIDA SCHROH DOBLER	044	AGENTE DE SERVIÇOS PÚBLICOS - NÍVEL I - FEMININO	72,00		72,00
000369	IRANEIDE MARIA DOS SANTOS	044	AGENTE DE SERVIÇOS PÚBLICOS - NÍVEL I - FEMININO	72,00		72,00
001298	DALVA PEREIRA DUARTE	044	AGENTE DE SERVIÇOS PÚBLICOS - NÍVEL I - FEMININO	72,00		72,00
001617	DANIELE NEVES	044	AGENTE DE SERVIÇOS PÚBLICOS - NÍVEL I - FEMININO	72,00		72,00
001015	SIRLENE APARECIDA KNAPIK	044	AGENTE DE SERVIÇOS PÚBLICOS - NÍVEL I - FEMININO	72,00		72,00

001062	ALEXANDRA ANDREIA TREVISAN	044	AGENTE DE SERVIÇOS PÚBLICOS - NÍVEL I - FEMININO	70,00		70,00
000500	DEBORA APARECIDA FEYH	044	AGENTE DE SERVIÇOS PÚBLICOS - NÍVEL I - FEMININO	70,00		70,00
001301	MICHELE CRISTINA ANDRE DE MIRANDA	044	AGENTE DE SERVIÇOS PÚBLICOS - NÍVEL I - FEMININO	70,00		70,00
000082	NICE LOPES DE OLIVEIRA	044	AGENTE DE SERVIÇOS PÚBLICOS - NÍVEL I - FEMININO	68,00		68,00
001101	MARLI TEREZINHA NIZER BORUCH	044	AGENTE DE SERVIÇOS PÚBLICOS - NÍVEL I - FEMININO	68,00		68,00
000626	LUCIANA FERNANDES DE OLIVEIRA	044	AGENTE DE SERVIÇOS PÚBLICOS - NÍVEL I - FEMININO	68,00		68,00
000495	JACIRA DE LIMA	044	AGENTE DE SERVIÇOS PÚBLICOS - NÍVEL I - FEMININO	68,00		68,00
000753	JOANETE DE FATIMA DOS SANTOS WENNIN-GKAMP	044	AGENTE DE SERVIÇOS PÚBLICOS - NÍVEL I - FEMININO	68,00		68,00
000340	LUCIANE GORETI ULCHAK	044	AGENTE DE SERVIÇOS PÚBLICOS - NÍVEL I - FEMININO	68,00		68,00
000204	EDITE RUBIK	044	AGENTE DE SERVIÇOS PÚBLICOS - NÍVEL I - FEMININO	68,00		68,00
000305	ZILDA AQUINO	044	AGENTE DE SERVIÇOS PÚBLICOS - NÍVEL I - FEMININO	68,00		68,00
001731	ALINE ALVES DE MIRANDA	044	AGENTE DE SERVIÇOS PÚBLICOS - NÍVEL I - FEMININO	68,00		68,00
001476	RUTE SANTANA MARTINS DA CUNHA	044	AGENTE DE SERVIÇOS PÚBLICOS - NÍVEL I - FEMININO	66,00		66,00
001208	ADRIANE DOELLE	044	AGENTE DE SERVIÇOS PÚBLICOS - NÍVEL I - FEMININO	66,00		66,00
000505	JULIANA SIMONE MARTINS	044	AGENTE DE SERVIÇOS PÚBLICOS - NÍVEL I - FEMININO	66,00		66,00
000023	CELITA FERNANDES DOS SANTOS CORDEIRO	044	AGENTE DE SERVIÇOS PÚBLICOS - NÍVEL I - FEMININO	64,00		64,00
000359	JANAINA DE FATIMA ALVES DOS SANTOS	044	AGENTE DE SERVIÇOS PÚBLICOS - NÍVEL I - FEMININO	62,00		62,00
001288	CLEIDE APARECIDA DE PAULA	044	AGENTE DE SERVIÇOS PÚBLICOS - NÍVEL I - FEMININO	62,00		62,00
001695	BEATRIZ DE FATIMA MARQUES	044	AGENTE DE SERVIÇOS PÚBLICOS - NÍVEL I - FEMININO	60,00		60,00
001463	JOELMA BEATRIZ SCHNEIDER BORTOLUZZI	044	AGENTE DE SERVIÇOS PÚBLICOS - NÍVEL I - FEMININO	60,00		60,00
000624	MARLI ABEL	044	AGENTE DE SERVIÇOS PÚBLICOS - NÍVEL I - FEMININO	58,00		58,00
001217	VALSONIA PITZ AMARANTES	044	AGENTE DE SERVIÇOS PÚBLICOS - NÍVEL I - FEMININO	58,00		58,00
001017	VANDA DE FATIMA DE CARVALHO FOROSTESKY	044	AGENTE DE SERVIÇOS PÚBLICOS - NÍVEL I - FEMININO	56,00		56,00
001311	JULIANA CRISTINA DOS SANTOS	044	AGENTE DE SERVIÇOS PÚBLICOS - NÍVEL I - FEMININO	56,00		56,00
000800	JOSIANE DE SOUZA GOMES	044	AGENTE DE SERVIÇOS PÚBLICOS - NÍVEL I - FEMININO	56,00		56,00
001547	NEUZA CRISTNA KUSNIER	044	AGENTE DE SERVIÇOS PÚBLICOS - NÍVEL I - FEMININO	56,00		56,00
000445	NOELI APARECIDA PINTO DE LIMA	044	AGENTE DE SERVIÇOS PÚBLICOS - NÍVEL I - FEMININO	54,00		54,00
001275	ROSELI GREGORIO	044	AGENTE DE SERVIÇOS PÚBLICOS - NÍVEL I - FEMININO	54,00		54,00
000294	ELZA FERREIRA DAS CHAGAS	044	AGENTE DE SERVIÇOS PÚBLICOS - NÍVEL I - FEMININO	52,00		52,00
001177	HERMINDA MARIA SZNICER	044	AGENTE DE SERVIÇOS PÚBLICOS - NÍVEL I - FEMININO	48,00		48,00
000801	SIMONE DE LIMA GOMES MIRANDA	044	AGENTE DE SERVIÇOS PÚBLICOS - NÍVEL I - FEMININO	48,00		48,00
001594	LINDAMIR DOS SANTOS	044	AGENTE DE SERVIÇOS PÚBLICOS - NÍVEL I - FEMININO	44,00		44,00
000020	CLEMENTINA DILAY JARAS	044	AGENTE DE SERVIÇOS PÚBLICOS - NÍVEL I - FEMININO	38,00		38,00

000787	MARIA DUCILDA LOURENCO PERES	044	AGENTE DE SERVIÇOS PÚBLICOS - NÍVEL I - FEMININO	34,00		34,00
001093	ROSEMERI DE SOUZA	044	AGENTE DE SERVIÇOS PÚBLICOS - NÍVEL I - FEMININO	28,00		28,00
001120	IVETE APARECIDA LOPES	044	AGENTE DE SERVIÇOS PÚBLICOS - NÍVEL I - FEMININO	26,00		26,00
000285	ZENILDA PEREIRA DA COSTA	044	AGENTE DE SERVIÇOS PÚBLICOS - NÍVEL I - FEMININO	20,00		20,00
000848	JUSSARA APARECIDA DE ALMEIDA	044	AGENTE DE SERVIÇOS PÚBLICOS - NÍVEL I - FEMININO	0,00		0,00
000492	JOSE ADILSON DOS SANTOS	045	AGENTE DE SERVIÇOS PÚBLICOS - NÍVEL II - MASCULINO	98,00		98,00
000798	THIAGO RODRIGO ALVES	045	AGENTE DE SERVIÇOS PÚBLICOS - NÍVEL II - MASCULINO	94,00		94,00
001571	AUGUSTO NOGUEIRA DE LIMA	045	AGENTE DE SERVIÇOS PÚBLICOS - NÍVEL II - MASCULINO	92,00		92,00
001097	JEOVANEI RIBEIRO ALVES	045	AGENTE DE SERVIÇOS PÚBLICOS - NÍVEL II - MASCULINO	92,00		92,00
000825	ALCYR AUGUSTO SCHERER	045	AGENTE DE SERVIÇOS PÚBLICOS - NÍVEL II - MASCULINO	92,00		92,00
001138	EDSON CARLOS ALVES DA SILVA	045	AGENTE DE SERVIÇOS PÚBLICOS - NÍVEL II - MASCULINO	90,00		90,00
001313	JULIANO DILKIN	045	AGENTE DE SERVIÇOS PÚBLICOS - NÍVEL II - MASCULINO	90,00		90,00
001334	RAFAEL FIDELIS	045	AGENTE DE SERVIÇOS PÚBLICOS - NÍVEL II - MASCULINO	88,00		88,00
000983	OSNY THEODORO	045	AGENTE DE SERVIÇOS PÚBLICOS - NÍVEL II - MASCULINO	88,00		88,00
000402	EDERSON JOSE RUBLOSKI	045	AGENTE DE SERVIÇOS PÚBLICOS - NÍVEL II - MASCULINO	88,00		88,00
000318	GILSON BUENO DA SILVA	045	AGENTE DE SERVIÇOS PÚBLICOS - NÍVEL II - MASCULINO	88,00		88,00
001494	ADEMIR DOS SANTOS	045	AGENTE DE SERVIÇOS PÚBLICOS - NÍVEL II - MASCULINO	86,00		86,00
001704	CARLOS CRISTIANO GOMES	045	AGENTE DE SERVIÇOS PÚBLICOS - NÍVEL II - MASCULINO	86,00		86,00
000765	FLAVIO EDUARDO DOLINSKI	045	AGENTE DE SERVIÇOS PÚBLICOS - NÍVEL II - MASCULINO	86,00		86,00
001689	LUIZ ANTONIO HUPALO	045	AGENTE DE SERVIÇOS PÚBLICOS - NÍVEL II - MASCULINO	86,00		86,00
000834	BRUNO CESAR PEREIRA	045	AGENTE DE SERVIÇOS PÚBLICOS - NÍVEL II - MASCULINO	86,00		86,00
000545	MARCIO BURAK	045	AGENTE DE SERVIÇOS PÚBLICOS - NÍVEL II - MASCULINO	86,00		86,00
001590	ANDRE FELIPE JUNGLES	045	AGENTE DE SERVIÇOS PÚBLICOS - NÍVEL II - MASCULINO	86,00		86,00
001641	VALDECIR GLIXINSKI	045	AGENTE DE SERVIÇOS PÚBLICOS - NÍVEL II - MASCULINO	84,00		84,00
001079	GABRIEL NEVES	045	AGENTE DE SERVIÇOS PÚBLICOS - NÍVEL II - MASCULINO	84,00		84,00
001012	WELLINGTON SERGIO CHAVES	045	AGENTE DE SERVIÇOS PÚBLICOS - NÍVEL II - MASCULINO	84,00		84,00
000394	JULIO CESAR DA SILVA	045	AGENTE DE SERVIÇOS PÚBLICOS - NÍVEL II - MASCULINO	82,00		82,00
000502	SEBASTIAO BATISTA GONCALVES E CASTRO	045	AGENTE DE SERVIÇOS PÚBLICOS - NÍVEL II - MASCULINO	82,00		82,00
001670	WILTON JOSE MICHELS	045	AGENTE DE SERVIÇOS PÚBLICOS - NÍVEL II - MASCULINO	82,00		82,00
001042	VALDINEI WENNINGKAMP	045	AGENTE DE SERVIÇOS PÚBLICOS - NÍVEL II - MASCULINO	80,00		80,00
001459	ALCIR RAMOS	045	AGENTE DE SERVIÇOS PÚBLICOS - NÍVEL II - MASCULINO	80,00		80,00
001336	VALMIR PEREIRA DE OLIVEIRA	045	AGENTE DE SERVIÇOS PÚBLICOS - NÍVEL II - MASCULINO	80,00		80,00
001137	PEDRO LEMES DA SILVA JUNIOR	045	AGENTE DE SERVIÇOS PÚBLICOS - NÍVEL II - MASCULINO	78,00		78,00

001664	LEANDRO MARTINS	045	AGENTE DE SERVIÇOS PÚBLICOS - NÍVEL II - MASCULINO	78,00		78,00
001132	DANIEL DA MOTA	045	AGENTE DE SERVIÇOS PÚBLICOS - NÍVEL II - MASCULINO	78,00		78,00
000247	ELTON DIEGO DE FRANCA CARDOSO	045	AGENTE DE SERVIÇOS PÚBLICOS - NÍVEL II - MASCULINO	78,00		78,00
000468	DANIEL PRITZSCHE	045	AGENTE DE SERVIÇOS PÚBLICOS - NÍVEL II - MASCULINO	76,00		76,00
001003	LUIZ ANTONIO DE OLIVEIRA PEREIRA DA SILVA	045	AGENTE DE SERVIÇOS PÚBLICOS - NÍVEL II - MASCULINO	76,00		76,00
000789	JEANCARLO SAVI MORAES	045	AGENTE DE SERVIÇOS PÚBLICOS - NÍVEL II - MASCULINO	76,00		76,00
000264	MAURICIO SOKOLEKI	045	AGENTE DE SERVIÇOS PÚBLICOS - NÍVEL II - MASCULINO	72,00		72,00
001047	MARCIO ZAVASKY	045	AGENTE DE SERVIÇOS PÚBLICOS - NÍVEL II - MASCULINO	70,00		70,00
001618	FABIO CESAR SCHMIDT	045	AGENTE DE SERVIÇOS PÚBLICOS - NÍVEL II - MASCULINO	70,00		70,00
000295	NATALICIO RODRIGUES DAS CHAGAS	045	AGENTE DE SERVIÇOS PÚBLICOS - NÍVEL II - MASCULINO	68,00		68,00
001005	JOAO ANTONIO DA SILVA	045	AGENTE DE SERVIÇOS PÚBLICOS - NÍVEL II - MASCULINO	66,00		66,00
000511	CARLOS EDUARDO HERZOG	045	AGENTE DE SERVIÇOS PÚBLICOS - NÍVEL II - MASCULINO	64,00		64,00
000149	ALESSANDRO FERREIRA	045	AGENTE DE SERVIÇOS PÚBLICOS - NÍVEL II - MASCULINO	64,00		64,00
000126	REINALDO DA CUNHA	045	AGENTE DE SERVIÇOS PÚBLICOS - NÍVEL II - MASCULINO	64,00		64,00
001166	EDSON LUIZ BUSSI	045	AGENTE DE SERVIÇOS PÚBLICOS - NÍVEL II - MASCULINO	64,00		64,00
001665	THIAGO ANTONIO MATOZO	045	AGENTE DE SERVIÇOS PÚBLICOS - NÍVEL II - MASCULINO	62,00		62,00
000940	NELSON SOARES	045	AGENTE DE SERVIÇOS PÚBLICOS - NÍVEL II - MASCULINO	62,00		62,00
001619	DIEGO PIMENTEL DE BAIRROS	045	AGENTE DE SERVIÇOS PÚBLICOS - NÍVEL II - MASCULINO	56,00		56,00
000085	GILMAR ROCHA	045	AGENTE DE SERVIÇOS PÚBLICOS - NÍVEL II - MASCULINO	56,00		56,00
000711	CESAR LUIZ STREMLow	046	AG.SERV.PÚBLICOS-NÍVEL II-MASC-DIST.STA C.DO TIMBÓ	88,00		88,00
000939	LAURO ROBERTO STREMLow	046	AG.SERV.PÚBLICOS-NÍVEL II-MASC-DIST.STA C.DO TIMBÓ	86,00		86,00
000539	MAURICIO IVAZ	046	AG.SERV.PÚBLICOS-NÍVEL II-MASC-DIST.STA C.DO TIMBÓ	78,00		78,00
000214	ADILSON JOSE MARINO	046	AG.SERV.PÚBLICOS-NÍVEL II-MASC-DIST.STA C.DO TIMBÓ	68,00		68,00
000612	ROBERTO HANSCH	046	AG.SERV.PÚBLICOS-NÍVEL II-MASC-DIST.STA C.DO TIMBÓ	46,00		46,00
001564	HELDER VINICIUS RIBEIRO	048	MÉDICO DO PSF	86,00		86,00
001031	VINICIUS MARQUES KINGERSKI	048	MÉDICO DO PSF	86,00		86,00
001560	NEYLTON LUCAS DE MELO	048	MÉDICO DO PSF	83,00		83,00
000009	ALEXANDRE MAIA RODRIGUES	048	MÉDICO DO PSF	81,00		81,00
000754	IRONDI BITTENCOURT MARTINS	048	MÉDICO DO PSF	65,00		65,00

Faz saber que o período disponibilizado para recursos será de 02(dois) dias úteis contados da data da publicação do ato que deu origem, ou seja, a data da publicação do ato e o dia seguinte.

Para que não se alegue ignorância, faz baixar o presente Edital que será publicado na Imprensa Oficial do Município e afixado no local de costume.

05/11/2010
RENATO STASIAK
Prefeito Municipal de Porto União

Rio do Sul

PREFEITURA MUNICIPAL

Republicação da Lei Complementar nº 207/2010

SUMÁRIO

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR

TÍTULO I	
DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES	Art. 1º ao Art. 3º
TÍTULO II	
DO PROVIMENTO, DO ESTAGIO PROBATÓRIO, VACÂNCIA, REMOÇÃO, REDISTRIBUIÇÃO E SUBSTITUIÇÃO	
CAPÍTULO I - DO PROVIMENTO	
SEÇÃO I - Disposições Gerais	Art. 4º ao Art. 6º
SEÇÃO II - Do Concurso	Art. 7º ao Art. 12
SEÇÃO III - Da Nomeação, da Posse e do Exercício	Art. 13 ao Art. 17
SEÇÃO IV - Da Lotação	Art. 18
SEÇÃO V - Do Estágio Probatório	
SUBSEÇÃO I - Do Estágio Probatório e da Finalidade	Art. 19
SUBSEÇÃO II - Do Instrumento e dos Prazos da Avaliação de Desempenho para Servidores em Estágio Probatório	Art. 20 ao Art. 21
SUBSEÇÃO III - Da Comissão de Avaliação de Desempenho em Estágio Probatório e das Competências	Art. 22
SUBSEÇÃO IV - Do Comitê Técnico e da Competência	Art. 23 ao Art. 25
SEÇÃO VI - Da Estabilidade	Art. 26 ao Art. 27
SEÇÃO VII - Da Reintegração	Art. 28
SEÇÃO VIII - Da Recondução	Art. 29
SEÇÃO IX - Da Reversão	Art. 30
SEÇÃO X - Da Reabilitação Ocupacional	Art. 31 ao Art. 32
SUBSEÇÃO I - Da Readequação	Art. 33
SUBSEÇÃO II - Da Readaptação	Art. 34 ao Art. 37
CAPÍTULO II - DA VACÂNCIA	
SEÇÃO I - Das Formas de Vacância	Art. 38
SEÇÃO II - Da Exoneração	Art. 39
SEÇÃO III - Da Demissão	Art. 40
CAPÍTULO III - DA REMOÇÃO E DA REDISTRIBUIÇÃO	
SEÇÃO I - Da Remoção	Art. 41
SEÇÃO II - Da Redistribuição	Art. 42
CAPÍTULO IV - DA DISPONIBILIDADE, DO APROVEITAMENTO E DA SUBSTITUIÇÃO	
SEÇÃO I - Da Disponibilidade	Art. 43 ao Art. 44
SEÇÃO II - Do Aproveitamento	Art. 45
SEÇÃO III - Da Substituição	Art. 46 ao Art. 47
TÍTULO III - DA DURAÇÃO DO TRABALHO	
CAPÍTULO I - DA JORNADA DE TRABALHO	Art. 48

SEÇÃO I - Do Regime de sobreaviso	Art. 49
CAPÍTULO II - DO CONTROLE DA JORNADA DE TRABALHO E DO QUADRO DE HORÁRIOS	
SEÇÃO I - Do Controle da Jornada	Art. 50 ao Art. 52
SEÇÃO II - Do Quadro de Horários	Art. 53
TÍTULO IV - DOS DIREITOS E VANTAGENS	
CAPÍTULO I - DO VENCIMENTO E DA REMUNERAÇÃO .. Art. 54 ao Art. 64	
CAPÍTULO II - DAS VANTAGENS	Art. 65
SEÇÃO I - Das Indenizações	Art. 66
SUBSEÇÃO I - Das Diárias e das Indenizações	Art. 67 ao Art. 70
SUBSEÇÃO II - Da Indenização de Transporte	Art. 71
SEÇÃO II - Dos Auxílios Pecuniários	Art. 72
SUBSEÇÃO I - Do Auxílio Escolar	Art. 73 ao Art. 83
SUBSEÇÃO II - Do Auxílio Alimentação	Art. 84 ao Art. 90
SUBSEÇÃO III - Do Auxílio Vale Transporte	Art. 91 ao Art. 95
SEÇÃO III - Das Gratificações	Art. 96
SUBSEÇÃO I - Da Gratificação Natalina	Art. 97
SUBSEÇÃO II - Da Gratificação pelo Exercício de Cargo em Comissão	Art. 98
SUBSEÇÃO III - Da Gratificação de Instrução de Programas de Capacitação e Aperfeiçoamento Profissional	Art. 99
SUBSEÇÃO IV - Da Gratificação para Comitê de Avaliação de Desempenho para Servidor em Estágio Probatório	Art. 100
SUBSEÇÃO V - Da Gratificação para Comissão Permanente de Sindicância	Art. 101
SUBSEÇÃO VI - Da Gratificação para Comissão de Processo Administrativo Disciplinar	Art. 102
SUBSEÇÃO VII - Da Gratificação para Atividade de Pregoeiro	Art. 103
SUBSEÇÃO VIII - Da Gratificação para Comissão Permanente de Licitação	Art. 104
SUBSEÇÃO IX - Da Gratificação para Oficial de Justiça Ad-Hoc	Art. 105
SUBSEÇÃO X - Da Gratificação para Membro do Conselho Municipal de Contribuintes	Art. 106
SUBSEÇÃO XI - Da Gratificação de Produtividade dos Fiscais	Art. 107
SEÇÃO IV - Dos Adicionais	Art. 108
SUBSEÇÃO I - Do Adicional por Tempo de Serviço	Art. 109
SUBSEÇÃO II - Do Adicional de Férias	Art. 110
SUBSEÇÃO III - Do Adicional pelo Exercício de Atividade em Condições Insalubres ou Perigosas	Art. 111 ao Art. 118
SUBSEÇÃO IV - Do Seguro de Vida	Art. 119 ao Art. 121
SUBSEÇÃO V - Do Adicional pela Prestação de Serviço Extraordinário	Art. 122 ao Art. 124
SUBSEÇÃO VI - Do Adicional pelo Trabalho Noturno	Art. 125
CAPÍTULO III - DO PRÊMIO ESPECIAL	Art. 126
CAPÍTULO IV - DAS FÉRIAS	Art. 127 ao Art. 131
CAPÍTULO V - DAS LICENÇAS	Art. 132
SEÇÃO I - Da Licença para o Serviço Militar	Art. 133
SEÇÃO II - Da Licença para Atividade Política	Art. 134
SEÇÃO III - Da Licença para Desempenho de Mandato Eletivo	Art. 135

SEÇÃO IV - Da Licença para Desempenho de Mandato Classista - Art. 136	
SEÇÃO V - Da Licença para Tratar de Assuntos Particulares	Art. 137 ao Art. 138
SEÇÃO VI - Da Licença Prêmio	Art. 139 ao Art. 143
SEÇÃO VII - Da Licença para Acompanhar o Cônjuge ou Companheiro (a)	Art. 144 ao Art. 145
SEÇÃO VIII - Da Licença por Motivo de Doença em Pessoa da Família	Art.146 ao Art. 147
CAPÍTULO VI - DA CESSÃO	Art. 148 ao Art. 149
CAPÍTULO VII - DAS CONCESSÕES	
SEÇÃO I - Das Disposições Gerais	Art. 150
SEÇÃO II - Das Concessões para Estudo	Art. 151 ao Art. 153
CAPÍTULO VIII - DO TEMPO DE SERVIÇO	Art. 154 ao Art. 155
CAPÍTULO IX - DO DIREITO DE PETIÇÃO	Art. 156
TÍTULO V - DO REGIME DISCIPLINAR	
CAPÍTULO I - DOS DEVERES	Art. 157
CAPÍTULO II - DAS PROIBIÇÕES	Art. 158
CAPÍTULO III - DA ACUMULAÇÃO	Art. 159 a Art. 160
CAPÍTULO IV - DAS RESPONSABILIDADES	Art. 161 ao Art. 167
CAPÍTULO V - DAS PENALIDADES	Art. 168 ao Art. 170
SEÇÃO I - Da Advertência	Art. 171
SEÇÃO II - Da Suspensão	Art. 172
SEÇÃO III - Da Demissão e da Destituição	Art. 173 ao Art. 177
CAPÍTULO VI - DA PRESCRIÇÃO DA AÇÃO DISCIPLINAR	Art. 178 ao Art.179
TÍTULO VI - DA APURAÇÃO DE RESPONSABILIDADE	
CAPÍTULO I - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS	Art.180
CAPÍTULO II - DAS COMISSÕES DE PROCESSO ADMINISTRATIVO DE SINDICÂNCIA E DISCIPLINAR	
SEÇÃO I - Da Comissão Permanente de Sindicância	Art. 181 ao Art. 183
SEÇÃO II - Da Comissão de Processo Administrativo Disciplinar	Art. 184 ao Art. 186
CAPÍTULO III - DA SINDICÂNCIA	Art.187 ao Art. 188
CAPÍTULO IV - DO AFASTAMENTO PREVENTIVO	Art. 189 a Art. 190
CAPÍTULO V - DO PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR	Art. 191 ao Art. 195
SEÇÃO I - Da Citação	Art. 196 ao Art. 199
SEÇÃO II - Da Instrução	Art. 200 ao Art. 216
SEÇÃO III - Da Defesa	Art. 217 ao Art. 218
SEÇÃO IV - Do Relatório	Art. 219
SEÇÃO V - Do Julgamento	Art. 222 ao Art. 227

SEÇÃO VI - Da Revisão do Processo	Art. 228 ao Art. 236
TÍTULO VII - DA SEGURIDADE SOCIAL	
CAPÍTULO I - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS	Art. 237 ao Art. 239
CAPÍTULO II - DOS BENEFÍCIOS	
SEÇÃO I - Da Aposentadoria	Art. 240
SEÇÃO II - Do Auxílio Natalidade	Art. 241
SEÇÃO III - Do Salário Família	Art. 242 ao Art. 243
SEÇÃO IV - Da Licença para Tratamento de Saúde	Art. 244 ao Art. 249
SEÇÃO V - Da Licença à Gestante, Adotante e Paternidade	Art. 250 ao Art. 253
SEÇÃO VI - Da Licença Especial à Gestante	Art. 254 ao Art. 255
SEÇÃO VII - Da Licença por Acidente de Serviço	Art. 256 ao Art. 259
SEÇÃO VIII - Da Pensão	Art. 260
SEÇÃO IX - Do Auxílio Reclusão	Art. 261
SEÇÃO X - Do Auxílio Funeral	Art. 262
CAPÍTULO III - DA ASSISTÊNCIA À SAÚDE	Art. 263
TÍTULO VIII - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS, TRANSITÓRIAS E FINAIS	Art. 264 ao Art. 275

LEI COMPLEMENTAR Nº 207, de 28 de setembro de 2010.
 “DISPÕE SOBRE O ESTATUTO DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS DE RIO DO SUL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.”

O Prefeito Municipal DE RIO DO SUL:

Faço saber a todos os habitantes deste município, que a Câmara de Vereadores decretou e eu sanciono a seguinte LEI:

TÍTULO I DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º - A presente Lei institui o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Rio do Sul, dos Poderes Executivo e Legislativo, da Administração Direta e Indireta.

§ 1º - O Regime Jurídico do Município de Rio do Sul é o Estatutário.

§ 2º - Poderá ser adotado o regime da CLT para funções definidas, mediante Lei Específica, observada a legislação federal.

Art. 2º - Para efeito desta lei designa-se:

I - Servidor Público: é a pessoa legalmente investida em cargo público;

II - Cargo Público: é o conjunto de atribuições e responsabilidades cometidas a um servidor, criado por lei, em número certo, com denominação própria e pago pelos cofres públicos para provimento em caráter efetivo ou em comissão;

III - Quadro de Pessoal: conjunto de cargos de provimento efetivo e cargos em comissão;

IV - Cargo de Provimento Efetivo: conjunto de atribuições, deveres e responsabilidades com denominação própria de acordo com a área de atuação e formação profissional;

V - Cargo em Comissão: aquele declarado em lei de livre nomeação e exoneração, destinando-se apenas às atribuições de direção, chefia e assessoramento;

VI - Carreira: perspectiva de crescimento profissional;
VII - Grupo Ocupacional: conjunto de cargos reunidos com afinidades entre si quanto à natureza do trabalho ou ao grau de complexidade e responsabilidade;

Art. 3º - É vedada a prestação de serviços gratuitos, salvo os casos previstos em Lei.

TÍTULO II DO PROVIMENTO, DO ESTAGIO PROBATÓRIO, VACÂNCIA, REMOÇÃO, REDISTRIBUIÇÃO E SUBSTITUIÇÃO

CAPÍTULO I DO PROVIMENTO

SEÇÃO I Disposições Gerais

Art. 4º - São requisitos para o ingresso nos quadros de pessoal:

I - a nacionalidade Brasileira, ou estrangeira, na forma da Lei;
II - o gozo dos direitos políticos;
III - quitação com as obrigações militares e eleitorais;
IV - o nível de escolaridade exigido para o exercício do cargo;
V - a idade mínima de 18 (dezoito) anos;
VI - aptidão física e mental, adequada ao exercício do cargo;
VII - a aprovação em concurso público, quando se tratar de nomeação para cargo efetivo;
VIII - declaração que a posse do cargo não implica em acumulação proibida de cargo, emprego ou função pública;
IX - apresentação de exames médicos solicitados no respectivo edital.

Parágrafo único - Lei específica pode estabelecer outros requisitos para o ingresso de pessoal no quadro permanente dos Poderes Executivo e Legislativo, em face da natureza das atribuições do cargo.

Art. 5º - O provimento dos cargos públicos far-se-á por ato da autoridade competente de cada Poder.

Art. 6º - São formas de provimento de cargo público:

I - a nomeação;
II - o aproveitamento;
III - a reintegração;
IV - a recondução;
V - a reversão;
VI - a readaptação.

Parágrafo único - a investidura do servidor em cargo em comissão far-se-á mediante designação pela autoridade competente.

SEÇÃO II Do Concurso

Art. 7º - Concurso público é o processo de seleção aberto ao público em geral, atendidos os requisitos de inscrição estabelecidos na lei e no edital respectivo:

§ 1º - O concurso público será de provas teóricas, provas práticas, provas físicas e/ou títulos.

§ 2º - O concurso público poderá incluir programa de treinamento como etapa integrante do processo seletivo.

§ 3º - Não se abrirá novo concurso público enquanto houver candidato aprovado em concurso anterior com prazo de validade não expirado.

Art. 8º - O concurso público terá validade de até 02 (anos), fixado

no edital, podendo ser prorrogado uma única vez por igual período.

Parágrafo único. Se o edital for omissivo, o prazo de validade será de 02 (dois) anos, vedada a sua prorrogação.

Art. 9º - O concurso público credencia o aprovado à nomeação durante o prazo de sua validade ou eventual prorrogação, obedecida à ordem de classificação, computadas as vagas existentes na data do edital, as que decorrerem de vacância do cargo e as que vierem a ser criadas.

Art. 10 - O edital de concurso público, do qual se dará ampla divulgação, conterá os seguintes requisitos mínimos:

I - prazo para inscrição não inferior a 15 (quinze) dias, contados de sua publicação oficial;
II - requisitos para a inscrição e condições para o provimento do cargo;
III - tipo e conteúdo das provas e, se for o caso, a categoria dos títulos;
IV - forma de julgamento das provas e, se for o caso, dos títulos;
V - critérios de aprovação e classificação;
VI - valor da taxa de inscrição, quando indispensável ao seu custeio;
VII - número de vagas, cadastro reserva de vagas e a denominação dos cargos;
VIII - percentual de vagas para deficiente físico (art. 37 VIII CF);
IX - o prazo para recurso, em todas as fases do certame;
X - valor dos vencimentos.

§ 1º - As alterações no edital implicam na reabertura do prazo de inscrição.

§ 2º - O prazo para inscrição no concurso, se ainda não encerrado, pode ser prorrogado uma vez por igual período.

§ 3º - O edital do concurso e o respectivo regulamento serão homologados pela autoridade do órgão que o promover.

§ 4º - Às pessoas portadoras de deficiência é assegurado o direito de se inscreverem em concurso público para provimento de Cargo, cujas atribuições sejam compatíveis com a deficiência de que são portadoras, para os quais serão reservadas até 20% (vinte por cento) das vagas de cada cargo oferecidas no concurso.

Art. 11 - Para coordenar todas as etapas do concurso público, inclusive realizar o julgamento de quaisquer recursos, a autoridade competente designará Comissão Especial composta de:

I - Presidente: representado pela autoridade competente, ou por quem este designar;
II - 01 (um) servidor representante do Sindicato dos Servidores Públicos do Município de Rio do Sul;
III - 03 (três) servidores efetivos estáveis.

Parágrafo único. A critério da autoridade competente o concurso público poderá ser organizado, executado e julgado por empresa especializada na área.

Art. 12 - O concurso será homologado pela autoridade competente do órgão que o promover e publicado o seu resultado.

SEÇÃO III Da Nomeação, da Posse e do Exercício

Art. 13 - Nomeação é o ato através do qual a autoridade confere a alguém determinado cargo efetivo de nível inicial de carreira ou cargo em comissão, satisfeitas as exigências legais.

Art. 14 - Posse é a aceitação expressa do cargo identificado no ato de nomeação ao cargo efetivo de nível inicial de carreira, formalizada com a assinatura do termo pela autoridade competente e pelo empossado.

§ 1º - O prazo para a posse é de 30 (trinta) dias, contados:

I - da data de publicação do ato de nomeação;
II - do término da licença ou afastamento, tratando-se de servidor municipal sujeito ao regime jurídico único, licenciado ou legalmente afastado.

§ 2º - Se a posse não ocorrer no prazo legal, o ato de nomeação será tornado sem efeito e, sendo o caso, nomeado imediatamente o próximo classificado no concurso.

§ 3º - A requerimento do servidor, o prazo para a posse poderá, a critério da Administração, ser prorrogado por mais 15 (quinze) dias.

Art. 15 - Posse em cargo efetivo depende da apresentação dos seguintes documentos:

I - prova de aptidão física e mental para o exercício do cargo, constante de atestado médico oficial.
II - declaração de bens que constituem seu patrimônio.
III - declaração que a posse do cargo não implica em acumulação proibida de cargo, emprego ou função pública.
IV - comprovação da habilitação correspondente ao cargo em que irá ocupar previsto no edital de concurso público.
V - outros documentos necessários, exigidos pelo Departamento de Recursos Humanos, ao ingresso no serviço público municipal.

§ 1º - São competentes para dar posse:

a) o Prefeito Municipal aos servidores do Poder Executivo;
b) o Presidente da Câmara aos servidores do Poder Legislativo;
c) o Superintendente aos servidores das Fundações Públicas instituídas e mantidas pelo Município;
d) o Diretor Presidente das autarquias.

§ 2º - A nomeação em cargo público deverá atender os incisos II, III, IV e V deste artigo.

Art. 16 - Exercício é o efetivo desempenho das atribuições do cargo.

§ 1º - O início, a interrupção e o reinício do exercício serão registrados nos assentamentos funcionais do servidor.

§ 2º - É de 15 (quinze) dias o prazo para o servidor empossado em cargo público entrar em exercício, contados da data da posse.

§ 3º - O servidor será exonerado do cargo se não entrar em exercício no prazo previsto do parágrafo anterior.

Art. 17 - Para ingresso no quadro de pessoal, para cargo de provimento efetivo ou em comissão, faz-se necessário a realização de exame médico admissional.

Parágrafo único. Nos casos de exoneração, dispensa ou demissão do servidor público municipal, será obrigatoriamente submetido a exame demissional, antes de seu desligamento do quadro de pessoal.

SEÇÃO IV Da Lotação

Art.18 - Lotação é o local onde o servidor exerce as atribuições e responsabilidades do cargo público. A administração,

discricionariamente, poderá direcioná-lo para qualquer local de trabalho, desde que, obviamente, a função a ser exercida seja compatível com as atribuições do cargo.

SEÇÃO V Do Estágio Probatório

SUBSEÇÃO I Do Estágio Probatório e da Finalidade

Art. 19 - O servidor público municipal submetido ao prévio concurso público, devidamente aprovado e nomeado para cargo de provimento efetivo, fica sujeito ao cumprimento de estágio probatório por um período de 03 (três anos) para a aquisição da estabilidade.

§ 1º - A finalidade do estágio probatório é tecer uma análise do servidor investido em cargo público efetivo, no que tange ao: domínio sobre as atribuições do cargo, pontualidade, assiduidade, iniciativa, flexibilidade, produtividade e qualidade no trabalho, disciplina, ética pública, cuidados com materiais, equipamentos e ambiente, relacionamento interpessoal, capacidade física e mental para o exercício do cargo, de forma a considerá-lo apto ou inapto, capaz ou incapaz para a permanência no respectivo cargo.

§ 2º - O servidor público municipal estável que for aprovado em outro concurso e nomeado em novo cargo, fica sujeito a novo estágio probatório.

§ 3º - No que tange à capacidade física e mental, o servidor deverá realizar 02 (dois) exames médicos, um no ato da admissão e outro 30 dias antes do término do estágio probatório.

§ 4º - Na hipótese de acumulação legal de cargos públicos previsto constitucionalmente, o estágio probatório será cumprido independentemente, em relação a cada um dos cargos nomeados.

§ 5º - Durante o período de estágio probatório, não são computados como de efetivo exercício, os dias em que o servidor afastar-se do trabalho, nas seguintes hipóteses:

I - licença sem remuneração para atividade política, a partir do dia de sua escolha em convenção partidária como candidato a cargo eletivo até a véspera do registro da respectiva candidatura;
II - licença maternidade;
III - licença paternidade;
IV - licença para fins de adoção;
V - afastamento para tratamento de saúde ou por motivo de doença em pessoa da família, e doação de sangue;
VI - licença após o registro da candidatura a cargo eletivo, pelo prazo previsto em lei eleitoral;
VII - exercício de mandato político ou eletivo em confederação, federação, associação de classe, sindicato representativo da classe, que importe afastamento das funções do cargo;
VIII - prestação de serviços considerados obrigatórios por lei, tais como: júri e prestação de serviço militar;
IX - período da nomeação em cargo comissionado, ou no período em que substituir servidor em cargo comissionado;
X - afastamento do cargo decorrente de prisão, em flagrante ou preventiva, determinada pela autoridade competente enquanto perdurar a prisão;
XI - licença para casamento.

§ 6º - Sempre que o servidor for convocado para participar de programas de treinamento e capacitação, cujo conteúdo seja relativo às atividades específicas do cargo para o qual foi nomeado, o afastamento deve ser considerado como de efetivo exercício para efeito de cumprimento do período de estágio probatório.

§ 7º - É vedado ao servidor público municipal, durante o período

de estágio probatório:

- I - ser readaptado, excetuando os casos de acidente de trabalho;
- II - requerer licença para tratar de assuntos particulares;
- III - ser cedido, com ou sem ônus, para quaisquer órgãos estranhos àqueles da estrutura organizacional do poder Legislativo ou do poder Executivo Municipal e das Fundações Públicas Municipais;
- IV - requerer licença para acompanhar o cônjuge ou companheiro(a);
- V - afastar-se do cargo em virtude de condenação por sentença criminal definitiva.

§ 8º - Ao iniciar suas atividades o servidor será informado detalhadamente dos critérios utilizados para sua avaliação de desempenho no período do estágio probatório.

§ 9º - O servidor não aprovado no estágio probatório será exonerado ou, se estável, reconduzido ao cargo anteriormente ocupado, observado o disposto no art. 29 desta Lei Complementar.

SUBSEÇÃO II

Do Instrumento e dos Prazos da Avaliação de Desempenho para Servidores em Estágio Probatório

Art. 20 - Os requisitos previstos no §1º do art. 19 desta Lei Complementar serão utilizados para análise da Avaliação de Desempenho para Servidores em Estágio Probatório, e serão aferidos através do preenchimento em instrumento próprio, denominado Formulário de Avaliação de Desempenho para servidores em Estágio Probatório, cujo modelo deverá fazer parte integrante de Decreto Regulamentador.

§ 1º - O preenchimento do formulário identificado no caput do artigo implicará obrigatoriamente no enquadramento dos seguintes itens:

I - INDICADORES:

- a) Bom
- b) Regular
- c) Fraco

II - PESOS:

- a) 10 pontos
- b) 07 pontos
- c) 01 ponto

III - TABELA DE PONTUAÇÃO - RESULTADO FINAL

- a) Apto - Atende aos requisitos (de 95 a 100);
- b) Atende parcialmente aos requisitos (de 85 a 94)
- c) Não atende os requisitos, encaminhar para o Comitê Técnico (abaixo de 85 pontos)

§ 2º - O cálculo do resultado final da Avaliação de Desempenho dos servidores em estágio probatório será obtido através do somatório dos seguintes resultados:

- a) número de "BOM" multiplicado por 10 (dez)
- b) número de "REGULAR" multiplicado por 07 (sete)
- c) número de "FRACO" multiplicado ou 01 (um).

§ 3º - A Comissão, ao final de cada período de avaliação, emitirá o respectivo conceito sobre o qual o servidor deverá obrigatoriamente ser cientificado.

Art. 21 - Durante o período de estágio probatório, o servidor será submetido a cada 06 (seis) meses, à Avaliação de Desempenho, por uma Comissão designada para tal finalidade.

§ 1º - Quando houver movimentação do servidor para outro local

de trabalho, que envolva mudança da comissão de avaliação, o servidor será avaliado em formulário de "Avaliação Especial de Desempenho para Servidores em Estágio Probatório - Avaliação Subsidiária", com o objetivo de acompanhar o desempenho do servidor em cada local onde estiver desenvolvendo as suas atividades.

§ 2º - Somente será realizada a avaliação subsidiária, antes da movimentação, quando o tempo de trabalho do servidor for igual ou superior a 30 (trinta) dias de efetivo exercício.

§ 3º - Sempre que houver Avaliação Subsidiária, o resultado final da Avaliação Especial de Desempenho no respectivo período será a média ponderada de todas as avaliações realizadas naquele interstício.

§ 4º - Os servidores aprovados em concurso em cargo que a lei municipal exija a realização de curso de formação profissional estarão sujeitos, no período da realização do curso, a regime excepcional de avaliação do estágio probatório que observará como critério único, a aprovação em todas as disciplinas ofertadas.

§ 5º - A data de conclusão da última Avaliação de Desempenho para Servidor em Estágio Probatório antecederá obrigatoriamente em 30 (trinta) dias àquela prevista para aquisição da estabilidade do servidor.

§ 6º - Havendo no período previsto no § 5º deste artigo Processo Administrativo ou tendo sido o processo de Avaliação de Desempenho para Servidor em Estágio Probatório encaminhado para o Comitê Técnico por não atender ou atender parcialmente os requisitos da avaliação, o Estágio ficará suspenso até o parecer conclusivo da respectiva comissão.

§ 7º - Do parecer conclusivo de que trata o § 6º, poderá resultar na aquisição da estabilidade ou exoneração do servidor avaliado.

§ 8º - A qualquer tempo, a Comissão deve proceder a conclusão da Avaliação de Desempenho para Servidor em Estágio Probatório, ainda que verificada a ocorrência de uma das seguintes situações:

- I - infração disciplinar, caracterizada pela transgressão de quaisquer dos deveres e proibições do servidor especificados nesta Lei, assegurando a ampla defesa e o contraditório;
- II - restrição física e mental, temporária ou permanente, declarada ou reconhecida perícia médica municipal, que impossibilite o desempenho de suas atividades no cargo de ingresso.

SUBSEÇÃO III

Da Comissão de Avaliação de Desempenho em Estágio Probatório e das Competências

Art. 22 - Ficam instituídas Comissões de Avaliação de Desempenho para Servidores em Estágio Probatório, para cumprirem mandato de 03 (três) anos, com o objetivo de responsabilizarem-se pelo acompanhamento e monitoramento do desempenho de servidor integrante do quadro permanente do Município, devendo obrigatoriamente se manifestarem nos prazos e na forma estabelecidos em lei e em regulamento específico.

§ 1º - Para fins de operacionalização da Avaliação de Desempenho dos Servidores em Estágio Probatório, as Comissões ora instituídas, deverão ser implantadas em cada Unidade Administrativa, por Departamento e por Divisão, se houver.

§ 2º - As comissões a serem implantadas deverão ser compostas por 03 (três) servidores:

- a) 01 (um) Diretor ou Chefe imediato do servidor avaliado;

b) 02 (dois) Servidores efetivos e estáveis, de mesmo nível de escolaridade ou superior do cargo do servidor avaliado, lotados na mesma Unidade Administrativa, Departamento ou Divisão do avaliado, indicados entre si, bem como os seus respectivos suplentes.

§ 3º - Ocorrendo insuficiência de servidores estáveis para compor a Comissão de Avaliação na Unidade Administrativa, Departamento ou Divisão do qual o servidor avaliado pertence, a comissão deverá ser assim composta:

a) no caso de servidores que possuam até o 2º Grau Completo, por outros servidores estáveis com o mesmo nível de escolaridade ou outro superior;

b) no caso de servidores em que o curso de graduação é inerente ao cargo, por outro servidor com a mesma graduação do avaliado, desde que vinculado a mesma Unidade Administrativa, Departamento ou Divisão.

§ 4º - Nos casos dos profissionais do magistério, que possuam duas ou mais lotações, será criada uma comissão de avaliação em cada unidade escolar que o servidor estiver lotado. O resultado final do período será a média ponderada entre as avaliações realizadas pelas comissões instituídas.

§ 5º - É de competência das Comissões avaliar os servidores que estão em estágio probatório, que exercem atividade em seu órgão de lotação, preenchendo o Formulário de Avaliação de Desempenho e emitindo conceito nos termos do inciso III do § 1º do art. 20 desta Lei Complementar.

§ 6º - O formulário mencionado no parágrafo anterior deve obrigatoriamente conter a assinatura de todos os integrantes da comissão, bem como do servidor avaliado com vistas a atestar a ciência do resultado final da avaliação.

§ 7º - Verificando-se a recusa do servidor avaliado em atestar a ciência do resultado final, esta será suprida pela assinatura de 02 (duas) testemunhas, que o farão na presença do servidor.

§ 8º - As situações previstas no § 5º do presente artigo que conduzam a indicação de exoneração de servidor devem obrigatoriamente estar fundamentadas em relatório circunstanciado com assinatura de todos os integrantes da Comissão.

§ 9º - Além da atribuição elencada nos parágrafos acima, compete as Comissões, dar conhecimento aos servidores sobre o sistema de Avaliação de Desempenho em Estágio Probatório, quanto a suas responsabilidades, bem como sobre a necessidade do preenchimento do documento denominado “Auto Avaliação de Estágio Probatório”, cujo prazo e modelo serão previstos em regulamento próprio.

§ 10º - Compete ainda às Comissões de Avaliação respeitar as normas e prazos previstos nesta lei, sendo que o não cumprimento poderá implicar em medidas disciplinares previstas em lei.

SUBSEÇÃO IV

Do Comitê Técnico e da Competência

Art. 23 - Fica instituído o Comitê Técnico de Estágio Probatório, com o objetivo de deflagrar e conduzir o processo administrativo disciplinar de verificação e cumprimento das avaliações periódicas de desempenho efetuadas pela Comissão de Avaliação de Desempenho, e ainda, quando for o caso, instaurar o processo de exoneração, emitir relatório conclusivo sobre a permanência ou não do servidor no cargo, devendo após a conclusão do processo, encaminhar à autoridade competente para decisão.

Parágrafo Único - Além das atribuições previstas no caput, compete

ao Comitê Técnico de Estágio Probatório, emitir despacho homologatório em todos os processos de Avaliação de Estágio Probatório.

Art. 24 - O Comitê Técnico de Estágio Probatório será composto por 03 (três) servidores efetivos e estáveis, e respectivos suplentes, possuidores de formação em nível superior, para cumprir mandato de 01 (um) ano, podendo ser reconduzidos, fazendo jus os referidos componentes, individualmente, quando no exercício da função a uma gratificação mensal.

§ 1º - O Comitê Técnico será composto por:

I - 01 (um) servidor indicado pela autoridade competente, preferencialmente com graduação em Direito;

II - 01 (um) servidor indicado pela autoridade competente, com exercício na área de Recursos Humanos;

III - 01 (um) servidor da diretoria do Sindicato dos Servidores Públicos Municipais, indicado pelo seu Presidente.

§ 2º - Para assessorar o Comitê Técnico de Estágio Probatório, quando for o caso, a autoridade responsável pelo departamento jurídico de cada ente indicará um advogado integrante da estrutura administrativa, ficando vedado o pagamento de qualquer gratificação, quando a indicação recair sobre profissional que esteja nomeado em cargo comissionado ou, se tratando de servidor de carreira, que já esteja designado para atuar em outras comissões de atividades especiais.

§ 3º - Uma vez instaurado o processo administrativo com indicação de exoneração, deve ser assegurado ao servidor o direito do contraditório e da ampla defesa, observando-se no rito processual, as normas técnicas de processo administrativo disciplinar.

§ 4º - O Comitê Técnico de Estágio Probatório terá o prazo de 30 (trinta) dias para a emissão do relatório conclusivo do processo administrativo, podendo ser prorrogado por igual período, observados, quando da última avaliação, o disposto nos §§ 5º, 6º e 7º do art. 21 desta Lei Complementar.

§ 5º - Concluído o processo administrativo e não havendo elementos legais que indiquem a exoneração do servidor, o Comitê Técnico de Estágio Probatório deverá sugerir providências a serem tomadas pela área de Recursos Humanos para acompanhamento do mesmo.

§ 6º - O processo de exoneração deve conter:

I - todas as avaliações anteriores;

II - cópia da ficha funcional do servidor;

III - relatório circunstanciado assinado por todos os membros da Comissão de Avaliação, constando os fundamentos que conduzem à indicação pela exoneração.

Art. 25 - Compete à área de Recursos Humanos dos Poderes Executivo e Legislativo, definir diretrizes, coordenar, acompanhar, monitorar e atualizar o sistema de avaliação de desempenho para os servidores em Estágio Probatório.

Parágrafo único - Fica facultado ao Poder Legislativo Municipal, estabelecer instrumentos próprios para Avaliação de seus servidores em Estágio Probatório, desde que observadas as regras dispostas nos arts. 19 e 20, bem como a periodicidade das avaliações estabelecidas no art. 21 caput, da presente Lei Complementar.

SEÇÃO VI

Da Estabilidade

Art. 26 - O servidor habilitado em concurso público, nomeado e empossado em cargo de provimento efetivo adquirirá estabilidade no serviço público ao completar 03 (três) anos de efetivo exercício,

se aprovado no estágio probatório.

Parágrafo único. A Portaria que determina a aprovação ou não no estágio probatório deverá ser publicada um dia antes da conclusão do estágio.

Art. 27 - O servidor público estável só perderá o cargo:

- I - em virtude de sentença judicial transitada em julgado;
- II - mediante processo administrativo em que lhe seja assegurado ampla defesa e contraditório;
- III - mediante procedimento de avaliação periódica de desempenho, na forma de Lei Complementar, assegurada ampla defesa.

SEÇÃO VII

Da Reintegração

Art. 28 - Reintegração é o reinvestidura do servidor no quadro a que pertencia, com ressarcimento dos prejuízos, quando invalidada sua demissão ou exoneração por decisão administrativa ou judicial, com ressarcimento de todas as vantagens.

§ 1º - A reintegração dar-se-á no cargo anteriormente ocupado ou resultante de sua transformação.

§ 2º - Invalidada por sentença judicial a demissão do servidor estável, será ele reintegrado, e o eventual ocupante da vaga, se estável, reconduzido ao cargo de origem, sem direito a indenização, aproveitado em outro cargo de atribuições e vencimento compatível com o cargo anteriormente ocupado, ou posto em disponibilidade com remuneração proporcional ao tempo de serviço prestado ao município; não sendo estável o ocupante da vaga será exonerado.

§ 3º - Se o cargo tiver sido extinto, o servidor será colocado em disponibilidade, com vencimentos proporcionais ao tempo de serviço, se não for possível o seu aproveitamento imediato.

SEÇÃO VIII

Da Recondução

Art. 29 - Recondução é o retorno do servidor estável ao cargo anteriormente ocupado em decorrência de:

- I - inabilitação em estágio probatório relativo a outro cargo dos quadros do Município;
- II - em caso de reintegração do servidor que anteriormente ocupava o Cargo.

Parágrafo único - Na recondução observar-se-á o disposto nos §§ 2º e 3º do art. 28 desta Lei Complementar.

SEÇÃO IX

Da Reversão

Art. 30 - Reversão é o retorno à atividade de servidor aposentado:

- I - quando insubsistentes os motivos determinantes de sua aposentadoria; ou
- II - no interesse da Administração, desde que o servidor:
 - a) tenha solicitado a reversão;
 - b) sua aposentadoria tenha sido voluntária;
 - c) era estável quando na atividade;
 - d) aposentadoria tenha ocorrido nos cinco anos anteriores à solicitação;
 - e) haja cargo vago.

§ 1º - A reversão far-se-á no mesmo cargo ou no cargo resultante de sua transformação.

§ 2º - Após a reversão o tempo em que o servidor estiver em exercício será considerado para a concessão da aposentadoria.

§ 3º - No caso do inciso I, encontrando-se provido o cargo, o servidor exercerá suas atribuições como excedente, até a ocorrência de vaga.

§ 4º - O servidor que retornar à atividade por interesse da Administração perceberá, em substituição aos proventos da aposentadoria, a remuneração do cargo que voltar a exercer, inclusive com as vantagens de natureza individual que percebia anteriormente à aposentadoria.

§ 5º - O servidor de que trata o inciso II deste artigo, somente terá os proventos calculados com base nas regras atuais se permanecer pelo menos 5 (cinco) anos no cargo.

§ 6º - Não poderá reverter o aposentado que já tiver completado 70 (setenta) anos de idade.

SEÇÃO X

Da Reabilitação Ocupacional

Art. 31 - Fica instituída a Reabilitação Ocupacional que compreende o conjunto de medidas que visa o aproveitamento compulsório do servidor, portador de inaptidão e/ou restrições de saúde, em atividade laborativa compatível com as mesmas.

§ 1º - Será reabilitado o servidor que apresentar modificações em seu estado de saúde física e/ou mental, comprovadas por perícia médica, que inviabilizem a realização de atividades consideradas essenciais ao cargo efetivo.

§ 2º - A perícia médica municipal e perícia médica previdenciária ficam responsáveis pela avaliação dos procedimentos de reabilitação a serem adotados.

§ 3º - A perícia médica previdenciária avaliará e encaminhará ao órgão competente laudo circunstanciado sobre o potencial laborativo do servidor.

§ 4º - Compete à área de Recursos Humanos, de cada poder, com base no laudo circunstanciado promover o processo de Reabilitação Ocupacional, indicando a função, o cargo ou o local de trabalho, bem como o acompanhamento e o monitoramento do servidor.

§ 5º - O servidor que estiver em processo de Reabilitação Ocupacional poderá ser convocado, sempre que necessário, para avaliação pela Inspeção Médica Previdenciária.

§ 6º - A Reabilitação Ocupacional obriga o servidor a adequar-se a todas as medidas definidas por perícia médica.

Art. 32 - O processo de Reabilitação Ocupacional é composto dos seguintes procedimentos:

- I - readequação;
- II - readaptação.

SUBSEÇÃO I

Da Radequação

Art. 33 - A Radequação é o procedimento que autoriza a restrição de algumas atribuições e atividades inerentes ao cargo ocupado, em decorrência de agravos de saúde apresentados pelo servidor, verificado em perícia médica previdenciária, desde que mantido o núcleo básico do cargo.

§ 1º - A Readequação não determina alteração definitiva das atividades e implica na manutenção do servidor no cargo efetivo de ingresso.

§ 2º - Compete a perícia médica previdenciária, definir o lapso temporal da readequação, podendo ter caráter definitivo.

SUBSEÇÃO II Da Readaptação

Art. 34 - Readaptação consiste na mudança de cargo decorrente da inaptidão definitiva do servidor para o cargo originário, visando o aproveitamento de sua capacidade laborativa residual.
Parágrafo único. Será readaptado o servidor que apresentar modificações em seu estado de saúde física e/ou mental, comprovadas por laudo circunstanciado emitido pela perícia médica previdenciária, que inviabilizem a realização de atividades consideradas essenciais ao cargo original.

Art. 35 - A mudança de cargo dar-se-á uma única vez, para cargo de igual ou inferior escolaridade, respeitadas as restrições de saúde apontadas, bem como os seguintes critérios:

- I - habilitação ou escolaridade e conhecimentos específicos previstos para o novo cargo, na parte especial ou permanente, conforme o caso;
- II - manutenção de carga horária do cargo de origem do servidor, exceto quando o novo cargo estiver sujeito a jornada legal reduzida;
- III - manutenção do servidor no Quadro Geral em que investido.

Art. 36 - O servidor readaptado será enquadrado no novo cargo, no padrão e referencia de valor equivalente ou imediatamente superior ao percebido no cargo de origem, utilizando-se como critério a compatibilidade de tabelas salariais, observando o princípio de irredutibilidade de vencimento.

§ 1º - Na hipótese de impossibilidade de efetivação do critério previsto no caput deste artigo, fica autorizado o pagamento, através de complementação de vencimento, da diferença nominal necessária a produzir a equivalência com o vencimento do cargo de origem, sobre a qual incidirão todas as vantagens e descontos legais.

§ 2º - A complementação de vencimento a que alude o § 1º deste artigo integrará o cálculo de proventos quando da aposentadoria do servidor, e sofrerá incidência de todas as vantagens e descontos legais, como se vencimento fosse.

Art. 37 - A readaptação será procedida mediante mudança do cargo ocupado pelo servidor para outro cargo de carreira em que será reabilitado, transpondo-se a respectiva vaga no quadro geral de vagas previsto em lei, através de decreto.

CAPÍTULO II DA VACÂNCIA

SEÇÃO I Das Formas de Vacância

Art. 38 - São formas de vacância de cargo público:

- I - exoneração;
- II - demissão;
- III - readaptação;
- IV - posse em outro cargo inacumulável;
- V - recondução;
- V - aposentadoria;
- VI - falecimento.

SEÇÃO II Da Exoneração

Art. 39 - A exoneração de cargo efetivo dar-se-á a pedido do servidor ou de ofício.

§ 1º - A exoneração do cargo efetivo de ofício dar-se-á:

- I - quando, tendo tomado posse, o servidor não entrar em exercício no prazo estipulado;
- II - quando não satisfeitas às condições do estágio probatório;
- III - quando for necessário adequar os dispêndios com pessoal, de acordo com a Legislação Federal vigente e desde que antes tenham sido tomadas as seguintes medidas prévias:

- a) redução em pelo menos 20% (vinte por cento) das despesas com cargos em comissão;
- b) exoneração dos servidores não estáveis;

§ 2º - O servidor que perder o cargo por decorrência do contido no inciso III do parágrafo 1º deste artigo, fará jus a uma indenização correspondente a 01 (um) mês de remuneração por ano de serviço.

§ 3º - O cargo objeto da redução prevista no inciso III do parágrafo 1º deste artigo, deverá ser extinto, vedada a criação de cargo ou função com atribuições iguais ou assemelhadas pelo prazo mínimo de 04 (quatro) anos.

§ 4º - A exoneração de cargo comissionado dar-se-á:

- I - a juízo da autoridade competente;
- II - a pedido do próprio servidor.

SEÇÃO III Da Demissão

Art. 40 - A demissão consiste na perda do cargo pelo servidor estável, em razão de:

- I - sentença judicial transitada em julgado;
- II - penalidade de caráter disciplinar, aplicável mediante processo administrativo disciplinar em que lhe seja assegurada ampla defesa e o contraditório;
- III - mediante procedimento de avaliação periódica de desempenho, na forma de lei complementar, assegurada ampla defesa.

CAPÍTULO III DA REMOÇÃO E DA REDISTRIBUIÇÃO

SEÇÃO I Da Remoção

Art. 41 - Remoção é o deslocamento do servidor do quadro permanente de cada poder para preenchimento de vaga no âmbito do mesmo quadro em outra unidade administrativa ou educacional, podendo ser:

- I - a pedido;
- II - de ofício;
- III - por permuta;
- IV - por concurso.

§ 1º - A Remoção a pedido dar-se-á por motivo de saúde do servidor, cônjuge, companheiro ou dependente, condicionada a comprovação por serviço de perícia médica oficial e existência de vaga.

§ 2º - A Remoção de ofício dar-se-á pelo interesse público e dependerá de prévia justificativa da autoridade competente, indicando

os fatos e fundamentos, que caracterize a desnecessidade do serviço prestado pelo servidor na área de atividade de sua lotação.

§ 3º - A Remoção por permuta se processa por consenso de ambos os interessados, observada a conveniência administrativa. Os interessados devem ter a mesma categoria funcional, o mesmo regime de trabalho e a mesma habilitação profissional.

§ 4º - A Remoção por concurso interno será promovida por interesse da administração, mediante a existência e necessidade de ocupação de vaga, na hipótese de que o número de interessados seja superior ao número de vagas, obedecendo aos critérios previstos em edital próprio, onde conste:

- I - número de vagas;
- II - cargos;
- III - local de trabalho;
- IV - critérios de avaliação e habilitação.

§ 5º - Serão considerados os seguintes critérios para avaliação:

- I - aperfeiçoamento profissional na área pretendida;
- II - pontuação na última avaliação de desempenho;
- III - maior tempo de exercício no cargo;
- IV - não ter sofrido penalidade disciplinar;
- V - pontualidade e assiduidade.

§ 6º - Os critérios de pontuação e desempate para os itens do parágrafo anterior estarão previsto no edital de remoção, respeitando a ordem dos incisos do § 5º deste artigo.

§ 7º - O servidor deverá aguardar a remoção no seu local de trabalho original até a substituição por novo servidor designado.

§ 8º - As hipóteses de remoção previstas deverão obrigatoriamente preceder o concurso de ingresso.

SEÇÃO II

Da Redistribuição

Art. 42 - Redistribuição é o deslocamento de servidor efetivo, por ato da autoridade competente, com o respectivo cargo, para quadro de pessoal de outro órgão ou unidade administrativa do mesmo Poder, cujos planos de cargos e vencimentos sejam idênticos, observado sempre o interesse da Administração Pública.

§ 1º - A redistribuição dar-se-á exclusivamente para ajustamento de quadros de pessoal às necessidades dos serviços, inclusive nos casos de reorganização, extinção ou criação de órgão ou unidade administrativa.

§ 2º - Nos casos de extinção de órgão ou unidade administrativa, os servidores estáveis que não puderem ser redistribuídos, na forma deste artigo, serão colocados em disponibilidade, com remuneração proporcional, até seu aproveitamento.

CAPÍTULO IV

DA DISPONIBILIDADE, DO APROVEITAMENTO E DA SUBSTITUIÇÃO

SEÇÃO I

Da Disponibilidade

Art. 43 - Extinto o cargo ou declarada a sua desnecessidade, o servidor estável ficará em disponibilidade remunerada, com vencimentos proporcionais ao tempo de serviço prestado ao Município, até o seu adequado aproveitamento em outro cargo. Caso o servidor não tenha, ainda, adquirido estabilidade, será ele exonerado ex-offício.

Art. 44 - O retorno à atividade do servidor em disponibilidade far-se-á mediante aproveitamento em cargo de atribuições e vencimento compatíveis com o anteriormente ocupado.

Parágrafo único - O aproveitamento será tornado sem efeito, sendo cassada a disponibilidade, se o servidor não entrar em exercício no prazo legal, salvo doença comprovada por Inspeção Médica Previdenciária.

SEÇÃO II

Do Aproveitamento

Art. 45 - Aproveitamento é o retorno a cargo público do servidor colocado em disponibilidade, observadas as seguintes normas:

- I - ocorrendo vaga no quadro de pessoal, o aproveitamento terá precedência sobre as demais formas de provimento;
- II - havendo mais de um concorrente à mesma vaga, terá preferência o de maior tempo de disponibilidade e, em caso de empate, o mais velho;
- III - o aproveitamento far-se-á a pedido ou de ofício, respeitada a habilitação profissional;
- IV - é vedado o aproveitamento em cargo de remuneração superior à do cargo anteriormente ocupado;

- V - no caso de aproveitamento de ofício, em cargo de remuneração inferior à do anteriormente ocupado o servidor não sofrerá prejuízos em sua remuneração;
- VI - o aproveitamento dependerá da prova de capacidade física/mental, mediante inspeção médica oficial;
- VII - comprovada pela inspeção médica oficial à incapacidade definitiva do servidor convocado para o aproveitamento, será ele encaminhado ao sistema previdenciário para aposentadoria;
- VIII - será tornado sem efeito o aproveitamento e cassada a disponibilidade se o servidor convocado não entrar em exercício no prazo de 30 (trinta) dias contados da data da convocação, salvo caso de doença comprovada de inspeção médica oficial.

Parágrafo único - O servidor poderá ser aproveitado em outras funções quando não mais existirem condições para a prática das funções atinentes ao seu cargo, em virtude de cessação ou paralisação das atividades relativas ao seu cargo.

SEÇÃO III

Da Substituição

Art. 46 - Os servidores ocupantes de cargos em comissão, nos seus afastamentos ou impedimentos regulares poderão ter substitutos designados pela autoridade competente.

Parágrafo único - A substituição será feita por servidor designado através de ato da autoridade competente, percebendo durante o período de substituição a remuneração correspondente ao cargo em que se faça a substituição, ressalvado o caso de opção, proibida a acumulação de remuneração.

Art. 47 - Em caso excepcional, atendida a conveniência do serviço, o titular de cargo de direção, chefia ou assessoramento, poderá ser nomeado para exercer cumulativamente as atribuições de outro cargo da mesma natureza, até que se verifique a nomeação, designação ou reassunção do titular, e neste caso, só perceberá a remuneração correspondente a um cargo, cabendo ao servidor a opção.

Parágrafo único - A reassunção ou vacância do cargo faz cessar de pronto, os efeitos da substituição.

TÍTULO III

DA DURAÇÃO DO TRABALHO

CAPITULO I DA JORNADA DE TRABALHO

Art. 48 - Ao servidor público é assegurada a duração de trabalho não superior a 08 (oito) horas diárias ou 40 (quarenta) horas semanais, com intervalo para descanso igual ou superior a 60 (sessenta) minutos durante a Jornada de Trabalho.

§ 1º - Em caso de necessidade, presente o interesse público, a jornada de trabalho poderá exceder a 08 (oito) horas diárias, excesso que não poderá ultrapassar a 02 (duas) horas, contando o excesso como hora extra.

§ 2º - No caso de turno diário ininterrupto, a jornada de trabalho é de 06 (seis) horas diárias, deverá haver um intervalo de 15 (quinze) minutos.

§ 3º - Em regime excepcional de turno único de 06 (seis) horas diárias, a hora-extra somente será devida após a 08 (oitava) hora trabalhada, desde que, previamente e expressamente autorizado pelo titular maior da unidade que o servidor estiver vinculado.

§ 4º - Entre cada jornada de trabalho deverá haver um período de descanso mínimo de 11 (onze) horas consecutivas.

§ 5º - A todos os servidores públicos é assegurado o direito ao descanso semanal remunerado.

§ 6º - Excetuam-se da jornada de trabalho previsto no caput, os servidores nomeados nos cargos de Cirurgião Dentista, Consultor Jurídico, Digitador, Fonoaudiólogo, Instrutor de Trabalhos Manuais, Médico, e Telefonista, aos quais é assegurado a 20 (vinte), 30 (trinta) ou 36 (trinta e seis) horas semanais de trabalho, e remuneração correspondente conforme disposto na Lei que trata o Plano de Carreira dos Servidores Público Municipal.

§ 7º - Para os servidores da área do Magistério a jornada de trabalho será estabelecida no Plano de Carreira do Magistério Público Municipal.

§ 8º - Poderão ser estabelecidos horários especiais para determinados serviços, ou para categorias específicas de servidores, de modo a atender as

características próprias da prestação de serviços ou à natureza das atividades, tendo princípio o interesse público, e sua excepcional necessidade, respeitando-se os limites da jornada diária e semanal, de acordo com o disposto no caput e no §§ 2º, 6º e 7º deste artigo.

§ 9º - O ocupante de cargo em comissão e os agentes políticos submetem-se a regime de integral dedicação ao serviço, podendo ser convocado sempre que houver interesse da administração, excluído o adicional pela prestação do serviço extraordinário.

SEÇÃO I Do Regime de Sobreaviso

Art. 49 - A Administração Pública Direta e Indireta e o Poder Legislativo Municipal poderão ter servidor realizando tarefas em regime sobreaviso, para executar serviços imprevistos, emergenciais ou essenciais à coletividade.

§ 1º - Regime de sobreaviso é aquele em que o servidor fica na sua residência aguardando ser chamado para prestar serviço em seu local de trabalho.

§ 2º - As horas do regime de sobreaviso serão remuneradas à razão de 1/3 (um terço) do vencimento base do servidor.

§ 3º - As horas efetivamente trabalhadas no regime de sobreaviso serão remuneradas pelo vencimento normal com os devidos acréscimos legais.

§ 4º - O servidor ocupante de cargo público de provimento em comissão esta sujeito ao regime de dedicação integral e, portanto, não terá direito à remuneração pelo regime de sobreaviso.

§ 5º - Obriga-se o servidor que se encontra em regime de sobreaviso, quando convocado, atender o chamado imediatamente, sob pena de responder pela omissão de seu mister, sem prejuízo das sanções disciplinares previstas em lei.

§ 6º - Os cargos públicos de provimento efetivo da Administração Direta e Indireta e do Poder Legislativo Municipal, sujeitos ao regime de sobreaviso, deverão estar expressamente previstos em ato próprio de cada Poder, cuja escala deverá ser no máximo, de 24 (vinte e quatro) horas, previamente aprovada pelo responsável do órgão de lotação do servidor.

CAPITULO II DO CONTROLE DA JORNADA DE TRABALHO E DO QUADRO DE HORÁRIO

SEÇÃO I Do Controle da Jornada

Art. 50 - Os servidores do quadro permanente submeter-se-ão a controle de ponto, que poderá ser manual, mecânico, eletrônico e biométrico, onde serão registrados os horários de entrada e saída, bem como o intervalo, se houver.

§ 1º - O registro de ponto poderá ser dispensado, caso as condições da prestação de serviços do servidor impossibilitem tal procedimento, mediante requerimento do servidor, com despacho formalizado pelo dirigente da unidade administrativa, o qual será encaminhado à área de Recursos Humanos para análise e decisão devidamente fundamentada.

§ 2º - Outras situações que podem ensejar dispensa de ponto, deverão ser regulamentadas através de ato próprio de cada Poder.

Art. 51 - Não serão descontadas nem computadas como jornada extraordinária as variações de horário no registro de ponto, não excedentes de 5 (cinco) minutos, observado o limite máximo de 10 (dez) minutos diários.

Art. 52 - O servidor é obrigado a comunicar à sua chefia imediata, no próprio dia que, por doença ou força maior, não puder comparecer ao serviço, salvo em situações em que estiver impossibilitado, desde que seja devidamente comprovado.

Parágrafo único - As faltas ao serviço por motivo de doença deverão ser justificadas mediante atestado ou declaração médica, para fins disciplinares e de pagamentos, e encaminhados a Perícia Médica Municipal, respeitado o prazo máximo e a forma estabelecido no Capítulo que trata da Licença para Tratamento de Saúde.

SEÇÃO II Do Quadro de Horários

Art. 53 - O quadro de horário do Poder Executivo e Legislativo, Administração direta e indireta, será normatizado mediante ato próprio de cada Poder.

Parágrafo único. Quando o horário único não for uniforme para todos os setores, deverá haver quadro demonstrativo informando as especificidades.

TITULO IV DOS DIREITOS E VANTAGENS

CAPITULO I DO VENCIMENTO E DA REMUNERAÇÃO

Art. 54 - Vencimento é a retribuição pecuniária paga ao servidor pelo exercício do cargo público com valor fixado em lei.

Parágrafo único. Os vencimentos dos servidores públicos são irredutíveis, ressalvada as hipóteses do art. 23 da Lei Complementar Federal nº 101, de 04 de maio de 2000.

Art. 55 - Remuneração é a retribuição pecuniária devida mensalmente ao servidor pelo efetivo exercício do cargo, correspondente ao vencimento, acrescido de vantagens financeiras permanentes ou temporárias, previstas em lei.

§ 1º - Nenhum servidor ativo ou inativo poderá perceber mensalmente dos cofres públicos municipais, a título de remuneração, importância maior àquela fixada como subsídio para o Prefeito Municipal.

§ 2º - Fica assegurado aos servidores públicos municipais a revisão geral anual, com data no mês de janeiro e tendo como indexador o Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC).

§ 3º - Para os servidores do área do Magistério Público Municipal que são regidos por Plano de Carreira e Vencimentos estabelecidos em lei específica, observa-se-á na data fixada para a revisão geral anual, a remuneração prevista na Lei do FUNDEB para os profissionais da educação, e havendo percentual inferior ao assegurado aos demais servidores a título de revisão geral anual, fica-lhes assegurado o recebimento da diferença na mesma data.

§ 4º - É vedada a percepção simultânea de proventos de aposentadoria decorrente do art. 40 com a remuneração de cargo, emprego ou função pública, ressalvados os cargos acumuláveis na forma da Constituição Federal, os cargos eletivos e os cargos em comissão declarados em lei de livre nomeação e exoneração.

§ 5º - De acordo com o previsto no art.11 da Emenda Constitucional nº 20/98, a vedação prevista no parágrafo anterior deste artigo, não se aplica aos servidores, que, até a publicação desta Emenda, tenham ingressado novamente no serviço público por concurso público de provas ou de provas e títulos, e pelas demais formas previstas na Constituição Federal, sendo-lhes proibida a percepção de mais de uma aposentadoria pelo regime de previdência a que se refere o art. 40 da Constituição Federal, aplicando-se-lhes, em qualquer hipótese, o limite de que trata o § 11 deste mesmo artigo da Constituição Federal.

§ 6º - Os Secretários Municipais e outros Agentes Políticos definidos por lei serão remunerados através de subsídios, a ser pago em parcela única, vedados quaisquer acréscimos.

§ 7º - As vantagens serão especificadas individualmente nas folhas de pagamento, sendo todas consideradas de caráter pessoal, não gerando reflexos ou isonomia a terceiros.

§ 8º - Serão majoradas as vantagens vinculadas ao vencimento sempre que houver reajustes salariais, nos mesmos percentuais.

Art. 56 - Precederá o vencimento do cargo efetivo do servidor, quando no exercício de cargo em comissão.

Art. 57 - Quando um servidor efetivo for nomeado para desempenhar as atribuições do cargo em comissão, este poderá optar pelo vencimento do cargo comissionado ou pela remuneração do cargo

de provimento efetivo que ocupa, acrescido do percentual de 20% (vinte por cento) do valor do cargo em comissão que irá ocupar.

§ 1º - A diferença remuneratória prevista no caput será devida durante o período da nomeação para desempenhar as atribuições do cargo, destacado em seu comprovante salarial, sem prejuízo das demais vantagens, e não será incorporado ao vencimento do servidor.

§ 2º - Sobre as opções de remuneração prevista no caput, o valor da pensão ou benefício de aposentadoria será proporcional ao período exercido junto ao quadro comissionado do Município e do cargo público efetivo ou estável, observada a regra do § 3º deste artigo.

§ 3º - Na hipótese do § 2º deste artigo, e desde que tenha havido contribuição ao Regime Próprio de Previdência, obter-se-á uma média geral que corresponda ao período contributivo entre a condição de servidor efetivo e ocupante de cargo comissionado.

Art. 58 - Quando o detentor de cargo definido como Agente Político for servidor efetivo, deverá afastar-se do seu cargo de origem, com prejuízo da remuneração e dos vencimentos, e receberá subsídio a ser pago em parcela única, podendo, contudo optar pela remuneração do cargo efetivo que ocupa.

Parágrafo único - Ao servidor efetivo eleito como Vereador, aplica-se o disposto no inciso III do Art. 38 da Constituição Federal.

Art. 59 - Durante o período descrito no art. 58 desta Lei Complementar, os descontos previdenciários devido ao regime próprio de previdência municipal serão calculados com base na remuneração anterior à nomeação em cargo de Secretário Municipal, como se no exercício estivesse.

Art. 60 - O servidor perderá:

I - a remuneração do dia que faltar ao serviço, salvo eventual justificativa aceita pela chefia imediata, até o limite de uma falta por mês, encaminhada para o Departamento de Recursos Humanos, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas;

II - a parcela da remuneração diária, proporcional aos atrasos e saídas antecipadas, superiores a 10 (dez) minutos, salvo eventual justificativa aceita pela chefia imediata, encaminhada para o Departamento de Recursos Humanos, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas;

III - a remuneração do cargo efetivo se nomeado para cargo em comissão, ressalvado o direito de opção e o de acumulação permitida;

IV - a remuneração quando no exercício de mandato eletivo, ressalvado o de vereador, havendo compatibilidade de horário;

V - a remuneração quando afastado por motivo de prisão em flagrante, preventiva ou condenação judicial por sentença definitiva, determinada pela autoridade competente, enquanto perdurar a prisão.

Parágrafo único - Durante o afastamento mencionado do inciso V deste artigo, fica assegurado à família do servidor efetivo na ativa, auxílio reclusão, na forma prevista no artigo 261, ressalvado o disposto no inciso V, § 7º do art. 19 da presente Lei Complementar.

Art. 61 - Salvo por imposição legal ou ordem judicial, nenhum desconto incidirá sobre a remuneração ou provento, exceto os descontos legais.

Parágrafo único. Mediante autorização do servidor, poderá haver desconto em folha de pagamento a favor de terceiros, a critério da administração, e com reposição dos custos, quando for oneroso.

Art. 62 - As consignações em folha de pagamento dos servidores

públicos ativos, aposentados e dos pensionistas serão efetuadas nas condições estabelecidas em Lei específica.

Parágrafo único: A consignação em folha de pagamento será autorizada em parcelas cujo valor não exceda a 30% (trinta por cento) da remuneração ou provento.

Art. 63 - As indenizações e reposições ao erário serão previamente comunicadas e devidamente autorizadas pelo servidor para posterior descontos em parcelas mensais em valores atualizados pelo mesmo índice utilizado para a revisão anual dos Servidores Públicos Municipal.

§ 1º - A indenização será feita em parcelas cujo valor não exceda a 20% (vinte por cento) da remuneração ou provento.

§ 2º - A reposição será feita em parcelas cujo valor não exceda a 25% (vinte e cinco por cento) da remuneração ou provento.

§ 3º - Quando constatado o pagamento indevido no mês anterior ao do processamento da folha a reposição será feita em uma única parcela.

§ 4º - Para efeito deste artigo considera-se:

I - reposição: a devolução de valores indevidamente pagos ao servidor;

II - indenização: o pagamento de quantia referente a danos causado pelo servidor com dolo ou culpa.

Art. 64 - O servidor em débito com o erário que for demitido, exonerado ou que tiver sua aposentadoria ou disponibilidade cassada terá o prazo de 60 (sessenta) dias, contados a partir do respectivo ato, para quitar o débito.

Parágrafo único: A não quitação ou a negativa de autorização do débito, no prazo previsto, implicará sua inscrição em dívida ativa.

CAPITULO II DAS VANTAGENS

Art. 65 - Juntamente com o vencimento, quando devidas, serão pagas ao servidor as seguintes vantagens:

I - Indenizações:

- a) Indenização de diárias e adiantamentos;
- b) Indenização de transportes.

II - Auxílios pecuniários:

- a) Auxílio-escolar;
- b) Auxílio-alimentação;
- c) Auxílio-transporte.

III - Gratificações:

- a) Gratificação natalina;
- b) Gratificação especial;
- c) Gratificação de instrução de programas de capacitação e aperfeiçoamento profissional;
- d) Gratificação para participação no comitê de avaliação de desempenho para servidor em estágio probatório;
- e) Gratificação de atividade em comissão de processo administrativo de Sindicância e Disciplinar;
- f) Gratificação para participação em Atividade de Pregoeiro;
- g) Gratificação para participação em Atividade na Comissão Permanente de Licitação;
- h) Gratificação do oficial de Justiça Ad-Hoc;

i) Gratificação da Jari;

j) Gratificação para participação no conselho municipal de contribuintes;

k) Gratificação por produtividade dos fiscais.

IV - Adicionais:

a) Adicional por tempo de serviço;

b) Adicional de férias;

c) Adicional pelo exercício de atividade em condições insalubres ou perigosas;

d) SUPRIMIDO;

e) Adicional pela prestação de serviço extraordinário;

f) Adicional pelo trabalho noturno.

SEÇÃO I

Das Indenizações

Art. 66 - Constituem indenizações ao servidor:

I - Indenização de diárias e adiantamentos;

II - Indenização de transporte.

SUBSEÇÃO I

Das Diárias e das Indenizações

Art. 67 - O servidor que se afastar temporariamente da sede de suas funções, para cumprimento de atividades com finalidade pública, fará jus ao recebimento de diárias visando o pagamento de despesas com alimentação e hospedagem, desde que tenham sido previamente autorizadas pelo responsável do órgão correspondente, cujas condições para sua concessão, serão estabelecidas em Lei específica.

§ 1º - As despesas com passagens aéreas ou terrestres, quando não for adotado regime de adiantamento, serão suportadas diretamente pelos cofres públicos.

§ 2º - Os servidores quando em missões de que trata esta Lei, deverão obrigatoriamente emitir relatório circunstanciado da viagem.

Art. 68 - Em substituição ao regime de diárias poderá ser adotado o regime de adiantamento, sempre que convir aos interesses da administração, em razão das despesas com alimentação, pernoite, ligações telefônicas e locomoção urbana, mediante apresentação dos respectivos comprovantes, até o limite fixado em ato do chefe de cada poder.

Art. 69 - O servidor tem direito ao recebimento do numerário antes de iniciado o deslocamento conforme arbitramento feito pelo responsável do órgão, promovendo-se a tomada de contas, para restituição ou pagamento de eventuais diferenças, até 5 (cinco) dias após o retorno.

§ 1º - Se o deslocamento não se realizar, por qualquer motivo, o numerário correspondente ao adiantamento será restituído impreterivelmente em até 2 (dois) dias úteis.

§ 2º - A solicitações de diárias e adiantamentos deverão ser encaminhadas ao setor competente com a antecedência de 2 (dois) dias úteis.

Art. 70 - As despesas do servidor convocado para participar de cursos de treinamento serão suportadas pelo Município, podendo ser adotado o regime de diárias ou adiantamento, quando a alimentação e a hospedagem não forem proporcionadas diretamente pelo organizador do evento ou poder público.

SUBSEÇÃO II**Da Indenização de Transporte**

Art. 71 - Conceder-se-á indenização de transporte ao servidor que utilizar veículo particular para execução de atividades externas, por força das atribuições próprias do cargo, que visem o exclusivo atendimento dos serviços e do interesse público, fazendo jus nesta situação, a uma indenização de combustível na ordem de 20% (vinte por cento) do valor do menor preço pago pelo Município do litro da gasolina, por quilometro rodado.

§ 1º - A utilização de veículo automotor próprio dependerá de prévia autorização do responsável do órgão correspondente, aos quais competem o controle e fiscalização da indenização prevista no caput deste artigo.

§ 2º Para o recebimento da indenização de combustível prevista no caput deste artigo o servidor ou o agente público devem observar previamente as seguintes condições:

I - comprovar a sua propriedade relativa ao veículo e efetuar o respectivo cadastramento no órgão competente do Município;

II- emitir declaração que isenta o Município de responsabilidade civil e administrativa, em qualquer hipótese, pelos encargos decorrentes da propriedade, desgaste, multas e danos causados ao veículo ou a terceiros.

§ 3º A indenização do combustível será concedida mediante a comprovação da quilometragem percorrida, a partir do ponto de partida a ser fixado pela Administração, com base no base no relato do percurso e dos serviços efetivados, vinculados ao interesse público.

§ 4º Nos casos de viagem a serviço, a indenização prevista no caput, será feita em conformidade com a quilometragem percorrida, utilizando-se como parâmetro o mapa do Estado de Santa Catarina editado pelo DEINFRA ou DNIT.

§ 5º A indenização será creditada diretamente na folha pagamento do servidor, através de documento próprio e devidamente autorizada pelo responsável do órgão e assinada pelo servidor a ser indenizado.

SEÇÃO II**Dos Auxílios Pecuniários**

Art. 72 - Serão concedidos ao servidor público os seguintes auxílios pecuniários:

- I - Auxílio escolar;
- II - Auxílio alimentação;
- III - Auxílio transporte.

SUBSEÇÃO I**Do Auxílio Escolar**

Art. 73 - O servidor público estável no exercício do cargo, terá direito a auxílio escolar, na forma de bolsa de estudo, correspondente a uma única oportunidade, para frequentar curso a nível de terceiro grau, pós graduação em nível de especialização, mestrado ou doutorado, desde que não possua outra graduação nesta modalidade.

Art. 74 - O auxílio escolar será disponibilizado nas proporções estabelecidas para cada modalidade de curso a seguir identificadas, e mediante prévia dotação orçamentária consignada nos orçamentos dos Poderes Executivo e Legislativo:

- a) Servidores da Administração Direta e Indireta do Poder Executivo
 - I - para cursos de graduação, serão disponibilizadas 50 (cinquenta) bolsas auxílio escolar;
 - II - para cursos de pós graduação em nível de especialização, serão disponibilizadas 20 (vinte) bolsas auxílio escolar;
 - III - para cursos de pós graduação em nível de Mestrado, serão disponibilizadas 07 (sete) bolsas auxílio escolar;
 - IV - para cursos de pós graduação em nível de Doutorado, serão disponibilizadas 03 (três) bolsas auxílio escolar.

b) Servidores do Poder Legislativo

- I - para cursos de graduação, serão disponibilizadas 03 (três) bolsas auxílio escolar;
- II - para cursos de pós graduação em nível de especialização, serão disponibilizadas 02 (duas) bolsas auxílio escolar;
- III - para cursos de pós graduação em nível de Mestrado, serão disponibilizadas 01 (uma) bolsa auxílio escolar;
- IV - para cursos de pós graduação em nível de Doutorado, será disponibilizada 01 (uma) bolsa auxílio escolar.

§ 1º - A forma de custeio será parcial, com periodicidade mensal, e corresponderá ao percentual de 40% (quarenta por cento) do valor do Piso Mínimo dos Servidores Públicos Municipais, não podendo ultrapassar o limite de 50% (cinquenta por cento) do valor da mensalidade e da taxa de matrícula cobradas pelo estabelecimento de ensino.

§ 2º - Compete exclusivamente ao servidor beneficiário deste Auxílio o pagamento da mensalidade diretamente à Instituição de Ensino, e requerer o reembolso nos termos do § 1º deste artigo, responsabilizando-se, inclusive pelo pagamento de taxas adicionais cobradas em virtude de atraso na liquidação de parcelas ou outros débitos.

§ 3º - Serão computadas para efeito do caput deste artigo, o Auxílio Escolar concedido na forma do art. 68 da Lei Complementar nº 099 de 24 de abril de 2003.

§ 4º - Fica assegurado aos atuais beneficiários do Auxílio Escolar, concedido nos termos do art. 68 da Lei Complementar nº 099 de 24 de abril de 2003, o pagamento de 65% (sessenta e cinco por cento) do total da mensalidade e da taxa de matrícula do curso frequentado, respeitadas as demais normas desta Lei Complementar.

Art. 75 - O prazo de duração do Auxílio Escolar na modalidade de Bolsa de Estudo, será concedido durante a vigência do curso, não podendo exceder a:

- I - 60 (sessenta) meses, para cursos de Graduação;
- II - 24 (vinte e quatro) meses, para cursos de pós graduação em nível de Especialização;
- III - 24 (vinte e quatro) meses, para cursos de pós graduação em nível de Mestrado;
- IV - 48 (quarenta e oito) meses, para cursos de pós graduação em nível de Doutorado.

Art. 76 - O auxílio escolar será concedido ao servidor, durante o prazo estabelecido no art. 75 desta Lei Complementar, cessando imediatamente os benefícios do presente auxílio, quando:

- I - por desleixo, ficar em dependência de alguma disciplina
- II - abandonar o curso;
- III - não comprovar a frequência mínima de 75% (setenta e cinco por cento) da carga horária, por módulo ou disciplina cursada.
- IV - for reprovado em disciplina ou módulo.

§ 1º Pelos fatos descritos nos incisos I e IV, o servidor perderá o benefício caso implicar em prorrogação do prazo de conclusão de

curso.

§ 2º Em caso de desistência voluntária, o servidor deverá restituir aos cofres públicos o montante do benefício recebido, corrigidos pelo mesmo índice previsto no parágrafo segundo do artigo 55 desta Lei Complementar.

§ 3º O servidor que mudar de Instituição de Ensino antes de concluso o curso para o qual se habilitou na concessão do auxílio escolar, somente fará jus a continuidade do benefício caso a grade curricular e o prazo de duração sejam compatíveis com o primeiro curso.

Art. 77 - O auxílio escolar poderá ser concedido aos servidores que estiverem matriculados em instituições de ensino situadas no Município ou fora dele.

Art. 78 - O auxílio escolar somente será concedido ao servidor que atender os seguintes requisitos:

- I - não esteja cumprindo estágio probatório;
- II - não tenha gozado de licença sem vencimento ou ficado à disposição de órgãos não pertencentes ao Município, nos últimos 03 (três) anos;
- III - não tenha sofrido aplicação de pena disciplinar.

Art. 79 - O curso pretendido deverá atender os seguintes requisitos:

- I - compatível com os interesses e objetivos do Poder e órgão de sua lotação;
- II - afim com o cargo e a área de atuação do interessado, no serviço público municipal;
- III - autorizado ou reconhecido pelo órgão federal ou estadual de educação que tiver competência, nos termos da legislação.

Art. 80 - As solicitações de auxílio escolar devem ser entregues na área de Recursos Humanos, devendo ser instruída em formulário próprio da seguinte forma:

- I - solicitação do servidor/aluno;
- II - descrição do curso pleiteado e sua relação direta com a área afim da carreira do solicitante;
- III - local;
- IV - valor;
- V - prazo de duração;
- VI - justificativa do responsável pelo órgão sobre os trabalhos que serão desenvolvidos pelo solicitante após a conclusão do curso.

Parágrafo único. Compete a cada Poder, elaborar os controles, baixar os atos complementares e firmar o Termo de Compromisso para o fiel cumprimento do presente auxílio escolar.

Art. 81 - Serão adotados, na seguinte ordem, como critérios para liberação do Auxílio Escolar:

- I - maior tempo em exercício no cargo;
- II - data de solicitação;
- III - necessidade do conhecimento para o desenvolvimento das atividades do servidor.

Art. 82 - O servidor que deixar de apresentar o comprovante de pagamento da mensalidade, até 30 (trinta) dias após o vencimento definido pela instituição de ensino, perderá o direito do Auxílio Escolar daquele mês.

Art. 83 - O servidor contemplado com a ajuda financeira de que trata a presente Lei deverá permanecer em efetivo exercício no cargo que ocupa no Município, por no mínimo, período idêntico ao

do recebimento do auxílio escolar.

Parágrafo Único: Caso o servidor venha a solicitar ou ser exonerado do cargo, ou aposentar-se (exceto aposentadoria por invalidez), antes de cumprido o período de permanência previsto, deverá ressarcir ao erário o valor do montante reembolsado pelo Poder Público de que trata esta subseção.

SUBSEÇÃO II

Do Auxílio Alimentação

Art. 84 - O auxílio alimentação será concedido a todos os servidores ativos da Administração Pública Direta e Indireta e Poder Legislativo Municipal e destina-se a subsidiar as despesas com a refeição do servidor, sendo pago diretamente, na proporção dos dias trabalhados, salvo na hipótese de afastamento a serviço com percepção de diárias.

§ 1º - O auxílio alimentação a ser concedido será devido a todos os servidores nomeados para uma jornada igual ou superior a 36 horas, independentemente da carga horária exercida, e aos demais proporcionalmente a carga horária, desde que exerça uma jornada de trabalho diária de 08 (oito) horas.

§ 2º - Na hipótese de acumulação de cargos, para a concessão deste benefício será considerada a soma das jornadas de trabalho.

§ 3º - Fica vedado o fornecimento de qualquer tipo de alimentação aos servidores, exceto o previsto no art. 90 desta Lei Complementar.

Art. 85 - O auxílio alimentação será concedido em pecúnia.

Parágrafo único. O crédito ocorrerá em folha de pagamento e sua discriminação constará no comprovante salarial do servidor.

Art. 86 - O valor unitário do auxílio alimentação corresponderá a 1,3% (hum vírgula três por cento) do valor do Piso Mínimo dos Servidores Públicos Municipais, por dia útil efetivamente trabalhado.

Art. 87 - O auxílio alimentação não será:

- I - incorporado ao vencimento, remuneração, proventos ou pensão;
- II - configurado como rendimento tributável e nem sofrerá incidência de contribuição para o regime de previdência do servidor público;
- III - caracterizado como salário utilidade ou prestação salarial in natura;
- IV - acumulável com outros de espécie semelhante, tais como cesta básica ou vantagem pessoal originária de qualquer forma de auxílio ou benefício alimentação.

Art. 88 - O desconto do auxílio alimentação, por dia não trabalhado, será deduzido do total de dias do respectivo mês.

Parágrafo único. Considera-se como dia trabalhado a participação do servidor em programa de treinamento regularmente instituído, conferências, congressos, treinamentos ou outros eventos similares, sem deslocamento da sede do município.

Art. 89 - O auxílio-alimentação será custeado com recursos dos órgãos a que pertence o servidor, os quais deverão incluir na proposta orçamentária anual os recursos necessários à manutenção do auxílio.

Art. 90 - Os órgãos cujas atividades fim e localização geográfica justifiquem, poderão contratar empresa para fornecimento de

refeições prontas a seus servidores em substituição ao auxílio-alimentação em pecúnia.

SUBSEÇÃO III

Do Auxílio Vale Transporte

Art. 91 - O valor do vale transporte será concedido aos servidores ativos da administração pública municipal, para destinação efetiva em despesas de deslocamento residência-trabalho e vice versa, a ser utilizada no sistema de transporte coletivo urbano do Município de Rio do Sul.

Parágrafo Único - Aos servidores públicos residentes fora dos limites territoriais do Município de Rio do Sul, será garantido o auxílio referido no caput deste Artigo, limitado ao valor do custo estimado até a divisa territorial, não podendo ser superior ao máximo concedido àquele que residir no Município.

Art. 92 - A administração pública municipal participará dos gastos de deslocamento de servidores, com a ajuda de custo equivalente a parcela que exceder a 6% (seis por cento) do vencimento base do beneficiário.

Art. 93 - Para exercer o direito de receber o vale-transporte o servidor informará ao Município, por escrito:

I - o seu endereço residencial;

II - o meio de transporte utilizado para o seu deslocamento residência-trabalho e vice versa;

§ 1º - A informação de que trata este artigo será atualizada semestralmente ou sempre que ocorrer alteração das circunstâncias mencionadas nos incisos I e II, sob pena de suspensão do benefício até o cumprimento dessa exigência.

§ 2º - O beneficiário firmará compromisso de utilizar o vale-transporte exclusivamente para o seu efetivo deslocamento residência-trabalho e vice-versa.

§ 3º - A declaração falsa ou o uso indevido do vale transporte constituem falta grave e interrupção do fornecimento.

Art. 94 - O vale transporte será custeado:

I - pelo beneficiário, na parcela equivalente a 6% (seis por cento) de seu salário básico ou vencimento, excluídos quaisquer adicionais ou vantagens;

II - pelo Município, no que exceder à parcela referida no item anterior.

Art. 95 - O vale-transporte, no que se refere à contribuição do Município está condicionado às seguintes prerrogativas:

I - não tem natureza salarial, nem se incorpora à remuneração do beneficiário para quaisquer efeitos;

II - não constitui base de incidência de contribuição previdenciária ou do fundo de garantia por tempo de serviço (FGTS);

III- não é considerado para efeito de pagamento de 13º salário ou gratificação natalina;

IV- não constitui rendimento tributável do beneficiário.

SEÇÃO III

Das Gratificações

Art. 96 - Aos servidores serão concedidas as seguintes gratificações:

I - Gratificação Natalina;

II - Gratificação pelo exercício de cargo em comissão;

III - Gratificação de Instrução de Programa de Capacitação e Aperfeiçoamento Profissional;

IV- Gratificação para participação no Comitê de Avaliação de Desempenho para Servidor em Estágio Probatório;

V - Gratificação para participação em Comissão de Processo Administrativo de Sindicância;

VI - Gratificação para participação em Comissão de Processo Administrativo Disciplinar;

VII- Gratificação para participação em Atividade de Pregoeiro;

VIII- Gratificação para participação em Atividade na Comissão Permanente de Licitação;

IX - Gratificação do Oficial de Justiça Ad-Hoc;

X - Gratificação para participação no Conselho Municipal de Contribuintes;

XI - Gratificação por Produtividade dos Fiscais.

SUBSEÇÃO I

Da Gratificação Natalina

Art. 97 - A gratificação natalina corresponde a um doze avos da remuneração a que o servidor fizer jus no mês de dezembro, por mês de exercício, no respectivo ano, salvo as situações em que houver remuneração variável durante o exercício, quando então dever-se-á efetuar a média do período.

§ 1º - A fração igual ou superior a quinze dias será paga como mês integral.

§ 2º - A gratificação natalina será paga até o dia vinte do mês de dezembro de cada ano.

§ 3º - A gratificação natalina não será considerada para cálculo de qualquer outra vantagem financeira.

§ 4º - O servidor exonerado perceberá a gratificação natalina proporcional aos meses de efetivo exercício, calculada sobre a remuneração do mês de exoneração.

§ 5º - A critério da administração municipal a gratificação natalina poderá ser antecipada em 50% (cinquenta por cento) no mês de julho de cada ano, proporcionalmente aos meses de efetivo exercício.

§ 6º - Sobre a gratificação prevista no caput incidirá contribuição previdenciária, ressalvada a hipótese do art. 59 desta Lei Complementar.

§ 7º - Excetua-se a Gratificação Natalina, das demais vedações de acumulação de gratificações previstas no § 2º do artigo 100, § 2º do artigo 101, § 2º do artigo 102, § 2º do artigo 103, § 3º do artigo 104, § 2º 105 e § 2º do artigo 106, todas da presente Lei Complementar.

SUBSEÇÃO II

Da Gratificação pelo Exercício de Cargo em Comissão

Art. 98 - Será concedida gratificação especial de 20 % (vinte por cento) do valor do cargo em comissão, ao servidor efetivo que, quando nomeado para exercer as atribuições do respectivo cargo comissionado, optar pelo vencimento do cargo de provimento efetivo que ocupa, nos termos do art. 57 da presente Lei Complementar.

Parágrafo único - Fica facultado ao Poder Legislativo conceder a seus servidores Função Gratificada-FG, conforme disposição contida em Plano de Carreira próprio.

SUBSEÇÃO III

Da Gratificação de Instrução de Programas de Capacitação e Aperfeiçoamento Profissional

Art. 99 - O servidor que ministrar cursos inseridos no Programa de Capacitação e Aperfeiçoamento Profissional para servidores públicos municipais de Rio do Sul será concedida gratificação, correspondente a 1% (um por cento) do valor de seu padrão de vencimento, por hora de trabalho realizada.

SUBSEÇÃO IV

Da Gratificação para Comitê de Avaliação de Desempenho para Servidor em Estágio Probatório

Art. 100 - O servidor efetivo e estável designado para integrar o Comitê de Avaliação de Desempenho para Servidor em Estágio Probatório, será concedida gratificação mensal equivalente a 30% (trinta por cento) do valor do Piso Mínimo dos Servidores Públicos Municipais, quando no exercício da função.

§ 1º - A gratificação prevista no caput será devida durante a vigência da designação para realização da atividade, não incorporando ao vencimento do servidor, nem tampouco incidirá qualquer contribuição previdenciária.

§ 2º - Fica vedada a acumulação desta gratificação, com outra paga a qualquer título, bem como o seu pagamento durante o período de afastamento das atividades, decorrentes de férias ou licenças.

SUBSEÇÃO V

Da Gratificação para Comissão Permanente de Sindicância

Art. 101 - Ao servidor efetivo e estável designado para integrar a Comissão Permanente de Sindicância, nos termos do art. 181, desta Lei Complementar, será concedida gratificação mensal equivalente a 30% (trinta por cento) do valor do Piso Mínimo dos Servidores Públicos Municipais, quando no exercício da função.

§ 1º - A gratificação prevista no caput será devida durante a vigência da designação para realização da atividade, não incorporando ao vencimento do servidor, nem tampouco incidirá qualquer contribuição previdenciária.

§ 2º - Fica vedada a acumulação desta gratificação, com outra paga a qualquer título, bem como o seu pagamento durante o período de afastamento das atividades, decorrentes de férias ou licenças.

SUBSEÇÃO VI

Da Gratificação para Comissão de Processo Administrativo Disciplinar

Art. 102 - Ao servidor efetivo e estável designado para integrar como membro Comissão de Processo Administrativo Disciplinar será concedida gratificação equivalente a 30% (trinta por cento) do valor do Piso Mínimo dos Servidores Públicos Municipais.

§ 1º - A gratificação será devida por processo disciplinar concluso e será paga após a entrega do relatório final à autoridade competente que determinou sua instauração, não incorporando ao vencimento do servidor, nem tampouco incidirá contribuição previdenciária.

§ 2º - Fica vedada a acumulação desta gratificação, com outra paga a qualquer título.

SUBSEÇÃO VII

Da Gratificação para Atividade de Pregoeiro

Art. 103 - Ao servidor designado para realizar atividade de pregoeiro e respectivos Membros da Equipe de Apoio será concedida gratificação nos seguintes valores:

I - Pregoeiro: 100% (cem por cento) do valor de referência do Piso Mínimo dos Servidores Públicos Municipais;

II - Membros da Equipe de Apoio: 50% (cinquenta por cento) do valor de referência do Piso Mínimo dos Servidores Públicos Municipais;

III - Suplente de Pregoeiro, quando designado para substituir o respectivo titular fará jus a gratificação na seguinte proporção:

a) substituição igual ou superior a 16 (dezesseis) dias, gratificação igual ao do respectivo titular;

b) substituição de 10 (dez) até 15 (quinze) dias, 50% (cinquenta por cento) do valor da gratificação mensal do respectivo titular;

c) substituição de 01 (um) até 09 (nove) dias, 25% (cinquenta por cento) do valor da gratificação mensal do respectivo titular;

§ 1º - A gratificação prevista no caput será devida durante a vigência da designação para realização da atividade, não incorporando ao vencimento do servidor, nem tampouco incidirá qualquer contribuição previdenciária.

§ 2º - Fica vedada a acumulação desta gratificação, com outra paga a qualquer título, bem como o seu pagamento durante o período de afastamento das atividades, decorrentes de férias ou licenças.

SUBSEÇÃO VIII

Da Gratificação para Comissão Permanente de Licitação

Art. 104 - Ao servidor designado para integrar Comissão Permanente de Licitação na qualidade de titular será concedida gratificação equivalente a 100% (cem por cento) do valor de referência do Piso Mínimo dos Servidores Públicos Municipais.

§ 1º - Ao servidor nomeado como Suplente da Comissão Permanente de Licitação, quando designado para substituir o respectivo Titular, fará jus a gratificação na proporção estabelecida no Art. 103, inciso III, da presente Lei Complementar.

§ 2º - A gratificação prevista no caput será devida durante a vigência da designação para realização da atividade, não incorporando ao vencimento do servidor, nem tampouco incidirá qualquer contribuição previdenciária.

§ 3º - Fica vedada a acumulação desta gratificação, com outra paga a qualquer título, bem como o seu pagamento durante o período de afastamento das atividades, decorrentes de férias ou licenças.

SUBSEÇÃO IX

Da Gratificação para Oficial de Justiça Ad-Hoc

Art. 105 - Ao servidor efetivo e estável, indicado Poder Executivo Municipal, designado para realizar atividade de Oficial de Justiça Ad-Hoc será concedida

gratificação mensal equivalente a 50% (cinquenta por cento) do valor do Piso Mínimo dos Servidores Públicos Municipais.

§ 1º - A gratificação prevista no caput será devida durante a vigência da designação para realização da atividade, não incorporando ao vencimento do servidor, nem tampouco incidirá qualquer contribuição previdenciária.

§ 2º - Fica vedada a acumulação desta gratificação, com outra paga a qualquer título, bem como o seu pagamento durante o

período de afastamento das atividades, decorrentes de férias ou licenças.

SUBSEÇÃO X

Da Gratificação por participação no Conselho Municipal de Contribuintes

Art. 106 - Ao servidor efetivo, representante do Poder Executivo Municipal, designado para participar do Conselho Municipal de Contribuintes será concedida gratificação nos termos da norma contida no Código Tributário Municipal.

§ 1º - A gratificação prevista no caput será devida durante a vigência da designação para realização da atividade, não incorporando ao vencimento do servidor, nem tampouco incidirá qualquer contribuição previdenciária.

§ 2º - Fica vedada a acumulação desta gratificação, com outra paga a qualquer título, bem como o seu pagamento durante o período de afastamento das atividades, decorrentes de férias ou licenças.

SUBSEÇÃO XI

Da Gratificação de Produtividade dos Fiscais

Art. 107. VETADO

Parágrafo único - Até a edição da nova lei, a Gratificação de Produtividade devida aos Fiscais, será efetuada em conformidade com o disposto na Lei nº 101, de 30 de abril de 2.003 e no Decreto nº 486, de 27 de setembro de 2.005.

SEÇÃO IV

Dos Adicionais

Art. 108 - Aos servidores serão concedidos os seguintes adicionais:

- I - Adicional por tempo de serviço;
- II - Adicional de férias;
- III - Adicional pelo exercício de atividade em condições insalubres ou perigosas;
- IV - SUPRIMIDO;
- V - Adicional pela prestação de serviço extraordinário;
- VI - Adicional pelo trabalho noturno.

SUBSEÇÃO I

Do Adicional por Tempo de Serviço

Art. 109 - Fica instituído o Adicional por Tempo de Serviço, o qual dar-se-á na razão de 1% (um por cento) por ano de efetivo serviço público no município incidente sobre o vencimento base do servidor integrante do quadro permanente da administração municipal.

§ 1º - O servidor fará jus ao adicional mencionado no caput deste artigo, a cada 12 (doze) meses de efetivo serviço;

§ 2º - Os adicionais por tempo de serviço, já concedidos aos servidores abrangidos por esta Lei Complementar, ficam transformados de triênio para anuênio.

§ 3º - Fica limitado em 35% (trinta e cinco por cento) o Adicional por Tempo de Serviço de que trata o caput deste artigo.

§ 4º - Não será admitida, a título de adicional de tempo de serviço, qualquer forma de contagem de tempo de contribuição fictício, ou seja, sem contribuição.

SUBSEÇÃO II

Do Adicional de Férias

Art. 110 - Independentemente de solicitação, será pago ao servidor por ocasião de férias, adicional de um terço da remuneração correspondente ao período de férias.

SUBSEÇÃO III

Do Adicional pelo Exercício de Atividade em Condições Insalubres ou Perigosas

Art. 111 - Serão consideradas atividades ou operações insalubres aquelas que por sua natureza, condições ou métodos de trabalho, exponham os servidores municipais a agentes nocivos à sua saúde, acima dos limites de tolerância fixados em razão da natureza e da intensidade do agente e do tempo de exposição.

Art. 112 - O quadro das atividades e operações insalubres e normas e critérios de caracterização da insalubridade, limites de tolerância aos agentes agressivos, meios de proteção e o tempo máximo de exposição do servidor a esses agentes serão fixados na lei federal.

Parágrafo único - O exercício de trabalho em condições insalubres, acima dos limites de tolerância estabelecidos pela legislação, assegura a percepção do adicional respectivamente de 40% (quarenta por cento), 20% (vinte por cento) e 10% (dez por cento) do valor do salário mínimo nacional, segundo se classifiquem nos graus máximo, médio e mínimo, respectivamente.

Art. 113 - São consideradas atividades ou operações perigosas, aquelas que, por sua natureza ou métodos de trabalho, impliquem o contato permanente com inflamáveis, explosivos, eletricidade, em condições de risco acentuado e outras previstas em legislação federal.

Parágrafo único - O trabalho em condições de periculosidade assegura ao servidor um adicional de 30% (trinta por cento) sobre o seu vencimento base.

Art. 114 - O servidor que fizer jus aos adicionais de insalubridade e de periculosidade, de acordo com o laudo técnico das condições de ambiente de trabalho, deverá optar por um deles, não sendo acumuláveis estas vantagens.

Parágrafo Único - O direito ao adicional de insalubridade ou periculosidade cessará com a eliminação das condições ou dos riscos que deram causa à sua concessão, mediante atos da administração, inclusive com o fornecimento de Equipamentos de Proteção Individual (EPI).

Art. 115 - É proibido à servidora gestante ou lactante o trabalho em atividade ou operações consideradas insalubres ou perigosas.

Art. 116 - Os locais de trabalho e os servidores que operam com Raios X ou substâncias radioativas devem ser mantidos sob controle permanente, de modo que as doses de radiação ionizantes não ultrapassem o nível máximo previsto na legislação própria.

Parágrafo Único - Os servidores a que se refere o caput devem ser submetidos a exames médicos periódicos, pagos pelo Município ou realizados pela sua Junta Médica Oficial.

Art. 117 - A caracterização e a classificação da insalubridade e da periculosidade, segundo a legislação federal, far-se-ão através laudo específico realizado por profissional especializado.

Art. 118 - Sobre os adicionais de insalubridade e de periculosidade previstos não incidirá contribuição previdenciária, da mesma forma que não se incorporará aos proventos de aposentadoria e pensão.

SUBSEÇÃO IV Do Seguro de Vida

Art. 119 - Fica assegurado exclusivamente aos Guardas Municipais, quando no efetivo exercício de suas atribuições, o direito de um seguro de vida em grupo, cujo pagamento competirá ao Município.

Art. 120 - O seguro previsto no artigo anterior deverá abranger, necessariamente, indenização por morte natural, acidental e invalidez parcial ou total, e será contratado pela Administração Municipal na forma da Lei, com renovação anual obrigatória.

Art. 121 - O valor da indenização de que tratam os artigos 119 e 120 não poderá ultrapassar a 60 (sessenta) vezes o valor do Piso Mínimo Municipal fixado em Lei própria.

SUBSEÇÃO V Do Adicional pela Prestação de Serviço Extraordinário

Art. 122 - O serviço extraordinário será remunerado com acréscimo de 50% (cinquenta por cento) em relação à hora normal de trabalho.

§ 1º - No caso de trabalho em dia consagrado de repouso e em feriado, o adicional será de 100% (cem por cento) sobre a hora normal.

§ 2º - Somente será permitido serviço extraordinário para atender a situações excepcionais e temporais.

§ 3º - O serviço extraordinário prestado pelo servidor integrará, pela média do valor dos serviços realizados nos respectivos períodos aquisitivos, o cálculo da gratificação natalina, das férias, da licença para tratamento de saúde, da licença prêmio por desempenho e da aposentadoria, quando for o caso.

§ 4º - Para efeito de Aposentadoria e da Licença para Tratamento de Saúde, a integração de que trata o § 3º deste artigo, será calculada pela média do valor corrigido dos serviços extraordinários prestados nos últimos 6 (seis) anos.

Art. 123 - Fica estabelecido que os servidores efetivos poderão ter jornada de trabalho especial de prorrogação e/ou compensação de horas de trabalho, desde que observado o máximo de 10 (dez) horas diárias e o limite de horas mensais, respeitado o descanso semanal e o limite máximo de 02 (duas) horas extras por dia.

Parágrafo único - As horas trabalhadas em regime de compensação não serão consideradas como extraordinárias.

Art. 124 - A administração de cada Poder poderá ter servidores realizando tarefas em regime sobreaviso, para executarem serviços imprevistos, emergenciais ou essenciais à coletividade.

§ 1º - Regime de sobreaviso é aquele em que o servidor fica na sua residência aguardando ser chamado para prestar serviço em seu local de trabalho.

§ 2º - As horas do regime de sobreaviso serão remuneradas à razão de 1/3 (um terço) do vencimento base do servidor.

§ 3º - As horas efetivamente trabalhadas no regime de sobreaviso serão remuneradas pelo vencimento normal com os devidos acréscimos legais.

§ 4º - Os servidores ocupantes de cargos públicos de provimento em comissão são sujeitos ao regime de dedicação integral e, portanto, não terão direito à remuneração pelo regime de sobreaviso.

§ 5º - Obriga-se o servidor que se encontra em regime de sobreaviso, quando convocado, atender o chamado imediatamente, sob pena de responder pela omissão de seu mister, sem prejuízo das sanções disciplinares previstas em lei.

§ 6º - Os cargos públicos de provimento efetivo sujeitos ao regime de sobreaviso, deverão estar expressamente previstos em ato próprio de cada Poder, cuja escala deverá ser no máximo, de 24 (vinte e quatro) horas, previamente aprovada pelo responsável do órgão de lotação do servidor.

SUBSEÇÃO VI Do Adicional pelo Trabalho Noturno

Art. 125 - O adicional de trabalho noturno, assim entendido o que for prestado no período entre 22h00m (vinte e duas horas) e 05h00m (cinco horas) do dia seguinte.

§ 1º - As horas prestadas no período definido neste artigo serão acrescidas de 20% (vinte por cento) sobre a hora normal de serviço.

§ 2º - A hora de trabalho noturno será computada como de 52:30 (cinquenta e dois minutos e trinta segundos).

§ 3º - Nos horários mistos, assim entendidos os que abrangem períodos diurnos e noturnos, aplicam-se às horas de trabalho noturno o disposto nestes parágrafos.

CAPITULO III DO PRÊMIO ESPECIAL

Art. 126 - O servidor efetivo que ingressar no serviço público a partir da vigência desta Lei Complementar, ao completar 25 (vinte e cinco) anos no Município de Rio do Sul (Poder Executivo - administração direta, e indireta e do Poder Legislativo), será conferido prêmio especial que consistirá de uma importância em dinheiro equivalente ao valor do vencimento base do cargo que ocupa.

Parágrafo único. O servidor público efetivo ou aquele estabilizado por força do art. 19 do ADCT (Ato das Disposições Constitucionais Transitórias - CF/1988) em exercício na data da publicação desta Lei Complementar, que completar vinte e cinco anos de serviço público no Município de Rio do Sul (Poder Executivo - administração direta, e indireta e do Poder Legislativo), será conferido prêmio especial que consistirá de uma importância em dinheiro equivalente ao dobro do valor do vencimento base do cargo que ocupa.

CAPITULO IV DAS FÉRIAS

Art. 127 - O servidor fará jus, anualmente, ao gozo de 30 (trinta) dias consecutivos de férias remuneradas.

§ 1º - Para o primeiro período aquisitivo de férias serão exigidos 12 (doze) meses de exercício, exceto para o magistério, cujas férias devem ser gozadas no período de recesso escolar.

§ 2º - Após cada período de 12 (doze) meses de trabalho, o servidor terá direito a férias, na seguinte proporção:

- I - 30 (trinta) dias corridos, quando não houver faltado ao serviço mais de 5 (cinco) vezes;
- II - 24 (vinte e quatro) dias corridos, quando houver tido de 06 (seis) a 14 (quatorze) faltas;
- III - 18 (dezoito) dias corridos, quando houver tido de 15 (quinze) a 23 (vinte e três) faltas;
- IV - 12 (doze) dias corridos, quando houver tido de 24 (vinte e quatro) a 32 (trinta e duas) faltas;

§ 3º - O servidor não fará jus às férias quando no período aquisitivo:

I - tiver mais de 32 (trinta e duas) faltas não justificadas;
II - permanecer em licença para tratamento de saúde e nos casos de acidente de trabalho, por período superior a 180 (cento e oitenta) dias, intercalados ou não, reiniciando-se novo período aquisitivo na data em que o servidor retornar ao trabalho, valendo, a presente regra para os servidores que se encontram afastados;

§ 4º - Durante o recesso escolar, os servidores do Magistério poderão ser convocados pelo órgão competente para participar de cursos ou atividades relacionadas ao magistério, respeitando o período de férias.

§ 5º - Sempre que as férias forem concedidas após estar acumuladas dois períodos aquisitivos, é devido o pagamento em dobro da respectiva remuneração.

§ 6º - A concessão das férias será comunicada por escrito ao servidor, através do órgão competente do Município, com a antecedência mínima de 15 (quinze) dias, excetuando-se do cumprimento do prazo, as situações acordadas mutuamente.

§ 7º - As férias deverão ser programadas até o 11º (décimo primeiro) mês do período concessivo; do contrário será concedida automaticamente pela área de Recursos Humanos no último mês do respectivo período.

§ 8º - Somente em casos excepcionais serão as férias concedidas em dois períodos, um dos quais não poderá ser inferior a 10 (dez) dias corridos.

§ 9º - Os membros de uma família, que trabalham no mesmo órgão terão direito a gozar férias no mesmo período, se assim o desejarem e se disto não resultar prejuízo para o serviço.

§ 10º - É vedado descontar das férias as faltas do servidor ocorridas no período aquisitivo.

Art. 128 - É facultado a administração converter um terço das férias em abono pecuniário.

Parágrafo único - No cálculo do abono do pecuniário será considerado o valor do adicional de férias previsto no artigo 110.

Art. 129 - O servidor que opera direta, exclusiva e permanentemente com Raios X e substâncias radioativas, gozará, obrigatoriamente, vinte dias consecutivos de férias por semestre de atividade profissional, proibida, em qualquer hipótese, a acumulação.

Parágrafo único - É vedado ao servidor referido neste artigo converter um terço de suas férias em abono pecuniário.

Art. 130 - As férias somente poderão ser interrompidas por motivo de calamidade pública, comoção interna, convocação para júri, serviço militar ou eleitoral ou por motivo de superior interesse público.

Art. 131 - Aos servidores ocupantes de cargos de provimento efetivo que passarem para a inatividade e aos ocupantes de cargos em comissão, no momento da exoneração de ofício ou a pedido será devida a indenização correspondente ao período de férias, cujo direito tenha sido adquirido e não tenha sido exercido em época própria.

Parágrafo único. Aos servidores mencionados no caput deste artigo, após 12 (doze) meses de serviço, será devido o direito à indenização relativa ao período incompleto de férias, na proporção de 1/12 (um doze avos) por mês de serviço ou fração superior a 14

(quatorze) dias, desde que a cessação do vínculo com o Município não seja decorrente de processo disciplinar que tenha ensejado penalidade de demissão.

CAPÍTULO V DAS LICENÇAS

Art. 132 - São modalidades de licença:

I - para serviço militar;
II - para atividade política;
III - para desempenho de mandato eletivo;
IV - para desempenho de atividades classistas;
V - para tratar de assuntos particulares;
VI - prêmio;
VII - para acompanhar o cônjuge ou companheiro;
VIII - por motivo de doença em pessoa da família.

§ 1º - São competentes para a concessão de licença a autoridade superior de cada Poder, admitida a delegação de competência.

§ 2º - As licenças previstas não se aplicam ao servidor cujo vínculo com o Município decorrer apenas do exercício de cargo em comissão ou agente político.

§ 3º - O servidor afastado ou licenciado do cargo, sem remuneração, poderá contar o respectivo tempo de afastamento ou licenciamento para fins de aposentadoria, mediante o recolhimento das contribuições previdenciárias, relativas à parte do segurado e a patronal.

SEÇÃO I

Da Licença para o Serviço Militar

Art. 133 - Ao servidor que for convocado para o serviço militar obrigatório será concedida licença sem remuneração, cuja duração será idêntica a do período em que estiver servindo as Forças Armadas.

§ 1º - A licença será concedida à vista de documento oficial que prove a incorporação.

§ 2º - Ao servidor desincorporado será concedido o prazo de 10 (dez) dias para que reassuma o exercício do cargo sem perdas de vencimento.

SEÇÃO II

Da Licença para Atividade Política

Art. 134 - O servidor efetivo terá direito a licença, sem remuneração, durante o período que mediar entre a desincompatibilização do cargo, determinada por lei ou sua escolha em convenção partidária, para concorrer a cargo eletivo e o dia do registro de sua candidatura perante a justiça eleitoral.

Parágrafo único - A partir do registro da candidatura e até o quinto dia seguinte ao da eleição, o servidor efetivo fará jus à licença com remuneração integral, como se em efetivo exercício estivesse.

SEÇÃO III

Da Licença para Desempenho de Mandato Eletivo

Art. 135 - O servidor público municipal do Poder Executivo ou Poder Legislativo, da Administração Direta ou Indireta, no exercício de mandato eletivo, aplicam-se as seguintes disposições:

I - quando investido no mandato de Chefe do Executivo, ou outro mandato eletivo federal ou estadual, será afastado de seu cargo, facultando-lhe optar pela remuneração de seu cargo ou pelo

subsídio, quando investido no mandato de Chefe do Executivo;

II - se investido no mandato de Vereador, havendo compatibilidade de horários, perceberá as vantagens de seu cargo, sem prejuízo da remuneração do cargo eletivo e, não havendo compatibilidade deverá optar ou pela remuneração do cargo ou pelo subsídio do mandato de Vereador.

§ 1º - Findo o mandato, o servidor público reassumirá o seu cargo.

§ 2º - Sempre que houver necessidade do servidor público afastar-se para exercer o mandato eletivo, seu tempo de serviço será contado para todos os efeitos legais, exceto para progressão funcional.

§ 3º - Para efeito de benefício previdenciário, os valores serão determinados como se no exercício estivesse.

SEÇÃO IV

Da Licença para Desempenho de Mandato Classista

Art. 136 - É assegurado ao servidor efetivo o direito a licença para desempenho de mandato em sindicato representativo da categoria dos servidores municipais, com remuneração do cargo efetivo.

§ 1º - A licença terá duração igual ao do mandato, podendo ser prorrogada em caso de reeleição e por uma única vez.

§ 2º - O servidor ocupante de cargo em comissão, efetivo ou não, deverá ser exonerado do cargo comissionado quando for empossado no mandato de que trata este artigo.

§ 3º - Poderão ser licenciados 02 (dois) servidores, incluindo o presidente eleito, para cargos na referida entidade.

SEÇÃO V

Da Licença para Tratar de Assuntos Particulares

Art. 137 - A critério da Administração, poderá ser concedida, ao servidor estável, licença para tratar de assuntos particulares, pelo prazo de até 02 (dois) anos consecutivos, sem remuneração.

§ 1º - A licença poderá ser interrompida a qualquer tempo, a pedido do servidor ou no interesse do serviço, devendo neste caso, o mesmo assumir imediatamente o serviço.

§ 2º - Em caso de interrupção, no interesse do serviço, a licença poderá ser renovada até a complementação do prazo anteriormente concedido.

§ 3º - Não se concederá nova licença antes de decorridos 02 (dois) anos do término da anterior.

§ 4º - Não se concederá licença a servidor nomeado, removido ou transferido, antes de completar 03 (três) anos de efetivo exercício no cargo, ou que esteja respondendo a processo disciplinar.

§ 5º - Finda a licença e o servidor não retornando, os dias não trabalhados serão considerados como falta ao serviço.

§ 6º - O requerente aguardará em exercício a decisão sobre o pedido de licença, devendo o órgão competente manifestar-se no prazo de 30 (trinta) dias.

§ 7º - Ao servidor ocupante de cargo em comissão não se concederá, nessa qualidade, licença para tratar de interesses particulares.

Art. 138 - O servidor que estiver em licença para tratar de assuntos

particulares não poderá ser contratado pelo município sob forma alguma.

Parágrafo Único - Não poderá haver a contratação de servidor, inclusive em Caráter Temporário, para suprir vaga decorrente da licença de que trata o art. 137 desta Lei Complementar.

SEÇÃO VI

Da Licença Prêmio

Art. 139 - O servidor estável terá direito como prêmio de assiduidade, a licença de 03 (três) meses, em cada período de 05 (cinco) anos de efetivo exercício ininterrupto, em que não tenha mais do que 05 (cinco) faltas injustificadas no período aquisitivo.

§ 1º - Não se concederá licença prêmio por desempenho ao servidor que, no período aquisitivo for enquadrado nas situações enumeradas abaixo:

I - sofrer penalidade disciplinar de suspensão;

II - afastar-se do cargo em virtude de:

a) licença para tratar de assuntos particulares;

b) condenação à pena privativa de liberdade, determinada por sentença definitiva;

III - não conseguir aprovação na Avaliação de Desempenho para a Progressão Funcional, excluindo-se, neste caso, o cumprimento no primeiro quinquênio.

§ 2º - O período de licença será considerado de efetivo exercício para todos os efeitos legais e não acarretará descontos no vencimento ou remuneração.

§ 3º - Encerrada a pena de suspensão e os afastamentos previstos nos incisos I e II do § 1º do presente artigo, dar-se-á início a contagem de novo período aquisitivo.

Art. 140 - O requerimento de licença prêmio será instruído com a declaração do tempo de serviço.

§ 1º - A licença deverá ser usufruída em período contínuo, ficando a critério do interessado a época da fruição.

§ 2º - A licença prêmio, se assim optar o servidor público, e a critério de cada Poder, mediante requerimento, poderá ser convertida em pecúnia, de importância correspondente a metade ou a totalidade do período da licença.

§ 3º - Para efeito do cálculo da conversão, será considerado o vencimento referente ao cargo de provimento efetivo para o qual foi nomeado o servidor público e incluir-se-ão todas as vantagens pessoais a ele referente.

§ 4º - No caso de optar pela conversão em pecúnia referente à metade do período da licença, deverá o servidor gozar o restante, a partir do recebimento da parcela.

Art. 141 - O servidor público deverá aguardar em exercício a concessão da licença.

Parágrafo único - Dependerá de novo requerimento, o gozo da licença, quando, embora requerida esta não for iniciada dentro de 30 (trinta) dias, contados da data da publicação do ato oficial que a houver concedido.

Art. 142 - O número de servidores em gozo simultâneo de licença prêmio por desempenho não poderá ser superior a 1/6 (um sexto) da lotação da respectiva unidade administrativa do órgão ou entidade.

Art. 143 - Decairá do direito de receber em pecúnia a licença prêmio não gozada, o servidor que não a requerer no prazo de 90 (noventa) dias contados da data de sua respectiva exoneração.

SEÇÃO VII

Da Licença para Acompanhar o Cônjuge ou Companheiro(a)

Art. 144 - O servidor estável, cujo cônjuge ou companheiro for servidor federal, estadual e tiver sido mandado servir, ex-ofício em outro ponto do território nacional, ou no estrangeiro, terá direito a licença sem remuneração.

§ 1º - A licença será concedida mediante pedido instruído por documento oficial que comprove a remoção e vigorará pelo período de até 2 (dois) anos.

§ 2º - Decorrido o prazo e não tendo o servidor reassumido o exercício do cargo, será demitido por abandono do cargo, cuja apuração dar-se-á em regular processo administrativo.

Art. 145 - Fica o órgão autorizado a contratar servidor em caráter temporário para suprir a vaga decorrente da licença de que trata o art. 144 desta Lei Complementar.

SEÇÃO VIII

Da Licença por Motivo de Doença em Pessoa da Família

Art.146 - Poderá ser concedida licença, ao servidor efetivo, por motivo de doença do cônjuge ou companheiro(a), pais e filhos, do padrasto ou madrasta e enteados cujos nomes constem de seu assentamento funcional, mediante comprovação por perícia médica municipal e avaliação do serviço social municipal.

§ 1º- A licença de que trata este artigo somente será deferida se a assistência direta do servidor for indispensável e não puder ser prestada simultaneamente com o exercício do cargo.

§ 2º - A licença será concedida sem prejuízo da remuneração do cargo efetivo, até 15 (quinze) dias, podendo ser prorrogada por mais 15 (quinze) dias, mediante parecer da perícia médica municipal e, excedendo estes prazos, sem remuneração, por até 12 (doze) meses.

§ 3º - O pedido de concessão de licença por motivo de doença em pessoa da família, dentro do prazo de 30 (trinta dias) do término da outra, será considerada como prorrogação.

§ 4º - O servidor somente terá direito a licença remunerada na forma, prazo e condições estabelecidas no § 2º, uma única vez ao ano.

§ 5º - O servidor que necessitar licenciar-se com base na norma prevista neste artigo, deverá requerer e aguardar em serviço o parecer da autoridade competente.

§ 6º - O pedido de licença mencionado no presente artigo, obedecerá o rito sumaríssimo e deverá ser apreciado pela autoridade competente num prazo máximo de até 72 (setenta e duas) horas.

§ 7º - Sendo a doença descrita no caput deste artigo diagnosticada como neoplasia maligna (câncer) devidamente comprovado e referendado pelo Serviço de Inspeção Médica Municipal - SIMM, e havendo a estrita necessidade de acompanhamento do servidor constatado pelo serviço social do município, a licença de que trata o § 2º deste artigo, poderá ser prorrogada por até 165 (cento e sessenta e cinco) dias, sem prejuízo da remuneração, e persistindo a situação de assistência, por mais 12 (doze) meses, sem remuneração.

Art. 147 - Poderá ser efetuada contratação de servidor em caráter temporário, nos termos da legislação municipal específica, para suprir a ausência do servidor licenciado com base no art. 146 da presente Lei Complementar, após expirado o prazo de que trata o § 2º do art. 146 e, desde que, a perícia médica municipal ratifique a necessidade de afastamento do servidor por período de até 12 (doze) meses.

CAPÍTULO VI

DA CESSÃO

Art. 148 - O servidor estável poderá ser cedido mediante requisição para ter exercício em outro órgão ou entidade dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, nas seguintes hipóteses:

- I - para exercício de cargo em comissão;
- II - para o atendimento de convênios e/ou instrumento similares;
- III - nos demais casos previstos em leis específicas.

§ 1º - Na hipótese do Inciso I deste artigo, o ônus da remuneração será do órgão ou entidade requisitante, e nos demais incisos, conforme prever o convênio ou a lei.

§ 2º - O período em que o servidor estável estiver cedido interrompe o tempo de contagem para a progressão na carreira e demais benefícios.

Art. 149 - Fica expressamente proibida a contratação de servidor em caráter temporário para suprir a cessão de que trata o art. 148 da presente Lei Complementar, ressalvada a hipótese do inciso I deste mesmo artigo.

CAPÍTULO VII

DAS CONCESSÕES

SEÇÃO I

Das Disposições Gerais

Art. 150 - Sem qualquer prejuízo, poderá o servidor ausentar-se do serviço:

- I - por 1 (um) dia para doação de sangue, a cada período de seis meses;
- II - por 02 (dois) dias úteis, pelo falecimento de avós, netos, tios e sobrinhos, madrasta, padrasto e sogros;
- III - até 05 (cinco) dias úteis em virtude de seu casamento, contados a partir da data do pedido.
- IV - até 05 (cinco) dias úteis pelo falecimento de cônjuge, companheiro, pais, filhos, irmãos, enteados e menores sob guarda ou tutela.
- V - por 02 (dois) dias em virtude da convocação da Justiça Eleitoral para trabalho nas eleições, mediante comprovação de participação firmada pelo órgão.

§ 1º - A concessão prevista no item III deste artigo deverá ser concedida obrigatoriamente na semana do casamento.

§ 2º - A concessão prevista no item V deste artigo refere-se ao trabalho executado por turno eleitoral e deverá ser usufruída no período máximo de 60 (sessenta) dias subsequentes a participação exercida.

SEÇÃO II

Das Concessões para Estudo

Art. 151 - Poderá ser concedido horário especial, a critério de cada Poder, para frequentar cursos de graduação e pós-graduação em especialização, mestrado ou doutorado e desde que não

prejudique o funcionamento do serviço público, o exercício efetivo do cargo e haja incompatibilidade total de horário, nos seguintes casos:

I - ao servidor efetivo para cursar graduação ou pós graduação, em nível de especialização;

II - ao servidor efetivo e estável para cursar pós-graduação em nível de mestrado e doutorado.

§ 1º - Para efeito do disposto neste artigo, será exigida a compensação de horário na repartição, respeitada a duração mensal do trabalho.

§ 2º - Excepcionalmente, e mediante autorização expressa da chefia imediata, quando a compensação de horas efetivar-se através de atividades ligadas a campanhas educativas, campanhas e serviços correlatos de saúde, campeonatos esportivos, participação em cursos de capacitação promovidos pela administração municipal, estas poderão ser realizadas e computadas trimestralmente.

§ 3º - Compete à chefia imediata do servidor beneficiado com o regime especial de trabalho, definir o local de trabalho onde as atividades realizadas a título de compensação de horas irão se efetivar, observando-se neste caso que estas sejam realizadas no Município de Rio do Sul e compatíveis com as atribuições do cargo de carreira do servidor.

§ 4º - O servidor designado para cumprir compensação de horas em local diferente de sua lotação, não fará jus a qualquer auxílio financeiro destinado a cobrir custo adicional com transporte ou alimentação.

§ 5º - Ao servidor em exercício de atividades em regime de compensação de horas, fica vedado o pagamento do adicional de horas extras até o limite da jornada normal de trabalho.

§ 6º - Nas férias escolares e nos dias em que não houver aula na Instituição de Ensino, o servidor beneficiado com horário especial, deverá cumprir a carga horária integral do cargo efetivo do qual está vinculado ao Município.

§ 7º - O controle das horas compensadas e àquelas a compensar serão feitas pela chefia imediata da repartição a qual o servidor está subordinado, devendo tal relatório de controle, ser encaminhado mensalmente à área de Recursos Humanos, para os registros funcionais competentes.

§ 8º - Verificado o interesse público e não havendo comprometimento das atividades normais da repartição, fica limitada, a liberação simultânea de até 03 (três) servidores da mesma unidade administrativa.

§ 9º - A concessão prevista neste artigo somente poderá ser deferida mediante requerimento do interessado à área de Recursos Humanos, constando o nome do curso, horário das aulas, respectiva duração, despacho fundamentado da chefia imediata sobre o deferimento ou não do pedido e atendimento das seguintes condições:

- a) comprovação de matrícula em curso na área afim do cargo ocupado pelo servidor ou, quando não realizada, a demonstração do prazo em que esta findará;
- b) comprovação de que a Instituição de Ensino onde foi aprovado, não possui o referido curso em horário noturno;
- c) apresentação de calendário escolar da Instituição de Ensino que pretende frequentar.

Art. 152 - O total de horas compensadas não poderá ultrapassar a 10 (dez) horas semanais.

Art. 153 - Perderá o benefício de compensação de horas o servidor que:

- I - não apresentar comprovação mensal de frequência no curso;
- II - não cumprir a compensação de horas, nos prazos e forma definidos pelo órgão competente.

§ 1º - No caso de desistência do curso autorizado, o servidor fica obrigado a compensar a totalidade das horas concedidas como horário especial.

§ 2º - O não cumprimento da norma prevista no inciso II deste artigo é considerado como falta não justificada ao trabalho, devendo, neste caso, ser aplicado ao servidor infrator as penalidades administrativas previstas nesta Lei Complementar.

CAPÍTULO VIII DO TEMPO DE SERVIÇO

Art. 154 - A apuração do tempo de serviço será feita em dias, que serão convertidos em anos, considerando-se o ano com 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias.

§ 1º - Para efeito de aposentadoria computar-se-á integralmente:

- I - o tempo de serviço federal, estadual ou municipal, inclusive autárquico e fundacional;
- II - o período de serviço ativo nas forças armadas;
- III - o tempo em que o servidor esteve em disponibilidade;
- IV - o tempo de serviço em atividade privada vinculada ao Regime Geral de Previdência Social, desde que o servidor conte com cinco anos de efetivo exercício junto ao Município;
- V - o período de exercício de mandato Federal, Estadual ou Municipal.

§ 2º - O tempo de serviço não prestado ao Município, suas Autarquias e Fundações Públicas, somente será computado a vista de certidão passada pelo órgão competente, ou após conclusão de processo administrativo instaurado para tanto.

§ 3º - É vedada a soma de tempo de serviço simultaneamente prestado em cargos, empregos ou funções dos poderes e órgãos da Administração indireta, da União, dos Estados, Municípios e Distrito Federal.

§ 4º - Não se contará para efeito de aposentadoria e disponibilidade, o tempo em que o servidor esteve afastado em virtude de cumprimento de pena judicial que não determine exoneração.

§ 5º - Todo o tempo de serviço prestado ao Município será integralmente considerado para efeitos de aposentadoria.

§ 6º - Para efeitos de licença prêmio somente será considerado o período em que o servidor entrou no exercício do cargo mediante regular concurso público.

§ 7º - Para fazer jus ao direito consignado no § 6º deste artigo, o período de exercício deverá ser contínuo, havendo rompimento do vínculo com a municipalidade, o prazo somente será considerado a partir do reinício do exercício no novo cargo.

Art. 155 - São considerados como de efetivo exercício os afastamentos em virtude de:

- I - desempenho de mandato eletivo Municipal, Estadual ou Federal;
- II - convocação para o Serviço Militar;
- III - júri e outros serviços obrigatórios por Lei;
- IV - missão ou curso fora do Município, quando autorizada;
- V - férias;

VI - processo disciplinar que não resulte penalidade;
VII - licença:

- a) a gestante, à adotante e paternidade;
- b) para tratamento da própria saúde ou para acompanhamento doença em pessoa da família durante o período em que houver contribuição previdenciária;
- c) para atividades políticas, no caso do Parágrafo Único do Art. 134 desta Lei Complementar;
- d) para desempenho de mandato classista;
- e) por motivo de acidente de serviço ou de doença profissional;
- f) licença prêmio.

VIII - outros afastamentos previstos nesta lei em que houver contribuição previdenciária.

CAPÍTULO IX DO DIREITO DE PETIÇÃO

Art. 156 - Em defesa de direito ou de interesse legítimo é assegurado ao servidor requerer, pedir reconsideração e recorrer na esfera administrativa, mediante petição, e observadas as seguintes normas:

- I - deverá ser dirigida à autoridade competente para decidir e encaminhando por intermédio daquela a que estiver imediatamente subordinado o peticionante, o qual decidirá no prazo de 30 (trinta) dias, ressalvada a necessidade de diligência ou parecer especializado, caso em que o prazo será de 60 (sessenta) dias;
- II - só cabe pedido de reconsideração à autoridade que emitiu decisão a respeito, não podendo ser dirigido a mesma autoridade por mais de uma vez;
- III - cabe recurso para a autoridade imediatamente superior a que expediu o ato que decidiu em primeira instância, e sucessivamente em escala ascendente, as demais autoridades;
- IV - os requerimentos, recursos ou pedidos de reconsideração não têm efeito suspensivo;
- V - o direito de requerer prescreve:

- a) em 05 (cinco) anos, quanto aos atos de demissão, cassação de aposentadoria e de disponibilidade ou que afetem o interesse patrimonial em créditos resultantes da relação de trabalho;
- b) em 01 (um) ano nos demais casos.

VI - o prazo para recorrer ou pedir reconsideração é de 30 (trinta) dias, contados da data da publicação ou data em que o servidor for cientificado pessoalmente;
VII - o pedido de reconsideração e o recurso interrompem o prazo de prescrição.

Parágrafo único - Para o exercício do direito de petição é assegurada a vista do processo ou do documento, na repartição, ao servidor ou ao procurador por ele constituído, bem como cópia das peças que tenha interesse à sua defesa.

TÍTULO V DO REGIME DISCIPLINAR

CAPÍTULO I DOS DEVERES

Art. 157 - São deveres do servidor público:

- I - exercer com zelo e dedicação as atribuições do cargo;
- II - ser leal às instituições a que servir;
- III - observar as normas legais e regulamentos;
- IV - cumprir as ordens superiores, exceto quando manifestamente ilegais;
- V - atender com presteza sem preferência pessoal:

- a) ao público em geral, prestando as informações requeridas;
- b) a expedição de certidões requeridas para defesa de direito ou esclarecimento de situações de interesse pessoal;
- c) as requisições para defesa da Fazenda Pública;

- VI - levar ao conhecimento da autoridade superior as irregularidades de que tiver ciência em razão do cargo;
- VII - zelar pela economia do material que lhe for confiado e pela conservação do patrimônio público;
- VIII - guardar sigilo sobre os assuntos da repartição que não devam ser divulgados;
- IX - manter conduta compatível com a moralidade administrativa;
- X - ser assíduo e pontual ao serviço;
- XI - tratar com urbanidade as pessoas, preservar a imagem, decoro, eficiência e credibilidade;
- XII - participar das comissões para as quais for nomeado;
- XIII - observar as normas de segurança e medicina do trabalho estabelecidas, bem como, o uso obrigatório dos equipamentos de proteção individual (EPI) que lhe forem confiados;
- XIV - utilizar crachá de identificação e uniforme quando disponibilizado pelo órgão competente, conforme norma regulamentadora;
- XV - frequentar cursos, quando indicados pela administração, para aperfeiçoamento, capacitação ou especialização;
- XVI - submeter-se a avaliação médica e/ou avaliações complementares que for determinada pela autoridade competente;
- XVII - providenciar para que esteja sempre em dia no seu assentamento individual, seu endereço residencial e sua declaração de família;
- XVIII - representar contra a ilegalidade, omissão ou abuso de poder.

Parágrafo único - A representação de que trata o inciso XVIII será encaminhada pela via hierárquica e apreciada pela autoridade superior àquela contra a qual é formulada, assegurando-se ao representado ampla defesa e contraditório.

CAPÍTULO II DAS PROIBIÇÕES

Art. 158 - Ao servidor público é proibido:

- I - faltar ao serviço injustificadamente, ou ausentar-se do serviço durante o expediente, sem prévia autorização do chefe imediato.
- II - retirar, modificar, ou substituir sem prévia anuência da autoridade competente, qualquer documento ou objetos da repartição;
- III - recusar fé a documentos públicos;
- IV - opor resistência injustificada ao andamento de documento e processo ou execução de serviço;
- V - promover manifestações de apreço ou desapeço no recinto da repartição;
- VI - referir-se de modo depreciativo ou desrespeitoso às autoridades públicas ou aos atos do poder público, mediante manifestação escrita ou oral;
- VII - cometer a pessoal estranho à repartição, fora dos casos previstos em lei, o desempenho de encargo que seja de sua competência ou de seu subordinado;
- VIII - coagir ou aliciar outro servidor no sentido de filiação à associação profissional ou sindical, ou político-partidário;
- IX - nomear cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, da autoridade nomeante ou de servidor da mesma pessoa jurídica, investido em cargo de direção, chefia ou assessoramento, para o exercício de cargo em comissão ou de confiança, na administração pública direta e indireta;
- X - valer-se do cargo para lograr proveito pessoal ou de outrem, em detrimento da dignidade da função pública;
- XI - participar de gerência ou administração de empresa privada e de sociedade civil, ou exercer o comércio, exceto na qualidade de acionista, cotista, o comanditário;
- XII - exercer comércio, e nesta qualidade, transacionar com o

Município;

XIII - atuar, como procurador ou intermediário, junto a repartições públicas, salvo quando se tratar de benefícios previdenciários ou assistenciais de parentes até o segundo grau civil, e de cônjuge ou de companheiro;

XIV - receber propina, comissão, presente ou vantagem de qualquer espécie, em razão de suas atribuições;

XV - aceitar comissão, emprego ou pensão de estado estrangeiro;

XVI - praticar usura sob qualquer de suas formas;

XVII - proceder de forma desidiosa;

XVIII - cometer a outro servidor atribuições estranhas às do cargo que ocupa, exceto em situações de emergência e transitórias;

XIX - utilizar pessoal ou recursos materiais da repartição em serviços ou atividades particulares;

XX - exercer quaisquer atividades que sejam incompatíveis com o exercício do cargo e com o horário de trabalho;

XXI - recusar-se a submeter-se a inspeção médica;

XXII - recusar-se a atualizar seus dados cadastrais quando solicitado;

XXIII - requerer e utilizar indevidamente o vale transporte;

XXIV - prevalecer-se da condição de superior hierárquico ou ascendência, inerente ao exercício de cargo ou função, para constranger colega de trabalho com o intuito de obter vantagem ou favorecimento sexual;

XXV - manter sob sua chefia imediata, em cargo ou função de confiança, cônjuge, companheiro ou parente até o segundo grau civil;

XXVI - apresentar-se ao serviço sob o efeito de drogas ilícitas ou embriaguez, ou utilizar-se delas durante o expediente.

§ 1º - Considera-se agravante da penalidade, a embriaguez do servidor que coloque em risco a vida ou a integridade de outrem.

§ 2º - É lícito ao servidor criticar atos do poder público do ponto de vista doutrinário ou da organização do serviço, em trabalho assinado.

CAPÍTULO III DA ACUMULAÇÃO

Art. 159 - É vedada a acumulação remunerada de cargos públicos, exceto, quando houver compatibilidade de horários:

I - a de 02 (dois) cargos de professor;

II - a de 01 (um) cargo de professor com outro, técnico ou científico;

III - a de 02 (dois) cargos ou empregos privativos de profissionais de saúde, com profissões regulamentadas.

§ 1º - A acumulação de cargos, ainda que lícita, fica condicionada à comprovação da compatibilidade de horários.

§ 2º - Fica vedada a acumulação do cargo na área de Radiologia, ainda que permitida a acumulação de 02 (dois) cargos ou empregos privativos de profissionais de saúde, levando em conta o risco da atividade.

§ 3º - A compatibilidade de horário será reconhecida quando houver possibilidade de exercício dos dois cargos, em horários diversos, sem prejuízo do número regulamentar das horas de trabalho determinadas para cada um, incluindo-se nessa situação os profissionais da área do magistério, os quais devem cumprir as horas atividades de conformidade com as normas próprias do magistério público municipal.

§ 4º - A proibição de acumular estende-se a empregos e funções e abrange autarquias e fundações mantidas pelo Poder Público.

§ 5º - O servidor público aposentado compulsoriamente aos 70 (setenta) anos de idade, não poderá ocupar nenhum cargo público

municipal de provimento efetivo.

Art. 160 - Verificada em processo administrativo acumulação proibida e provada boa fé, o servidor público optará por um dos cargos e, se não o fizer dentro de 15 (quinze) dias, será exonerado de qualquer deles, a critério da administração.

Parágrafo único. Provado que o servidor público agiu de má fé, este permanecerá ocupando o cargo que exercia há mais tempo e restituirá o que tiver recebido indevidamente.

CAPÍTULO IV DAS RESPONSABILIDADES

Art. 161 - O servidor responde civil, penal e administrativamente pelo exercício irregular de suas atribuições.

Art. 162 - A responsabilidade civil decorre do ato omissivo ou comissivo, doloso ou culposo, de que resulte prejuízo ao erário ou a terceiros.

§ 1º - tratando-se de danos ao patrimônio municipal, o ressarcimento poderá ocorrer mediante desconto em folha, total ou em parcelas, a requerimento ou de ofício.

§ 2º - tratando-se de danos causados a terceiros, responderá o servidor perante a Fazenda Pública, em ação regressiva.

§ 3º - a obrigação de reparar o dano, previstos nos §§ anteriores deste artigo, estende-se aos sucessores e contra eles será executada, até o limite do valor de herança recebida, decorrente do ilícito.

Art. 163 - A responsabilidade penal abrange os crimes e contravenções imputados ao servidor, nesta qualidade.

Art. 164 - A responsabilidade administrativa resulta de ato omissivo ou comissivo praticado no desempenho do cargo ou função.

Art. 165 - As sanções civis, penais e administrativas poderão acumular-se, sendo independentes entre si.

Art. 166 - A responsabilidade civil ou administrativa do servidor será afastada no caso de absolvição que negue a existência do fato ou a sua autoria.

Art. 167 - É isento de pena o servidor que por doença mental, era, ao tempo da ação ou omissão, inteiramente incapaz de entender o caráter ilícito do fato ou de determinar-se de acordo com esse entendimento.

CAPÍTULO V DAS PENALIDADES

Art. 168 - São penalidades disciplinares:

I - a advertência;

II - suspensão;

III - demissão;

IV - destituição do cargo em comissão;

V - cassação da aposentadoria ou da disponibilidade;

VI - multa alternativa à pena de suspensão.

Parágrafo único - O ato de imposição da penalidade mencionará sempre o fundamento legal e a causa da sanção disciplinar.

Art. 169 - Na aplicação das penalidades serão consideradas a natureza e gravidade da infração, os danos que dela provierem para o serviço público, as circunstâncias atenuantes ou agravantes e os

antecedentes funcionais.

§ 1º - São circunstâncias agravantes da pena:

- I - a premeditação;
- II - a reincidência;
- III - o conluio;
- IV - a continuação;
- V - o cometimento do ilícito;

- a) mediante dissimulação ou outro recurso que dificulte o processo disciplinar;
- b) com abuso de autoridade;
- c) durante o cumprimento da pena.

§ 2º - São circunstâncias atenuantes da pena:

- I - haver sido mínima a cooperação do servidor no cometimento da infração.
- II - ter o agente:

- a) procurado, espontaneamente e com eficiência, logo após o cometimento da infração, evitar-lhe ou minorar-lhe os efeitos;
- b) cometido a infração sob coação de superior hierárquico a que não podia resistir, ou sob a influência de violenta emoção, provocada por ato injusto de terceiro;
- c) confessado espontaneamente a autoria da infração ignorada, ou imputada a outrem.

Art. 170 - A competência para a aplicação de penalidades disciplinares é do chefe do Poder a que estiver vinculado o servidor.

Parágrafo único: Após a ciência pelo servidor, da decisão disciplinar, deverá ser publicada a portaria que determinou a aplicação de penalidade.

SEÇÃO I Da Advertência

Art. 171 - A advertência será aplicada por escrito, nos casos de violação de proibição constante nos incisos abaixo elencados, desde que não justifique imposição de penalidade mais grave:

- I - inobservância de dever funcional previsto em lei, regulamento ou norma interna;
- II - faltar ao serviço injustificadamente ou ausentar-se do serviço durante o expediente, sem prévia autorização do chefe imediato.
- III - retirar, modificar, ou substituir sem prévia anuência da autoridade competente, qualquer documento ou objetos da repartição;
- IV - recusar fé a documentos públicos;
- V - opor resistência injustificada ao andamento de documento e processo ou execução de serviço;
- VI - promover manifestações de apreço ou desapeço no recinto da repartição;
- VII - referir-se de modo depreciativo ou desrespeitoso as autoridades públicas ou aos atos do poder público, mediante manifestação escrita ou oral;
- VIII - cometer a pessoal estranho à repartição, fora dos casos previstos em lei, o desempenho de encargo que seja de sua competência ou de seu subordinado;
- IX - coagir ou aliciar outro servidor no sentido de filiação à associação profissional ou sindical, ou político-partidário;
- X - cometer a outro servidor atribuições estranhas às do cargo que ocupa, exceto em situações de emergência e transitórias;
- XI - utilizar pessoal ou recursos materiais da repartição em serviços ou atividades particulares;
- XII - exercer quaisquer atividades que sejam incompatíveis com o exercício do cargo e com o horário de trabalho;
- XIII - recusar-se a submeter-se a inspeção médica;

- XIV - recusar-se a atualizar seus dados cadastrais quando solicitado;
- XV - requerer e utilizar indevidamente o vale transporte;
- XVI - manter sob sua chefia imediata, em cargo ou função de confiança, cônjuge, companheiro ou parente até o segundo grau civil;
- XVII - apresentar-se ao serviço sob o efeito de drogas ilícitas ou embriaguez, ou utilizar-se delas durante o expediente.

§ 1º - A penalidade de advertência terá seu registro cancelado após o decurso de 03 (três) anos de exercício, se o servidor não houver, nesse período, praticado nova infração disciplinar.

§ 2º - O cancelamento do registro da advertência não gerará nenhum direito para fins de concessão ou revisão de vantagens.

§ 3º - A penalidade de advertência será aplicada ao servidor que ausentar-se injustificadamente do serviço por 05 (cinco) dias, intercaladamente, durante o período de 12 (doze) meses.

§ 4º - A penalidade de advertência será aplicada aos servidores designados para Comissão de Processo Administrativo de Sindicância ou Disciplinar que não cumprirem os prazos estabelecidos por esta Lei.

SEÇÃO II Da Suspensão

Art. 172 - A suspensão, que não poderá exceder a 90 (noventa) dias, implicará a perda de todas as vantagens e direitos decorrentes do exercício do cargo no período da suspensão, e será aplicada quando:

- I - na violação das proibições consignadas nesta lei;
- II - nos casos de reincidência em infração já punida com advertência;
- III - quando a infração for intencional ou se revestir de gravidade;
- IV - como gradação de penalidade, tendo em vista circunstância atenuante;
- V - que atestar falsamente a prestação de serviço, bem como propuser, permitir, ou receber a retribuição correspondente a trabalho não realizado;
- VI - que se recusar sem justo motivo, à prestação de serviço extraordinário;
- VII - responsável pelo retardamento em processo sumário;
- VIII - que deixar de atender notificação para prestar depoimento em processo disciplinar.

§ 1º - A suspensão não será aplicada enquanto o servidor estiver afastado por motivo de gozo de férias regulamentares ou em licença por qualquer dos motivos previstos nesta lei.

§ 2º - Quando houver conveniência na continuidade para o serviço público, a penalidade de suspensão poderá ser convertida em multa na base de 50% (cinquenta por cento) por dia de vencimento ou remuneração, ficando o servidor obrigado a permanecer em serviço.

§ 3º - A penalidade de suspensão terá seu registro cancelado após o decurso de 05 (cinco) anos de exercício, se o servidor não houver, nesse período, praticado nova infração disciplinar.

§ 4º - O cancelamento do registro da suspensão não gerará nenhum direito para fins de concessão ou revisão de vantagens.

SEÇÃO III Da Demissão e da Destituição

Art. 173 - A demissão será aplicada nos seguintes casos:

I - crime praticado por servidor público contra a administração em geral, na forma dos artigos 312 a 327 do Código Penal;
II - abandono de cargo;
III - inassiduidade habitual;
IV - improbidade administrativa;
V - incontinência pública e conduta escandalosa;
VI - insubordinação grave em serviço;
VII - ofensa física, em serviço a servidor ou particular, salvo em legítima defesa própria ou de outrem;
VIII - aplicação irregular de dinheiro público;
IX - revelação de segredo apropriado em razão do cargo;
X - lesão aos cofres públicos e dilapidação do patrimônio municipal;
XI - corrupção;
XII - acumulação proibida de cargos, empregos, ou funções públicas;
XIII - valer-se do cargo para lograr proveito pessoal ou de outrem, em detrimento da dignidade da função pública;
XIV - participar de gerência ou administração de empresa privada e de sociedade civil, ou exercer o comércio, exceto na qualidade de acionista, cotista, o comanditário;
XV - exercer comércio, e nesta qualidade, transacionar com o Município;
XVI - atuar, como procurador ou intermediário, junto a repartições públicas, salvo quando se tratar de benefícios previdenciários ou assistenciais de parentes até o segundo grau civil, e de cônjuge ou de companheiro;
XVII - receber propina, comissão, presente ou vantagem de qualquer espécie, em razão de suas atribuições;
XVIII - aceitar comissão, emprego ou pensão de estado estrangeiro, sem licença da autoridade competente;
XIX - praticar usura sob qualquer de suas formas;
XX - proceder de forma desidiosa;
XXI - prevalecer-se da condição de superior hierárquico ou ascendência, inerente ao exercício de cargo ou função, para constranger colega de trabalho com o intuito de obter vantagem ou favorecimento sexual;
XXII - apresentar-se ao serviço sob o efeito de drogas ilícitas ou embriaguez, ou utilizar-se delas durante o expediente;
XXIII - não utilização de equipamentos de proteção individual fornecidos pelo Município.

§ 1º - Configura abandono de cargo, a ausência injustificada do servidor ao serviço por mais de 30 (trinta dias) consecutivos.

§ 2º - Configura inassiduidade habitual, que enseja pena de demissão, a ausência injustificada do servidor ao serviço, por 30 (trinta) dias, intercaladamente, durante o período de 12 (doze) meses.

§ 3º - Aplica-se o disposto no incisos XXII e XXIII, deste artigo, quando ocorrer continuidade, depois de aplicadas as penalidades da advertência e suspensão.

§ 4º - A demissão será aplicada, também, ao servidor que, condenado por decisão judicial transitada em julgado, incorrer na perda da sua função pública na forma de lei penal.

Art. 174 - A destituição de cargo em comissão exercido por não ocupante de cargo efetivo será aplicada nos casos de infração sujeita às penalidades de suspensão e de demissão.

Parágrafo único. Constatada a hipótese de que trata este artigo, a exoneração efetuada nos termos do art. 39, § 4º desta Lei Complementar será convertida em destituição de cargo em comissão.

Art. 175. A demissão ou a destituição de cargo em comissão, nos casos dos incisos IV, VIII, X e XI do art. 170 desta Lei Complementar, implica a indisponibilidade dos bens e o ressarcimento ao

erário, sem prejuízo da ação penal cabível.

Art. 176. A demissão ou a destituição de cargo em comissão, por infringência do art. 170, incisos XIII e XVI, incompatibiliza o ex-servidor para nova investidura em cargo público municipal, pelo prazo de 5 (cinco) anos.

Parágrafo único. Não poderá retornar ao serviço público municipal o servidor que for demitido ou destituído do cargo em comissão por infringência do art. 170, incisos I, IV, VIII, X e XI.

Art. 177 - Será cassada a aposentadoria e a disponibilidade do servidor que houver praticado, na atividade, falta punível com a demissão.

CAPÍTULO VI DA PRESCRIÇÃO DA AÇÃO DISCIPLINAR

Art. 178 - O direito de a Administração Municipal promover ação disciplinar prescreverá:

I - em 05 (cinco) anos, quanto às infrações puníveis com demissão, cassação de disponibilidade ou aposentadoria e destituição de cargo em comissão;

II - em 02 (dois) anos, quanto à suspensão;

III - em 180 (cento e oitenta) dias, quanto à advertência.

§ 1º - O prazo de prescrição começa a correr da data em que o fato imputável ao servidor se tornou conhecido.

§ 2º - Os prazos de prescrição previstos em lei penal aplicam-se às infrações disciplinares capituladas também como crime.

§ 3º - A abertura de sindicância ou a instrução de processo administrativo disciplinar interrompe a prescrição, até a decisão final proferida por autoridade competente.

§ 4º - Interrompido o curso da prescrição, o prazo começará a correr a partir do dia em que cessar a interrupção.

Art. 179 - Extinta a punibilidade pela prescrição, a autoridade julgadora determinará o registro do fato nos assentamentos individuais do servidor.

TÍTULO VI DA APURAÇÃO DE RESPONSABILIDADE

CAPÍTULO I DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 180 - As denúncias sobre irregularidades serão objeto de apuração desde que tenham a identificação e o endereço do denunciante e sejam formuladas por escrito, confirmada a autenticidade.

§ 1º - Quando o fato narrado não configurar evidente infração disciplinar ou ilícito penal ou quando constatada a prescrição, a denúncia será arquivada por falta de objeto.

§ 2º - Sendo conhecida a autoria da infração apontada, poderá ser dispensada a realização de sindicância, iniciando os procedimentos para instalação do Processo Administrativo Disciplinar competente.

CAPÍTULO II DAS COMISSÕES DE PROCESSO ADMINISTRATIVO DE SINDICÂNCIA E DISCIPLINAR

SEÇÃO I Da Comissão Permanente de Sindicância

Art. 181 - A Comissão Permanente de Sindicância será composta por 03 (três) servidores efetivos e estáveis e respectivos suplentes, indicados pela autoridade competente, possuidores de formação em nível de terceiro grau, preferencialmente na área de direito, para cumprir mandato de 01 (um) ano, podendo ser reconduzidos, fazendo jus os referidos componentes, individualmente, quando no exercício da função, a gratificação mensal.

§ 1º - A Comissão de Sindicância composta por 03 (três) servidores, a qual deverá indicar entre os membros o seu presidente.

§ 2º - Para assessorar a Comissão Permanente de Sindicância, quando for o caso, o Procurador Geral do Município, indicará um advogado integrante da estrutura administrativa da Procuradoria Jurídica do Município para tal mister, ficando vedado o pagamento de qualquer gratificação quando a indicação recair sobre profissional que esteja nomeado em cargo comissionado ou, se tratando de servidor de carreira, já esteja designado para atuar em outras comissões de atividades especiais.

§ 3º - A Comissão terá como secretário servidor designado pelo seu presidente.

§ 4º - Quando um dos membros indicados for parente do acusado, consanguíneo ou afim, em linha reta ou colateral, até o terceiro grau, deverá ser substituído por um dos suplentes.

§ 5º - A ausência justificada de um dos membros da Comissão na audiência não comprometerá a sua realização.

Art. 182 - A Comissão exercerá suas atividades com independência e imparcialidade, assegurado o sigilo necessário à elucidação do fato ou exigido pelo interesse da administração.

Parágrafo Único - Não haverá sigilo para o acusado ou seu defensor.

Art. 183 - Os servidores indicados para Comissão Permanente de Sindicância farão jus à gratificação conforme estabelece o art. 101 desta Lei Complementar.

SEÇÃO II

Da Comissão de Processo Administrativo Disciplinar

Art. 184 - O processo administrativo disciplinar será conduzido por uma comissão composta de 03 (três) servidores efetivos e estáveis, possuidores de formação em nível de terceiro grau, preferencialmente na área de direito, designados pela autoridade competente.

§ 1º - A Comissão de Processo Administrativo Disciplinar composta por 03 (três) servidores deverá indicar entre os membros o seu presidente.

§ 2º - A Comissão terá como secretário servidor designado pelo seu presidente.

§ 3º - A ausência justificada de um dos membros da Comissão na audiência não comprometerá a sua realização.

§ 4º - Não poderá participar da Comissão parente do acusado, consanguíneo ou afim, em linha reta ou colateral, até o terceiro grau.

Art. 185 - A Comissão exercerá suas atividades com independência e imparcialidade, assegurado o sigilo necessário à elucidação do fato ou exigido pelo interesse da administração.

Parágrafo Único - Não haverá sigilo para o acusado ou seu defensor.

Art. 186 - Os servidores indicados para Comissão de Processo Administrativo Disciplinar farão jus à gratificação conforme estabelece o art. 102 desta Lei Complementar.

CAPÍTULO III DA SINDICÂNCIA

Art. 187 - A Sindicância Administrativa é meio sumário de elucidação de irregularidades no serviço público.

§ 1º - A Sindicância será instaurada através de Portaria, determinada pela autoridade competente de cada Poder, a qual mencionará apenas os dispositivos legais em tese violados, e o nome do servidor, quando houver.

§ 2º - Acompanhará a Portaria obrigatoriamente o anexo, o qual consistirá no relatório descritivo dos fatos a serem apurados, indicando as possíveis irregularidades e os elementos necessários à elucidação dos fatos, que servirão para assegurar a ampla defesa e o contraditório do servidor.

§ 3º - A portaria será publicada sem o anexo como forma de preservar a imagem do sindicado, quando conhecida a sua identidade.

§ 4º - A Sindicância dispensa a defesa do sindicado e a publicação do seu procedimento, quando se tratar de simples expediente de verificação de irregularidade.

§ 5º - O prazo para conclusão da sindicância não excederá a 30 (trinta) dias, podendo ser prorrogado por igual período, a critério da autoridade superior.

§ 6º - Instaurada a Sindicância, quando houver conhecimento do nome do servidor envolvido, dar-se-á ciência, abrindo-se vistas aos autos e citando-o para apresentar defesa no prazo de 10 (dez) dias, oportunidade em que deverá apresentar seu rol de testemunhas, até 03 (três) para cada fato, podendo requerer outras provas.

§ 7º - Esgotado o prazo exigido no parágrafo anterior, a Comissão designará audiência de instrução, intimando o servidor e as testemunhas.

§ 8º - Da sindicância instaurada pela autoridade poderá resultar:

- I - arquivamento do processo;
- II - aplicação de penalidade de advertência ou suspensão de até 30 (trinta) dias;
- III - instauração de processo disciplinar.

Art. 188 - Sempre que o ilícito praticado pelo servidor ensejar a imposição de penalidade de suspensão por mais de 30 (trinta) dias, de demissão, de disponibilidade ou demissão de cargos em comissão será obrigatória a instauração de Processo Administrativo Disciplinar.

CAPÍTULO IV DO AFASTAMENTO PREVENTIVO

Art. 189 - Como medida cautelar e a fim de que o servidor não venha a influenciar na apuração da irregularidade, a autoridade instauradora do processo disciplinar poderá determinar o seu afastamento do exercício do cargo, pelo prazo de até 60 (sessenta) dias, sem prejuízo de sua remuneração.

§ 1º - Instaurado o Processo Disciplinar, o servidor público designado para presidi-lo, poderá propor ao Chefe do Executivo, Presidente da Câmara ou dirigentes de órgãos da Administração Direta

e Indireta, que seja sustada a suspensão preventiva ou prorrogada por mais 60 (sessenta) dias.

§ 2º - Findo o prazo constante no "caput" e sua prorrogação, quando for o caso, cessará o afastamento preventivo, ainda, que não concluído o processo.

Art. 190 - O servidor público terá direito:

I - à diferença de vencimento ou remuneração e à contagem de tempo de serviço relativo ao período em que tenha estado preso ou suspenso, quando o processo não houver resultado punição ou se esta limitar às penas de advertência, suspensão ou multa;
II - à diferença de vencimento ou remuneração e à contagem do período de afastamento e de todas as vantagens do cargo, desde que reconhecida a sua inocência.

CAPÍTULO V DO PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR

Art. 191 - O Processo Administrativo Disciplinar é o instrumento destinado a apurar a responsabilidade de servidor por infração praticada no exercício de suas atribuições ou que tenha relação imediata com as atribuições do cargo em que se encontre investido e será conduzido por uma Comissão de Processo Administrativo Disciplinar.

§ 1º - O Processo Administrativo Disciplinar será instaurada através de Portaria, determinada pelo Secretário da Administração, a qual mencionará apenas os dispositivos legais em tese violados, a punição prevista e o nome do servidor acusado.

§ 2º - Acompanhará a Portaria obrigatoriamente o anexo, o qual consistirá no relatório descritivo dos fatos a serem apurados, indicando as possíveis irregularidades e os elementos necessários à elucidação dos fatos, que servirão para assegurar a ampla defesa e o contraditório do servidor.

§ 3º - A portaria será publicada sem o anexo como forma de preservar a imagem do servidor.

§ 4º - O processo disciplinar inicia-se com a publicação do ato que constituiu a comissão.

Art. 192 - O processo disciplinar se desenvolverá nas seguintes fases:

I - instauração, com a publicação do ato que a determinou;
II - citação
III - instrução;
IV - defesa;
V - relatório;
VI - julgamento.

Art. 193 - O presidente da Comissão de Processo Administrativo Disciplinar, após nomear o secretário, determinará a autuação da Portaria e das demais peças existentes e instalará os trabalhos, designando dia, hora e local para as reuniões e ordenará a citação do acusado para, no prazo de 10 (dez) dias, apresentar defesa inicial e indicar provas e rol de testemunhas, até o máximo de 05 (cinco).

Art. 194 - Os termos serão lavrados pelo secretário da comissão e terão forma processual e resumida.

§ 1º - A juntada de qualquer documento aos autos será feita por ordem cronológica de apresentação, devendo o secretário da comissão rubricar e numerar todas as folhas.

§ 2º - As reuniões da comissão serão registradas em atas.

§ 3º - Todos os atos, documentos e termos do processo serão extraídos em 02 (duas) vias ou produzidos em cópias, formando autos suplementares, admitindo-se em meio eletrônico.

Art. 195 - Aplica-se subsidiariamente ao processo disciplinar o Código de Processo Penal.

SEÇÃO I Da Citação

Art. 196 - A citação do acusado será feita pessoalmente ou por edital.

Art. 197 - A citação pessoal será feita, preferencialmente, pelo secretário da comissão, apresentando ao destinatário o instrumento correspondente em duas vias, o qual conterá a cópia da Portaria e respectivo Anexo, o local de reuniões da comissão, com a assinatura do presidente, e o prazo para a defesa.

Parágrafo Único - Recusando-se o acusado a receber a citação, deverá o fato ser certificado à vista de 02 (duas) testemunhas.

Art. 198 - Quando o acusado encontrar-se em lugar incerto ou não sabido ou quando houver fundada suspeita de ocultação para frustrar a diligência, a citação será feita por edital.

Parágrafo Único - O edital será publicado, por uma vez, no Diário Oficial dos Municípios e em jornal de grande circulação da localidade do último domicílio conhecido, onde houver.

Art. 199 - O comparecimento voluntário do acusado perante a Comissão supre a citação.

SEÇÃO II Da Instrução

Art. 200 - A instrução obedecerá ao princípio do contraditório, assegurada ao acusado ampla defesa, com a utilização de meios e recursos admitidos em direito.

Art. 201 - Os autos da sindicância integrarão o processo disciplinar como peça informativa.

Parágrafo único. Na hipótese do relatório da sindicância concluir que a infração está capitulada como ilícito penal, a autoridade competente encaminhará cópia dos autos ao Ministério Público, independentemente da imediata instauração do processo disciplinar.

Art. 202 - Na fase da instrução a comissão promoverá a tomada de depoimentos, acareações, investigações e diligências cabíveis, objetivando a coleta de prova, recorrendo, quando necessário, a técnicos e peritos, de modo a permitir a completa elucidação dos fatos.

§ 1º - A designação dos peritos recairá em servidores com capacidade técnica especializada, e, na falta deles, em pessoas estranhas ao serviço público municipal, assegurada ao acusado a faculdade de formular quesitos.

§ 2º - O presidente da comissão poderá indeferir pedidos considerados impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para o esclarecimento dos fatos.

Art. 203 - A defesa do acusado será promovida por advogado por ele constituído ou por defensor público ou dativo, podendo este arrolar e reinquirir testemunhas, produzir provas e contraprovas e

formular quesitos, quando se tratar de prova pericial.

§ 1º - Caso o defensor do acusado, regularmente intimado, não compareça ao ato, sem justificativa prévia, o presidente da comissão designará defensor, ainda que somente para o ato.

§ 2º - Nenhum ato da instrução poderá ser praticado sem a prévia intimação do acusado ou de seu defensor.

Art. 204 - Em qualquer fase dos procedimentos disciplinares, até a apresentação da defesa final, poderão ser juntados documentos.

Art. 205 - As testemunhas serão intimadas através de ato expedido pelo presidente da comissão, devendo a segunda via, com o ciente delas, ser anexada aos autos.

§ 1º - Se a testemunha for servidor, a intimação poderá ser feita mediante requisição ao chefe da repartição onde serve, com indicação do dia e hora marcados para a audiência.

§ 2º Os mandados serão expedidos com, pelo menos, 02 (dois) dias úteis de antecedência à data da inquirição, se servidor, e, 05 (cinco) dias, se particular.

§ 3º Se as testemunhas arroladas pela defesa não forem encontradas e o acusado, intimado para tanto, não fizer a substituição dentro do prazo de 03 (três) dias úteis, prosseguir-se-á nos demais termos do processo.

Art. 206 - O servidor que estiver em gozo de férias ou licença prêmio poderá ser intimado para prestar depoimento ou declarações, sendo-lhe assegurada a compensação do respectivo dia.

Art. 207 - O depoimento será prestado oralmente e reduzido a termo, não sendo lícito à testemunha trazê-lo por escrito.

§ 1º - As testemunhas serão inquiridas separadamente, devendo o presidente da Comissão adverti-las das penas cominadas em caso de falso testemunho.

§ 2º - Antes de depor, a testemunha será qualificada e prestará compromisso legal.

§ 3º - Não se deferirá o compromisso legal de que trata o § 2º deste artigo:

I - aos doentes e deficientes mentais e aos menores de 14 (quatorze) anos;

II - em caso de amizade íntima ou inimizade capital ou parentesco com o acusado ou denunciante, em linha reta ou colateral até o terceiro grau.

Art. 208 - A testemunha não poderá eximir-se da obrigação de depor, salvo nas hipóteses prevista em lei.

Art. 209 - Antes de iniciado o depoimento, o advogado poderá contraditar a testemunha ou argüir circunstâncias ou defeitos que a tornem suspeita de parcialidade ou indigna de fé.

Parágrafo Único - O presidente da Comissão fará consignar em ata a contradita ou arguição e a resposta da testemunha, mas só excluirá a testemunha ou não lhe deferirá compromisso nos casos previstos no § 3º do art. 207.

Art. 210 - O depoimento da testemunha será reduzido a termo, assinado por ela e pelos presentes ao ato.

Parágrafo Único - Na hipótese da testemunha não souber ou puder assinar o termo, o presidente, depois de ler o documento em voz

alta, pedirá a um terceiro que o faça por ela.

Art. 211 - Se o presidente verificar que a presença do indiciado, pela sua atitude, poderá influir no ânimo da testemunha, de modo que prejudique a verdade do depoimento, fará retirá-lo, prosseguindo na inquirição, com a presença do seu defensor.

Art. 212 - Concluída a inquirição de testemunhas, a Comissão promoverá a intimação do acusado para o seu interrogatório.

§ 1º - No caso de mais de um acusado, cada um será ouvido separadamente, podendo ser promovida acareação, sempre que divergirem em suas declarações.

§ 2º - O procurador do acusado poderá assistir ao interrogatório, bem como a inquirição das testemunhas, sendo-lhe vedado interferir nas perguntas e respostas, facultando-lhe, porém, reinquiri-las, por intermédio do presidente da comissão.

Art. 213 - Quando houver dúvida sobre a sanidade mental do acusado, a Comissão, de ofício ou a pedido da defesa, proporá à autoridade competente que ele seja submetido à avaliação pela junta médica oficial, com a participação de pelo menos um médico psiquiatra.

Parágrafo Único - O incidente de insanidade mental será processado em autos apartados e apensos ao processo principal, ficando este sobrestado até a apresentação do laudo, sem prejuízo da realização de diligências imprescindíveis.

Art. 214 - O acusado que mudar de residência fica obrigado a comunicar à comissão o local onde será encontrado.

Art. 215 - Compete à comissão tomar conhecimento de novas imputações que surgirem contra o acusado durante o curso do processo, caso em que este poderá produzir novas provas objetivando sua defesa.

Art. 216 - O prazo para conclusão da instrução não excederá 30 (trinta) dias, contados da data de publicação do ato de instauração do processo, salvo motivo justificado.

SEÇÃO III Da Defesa

Art. 217 - Ultimada a instrução, intimar-se-á o acusado, através de seu defensor, para apresentar defesa final no prazo de 10 (dez) dias, assegurando-se vista do processo.

Parágrafo Único - Havendo dois ou mais acusados, o prazo será comum de 20 (vinte) dias.

Art. 218 - Considerar-se-á revel o acusado que, regularmente citado, não apresentar defesa no prazo legal.

§ 1º - A revelia será declarada por termo nos autos do processo e devolverá o prazo para a defesa.

§ 2º - Para defender o indiciado revel, a autoridade instauradora do processo designará um defensor dativo.

SEÇÃO IV Do Relatório

Art. 219 - Apreciada a defesa final, a Comissão elaborará relatório minucioso, no prazo de 15 (quinze) dias, no qual:

I - resumirá as peças principais dos autos;

II - mencionará as provas em que se baseou para formar a sua

convicção;
III - concluirá pela inocência ou responsabilidade do servidor;
IV - indicará o dispositivo legal transgredido.

§ 1º - A comissão apreciará, separadamente, as irregularidades que forem imputadas a cada acusado.

§ 2º - A comissão deverá sugerir providências para evitar reprodução de fatos semelhantes aos que originaram o processo e quaisquer outras que lhe pareçam de interesse público.

Art. 220 - O processo disciplinar, com o relatório da comissão, será remetido à autoridade que determinou a instauração, para julgamento.

Art. 221 - É causa de nulidade do processo disciplinar:

I - incompetência da autoridade que o instaurou;
II - suspeição e impedimento dos membros da comissão;
III - a falta dos seguintes termos ou atos:

a) citação, intimação ou notificação, na forma desta lei;
b) prazos para a defesa;
c) recusa injustificada de promover a realização de perícias ou quaisquer outras diligências imprescindíveis a apuração da verdade.;

IV - inobservância de formalidade essencial a termos ou atos processuais.

Parágrafo Único - Nenhuma nulidade será declarada se não resultar prejuízo para a defesa, por irregularidade que não comprometa a apuração da verdade e em favor de quem lhe tenha dado causa.

SEÇÃO V Do Julgamento

Art. 222 - No prazo de 15 (quinze) dias, contado do recebimento do processo, a autoridade julgadora proferirá a sua decisão.

§ 1º - Se a penalidade a ser aplicada exceder a alçada da autoridade instauradora do processo, este será encaminhado à autoridade competente, que decidirá em igual prazo.

§ 2º - Havendo mais de um acusado e diversidade de sanções, o julgamento caberá à autoridade competente para a imposição de pena mais grave.

Art. 223 - A autoridade julgadora poderá, motivadamente, agravar a penalidade proposta, abrandá-la, ou isentar o servidor de responsabilidade.

Art. 224 - Verificada a existência de vício insanável, a autoridade julgadora declarará a nulidade total ou parcial do processo, devendo outro ser instaurado.

Art. 225 - Extinta a punibilidade, a autoridade julgadora determinará o registro dos fatos nos assentamentos individuais do servidor.

Art. 226 - Quando a infração estiver capitulada como crime, os autos suplementares do processo disciplinar serão remetidos ao Ministério Público.

Art. 227 - O servidor que responde a processo disciplinar só poderá ser exonerado a pedido, ou aposentado voluntariamente, após a sua conclusão e o cumprimento da penalidade, acaso aplicada.

§ 1º - Ocorrida a exoneração o ato será convertido em demissão,

se for o caso.

§ 2º - Das decisões caberá recurso na forma do inciso III do art. 156 desta Lei Complementar.

SEÇÃO VI Da Revisão do Processo

Art. 228 - O processo disciplinar poderá ser revisto a qualquer tempo, a pedido ou de ofício, quando se aduzirem fatos novos ou circunstâncias não apreciadas, suscetíveis a justificar a inocência do punido ou a inadequação da penalidade aplicada.

§ 1º - Em caso de falecimento, ausência ou desaparecimento do servidor, qualquer pessoa da família poderá requerer a revisão do processo.

§ 2º - No caso da incapacidade mental do servidor, a revisão será requerida pelo seu curador.

Art. 229 - No processo revisional, o ônus da prova cabe ao requerente.

Art. 230 - A alegação de injustiça da penalidade não constitui fundamento para a revisão.

Art. 231 - O pedido de revisão será dirigido ao Chefe de Poder ou aos Dirigentes superiores das Autarquias e Fundações que, se autorizá-la, o encaminhará ao dirigente do órgão de onde se originou o processo disciplinar.

Parágrafo Único - Recebida a petição, o dirigente do órgão providenciará a constituição de comissão revisora, seguindo o mesmo procedimento da constituição da Comissão de Processo Administrativo Disciplinar.

Art. 232 - Os autos da revisão serão apensados aos do processo originário.

Parágrafo Único - Na petição inicial, o requerente pedirá dia e hora para a produção de provas e inquirição das testemunhas que arrolar.

Art. 233 - A comissão revisora terá até 60 (sessenta) dias para a conclusão dos trabalhos, prorrogáveis por igual prazo, quando as circunstâncias assim o exigirem.

Art. 234 - Aplicam-se aos trabalhos da comissão revisora as normas relativas ao processo administrativo disciplinar.

Art. 235 - O julgamento caberá à autoridade que aplicou a penalidade.

Parágrafo Único - O prazo para julgamento será de até 15 (quinze) dias, contados do recebimento do processo, no curso do qual a autoridade julgadora poderá determinar diligências.

Art. 236 - Julgada procedente a revisão, inocentado o servidor, será declarada sem efeito a penalidade aplicada, restabelecendo-se todos os seus direitos, exceto em relação à destituição de cargo de provimento em comissão que será convertida em exoneração.

Parágrafo Único - Da revisão do processo não poderá resultar agravamento da penalidade.

TÍTULO VII DA SEGURIDADE SOCIAL

CAPÍTULO I DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 237 - O plano de seguridade social visa dar cobertura aos riscos a que está sujeito o servidor e sua família, e compreende um conjunto integrado de ações de iniciativa do Poder Executivo e do Poder Legislativo, destinadas a assegurar os direitos relativos à saúde, previdência e à assistência social e que atendam as seguintes finalidades:

- I - garantir meios de subsistência nos eventos de doença, invalidez, velhice, acidente em serviço, inatividade, falecimento e reclusão;
- II - proteção à maternidade, à adoção e à paternidade;
- III - assistência à saúde.

Art. 238 - Os benefícios do Plano de Seguridade Social do servidor compreendem:

I - quanto ao servidor:

- a) aposentadoria;
- b) auxílio natalidade;
- c) salário família;
- d) licença para tratamento de saúde;
- e) licença à gestante, à adotante e à paternidade;
- f) licença especial à gestante;
- g) licença por acidente em serviço;
- h) assistência à saúde;
- i) garantia de condições individuais e ambientais de trabalho satisfatórias.

II - quanto ao dependente:

- a) pensão;
- b) auxílio-funeral;
- c) auxílio reclusão;
- d) assistência à saúde.

Art. 239 - O recebimento indevido de benefícios havidos por fraude, dolo ou má fé, implicará na devolução ao Erário do total auferido, sem prejuízo da ação disciplinar e penal cabível.

CAPÍTULO II DOS BENEFÍCIOS

SEÇÃO I Da Aposentadoria

Art. 240 - O servidor efetivo será aposentado de acordo com o que dispuser a Lei do Regime Próprio de Previdência dos Servidores Públicos do Município de Rio do Sul.

§ 1º - Os servidores não integrantes do Fundo Municipal de Previdência serão aposentados de acordo com o que dispuser a Lei própria do Regime Geral de Previdência.

§ 2º - Os servidores regidos pelo Regime desta Lei, atualmente em gozo de aposentadoria e os respectivos dependentes, na condição de pensionistas, continuarão a ter seus benefícios nos termos do ato que concedeu a aposentadoria ou pensão.

§ 3º - Quando for o caso, integrarão no cálculo das aposentadorias, através de média dos últimos 72 (setenta e dois) meses, o valor das horas extras pagas ao servidor.

SEÇÃO II Do Auxílio Natalidade

Art. 241 - O auxílio natalidade será devido à servidora por ocasião do nascimento de filho ou adoção e corresponderá ao valor do piso mínimo dos servidores públicos municipais.

§ 1º - Tratando-se de parto múltiplo, serão devidos tantos auxílios-natalidade quantos os filhos nascidos.

§ 2º - Quando o pai e mãe forem servidores, o benefício será pago uma única vez e para a mãe.

§ 3º - O auxílio-natalidade deverá ser requerido no prazo de 90 (noventa) dias que se seguirem à data de nascimento ou adoção, devendo ser instruído com a certidão de nascimento do menor.

§ 4º - Não sendo a parturiente servidora pública, o auxílio será pago ao cônjuge ou companheiro na condição de servidor.

§ 5º - Na hipótese da servidora falecer durante o parto, os herdeiros habilitados junto à previdência receberão o auxílio-natalidade.

§ 6º - O auxílio-natalidade será pago, ainda, em caso de natimorto.

SEÇÃO III Do Salário Família

Art. 242 - O salário família é devido ao servidor ativo e inativo, por dependente econômico, cuja remuneração seja igual ou inferior ao limite estabelecido no artigo 13 da Emenda Constitucional nº 20/98 e portarias editadas pelo Ministério da Previdência Social.

Art. 243 - Será devido o salário-família, mensalmente, ao servidor ativo e inativo que receba remuneração igual ou inferior ao estipulado para este benefício pelo Regime Geral de Previdência, na proporção do número de filhos de até 14 (quatorze) anos ou inválidos.

§ 1º - Quando pai e mãe forem servidores públicos municipais ambos terão direito ao salário-família.

§ 2º - O pedido deverá ser instruído com os seguintes documentos:

- a) apresentação da certidão de nascimento do filho ou da documentação relativa ao equiparado, estando condicionado à apresentação anual de atestado de vacinação obrigatória, até 06 (seis) anos de idade, e de comprovação semestral de frequência à escola do filho ou equiparado, a partir dos 07 (sete) anos de idade.
- b) invalidez do filho ou equiparado maior de 14 (quatorze) anos de idade deve ser verificada em exame médico-pericial a cargo do município.

SEÇÃO IV Da Licença para Tratamento de Saúde

Art. 244 - A licença para tratamento de saúde poderá ser concedida ao servidor, impossibilitado de exercer suas atividades profissionais por motivo de doença, através de requerimento mediante atestado médico, encaminhado a perícia médica municipal, devendo necessariamente observar o seguinte procedimento:

I - atestado médico ou declarações de comparecimento para avaliação e/ou tratamento de saúde de até 02 (dois) dias emitido por médico assistente, para registro na ficha funcional;

II - atestado médico com prazo igual a 03 (três) dias até o limite de 15 (quinze) dias, deverá obrigatoriamente ser submetido à perícia médica municipal.

III - atestado médico com prazo superior a 15 (quinze) dias

emitido por médico assistente do servidor, deverá obrigatoriamente submeter-se a perícia médica previdenciária.

§ 1º - Compete ao servidor apresentar pessoalmente à perícia médica municipal, no prazo máximo de até 48 (quarenta e oito) horas, contados a partir da data de expedição do respectivo atestado médico ou declaração de comparecimento para avaliação e/ou tratamento de saúde emitido por médico assistente do servidor, podendo, entretanto, em casos excepcionais de impedimento, transferir tal delegação a terceiros, responsabilizando-se pelo repasse das informações e procedimentos solicitados pela perícia.

§ 2º - Os atestados médicos ou declarações de comparecimento para avaliação e/ou tratamento de saúde entregues em local diverso e/ou fora do prazo previsto no § 1º deste artigo serão rejeitados e nestes casos as faltas serão consideradas como ausência ao serviço.

§ 3º - As declarações de comparecimento para avaliação e/ou tratamento de saúde, com prazo fixado em horas, deverão ser entregues diretamente a chefia imediata e após encaminhadas a perícia médica municipal.

§ 4º - O não comparecimento a perícia médica agendada implicará em ausência ao serviço.

Art. 245 - Fica instituído o Serviço de Inspeção Médica Municipal - SIMM, de caráter preventivo, com o objetivo de promover o rastreamento e diagnóstico precoce dos agravos à saúde, sendo responsável pelas seguintes atividades:

I - realizar perícia médica, emitindo laudo circunstanciado, nos casos de posse de servidor em cargo público e servidores admitidos em caráter

temporário; durante o período de estágio probatório nos prazos previstos no presente Estatuto; e de exoneração ou demissão;

II - referendar, licença de servidor, decorrente de doença em pessoa da família;

III - referendar licença maternidade e licença especial a gestante;

IV - expedir laudo de licença para tratamento de saúde do servidor quando os atestados médicos, expedidos por médico assistente, forem iguais ou superiores a 03 (três) dias até o limite de 15 dias.

Parágrafo Único - Ultrapassado o prazo previsto no inciso IV deste artigo e havendo necessidade comprovada de maior afastamento, o servidor será encaminhado para perícia médica do órgão previdenciário do município.

Art. 246 - O prazo de licença para tratamento de saúde será fixado por perícia médica do município ou previdenciária, devendo o servidor reassumir o

trabalho findo o prazo, sob pena de se considerar como falta os dias de ausência.

Art. 247 - No curso da licença para tratamento de saúde o servidor poderá ser reexaminado a requerimento ou ex officio, ficando obrigado a reassumir imediatamente seu cargo se for considerado apto para o trabalho, sob pena de se considerar como falta os dias de ausência.

Art. 248 - A licença para tratamento de saúde será concedida pelo prazo indicado no laudo ou atestado e findo o prazo, e se for necessário, haverá nova perícia que manifestar-se-á pela volta ao serviço, pela prorrogação da licença ou pela aposentadoria, se julgado definitivamente inválido para o serviço público e não puder ser readaptado.

Art. 249 - No curso da licença o servidor abster-se-á de exercer qualquer atividade remunerada ou não, incompatível com seu estado de saúde, sob pena de cassação imediata da licença com perda total da remuneração correspondente ao período já gozado, ressarcimento a Administração Pública Municipal dos valores recebidos durante o respectivo afastamento, bem como a submissão a processo administrativo disciplinar.

SEÇÃO V

Da Licença à Gestante, Adotante e Paternidade

Art. 250 - Será concedida licença à servidora gestante, por 120 (cento e vinte) dias consecutivos, sem prejuízo da remuneração.

§ 1º - A licença à servidora gestante poderá ter início a partir do 1º (primeiro) dia do nono mês de gestação, salvo antecipação por prescrição médica.

§ 2º - No caso de nascimento prematuro a licença terá início a partir do parto.

§ 3º - No caso de natimorto, decorridos 30 (trinta) dias do evento, a servidora será submetida a exame médico pela perícia médica municipal, e se julgada apta, reassumirá o exercício.

§ 4º - No caso de aborto, atestado por médico oficial, a servidora terá direito a 30 (trinta) dias de repouso remunerado.

§ 5º - A licença não será interrompida se, durante a licença de que trata o caput deste artigo, o filho nascido vier a falecer.

Art. 251 - Para amamentar o próprio filho, até a idade de 06 (seis) meses, a servidora lactante terá direito, durante a jornada de trabalho, a uma hora de descanso, que poderá ser parcelado em dois períodos de 30 (trinta) minutos.

Art. 252 - A servidora que adotar ou obtiver a guarda judicial para fins de adoção de criança, é devido o benefício, sem prejuízo de sua remuneração, pelos seguintes períodos:

I - 120 (cento e vinte) dias para criança até 1 (um) ano de idade;

II - 60 (sessenta) dias para criança de 1 (um) a 4 (quatro) anos de idade; e

III - 30 (trinta) dias para criança de 4 (quatro) a 12 (doze) anos de idade;

Art. 253 - A licença paternidade será de 05 (cinco) dias úteis a contar do nascimento, da guarda judicial ou da adoção do filho, mediante comprovação.

SEÇÃO VI

Da Licença Especial à Gestante

Art. 254 - Será concedida licença especial a servidora gestante, pelo período de 60 (sessenta) dias consecutivos, desde que requeira a prorrogação da licença-maternidade, no período da licença à gestante.

§ 1º - A licença especial de que trata o caput terá início no dia seguinte ao término da licença à gestante de 120 (cento e vinte) dias.

§ 2º - A licença especial será paga integralmente pelo órgão a qual a servidora é vinculada.

Art. 255 - A servidora não poderá exercer qualquer atividade remunerada, e a criança não poderá ser mantida em creche ou organização similar.

Parágrafo único. Em caso de ocorrência de quaisquer das situações previstas no caput, a beneficiária perderá o direito à prorrogação.

SEÇÃO VII

Da Licença Por Acidente em Serviço

Art. 256 - Será licenciado com remuneração integral o servidor acidentado em serviço.

Art. 257 - Configura-se acidente em serviço o dano físico ou mental sofrido pelo servidor, que tenha nexo de causalidade, mediata ou imediatamente, com as atribuições do cargo exercido.

Parágrafo único. Equipara-se ao acidente em serviço o dano:

I - decorrente de agressão sofrida e não provocada pelo servidor no exercício do cargo;

II - sofrido no percurso da residência para o trabalho e vice-versa.

Art. 258 - O servidor acidentado em serviço que necessite de tratamento especializado, não oferecido pelo Sistema Único de Saúde - SUS, poderá ser tratado em instituição privada à conta do serviço público.

Parágrafo único. O tratamento recomendado por junta médica oficial constitui medida de exceção e somente será admissível quando inexisterem meios e recursos adequados em instituição pública.

Art. 259 - O atestado médico deverá ser apresentado no prazo máximo de até 03 (três) dias à perícia médica municipal.

Parágrafo único. A comprovação do acidente de serviço será obrigatoriamente realizada pela perícia médica municipal, e posteriormente, encaminhada a perícia médica previdenciária nos casos em que a licença for superior a 15 (quinze) dias.

SEÇÃO VIII

Da Pensão

Art. 260 - Por morte do servidor, os dependentes fazem jus a uma pensão mensal de valor correspondente ao da respectiva remuneração ou provento, a partir da data do óbito, observando-se neste caso, as normas contidas na Lei que dispõe sobre o Regime Próprio de Previdência dos Servidores Públicos do Município de Rio do Sul.

SEÇÃO IX

Do Auxílio Reclusão

Art. 261 - À família do servidor efetivo na ativa, é devido auxílio reclusão, nos seguintes valores:

I - dois terços da remuneração, quando afastados por motivo de prisão, em flagrante ou preventiva, determinada pela autoridade competente, enquanto perdurar a prisão;

II - metade da remuneração, se funcionário estável, durante o afastamento, em virtude de condenação, por sentença definitiva, a pena que não determine a perda do cargo, observado o disposto no inciso V do § 7º do art. 19 desta lei Complementar.

§ 1º - Nos casos previstos no inciso I deste artigo, o servidor terá direito a integralização da remuneração, desde que absolvido.

§ 2º. O pagamento do auxílio reclusão cessará a partir do dia imediato àquele em que o servidor for colocado em regime de prisão aberta, em condicional ou em liberdade.

SEÇÃO X

Do Auxílio Funeral

Art. 262 - O auxílio funeral será devido à família do servidor falecido na atividade ou do aposentado, correspondente a 03 (três) vezes o valor do piso mínimo dos servidores públicos municipais.

§ 1º. No caso de acumulação legal de cargos, o auxílio de que trata este artigo será pago somente em razão de um cargo.

§ 2º. O auxílio funeral será pago em parcela única, no prazo de até 3 (três) dias a partir do requerimento, por procedimento sumário, aos herdeiros habilitados junto ao Regime Próprio de Previdência, não existindo herdeiros necessários, na forma da ordem da vocação hereditária, mediante comprovação de pagamento dos custos funerários.

§ 3º. Se o funeral for custeado por terceiro, este será indenizado observado o caput deste artigo.

§ 4º. Em caso de falecimento de servidor em serviço fora do local de trabalho, inclusive no exterior, as despesas de transporte do corpo correrão a conta de recursos oficiais.

CAPÍTULO III

DA ASSISTÊNCIA À SAÚDE

Art. 263 - A assistência à saúde do servidor, compreende assistência médica, hospitalar, odontológica, psicológica e farmacêutica, terá como diretriz básica o implemento de ações preventivas voltadas para a promoção da saúde e será prestada pelo Sistema Único de Saúde - SUS, ou ainda poderão ser asseguradas mediante contratos ou convênios firmado com outras instituições, cuja adesão do servidor será facultativa, nos termos da legislação específica.

§ 1º. Para os fins do disposto no caput deste artigo, ficam os Poderes Legislativo e Executivo autorizados a celebrar contratos ou convênios exclusivamente para a prestação de serviços de assistência à saúde para os seus servidores ou empregados ativos, aposentados, pensionistas, bem como para seus respectivos grupos familiares.

§ 2º. A parte de contribuição do servidor às entidades oficiais de assistência à saúde, será compatível com os planos oferecidos e disponíveis, observada a manifestação de interesse do servidor.

TÍTULO VIII

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS, TRANSITÓRIAS E FINAIS

Art. 264 - O Dia do Servidor Público será comemorado no dia 28 (vinte e oito) de outubro.

Art. 265 - Os prazos fixados nesta Lei Complementar serão contínuos, excluindo-se na sua contagem o dia de início e incluindo-se o de vencimento.

Parágrafo único. Os prazos só se iniciam ou vencem em dia de expediente normal da repartição em que corra o processo ou deva ser praticado o ato.

Art. 266 - São isentos de taxas, emolumentos ou custas, os requerimentos, certidões e outros papéis que, na esfera administrativa, interessem ao servidor municipal, ativo ou inativo, nesta qualidade.

Art. 267 - Consideram-se servidores estáveis para fins desta lei, aqueles admitidos na administração direta, autárquica e fundacional sem concurso público no período compreendido entre 06 de outubro de 1983 a 05 de outubro de 1988, na forma do art. 19 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.

Art. 268 - Poderão ser instituídos, mediante Lei específica, no

âmbito dos Poderes Executivo e Legislativo, os seguintes incentivos funcionais, além daqueles já previstos nos respectivos planos de carreira:

- I - prêmios pela apresentação de idéias, inventos ou trabalhos que favoreçam o aumento de produtividade e a redução dos custos operacionais;
- II - concessão de medalhas, diplomas de honra ao mérito, condecoração e elogio.

Art. 269 - Ficam submetidos ao regime jurídico instituído por esta lei, na qualidade de servidores públicos, todos os servidores do Município, e das Fundações por ele instituídas e mantidas.

Art. 270 - A divulgação de dados cadastrais ou da vida funcional dos servidores públicos municipal é proibida e implica em crime de Violação do Sigilo Funcional, disciplinado no art. 325 do Código Penal.

Art. 271 - Os servidores que possuam bolsa auxílio escolar deverão adequar-se ao que determina o Título IV, Capítulo II, Seção II, Subseção I desta Lei, naquilo que couber.

Art. 272 - Para fazer face às despesas decorrentes da aplicação desta Lei, serão utilizados recursos orçamentários próprios, em cada exercício.

Art. 273 - A vedação da acumulação das Gratificações pagas a qualquer título previstas nas Subseções IV, V, VI, VII, VIII, IX e X da Seção III do Capítulo II, do Título IV, da presente Lei Complementar, não se aplica ao Poder Legislativo.

Art. 274 - O Chefe do Poder Executivo regulamentará as disposições desta Lei, no que couber.

Art. 275 - Esta Lei Complementar entrará em vigor no mês subsequente a data de sua publicação.

Art. 276 - Revogam-se as disposições em contrário, em especial a Lei Complementar nº 099 de 24 de abril de 2003, Lei nº 2.735 de 30 de março de 1.993, artigos 3º e 4º da Lei nº 2.818 de 24 de setembro de 1993, Lei nº 3.722 de 19 de março de 2.002, Lei nº 3.735 de 04 de março de 2.002, Lei nº 3.739 de 04 de abril de 2.002, Lei nº 3.865 de 20 de novembro de 2.002, Lei nº 4.525 de 27 de março de 2.007, Lei nº 4.607, de 21 de agosto de 2.007 e Lei Complementar nº 177 de 18 de março de 2.008.

GABINETE DO Prefeito Municipal
28 de setembro de 2010.
MILTON HOBUS
Prefeito Municipal

* O Art. 107 desta Lei Complementar entrou em vigência na data de sua publicação (em 11/11/2010).

Republicação da Lei Complementar nº 208/2010

SUMÁRIO

PLANO DE CARREIRA E VENCIMENTOS DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL DE RIO DO SUL

CAPÍTULO I - AS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES	Art. 1º ao Art. 3º
CAPÍTULO II - DOS CONCEITOS	Art. 4º
CAPÍTULO III - QUADRO DE SERVIDORES	
SEÇÃO I - Da Composição do Quadro Servidores	Art. 5º
SEÇÃO II - Dos Cargos de Provimento Efetivo	Art. 6º ao Art. 9º

SEÇÃO III - Dos Cargos em Comissão	Art. 10 ao Art. 13
SEÇÃO IV - Da Jornada de Trabalho	Art. 14
SEÇÃO V - Da Lotação do Servidor	Art. 15
SEÇÃO VI - Do Enquadramento	Art. 16
CAPÍTULO IV - DA POLÍTICA REMUNERATÓRIA	
SEÇÃO I - Do Piso Mínimo Municipal e da Tabela de Vencimentos	Art. 17 ao Art. 18
SEÇÃO II - Da Revisão Geral de Remuneração	Art. 19 ao Art. 21
SEÇÃO III - Da Comissão de Política Remuneratória de Pessoal	Art. 22
CAPÍTULO V - DA CARREIRA	Art. 23 ao Art. 25
SEÇÃO I - Da Progressão por Desempenho Profissional	Art. 26 ao Art. 38
SEÇÃO II - Do Adicional por Capacitação Profissional	Art. 39 ao Art. 47
SEÇÃO III - Do Adicional por Formação Profissional	Art. 48 ao Art. 49
SEÇÃO IV - Do Comitê de Progressão na Carreira	Art. 50 ao Art. 51
CAPÍTULO VI - DAS REGRAS DE TRANSIÇÃO	Art. 51
CAPÍTULO VII - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS	Art. 53 ao Art. 66

LEI COMPLEMENTAR Nº 208, de 28 de setembro de 2010.

"INSTITUI O PLANO DE CARREIRA E VENCIMENTOS DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL DE RIO DO SUL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

O Prefeito Municipal DE RIO DO SUL:

Faço saber a todos os habitantes deste município, que a Câmara de Vereadores decretou e eu sanciono a seguinte LEI:

CAPÍTULO I

DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º - Fica instituído nos termos desta Lei Complementar, o Plano de Carreira e Vencimentos dos Servidores Públicos da Administração Direta e Indireta do Poder Executivo Municipal, com vistas a organizar os cargos de provimento efetivo e os em comissão, visando assegurar a eficiência da ação administrativa e a qualidade do serviço público.

Art. 2º - Os servidores vinculados a área do Magistério da Rede Pública Municipal serão regidos por Plano de Carreira e Vencimentos estabelecido em lei específica.

Art. 3º - O regime jurídico aplicado aos servidores ocupantes de cargos de provimento efetivo de que trata esta Lei Complementar, é o disposto na Lei que trata sobre o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Rio do Sul.

CAPÍTULO II

DOS CONCEITOS

Art. 4º - Para efeitos de aplicação e implantação da presente Lei, é adotada a seguinte conceituação:

PLANO DE CARREIRA: conjunto de diretrizes e normas que estabelecem a estrutura e procedimentos dos cargos, remuneração e desenvolvimento na carreira dos servidores efetivos;

CARREIRA: perspectiva de crescimento profissional do servidor na forma prevista nesta Lei Complementar, observada a habilitação e atribuições correspondentes ao cargo;

CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO: é aquele que depende de prévia habilitação em concurso público de provas ou de provas e títulos, obedecidos a ordem de classificação e validade, consistindo em um conjunto de atribuições, deveres e responsabilidades com

denominação própria de acordo com a área de atuação e formação profissional;
CARGO EM COMISSÃO: aquele declarado em lei de livre nomeação e exoneração, destinando-se apenas às atribuições de direção, chefia e assessoramento;
VENCIMENTO: retribuição pecuniária paga ao servidor pelo exercício de cargo público, com valor fixado em lei;
REMUNERAÇÃO: retribuição pecuniária devida mensalmente ao servidor pelo efetivo exercício do cargo, correspondente ao vencimento, acrescido de vantagens financeiras permanentes ou temporárias, previstas em lei;
GRUPO OCUPACIONAL: conjunto de cargos reunidos com afinidades entre si quanto à natureza do trabalho ou ao grau de complexidade e responsabilidade;
REFERÊNCIA: graduação horizontal ascendente, existente em cada nível;
PROGRESSÃO FUNCIONAL: é a passagem para a referência imediatamente superior dentro de um mesmo nível de vencimento;
QUADRO DE PESSOAL: conjunto de cargos de provimento efetivo e cargos em comissão;
AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO: apuração do desempenho do servidor no efetivo exercício das atribuições inerentes ao cargo que ocupa, aferindo os aspectos referentes à área de atuação e as obrigações funcionais com vistas à progressão funcional;
QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL: constitui-se no processo permanente de aquisição de informações pelo servidor, de todo e qualquer conhecimento, seja através de capacitação continuada, de vivências, de experiências laborais e emocionais, no âmbito institucional ou fora dele;
INTERSTÍCIO: o lapso de tempo fixado para as progressões funcionais;
QUADRO DE LOTAÇÃO: Agrupamento de cargos de provimento efetivo e comissionado, integrantes de cada órgão da Administração Direta e Indireta.
NÍVEL DE VENCIMENTO: o valor do vencimento dos cargos de provimento efetivo, é identificado através das letras de "A" a "K", previsto no Anexo I desta Lei Complementar.
CAPÍTULO III
QUADRO DE SERVIDORES

SEÇÃO I

Da Composição Do Quadro de Servidores

Art. 5º - O quadro de servidores públicos da Administração Direta e Indireta do Município de Rio do Sul compõe-se de cargos de Provimento Efetivo e cargos em Comissão, distribuídos nos seguintes grupos ocupacionais:

§ 1º - Integram o Grupo Ocupacional de Cargos de Provimento Efetivo:

GRUPO OCUPACIONAL SUPERIOR (GS): abrange os cargos cujas tarefas requerem grau elevado de atividade intelectual, para cujo desempenho é exigido certificado de conclusão do curso superior e registro no órgão competente;

GRUPO OCUPACIONAL TÉCNICO (GT): abrange os cargos cujas tarefas e conhecimentos se caracterizam por certa complexidade e pouco esforço físico, para o qual se exige certificado de conclusão do ensino médio com grade curricular de área técnica ou técnica pós-médio, além de registro no respectivo órgão de classe, quando houver;

GRUPO OCUPACIONAL ADMINISTRATIVO (GA): abrange os cargos cujas tarefas se caracterizam pelo trabalho burocrático e organizacional com média e baixa complexidade e esforço intelectual, para o qual se exige formação em ensino fundamental completo, ensino médio completo ou incompleto;

GRUPO OCUPACIONAL OPERACIONAL (GO): abrange os cargos cujas tarefas requererem conhecimento prático do trabalho, limitadas a uma rotina com predominância de esforço físico, para qual se exige formação em ensino fundamental ou médio, completo ou incompleto.

§ 2º - Integram o Grupo Ocupacional de Cargos em Comissão:

GRUPO OCUPACIONAL EM COMISSÃO (GC): elenca os cargos de livre nomeação e exoneração pelo Chefe do Poder Executivo, em conformidade com o disposto no artigo 37 da Constituição Federal, excetuando os Secretários e Superintendentes que, na qualidade de agentes políticos, são remunerados por subsídio fixado em lei específica.

§ 3º - Os cargos de provimento Efetivo e em Comissão da Administração Direta e Indireta do Poder Executivo Municipal estão descritos nos Anexos I e II letras "a", "b" e "c" da presente Lei Complementar.

§ 4º - Os grupos ocupacionais da Administração Direta e Indireta do Poder Executivo Municipal estão descritos nos Anexos III, letras "a", "b", "c" da presente Lei Complementar.

§ 5º - Para o ingresso nos quadros de pessoal, deverá ser respeitado os requisitos previstos na Lei que trata sobre o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Rio do Sul.

SEÇÃO II

Dos Cargos De Provimento Efetivo

Art. 6º - Os atuais cargos de provimento efetivo que compõem a estrutura da Administração Direta e Indireta do Poder Executivo, nas quantidades, com níveis de vencimento e jornada de trabalho, incluídos os novos cargos e aqueles considerados em extinção, a partir da sua vacância, estão demonstrados em destaque no Anexo I, letras "a", "b", "c", parte integrante da presente Lei Complementar.

Art. 7º - Ficam extintos a partir da vigência desta Lei Complementar, os cargos de provimento efetivo da Administração Direta do Poder Executivo Municipal, especificados no Anexo VII, parte integrante da presente Lei Complementar.

Art. 8º - Fica alterada a partir da vigência desta Lei Complementar a nomenclatura dos cargos de provimento efetivo da Administração Direta do Poder Executivo Municipal, especificados no Anexo VI, parte integrante da presente Lei Complementar, permanecendo inalteradas as atribuições e habilitações dos cargos renomeados.

Art. 9º - O Manual de Ocupações contem as atribuições e habilitações dos cargos de provimento efetivo da Administração Direta e Indireta do Poder Executivo Municipal e está demonstrado no Anexo V, parte integrante desta Lei Complementar.

SEÇÃO III

Dos Cargos em Comissão

Art. 10 - Ficam criados os cargos em comissão nas quantidades, com valor de vencimento e jornada e trabalho constante nos Anexos II e X da presente Lei Complementar.

Art. 11 - Os cargos em comissão são de livre nomeação e exoneração, nomeados pelo Chefe do Poder Executivo Municipal, e destinam-se apenas às atribuições de direção, chefia e assessoramento.

Art. 12 - Dos cargos em comissão fica assegurado o acesso restrito aos servidores efetivos, na seguinte proporção:

I - 50% (cinquenta por cento) das vagas para os cargos de Diretoria de Departamento;

II - 60% (sessenta por cento) das vagas para os cargos de Chefia de Divisão;

III - VETADO

Art. 13 - Quando um servidor efetivo for nomeado para desempenhar as atribuições de cargo em comissão, poderá optar pelo vencimento do cargo comissionado ou pela remuneração do cargo de provimento efetivo que ocupa, acrescido do percentual de 20% (vinte por cento) incidente sobre valor do respectivo cargo em comissão.

§ 1º - A diferença remuneratória prevista no caput será devida durante o período da nomeação para desempenhar as atribuições do cargo comissionado, devendo a parcela ser destacada em seu comprovante salarial, sem prejuízo das demais vantagens e não será incorporada ao vencimento do servidor.

§ 2º - Sobre as opções de remuneração prevista no caput, o valor da pensão ou benefício de aposentadoria será proporcional ao período exercido junto ao quadro comissionado do Município e do

cargo público efetivo ou estável, observada a regra do § 3º deste artigo.

§ 3º - Na hipótese do § 2º deste artigo, e desde que tenha havido contribuição ao Regime Próprio de Previdência, obter-se-á uma média geral que corresponda ao período contributivo entre a condição de servidor efetivo e a nomeação em cargo comissionado.

SEÇÃO IV

Da Jornada De Trabalho

Art. 14 - A jornada de trabalho dos servidores da Administração Direta e Indireta, observado o limite semanal previsto no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais e as peculiaridades de alguns cargos, terá remuneração integral ou proporcional a sua jornada em conformidade com o estabelecido nos Anexos I e II, letras "a", "b", "c", parte integrante desta Lei Complementar.

§ 1º. Os casos de flexibilização do controle do horário estão demonstrados na Lei que trata sobre o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

§2º. Observado o interesse público e as peculiaridades das Unidades Administrativas da Administração Pública Municipal Direta e Indireta, poderá o

Chefe do Poder Executivo estabelecer mediante Decreto, turno único para a jornada de trabalho dos servidores sem prejuízo da respectiva remuneração.

SEÇÃO V

Da Lotação do Servidor

Art.15 - Lotação é o local onde o servidor exerce as atribuições e responsabilidades do cargo público para o qual foi nomeado.

§ 1º. A administração poderá direcionar o servidor para outro local de trabalho, desde que, a função a ser exercida seja compatível com as atribuições e vencimento do cargo original de carreira, observada a regra de remoção prevista no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

§ 2º. Excetuam-se das disposições contidas neste artigo, os profissionais da área do magistério que deverão observar os critérios estabelecidos em lei própria da categoria.

SEÇÃO VI

Do Enquadramento

Art.16 - Os titulares de cargo de provimento efetivo, pertencentes à administração municipal, direta e indireta, serão enquadrados nos níveis definidos no Anexo VIII da presente Lei Complementar e os efeitos financeiros serão decorrentes a partir do primeiro dia do mês subsequente da publicação da presente Lei Complementar.

§ 1º. No processo de enquadramento do servidor serão considerados os seguintes fatores:

I - a igualdade de denominação, atribuição do cargo e nível de escolaridade previsto no respectivo concurso público que o servidor se habilitou;

II - as transformações de cargos;

III - os vencimentos do cargo ocupado e o vencimento do cargo no qual se dará o enquadramento;

IV - as parcelas referente a Progressão Funcional conquistadas através da Lei Complementar nº 098/2003 e suas alterações posteriores.

§ 2º. Do enquadramento não poderá resultar redução de vencimentos.

CAPITULO IV

DA POLITICA REMUNERATÓRIA

SEÇÃO I

Do Piso Mínimo Municipal e da Tabela de Vencimentos

Art. 17 - Fica instituído o Piso Mínimo dos Servidores Públicos do Município de Rio do Sul, com o valor de R\$ 600,00 (seiscentos reais) mensais, o qual deverá ser reajustado na mesma data e pelo mesmo índice fixado para revisão geral anual dos servidores previsto no artigo 19 desta Lei Complementar.

§ 1º - O Piso Mínimo Municipal não poderá ser inferior ao valor do

Salário Mínimo Federal Vigente, em conformidade com os artigos 7º, inciso IV e 39 § 3º, da Constituição Federal.

§ 2º - Sendo o Piso Mínimo Municipal inferior ao Salário Mínimo Federal Vigente, deverá ser adotado o valor deste como referência, para a jornada de trabalho de 40 (quarenta) horas semanais, cuja diferença será paga ao servidor público com expresso destaque em folha de pagamento.

Art. 18 - O valor do vencimento base correspondente aos níveis de carreira do Servidor Público Municipal será obtido pela aplicação dos coeficientes ao Piso Mínimo Municipal, nos termos do Anexo IX desta Lei Complementar e na forma a seguir identificada:

I - Nível A:	coeficiente 1,000
II - Nível B:	coeficiente 1,167
III - Nível C:	coeficiente 1,333
IV - Nível D:	coeficiente 1,500
V - Nível E:	coeficiente 2,000
VI - Nível F:	coeficiente 2,750
VII - Nível G:	coeficiente 3,375
V - Nível H:	coeficiente 4,500
VI - Nível I:	coeficiente 5,250
VII - Nível J:	coeficiente 6,750
VII - Nível K:	coeficiente 13,500

SEÇÃO II

Da Revisão Geral da Remuneração

Art. 19 - Define, como indexador o Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC), a ser utilizado no cálculo da Revisão Geral Anual da Remuneração dos Servidores da Administração Direta e Indireta do Município.

§ 1º. Para a definição do percentual do INPC previsto no caput, será utilizado o valor do indexador acumulado nos últimos 12 (doze) meses, usando-se como referência final do período, o mês de novembro do ano que antecede a data base.

§ 2º. Fica estabelecido o mês de janeiro como data base para a revisão geral anual da remuneração dos servidores da Administração Direta e Indireta do Município bem como a concessão dos efeitos financeiros respectivos.

Art. 20 - Os proventos de aposentadoria e as pensões serão revisados e fixados nos termos do disposto no art. 7º da Emenda Constitucional nº 41, de 19 de dezembro de 2.003.

Art. 21 - Havendo disponibilidade financeira poderá ser concedido, além da revisão geral anual referida no artigo 19 desta Lei Complementar, aumento real através de lei específica.

SEÇÃO III

Da Comissão De Política e Remuneração De Pessoal

Art. 22 - Fica instituída a Comissão de Política e Remuneração de Pessoal com objetivo de colher subsídios e formular sugestões que orientem as políticas municipais de pessoal e de remuneração.

§ 1º. A comissão mencionada no caput será composta por:

I - Secretário Municipal de Administração;

II - 01 (um) servidor advogado indicado pelo Procurador Jurídico;

III - 02 (dois) servidores indicados pelo Prefeito Municipal pertencente ao quadro geral dos servidores, devendo um deles estar lotado no Departamento de Recursos Humanos;

IV - Presidente do Sindicato dos Servidores Públicos Municipal;

V - 02 (dois) servidores indicado pelo Sindicato dos Servidores Públicos Municipal;

§ 2º. Além das competências previstas no caput, deverá a comissão instituída, participar de todos os estudos e reformas eventualmente produzidas na área de Política de Pessoal e de Remuneração.

§ 3º A designação dos membros da comissão será anual, formalizada por Decreto, podendo os mesmos serem reconduzidos.

CAPITULO V

DA CARREIRA

Art. 23 - Carreira é a perspectiva de crescimento profissional do

servidor efetivo na forma prevista nesta Lei Complementar, observada a habilitação e atribuições correspondentes ao cargo.

Art. 24- O ingresso na carreira dar-se-á no nível e referências inicial do cargo para o qual o servidor prestou concurso público.

Art. 25- O avanço na carreira do servidor estável a partir da presente Lei Complementar poderá ser efetivado mediante Progressão por Desempenho Profissional.

§ 1º Fica vedado o avanço na carreira para o servidor estável, durante o período que estiver nomeado para os cargos de Secretário Municipal, ou Superintendente das Fundações Públicas Municipais.

§ 2º Além da Progressão por Desempenho Profissional e do Adicional por Tempo de Serviço previsto no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais, o servidor poderá agregar ao seu vencimento o Adicional por Capacitação Profissional e o Adicional por Formação Profissional, desde que atendidos os requisitos previstos nesta Lei Complementar.

SEÇÃO I

Da Progressão Por Desempenho Profissional

Art. 26 - A Progressão por Desempenho Profissional do servidor efetivo estável dar-se-á de forma horizontal, a cada 03 (três) anos, e corresponde a um acréscimo de 3% (três por cento) do vencimento base do cargo efetivo que ocupa, de acordo com o Anexo IX da presente Lei Complementar.

§ 1º O período de avaliação de desempenho se inicia a partir do término do estágio probatório e será realizada anualmente, no mês de aniversário de estabilidade do servidor.

§ 2º A Avaliação por Desempenho Profissional será realizada anualmente, sendo que a cada triênio far-se-á uma média aritmética dos resultados das avaliações do período, cujo indicativo representará o resultado final para fins da Progressão de que trata o artigo 26 desta Lei Complementar.

§ 3º - O instrumento da avaliação de desempenho será efetuado através do preenchimento de 04 (quatro) fichas, compreendendo: I - autoavaliação;

II - avaliação efetuada pela chefia imediata;

III - avaliações de 02 (dois) servidores efetivos estáveis lotados no mesmo Departamento ou Divisão do servidor avaliado.

§ 4º As fichas de avaliação conterão os seguintes critérios:

I - domínio sobre as atribuições do cargo;

II- pontualidade;

III -assiduidade;

IV -iniciativa;

V -flexibilidade;

VI -produtividade e qualidade do trabalho;

VII -disciplina;

VIII -ética pública;

IX -cuidados com materiais, equipamentos e ambiente;

X- relacionamento interpessoal.

§ 5º A autoavaliação, as avaliações da Chefia imediata e dos servidores avaliadores terão os seguintes pesos:

I - servidor: 01

II- servidores avaliadores: 04; considerando peso 02 para cada avaliação

III- chefia imediata: 05

§ 6º A fim de obter o resultado de cada avaliação por desempenho profissional, será considerada a média aritmética dos fatores avaliatórios.

§ 7º O resultado final da avaliação será composto da soma entre a média aritmética de cada avaliação multiplicada pelo seu respectivo peso.

§ 8º Os servidores efetivos estáveis indicados a fazer a avaliação do servidor serão escolhidos mediante prévio sorteio, cujo procedimento será efetuado pelo Departamento de Recursos Humanos.

Art. 27 - Ocorrendo insuficiência de servidores estáveis no Departamento, Divisão ou Unidade a qual o servidor avaliado pertence, a indicação por sorteio deverá recair em servidores de outros setores que possuam similitude de atividade profissional, exigindo-se dos indicados a mesma habilitação profissional do avaliado.

Art. 28 - O avaliador pode declarar-se impedido ou suspeito, devendo manifestar-se através de requerimento endereçado ao Departamento de Recursos Humanos, devidamente fundamentado, no prazo de até 05 (cinco) dias anteriores a avaliação, podendo ser substituído.

§ 1º Considera-se impedido para efeitos de avaliação o servidor que esteja avaliando cônjuge ou qualquer parente seu, consanguíneo ou afim, em linha ou colateral até o segundo grau.

§ 2º Reputa-se suspeito quando o servidor for amigo íntimo ou inimigo capital do servidor avaliado; quando for credor ou devedor seu ou de seu cônjuge ou parentes; receber dádivas; ter interesse na avaliação em seu favor ou por qualquer motivo declarado íntimo, desde que, devidamente fundamentado.

Art. 29 - Os critérios especificados no Artigo. 26, § 4º incisos I a X desta Lei Complementar, a serem utilizados pelos avaliadores indicados para efetuar a análise da Avaliação de Desempenho com vistas a Progressão funcional, serão aferidos através de formulário próprio, adotando-se os indicadores e a tabela de pontuação a seguir identificados:

I - INDICADORES

a) Ótimo: (09 a 10 pontos);

b) Bom: (07 a 08 pontos);

c) Regular: (05 a 06 pontos);

d) Insuficiente: (01 a 04 pontos).

II - TABELA DE PONTUAÇÃO - RESULTADO FINAL

a) Supera o desempenho esperado de 90 a 100 pontos;

b) Atinge o desempenho esperado de 70 a 89 pontos;

c) Atinge parcialmente o desempenho esperado de 50 a 69 pontos;

d) Não atinge o desempenho esperado de 01 a 49 pontos.

§ 1º É de competência do Departamento de Recursos Humanos orientar os avaliadores e o servidor avaliado, bem como dar acesso aos formulários de avaliação e autoavaliação, os quais deverão ser preenchidos no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contados do recebimento.

§ 2º O não cumprimento dos prazos estabelecidos acarretará a apuração em procedimento administrativo, a fim de verificar as responsabilidades.

§ 3º O modelo do formulário de Avaliação para Progressão por Desempenho Profissional e a forma de apuração dos critérios estabelecidos nos incisos I a X, § 4º, do artigo 26 desta Lei Complementar, serão regulamentados por Decreto no prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados da publicação desta Lei Complementar.

Art. 30 - Após o recebimento dos formulários devidamente preenchidos o Departamento de Recursos Humanos elaborará relatório de Avaliação com base nas informações recebidas.

Art. 31 - O relatório mencionado no artigo anterior deverá ser encaminhado a chefia imediata do servidor avaliado, no prazo de 10 (dez) dias úteis.

§ 1º Compete a Chefia imediata, após o recebimento do Relatório de Avaliação, num prazo máximo de 02 (dois) dias úteis:

I - comunicar ao avaliado o resultado final da sua avaliação;

II- discutir conjuntamente com a equipe envolvida no respectivo processo, as informações prestadas nas fichas das avaliações;

III - oportunizar a defesa oral do avaliado sobre eventuais conflitos existentes no resultado dos itens avaliados;

IV - colher assinatura do avaliado no respectivo relatório, e informando-o caso persista conflito no resultado final da avaliação, sobre a possibilidade de impetrar recurso ao Comitê Permanente de Progressão na Carreira, no prazo de 05 (cinco) dias úteis contados da ciência do fato.

Art. 32 - O relatório de avaliação de desempenho profissional consignará os indicadores de pontuação, implicando nos seguintes procedimentos quanto ao resultado final:

I - Ótimo: supera o desempenho esperado, quando atinge a pontuação do resultado final de 90 a 100 pontos;

II - Bom: atinge o desempenho esperado, quando alcança a pontuação do resultado final de 70 a 89 pontos;

III - Regular: atinge parcialmente o desempenho esperado,

quando alcança a pontuação do resultado final de 50 a 69 pontos;
IV - Insuficiente: não atinge o desempenho esperado, quando alcança a pontuação do resultado final de 01 a 49 pontos.

§ 1º Quando o resultado da avaliação for enquadrada nos incisos I e II deste artigo, deverá a Chefia imediata do avaliado, encaminhar o Relatório de Avaliação, após a apresentação e discussão do resultado, para registro do resultado final e arquivamento na pasta funcional do servidor.

§ 2º - Quando o resultado da avaliação for enquadrada nos incisos do III e IV deste artigo, deverá a Chefia imediata do avaliado, elaborar relatório circunstanciado enfatizando as ocorrências que determinaram o resultado, indicando os procedimentos necessários para reduzir as dificuldades apontadas e encaminhá-las ao Departamento de Recursos Humanos.

§ 3º O Departamento de Recursos Humanos após análise e verificação das providências indicadas pela chefia deverá adotar as seguintes medidas:

- I - encaminhar o servidor para capacitação;
- II - promover uma análise sobre a adaptação do servidor relativa ao local de trabalho;
- III - identificar se há de possíveis problemas pessoais do servidor;
- IV - remanejar o servidor, respeitada as atribuições e vencimento do cargo;
- V - outras medidas pertinentes.

§ 4º Apenas fará jus a Progressão por Desempenho Profissional, no triênio, o servidor que obtiver na média aritmética dos resultados das avaliações anuais, a pontuação igual ou superior a 70 (setenta) pontos.

§ 5º Caso o servidor se sinta lesado quanto ao resultado final da sua avaliação no período, poderá requerer reavaliação do processo junto ao Comitê Permanente de Progressão na Carreira, cujo pedido deverá ser instruído com o resultado de todas as avaliações do triênio.

§ 6º Após a reavaliação, compete ao Comitê Permanente de Progressão na Carreira, adotar pelos seguintes procedimentos:

- I - solicitar nova avaliação caso existam elementos ou fatos que justifiquem tal procedimento;
- II - retificar o ato avaliador caso exista erro no cálculo dos resultados apontados;
- III - ratificar o ato, quando não restar comprovado nenhum conflito ou erro a ser sanado.

§ 7º Da decisão final do resultado da reavaliação promovida pelo Comitê Permanente de Progressão na Carreira, e subsistindo ainda dúvida pelo servidor quanto ao direito de progredir na carreira por Avaliação de Desempenho Profissional, face aos resultados apresentados, poderá em último grau de Recurso Administrativo, requerer ao Prefeito Municipal reavaliação do resultado apresentado pelo Comitê, no prazo de 10 (dez) dias úteis, contados da ciência do fato.

§ 8º O Prefeito Municipal após análise, caso o pedido seja tempestivo decidirá mediante parecer conclusivo em 10 (dez) dias úteis e encaminhará ao Departamento de Recursos Humanos para as providências pertinentes, e se intempestivo, o pedido será indeferido de plano, sem resolução de mérito.

Art. 33 - Perderá o direito à Progressão por Desempenho Profissional o servidor que no triênio que serve como data base à avaliação estiver enquadrado em uma das situações abaixo:

- I - tenha sofrido punição disciplinar com ampla defesa em processo administrativo disciplinar;
- II - possua mais de 03 (três) faltas injustificadas no período;
- III - estiver aposentado pelo Regime Próprio de Previdência dos Servidores Públicos Municipal;
- IV - estiver em Estágio Probatório.

Art. 34 - A avaliação do servidor com vistas a Progressão por Desempenho Profissional será interrompida nos seguintes casos:

- I - licença para cumprimento de mandato eletivo;
- II - licença para serviço militar;
- III - licença para dirigir associação sindical;
- IV - licença para tratar de assuntos particulares;

V - licença para ocupar cargo de confiança ou comissão em outros órgãos públicos;

VI - licença para acompanhar cônjuge ou companheiro;

VII - afastamento para tratamento de saúde superior a 30 (trinta) dias no ano;

VIII - Licença para acompanhar tratamento por motivo de doença em pessoa da família superior a 30 (trinta) dias;

IX - afastamento do cargo decorrente de prisão, em flagrante ou preventiva, determinada pela autoridade competente enquanto perdurar a prisão;

X - afastamento do cargo em virtude de condenação por sentença definitiva, a pena que não determine a perda do cargo.

§ 1º Não será interrompida a Progressão por Desempenho Profissional, de servidor em efetivo exercício, que seja readaptado de função em caráter temporário ou definitivo por determinação médica, devidamente comprovado através de laudo médico expedido pela Perícia Médica do Município.

§ 2º Para o servidor efetivo que na época da Avaliação por Desempenho Profissional estiver exercendo cargo comissionado na área afim de seu cargo de origem, adotar-se-á todo o procedimento de avaliação por desempenho profissional previsto para os demais servidores.

§ 3º Cessada a interrupção, reinicia-se a contagem do prazo com vistas a completar o triênio da avaliação, computando-se neste caso, o período existente a partir da última avaliação até a data de início da interrupção.

§ 4º A Avaliação Subsidiária objetiva acompanhar o desempenho do servidor e será aplicada, nas seguintes hipóteses:

- I - quando houver movimentação do servidor para outro local de trabalho;
- II - quando houver afastamento para tratamento de saúde, mediante motivo justificado por período igual ou superior a 30 (trinta) dias consecutivos;
- III - em caso de interrupção decorrente das situações elencadas nos incisos I a VI deste artigo.

§ 5º Sempre que houver Avaliação Subsidiária, o resultado final da Avaliação de Desempenho no respectivo período será apurado através de média aritmética ponderada de todas as avaliações efetivadas dentro do mesmo lapso temporal.

§ 6º Do resultado da avaliação de desempenho de cada período o servidor pode interpor recurso ao Comitê Permanente de Progressão na Carreira, dentro de 05 (cinco) dias úteis contados a partir da data do recebimento da comunicação por escrito, encaminhada ao Departamento de Recursos Humanos, acompanhada da ficha de avaliação.

§ 7º Não poderá obter Adicional por Capacitação Profissional o servidor que no triênio da avaliação, embora tenha atingido a meta de cursos, não atingir concomitantemente no mesmo período, a pontuação mínima necessária para a Progressão por Desempenho Profissional.

Art. 35 - Fica assegurado aos atuais servidores estáveis em exercício, aos inativos e pensionistas que obtiveram Progressão na carreira mediante avaliação de desempenho com base na Lei Complementar nº 098 de 24/04/2003, a manutenção dos avanços já efetivados a este título.

Art. 36 - A contagem de tempo para a Progressão por Desempenho Profissional instituída nos termos da presente Lei Complementar, aos servidores estáveis em exercício, ocorrerá a partir da realização da última Progressão por Avaliação de Desempenho, instituída pela Lei Complementar nº 098 de 24/04/2003.

Art. 37 - O reflexo financeiro da Progressão por Desempenho Profissional, quando conquistado pelo servidor mediante as regras dispostas nesta Lei Complementar, será devido a partir do mês subsequente da aprovação do respectivo triênio de avaliação.

Parágrafo único. Aplica-se a regra relativa ao prazo para o reflexo financeiro disposta no artigo anterior, aos servidores estáveis que já obtiveram progressões anteriores na carreira mediante a Avaliação de Desempenho com base na Lei Complementar nº 098 de 24/04/2003, e que no exercício de 2.010 completarão novo triênio

para progressão na carreira com base .nos requisitos previstos na presente Lei Complementar.

Art. 38 - Ficam limitadas em 10 (dez) Progressões por Desempenho Profissional a ser concedida ao servidor de carreira vinculado a Administração Direta e Indireta do Município.

SEÇÃO II

Do Adicional Por Capacitação Profissional

Art. 39 - Fica instituído o Adicional por Capacitação Profissional, com o objetivo de valorizar e aperfeiçoar o desempenho das atividades laborativas afetas ao cargo que o servidor ocupa na Administração Direta e Indireta do Município.

§ 1º - O Adicional por Capacitação Profissional poderá ser conquistado pelo servidor a cada 03 (três) anos, e uma vez deferido, corresponderá a um acréscimo de 2% (dois por cento) incidente sobre o seu vencimento base, em conformidade com o Anexo IX da presente Lei Complementar.

§ 2º - A análise dos cursos efetuados pelo servidor com vistas ao Adicional por Capacitação será efetuada juntamente com a Progressão por Desempenho Profissional, excetuando-se as situações previstas nos artigos 42 e 43 desta Lei Complementar.

Art. 40- O Adicional por Capacitação Profissional é decorrente da capacitação continuada do servidor através do aperfeiçoamento e a atualização na área de atuação.

Art. 41 - Para fazer jus ao Adicional por Capacitação Profissional o servidor público deverá participar de cursos com a seguinte carga horária:

I - 80 (oitenta) horas de capacitação para os servidores integrantes do Grupo Ocupacional Superior;

II - 60 (sessenta) horas de capacitação para os servidores integrantes do Grupo Ocupacional Técnico;

III - 60 (sessenta) horas de capacitação para os servidores integrante do Grupo Ocupacional Administrativo;

IV - 40 (quarenta) horas de capacitação para os servidores integrantes do Grupo Ocupacional Operacional.

§ 1º Somente serão computadas as horas de capacitação previstas no caput, desde que estejam vinculadas a área de atuação e/ou de exercício do cargo do servidor, devendo ser previamente homologadas e registradas no Departamento de Recursos Humanos do Município.

§ 2º Os cursos de formação de ensino fundamental, médio, técnico, superior em nível de graduação, pós-graduação e os exigidos como pré-requisito para o exercício profissional em cada grupo ocupacional, previsto no respectivo Edital de Concurso Público para o qual o servidor se habilitou, não poderão ser considerados para fins de Adicional por Capacitação.

Art. 42 - A partir da publicação da presente Lei Complementar, o servidor que encontrar-se em estágio probatório e realizar durante este período, cursos de capacitação/treinamentos com carga horária prevista para seu grupo ocupacional, e relacionados com sua área de atuação e cargo que ocupa, poderá requerer o primeiro Adicional por Capacitação, após o cumprimento do prazo e aprovação para a aquisição da estabilidade no cargo público.

Art. 43 - A partir da publicação da presente Lei Complementar, os atuais servidores que já adquiriram a estabilidade poderão requer o primeiro Adicional por Capacitação Profissional, considerando para tanto, os cursos/ treinamentos concluídos nos últimos 06 (seis) anos, relacionados com seu cargo e área de atuação.

Parágrafo único. Os servidores mencionados no caput que por ocasião do último recadastramento realizado pelo Departamento de Recursos Humanos apresentaram certificados de cursos de capacitação/treinamento realizados nos últimos 06 (seis) anos, relacionados com o cargo e área de atuação, desde que devidamente reconhecidos pela área competente, ficam dispensados desta obrigatoriedade, para efeitos do primeiro Adicional por Capacitação Profissional.

Art. 44- A partir da próxima avaliação dos cursos com vistas ao Adicional por Capacitação Profissional, que ocorrerá a cada 03 (três) anos juntamente com a Avaliação por Desempenho Profissional,

somente serão validados os cursos e treinamentos concluídos dentro do respectivo triênio de avaliação.

Parágrafo único. Não serão computados cumulativamente certificados de cursos para efeitos de Adicional por Capacitação Profissional e para o Adicional por Formação Profissional.

Art. 45 - O Adicional por Capacitação Profissional deverá ser requerido ao Departamento de Recursos Humanos, devendo o interessado apresentar no mês de aniversário de sua estabilidade, fotocópia autenticada dos respectivos certificados, realizados no período considerado para o respectivo benefício.

Art. 46 - O efeito financeiro do Adicional por Capacitação Profissional, condicionado a pontuação mínima prevista para a Progressão por Avaliação de Desempenho, será devido a partir do mês subsequente da homologação dos cursos efetuada pelo Comitê Permanente de Progressão de Carreira.

Parágrafo único. Excepcionalmente, mediante justificativa quando os documentos (certificados dos cursos) forem apresentados fora do prazo previsto no art. 48 desta Lei Complementar, e após análise, forem reconhecidos, o efeito financeiro decorrente, será devido somente a partir do mês subsequente da homologação efetuada pelo Comitê Permanente de Progressão na Carreira.

Art. 47- Ficam limitados em 11 (onze) Adicionais por Capacitação Profissional a ser concedida ao servidor.

SEÇÃO III

Do Adicional Por Formação Profissional

Art. 48 - Fica instituído o Adicional por Formação Profissional como estímulo ao aperfeiçoamento, com o acréscimo de 6% (seis por cento) por nível de formação concluída, incidente sobre o vencimento base do cargo efetivo, em conformidade com o Anexo IX desta Lei Complementar, a ser deferido ao servidor estável mediante o atendimento dos seguintes requisitos:

I - servidor cuja habilitação exigida para ingresso no serviço público é equivalente ao ensino fundamental completo ou incompleto; ou ensino médio incompleto, fica assegurado até 03 (três) Adicionais por Formação Profissional, sendo que para primeiro nível de formação, deverá Apresentar diploma/certificado de curso de ensino nível médio, para o segundo a apresentação do diploma do curso de graduação e, respectivamente, para o terceiro, diploma/certificado de conclusão de pós-graduação em nível de especialização;

II - servidor cuja habilitação exigida para ingresso no serviço público é equivalente ao ensino médio completo; ou curso de nível técnico, fica assegurada até 03 (três) Adicionais por Formação Profissional, sendo que para o primeiro nível de formação, deverá apresentar diploma/certificado do curso de graduação, para o segundo diploma/certificado de conclusão de pós-graduação em nível de especialização e, respectivamente, para a terceira diploma/certificado de conclusão de pós-graduação em nível de mestrado;

III - servidor cuja habilitação exigida para ingresso no serviço público é equivalente ao curso de graduação; ou graduação com especialização, fica assegurado até (03) três Adicionais por Formação Profissional, sendo que para o primeiro nível de formação, deverá apresentar diploma/certificado do curso de pós-graduação em nível de especialização, para o segundo, diploma/certificado de conclusão de pós-graduação em nível de mestrado e, respectivamente, para a terceiro diploma/certificado do curso de pós-graduação em nível de doutorado.

§ 1º Ao servidor estável em exercício é assegurado o recebimento do primeiro Adicional por Formação Profissional correspondente a 6% (seis por cento) a partir da vigência desta Lei Complementar, observados os requisitos descritos no caput mediante requerimento realizado pelo servidor e endereçado ao Departamento de Recursos Humanos.

§ 2º O requerimento deve ser instruído com fotocópia autenticada dos respectivos diplomas ou certificados.

§ 3º - Para o recebimento do segundo e terceiro adicionais de que trata este artigo, deverá ser observado o interstício de 5 (cinco) anos entre cada apresentação do respectivo diploma/certificado.

§ 4º - O diploma/certificado apresentado, visando à concessão do Adicional por Formação Profissional, não poderá ser utilizado para nenhum outro efeito de benefício na carreira do servidor.

Art. 49 - O efeito financeiro do Adicional por Formação Profissional será devido a partir do mês subsequente da homologação do respectivo diploma/certificado efetuada pelo Comitê Permanente de Progressão de Carreira.

SEÇÃO IV

Do Comitê Permanente De Progressão Na Carreira

Art. 50 - Fica instituído o Comitê Permanente de Progressão na Carreira que tem como objetivo:

I - avaliar, julgar e emitir parecer conclusivo sobre os recursos decorrentes das avaliações com vistas a Progressão por Desempenho;

II - homologar o resultado de cada etapa das Avaliações com vistas à Progressão por Desempenho Profissional e emitir o respectivo conceito sobre o qual o servidor deverá obrigatoriamente ser cientificado;

III - Analisar e homologar, no prazo de 10 (dez) dias úteis, contados da data do recebimento dos títulos apresentados pelo servidor com vistas ao Adicional por Capacitação Profissional e por Formação Profissional.

Art. 51 - O Comitê Permanente de Progressão na Carreira será composto por 03 (três) membros titulares e 03 (três) suplentes), ocupantes de cargos de provimento efetivo e estáveis, observando-se na indicação da composição:

I - 01 (um) servidor indicado pelo Secretário Municipal de Administração pertencente ao Departamento de Recursos Humanos;

II - 01 (um) servidor indicado pelo Secretário Municipal de Administração pertencente ao quadro geral dos servidores;

III - 01 (um) servidor indicado pelo Sindicato dos Servidores Públicos Municipal.

Parágrafo único. A designação dos membros será realizada anualmente, formalizada por Portaria, podendo os mesmos serem reconduzidos.

CAPITULO VI

DAS REGRAS DE TRANSIÇÃO

Art. 52 - Para os servidores estáveis que completarem novo triênio, com vistas a Progressão por Desempenho Profissional nos exercícios de 2.010 e 2.011 será realizada em caráter excepcional uma única avaliação, observando-se os critérios estabelecidos na presente Lei Complementar, para esta modalidade de Progressão.

CAPITULO VII

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 53 - Os servidores não efetivos estabilizados pelo art. 19 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal que ingressaram no Município, suas Autarquias e Fundações, ficam subordinados às normas contratuais da Consolidação das Leis do Trabalho e não participam da carreira de que trata esta Lei Complementar.

Parágrafo único. As funções exercidas pelos servidores a que se refere o caput serão automaticamente extintas quando vagarem.

Art. 54 - Para o servidor de que trata o artigo anterior é instituído adicional por tempo de serviço correspondente a 1% (um por cento) do respectivo salário base a cada 12 meses de efetivo exercício contados da data de ingresso no serviço público municipal, com efeito financeiro a partir do primeiro dia do mês subsequente à vigência desta Lei Complementar.

Parágrafo único - Aplicam-se aos servidores referidos no artigo 53, as disposições contidas no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais que versem sobre diárias, auxílio alimentação, auxílio vale transporte, prêmio especial, deveres, proibições, acumulação, responsabilidades, penalidades, licença a gestante, licença especial a gestante e auxílio funeral.

Art. 55 - As gratificações concedidas aos servidores municipais, com base no § 2º do art. 5º da Lei Complementar nº 098 de 24

de abril de 2003 ficam extintas a partir do primeiro dia do mês subsequente da publicação da presente Lei Complementar.

Art. 56 - Fica assegurado aos servidores efetivos ou estáveis, o direito a manutenção da incorporação e percepção de vantagens adquiridas com base nos artigos 63 e 85 da Lei Complementar nº 01/91, de 10 de outubro de 1991, e suas alterações posteriores.

Art. 57 - Compete a Secretaria Municipal de Administração expedir os atos administrativos complementares necessários à plena execução de presente Lei Complementar.

Art. 58 - Aplicam-se aos inativos e pensionistas, naquilo que couber, os benefícios previstos nesta Lei Complementar.

Art. 59 - O ocupante de cargo em Comissão de livre nomeação e exoneração, quando não integrante do quadro permanente dos servidores públicos municipais, é contribuinte obrigatório do Regime Geral de Previdência Social.

Parágrafo único. O servidor enquadrado na situação prevista no caput não faz jus as progressões na carreira nem ao adicional por tempo de serviço, ficando-lhe assegurado apenas o direito a férias anual com o respectivo adicional de 1/3 e a gratificação natalina.

Art. 60 - O servidor integrante do quadro permanente é contribuinte obrigatório do Regime Próprio de Previdência Social do Município, devendo as respectivas contribuições previdenciárias serem efetivadas na conformidade com o disposto em lei específica.

Art. 61 - Os Secretários e Superintendentes Municipais na qualidade de agentes políticos recebem subsídios fixados por lei específica e são contribuintes obrigatórios do Regime Geral de Previdência Social, ficando-lhes assegurado os benefícios previstos no Parágrafo único do Art. 59 desta Lei Complementar.

Art. 62 - A contratação pelo Município de pessoal por tempo determinado para atender à necessidade temporária de excepcional interesse público, será feita mediante lei específica e deve pautar-se na temporariedade, ligada ao interesse público da contratação nos termos do Art. 37, IX, da Constituição Federal.

Art. 63 - As despesas decorrentes da aplicação da presente Lei Complementar correrão a conta de dotações próprias consignadas no Orçamento Municipal em vigor.

Art. 64 - SUPRIMIDO

Art. 65 - Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos financeiros a partir do primeiro dia do mês subsequente da sua vigência.

Art. 66 - Revogam-se as disposições em contrário e em especial, o Parágrafo Único do Art. 3º da Lei Complementar nº 101 de 30 de abril de 2.003, a Lei Complementar nº 098, de 24 de abril de 2.004, a Lei Complementar nº 112, de 04 de março de 2.004, a Lei Complementar nº 113, de 24 de março de 2.004, os artigos 2º, 3º, 5º, 6º, da Lei Complementar nº 114, de 18 de maio de 2.004 a Lei Complementar nº 116, de 20 de agosto de 2.004, a Lei Complementar nº 127, de 04 de maio de 2.005, os artigos 2º, 3º, 5º, 6º, da Lei Complementar nº 128, de 17 de maio de 2.005, a Lei Complementar nº 133, de 28 de junho de 2.005 a Lei Complementar nº 141, de 05 de dezembro de 2.005, a Lei Complementar nº 145, de 19 de dezembro de 2.005, os artigos 4º, 6º, 7º da Lei Complementar nº 151, de 16 de maio de 2.006, a Lei Complementar nº 157, de 18 de julho de 2.006, os artigos 1º, 2º, 4º, 5º 6º, da Lei Complementar nº 171, de 09 de julho de 2.007, os artigos 1º, 2º, 3º da Lei Complementar nº 179, de 04 de abril de 2.008, a Lei Complementar nº 192, de 03 de março de 2.009.

GABINETE DO Prefeito Municipal

28 de Setembro de 2010.

MILTON HOBUS

Prefeito Municipal

* O parágrafo III do Art. 12 desta Lei Complementar entrou em vigência na data de sua publicação (em 11/11/2010).

Republicação da Lei Municipal nº 5.026/2010

LEI Nº 5.026, de 28 de setembro de 2010.

"ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR POR TENDÊNCIA DE EXCESSO DE ARRECADAÇÃO NO ORÇAMENTO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE RIO DO SUL."

O PREFEITO MUNICIPAL DE RIO DO SUL:

Faço saber a todos os habitantes deste município, que a Câmara de Vereadores decretou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica aberto o crédito adicional suplementar no valor de R\$ 116.868,00 (cento e dezesseis mil, oitocentos e sessenta e oito reais), por conta da tendência do excesso de arrecadação, referente aos repasses efetuados pelo Fundo Nacional de Saúde – FNS, de acordo com o que determina o artigo 12º, inciso I da Lei Orçamentária nº 4.951/2009 de 15 de dezembro de 2009, visando a suplementação das seguintes dotações orçamentárias:

40.00	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE		
40.01	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE		
2.093	BLATB – Ações Agente Com. de Saúde		
3.0.00.00	DESPESAS CORRENTES		
3.3.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES		
	Transferências a Instituições Privadas sem		
3.3.50.00	Fins Lucrativos	R\$	13.020,00
2.094	BLATB – Ações Saúde da Família		
3.0.00.00	DESPESAS CORRENTES		
3.3.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES		
	Transferências a Instituições Privadas sem		
3.3.50.00	Fins Lucrativos	R\$	102.600,00
2.095	BLATB – Pab Fixo – Ações Básicas		
3.0.00.00	DESPESAS CORRENTES		
3.3.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES		
3.3.90.00	Aplicações Diretas	R\$	1.248,00
	TOTAL	R\$	116.868,00

Art. 2º – Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL

28 de setembro de 2010.

MILTON HOBUS

Prefeito Municipal

Republicação da Lei Municipal nº 5.030/2010

LEI Nº 5.030, de 24 de setembro de 2010.

"CRIA O FUNDO MUNICIPAL PARA DESENVOLVIMENTO URBANO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

O PREFEITO MUNICIPAL DE RIO DO SUL:

Faço saber a todos os habitantes deste município, que a Câmara de Vereadores decretou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica criado o Fundo Municipal para Desenvolvimento Urbano – FMDU, cujo objetivo é o desenvolvimento dos programas de trabalho relacionados com o desenvolvimento urbano e com o meio ambiente, coordenados pela Secretaria Municipal de Planejamento, Urbanismo e Meio Ambiente.

Art. 2º - Constituem recursos financeiros do Fundo:

I – Os valores recolhidos através do pagamento das compensações para regularização de edificações;

II – Os valores recolhidos através do pagamento de contrapartidas pela Outorga Onerosa;

III – Os valores recolhidos através do Programa de Regularização Fundiária;

IV – A remuneração oriunda de aplicações financeiras;

V – Outras receitas especificamente destinadas ao Fundo.

Art. 3º - Os recursos do FMDU somente poderão ser aplicados em:

I – regularização fundiária;

II – execução de programas e projetos habitacionais de interesse social;

III – constituição de reserva fundiária;

IV – ordenamento e direcionamento da expansão urbana;

V – implantação de equipamentos urbanos e comunitários;

VI – criação de espaços públicos de lazer e áreas verdes;

VII – criação de unidades de conservação ou proteção de outras áreas de interesse ambiental;

VIII – proteção de áreas de interesse histórico, cultural ou paisagístico.

Parágrafo único. VETADO.

Art. 4º - A administração do FMDU será feita pela Comissão Gestora, através da unidade de administração financeira ou equivalente.

Parágrafo único. VETADO.

Art. 5º - Fica instituída a Comissão Gestora, que será composta por 05 (cinco) membros escolhidos dentre os membros que compõe o Conselho de Plano Diretor de que trata o art. 80 da Lei Complementar nº 163, de 12 de dezembro de 2006, sendo que o seu presidente será eleito dentre os membros da Comissão.

Parágrafo único. Os membros da Comissão Gestora não serão remunerados a qualquer título, sendo, entretanto, as atividades desenvolvidas consideradas como serviços públicos relevantes.

Art. 6º - Compete a Comissão Gestora do FMDU:

I – VETADO.

II – cumprir as instruções e executar as diretrizes estabelecidas pelo Conselho do Plano Diretor;

III – VETADO.

IV – desenvolver outras atividades pelo chefe do Executivo, compatíveis com os objetivos do FMDU;

V – fixar as diretrizes operacionais do FMDU;

VI – VETADO.

VII – sugerir o plano de aplicação para o exercício seguinte;

VIII – disciplinar e fiscalizar o ingresso de receitas;

IX – VETADO.

X – VETADO.

XI – promover o desenvolvimento do FMDU e exercer ações para que seus objetivos sejam alcançados;

XII – apresentar, anualmente, relatório de suas atividades;

XIII – definir critérios para aplicação de recursos nas ações preventivas

Art. 7º - A Comissão Gestora do FMDU deverá elaborar e encaminhar ao Executivo a proposta de Regimento Interno para sua promulgação, na forma da lei, num prazo máximo de 90 (noventa) dias.

Art. 8º - Compete ao Conselho Municipal do Plano Diretor supervisionar e fiscalizar os recursos empregados pelo FMDU.

Art. 9º - O FMDU será implementado em 2010 e suas dotações orçamentárias consignadas anualmente no orçamento geral do Município.

Art. 10 - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 11 - Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL

24 de setembro de 2010.

MILTON HOBUS

Prefeito Municipal

*O Parágrafo Único do Art. 3º, Parágrafo Único do Art. 4º e incisos I, III, VI, IX e X do Art. 6º desta Lei entraram em vigor na data de sua publicação (em 11/11/2010).

Decreto Nº 1463/10

DECRETO Nº 1.463, de 20 de outubro de 2010

"CONSTITUI E NOMEIA OS MEMBROS DA COMISSÃO ESPECIAL DE PROCESSO SELETIVO."

O Prefeito Municipal de Rio do Sul, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o art. 37, inciso VI, da Lei Orgânica do Município e o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais:

DECRETA:

Art. 1º - Fica constituída a Comissão Especial de Processo Seletivo do Município de Rio do Sul - Edital nº 011/2010, destinado ao preenchimento de vagas para funções em caráter temporário do Quadro de Pessoal da Secretaria Municipal de Saúde, em conformidade com a Lei nº 3.796 de 26/06/2002 e alterações posteriores.

Art. 2º- Ficam designados os servidores a seguir identificados para compor a comissão de que trata o Art. 1º deste Decreto:

Carla Fabiana Ribeiro - Chefe Departamento Recrutamento e Seleção

Maristela Regina Balbinot - Assistente Social

CelianaCristina Stacheski Martins - Enfermeira

Daniela Pacheco Daris - Fonoaudióloga

Paula Simone Pimentel da Silva - Psicóloga

Patricia Sens de Oliveira - Farmacêutica

Art. 3º- A referida Comissão, compete: a elaboração do edital, a elaboração e correção da prova escrita, o acompanhamento e supervisão de todas as etapas de avaliação, a emissão de julgamentos e deliberação sobre os casos omissos.

Art. 4º- Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º- Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO Prefeito Municipal

20 de outubro de 2010

DIONISIO MAÇANEIRO

Prefeito Municipal em exercício

Vlrm

Decreto Nº 1481/10

DECRETO Nº 1.463, de 20 de outubro de 2010

"CONSTITUI E NOMEIA OS MEMBROS DA COMISSÃO ESPECIAL DE PROCESSO SELETIVO."

O Prefeito Municipal de Rio do Sul, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o art. 37, inciso VI, da Lei Orgânica do Município e o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais:

DECRETA:

Art. 1º - Fica constituída a Comissão Especial de Processo Seletivo do Município de Rio do Sul - Edital nº 011/2010, destinado ao preenchimento de vagas para funções em caráter temporário do Quadro de Pessoal da Secretaria Municipal de Saúde, em conformidade com a Lei nº 3.796 de 26/06/2002 e alterações posteriores.

Art. 2º- Ficam designados os servidores a seguir identificados para compor a comissão de que trata o Art. 1º deste Decreto:

Carla Fabiana Ribeiro - Chefe Departamento Recrutamento e Seleção

Maristela Regina Balbinot - Assistente Social

CelianaCristina Stacheski Martins - Enfermeira

Daniela Pacheco Daris - Fonoaudióloga

Paula Simone Pimentel da Silva - Psicóloga

Patricia Sens de Oliveira - Farmacêutica

Art. 3º- A referida Comissão, compete: a elaboração do edital, a elaboração e correção da prova escrita, o acompanhamento e supervisão de todas as etapas de avaliação, a emissão de julgamentos e deliberação sobre os casos omissos.

Art. 4º- Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º- Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO Prefeito Municipal

20 de outubro de 2010

DIONISIO MAÇANEIRO

Prefeito Municipal em exercício

Vlrm

Decreto Nº 1482/10

DECRETO Nº 1.482, 01 de novembro de 2010.

"CONSTITUI E NOMEIA OS MEMBROS DA COMISSÃO ESPECIAL DE CONCURSO PÚBLICO."

O Prefeito Municipal de Rio do Sul, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o Art. 37, inciso VI, da Lei Orgânica do Município e o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais:

DECRETA:

Art.1º- Fica constituída a Comissão Especial de Concurso Público, integrada pelos Srs. Vanderlei Petri, Arlete de Souza, Carla Fabiana Ribeiro, Carlos Alberto Luithardt e Cristiane Aparecida Leandro de Souza para, sob a Presidência do primeiro, coordenar todas as etapas do Concurso Público - Edital de Concurso Público 002/2010 do Município de Rio do Sul, destinado ao preenchimento de vagas dos cargos existentes no quadro de pessoal da Administração Direta e Indireta.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO Prefeito Municipal

01 de novembro de 2010

MILTON HOBUS

Prefeito Municipal

Decreto Nº 1483/10

DECRETO Nº 1.483, de 01 de novembro de 2010

"ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR POR TENDÊNCIA DE EXCESSO DE ARRECADAÇÃO NO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO DE RIO DO SUL."

O Prefeito Municipal Milton Hobus, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de conformidade com o artigo 12, inciso I da Lei Orçamentária nº 4.951 de 15.12.2009

DECRETA:

Art. 1º - Fica suplementada na importância de R\$ 2.200.000,00 (dois milhões e duzentos mil reais), por conta da tendência do excesso de arrecadação, referente ao repasse do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica – FUNDEB, com o seguinte desdobramento no orçamento vigente do Município de Rio do Sul:

08.00	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO		
08.02	DEPARTAMENTO PEDAGÓGICO DE ENSINO		
2.030	Manutenção do Ensino Infantil		
3.0.00.00	DESPESAS CORRENTES		
3.1.00.00	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS		
3.1.90.00.00.00.00.0.1.0003-54	Aplicações Diretas	R\$	1.732.000,00
2.067	Manutenção do Ensino Fundamental		
3.0.00.00	DESPESAS CORRENTES		
3.1.00.00	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS		
3.1.90.00.00.00.00.0.1.0003-54	Aplicações Diretas	R\$	103.000,00

3.1.91.00.00.00.00.00.0.1.0003-54	Aplicações Diretas Decorrentes de Operações entre Órgãos	R\$	365.000,00
Total		R\$	2.200.000,00

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL
01 de novembro de 2010
MILTON HOBUS
Prefeito Municipal

Decreto Nº 1484/10

DECRETO Nº 1.485, de 01 de novembro de 2010.
"HOMOLOGA RESULTADO DE PROCESSO LICITATÓRIO REPRESENTADO PELA CARTA CONVITE Nº 111/2010."

O Prefeito Municipal de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso da atribuição prevista no inciso VI do artigo 37 da Lei Orgânica do Município e daquelas previstas na Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações posteriores,

DECRETA:

Art. 1º - Fica homologado, de acordo com o parecer da Comissão de Licitações, nomeada pelo Decreto nº 1048/09, o resultado da Carta Convite N.º 111 de 14/10/2010, cujo resumo está representado no anexo que integra o presente Decreto, ficando também autorizada a Divisão de Suprimentos a proceder a adjudicação em favor do licitante ENGPAV PAVIMENTAÇÃO E CONSTRUÇÕES LTDA.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL
01 de novembro de 2010.
MILTON HOBUS
Prefeito Municipal

VANDERLEI PETRI
Secretário Municipal de Administração
Vlrm

ANEXO AO DECRETO Nº 1.485/2010
Carta Convite nº 111/10 de 14.10.2010

Objeto da Licitação: Contratação de serviços e materiais para execução de muro de contenção em gabiões na Rua Humaitá-Bairro Boa Vista, neste município.

Preço: global

Participantes: ENGPAV PAVIMENTAÇÃO E CONSTRUÇÕES LTDA, GAERTNER OBRAS DE ENGENHARIA LTDA.

Decisão: Pelo critério menor preço a Comissão de Licitações declarou vencedor o licitante ENGPAV PAVIMENTAÇÃO E CONSTRUÇÕES LTDA.

Decreto Nº 1485/10

DECRETO Nº 1.485, de 01 de novembro de 2010.
"HOMOLOGA RESULTADO DE PROCESSO LICITATÓRIO REPRESENTADO PELA CARTA CONVITE Nº 111/2010."

O Prefeito Municipal de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no

uso da atribuição prevista no inciso VI do artigo 37 da Lei Orgânica do Município e daquelas previstas na Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações posteriores,

DECRETA:

Art. 1º - Fica homologado, de acordo com o parecer da Comissão de Licitações, nomeada pelo Decreto nº 1048/09, o resultado da Carta Convite N.º 111 de 14/10/2010, cujo resumo está representado no anexo que integra o presente Decreto, ficando também autorizada a Divisão de Suprimentos a proceder a adjudicação em favor do licitante ENGPAV PAVIMENTAÇÃO E CONSTRUÇÕES LTDA.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO Prefeito Municipal
01 de novembro de 2010.
MILTON HOBUS
Prefeito Municipal
VANDERLEI PETRI
Secretário Municipal de Administração
Vlrm

ANEXO AO DECRETO Nº 1.485/2010
Carta Convite nº 111/10 de 14.10.2010

Objeto da Licitação: Contratação de serviços e materiais para execução de muro de contenção em gabiões na Rua Humaitá-Bairro Boa Vista, neste município.

Preço: global

Participantes: ENGPAV PAVIMENTAÇÃO E CONSTRUÇÕES LTDA, GAERTNER OBRAS DE ENGENHARIA LTDA.

Decisão: Pelo critério menor preço a Comissão de Licitações declarou vencedor o licitante ENGPAV PAVIMENTAÇÃO E CONSTRUÇÕES LTDA.

Decreto Nº 1486/10

DECRETO Nº 1.486, de 01 de novembro de 2010
"ABRE CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL POR SUPERÁVIT FINANCEIRO NA PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL."

O Prefeito Municipal de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o artigo 11 e artigo 12, inciso III da Lei Orçamentária nº 4.951 de 15.12.2009

DECRETA:

Art. 1º - Fica autorizada a abertura de crédito adicional especial no corrente exercício financeiro no montante de R\$ 5.464,86 (cinco mil, quatrocentos e sessenta e quatro reais e oitenta e seis centavos), por conta do Superávit Financeiro verificado no exercício anterior, de acordo com o que determina o artigo 12º da Lei Orçamentária nº 4.951/2009 de 15 de dezembro de 2009, visando à suplementação da seguinte dotação orçamentária:

08.00	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO		
08.02	DEPARTAMENTO PEDAGÓGICO DE ENSINO		
2.059	Transporte Escolar Ensino Fundamental - PNATE		
3.0.00.00	DESPESAS CORRENTES		
3.3.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES		
3.3.90.00.00.00.00.0.3			
.0061.0	Aplicações Diretas	R\$	5.464,86
	TOTAL	R\$	5.464,86

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL
01 de novembro de 2010

MILTON HOBUS
Prefeito Municipal
Vlrm

Decreto Nº 1487/10

DECRETO Nº 1.487, , de 03 de novembro de 2010
"CONSTITUI E NOMEIA OS MEMBROS DA COMISSÃO ESPECIAL DE PROCESSO SELETIVO."

O Prefeito Municipal de Rio do Sul, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o art. 37, inciso VI, da Lei Orgânica do Município e o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais: DECRETA:

Art. 1º - Fica constituída a Comissão Especial de Processo Seletivo do Município de Rio do Sul - Edital nº 010/2010, destinado ao preenchimento de vagas para função de Operador de Equipamentos, em caráter temporário do Quadro de Pessoal da Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos, em conformidade com a Lei nº 3.796 de 26/06/2002 e alterações posteriores.

Art. 2º - Ficam designados os servidores a seguir identificados para compor a comissão de que trata o Art. 1º deste Decreto:
Vanderlei Petri - Secretário Municipal de Administração
Carla Fabiana Ribeiro - Agente Administrativo, nomeada para desempenhar as atribuições do cargo em comissão Chefe do Dep. De Recrutamento e Seleção
Ramiro de Liz e Souza - Agente Administrativo
Carlos Alberto Bonhke - Engenheiro Civil, ocupante do cargo em comissão Assessor Especial de Pavimentação de Obras

Art. 3º - A referida Comissão, compete: a elaboração do edital e o acompanhamento e supervisão de todas as etapas de avaliação, bem como a emissão de julgamentos e deliberação sobre os casos omissos.

Art. 4º - Para a avaliação da Prova Prática ficam designados os servidores a seguir identificados:
Vicente Granja -Operador Motoniveladora
Manoel José da Silva - Chefe da Div. de Maquinário(Operador Escavadeira Hidráulica PC)
Valdecir Horstmann - Operador de Equipamentos (Retroescavadeira)
James Rides da Silva - Diretor da Defesa Civil

Art. 5º- Os critérios de avaliação e demais informações a respeito da Prova Prática ficarão dispostos no Edital de Processo Seletivo nº 010/2010.

Art. 6º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 7º - Revogam-se as disposições em contrário, em especial o Decreto nº 1.464/2010.

GABINETE DO Prefeito Municipal
03 de novembro de 2010
MILTON HOBUS
Prefeito Municipal

Portaria 0585/2010

PORTARIA Nº. 0585/RH

VANDERLEI PETRI, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere Decreto nº 219, de 28 de maio de 2008,

RESOLVE:

Art..1º Enquadrar, de acordo com o Art. 16, Anexos IV, VI e VIII da Lei Complementar Nº 208 de 28 de setembro de 2010, o(a) servidor(a) municipal CLARISSA DOS SANTOS PADILHA, admitido(a) em cargo de provimento efetivo como Auxiliar Administrativo III, Nível "40", faixa "41", para o cargo de Agente Administrativo, Nível "E", 40 horas, com lotação no Gabinete do Prefeito - Departamento de Comunicação Social. Permanecendo inalteradas as atribuições do cargo de origem.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 05 de Outubro de 2010.
VANDERLEI PETRI
Secretário Municipal de Administração
Vf

Portaria N.º 1288/RH

PORTARIA N.º 1288/RH

VANDERLEI PETRI, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto nº 219, de 28 de maio de 2008,

RESOLVE:

Art.1º Com fundamento ao disposto no Art. 115, da Lei Complementar n. 099 de 24/04/2003, revogada pela Lei Complementar n. 207 de 28/09/2010, conceder prorrogação por 60 (sessenta) dias, a partir de 30/10/2010, para a conclusão do Inquérito Administrativo n. 016/2010, instaurado através da Portaria nº. 0525/RH de 31/08/2010, em atendimento ao Ofício nº. 5/I.A. Nº 016/2010, devido à necessidade de maior tempo para melhor esclarecimento do fato.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 20 de outubro de 2010.
VANDERLEI PETRI
Secretário Municipal de Administração
Mglb

Portaria Nº 0696/2010

PORTARIA Nº. 0696/RH

VANDERLEI PETRI, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere Decreto nº 219, de 28 de maio de 2008,

RESOLVE:

Art..1º Enquadrar, de acordo com o Art. 16, Anexos IV, VI e VIII da Lei Complementar Nº 208 de 28 de setembro de 2010, o(a) servidor(a) municipal INES ZITA FLORIANE, admitido(a) em cargo de provimento efetivo como Auxiliar Administrativo I, Nível "20", faixa "23", para o cargo de Auxiliar Administrativo I (em extinção), Nível "C", 40 horas, com lotação na Secretaria da Fazenda - Departamento de Cadastro Multifinalitar. Permanecendo inalteradas as atribuições do cargo de origem.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 07 de Outubro de 2010.
VANDERLEI PETRI
Secretário Municipal de Administração
Jg

Portaria Nº 0586/2010

PORTARIA Nº. 0586/RH

VANDERLEI PETRI, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere Decreto nº 219, de 28 de maio de 2008,

RESOLVE:

Art.1º Enquadrar, de acordo com o Art. 16, Anexos IV, VI e VIII da Lei Complementar Nº 208 de 28 de setembro de 2010, o(a) servidor(a) municipal DANIEL JUPPA DA SILVA, admitido(a) em cargo de provimento efetivo como Auxiliar Administrativo III, Nível "40", faixa "41", para o cargo de Agente Administrativo, Nível "E", 40 horas, com lotação no Gabinete do Prefeito - Guarda Municipal. Permanecendo inalteradas as atribuições do cargo de origem.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 05 de Outubro de 2010.

VANDERLEI PETRI

Secretário Municipal de Administração

Vf

Portaria Nº 0587/2010

PORTARIA Nº. 0587/RH

VANDERLEI PETRI, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere Decreto nº 219, de 28 de maio de 2008,

RESOLVE:

Art.1º Enquadrar, de acordo com o Art. 16, Anexos IV, VI e VIII da Lei Complementar Nº 208 de 28 de setembro de 2010, o(a) servidor(a) municipal NATANAEL ANDERSON DE SOUZA, admitido(a) em cargo de provimento efetivo como Auxiliar Administrativo III, Nível "40", faixa "41", para o cargo de Agente Administrativo, Nível "E", 40 horas, com lotação no Gabinete do Prefeito - Defesa Civil. Permanecendo inalteradas as atribuições do cargo de origem.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 05 de Outubro de 2010.

VANDERLEI PETRI

Secretário Municipal de Administração

Vf

Portaria Nº 0588/2010

PORTARIA Nº. 0588/RH

VANDERLEI PETRI, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere Decreto nº 219, de 28 de maio de 2008,

RESOLVE:

Art.1º Enquadrar, de acordo com o Art. 16, Anexos IV, VI e VIII da Lei Complementar Nº 208 de 28 de setembro de 2010, o(a) servidor(a) municipal VILSON JOSE HILLESHEIM, admitido(a) em cargo de provimento efetivo como Auxiliar Administrativo III, Nível "40", faixa "41", para o cargo de Agente Administrativo, Nível "E", 40 horas, com lotação no Gabinete do Prefeito - 26ª Zona Eleitoral. Permanecendo inalteradas as atribuições do cargo de origem.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 05 de Outubro de 2010.

VANDERLEI PETRI

Secretário Municipal de Administração

Vf

Portaria Nº 0589/2010

PORTARIA Nº. 0589/RH

VANDERLEI PETRI, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere Decreto nº 219, de 28 de maio de 2008,

RESOLVE:

Art.1º Enquadrar, de acordo com o Art. 16, Anexos IV, VI e VIII da Lei Complementar Nº 208 de 28 de setembro de 2010, o(a) servidor(a) municipal ELIANE KROEHNKE AGOSTINHO, admitido(a) em cargo de provimento efetivo como Auxiliar Administrativo I, Nível "20", faixa "23", para o cargo de Auxiliar Administrativo I (em extinção), Nível "C", 40 horas, com lotação no Gabinete do Prefeito - Departamento de Trânsito. Permanecendo inalteradas as atribuições do cargo de origem.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 05 de Outubro de 2010.

VANDERLEI PETRI

Secretário Municipal de Administração

Vf

Portaria Nº 0591/2010

PORTARIA Nº. 0591/RH

VANDERLEI PETRI, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere Decreto nº 219, de 28 de maio de 2008,

RESOLVE:

Art.1º Enquadrar, de acordo com o Art. 16, Anexos IV, VI e VIII da Lei Complementar Nº 208 de 28 de setembro de 2010, o(a) servidor(a) municipal LUANA VIEIRA, admitido(a) em cargo de provimento efetivo como Auxiliar Administrativo I, Nível "20", faixa "21", para o cargo de Auxiliar Administrativo I (em extinção), Nível "C", 40 horas, com lotação no Gabinete do Prefeito - Departamento do Procon. Permanecendo inalteradas as atribuições do cargo de origem.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 05 de Outubro de 2010.

VANDERLEI PETRI

Secretário Municipal de Administração

Vf

Portaria Nº 0592/2010

PORTARIA Nº. 0592/RH

VANDERLEI PETRI, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere Decreto nº 219, de 28 de maio de 2008,

RESOLVE:

Art.1º Enquadrar, de acordo com o Art. 16, Anexos IV, VI e VIII da Lei Complementar Nº 208 de 28 de setembro de 2010, o(a) servidor(a) municipal JECY RITA PEREIRA LEITE, admitido(a) em cargo de provimento efetivo como Auxiliar de Serviços Gerais Feminino, Nível "10", faixa "12", para o cargo de Auxiliar de Serviços Gerais Feminino, Nível "A", 40 horas, com lotação no Gabinete do Prefeito - Guarda Municipal. Permanecendo inalteradas as atribuições do cargo de origem.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 05 de Outubro de 2010.

VANDERLEI PETRI

Secretário Municipal de Administração

Vf

Portaria Nº 0594/2010

PORTARIA Nº. 0594/RH

VANDERLEI PETRI, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere Decreto nº 219, de 28 de maio de 2008,

RESOLVE:

Art..1º Enquadrar, de acordo com o Art. 16, Anexos IV, VI e VIII da Lei Complementar Nº 208 de 28 de setembro de 2010, o(a) servidor(a) municipal JOÃO CARLOS DE ANDRADE, admitido(a) em cargo de provimento efetivo como Auxiliar Administrativo I, Nível "20", faixa "21", para o cargo de Auxiliar Administrativo I (em extinção), Nível "C", 40 horas, com lotação no Gabinete do Prefeito. Permanecendo inalteradas as atribuições do cargo de origem.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 05 de Outubro de 2010.

VANDERLEI PETRI

Secretário Municipal de Administração

Vf

Portaria Nº 0598/2010

PORTARIA Nº. 0598/RH

VANDERLEI PETRI, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere Decreto nº 219, de 28 de maio de 2008,

RESOLVE:

Art..1º Enquadrar, de acordo com o Art. 16, Anexos IV, VI e VIII da Lei Complementar Nº 208 de 28 de setembro de 2010, o(a) servidor(a) municipal BIANKA REGINA DA SILVA, admitido(a) em cargo de provimento efetivo como Engenheiro Civil, Nível "70", faixa "71", para o cargo de Engenheiro Civil, Nível "H", 40 horas, com lotação no Gabinete do Prefeito - Departamento de Trânsito. Permanecendo inalteradas as atribuições do cargo de origem.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 07 de Outubro de 2010.

VANDERLEI PETRI

Secretário Municipal de Administração

Vf

Portaria Nº 0599/2010

PORTARIA Nº. 0599/RH

VANDERLEI PETRI, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere Decreto nº 219, de 28 de maio de 2008,

RESOLVE:

Art..1º Enquadrar, de acordo com o Art. 16, Anexos IV, VI e VIII da Lei Complementar Nº 208 de 28 de setembro de 2010, o(a) servidor(a) municipal VERA LUCIA RAMOS MACHADO, admitido(a) em cargo de provimento efetivo como Auxiliar Administrativo III, Nível "40", faixa "43", para o cargo de Agente Administrativo, Nível "E", 40 horas, com lotação no Gabinete do Prefeito. Permanecendo inalteradas as atribuições do cargo de origem.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 07 de Outubro de 2010.

VANDERLEI PETRI

Secretário Municipal de Administração

Vf

Portaria Nº 0600/2010

PORTARIA Nº. 0600/RH

VANDERLEI PETRI, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere Decreto nº 219, de 28 de maio de 2008,

RESOLVE:

Art..1º Enquadrar, de acordo com o Art. 16, Anexos IV, VI e VIII da Lei Complementar Nº 208 de 28 de setembro de 2010, o(a) servidor(a) municipal FARLEY DE AVILA, admitido(a) em cargo de provimento efetivo como Auxiliar Administrativo II, Nível "30", faixa "31", para o cargo de Auxiliar Administrativo II (em extinção), Nível "D", 40 horas, com lotação no Gabinete do Prefeito - Departamento do Procon. Permanecendo inalteradas as atribuições do cargo de origem.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 07 de Outubro de 2010.

VANDERLEI PETRI

Secretário Municipal de Administração

Vf

Portaria Nº 0601/2010

PORTARIA Nº. 0601/RH

VANDERLEI PETRI, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere Decreto nº 219, de 28 de maio de 2008,

RESOLVE:

Art..1º Enquadrar, de acordo com o Art. 16, Anexos IV, VI e VIII da Lei Complementar Nº 208 de 28 de setembro de 2010, o(a) servidor(a) municipal ANDREIA PATERNOLLI, admitido(a) em cargo de provimento efetivo como Fiscal do PROCON, Nível "60", faixa "61", para o cargo de Fiscal do PROCON, Nível "G", 40 horas, com lotação no Gabinete do Prefeito - Departamento do PROCON. Permanecendo inalteradas as atribuições do cargo de origem.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 07 de Outubro de 2010.

VANDERLEI PETRI

Secretário Municipal de Administração

Vf

Portaria Nº 0602/2010

PORTARIA Nº. 0602/RH

VANDERLEI PETRI, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere Decreto nº 219, de 28 de maio de 2008,

RESOLVE:

Art..1º Enquadrar, de acordo com o Art. 16, Anexos IV, VI e VIII da Lei Complementar Nº 208 de 28 de setembro de 2010, o(a) servidor(a) municipal GEOMAR FINARDI NASCIMENTO, admitido(a) em cargo de provimento efetivo como Fiscal do PROCON, Nível "60", faixa "61", para o cargo de Fiscal do PROCON, Nível "G", 40 horas, com lotação no Gabinete do Prefeito - Departamento do PROCON. Permanecendo inalteradas as atribuições do cargo de origem.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 07 de Outubro de 2010.

VANDERLEI PETRI

Secretário Municipal de Administração

Vf

Portaria Nº 0605/2010

PORTARIA Nº. 0605/RH

VANDERLEI PETRI, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere Decreto nº 219, de 28 de maio de 2008,

RESOLVE:

Art..1º Enquadrar, de acordo com o Art. 16, Anexos IV, VI e VIII da Lei Complementar Nº 208 de 28 de setembro de 2010, o(a) servidor(a) municipal JAIR JOSE FRONZA, admitido(a) em cargo de provimento efetivo como Auxiliar Administrativo I, Nível "20", faixa "23", para o cargo de Auxiliar Administrativo I (em extinção), Nível "C", 40 horas, com lotação no Gabinete do Prefeito. Permanecendo inalteradas as atribuições do cargo de origem.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 07 de Outubro de 2010.

VANDERLEI PETRI

Secretário Municipal de Administração

Vf

Portaria Nº 0606/2010

PORTARIA Nº. 0606/RH

VANDERLEI PETRI, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere Decreto nº 219, de 28 de maio de 2008,

RESOLVE:

Art..1º Enquadrar, de acordo com o Art. 16, Anexos IV, VI e VIII da Lei Complementar Nº 208 de 28 de setembro de 2010, o(a) servidor(a) municipal ANDERSON RACHADEL, admitido(a) em cargo de provimento efetivo como Guarda Municipal, Nível "40", faixa "41", para o cargo de Guarda Municipal, Nível "E", 40 horas, com lotação no Gabinete do Prefeito - Guarda Municipal. Permanecendo inalteradas as atribuições do cargo de origem.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 07 de Outubro de 2010.

VANDERLEI PETRI

Secretário Municipal de Administração

Vf

Portaria Nº 0607/2010

PORTARIA Nº. 0607/RH

VANDERLEI PETRI, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere Decreto nº 219, de 28 de maio de 2008,

RESOLVE:

Art..1º Enquadrar, de acordo com o Art. 16, Anexos IV, VI e VIII da Lei Complementar Nº 208 de 28 de setembro de 2010, o(a) servidor(a) municipal BEATRIZ PETRY PFLEGER, admitido(a) em cargo de provimento efetivo como Guarda Municipal, Nível "40", faixa "41", para o cargo de Guarda Municipal, Nível "E", 40 horas, com lotação no Gabinete do Prefeito - Guarda Municipal. Permanecendo inalteradas as atribuições do cargo de origem.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 07 de Outubro de 2010.

VANDERLEI PETRI

Secretário Municipal de Administração

Jg

Portaria Nº 0608/2010

PORTARIA Nº. 0608/RH

VANDERLEI PETRI, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere Decreto nº 219, de 28 de maio de 2008,

RESOLVE:

Art..1º Enquadrar, de acordo com o Art. 16, Anexos IV, VI e VIII da Lei Complementar Nº 208 de 28 de setembro de 2010, o(a) servidor(a) municipal CLAUDIR HECK, admitido(a) em cargo de provimento efetivo como Guarda Municipal, Nível "40", faixa "41", para o cargo de Guarda Municipal, Nível "E", 40 horas, com lotação no Gabinete do Prefeito - Guarda Municipal. Permanecendo inalteradas as atribuições do cargo de origem.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 07 de Outubro de 2010.

VANDERLEI PETRI

Secretário Municipal de Administração

Jg

Portaria Nº 0609/2010

PORTARIA Nº. 0609/RH

VANDERLEI PETRI, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere Decreto nº 219, de 28 de maio de 2008,

RESOLVE:

Art..1º Enquadrar, de acordo com o Art. 16, Anexos IV, VI e VIII da Lei Complementar Nº 208 de 28 de setembro de 2010, o(a) servidor(a) municipal DJONATAN PARMA, admitido(a) em cargo de provimento efetivo como Guarda Municipal, Nível "40", faixa "41", para o cargo de Guarda Municipal, Nível "E", 40 horas, com lotação no Gabinete do Prefeito - Guarda Municipal. Permanecendo inalteradas as atribuições do cargo de origem.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 07 de Outubro de 2010.

VANDERLEI PETRI

Secretário Municipal de Administração

Jg

Portaria Nº 0610/2010

PORTARIA Nº. 0610/RH

VANDERLEI PETRI, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere Decreto nº 219, de 28 de maio de 2008,

RESOLVE:

Art..1º Enquadrar, de acordo com o Art. 16, Anexos IV, VI e VIII da Lei Complementar Nº 208 de 28 de setembro de 2010, o(a) servidor(a) municipal EDER KREUSCH, admitido(a) em cargo de provimento efetivo como Guarda Municipal, Nível "40", faixa "41", para o cargo de Guarda Municipal, Nível "E", 40 horas, com lotação no Gabinete do Prefeito - Guarda Municipal. Permanecendo inalteradas as atribuições do cargo de origem.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 07 de Outubro de 2010.

VANDERLEI PETRI

Secretário Municipal de Administração

Jg

Portaria Nº 0611/2010

PORTARIA Nº. 0611/RH

VANDERLEI PETRI, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere Decreto nº 219, de 28 de maio de 2008,

RESOLVE:

Art..1º Enquadrar, de acordo com o Art. 16, Anexos IV, VI e VIII da Lei Complementar Nº 208 de 28 de setembro de 2010, o(a) servidor(a) municipal ESTER HASSE, admitido(a) em cargo de provimento efetivo como Guarda Municipal, Nível "40", faixa "41", para o cargo de Guarda Municipal, Nível "E", 40 horas, com lotação no Gabinete do Prefeito - Guarda Municipal. Permanecendo inalteradas as atribuições do cargo de origem.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 07 de Outubro de 2010.

VANDERLEI PETRI

Secretário Municipal de Administração

Jg

Portaria Nº 0625/2010

PORTARIA Nº. 0625/RH

VANDERLEI PETRI, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere Decreto nº 219, de 28 de maio de 2008,

RESOLVE:

Art..1º Enquadrar, de acordo com o Art. 16, Anexos IV, VI e VIII da Lei Complementar Nº 208 de 28 de setembro de 2010, o(a) servidor(a) municipal ROBSON RASSINI, admitido(a) em cargo de provimento efetivo como Guarda Municipal, Nível "40", faixa "41", para o cargo de Guarda Municipal, Nível "E", 40 horas, com lotação no Gabinete do Prefeito - Guarda Municipal. Permanecendo inalteradas as atribuições do cargo de origem.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 07 de Outubro de 2010.

VANDERLEI PETRI

Secretário Municipal de Administração

Csvf

Portaria Nº 0626/2010

PORTARIA Nº. 0626/RH

VANDERLEI PETRI, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere Decreto nº 219, de 28 de maio de 2008,

RESOLVE:

Art..1º Enquadrar, de acordo com o Art. 16, Anexos IV, VI e VIII da Lei Complementar Nº 208 de 28 de setembro de 2010, o(a) servidor(a) municipal SARA PRISCILA OLIVEIRA SOUZA, admitido(a) em cargo de provimento efetivo como Guarda Municipal, Nível "40", faixa "41", para o cargo de Guarda Municipal, Nível "E", 40 horas, com lotação no Gabinete do Prefeito - Guarda Municipal. Permanecendo inalteradas as atribuições do cargo de origem.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 07 de Outubro de 2010.

VANDERLEI PETRI

Secretário Municipal de Administração

Csvf

Portaria Nº 0627/2010

PORTARIA Nº. 0627/RH

VANDERLEI PETRI, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere Decreto nº 219, de 28 de maio de 2008,

RESOLVE:

Art..1º Enquadrar, de acordo com o Art. 16, Anexos IV, VI e VIII da Lei Complementar Nº 208 de 28 de setembro de 2010, o(a) servidor(a) municipal SILVIO KLETTENBERG, admitido(a) em cargo de provimento efetivo como Guarda Municipal, Nível "40", faixa "41", para o cargo de Guarda Municipal, Nível "E", 40 horas, com lotação no Gabinete do Prefeito - Guarda Municipal. Permanecendo inalteradas as atribuições do cargo de origem.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 07 de Outubro de 2010.

VANDERLEI PETRI

Secretário Municipal de Administração

Csvf

Portaria Nº 0628/2010

PORTARIA Nº. 0628/RH

VANDERLEI PETRI, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere Decreto nº 219, de 28 de maio de 2008,

RESOLVE:

Art..1º Enquadrar, de acordo com o Art. 16, Anexos IV, VI e VIII da Lei Complementar Nº 208 de 28 de setembro de 2010, o(a) servidor(a) municipal SIRLEI FIAMONCINI, admitido(a) em cargo de provimento efetivo como Guarda Municipal, Nível "40", faixa "41", para o cargo de Guarda Municipal, Nível "E", 40 horas, com lotação no Gabinete do Prefeito - Guarda Municipal. Permanecendo inalteradas as atribuições do cargo de origem.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 07 de Outubro de 2010.

VANDERLEI PETRI

Secretário Municipal de Administração

Csvf

Portaria Nº 0631/2010

PORTARIA Nº. 0631/RH

VANDERLEI PETRI, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere Decreto nº 219, de 28 de maio de 2008,

RESOLVE:

Art..1º Enquadrar, de acordo com o Art. 16, Anexos IV, VI e VIII da Lei Complementar Nº 208 de 28 de setembro de 2010, o(a) servidor(a) municipal ROBSON FERREIRA FERNANDES, admitido(a) em cargo de provimento efetivo como Guarda Municipal, Nível "40", faixa "41", para o cargo de Guarda Municipal, Nível "E", 40 horas, com lotação no Gabinete do Prefeito - Guarda Municipal. Permanecendo inalteradas as atribuições do cargo de origem.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 07 de Outubro de 2010.

VANDERLEI PETRI

Secretário Municipal de Administração

Csvf

Portaria Nº 0658/2010

PORTARIA Nº. 0658/RH

VANDERLEI PETRI, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere Decreto nº 219, de 28 de maio de 2008,

RESOLVE:

Art..1º Enquadrar, de acordo com o Art. 16, Anexos IV, VI e VIII da Lei Complementar Nº 208 de 28 de setembro de 2010, o(a) servidor(a) municipal DEJAIR PAULO SOPHIATI JUNIOR, admitido(a) em cargo de provimento efetivo como Auxiliar Administrativo III, Nível "40", faixa "41", para o cargo de Agente Administrativo, Nível "E", 40 horas, com lotação na Secretaria Municipal da Fazenda - Departamento de Cadastro Multifinalitar. Permanecendo inalteradas as atribuições do cargo de origem.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 07 de Outubro de 2010.

VANDERLEI PETRI

Secretário Municipal de Administração

Jg

Portaria Nº 0672/2010

PORTARIA Nº. 0672/RH

VANDERLEI PETRI, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere Decreto nº 219, de 28 de maio de 2008,

RESOLVE:

Art..1º Enquadrar, de acordo com o Art. 16, Anexos IV, VI e VIII da Lei Complementar Nº 208 de 28 de setembro de 2010, o(a) servidor(a) municipal MAISA DA LUZ, admitido(a) em cargo de provimento efetivo como Auxiliar Administrativo II, Nível "30", faixa "33", para o cargo de Auxiliar Administrativo II (em extinção), Nível "D", 40 horas, com lotação na Secretaria Municipal da Fazenda - Gabinete do Secretário. Permanecendo inalteradas as atribuições do cargo de origem.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 07 de Outubro de 2010.

VANDERLEI PETRI

Secretário Municipal de Administração

Jg

Portaria Nº 0684/2010

PORTARIA Nº. 0684/RH

VANDERLEI PETRI, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere Decreto nº 219, de 28 de maio de 2008,

RESOLVE:

Art..1º Enquadrar, de acordo com o Art. 16, Anexos IV, VI e VIII da Lei Complementar Nº 208 de 28 de setembro de 2010, o(a) servidor(a) municipal RONALDO DA ROCHA, admitido(a) em cargo de provimento efetivo como Auxiliar Administrativo III, Nível "40", faixa "41", para o cargo de Agente Administrativo, Nível "E", 40 horas, com lotação na Secretaria da Fazenda - Departamento de Cadastro Multifinalitar. Permanecendo inalteradas as atribuições do cargo de origem.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 07 de Outubro de 2010.

VANDERLEI PETRI

Secretário Municipal de Administração

Jg

Portaria Nº 0695/2010

PORTARIA Nº. 0695/RH

VANDERLEI PETRI, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere Decreto nº 219, de 28 de maio de 2008,

RESOLVE:

Art..1º Enquadrar, de acordo com o Art. 16, Anexos IV, VI e VIII da Lei Complementar Nº 208 de 28 de setembro de 2010, o(a) servidor(a) municipal PATRICIA SOARES, admitido(a) em cargo de provimento efetivo como Auxiliar Administrativo III, Nível "40", faixa "41", para o cargo de Agente Administrativo, Nível "E", 40 horas, com lotação na Secretaria da Fazenda - Departamento de Cadastro Multifinalitar. Permanecendo inalteradas as atribuições do cargo de origem.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 07 de Outubro de 2010.

VANDERLEI PETRI

Secretário Municipal de Administração

Jg

Portaria Nº 1158/RH

PORTARIA Nº 1158/RH

VANDERLEI PETRI, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere Decreto nº 219, de 28 de maio de 2008,

RESOLVE:

Art. 1º Com fundamento ao disposto no Art. 22 e §§, da Lei Complementar nº. 207, de 28/09/2010, instituir Comissão de Avaliação de Desempenho para servidores em Estágio Probatório do Departamento Previdenciário, da Secretaria Municipal de Administração e, designar como membros: Gilmar Blemer, matrícula 1759/01, ocupante do cargo de provimento efetivo Agente Administrativo e designado para exercer as funções do cargo de Diretor do Departamento Previdenciário, Cleonira Cecília Thiesen do Nascimento, matrícula 1317/02, ocupante do cargo de provimento efetivo Agente Administrativo e Sueli Jung, matrícula 8524/01, ocupante do cargo de provimento efetivo Auxiliar Administrativo II.

Art. 2º Esta comissão será responsável pelo acompanhamento e monitoramento dos servidores lotados no Departamento supracitado, devendo obrigatoriamente manifestarem-se nos prazos e forma estabelecidos na presente lei e regulamento específico.

Art. 3º O mandato da comissão é de 03 (três) anos.

Parágrafo Único - Se antes de findo o prazo do mandato houver mudança da chefia imediata e/ou dos demais membros titulares que integram a comissão ora instituída, deve o secretário da unidade administrativa indicar novo nome para completar o prazo do respectivo mandato.

Art. 4º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º Revogam-se as disposições em contrário e especialmente as Portarias n. 1165/RH de 11/04/2008 e 0930/RH de 30/10/2009.

Rio do Sul, 20 de outubro de 2010
VANDERLEI PETRI
Secretário Municipal de Administração
Mglb

Portaria Nº 1167/RH
PORTARIA Nº 1167/RH

VANDERLEI PETRI, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere Decreto nº 219, de 28 de maio de 2008,

RESOLVE:

Art. 1º Com fundamento ao disposto no Art. 22 e §§, da Lei Complementar n. 207, de 28/09/2010, instituir Comissão de Avaliação de Desempenho para servidores em Estágio Probatório da Guarda Municipal, do Gabinete do Prefeito e, designar como membros: Robson Ferreira Fernandes, matrícula 35364/01, ocupante do cargo de provimento efetivo e designado par exercer as funções do cargo de Guarda Municipal Inspetor, Eliane Kroehnke Agostinho, matrícula n. 13692/01, ocupante do cargo de provimento efetivo Auxiliar Administrativo I e Andreia Paternolli, matrícula n. 35284/01, ocupante do cargo de provimento efetivo Fiscal do Procon.

Art. 2º Esta comissão será responsável pelo acompanhamento e monitoramento dos servidores lotados na Guarda Municipal, devendo obrigatoriamente manifestarem-se nos prazos e forma estabelecidos na presente lei e regulamento específico.

Art. 3º O mandato da comissão é de 03 (três) anos.

Parágrafo Único - Se antes de findo o prazo do mandato houver mudança da chefia imediata e/ou dos demais membros titulares que integram a comissão ora instituída, deve o secretário da unidade administrativa indicar novo nome para completar o prazo do respectivo mandato.

Art. 4º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º Revogam-se as disposições em contrário e especialmente as Portarias n. 1171/RH de 11/07/2008, 0295/RH de 20/02/2009 e 1078/RH de 18/10/2009.

Rio do Sul, 20 de outubro de 2010
VANDERLEI PETRI
Secretário Municipal de Administração
Mglb

Portaria Nº 1295/RH
PORTARIA Nº 1295/RH

VANDERLEI PETRI, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto nº 219, de 28 de maio de 2008,

RESOLVE:

Art.1º. Fica alterado o Art. 1º, da Portaria n. 1121/RH de 03/11/2010, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art.1º. Determinar, com base no Art.187, da Lei Complementar n. 207 de 28 de setembro de 2010, a instauração da Sindicância Administrativa n.023/2010, referente à denúncia formalizada pelo Departamento de Controle Interno, através do Memorando Interno CI n. 039/2010 de 30 de agosto de 2010 (em anexo) e designar a Comissão Permanente de Sindicância, nomeada pela Portaria n. 0584/RH de 08 de outubro de 2010, para apurar os

fatos mencionados no respectivo memorando.”

Art.2º. O prazo para conclusão dos trabalhos é de no máximo 30 (trinta) dias, a contar da data de publicação desta portaria.

Art.3º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 04 de novembro de 2010.
VANDERLEI PETRI
Secretário Municipal de Administração
Lso

Portaria Nº. 1296/RH
PORTARIA Nº. 1296/RH

VANDERLEI PETRI, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere Decreto nº 219, de 28 de maio de 2008,

RESOLVE:

Art..1º Homologar o Estágio Probatório da servidora municipal ANA CLARA WENDHAUSEN, matrícula n. 35313/01, ocupante do cargo de provimento efetivo Enfermeiro, por ter completado 03 (três) anos de efetivo exercício no cargo, no período de 09/10/2007 a 01/11/2010.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 04 de novembro de 2010.
VANDERLEI PETRI
Secretário Municipal de Administração
Mglb

Resumo Edital Pregão Presencial nr. 002/2010/FMD
PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL/FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE DESPORTOS
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DEPARTAMENTO DE PROCESSOS LICITATÓRIOS

PREGÃO PRESENCIAL Nº 002/2010

OBJETO: Aquisição de 300 litros de gasolina comum para manutenção dos veículos da frota rodoviária da Fundação Municipal de Desportos.

REGIMENTO: Lei Federal 10.520/2002, de 17 de julho de 2002 e Decreto Municipal nº 237/2006, de 25 de maio de 2006.

ENTREGA DOS ENVELOPES E ABERTURA DAS PROPOSTAS: Até o dia 26/11/2010, às 08:30h, no endereço abaixo, na Sala de Reuniões.

CREDENCIAMENTO E ABERTURA DA SESSÃO DE LANCES: às 09:00h do dia 26/11/2010, no endereço abaixo, na Sala de Reuniões.

INFORMAÇÕES: A íntegra do Edital, o Decreto que regulamenta a modalidade e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço: Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Pç. 25 de Julho, 01, centro, Divisão de Suprimentos.

Rio do Sul (SC), 09 de novembro de 2010.
MILTON HOBUS
Prefeito Municipal

NILO BORGONOV
Superintendente da FMD

Contrato 266 FMS

CONTRATO Nº 266/2010

DIVISÃO DE SUPRIMENTOS - SETOR DE COMPRAS

Termo Aditivo ao Processo Licitatório representado pelo edital de licitação, tipo Pregão Presencial para Registro de Preços nº 71/2009 - FMS, para a aquisição de medicamentos especiais para esta secretaria.

Aos treze dias do mês de setembro de 2010, por este Termo Aditivo ao contrato de compra e venda de medicamentos, com origem no Edital de Pregão Presencial para Registro de Preços nº 71/2009 - FMS, com data de 22 de dezembro de 2010, e na melhor forma de direito, o Fundo Municipal de Saúde de Rio do Sul, doravante denominado de CONTRATANTE, e Produtos Roche Químicos e Farmacêuticos Ltda, inscrita no CNPJ sob o nº 33.009.945/0001-23, doravante denominada de CONTRATADA, aditam ao referido processo licitatório, as seguintes cláusulas:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DAS ALTERAÇÕES

O item 2 do edital em epígrafe, Rituximabe 500mg / 50ml, fica acrescido em 01 unidade, totalizando R\$ 5.766,81.

CLÁUSULA SEGUNDA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do edital de licitação, tipo Pregão Presencial e contrato, que a este deu origem.

E por estarem justos e aditados, as partes assinam o presente instrumento em duas vias de igual teor e forma, para único efeito, com as testemunhas abaixo assinadas, para que se produzam os jurídicos e legais efeitos, comprometendo-se as partes a cumprir o presente contrato, por si e seus sucessores, em juízo ou fora dele.

Rio do Sul, 13 de setembro de 2010.

MIRIAN UNBEHAUN SILVA

Gestora do Fundo Municipal de Saúde de Rio do Sul

PRODUTOS ROCHE QUÍMICOS E FARMACÊUTICOS LTDA

Testemunhas:

Nome: _____ Nome: _____

CPF: _____ CPF: _____

CÂMARA DE VEREADORES**Portaria Nº 553**

PORTARIA Nº 553, DE 10 DE NOVEMBRO DE 2010

Autoriza o Gozo de Férias a Servidora Ivone Wolter Schweder

O Presidente da Câmara Municipal de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina no uso de suas atribuições regimentais etc

Art. 1º Fica autorizado o gozo de férias, do dia 01 a 15 de dezembro de 2010, a servidora Ivone Wolter Schweder, Auxiliar de Serviços Gerais da Câmara de Vereadores de Rio do Sul, referente ao período 2010 - 2011, de acordo com a Lei Complementar nº 207 de 28/09/2010 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

Art. 2º O remanescente do período de gozo de férias (15 dias), será autorizado em data futura, de forma contínua, através de requerimento da servidora, com antecedência mínima de 15 (quinze) dias, e efetuado anteriormente ao término do período aquisitivo subsequente.

Art. 3º O gozo dos benefícios acima descritos estarão contemplados com as vantagens estabelecidas no art. 110 da Lei

Complementar 207/2010, combinado com o Artigo 7º, inciso XVII da Constituição Federal.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Rio do Sul, 10 de novembro de 2010.

DIONÍSIO MAÇANEIRO

Presidente da Mesa

São Lourenço do Oeste**PREFEITURA MUNICIPAL****Decreto Nº 4.117, de 10 de Novembro de 2010.**

DECRETO Nº 4.117, DE 10 DE NOVEMBRO DE 2010.

Abre Crédito Adicional Suplementar - Excesso de Arrecadação, no Orçamento programa de 2010.

O Prefeito Municipal DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município, e autorização contida na Lei Municipal nº 1.842, de 27/11/2009 e Lei Federal nº 4.320/64, art. 43, §1º, inciso II,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto no corrente exercício, crédito adicional suplementar - excesso de arrecadação, criando-se a modalidade de aplicação no orçamento vigente, adicionando-se pelo crédito suplementar o valor de R\$ 1.343,73 (um mil, trezentos e quarenta e três reais e setenta e três centavos), na seguinte dotação orçamentária:

09.00	SEC. MUN. DO DESENVOLVIMENTO URBANO - SDU			
09.02	FUNDO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO			
09.02.16.482.4511.2.040.3.3.90.00.00.00.00.0.1.0188	194	Aplicação Direta	1.343,73	

Art. 2º Para atendimento da suplementação que trata o artigo anterior decorrerão a utilização do excesso de arrecadação, em conformidade com o que estabelece a Lei Municipal nº 1.842, de 27/11/2009 e Lei Federal nº 4.320/64, art. 43, §1º, inciso II.

Art. 3º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste, SC, 10 de novembro de 2010.

TOMÉ FRANCISCO ETGES

Prefeito Municipal

Decreto Nº 4.118, de 11 de Novembro de 2010.

DECRETO Nº 4.118, DE 11 DE NOVEMBRO DE 2010.

Dispõe sobre a homologação do resultado do Processo Seletivo nº 003/2010 para admissão de professores em caráter temporário e excepcional para o ano letivo de 2011, na rede municipal de ensino.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições do seu cargo conferidas pelos incisos VII e IX do artigo 55 da Lei Orgânica do Município, de acordo com o Edital de Processo Seletivo nº 003/2010,

Art.1º Fica homologado o resultado do Processo Seletivo Edital nº 003/2010, de 11 de novembro de 2010, para admissão de professores em caráter temporário e excepcional da Rede Municipal de Ensino para o ano de 2011, conforme classificação constante do Anexo Único deste Decreto.

Art. 2º Obedecida a ordem de classificação e após o candidato ter sido julgado apto física e mentalmente para o cargo, mediante exame de médico oficial, o Poder Público preencherá as vagas conforme necessidades da Rede Municipal de Ensino.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste, SC, 11 de novembro de 2010.

TOMÉ FRANCISCO ETGES,

Prefeito Municipal

ANEXO ÚNICO

RESULTADO FINAL DO PROCESSO SELETIVO Nº 003/2010

HABILITADOS			
EDUCAÇÃO INFANTIL			
CLASSIF. Nº			
GERAL	INSC	PROFESSOR (A)	GRADUAÇÃO
1º	146	IRACY TEREZINHA CELLA	PEDAGOGIA EDUCAÇÃO INFANTIL/PÓS-GRADUAÇÃO
2º	161	SINARA MONICA CANE- VER SONDA	PEDAGOGIA EDUCAÇÃO INFANTIL/PÓS-GRADUAÇÃO
3º	51	INES FONTANA ROVARIS	PEDAGOGIA EDUCAÇÃO INFANTIL/PÓS-GRADUAÇÃO
4º	41	ZULMA MARIA DOS SANTOS DAL BOSCO	PEDAGOGIA EDUCAÇÃO INFANTIL/PÓS-GRADUAÇÃO
5º	148	MARLETE KOSMANN BENINCA	PEDAGOGIA EDUCAÇÃO INFANTIL/PÓS-GRADUAÇÃO
6º	145	FERNANDA ALBIERO LEONARDI	PEDAGOGIA EDUCAÇÃO INFANTIL/PÓS-GRADUAÇÃO
7º	134	NEUZA APARECIDA DOS SANTOS	PEDAGOGIA EDUCAÇÃO INFANTIL/PÓS-GRADUAÇÃO
8º	103	NILSA MARTIGNAGO KOLLING	PEDAGOGIA EDUCAÇÃO INFANTIL/PÓS-GRADUAÇÃO
9º	57	NOEMI WOLOSZYN CHAVES	PEDAGOGIA EDUCAÇÃO INFANTIL/PÓS-GRADUAÇÃO
10º	83	IVANIR PAULINA TREMEA	PEDAGOGIA EDUCAÇÃO INFANTIL/PÓS-GRADUAÇÃO
11º	60	JANETE MATTOS BAUER	PEDAGOGIA EDUCAÇÃO INFANTIL/PÓS-GRADUAÇÃO
12º	95	ISAURA SIVIERO DIESEL	PEDAGOGIA EDUCAÇÃO INFANTIL/PÓS-GRADUAÇÃO
13º	184	SOLANGE DAL BELLO	PEDAGOGIA EDUCAÇÃO INFANTIL/PÓS-GRADUAÇÃO
14º	28	ROSI CHRISTINI CABER- LON FURLAN	PEDAGOGIA EDUCAÇÃO INFANTIL/PÓS-GRADUAÇÃO
15º	58	ANGELA MARIA LIVI	PEDAGOGIA EDUCAÇÃO INFANTIL/PÓS-GRADUAÇÃO

16º	40	EDRIANE SANDRA BRAZZO	PEDAGOGIA EDUCAÇÃO INFANTIL/PÓS-GRADUAÇÃO
17º	93	NEUZA VALMOR MACHADO	PEDAGOGIA EDUCAÇÃO INFANTIL/PÓS-GRADUAÇÃO
18º	50	MICHELLE VALDUGA AVER	PEDAGOGIA EDUCAÇÃO INFANTIL/PÓS-GRADUAÇÃO
19º	35	REJANE BRAZZO SANTIN	PEDAGOGIA EDUCAÇÃO INFANTIL/PÓS-GRADUAÇÃO
20º	43	TEREZINHA PILETTI	PEDAGOGIA EDUCAÇÃO INFANTIL/PÓS-GRADUAÇÃO
21º	46	MARIZETE APARECIDA RICARDI	PEDAGOGIA EDUCAÇÃO INFANTIL/PÓS-GRADUAÇÃO
22º	53	ILVA ANÁLIA CONSOLI	PEDAGOGIA EDUCAÇÃO INFANTIL/PÓS-GRADUAÇÃO
23º	16	JULIANE CASAGRANDE NEGRI	PEDAGOGIA EDUCAÇÃO INFANTIL/PÓS-GRADUAÇÃO
24º	4	OLEI CAMPOS SANTIN	PEDAGOGIA EDUCAÇÃO INFANTIL/PÓS-GRADUAÇÃO
25º	67	GICELI BASTEZINI WEIRICH	PEDAGOGIA EDUCAÇÃO INFANTIL/PÓS-GRADUAÇÃO
26º	120	IVANIRIA SARTORI BAESSO	PEDAGOGIA EDUCAÇÃO INFANTIL/PÓS-GRADUAÇÃO
27º	158	SONIA MARIA ECKER DE BASTIANI	PEDAGOGIA EDUCAÇÃO INFANTIL/PÓS-GRADUAÇÃO
28º	75	CLAUDETE TERESINHA ALBAN	PEDAGOGIA EDUCAÇÃO INFANTIL/PÓS-GRADUAÇÃO
29º	114	HELENA CARMELITA NARESSI MARCON	PEDAGOGIA EDUCAÇÃO INFANTIL/PÓS-GRADUAÇÃO
30º	128	TATIANE PAULA KLEIN	PEDAGOGIA EDUCAÇÃO INFANTIL/PÓS-GRADUAÇÃO
31º	141	KERLY CRISTINA CATANI HIPPLER	PEDAGOGIA EDUCAÇÃO INFANTIL/PÓS-GRADUAÇÃO
32º	142	ADRIANA GURTAT VAS- SOLER	PEDAGOGIA EDUCAÇÃO INFANTIL/PÓS-GRADUAÇÃO
33º	140	AIDE PANDINI BATZNER	PEDAGOGIA EDUCAÇÃO INFANTIL/PÓS-GRADUAÇÃO
34º	30	IVETE PERES MARTINELLO	PEDAGOGIA EDUCAÇÃO INFANTIL/PÓS-GRADUAÇÃO
35º	99	GISLAINE ALVES BORGES CORREA	PEDAGOGIA EDUCAÇÃO INFANTIL/PÓS-GRADUAÇÃO
36º	49	CACIANA CANEVER	PEDAGOGIA EDUCAÇÃO INFANTIL/PÓS-GRADUAÇÃO
37º	127	TANIA MARA WAGNER MURARO	PEDAGOGIA EDUCAÇÃO INFANTIL/PÓS-GRADUAÇÃO

38º	118	SILVANE MOTTER BORTOLUZZ	PEDAGOGIA EDUCAÇÃO INFANTIL/PÓS-GRADUAÇÃO
39º	126	GISELE BARBOZA	PEDAGOGIA EDUCAÇÃO INFANTIL/PÓS-GRADUAÇÃO
40º	32	CARICIA ROVARIS	PEDAGOGIA EDUCAÇÃO INFANTIL/PÓS-GRADUAÇÃO
41º	115	IVONE GORETTI BONFIM DA LUZ	PEDAGOGIA EDUCAÇÃO INFANTIL/PÓS-GRADUAÇÃO
42º	100	DENISE TARSO	PEDAGOGIA EDUCAÇÃO INFANTIL/PÓS-GRADUAÇÃO
43º	26	LUCIANE DETONI	PEDAGOGIA EDUCAÇÃO INFANTIL/PÓS-GRADUAÇÃO
44º	42	MARCIA ABREU CAMARGO	PEDAGOGIA EDUCAÇÃO INFANTIL/PÓS-GRADUAÇÃO
45º	137	LAYS MAYARA MILAN	PEDAGOGIA EDUCAÇÃO INFANTIL/PÓS-GRADUAÇÃO
46º	29	ELEIDA DOS SANTOS MILAN	PEDAGOGIA EDUCAÇÃO INFANTIL/PÓS-GRADUAÇÃO
47º	20	ERITA INÊS BECK	PEDAGOGIA EDUCAÇÃO INFANTIL/PÓS-GRADUAÇÃO
48º	104	SONIA MARA CASAROTTO WINTER	PEDAGOGIA EDUCAÇÃO INFANTIL/PÓS-GRADUAÇÃO
49º	69	JANIA RAMOS	PEDAGOGIA EDUCAÇÃO INFANTIL/PÓS-GRADUAÇÃO
50º	82	CRESTINA BOLZAN LORENZI	PEDAGOGIA EDUCAÇÃO INFANTIL/PÓS-GRADUAÇÃO
51º	117	ANGELA MARI SERPA	PEDAGOGIA EDUCAÇÃO INFANTIL/PÓS-GRADUAÇÃO
52º	72	CLAUDETE TRENTA	PEDAGOGIA EDUCAÇÃO INFANTIL/PÓS-GRADUAÇÃO
53º	113	SALETE KOSMANN DO NASCIMENTO	PEDAGOGIA EDUCAÇÃO INFANTIL
54º	123	IVONE BEATRIZ MULLHANN REDIVO	PEDAGOGIA EDUCAÇÃO INFANTIL
55º	147	FERNANDA REGINA CASAGRANDE	PEDAGOGIA EDUCAÇÃO INFANTIL
56º	98	ELISANGELA RAIMUNDO DOS SANTOS	PEDAGOGIA EDUCAÇÃO INFANTIL
57º	39	MARIOZETE DE OLIVEIRA SMANIOTTO	PEDAGOGIA EDUCAÇÃO INFANTIL
58º	110	GUERTA SALETE BECK LONGO	PEDAGOGIA EDUCAÇÃO INFANTIL
59º	108	KELIN KATIA KOLLING	PEDAGOGIA EDUCAÇÃO INFANTIL
60º	195	ROZILEI APARECIDA TRENTA TARSO	PEDAGOGIA EDUCAÇÃO INFANTIL
61º	80	MAIRA INES GARBIN DE OLIVEIRA	PEDAGOGIA EDUCAÇÃO INFANTIL
62º	122	PATRICIA ERBES	PEDAGOGIA EDUCAÇÃO INFANTIL

63º	52	FRANCIELI GONÇALVES DO NASCIMENTO	PEDAGOGIA EDUCAÇÃO INFANTIL
64º	37	LEOMAR TEREZINHA DE OLIVEIRA SILVA	PEDAGOGIA EDUCAÇÃO INFANTIL
65º	172	SANDRA REGINA CANEVAR	PEDAGOGIA EDUCAÇÃO INFANTIL
66º	189	PAULA CRISTINA PIETA	PEDAGOGIA EDUCAÇÃO INFANTIL
67º	21	MARIA INÊS ROVARIS	PEDAGOGIA EDUCAÇÃO INFANTIL
68º	9	MARI TANIA DE MARCHI	PEDAGOGIA EDUCAÇÃO INFANTIL
69º	150	ELIANE LUCI DA CRUZ	PEDAGOGIA EDUCAÇÃO INFANTIL
70º	179	MARIZA HELENA RAMBO PANDINI	PEDAGOGIA EDUCAÇÃO INFANTIL
71º	54	IVONE CHRIST	PEDAGOGIA EDUCAÇÃO INFANTIL
72º	6	FERNANDA PERUZZO FRIGO	PEDAGOGIA EDUCAÇÃO INFANTIL
73º	48	SHEILA DE MELLO RICARDO	PEDAGOGIA EDUCAÇÃO INFANTIL

NÃO HABILITADOS

EDUCAÇÃO INFANTIL

CLASSIF. Nº	GERAL	INSC	PROFESSOR (A)	GRADUAÇÃO
74º	44		ALINI CRISTINA CADORIN	8º PERÍODO PEDAGOGIA EDUCAÇÃO INFANTIL
75º	125		PATRICIA SOLIGO	8º PERÍODO PEDAGOGIA EDUCAÇÃO INFANTIL
76º	182		LISÂNGELA VARELA MASCARELLO	7º PERÍODO PEDAGOGIA EDUCAÇÃO INFANTIL
77º	55		JAQUILINE DE MELO	7º PERÍODO PEDAGOGIA EDUCAÇÃO INFANTIL
78º	165		SAIONARA MENIN	7º PERÍODO PEDAGOGIA EDUCAÇÃO INFANTIL
79º	129		ARLEI REGINA VIEIRA PEROTONI	7º PERÍODO PEDAGOGIA EDUCAÇÃO INFANTIL
80º	116		MARTA SURDI DE LIMA	6º PERÍODO PEDAGOGIA EDUCAÇÃO INFANTIL
81º	138		CAMILA CASAGRANDE	6º PERÍODO PEDAGOGIA EDUCAÇÃO INFANTIL
82º	132		AOEDICA MOSCHEN NERVIS	6º PERÍODO PEDAGOGIA EDUCAÇÃO INFANTIL
83º	164		MARA REGINA BORGES GHIZZI	6º PERÍODO PEDAGOGIA EDUCAÇÃO INFANTIL
84º	135		LUANA MURARO	6º PERÍODO PEDAGOGIA EDUCAÇÃO INFANTIL
85º	45		MARIA APARECIDA PINHEIRO BORGES	6º PERÍODO PEDAGOGIA EDUCAÇÃO INFANTIL
86º	156		RAQUEL ROVARIS	6º PERÍODO PEDAGOGIA EDUCAÇÃO INFANTIL
87º	180		MAQUIELI MELERE PRESTES	PEDAGOGIA ANOS INICIAIS/PÓS-GRADUAÇÃO
88º	31		EVA MARIA VILBRANTZ CUNICO	PEDAGOGIA ANOS INICIAIS/PÓS-GRADUAÇÃO
89º	11		EVELIZE DE CEZARO VALENTINI	PEDAGOGIA ANOS INICIAIS/PÓS-GRADUAÇÃO
90º	109		LIGIA APARECIDA DE CARVALHO	PEDAGOGIA ANOS INICIAIS/PÓS-GRADUAÇÃO
91º	144		CRISTIANE PALOSCHI	PEDAGOGIA ANOS INICIAIS/PÓS-GRADUAÇÃO

92º	97	ANDREIA DE OLIVEIRA CUSTÓDIO	PEDAGOGIA ANOS INICIAIS/PÓS-GRADUAÇÃO
93º	79	PATRICIA TEIXEIRA SULDOWSKI	PEDAGOGIA ANOS INICIAIS/PÓS-GRADUAÇÃO
94º	77	JOCE MARE TEZZA	PEDAGOGIA ANOS INICIAIS/PÓS-GRADUAÇÃO
95º	173	UIARA GEOVANA THIBES ZENI	PEDAGOGIA ANOS INICIAIS/PÓS-GRADUAÇÃO
96º	107	ANNY LAIS BORTOLUZZI	PEDAGOGIA ANOS INICIAIS
97º	130	GENILSE FOPPA ROMANN	5º PERÍODO PEDAGOGIA EDUCAÇÃO INFANTIL
98º	106	MARILEI CRISTIANE DOS SANTOS BOARETTO	5º PERÍODO PEDAGOGIA EDUCAÇÃO INFANTIL
99º	18	DANGLEI MATTEI	5º PERÍODO PEDAGOGIA EDUCAÇÃO INFANTIL
100º	143	IVETE BERTOTTO	5º PERÍODO PEDAGOGIA EDUCAÇÃO INFANTIL
101º	111	GENILSE DA SILVA COSTA	4º PERÍODO PEDAGOGIA EDUCAÇÃO INFANTIL
102º	174	MARISA ELISEU	4º PERÍODO PEDAGOGIA EDUCAÇÃO INFANTIL
103º	38	AOERICA MOSCHEN RODRIGUES	4º PERÍODO PEDAGOGIA EDUCAÇÃO INFANTIL
104º	171	MARLICE CARNEIRO	3º PERÍODO PEDAGOGIA EDUCAÇÃO INFANTIL
105º	36	IVANETE STRAPPAZZON	MAGISTÉRIO
106º	191	JANETE DURANTE ZABOT TAVARES	MAGISTÉRIO

HABILITADOS

SÉRIES INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL

CLASSIF.	Nº		
GERAL	INSC	PROFESSOR (A)	GRADUAÇÃO
1º	180	MAQUIELI MELERE PRESTES	PEDAGOGIA ANOS INICIAIS/PÓS-GRADUAÇÃO
2º	146	IRACY TEREZINHA CELLA	PEDAGOGIA ANOS INICIAIS/PÓS-GRADUAÇÃO
3º	61	MARLENE TEREZINHA CURIOLETTI MATIAS	PEDAGOGIA ANOS INICIAIS/PÓS-GRADUAÇÃO
4º	161	SINARA MONICA CANEVER SONDA	PEDAGOGIA ANOS INICIAIS/PÓS-GRADUAÇÃO
5º	51	INES FONTANA ROVARIS	PEDAGOGIA ANOS INICIAIS/PÓS-GRADUAÇÃO
6º	31	EVA VILBRANTZ CUNICO	PEDAGOGIA ANOS INICIAIS/PÓS-GRADUAÇÃO
7º	41	ZULMA MARIA DOS SANTOS DAL BOSCO	PEDAGOGIA ANOS INICIAIS/PÓS-GRADUAÇÃO
8º	148	MARLETE KOSMANN BENINCA	PEDAGOGIA ANOS INICIAIS/PÓS-GRADUAÇÃO
9º	175	CARMEN GALIAZZI SCREMIM	PEDAGOGIA ANOS INICIAIS/PÓS-GRADUAÇÃO
10º	11	EVELIZE DE CEZARO VALENTINI	PEDAGOGIA ANOS INICIAIS/PÓS-GRADUAÇÃO
11º	145	FERNANDA ALBIERO LEONARDI	PEDAGOGIA ANOS INICIAIS/PÓS-GRADUAÇÃO
12º	134	NEUZA APARECIDA DOS SANTOS	PEDAGOGIA ANOS INICIAIS/PÓS-GRADUAÇÃO
13º	103	NILSA MARTIGNAGO KOLLING	PEDAGOGIA ANOS INICIAIS/PÓS-GRADUAÇÃO
14º	57	NOEMI WOLOSZYN CHAVES	PEDAGOGIA ANOS INICIAIS/PÓS-GRADUAÇÃO
15º	83	IVANIR PAULINA TREMEA	PEDAGOGIA ANOS INICIAIS/PÓS-GRADUAÇÃO

16º	34	SONIA TEREZINHA COSTA	PEDAGOGIA ANOS INICIAIS/PÓS-GRADUAÇÃO
17º	60	JANETE MATTOS BAUER	PEDAGOGIA ANOS INICIAIS/PÓS-GRADUAÇÃO
18º	109	LIGIA APARECIDA DE CARVALHO	PEDAGOGIA ANOS INICIAIS/PÓS-GRADUAÇÃO
19º	95	ISAURA SIVIERO DIESEL	PEDAGOGIA ANOS INICIAIS/PÓS-GRADUAÇÃO
20º	71	ADRIANA MARIA AVILA	PEDAGOGIA ANOS INICIAIS/PÓS-GRADUAÇÃO
21º	184	SOLANGE DAL BELLO	PEDAGOGIA ANOS INICIAIS/PÓS-GRADUAÇÃO
22º	28	ROSI CHRISTINI CABERLON FURLAN	PEDAGOGIA ANOS INICIAIS/PÓS-GRADUAÇÃO
23º	58	ANGELA MARIA LIVI	PEDAGOGIA ANOS INICIAIS/PÓS-GRADUAÇÃO
24º	40	EDRIANE SANDRA BRAZZO	PEDAGOGIA ANOS INICIAIS/PÓS-GRADUAÇÃO
25º	93	NEUZA VALMOR MACHADO	PEDAGOGIA ANOS INICIAIS/PÓS-GRADUAÇÃO
26º	35	REJANE BRAZZO SANTIN	PEDAGOGIA ANOS INICIAIS/PÓS-GRADUAÇÃO
27º	43	TEREZINHA PILETTI	PEDAGOGIA ANOS INICIAIS/PÓS-GRADUAÇÃO
28º	46	MARIZETE APARECIDA RICARDI	PEDAGOGIA ANOS INICIAIS/PÓS-GRADUAÇÃO
29º	53	ILVA ANÁLIA CONSOLI	PEDAGOGIA ANOS INICIAIS/PÓS-GRADUAÇÃO
30º	16	JULIANE CASAGRANDE NEGRI	PEDAGOGIA ANOS INICIAIS/PÓS-GRADUAÇÃO
31º	27	ARLETE TONIAL	PEDAGOGIA ANOS INICIAIS/PÓS-GRADUAÇÃO
32º	120	IVANIRIA SARTORI BAESSO	PEDAGOGIA ANOS INICIAIS/PÓS-GRADUAÇÃO
33º	158	SONIA MARIA ECKER DE BASTIANI	PEDAGOGIA ANOS INICIAIS/PÓS-GRADUAÇÃO
34º	114	HELENA CARMELITA NARESSI MARCON	PEDAGOGIA ANOS INICIAIS/PÓS-GRADUAÇÃO
35º	141	KERLY CRISTINA CATANI HIPPLER	PEDAGOGIA ANOS INICIAIS/PÓS-GRADUAÇÃO
36º	68	LUCIANE APARECIDA BOLZAN	PEDAGOGIA ANOS INICIAIS/PÓS-GRADUAÇÃO
37º	30	IVETE PERES MARTINELLO	PEDAGOGIA ANOS INICIAIS/PÓS-GRADUAÇÃO
38º	168	MARIA ODETE GURTAT	PEDAGOGIA ANOS INICIAIS/PÓS-GRADUAÇÃO
39º	99	GISLAINE ALVES BORGES CORREA	PEDAGOGIA ANOS INICIAIS/PÓS-GRADUAÇÃO
40º	97	ANDREIA DE OLIVEIRA CUSTÓDIO	PEDAGOGIA ANOS INICIAIS/PÓS-GRADUAÇÃO
41º	49	CACIANA CANEVER	PEDAGOGIA ANOS INICIAIS/PÓS-GRADUAÇÃO
42º	127	TANIA MARA WAGNER MURARO	PEDAGOGIA ANOS INICIAIS/PÓS-GRADUAÇÃO
43º	118	SILVANE MOTTER BORTOLUZ	PEDAGOGIA ANOS INICIAIS/PÓS-GRADUAÇÃO
44º	126	GISELE BARBOZA	PEDAGOGIA ANOS INICIAIS/PÓS-GRADUAÇÃO
45º	32	CARICIA ROVARIS	PEDAGOGIA ANOS INICIAIS/PÓS-GRADUAÇÃO
46º	115	IVONE GORETTI BONFIM DA LUZ	PEDAGOGIA ANOS INICIAIS/PÓS-GRADUAÇÃO
47º	100	DENISE TARSO	PEDAGOGIA ANOS INICIAIS/PÓS-GRADUAÇÃO
48º	79	PATRICIA TEIXEIRA SULDOWSKI	PEDAGOGIA ANOS INICIAIS/PÓS-GRADUAÇÃO

49º	77	JOCE MARE TEZZA	PEDAGOGIA ANOS INICIAIS/ PÓS-GRADUAÇÃO
50º	26	LUCIANE DETONI	PEDAGOGIA ANOS INICIAIS/ PÓS-GRADUAÇÃO
51º	173	UIARA GEOVANA THIBES ZENI	PEDAGOGIA ANOS INICIAIS/ PÓS-GRADUAÇÃO
52º	42	MARCIA ABREU CA- MARGO	PEDAGOGIA ANOS INICIAIS/ PÓS-GRADUAÇÃO
53º	137	LAYS MAYARA MILAN	PEDAGOGIA ANOS INICIAIS/ PÓS-GRADUAÇÃO
54º	29	ELEIDA DOS SANTOS MILAN	PEDAGOGIA ANOS INICIAIS/ PÓS-GRADUAÇÃO
55º	20	ERITA INÊS BECK	PEDAGOGIA ANOS INICIAIS/ PÓS-GRADUAÇÃO
56º	104	SONIA MARA CASA- ROTTA WINTER	PEDAGOGIA ANOS INICIAIS/ PÓS-GRADUAÇÃO
57º	69	JANIA RAMOS	PEDAGOGIA ANOS INICIAIS/ PÓS-GRADUAÇÃO
58º	82	CRESTINA BOLZAN LORENZI	PEDAGOGIA ANOS INICIAIS/ PÓS-GRADUAÇÃO
59º	144	CRISTIANE PALOSCHI	PEDAGOGIA ANOS INICIAIS/ PÓS-GRADUAÇÃO
60º	117	ANGELA MARI SERPA	PEDAGOGIA ANOS INICIAIS/ PÓS-GRADUAÇÃO
61º	72	CLAUDETE TRENTO	PEDAGOGIA ANOS INICIAIS/ PÓS-GRADUAÇÃO
62º	113	SALETE KOSMANN DO NASCIMENTO	PEDAGOGIA ANOS INICIAIS
63º	123	IVONE BEATRIZ MU- LHANN REDIVO	PEDAGOGIA ANOS INICIAIS
64º	147	FERNANDA REGINA CASAGRANDE	PEDAGOGIA ANOS INICIAIS
65º	98	ELISANGELA RAIMUN- DO DOS SANTOS	PEDAGOGIA ANOS INICIAIS
66º	39	MARIOZETE DE OLI- VEIRA SMANIOTTO	PEDAGOGIA ANOS INICIAIS
67º	110	GUERTA SALETE BECK LONGO	PEDAGOGIA ANOS INICIAIS
68º	108	KELIN KATIA KOLLING	PEDAGOGIA ANOS INICIAIS
69º	195	ROZILEI APARECIDA TRENTO TARSO	PEDAGOGIA ANOS INICIAIS
70º	80	MAIRA INES GARBIN DE OLIVEIRA	PEDAGOGIA ANOS INICIAIS
71º	122	PATRICIA ERBES	PEDAGOGIA ANOS INICIAIS
72º	52	FRANCIELI GONÇAL- VES DO NASCIMENTO	PEDAGOGIA ANOS INICIAIS
73º	37	LEOMAR TEREZINHA DE OLIVEIRA SILVA	PEDAGOGIA ANOS INICIAIS
74º	172	SANDRA REGINA CANEVER	PEDAGOGIA ANOS INICIAIS
75º	189	PAULA CRISTINA PIETA	PEDAGOGIA ANOS INICIAIS
76º	21	MARIA INÊS ROVARIS	PEDAGOGIA ANOS INICIAIS
77º	107	ANNY LAIS BORTO- LUZZI	PEDAGOGIA ANOS INICIAIS
78º	9	MARI TANIA DE MARCHI	PEDAGOGIA ANOS INICIAIS
79º	150	ELIANE LUCI DA CRUZ	PEDAGOGIA ANOS INICIAIS
80º	179	MARIZA HELENA RAM- BO PANDINI	PEDAGOGIA ANOS INICIAIS
81º	54	IVONE CHRIST	PEDAGOGIA ANOS INICIAIS
82º	6	FERNANDA PERUZZO FRIGO	PEDAGOGIA ANOS INICIAIS
83º	48	SHEILA DE MELLO RICARDO	PEDAGOGIA ANOS INICIAIS

NÃO HABILITADOS

SÉRIES INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL

CLASSIF.	Nº	PROFESSOR (A)	GRADUAÇÃO
GERAL	INSC		
84º	44	ALINI CRISTINA CADO- RIN	8º PERÍODO PEDAGOGIA ANOS INICIAIS
85º	125	PATRICIA SOLIGO	8º PERÍODO PEDAGOGIA ANOS INICIAIS
86º	182	LISÂNGELA VARELA MAS- CARELLO	7º PERÍODO PEDAGOGIA ANOS INICIAIS
87º	55	JAQUILINE DE MELO	7º PERÍODO PEDAGOGIA ANOS INICIAIS
88º	165	SAIONARA MENIN	7º PERÍODO PEDAGOGIA ANOS INICIAIS
89º	129	ARLEI REGINA VIEIRA PEROTONI	7º PERÍODO PEDAGOGIA ANOS INICIAIS
90º	116	MARTA SURDI DE LIMA	6º PERÍODO PEDAGOGIA ANOS INICIAIS
91º	138	CAMILA CASAGRANDE	6º PERÍODO PEDAGOGIA ANOS INICIAIS
92º	132	AOEDICA MOSCHEN NERVIS	6º PERÍODO PEDAGOGIA ANOS INICIAIS
93º	164	MARA REGINA BORGES GHIZZI	6º PERÍODO PEDAGOGIA ANOS INICIAIS
94º	135	LUANA MURARO	6º PERÍODO PEDAGOGIA ANOS INICIAIS
95º	45	MARIA APARECIDA PI- NHEIRO BORGES	6º PERÍODO PEDAGOGIA ANOS INICIAIS
96º	156	RAQUEL ROVARIS	6º PERÍODO PEDAGOGIA ANOS INICIAIS
97º	50	MICHELLE VALDUGA AVER	PEDAGOGIA EDUCAÇÃO INFANTIL/PÓS-GRADU- AÇÃO
98º	67	GICELI BASTEZINI WEI- RICH	PEDAGOGIA EDUCAÇÃO INFANTIL/PÓS-GRADU- AÇÃO
99º	130	GENILSE FOPPA ROMANN	5º PERÍODO PEDAGOGIA ANOS INICIAIS
100º	106	MARILEI CRISTIANE DOS SANTOS BOARETTO	5º PERÍODO PEDAGOGIA ANOS INICIAIS
101º	18	DANGLEI MATTEI	5º PERÍODO PEDAGOGIA ANOS INICIAIS
102º	143	IVETE BERTOTTO	5º PERÍODO PEDAGOGIA ANOS INICIAIS
103º	111	GENILSE DA SILVA COSTA	4º PERÍODO PEDAGOGIA ANOS INICIAIS
104º	174	MARISA ELISEU	4º PERÍODO PEDAGOGIA ANOS INICIAIS
105º	38	AOERICA MOSCHEN RODRIGUES	4º PERÍODO PEDAGOGIA ANOS INICIAIS
106º	171	MARLICE CARNEIRO	3º PERÍODO PEDAGOGIA ANOS INICIAIS
107º	36	IVANETE STRAPPAZZON	MAGISTÉRIO
108º	191	JANETE DURANTE ZABOT TAVARES	MAGISTÉRIO

SÉRIES FINAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL

DISCIPLINA: LÍNGUA PORTUGUESA			
CLASSIF.	Nº	PROFESSOR (A)	GRADUAÇÃO
GERAL	INSC		
1º	17	ROSI MARI BRANDALIZE DE MIRANDA	LETRAS INGLÊS PORT. - PÓS GRADUAÇÃO

2º	88	MARLICE VILLANI PERAZOLI	PORTUGUÊS/LITERATURA - PÓS GRADUAÇÃO
3º	105	SONIA APARECIDA DALPIVA	LETRAS PORT./INGLÊS - PÓS GRADUAÇÃO
4º	124	CLARETE TEREZINHA BERBARDI	LETRAS PORT./INGLÊS - PÓS GRADUAÇÃO
5º	86	SANDRA MARIN	LETRAS PORTUGUÊS - PÓS GRADUAÇÃO
6º	92	DANIELA Apª RAFALOSKI SCHMITT	LETRAS INGLÊS - PÓS GRADUAÇÃO
7º	192	ADRIANA VANIN DE ALMEIDA	LETRAS PORT./INGLÊS - PÓS GRADUAÇÃO
8º	162	ADRIANA MARIA KRINDGES	LETRAS PORTUGUÊS/INGLÊS
9º	187	ELIZANGELA FATIMA GAVADALPONTE	LETRAS PORTUGUÊS
10º	190	KACIANE BACH	CURS.5º P. LETRAS-PORT./INGLÊS

DISCIPLINA: MATEMÁTICA

CLASSIF.	Nº	PROFESSOR (A)	GRADUAÇÃO
GERAL	INSC		
1º	66	LAURO SPEROTTO	MATEMÁTICA - PÓS GRADUAÇÃO
2º	23	DANIANA DE COSTA	MATEMÁTICA - PÓS GRADUAÇÃO
3º	136	SOLANGE MARIA SMANIOTTO LUZZATTO	MATEMÁTICA - PÓS GRADUAÇÃO
4º	199	ROSELEINE MARIA DE ALMEIDA	MATEMÁTICA
5º	13	RAFAEL BERKENBROCK	CURSANDO 8º P. MATEMÁTICA
6º	177	KÁTIA HACKBARTH CORBARI	CURSANDO 3º P. MATEMÁTICA
7º	197	EDEMAR JOSÉ DAPPER	SISTEMA DE INFORMAÇÃO

DISCIPLINA: ARTES

CLASSIF.	Nº	PROFESSOR (A)	GRADUAÇÃO
GERAL	INSC		
1º	7	ANA PAULA DABOIT	LICENCIATURA ARTES - PÓS-GRADUAÇÃO
2º	155	MAILA SUZANE GALEAZZI	LICENCIATURA ARTES

DISCIPLINA: HISTÓRIA

CLASSIF.	Nº	PROFESSOR (A)	GRADUAÇÃO
GERAL	INSC		
1º	5	MARILAINE PIMMEL	HISTÓRIA / PÓS-GRADUAÇÃO
2º	94	ANA CELIA PELISSARO	HISTÓRIA/ PÓS-GRADUAÇÃO
3º	91	SILVANA VIEDA HERMES	HISTÓRIA / PÓS-GRADUAÇÃO
4º	8	FRANCIELI CUNICO	HISTÓRIA / PÓS-GRADUAÇÃO
5º	14	RUBIA JULIETE CAMBRUZZI SMANIOTTO	HISTÓRIA /PÓS-GRADUAÇÃO
6º	139	ANA RODRIGUES	HISTÓRIA / PÓS-GRADUAÇÃO
7º	25	STELIA LUCIENNE SOROKA	HISTÓRIA
8º	169	SUZANE CHIOT	HISTÓRIA

9º	167	SUE ELLEN THIBES MARTINELO	HISTÓRIA
10º	1	MARIANE SAVI	HISTÓRIA
11º	56	SILVIA REGINA SAUGO	HISTÓRIA/ CURSANSO 6º PERÍODO
12º	131	CLARI BETTIATO	HISTÓRIA/ CURSANDO 6º PERÍODO
13º	153	SANDRA FATIMA GARDAFURLAN	HISTÓRIA/ CURSANDO 6º PERÍODO
14º	154	VILMA MARIA AIOLFI PADILHA	GEOGRAFIA / PÓS GRADUAÇÃO
15º	65	MARIO LUIZ BALENA	GEOGRAFIA / PÓS GRADUAÇÃO
16º	24	LORIANE BELLEBONI	GEOGRAFIA / PÓS GRADUAÇÃO
17º	96	JAQUELINE MASSOLA	GEOGRAFIA / PÓS-GRADUAÇÃO
18º	188	ARI ALBERTO FRANÇOZI JUNIOR	BACHAREL GEOGRAFIA / PÓS-GRADUAÇÃO
19º	186	DALIANE MENIN NEGRI	BACHAREL GEOGRAFIA/ PÓS-GRADUAÇÃO
20º	85	DANIEL LUIZ REGINATO	GEOGRAFIA/ CURSANDO 4º PERÍODO
21º	166	CRISTIANO RODRIGO MARIOT	FILOSOFIA / CURSANDO 6º PERÍODO

DISCIPLINA: GEOGRAFIA

CLASSIF.	Nº	PROFESSOR (A)	GRADUAÇÃO
GERAL	INSC		
1º	154	VILMA MARIA AIOLFI PADILHA	GEOGRAFIA / PÓS GRADUAÇÃO
2º	65	MARIO LUIZ BALENA	GEOGRAFIA / PÓS GRADUAÇÃO
3º	24	LORIANE BELLEBONI	GEOGRAFIA / PÓS GRADUAÇÃO
4º	96	JAQUELINE MASSOLA	GEOGRAFIA / PÓS-GRADUAÇÃO
5º	176	ELIANE SANTOS DE OLIVEIRA VALESE	GEOGRAFIA
6º	188	ARIALBERTO FRANÇOZI JUNIOR	BACHAREL GEOGRAFIA / PÓS-GRADUAÇÃO
7º	186	DALIANE MENIN NEGRI	BACHAREL GEOGRAFIA/ PÓS-GRADUAÇÃO
8º	85	DANIEL LUIZ REGINATO	GEOGRAFIA/ CURSANDO 4º PERÍODO
9º	5	MARILAINE PIMMEL	HISTÓRIA / PÓS-GRADUAÇÃO
10º	94	ANA CELIA PELISSARO	HISTÓRIA/ PÓS-GRADUAÇÃO
11º	91	SILVANA VIEDA HERMES	HISTÓRIA / PÓS-GRADUAÇÃO
12º	8	FRANCIELI CUNICO	HISTÓRIA / PÓS-GRADUAÇÃO
13º	169	SUZANE CHIOT	HISTÓRIA
14º	167	SUE ELLEN THIBES MARTINELO	HISTÓRIA
15º	1	MARIANE SAVI	HISTÓRIA
16º	153	SANDRA FATIMA GARDAFURLAN	HISTÓRIA/ CURSANDO 6º PERÍODO

DISCIPLINA: CIÊNCIAS

CLASSIF.	Nº	PROFESSOR (A)	GRADUAÇÃO
GERAL	INSC		

1º	22	FRANCIELI CRISTINA DA CROCE DA SILVA	CIÊNCIAS BIOLÓGICAS / PÓS – GRADUAÇÃO
2º	160	SANDRA APARECIDA WAGNER PALUDO	CIÊNCIAS BIOLÓGICAS / PÓS- GRADUAÇÃO
3º	33	ELISIANI DA SILVA	CIÊNCIAS BIOLÓGICAS / PÓS – GRADUAÇÃO
4º	157	VERACI GRANDI	CIÊNCIAS HABIL. QUÍMICA / PÓS- GRADUAÇÃO
5º	196	TARCIANE MEIRELES DA SILVA	CIÊNCIAS BIOLÓGICAS
6º	62	CINTIAN PRIOR	CIÊNCIAS BIOLÓGICAS – BACHAREL
7º	149	ANDREIA VILANI	CIÊNCIAS BIOLÓGICAS – BACHAREL
8º	183	SIMONE PASINATTO BACCIN	CIÊNCIAS BIOLÓGICAS - 8º PERÍODO
9º	66	LAURO SPEROTTO	CIÊNCIAS HABIL. MATEMÁTICA - PÓS GRADUAÇÃO
10º	136	SOLANGE MARIA SMANIOTTO LUZZATTO	CIÊNCIAS HABIL. MATEMÁTICA - PÓS-GRADUAÇÃO

DISCIPLINA: INFORMÁTICA

CLASSIF.	Nº		
GERAL	INSC	PROFESSOR (A)	GRADUAÇÃO
1º	89	ADRIANA BETT TEREINTO GRANZOTTO	SISTEMAS DE INFORMAÇÕES - PÓS GRADUAÇÃO
2º	112	MARCELO IVAN FLORES	SISTEMAS DE INFORMAÇÕES - PÓS GRADUAÇÃO
3º	10	DIEGO ROMANINI	CST SISTEMAS
4º	193	CARLA RODRIGUES DE ANDRADE	SISTEMAS DE INFORMAÇÕES
5º	197	EDEMAR JOSÉ DAPPER	SISTEMAS DE INFORMAÇÕES
6º	198	ARTUR FELIPE DE MARCHI	ANÁLISE E DESENVOLVIMENTO DE SISTEMAS
7º	181	ELIZIANA WESOLOVSKI	SISTEMAS DE INFORMAÇÕES
8º	15	WAGNER BALDIN	CURSANDO 6º PERÍODO SISTEMAS
9º	64	GUSTAVO VANIN DE ALMEIDA	CURSANDO 6º PERÍODO SISTEMAS
10º	101	EVELYN CRISTINA BROCARDO	CURSANDO 4º PERÍODO CIÊNCIA DA COMP.
11º	170	DIMAS DE BRIDA NETTO	CURSANDO 4º PERÍODO CIÊNCIA DA COMP.
12º	159	PÂMELA BONKEVTCH	CURSANDO 4º PERÍODO SIST. DE INFOR.
13º	201	LUIZ GUSTAVO MENEGÁS DE OLIVEIRA	2º PERÍODO SISTEMAS DE INFORMAÇÕES

DISCIPLINA: INGLÊS

CLASSIF.	Nº		
GERAL	INSC	PROFESSOR (A)	GRADUAÇÃO
1º	17	ROSI MARI BRANDALIZE DE MIRANDA	LETRAS INGLÊS PORT. - PÓS GRADUAÇÃO
2º	105	SONIA APARECIDA DALPIVA	LETRAS PORT./INGLÊS - PÓS GRADUAÇÃO

3º	124	CLARETE TEREZINHA BERBARDI	LETRAS- PORT./INGLÊS - PÓS GRADUAÇÃO
4º	92	DANIELA Apª RAFALOSKI SCHMITT	LETRAS INGLÊS - PÓS GRADUAÇÃO
5º	192	ADRIANA VANIN DE ALMEIDA	LETRAS PORT./INGLÊS - PÓS GRADUAÇÃO
6º	162	ADRIANA MARIA KRINDGES	LETRAS- PORTUGUÊS/ INGLÊS
7º	190	KACIANE BACH	CURS.5º P. LETRAS- PORT./ INGLÊS
8º	3	MANOELA CRISTINA GALEAZZI	FISK
9º	59	PERCILA CARMES ALLIEVI	FISK
10º	23	DANIANA DE COSTA	FISK

DISCIPLINA: EDUCAÇÃO FÍSICA

CLASSIF.	Nº		
GERAL	INSC	PROFESSOR (A)	GRADUAÇÃO
1º	119	ELISABETH DE OLIVEIRA D AVILA	EDUCAÇÃO FÍSICA - PÓS-GRADUAÇÃO
2º	121	ELAINE LOLATTO ECKER	EDUCAÇÃO FÍSICA - PÓS-GRADUAÇÃO
3º	84	IEDA MARIA PUERARI	EDUCAÇÃO FÍSICA - PÓS-GRADUAÇÃO
4º	2	MICHELI POZZANO	EDUCAÇÃO FÍSICA - PÓS-GRADUAÇÃO
5º	102	LIDIMARA CUNICO CENCI	EDUCAÇÃO FÍSICA - PÓS-GRADUAÇÃO
6º	76	TATIANE MARA BENCKE	EDUCAÇÃO FÍSICA - PÓS-GRADUAÇÃO
7º	70	MARIANA GOMES	EDUCAÇÃO FÍSICA - PÓS-GRADUAÇÃO
8º	12	DANIELA TEIXEIRA	EDUCAÇÃO FÍSICA - PÓS-GRADUAÇÃO
9º	78	DIANA MARIA SANTIN	EDUCAÇÃO FÍSICA - PÓS-GRADUAÇÃO
10º	152	LUCIMARA PANDINI RANZAN	EDUCAÇÃO FÍSICA - PÓS-GRADUAÇÃO
11º	19	MARCIO POSSAMAI DELLA	EDUCAÇÃO FÍSICA
12º	87	MICHELLE BITTENCOURT	EDUCAÇÃO FÍSICA
13º	151	LILIANE BATISTA DOS SANTOS	EDUCAÇÃO FÍSICA
14º	74	RONIVAN FRANZOSI	EDUCAÇÃO FÍSICA
15º	63	JÉSSICA RIZZI	EDUCAÇÃO FÍSICA
16º	47	LEONARDO ROSSETI DE MELLO	EDUCAÇÃO FÍSICA
17º	194	EDERSON MOROZINI	EDUCAÇÃO FÍSICA
18º	73	ANDRÍO CÉZAR BRESSAN	EDUCAÇÃO FÍSICA
19º	178	JOSIELI ROBERTO	EDUCAÇÃO FÍSICA
20º	133	BRUNA BOTIN	EDUCAÇÃO FÍSICA- 6º PERÍODO
21º	185	CLAUDIA MARA MACHADO DA SILVA	EDUCAÇÃO FÍSICA- 6º PERÍODO
22º	163	JULIANA MEIRA LAZARIN	EDUCAÇÃO FÍSICA- 6º PERÍODO
23º	81	PATRÍCIA MARTINELLO	EDUCAÇÃO FÍSICA- 5º PERÍODO
24º	200	LEANDRO PEDROSO	EDUCAÇÃO FÍSICA- 4º PERÍODO
25º	90	NAIHÁ DE LIMA BITENCOURT D EMELO	EDUCAÇÃO FÍSICA- 2º PERÍODO

DISCIPLINA: RELIGIÃO

CLASSIF.	Nº		
GERAL	INSC	PROFESSOR (A)	GRADUAÇÃO
1º	13	RAFAEL BERKENBROCK	BACHAREL EM TEOLOGIA - PÓS GRADUAÇÃO

DISCIPLINA: ARTESANATO

CLASSIF.	Nº		
GERAL	INSC	PROFESSOR (A)	GRADUAÇÃO
1º	7	ANA PAULA DABOIT	LICENCIATURA ARTES - PÓS-GRADUAÇÃO

INSCRIÇÕES INDEFERIDAS

DISCIPLINA: LÍNGUA PORTUGUESA

Nº		
INSC	PROFESSOR (A)	MOTIVO
25	STELIA LUCIANE SOROKA	NÃO CONCLUIU 2º PERÍODO

DISCIPLINA: ARTES

Nº		
INSC	PROFESSOR (A)	MOTIVO
131	CLARI BETTIATO	FALTA HABILITAÇÃO NA ÁREA
178	JOSIELI ROBERTO	FALTA HABILITAÇÃO NA ÁREA

DISCIPLINA: RELIGIÃO

Nº		
INSC	PROFESSOR (A)	MOTIVO
87	MICHELLE BITTENCOURT	FALTA HABILITAÇÃO NA ÁREA
88	MARLICE VILLANI PERAZOLI	FALTA HABILITAÇÃO NA ÁREA

DISCIPLINA: HORTICULTURA

Nº		
INSC	PROFESSOR (A)	MOTIVO
160	SANDRA APARECIDA WAGNER PALUDO	FALTA HABILITAÇÃO NA ÁREA
33	ELISIANI DA SILVA	FALTA HABILITAÇÃO NA ÁREA
22	FRANCIELI CRISTINA DA CROCE DA SILVA	FALTA HABILITAÇÃO NA ÁREA
62	CINTIAN PRIOR	FALTA HABILITAÇÃO NA ÁREA
157	VERACI GRANDI	FALTA HABILITAÇÃO NA ÁREA

DISCIPLINA: ARTESANATO

Nº		
INSC	PROFESSOR (A)	MOTIVO
152	LUCIANA PANDINI RANZAN	FALTA HABILITAÇÃO NA ÁREA
196	TARCIANE MEIRELES DA SILVA	FALTA HABILITAÇÃO NA ÁREA

São Lourenço do Oeste - SC, 11 de novembro de 2010.
TOMÉ FRANCISCO ETGES
Prefeito Municipal

Resolução Nº 005/2010

ESTADO DE SANTA CATARINA
SÃO LOURENÇO DO OESTE - SC
CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL

Resolução Nº 005/2010
Dispõe sobre a aprovação do Termo de Aceite realizado pelo

Gestor Municipal para cofinanciamento pelo Ministério do Desenvolvimento Social - MDS - do Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos - PAEFI - no município de São Lourenço do Oeste - SC e dá outras providências.

O Conselho Municipal de Assistência Social do Município de São Lourenço do Oeste, no uso de suas atribuições legais e:
Considerando o desenvolvimento da Política Municipal de Assistência Social;

Considerando o Plano Municipal de Assistência Social, 2010-2013;
Considerando que os serviços prestados as famílias proporciona uma melhoria na qualidade de vida dos mesmos, e tem seus direitos assegurados conforme a Política de Assistência Social;
Considerando a Tipificação dos Serviços Socioassistenciais;
Considerando o preconizado no Sistema Único de Assistência Social - SUAS em conformidade a NOB/SUAS, RESOLVE:

Art. 1º: Aprovar o Termo de Aceite realizado pelo Gestor Municipal para cofinanciamento pelo Ministério do Desenvolvimento Social - MDS - do Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos - PAEFI - em conformidade ao disposto no Art. 12 da Resolução da CIT nº 7 de 7 de junho de 2010, que trata da Expansão dos Serviços Socioassistenciais 2010.

A aprovação ocorreu em reunião ordinária realizada no dia 18 de outubro de 2010, sob registro da ata nº 08/2010 deste Conselho.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste, 26 de outubro de 2010.

ONDINA SAVI MONDO DAL-PONT
Presidente CMAS - SLO

Aviso de Licitação 06/2010 ICSLO

O MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE-SC, ATRAVÉS DO INSTITUTO CULTURAL, torna público para conhecimento dos interessados, que realizará no dia 25/11/2010, às 14:00 no endereço, Rua Duque de Caxias, 789, conforme especificado no PROCESSO LICITATÓRIO Nº 06/2010, PREGÃO Nº 04 - OBJETO: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS E CONTRATAÇÃO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PARA DECORAÇÃO NATALINA A SER REALIZADA NA PRACA DA BANDEIRA. Informações licitacoes@saoulourenco.sc.gov.br.

ALEX CLEIDIR TARDETTI
Gerente Executivo do Instituto Cultur

Aviso de Licitação 26/2010 FMS

O MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE-SC, ATRAVÉS DO SR. Prefeito Municipal, torna público para conhecimento dos interessados, que realizará no dia 25/11/2010, às 09:00 no endereço, Rua Duque de Caxias, 789, conforme especificado no PROCESSO LICITATÓRIO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE Nº 26/2010, PREGÃO Nº 20 OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA, EM SERVIÇOS MÉDICOS PARA O PRONTO ATENDIMENTO DA POLICLINICA MUNICIPAL DE SAÚDE . Informações licitações@saoulourenco.sc.gov.br, (49) 33448588.

TOMÉ FRANCISCO ETGES
Prefeito Municipal

São Pedro de Alcântara

PREFEITURA MUNICIPAL

Decreto n.º 371/2010

DECRETO n.º 371/2010

CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE A FERNANDA SILVA, MEMBRO DO CONSELHO TUTELAR DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE.

ERNEI JOSÉ STAHELIN, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara, no uso de suas atribuições e em conformidade com a Lei Federal nº. 8.069 de 13 de julho de 1990, e o disposto na Lei Municipal nº. 08/97 de 29 Janeiro de 1997,

DECRETA:

Art. 1.º- Conceder licença para tratamento de saúde a FERNANDA SILVA, pelo período de 06/11/2010 a 22/12/2010, sendo que nesta data realizar-se-á nova avaliação médica pelo Instituto Nacional de Previdência social.

Art. 2.º- Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 06/11/2010.

Art. 3.º- Registra-se, publique-se e cumpra-se.

São Pedro de Alcântara/SC, 08 de novembro de 2010.

ERNEI JOSÉ STAHELIN

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em ____/____/2010.

Decreto n.º 372/2010

DECRETO n.º 372/2010

SUBSTITUI MEMBRO DO CONSELHO TUTELAR DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE.

ERNEI JOSÉ STAHELIN, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara, no uso de suas atribuições e em conformidade com a Lei Federal nº. 8.069 de 13 de julho de 1990, e o disposto na Lei Municipal nº. 08/97 de 29 Janeiro de 1997,

DECRETA:

Art. 1.º- Substituir temporariamente no período de 06/11/2010 a 22/12/2010, membro do Conselho Tutelar da Criança e do Adolescente, sendo que no lugar do Membro Titular FERNANDA SILVA fica nomeada a Sra. IVONE CONSTANTE TRIERVEILER.

Art. 2.º- Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 06/11/2010.

Art. 3.º- Registra-se, publique-se e cumpra-se.

São Pedro de Alcântara/SC, 08 de novembro de 2010.

ERNEI JOSÉ STAHELIN

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em ____/____/2010.

Decreto n.º 373/2010

DECRETO n.º 373/2010

Concede Licença para tratamento de Saúde a funcionária DALCI MARIA MEURER, ocupante do Cargo de Trabalhador Braçal, lotada na Secretaria da Educação.

ERNEI JOSÉ STAHELIN, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara, no uso de suas atribuições legais, em conformidade com o disposto no Art. 96, da Lei Complementar nº. 005/97,

DECRETA:

Art. 1.º- Conceder licença para tratamento de saúde à funcionária DALCI MARIA MEURER, pelo período de 30 (trinta) dias a contar da data de 06/11/2010, para que a Administração Municipal possa dar continuidade no processo de aposentadoria.

Art. 2.º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 06/11/2010.

Art. 3.º- Registra-se, publique-se e cumpra-se.

São Pedro de Alcântara/SC, 08 de novembro de 2010.

ERNEI JOSÉ STAHELIN

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em ____/____/2010.

Termo de DESISTÊNCIA - MOISEIS DIAS de OLIVEIRA

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA

Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro.

TERMO DE DESISTÊNCIA

CONCURSO PÚBLICO n.º 001/2007

Aos oito dias do mês de novembro do ano de 2010, MOISEIS DIAS DE OLIVEIRA, por livre e espontânea vontade declarou para os devidos fins que DESISTIU da vaga para qual foi aprovado no Concurso Público nº. 001/2007, da Prefeitura Municipal de São Pedro de Alcântara, relativo ao cargo de Motorista II, conforme termo arquivado no Setor de Recursos Humanos do Município.

São Pedro de Alcântara/SC, 08 de novembro de 2010.

Schroeder

PREFEITURA MUNICIPAL

Lei Nº1.819/2010

LEI Nº1.819/2010

ESTIMA A RECEITA E FIXA A DESPESA DO MUNICÍPIO DE SCHROEDER PARA O EXERCÍCIO DE 2011.

FELIPE VOIGT, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal de 05 de abril de 1990, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte LEI:

DO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO:

Art. 1º O Orçamento Geral do Município de Schroeder, para o exercício de 2011 estima a Receita e fixa a Despesa em R\$31.207.700,00 (Trinta e um milhões, duzentos e sete mil e setecentos reais) assim divididos:

Prefeitura Municipal de Schroeder	R\$22.448.900,00
Câmara Municipal de Vereadores	R\$ 732.000,00
Fundo Municipal de Saúde	R\$ 6.129.300,00
Fundo Municipal de Assistência Social	R\$ 1.472.500,00
Fundo Municipal da Infância e Adolescência	R\$ 425.000,00
TOTAL	R\$31.207.700,00

Do Orçamento da Prefeitura Municipal de Schroeder:

Art. 2º O Orçamento da Prefeitura para o exercício de 2011 estima a Receita em R\$27.344.200,00 (Vinte e sete milhões, trezentos e quarenta e quatro mil e duzentos reais) e fixa a Despesa da Prefeitura em R\$22.448.900,00 (Vinte e dois milhões quatrocentos e quarenta e oito mil e novecentos reais).

§ 1º A Receita da Prefeitura será realizada mediante a arrecadação de Tributos, Receitas Correntes, Receitas de Capital oriundas de convênios com o Governo Estadual e Federal de acordo com o seguinte desdobramento:

4. RECEITAS

4.1. Receitas Correntes	R\$22.640.200,00
4.2 Receitas de Capital	R\$ 4.704.000,00
T O T A L	R\$27.344.200,00

§ 2º A Despesa da Prefeitura será realizada segundo a apresentação dos anexos integrantes desta Lei, obedecendo à classificação institucional, funcional-programática e natureza, distribuídas da seguinte maneira:

I - CLASSIFICAÇÃO INSTITUCIONAL

02 - GABINETE DO PREFEITO	R\$ 579.500,00
03 - SECRET.DE PLANEJ.GESTÃO E FINANÇAS	
R\$ 2.683.900,00	
05 - SECRET.DE EDUCAÇÃO CULTURA, ESPORTE E LAZER	R\$ 8.671.000,00
06 - SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS	R\$ 6.524.000,00
07 - SECRETARIA DE AGRICULTURA, INDÚSTRIA COMÉRCIO E TURISMO	R\$ 746.000,00
08 - FUNDO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO	
R\$ 3.214.500,00	
99 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA	R\$ 30.000,00
TOTAL	R\$22.448.900,00

II - CLASSIFICAÇÃO POR FUNÇÃO

04 - Administração	R\$ 2.980.400,00
06 - Segurança Pública	R\$ 297.000,00
12 - Educação	R\$ 7.035.500,00
13 - Cultura	R\$ 697.500,00
15 - Urbanismo	R\$ 5.354.000,00
17 - Saneamento	R\$ 3.150.000,00
18 - Gestão Ambiental	R\$ 64.500,00
20 - Agricultura	R\$ 626.500,00
22 - Indústria	R\$ 17.000,00
23 - Comércio e Serviços	R\$ 102.500,00
25 - Energia	R\$ 571.000,00
27 - Desporto e Lazer	R\$ 938.000,00
28 - Encargos Especiais	R\$ 585.000,00
99 - Reserva de Contingência	R\$ 30.000,00
TOTAL	R\$22.448.900,00

III - CLASSIFICAÇÃO POR PROGRAMA

0000 - OPERAÇÕES ESPECIAIS	R\$ 585.000,00
0001 - GABINETE DO PREFEITO	R\$ 563.000,00
0002 - GABINETE DO VICE-PREF.	R\$ 16.500,00
0003 - GESTÃO MUNICIPAL	R\$ 2.098.900,00
0005 - EDUCAÇÃO PARA TODOS	R\$ 7.035.500,00
0006 - CULTURA VIVA	R\$ 697.500,00
0007 - ESPORTE E LAZER	R\$ 938.000,00
0008 - SCHROEDER EM AÇÃO	R\$ 6.170.000,00
0009 - CORPO DE BOMBEIROS E SEGURANÇA	
R\$ 354.000,00	

0010 - APOIO A AGRICULTURA	R\$ 626.500,00
0011 - INCENTIVO AO TURISMO	R\$ 102.500,00
0012 - INCENTIVO A INÚSTRIA E COMÉRCIO	
R\$ 17.000,00	
0013 - ÁGUA PARA TODOS	R\$ 2.550.000,00
0014 - CIDADE LIMPA	R\$ 600.000,00
0015 - SANEAMENTO É SAÚDE	R\$ 64.500,00
0999 - RESERVA DE CONTINGÊN	R\$ 30.000,00
TOTAL	R\$22.448.900,00

IV - CLASSIFICAÇÃO SEGUNDO A NATUREZA

DESPESAS CORRENTES	R\$14.414.246,80
3.1.00.00.00.00 - Pessoal e Encargos Sociais	
R\$ 7.754.419,20	
3.2.00.00.00.00 - Juros e Encargos da Dívida	
R\$ 228.000,00	
3.3.00.00.00.00 - Outras Despesas Correntes	
R\$ 6.431.827,60	
DESPESAS DE CAPITAL	R\$ 8.004.653,20
4.4.00.00.00.00 - Investimentos	R\$ 7.647.653,20
4.6.00.00.00.00 - Amortização da Dívida	R\$ 357.000,00
9.9.99.99.00.00 - RESERVA DE CONTINGENCIA	
R\$ 30.000,00	
TOTAL	R\$22.448.900,00

§ 3º As transferências financeiras do Município para os Fundos Municipais e Câmara Municipal de Vereadores ficam orçadas em:

Fundo Municipal de Saúde	R\$3.389.300,00
Fundo Municipal da Assist. Social	R\$ 669.000,00
Fundo Municipal da Infância e Adolesc.	R\$ 105.000,00
Câmara Municipal de Vereadores	R\$ 732.000,00
TOTAL	R\$4.895.300,00

DOS ORÇAMENTOS DAS UNIDADES GESTORAS E DA CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES:

Do Orçamento do Fundo Municipal da Saúde:

Art. 3º O Orçamento do Fundo Municipal de Saúde, para o exercício de 2011 estima a Receita em R\$2.740.000,00 (Dois milhões, setecentos e quarenta mil reais) e fixa a Despesa em R\$6.129.300,00 (Seis milhões cento e vinte e nove mil e trezentos reais).

§1º A Receita será realizada mediante Transferências Financeiras do Tesouro Municipal, Transferências de outras esferas de governo, Outras Receitas Correntes e de Capital, na forma da legislação em vigor e discriminadas nos quadros anexos, com os seguintes desdobramentos:

4. RECEITAS	
4.1 Receitas Correntes	R\$ 2.065.500,00
4.2 Receitas de Capital	R\$ 674.500,00
TOTAL	R\$ 2.740.000,00

§2º A Despesa do Fundo Municipal de Saúde será realizada segundo a apresentação dos anexos integrantes desta lei, obedecendo à classificação institucional, funcional-programática e natureza, distribuídas da seguinte forma:

II - CLASSIFICAÇÃO POR FUNÇÃO

10 - Saúde	R\$ 6.119.300,00
99 - Reserva de Contingência	R\$ 10.000,00
TOTAL	R\$ 6.129.300,00

IV - CLASSIFICAÇÃO SEGUNDO A NATUREZA

DESPESAS CORRENTES	R\$ 5.217.300,00
3.1.00.00.00.00 - Pessoal e Encarg. Soc.	R\$ 3.755.805,26
3.3.00.00.00.00 - Outras Desp. Correntes	R\$ 1.461.494,74
DESPESAS DE CAPITAL	R\$ 902.000,00
44.00.00.00.00 - Investimentos	R\$ 902.000,00
9.9.99.99.00.00 - Reserva de Contingência	
R\$ 10.000,00	

TOTAL R\$ 6.129.300,00

Do Orçamento do Fundo Municipal de Assistência Social:

Art. 4º O Orçamento do Fundo Municipal da Assistência Social para o exercício de 2011 estima a Receita em R\$803.500,00 (Oitocentos e três mil e quinhentos reais) e fixa a Despesa em R\$1.472.500,00 (Um milhão, quatrocentos e setenta e dois mil e quinhentos reais).

§1º A Receita será realizada mediante Transferências Financeiras do Tesouro Municipal, Transferências de outras esferas de governos, Outras Receitas Correntes e de Capital, na forma da legislação em vigor e discriminadas nos quadros anexos, com o seguinte desdobramento:

4. RECEITAS	
4.1. Receitas Correntes	R\$ 276.000,00
4.2. Receitas de Capital	R\$ 527.500,00
T O T A L	R\$ 803.500,00

§2º A Despesa do Fundo Municipal de Assistência Social será realizada segundo a apresentação dos anexos integrantes desta Lei, obedecendo à classificação institucional, funcional-programática e natureza distribuídos da seguinte forma:

II - CLASSIFICAÇÃO POR FUNÇÃO

08 - Assistência Social	R\$1.467.500,00
99 - Reserva de Contingência	R\$ 5.000,00
TOTAL	R\$1.472.500,00

IV - CLASSIFICAÇÃO SEGUNDO A NATUREZA

DESPESAS CORRENTES	R\$ 884.000,00
3.1.00.00.00.00 - Pessoal e Encargos Sociais	R\$ 392.000,00
3.3.00.00.00.00 - Outras Despesas Correntes	R\$ 492.000,00
DESPESAS DE CAPITAL	R\$ 583.500,00
4.4.00.00.00.00 - Investimentos	R\$ 583.500,00
9.9.99.99.00.00 - Reserva de Contingência	R\$ 5.000,00
T O T A L	R\$1.472.500,00

Do Orçamento do Fundo Municipal da Infância e Adolescência:

Art. 5º O Orçamento do Fundo Municipal da Infância e Adolescência de Schroeder para o exercício de 2011 estima a Receita em R\$320.000,00 (Trezentos e vinte mil reais) e fixa a Despesa em R\$425.000,00 (Quatrocentos e vinte e cinco mil reais).

§1º A Receita será realizada mediante Transferências Financeiras do Tesouro Municipal, Transferências de outras esferas de governo, outras Receitas Correntes e de Capital, na forma da legislação em vigor e discriminadas nos quadros anexos, com o seguinte desdobramento:

4. RECEITAS	
4.1 Receitas Correntes	R\$ 80.000,00
4.2 Receitas de Capital	R\$ 240.000,00
TOTAL	R\$ 320.000,00

§2º A Despesa do Fundo Municipal da Infância e Adolescência de Schroeder, será realizada segundo a apresentação dos anexos integrantes desta Lei, obedecendo à classificação institucional, funcional-programática e natureza, distribuídas da seguinte forma:

II - CLASSIFICAÇÃO POR FUNÇÃO

08 - Assistência Social	R\$ 420.000,00
99 - Reserva de Contingência	R\$ 5.000,00
TOTAL	R\$ 425.000,00

IV - CLASSIFICAÇÃO SEGUNDO A NATUREZA

DESPESAS CORRENTES	R\$ 167.000,00
3.1.00.00.00.00 - Despesas de Pessoal	R\$ 64.000,00
3.3.00.00.00.00 - Outras Despesas Correntes	R\$ 103.000,00
DESPESAS DE CAPITAL	R\$ 253.000,00
4.4.00.00.00.00 - Investimentos	R\$ 253.000,00
9.9.99.99.00.00 - Reserva de Contingência	
R\$ 5.000,00	
TOTAL	R\$ 425.000,00

Do Orçamento da Câmara Municipal de Vereadores:

Art. 6º O Orçamento da Câmara Municipal de Vereadores do Município de Schroeder, para o exercício de 2011 estima a Receita e fixa a Despesa em R\$732.000,00 (Setecentos e trinta e dois mil reais).

§1º A Receita será realizada mediante Transferências Financeiras do Tesouro Municipal.

4. RECEITAS	
4.1 Receitas Correntes	R\$ 732.000,00
4.2 Receitas de Capital	R\$ 00,00
TOTAL	R\$ 732.000,00

§2º A Despesa da Câmara Municipal de Vereadores do Município de Schroeder, será realizada segundo a apresentação dos anexos integrantes desta Lei, obedecendo à classificação institucional, funcional-programática e natureza, distribuídas da seguinte forma:

II - CLASSIFICAÇÃO POR FUNÇÃO

01 - Legislativa	R\$ 732.000,00
TOTAL	R\$ 732.000,00

IV - CLASSIFICAÇÃO SEGUNDO A NATUREZA

DESPESAS CORRENTES	R\$ 717.000,00
3.1.00.00.00.00 - Despesas de Pessoal	R\$ 584.000,00
3.3.00.00.00.00 - Outras Despesas Correntes	R\$ 168.600,00
DESPESAS DE CAPITAL	R\$ 15.000,00
4.4.00.00.00.00 - Investimentos	R\$ 15.000,00
TOTAL	R\$ 732.000,00

Art. 7º Os recursos da Reserva de Contingência são destinados ao atendimento dos passivos contingentes, intempéries, outros riscos e eventos fiscais imprevistos, conforme abaixo:

PREFEITURA MUNICIPAL DE SCHROEDER	
99 - Reserva de Contingência.	R\$ 30.000,00

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	
99 - Reserva de Contingência	R\$ 10.000,00

FUNDO MUNICIPAL DA ASSISTÊNCIA SOCIAL	
99 - Reserva de Contingência	R\$ 5.000,00

FUNDO MUNICIPAL DA INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA

99 - Reserva de Contingência R\$ 5.000,00

§1º A utilização do recurso de Reserva de Contingência será feita por ato do Chefe do Poder Executivo Municipal, conforme a necessidade especificada neste artigo.

Art. 8º O Executivo está autorizado nos termos do Art.7º da Lei Federal nº4320/64, a abrir créditos adicionais suplementares, até o limite de 50% (cinquenta por cento) da Receita estimada para o orçamento de cada uma das unidades gestoras, utilizando como fonte de recursos:

I - A anulação de saldos de dotações orçamentárias desde que não comprometidas.

II - O Superávit Financeiro do Exercício anterior.

III - O Excesso ou provável Excesso de Arrecadação Observada a tendência do exercício.

Art. 9º Os recursos oriundos de convênios não previstos no orçamento, ou o seu excesso, poderão ser utilizados como fontes de recursos para a abertura de créditos adicionais suplementares de projetos, atividades ou operações especiais por ato do Chefe do Poder Executivo Municipal.

Art. 10. Fica o executivo municipal autorizado a remanejar através de Decreto dotações de um elemento de despesa para outro, dentro de cada projeto, atividade, ou operações especiais.

Art. 11. Durante o exercício de 2011, o Executivo Municipal poderá realizar Operações de Crédito para financiamento dos programas priorizados nesta lei, observados os limites de capacidade de endividamento do Município, de conformidade com as exigências fixadas pelo Banco Central do Brasil, com autorização do Poder Legislativo.

Art. 12. Fica o Executivo Municipal autorizado a firmar convênios com os governos Federal, Estadual e municipal, diretamente ou através de seus órgãos da administração direta ou indireta.

Art. 13. Comprovado o interesse público municipal e mediante convênio, acordo ou ajuste, o Executivo Municipal poderá assumir custeio de competência de outros entes da Federação.

Art. 14. Esta Lei entra em vigor a partir de 1º de janeiro de 2011, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº1.669/2008, de 17/6/2008.

Schroeder (SC), 9 de novembro de 2010.

FELIPE VOIGT

Prefeito Municipal

Registrada e publicada na mesma data.
ROSANGELA CRISTINA MIRANDA MOTTA
Chefe de Gabinete

Lei Nº1.820/2010

LEI Nº1.820/2010

ALTERA E CONSOLIDA A LEI MUNICIPAL N.º 1.078/1997, QUE CRIA O CONSELHO MUNICIPAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR - COMAE, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

FELIPE VOIGT, Prefeito Municipal do Município de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições estatuídas na Constituição da República Federativa do Brasil, bem como na Lei Orgânica do Município, faz saber a todos os munícipes que a

Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a presente LEI:

Art. 1º Fica alterado e consolidado o Conselho Municipal de Alimentação Escolar - COMAE, órgão deliberativo, fiscalizador e de assessoramento, de caráter permanente e âmbito municipal, voltado à atuação nas questões referentes ao programa de alimentação escolar.

Art. 2º Compete ao COMAE, com relação à sua função precípua:

I - acompanhar e fiscalizar o cumprimento do disposto na Lei n.º 11.947, de 16 de junho de 2009, que dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar aos alunos da educação básica, dentre outras determinações;

II - acompanhar e fiscalizar a aplicação dos recursos destinados à alimentação escolar;

III - zelar pela qualidade dos alimentos, em especial quanto às condições higiênicas, bem como à aceitabilidade dos cardápios oferecidos; e

IV - receber o Relatório Anual de Gestão do Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE e emitir parecer conclusivo acerca da aprovação ou não da execução do Programa.

Art. 3º Compete, ainda, ao COMAE:

I - Elaborar seu Regimento Interno;

II - Participar, a título sugestivo, da elaboração dos cardápios do PNAE em âmbito municipal, respeitando os hábitos alimentares da localidade, sua vocação agrícola e a preferência pelos produtos in natura;

III - Promover a integração de instituições, agentes da comunidade e órgãos públicos, a fim de auxiliar a equipe da Administração Pública responsável pela execução do PNAE, quanto ao planejamento, acompanhamento, controle e avaliação da prestação dos serviços de merenda escolar;

IV - Realizar estudos e pesquisas de impacto da merenda escolar, dentre outros de interesse do PNAE;

V - Apreciar e votar, em sessão aberta ao público, com a participação de, no mínimo, 2/3 (dois terços) dos conselheiros titulares o Plano de Ação da Administração Pública sobre a gestão do PNAE, no início do ano letivo, e a prestação de contas anual a ser apresentada ao Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE;

VI - comunicar ao FNDE, aos Tribunais de Contas, à Controladoria-Geral da União, ao Ministério Público e aos demais órgãos de controle qualquer irregularidade identificada na execução do PNAE, inclusive em relação ao apoio para funcionamento do CAE, sob pena de responsabilidade solidária de seus membros;

VII - Divulgar a atuação do COMAE como mecanismo de controle social e de apoio à gestão municipalizada do PNAE;

VIII - fornecer informações e apresentar relatórios acerca do acompanhamento da execução do PNAE, sempre que solicitado.

Art. 4º O COMAE terá a seguinte composição:

I - Um representante indicado pelo Poder Executivo Municipal;

II - Dois representantes indicados dentre as entidades docentes, discentes ou trabalhadores na área de educação, indicados pelo respectivo órgão de classe, a serem escolhidos por meio de assembléia específica, registrada em ata, sendo que um deles deverá ser representado pelos docentes e, ainda, os discentes só poderão ser indicados e eleitos quando forem maiores de 18 anos ou emancipados nos termos da legislação civil;

III - dois representantes de pais de alunos, indicados pelos Conselhos Escolares, Associações de Pais e Mestres ou entidades similares, escolhidos por meio de assembléia específica para tal fim, registrada em ata; e

IV - dois representantes indicados por entidades civis organizadas, escolhidos em assembléia específica para tal fim, registrada em ata.

§1º Cada membro titular do CAE terá um suplente do mesmo segmento representado, com exceção aos membros titulares do inciso II deste artigo, os quais poderão ter como suplentes qualquer um dos segmentos citados no referido inciso.

§2º Os representantes do Poder Executivo serão de livre nomeação do Prefeito Municipal.

§3º Os membros terão mandato de 4 (quatro) anos, podendo ser reconduzidos de acordo com a indicação dos seus respectivos segmentos.

§4º Em caso de não existência de órgãos de classe, conforme estabelecido no inciso II deste artigo, deverão os docentes, discentes ou trabalhadores na área de educação realizar reunião, convocada especificamente para esse fim e devidamente registrada em ata.

§5º Fica vedada a indicação do Ordenador de Despesas das Entidades Executoras para compor o COMAE.

§6º O exercício do mandato de conselheiro do COMAE é considerado serviço público relevante e não será remunerado.

§7º A nomeação dos membros do COMAE deverá ser feita por portaria, de acordo com a Lei Orgânica do Município, observadas as disposições previstas neste artigo, obrigando-se o Poder Executivo a acatar todas as indicações dos segmentos representados.

§8º. Para eleição do Presidente e Vice-Presidente do COMAE, deverão ser observados os seguintes critérios:

I - o COMAE terá 1 (um) Presidente e 1 (um) Vice-Presidente, eleitos entre os membros titulares, por, no mínimo, 2/3 (dois terços) dos conselheiros titulares, em sessão plenária especialmente voltada para este fim, com o mandato coincidente com o do Conselho, podendo ser reeleitos uma única vez;

II - o Presidente e/ou o Vice-Presidente poderá(ão) ser destituído(s), em conformidade ao disposto no Regimento Interno do COMAE, sendo imediatamente eleito(s) outro(s) membro(s) para completar o período restante do respectivo mandato;

III - a escolha do Presidente e do Vice-Presidente somente deverá recair entre os representantes previstos nos incisos II, III e IV, deste artigo.

§9º Após a nomeação dos membros do COMAE, as substituições dar-se-ão somente nos seguintes casos:

I - mediante renúncia expressa do conselheiro;

II - por deliberação do segmento representado;

III - pelo não comparecimento às sessões do COMAE, observada a presença mínima estabelecida no Regimento Interno;

IV - pelo descumprimento das disposições previstas no Regimento Interno do COMAE, desde que aprovada em reunião convocada para discutir esta pauta específica.

§10. Nas hipóteses previstas no parágrafo anterior, a cópia do correspondente termo de renúncia ou da ata da sessão plenária do COMAE ou ainda da reunião do segmento, em que se deliberou pela substituição do membro, deverá ser encaminhada ao FNDE pelo Poder Executivo Municipal.

§11. Nas situações previstas no §9º, o segmento representado indicará novo membro para preenchimento do cargo, mantida a exigência de nomeação por decreto ou portaria emanado do Poder Executivo, conforme incisos I, II, III e IV deste artigo.

§12. No caso de substituição de conselheiro do COMAE, na forma do §10, o período do seu mandato será para completar o tempo

restante daquele que foi substituído.

Art. 5º O COMAE reunir-se-á uma vez por mês, ordinariamente, e extraordinariamente, sempre que necessário, na forma que dispuser seu Regimento Interno.

§1º Todas as reuniões serão públicas e precedidas de ampla divulgação à comunidade.

§2º As resoluções do COMAE serão objeto de ampla divulgação, especialmente no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC, órgão oficial de divulgação dos atos do Município.

Art. 6º O Regimento Interno do COMAE será elaborado e aprovado por seus membros, no prazo de 60 (sessenta) dias, a contar da vigência dessa Lei, contendo, no mínimo, o seguinte:

I - Determinação das modalidades de reunião, forma e prazos de convocação, periodicidade, quórum para instalação da reunião e para votação das matérias inerentes ao COMAE;

II - Procedimentos a serem adotados nas sessões e votações;

III - Forma de exercício e atribuições da Presidência e Vice-Presidência do COMAE, bem como de seus órgãos componentes.

Art. 7º Esta Lei entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Art.2º, da Lei nº 1.669/2008, de 17/06/2008.

Art. 8º Revogam-se as disposições em contrário, em especial as constantes da Lei Municipal n.º 1.078/97, de 2 de setembro de 1997, e da Lei Municipal n.º 1.239/01, de 2 de maio de 2001.

Schroeder (SC), 9 de novembro de 2010.

FELIPE VOIGT

Prefeito Municipal

Registrada e publicada na mesma data.

ROSANGELA CRISTINA MIRANDA MOTTA

Chefe de Gabinete

Portaria No3.736/2010, de 9 de novembro de 2010

PORTARIA No3.736/2010, de 9 de novembro de 2010

REESTRUTURA O CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE SCHROEDER.

FELIPE VOIGT, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal, de 05 de abril de 1990 e na Lei Municipal no1.578/2007, de 15 de maio de 2007,

R E S O L V E :

Art. 1º Nomear os membros, abaixo relacionados para comporem o Conselho Municipal de Assistência Social de Schroeder, a saber:

I - REPRESENTANTES DE ÓRGÃOS GOVERNAMENTAIS:

a) Representantes da Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social:

- Rosemari Taborda Weidauer - Titular

- Daiane Regina Azevedo Wolf - Suplente

b) Representantes da Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer:

- Maria Alvacir Schmoller Konell - Titular

- Leonilda Decker Jarschel - Suplente

c) Representantes da Secretaria Municipal de Planejamento,

Gestão e Finanças:

- José Luiz Sacoman - Titular
- Ana Cristina Fischer Massimino - Suplente

II - REPRESENTANTES DA SOCIEDADE CIVIL:**a) Representantes de Prestadores de Serviços de Assistência Social:**

- Reinaldo Walkinir - Titular - Comunidade Evangélica Luterana Cristo
- Tânia Mara Jahn Lange - Suplente - Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil

b) Representantes de Trabalhadores da Assistência Social:

- Nildo Daniel Bauer - Titular - Associação de Moradores Vila Paraíso
- Friedalina Köpp - Suplente - Entidade Amiga Solidária

c) Representantes de Usuários da Assistência Social:

- Delcio Klossoski - Titular - Associação de Moradores de Schroeder I
- Irio Eichtaedt - Suplente - APP Escola Municipal Professora Kis-mara Lislei Walkinir Moreira e Jardim de Infância Chapeuzinho Vermelho

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº 1.669/2008, de 17/06/2008.

Registre-se. Publique-se. Comunique-se. Cumpra-se.

Schroeder (SC), 9 de novembro de 2010.

FELIPE VOIGT

Prefeito Municipal

Registrada e publicada na mesma data.

ROSANGELA CRISTINA MIRANDA MOTTA

Chefe de Gabinete

Portaria Nº. 3.731/2010, de 04 de novembro de 2010.

PORTARIA Nº. 3.731/2010, de 04 de novembro de 2010.

FELIPE VOIGT, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal, de 05 de abril de 1990,

Considerando o disposto no artigo 2º, I, da Lei Municipal nº. 1.690/2008, que autoriza a contratação de profissionais em caráter temporário para suprir a necessidade de excepcional interesse público;

Considerando o término do contrato temporário de profissionais do magistério Municipal, bem como demissões de profissionais desse quadro, no interregno do ano letivo de 2010;

Considerando que o Município promoveu, durante o ano de 2010, tanto Concurso Público quanto processos seletivos simplificado para a contratação de professores, e que não logrou êxito em contratar profissionais necessários para o atendimento das demandas sociais instaladas;

Considerando o Decreto nº. 2.155/2010, de 30/09/2010 que autoriza a contratação emergencial para atender a necessidade de especial interesse público, na Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Lazer no município de Schroeder;

Considerando que a Constituição da República Federativa do Brasil inscreve, em seu Art. 6º, a educação como um direito social

pétreo e inalienável;

RESOLVE:

Art. 1º ADMITIR, a Sra. Rosélia Alves Lisboa Madalena Gonzaga para exercer o cargo de Professor C (Ensino Fundamental), percebendo o nível salarial nº. 005 - Magistério (Nível 157), com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, por necessidade de atendimento aos serviços essenciais deste Município conforme Lei Municipal nº. 1.690/08, de 28/10/2008, Decreto nº. 2.155/2010, de 30/09/2010 e contrato assinado entre as partes, a partir desta data.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº 1.669/2008, de 17/06/2008.

Registre-se. Publique-se. Comunique-se. Cumpra-se.

Schroeder (SC), 04 de novembro de 2010.

FELIPE VOIGT

Prefeito Municipal

HARILDO KONELL

Secretário de Educação, Cultura, Esporte e Lazer

Registrada e publicada na mesma data.

ROSANGELA CRISTINA MIRANDA MOTTA

Chefe de Gabinete

Portaria Nº. 3.731/2010, de 04 de novembro de 2010.

PORTARIA Nº. 3.731/2010, de 04 de novembro de 2010.

FELIPE VOIGT, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal, de 05 de abril de 1990,

Considerando o disposto no artigo 2º, I, da Lei Municipal nº. 1.690/2008, que autoriza a contratação de profissionais em caráter temporário para suprir a necessidade de excepcional interesse público;

Considerando o término do contrato temporário de profissionais do magistério Municipal, bem como demissões de profissionais desse quadro, no interregno do ano letivo de 2010;

Considerando que o Município promoveu, durante o ano de 2010, tanto Concurso Público quanto processos seletivos simplificado para a contratação de professores, e que não logrou êxito em contratar profissionais necessários para o atendimento das demandas sociais instaladas;

Considerando o Decreto nº. 2.155/2010, de 30/09/2010 que autoriza a contratação emergencial para atender a necessidade de especial interesse público, na Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Lazer no município de Schroeder;

Considerando que a Constituição da República Federativa do Brasil inscreve, em seu Art. 6º, a educação como um direito social pétreo e inalienável;

RESOLVE:

Art. 1º ADMITIR, a Sra. Rosélia Alves Lisboa Madalena Gonzaga para exercer o cargo de Professor C (Ensino Fundamental), percebendo o nível salarial nº. 005 - Magistério (Nível 157), com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, por necessidade de atendimento aos serviços essenciais deste Município conforme Lei Municipal nº. 1.690/08, de 28/10/2008, Decreto nº. 2.155/2010, de 30/09/2010 e contrato assinado entre as partes, a partir desta data.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº 1.669/2008, de 17/06/2008.

Registre-se. Publique-se. Comunique-se. Cumpra-se.

Schroeder (SC), 04 de novembro de 2010.

FELIPE VOIGT	HARILDO KONELL
Prefeito Municipal	Secretário de Educação, Cultura, Esporte e Lazer

Registrada e publicada na mesma data.
ROSANGELA CRISTINA MIRANDA MOTTA
Chefe de Gabinete

Portaria Nº. 3.733/2010, de 05 de novembro de 2010.

PORTARIA Nº. 3.733/2010, de 05 de novembro de 2010.

FELIPE VOIGT, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal, de 05 de abril de 1990,

Considerando que o Poder Executivo Municipal promoveu Concurso Público para provimento de vagas na Administração Geral do Município, e que todos os candidatos aprovados no respectivo concurso já foram convocados e empossados;

Considerando que mesmo com a convocação e posse de todos os aprovados no Concurso Público nº. 001/2009, ainda restam vagas a serem preenchidas no quadro da Administração Geral do Município, em virtude do elevado número de demissões de profissionais desse quadro, até o presente momento;

Considerando a realização do Processo Seletivo nº. 001/2010/SECEL/PMS, destinado ao provimento dos cargos vagos na estrutura da Administrativa Pública Municipal, entre eles, o de Professor, bem como o Decreto Municipal nº. 2.124/2010, de 02 de julho de 2010, que homologa a lista dos classificados no referido Processo Seletivo;

RESOLVE:

Art. 1º ADMITIR, a Sra. Irani Godinho da Rocha, para exercer o cargo de Professor C (Ensino Fundamentais-Séries Finais), percebendo o nível salarial nº. 005 - Magistério (Nível 157), com carga horária de 30 (trinta) horas semanais, em virtude de sua aprovação no Processo Seletivo nº. 001/2010 - SECEL/PMS, a partir desta data.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº 1.669/2008, de 17/06/2008.

Registre-se. Publique-se. Comunique-se. Cumpra-se.

Schroeder (SC), 05 de novembro de 2010.

FELIPE VOIGT	HARILDO KONELL
Prefeito Municipal	Secretário de Educação, Cultura, Esportes e Lazer

Registrada e publicada na mesma data.
ROSANGELA CRISTINA MIRANDA MOTTA
Chefe de Gabinete

Portaria Nº. 3.734/2010, de 08 de novembro de 2010.

PORTARIA Nº. 3.734/2010, de 08 de novembro de 2010.

FELIPE VOIGT, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal, de 05 de abril de 1990,

RESOLVE:

Art. 1º NOMEAR a senhora Jéssica Taiane Walz, para exercer o cargo comissionado de Diretora de Recursos Humanos, percebendo o nível salarial nº. 002 - Comissionados (Nível 179), com a carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, a partir desta data.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº. 1.669/2008, de 17/06/2008.

Registre-se. Publique-se. Comunique-se. Cumpra-se.

Schroeder (SC), 08 de Novembro de 2010.

FELIPE VOIGT
Prefeito Municipal

Registrada e publicada na mesma data.
ROSANGELA CRISTINA MIRANDA MOTTA
Chefe de Gabinete

Portaria Nº. 3.735/2010, de 08 de novembro de 2010.

PORTARIA Nº. 3.735/2010, de 08 de novembro de 2010.

FELIPE VOIGT, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal, de 05 de abril de 1990,

Considerando o disposto no artigo 2º, I, da Lei Municipal nº. 1.690/2008, que autoriza a contratação de profissionais em caráter temporário para suprir a necessidade de excepcional interesse público;

Considerando o término do contrato temporário de profissionais do magistério Municipal, bem como demissões de profissionais desse quadro, no interregno do ano letivo de 2010;

Considerando que o Município promoveu, durante o ano de 2010, tanto Concurso Público quanto processos seletivos simplificado para a contratação de professores, e que não logrou êxito em contratar profissionais necessários para o atendimento das demandas sociais instaladas;

Considerando o Decreto nº. 2.168/2010, de 29/10/2010 que autoriza a contratação emergencial para atender a necessidade de especial interesse público, na Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Lazer no município de Schroeder;

Considerando que a Constituição da República Federativa do Brasil inscreve, em seu Art. 6º, a educação como um direito social pétreo e inalienável;

RESOLVE:

Art. 1º ADMITIR, a Sra. Joice Lenhardt Rosa para exercer o cargo de Professor C (Ensino Fundamental), percebendo o nível salarial nº. 005 - Magistério (Nível 157), com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, por necessidade de atendimento aos serviços essenciais deste Município conforme Lei Municipal nº. 1.690/08, de 28/10/2008, Decreto nº. 2.168/2010, de 19/10/2010 e contrato assinado entre as partes, a partir desta data.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos

do Art. 2º, da Lei nº. 1.669/2008, de 17/06/2008.

Registre-se. Publique-se. Comunique-se. Cumpra-se.

Schroeder (SC), 08 de novembro de 2010.

FELIPE VOIGT HARILDO KONELL
Prefeito Municipal Secretário de Educação, Cultura,
Esporte e Lazer

Registrada e publicada na mesma data.

ROSANGELA CRISTINA MIRANDA MOTTA
Chefe de Gabinete

Portaria Nº. 3.737/2010, de 10 de novembro de 2010.

PORTARIA Nº. 3.737/2010, de 10 de novembro de 2010.

FELIPE VOIGT, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal, de 05 de abril de 1990,

RESOLVE:

Art. 1º EXTINGUIR o contrato de trabalho por prazo determinado da funcionária Sra. Ivanete Barbosa, a partir desta data, em virtude de seu vencimento.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº. 1.669/2008, de 17/06/2008.

Registre-se. Publique-se. Comunique-se. Cumpra-se.

Schroeder (SC), 10 de novembro de 2010.

FELIPE VOIGT HARILDO KONELL
Prefeito Municipal Secretário da Educação, Cultura,
Esporte e Lazer.

Registrada e publicada na mesma data.

ROSANGELA CRISTINA MIRANDA MOTTA
Chefe de Gabinete

Extrato de Contrato Registro de Preço Nº. 229/2010-PMS

Extrato de Contrato Registro de Preço nº. 229/2010-PMS

Processo de licitação nº. 164/2010 - PMS

Modalidade Pregão Presencial Registro de Preço nº. 85/2010 – PMS

Contratante: MUNICÍPIO DE SCHROEDER, inscrito no CNPJ sob o nº. 83.102.491/0001-09, com pago municipal na Rua Marechal Castelo Branco, nº. 3201, no Município de Schroeder/SC.

Contratada: MAXIMA PAPELARIA LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº. 85.260.164/0001-00, estabelecida na Rua Adolfo Konder, nº. 279, Caramate, na Cidade de Rio Negrinho, Estado de Santa Catarina, CEP: 89295-000.

Objeto: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para aquisição de material de expediente para suprir as necessidades da Secretaria de Planejamento Gestão e Finanças; Secretaria de Obras e Serviços Urbanos; Secretaria de Agricultura, Indústria, Comércio e Turismo; Secretaria de Saneamento e Gestão Ambiental; Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Lazer e Secretaria de Saúde e Assistência Social da Prefeitura Municipal de Schroeder/SC, ao longo de 12 meses, conforme especificações no ANEXO X – Termo de Referência que faz parte integrante do instrumento convocatório, conforme consta na proposta vencedora que faz parte integrante deste Contrato, como se transcrito fosse.

ITEM	DESCRIÇÃO	QTDE. TOTAL	UNID.	QTDE. OUTRAS SECRETARIAS	QTDE. FUNDO SAÚDE	QTDE. FUNDO ASSISTÊNCIA SOCIAL	QTDE. EDUCAÇÃO	VALOR R\$ UNITÁRIO	VALOR R\$ TOTAL
01	Agenda com visão semanal e mensal, 76 folhas, tamanho 200x275mm, capa e contra capa com papelão 772g/m² e revestido por coberxil, folhas internas papel off-set 63g/m² - modelo 2011 cores diversificadas.	12	Unidade	-	-	12	-	24,40	292,80
02	AGENDA TELEFÔNICA COMERCIAL COM ESPIRAL, FORMATO 148X210 MM, 80 FOLHAS CAPA/CONTRACAPA EM PAPELÃO 697 G/M², REVESTIDO POR PAPEL COUCHÉ 120 G/M² E FOLHAS INTERNAS DE PAPEL OFF-SET 120 G/M²	10	Unidade	10	-	-	-	17,80	178,00
03	Alfinete para mapas.- caixa com 50 peças	05	Caixa	-	-	05	-	3,20	16,00
04	Almofada para carimbo. material almofada: esponja absorvente revestida de tecido nas cores preto ou azul. O tamanho da caixa plástica externa deve ser de no mínimo 9,0 x 12 cm. Caixa deve conter tampa. Cor da almofada azul ou preto.	48	Unidade	08	-	03	40	5,70	273,60
05	Apagador de quadro negro - medidas 15 x 4,50 x 25 cm, em madeira com feltro de alta resistência	80	Unidade	-	-	-	80	2,19	175,20

06	Apagador para quadro branco - medidas 15 x 4,50 x 25 cm, em plástico com feltro de alta resistência.	03	Unidade	-	-	03	-	6,70	20,10
07	Apontador de lápis em plástico com reservatório.	519	Unidade	14	-	05	500	1,00	519,00
08	Apontador de lápis em plástico sem depósito	200	Unidade	-	100	-	100	0,72	144,00
11	Binder clips com 2 cm de largura - pequeno	150	Unidade	50	-	-	100	0,67	100,50
12	Binder clips com 3 cm de largura - medio	124	Unidade	24	-	-	100	0,60	74,40
13	Binder clips com 5 cm de largura - grande	112	Unidade	12	-	-	100	1,46	163,52
14	Bloco de recibo comercial com canhoto - 50 folhas	10	Unidade	-	-	-	10	0,88	8,80
15	Bloco para recado auto-adesivo - 50 folhas cada, com cores sortidas, largura 76mm, comprimento 76mm, tipo removível.	210	Unidade	80	80	20	50	2,64	554,40
16	Bobina para máquina de calcular, material papel monolúcido, gramatura 75g, cor branca, largura 57 mm x 30 m - caixa 30 unidades.	06	Caixa	01	-	-	05	23,00	138,00
17	Bobina para máquina de calcular, material papel monolúcido, gramatura 75g, cor branca, largura 60 mm x 30 m - caixa 30 unidades.	06	Caixa	01	-	-	05	26,40	158,40
18	Borracha branca com capa colorida - Tamanho mínimo 43x20x10 mm	676	Unidade	16	150	10	500	0,80	540,80
19	Borracha branca nº 40	400	Unidade	-	-	-	400	0,30	120,00
20	Caderno de Caligrafia, brochura medidas mínimas de 20,2 x 14,8 cm - 48 páginas	400	Unidade	-	-	-	400	0,92	368,00
21	Caderno pequeno brochura 1/4 com 48 folhas tm- 23cm de lat x 14cm de largura	100	Unidade	-	100	-	-	0,88	88,00
22	Caderno pequeno espiral flexível 1/4 0,14 x 0,20,2cm c/ 96 folhas	50	Unidade	-	50	-	-	1,76	88,00
23	Caderno Protocolo / Correspondência capa dura, formato 154x216 mm, com no mínimo 100 folhas.	05	Unidade	05	-	-	-	5,21	26,05
24	Caderno universitário 01 matéria espiral com 200 folhas, capa simples	40	Unidade	-	40	-	-	11,00	440,00
25	Caderno universitário 01 matéria espiral com 96 folhas, capa simples	190	Unidade	-	40	-	150	4,03	765,70
26	Caderno universitário capa dura com 200 folhas - 10 matérias, com espiral, com folhas serrilhadas e capas sortidas. Folhas internas de 56 g/m².	155	Unidade	05	-	-	150	7,39	1.145,45
27	Caixa de papelão para arquivo morto 19x22x30cm	110	Unidade	-	110	-	-	1,55	170,50
28	Caixa de papelão para arquivo morto pequena - 340 x 130 x 245 - ofício	100	Unidade	-	-	-	100	1,56	156,00
29	Caixa para arquivo morto de papelão de espessura mínima de 2mm. As medidas da caixa quando montada devem ser de: 30 cm de altura, 18 cm de largura, 43 cm de comprimento. Com furos de no mínimo 2 cm de diametro nas laterais e na tampa da caixa.	370	Unidade	265	-	05	100	2,50	925,00
30	Caixa tripla para correspondência fixa, material acrílico, cor incolor, medidas mínimas 370x255x210 mm.	26	Unidade	11	-	05	10	41,38	1.075,88
32	Calendário Risque-Rabisque permanente, tamanho grande, 12 folhas - ano 2011	01	Unidade	-	-	01	-	13,00	13,00

35	Caneta hidrocor de ponta fina - atóxica - lavável (caixa com 12 cores)	400	Caixa	-	-	-	400	4,02	1.608,00
36	Caneta marca-texto, material plástico, tipo fluorescente, ponta chanfrada 4mm, cor amarela (caixa com 12)	42	Caixa	02	13	02	25	1,31	55,02
37	Caneta para quadro branco diversas cores	412	Unidade	-	-	12	400	4,00	1.648,00
38	Caneta para transparência ponta fina - diversas cores	105	Unidade	05	-	-	100	3,29	345,45
39	Caneta para transparencia ponta grossa, diversas cores. -unid	350	Unidade	-	150	-	200	2,14	749,00
41	Cartolina branca e diversas cores no tamanho 48x60cm na gramatura de 140g/m²	1260	Unidade	-	60	-	1.200	0,40	504,00
42	Cartolina dupla face - diversas cores - medidas minimas 0,60 x 0,48 cm 140 g/m²	650	Unidade	-	50	-	600	0,55	357,50
43	Cd gravável c/ capa plástica.	360	Unidade	60	-	-	300	2,00	720,00
44	Cd regravável c/ capa plástica.	440	Unidade	70	50	20	300	3,78	1.663,20
45	Clipes metálico nº 0/0 500 gramas	13	Caixa	-	08	05	-	6,73	87,49
46	Clips nº 1/0 – caixa com 500 gramas	80	Caixa	-	-	-	80	6,15	492,00
47	Clips nº 2/0 - Caixa com 500 gramas	110	Caixa	15	10	05	80	6,71	738,10
48	Clips nº 3/0 - Caixa com 500 gramas	108	Caixa	20	08	-	80	6,71	724,68
49	Clips nº 4/0 - Caixa com 500 gramas	72	Caixa	07	-	05	60	6,71	483,12
50	Clips nº 8/0 – caixa com 500 gramas	63	Caixa	05	08	-	50	6,71	422,73
51	Cola branca lavável não tóxica 90g	150	Unidade	-	70	80	-	1,18	177,00
52	Cola em bastão 8g	60	Unidade	-	60	15	100	1,13	67,80
53	Cola em bastão de 20 g	20	Unidade	20	-	-	-	2,64	52,80
54	Contra capa em polipropileno opaco para encadernação cor preta - tamanho A4 - pacote com 100 unidades	250	Pacote	50	-	-	200	38,18	9.545,00
55	Corretivo líquido a base D'água 18ml	150	Unidade	-	40	10	100	1,15	172,50
56	Disquetes para computador – caixa com 10 unidades.	18	Caixa	18	-	-	-	7,70	138,60
57	Duplex - várias cores medidas de 48 cm x 66 cm	1000	Unidade	-	-	-	1.000	0,63	630,00
58	DVD RW com capa	10	Unidade	-	-	10	-	4,49	44,90
59	DVD-R com 4.7 GB/120 minutos - velocidade de gravação de 1x - 4x	700	Unidade	-	-	-	700	2,15	1.505,00
60	Elástico amarelo nº 18 com 500 g.	9	Pacote	01	-	03	05	10,78	97,02
61	Emborrachado EVA – diversas cores medidas de 450x600 mm e gramatura de 02 mm	1.000	Unidade	-	-	-	1.000	1,70	1.700,00
62	Envelope Pardo – medidas 22 x 13 cm	800	Unidade	-	-	-	800	0,30	240,00
63	Envelope Pardo – medidas 23 x 16 cm	10800	Unidade	-	10.000	-	800	0,12	1.296,00
64	Envelope Pardo – medidas 35 x 26 cm	2000	Unidade	-	-	400	1.600	0,20	400,00
66	Espiral para encadernação tamanho 9 mm pacote c/ 100 unidades - preto	150	Pacote	50	-	-	100	5,93	889,50
67	Estilete Grande lamina 18 mm, auto bloqueio, lamina grossa, reserva de 02 laminas e quebra laminas integrado	215	Unidade	10	-	05	200	1,33	285,95
68	EXTRATOR DE GRAMPO ESPÁTULA EM AÇO CROMADO	35	Unidade	20	-	15	-	1,25	43,75
69	Fita adesiva Craft – características mínimas: Fita Tam. 25 mm X 50 m com 50 g/m², - QUALIDADE SUPERIOR.	405	Rolo	05	-	-	400	9,88	4.001,40
70	Fita adesiva pequena, de filme de acetato de celulose com adesivo a base de acrílico – tamanho 12mm x 30m	435	Rolo	10	20	05	400	0,75	326,25
71	FITA ADESIVA TRANSPARENTE EM PVC 25 MMx 50M	15	Rolo	15	-	-	-	1,97	29,55
72	Fita crepe 19mm x 50m	20	Rolo	-	20	-	-	2,53	50,60
73	Fita crepe 38mm x 50m	20	Rolo	-	20	-	-	4,88	97,60
74	Fita crepe 45mm x 50mm, cor branca	15	Rolo	-	-	15	-	9,45	141,75
75	Fita dupla face 12mm x 30m	2	Rolo	-	-	02	-	3,67	7,34

76	Fita dupla face 18mm x 30m	2	Rolo	-	-	02	-	5,63	11,26
77	Folha adesiva tamanho A4	925	Unidade	100	-	125	700	0,68	629,00
78	Folha de isopor espessura 5 cm medidas mínimas 0,70 x 0,40 cm	40	Unidade	-	-	-	40	5,22	208,80
79	Folha de isopor medidas mínimas 0,70 x 0,40 cm - espessura 2 cm	40	Unidade	-	-	-	40	2,80	112,00
80	Giz de cera curto (grosso) – formato redondo - cx. C/ 15 unidades	300	Caixa	-	-	-	300	2,11	633,00
81	Grampeador para grampos 26/6 – estrutura metálica preto, para até 25 folhas.	105	Unidade	20	20	05	60	9,65	1.013,25
82	Grampeador, tratamento superficial pintado, material metal, tipo profissional de grande porte, capacidade 25 a 100 em aplicação folhas, tamanho grampo 23/6, 23/8, 23/10, e 23/13, cor preta, comprimento 28 cm, largura 6,50cm, altura 18,50, características adicionais de mesa/profundidade grampeado ajustável até 69 mm.	01	Unidade	-	-	01	-	83,00	83,00
83	Grampo para grampeador nº23/10 caixa com 5 000 unidades	05	Caixa	-	-	05	-	13,20	66,00
84	Grampo para grampeador rocama galvanizado 106/8 - caixa de 255 gramas	05	Caixa	-	-	-	05	8,80	44,00
85	Grampo para grampeador, galvanizado, tamanho 26/6. Caixa com 5.000 unidades	75	Caixa	20	15	10	30	3,30	247,50
86	Grampo Trilho para arquivamento - Caixa com 50 unidades - em Aço, com vincos de reforços para impedir deformações. Com cantos arredondados.	20	Caixa	20	-	-	-	9,99	199,80
87	Imã para mural	30	Unidade	-	-	30	-	0,89	26,70
88	Lápis de cor - mínimo 17 cm (grande), não tóxico - caixa com 12 peças de diversas cores	200	Caixa	-	-	-	200	5,76	1.152,00
89	Lápis grafite 6B preto, - 6B, madeira de alta qualidade, formato sextavado e mina centralizada	500	Unidade	-	-	-	500	0,66	330,00
90	Lápis grafite nº2 , madeira de alta qualidade sextavada, com pintura verde emborrachada , mina centralizada.	2.450	Unidade	20	400	30	2.000	0,55	1.347,50
91	Lápis grafite nº2 preto - com borracha macia, madeira de alta qualidade, formato sextavado e mina centralizada	500	Unidade	-	-	-	500	0,70	350,00
92	Lapiseira, material baquelite, carga de grafite 0.7, características adicionais prendedor e ponteira de metal, com borracha na tampa.	20	Unidade	40	20	-	-	7,48	149,60
93	Livro ata sem margem, capa dura, pautado, na cor preta, 100 folhas, dimensões de 320x220 mm	20	Unidade	-	-	-	20	9,10	182,00
94	Massinha do modelar – 12 cores – 180gr, baixa oleosidade	200	Caixa	-	-	-	200	3,38	676,00
95	Matriz a álcool – medidas de 220x340 mm, cx com 100 unidades	05	Caixa	-	-	-	05	41,00	205,00
96	Mural de metal - medidas mínimas de 1,00 x 0,50 - p/ recados	08	Unidade	-	-	-	08	55,80	446,40
98	Papel almaço com pauta e margem, gramatura de 60g/m2 - medidas 330x220mm	1.000	Unidade	-	-	-	1.000	0,09	90,00
99	Papel almaço sem pauta, gramatura de 60g/m2 - medidas 330x220mm	500	Unidade	-	-	-	500	0,08	40,00
100	Papel Craft – cor marrom – gramatura 80g/m2 - metro	500	Metro	-	-	-	500	0,92	460,00
101	Papel crepon - medidas de 0,48m x 02mdiversas cores	400	Unidade	-	-	-	400	0,55	220,00

102	Papel ofício – 75 g/m ² - caixa com 5.000 folhas	05	Caixa	-	-	-	05	138,00	690,00
103	Papel Presente – Várias estampas medidas de 50 cm x 70 cm	200	Unidade	-	-	-	200	0,57	114,00
104	Papel Sulfite Colorido tamanho A4 – com 100 folhas – 75g/m ²	160	Pacote	100	20	-	40	3,80	608,00
105	Papel térmico para fax medidas 215mm x 30m.	120	Unidade	60	40	10	10	4,80	576,00
107	Papel Vergê – diversas cores – gramatura 80 - medidas mínimas de 297 x 210 mm - pct com 100 folhas.	14	Pacote	10	-	-	04	5,94	83,16
108	Pasta AZ grande - lombo alto, no tamanho 29cm de altura x 23cm de largura	20	Unidade	-	05	15	-	6,85	137,00
109	Pasta AZ pequeno	05	Unidade	-	05	-	-	4,18	20,90
111	Pasta contrato em papel plastificado 180 g/m ² para grampear documentos, com duas orelhas, medindo 235x322 mm na cor branca	200	Unidade	-	-	-	200	1,08	216,00
112	Pasta dobrada em polipropileno com grampo trilho plástico diversas cores, 340x235 mm	490	Unidade	20	70	10	400	1,62	793,80
113	Pasta plástica com elástico, lombo 30 mm, tamanho ofício	200	Unidade	-	-	-	200	3,09	618,00
114	Pasta plástica dobrada com elástico, tamanho ofício - 340 x 245 mm	370	Unidade	20	100	50	200	1,78	658,60
115	Pasta plástica em polionda, com plástico e lombo de 55 mm, tamanho ofício - 340 x 245 mm	200	Unidade	-	-	-	200	3,60	720,00
116	Pasta suspensa em cartão marmorizado plastificado, com 02 hastes metálicas removíveis, com ponteiro plástico nylon nas extremidades, grampos plásticos visor transparente e etiqueta de identificação branca. Caixa com 50 unidades.	49	Caixa	35	10	-	04	76,14	3.730,86
117	Percevejo cx com 100 unidades	30	Caixa	-	-	10	30	1,68	50,40
118	Perfurador – tamanho médio - capacidade de perfuração 8 folhas - diâmetro do furo 6mm	30	Unidade	-	-	-	30	11,60	348,00
119	Perfurador em metal para papel tamanho médio para no mínimo 20 folhas, com margeador	15	Unidade	-	10	05	-	13,54	203,10
120	Pilhas alcalinas – pequenas mod. AA 1.5 v / 5 cm	100	Unidade	-	-	-	100	2,90	290,00
121	Pincel Atômico – ponta chanfrada indeformável, para uso em papel, cartolina, papelão, com tinta à base de álcool, ponta feltro, em diversas cores	790	Unidade	10	180	-	600	2,00	1.580,00
123	Plástico autoadesivo cristal transparente, rolo de 45cmx25m - estilo contact.	27	Rolo	02	02	03	20	61,30	1.655,10
124	Plástico para pastas 4 furos, tamanho 24x32cm, espessura grossa, tamanho A4	300	Unidade	-	-	300	-	17,30	5.190,00
125	Porta caneta, clips e porta cartões	03	Unidade	-	-	03	-	9,19	27,57
126	Porta fita durex de mesa (para fita de tamanho pequeno)12mm x 10m	03	Unidade	-	-	03	-	7,18	21,54
127	Pranchetas de acrílico com prendedor - tamanho ofício	70	Unidade	05	30	05	30	8,00	560,00
128	Régua plástica transparente c/ 30 cm - reforçada	360	Unidade	-	50	10	300	1,00	360,00
129	Tesoura escolar medida de 10 cm, com ponta arredondada - cabo plástico	310	Unidade	-	-	10	300	3,18	985,80
130	Tesoura Grande – com lâmina de aço inox e cabo plástico, tamanho de corte mínimo 20 cm.	115	Unidade	15	-	-	100	6,48	745,20

133	Transparência em folha filme A4, para retroprojeção	150	Unidade	-	-	-	150	0,97	145,50
134	Transparência tamanho A4 para foto-cópias a laser com tarjas	70	Unidade	-	70	-	-	0,90	63,00
135	Transparência tamanho A4 para impressora jato de tinta com tarja	210	Unidade	-	60	-	150	0,90	189,00
136	Tubo de cola Gliter - mínimo 35 ml - diversas cores	250	Unidade	-	-	-	250	1,73	432,50
137	Unidificador de dedo em creme, não tóxico, sem glicerina, com mínimo 12 g	39	Unidade	09	-	-	30	3,00	117,00
VALOR R\$ TOTAL									72.130,54

Valor do contrato: R\$ 72.130,54 (Setenta e dois mil cento e trinta reais e cinquenta e quatro centavos).

Data da Assinatura: 09/11/2010 – Vigência: 09/11/2011

FELIPE VOIGT
Prefeito Municipal

Extrato de Contrato Registro de Preço Nº. 230/2010-PMS

Extrato de Contrato Registro de Preço nº. 230/2010-PMS

Processo de licitação nº. 164/2010 - PMS

Modalidade Pregão Presencial Registro de Preço nº. 85/2010 – PMS

Contratante: MUNICÍPIO DE SCHROEDER, inscrito no CNPJ sob o nº. 83.102.491/0001-09, com pago municipal na Rua Marechal Castelo Branco, nº. 3201, no Município de Schroeder/SC.

Contratada: PAPELARIA E PRESENTES MIGLAS LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº. 74.111.428/0001-48, estabelecida na Rua Marechal Castelo Branco, nº. 5685, Centro, na cidade de Schroeder, Estado de Santa Catarina, CEP: 89275-000.

Objeto: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para aquisição de material de expediente para suprir as necessidades da Secretaria de Planejamento Gestão e Finanças; Secretaria de Obras e Serviços Urbanos; Secretaria de Agricultura, Indústria, Comércio e Turismo; Secretaria de Saneamento e Gestão Ambiental; Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Lazer e Secretaria de Saúde e Assistência Social da Prefeitura Municipal de Schroeder/SC, ao longo de 12 meses, conforme especificações no ANEXO X – Termo de Referência que faz parte integrante do instrumento convocatório, conforme consta na proposta vencedora que faz parte integrante deste Contrato, como se transcrito fosse.

ITEM	DESCRIÇÃO	QTDE. TOTAL	UNID.	QTDE. OUTRAS SECRETARIAS	QTDE. FUNDO SAÚDE	QTDE. FUNDO ASSISTÊNCIA SOCIAL	QTDE. EDUCAÇÃO	VALOR R\$ UNITÁRIO	VALOR R\$ TOTAL
97	Papel A4 com gramatura de 75g/m², alcalino, para uso profissional, produzido com fibras virgens de eucalipto ou pinus, com elevado grau de brancura. Nas medidas 210mm x 297mm - caixa com 10 resmas.	250	Caixa	100	20	30	100	114,50	28.625,00
VALOR R\$ TOTAL									28.625,00

Valor do contrato: R\$ 28.625,00 (vinte e oito mil seiscentos e vinte e cinco reais).

Data da Assinatura: 09/11/2010 – Vigência: 09/11/2011

FELIPE VOIGT
Prefeito Municipal

Extrato de Contrato Registro de Preço Nº. 231/2010-PMS

Extrato de Contrato Registro de Preço nº. 231/2010-PMS

Processo de licitação nº. 164/2010 - PMS

Modalidade Pregão Presencial Registro de Preço nº. 85/2010 – PMS

Contratante: MUNICÍPIO DE SCHROEDER, inscrito no CNPJ sob o nº. 83.102.491/0001-09, com pago municipal na Rua Marechal Castelo Branco, nº. 3201, no Município de Schroeder/SC.

Contratada: PAPELARIA SÃO BENTO LTDA ME, inscrita no CNPJ sob o nº 07.634.816/0001-16, estabelecida na Rua Cruzeiro, nº. 386, Bairro Cruzeiro, na cidade de São Bento do Sul, Estado de Santa Catarina, CEP: 89.290-000.

Objeto: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para aquisição de material de expediente para suprir as necessidades da Secretaria de Planejamento Gestão e Finanças; Secretaria de Obras e Serviços Urbanos; Secretaria de Agricultura, Indústria, Comércio e Turismo; Secretaria de Saneamento e Gestão Ambiental; Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Lazer e Secretaria de Saúde e Assistência Social da Prefeitura Municipal de Schroeder/SC, ao longo de 12 meses, conforme especificações no ANEXO X – Termo de Referência que faz parte integrante do instrumento convocatório, conforme consta na proposta vencedora que faz parte integrante deste Contrato, como se transcrito fosse.

ITEM	DESCRIÇÃO	QTDE. TOTAL	UNID.	QTDE. OUTRAS SECRETARIAS	QTDE. FUNDO SAÚDE	QTDE. FUNDO ASSISTÊNCIA SOCIAL	QTDE. EDUCAÇÃO	VALOR R\$ UNITÁRIO	VALOR R\$ TOTAL
09	Bastão de cola quente diâmetro de 10mm	500	Unidade	-	-	-	500	0,69	345,00
10	Bastão de cola quente diâmetro de 6 mm	500	Unidade	-	-	-	500	0,49	245,00
31	CALCULADORA ELETRÔNICA DE MESA 10 DÍGITOS, FONTE DE ANERGIA: SOLAR, COM 29 TECLAS, MEDINDO APROXIMADAMENTE 15 CM DE LARGURA x 14 CM DE COMPRIMENTO, VISOR COM REGULAGEM DE POSIÇÃO, NA COR GRAFITE, COM NO MÍNIMO 3 MESES DE GARANTIA.	76	Unidade	08	15	03	50	23,64	1.796,64
33	Caneta corretiva com no mínimo 7ml, secagem rápida.	10	Unidade	10	-	-	-	4,35	43,50
34	CANETA ESFEROGRÁFICA ESCRITA MÉDIA AZUL,PRETA,VERMELHA - SEXTAVADA - COM SUSPIRO - BICO DE METAL AMARELO - COM APROVAÇÃO NO INMETRO - 1ª LINHA.	2.500	Unidade	550	900	50	1.000	1,63	4.075,00
40	Capa de polipropileno cristal para encadernação cor transparente tamanho A4- pacote com 100 unidades	250	Pacote	50	-	-	200	38,14	9.535,00
65	Espiral para encadernação tamanho 17 mm pacote c/ 100 unidades - preto	150	Pacote	50	-	-	100	17,94	2.691,00
106	Papel Vergê – diversas cores – gramatura 180 - medidas mínimas de 297 x 210 mm - pct com 100 folhas.	170	Pacote	20	110	-	40	8,40	1.428,00
110	Pasta com aba em polipropileno, com elástico medidas de 350x235 mm, diversas cores	300	Unidade	-	-	-	300	1,40	420,00
122	Pistola manual para aplicação de cola quente p/ bastão diâmetro 10mm	80	Unidade	-	-	-	80	12,74	1.019,20
131	Tinta de almofada para carimbo na cor preto ou azul com 40ml	44	Unidade	-	-	04	40	5,54	243,76
132	Tinta guache - pote 250 gramas diversas cores	250	Unidade	-	-	-	250	3,00	750,00
VALOR R\$ TOTAL									22.592,10

Valor do contrato: R\$ 22.592,10 (vinte e dois mil quinhentos e noventa e dois reais e dez centavos).

Data da Assinatura: 09/11/2010 – Vigência: 09/11/2011

FELIPE VOIGT
Prefeito Municipal

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SCHROEDER

ATA DE REGISTRO DE PREÇO PR 85/2010-PMS

Página: 1/26

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 53/2010

Número do Registro de Preços: 53/2010

Data do Registro: 09/11/2010

Válido até: 09/11/2011

Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para aquisição de material de expediente para suprir as necessidades da Secretaria de Planejamento Gestão e Finanças; Secretaria de Obras e Serviços Urbanos; Secretaria de Agricultura, Indústria, Comércio e Tu

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
1	Agenda com visão semanal e mensal, 76 folhas, tamanho 200x275mm, capa e contra capa com papelão 772g/m² e revestido por cobertil, folhas internas papel off-set 63g/m² - modelo 2011 cores diversificadas.	UN	MAXIMA PAPELARIA LTDA (10643)		0	24,4000	1
			PAPELARIA E PRESENTES MIGLAS LTDA (7496)		0	24,4600	2
2	AGENDA TELEFÔNICA COMERCIAL COM ESPIRAL, FORMATO 148X210 MM, 80 FOLHAS CAPA/CONTRACAPA EM PAPELÃO 697 G/M², REVESTIDO POR PAPEL COUCHÉ 120 G/M² E FOLHAS INTERNAS DE PAPEL OFF-SET 120 G/M²	UN	MAXIMA PAPELARIA LTDA (10643)		0	17,8000	1
			PAPELARIA E PRESENTES MIGLAS LTDA (7496)		0	17,8700	2
3	Alfinete para mapas.- caixa com 50 peças	CX	MAXIMA PAPELARIA LTDA (10643)		0	3,2000	1
			PAPELARIA SÃO BENTO LTDA ME (11714)		0	3,2100	2
			SATELITE COMERCIAL LTDA EPP (11341)		0	3,2300	3
			WORLD MASTER COMERCIO DE PAP. E SUPR. INF LTDA (11287)		0	3,2500	4
			PAPELARIA E PRESENTES MIGLAS LTDA (7496)		0	3,2500	5
4	Almofada para carimbo. material almofada: esponja absorvente revestida de tecido nas cores preto ou azul. O tamanho da caixa plástica externa deve ser de no mínimo 9,0 x 12 cm. Caixa deve conter tampa. Cor da almo azul ou preto.	UN	MAXIMA PAPELARIA LTDA (10643)		0	5,7000	1
			PAPELARIA SÃO BENTO LTDA ME (11714)		0	5,7600	2
			PAPELARIA E PRESENTES MIGLAS LTDA (7496)		0	5,8000	3
			SATELITE COMERCIAL LTDA EPP (11341)		0	5,8500	4
			FLORIANI EQUIPAMENTOS PARA ESCRITÓRIO LTDA EPP (6080)		0	5,8800	5
			WORLD MASTER COMERCIO DE PAP. E SUPR. INF LTDA (11287)		0	5,8800	6
5	Apagador de quadro negro - medidas 15 x 4,50 x 25 cm, em madeira com feltro de alta resistência	UN	MAXIMA PAPELARIA LTDA (10643)		0	2,1900	1
			PAPELARIA E PRESENTES MIGLAS LTDA (7496)		0	2,2000	2
			WORLD MASTER COMERCIO DE PAP. E SUPR. INF LTDA (11287)		0	2,2400	3
			SATELITE COMERCIAL LTDA EPP (11341)		0	2,2500	4
6	Apagador para quadro branco - medidas 15 x 4,50 x 25 cm, em plástico com feltro de alta resistência.	UN	MAXIMA PAPELARIA LTDA (10643)		0	6,7000	1
			SATELITE COMERCIAL LTDA EPP (11341)		0	6,8000	2
			PAPELARIA E PRESENTES MIGLAS LTDA (7496)		0	6,9500	3
			WORLD MASTER COMERCIO DE PAP. E SUPR. INF LTDA (11287)		0	6,9900	4
			FLORIANI EQUIPAMENTOS PARA ESCRITÓRIO LTDA EPP (6080)		0	7,0100	5
7	Apontador de lápis em plástico com reservatório.	UN	MAXIMA PAPELARIA LTDA (10643)		0	1,0000	1
			PAPELARIA E PRESENTES MIGLAS LTDA (7496)		0	1,0100	2

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SCHROEDER

Página: 2/26

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 53/2010

Número do Registro de Preços: 53/2010

Data do Registro: 09/11/2010

Válido até: 09/11/2011

Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para aquisição de material de expediente para suprir as necessidades da Secretaria de Planejamento Gestão e Finanças; Secretaria de Obras e Serviços Urbanos; Secretaria de Agricultura, Indústria, Comércio e Tu

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			PAPELARIA SÃO BENTO LTDA ME (11714)		0	1,0300	3
			SATELITE COMERCIAL LTDA EPP (11341)		0	1,0500	4
			FLORIANI EQUIPAMENTOS PARA ESCRITÓRIO LTDA EPP (6080)		0	1,0900	5
			WORLD MASTER COMERCIO DE PAP. E SUPR. INF LTDA (11287)		0	1,0900	6
8	Apontador de lápis em plástico sem depósito	UN	MAXIMA PAPELARIA LTDA (10643)		0	0,7200	1
			PAPELARIA SÃO BENTO LTDA ME (11714)		0	0,7300	2
			WORLD MASTER COMERCIO DE PAP. E SUPR. INF LTDA (11287)		0	0,7700	3
			FLORIANI EQUIPAMENTOS PARA ESCRITÓRIO LTDA EPP (6080)		0	0,7800	4
			PAPELARIA E PRESENTES MIGLAS LTDA (7496)		0	0,7800	5
			SATELITE COMERCIAL LTDA EPP (11341)		0	0,7800	6
9	Bastão de cola quente diâmetro de 10mm	UN	PAPELARIA SÃO BENTO LTDA ME (11714)		0	0,6900	1
			PAPELARIA E PRESENTES MIGLAS LTDA (7496)		0	0,7000	2
			MAXIMA PAPELARIA LTDA (10643)		0	0,7900	3
			WORLD MASTER COMERCIO DE PAP. E SUPR. INF LTDA (11287)		0	0,8000	4
			SATELITE COMERCIAL LTDA EPP (11341)		0	0,8000	5
10	Bastão de cola quente diâmetro de 6 mm	UN	PAPELARIA SÃO BENTO LTDA ME (11714)		0	0,4900	1
			PAPELARIA E PRESENTES MIGLAS LTDA (7496)		0	0,5000	2
			WORLD MASTER COMERCIO DE PAP. E SUPR. INF LTDA (11287)		0	0,5700	3
			MAXIMA PAPELARIA LTDA (10643)		0	0,5700	4
			FLORIANI EQUIPAMENTOS PARA ESCRITÓRIO LTDA EPP (6080)		0	0,5700	5
			SATELITE COMERCIAL LTDA EPP (11341)		0	0,5700	6
11	Binder clips com 2 cm de largura - pequeno	UN	MAXIMA PAPELARIA LTDA (10643)		0	0,6700	1
			PAPELARIA SÃO BENTO LTDA ME (11714)		0	0,6800	2
			SATELITE COMERCIAL LTDA EPP (11341)		0	0,7000	3
			PAPELARIA E PRESENTES MIGLAS LTDA (7496)		0	0,7100	4
			WORLD MASTER COMERCIO DE PAP. E SUPR. INF LTDA (11287)		0	0,7100	5
			FLORIANI EQUIPAMENTOS PARA ESCRITÓRIO LTDA EPP (6080)		0	0,7100	6
12	Binder clips com 3 cm de largura - medio.	UN	MAXIMA PAPELARIA LTDA (10643)		0	0,6000	1
			PAPELARIA SÃO BENTO LTDA ME (11714)		0	0,6100	2
			PAPELARIA E PRESENTES MIGLAS LTDA (7496)		0	0,6300	3

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SCHROEDER

Página: 3/26

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 53/2010

Número do Registro de Preços: 53/2010

Data do Registro: 09/11/2010

Válido até: 09/11/2011

Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para aquisição de material de expediente para suprir as necessidades da Secretaria de Planejamento Gestão e Finanças; Secretaria de Obras e Serviços Urbanos; Secretaria de Agricultura, Indústria, Comércio e Tu

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			FLORIANI EQUIPAMENTOS PARA ESCRITÓRIO LTDA EPP (6080)		0	0,6300	4
			WORLD MASTER COMERCIO DE PAP. E SUPR. INF LTDA (11287)		0	0,6300	5
			SATELITE COMERCIAL LTDA EPP (11341)		0	0,6300	6
13	Binder clips com 5 cm de largura - grande.	UN	MAXIMA PAPELARIA LTDA (10643)		0	1,4600	1
			SATELITE COMERCIAL LTDA EPP (11341)		0	1,4700	2
			PAPELARIA E PRESENTES MIGLAS LTDA (7496)		0	1,5100	3
			PAPELARIA SÃO BENTO LTDA ME (11714)		0	1,5200	4
			FLORIANI EQUIPAMENTOS PARA ESCRITÓRIO LTDA EPP (6080)		0	1,5500	5
			WORLD MASTER COMERCIO DE PAP. E SUPR. INF LTDA (11287)		0	1,5500	6
14	Bloco de recibo comercial com canhoto - 50 folhas.	UN	MAXIMA PAPELARIA LTDA (10643)		0	0,8800	1
			PAPELARIA SÃO BENTO LTDA ME (11714)		0	0,8900	2
			WORLD MASTER COMERCIO DE PAP. E SUPR. INF LTDA (11287)		0	0,9100	3
			PAPELARIA E PRESENTES MIGLAS LTDA (7496)		0	0,9200	4
			FLORIANI EQUIPAMENTOS PARA ESCRITÓRIO LTDA EPP (6080)		0	1,0000	5
15	Bloco para recado auto-adesivo - 50 folhas cada, com cores sortidas, largura 76mm, comprimento 76mm, tipo removível.	UN	MAXIMA PAPELARIA LTDA (10643)		0	2,6400	1
			PAPELARIA SÃO BENTO LTDA ME (11714)		0	2,6500	2
			PAPELARIA E PRESENTES MIGLAS LTDA (7496)		0	2,6700	3
			SATELITE COMERCIAL LTDA EPP (11341)		0	2,7000	4
			FLORIANI EQUIPAMENTOS PARA ESCRITÓRIO LTDA EPP (6080)		0	2,7300	5
			WORLD MASTER COMERCIO DE PAP. E SUPR. INF LTDA (11287)		0	2,7300	6
16	Bobina para máquina de calcular, material papel monolúcido, gramatura 75g, cor branca, largura 57 mm x 30 m - caixa 30 unidades.	UN	MAXIMA PAPELARIA LTDA (10643)		0	23,0000	1
			PAPELARIA E PRESENTES MIGLAS LTDA (7496)		0	23,0500	2
			SATELITE COMERCIAL LTDA EPP (11341)		0	23,0800	3
			WORLD MASTER COMERCIO DE PAP. E SUPR. INF LTDA (11287)		0	23,1000	4
			PAPELARIA SÃO BENTO LTDA ME (11714)		0	23,1000	5
			FLORIANI EQUIPAMENTOS PARA ESCRITÓRIO LTDA EPP (6080)		0	23,1300	6
17	Bobina para máquina de calcular, material papel monolúcido, gramatura 75g, cor branca, largura 60 mm x 30 m - caixa 30 unidades.	UN	MAXIMA PAPELARIA LTDA (10643)		0	26,4000	1
			PAPELARIA SÃO BENTO LTDA ME (11714)		0	26,4500	2

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SCHROEDER

Página: 4/26

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 53/2010

Número do Registro de Preços: 53/2010

Data do Registro: 09/11/2010

Válido até: 09/11/2011

Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para aquisição de material de expediente para suprir as necessidades da Secretaria de Planejamento Gestão e Finanças; Secretaria de Obras e Serviços Urbanos; Secretaria de Agricultura, Indústria, Comércio e Tu

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			WORLD MASTER COMERCIO DE PAP. E SUPR. INF LTDA (11287)		0	26,5400	3
			FLORIANI EQUIPAMENTOS PARA ESCRITÓRIO LTDA EPP (6080)		0	26,5500	4
			PAPELARIA E PRESENTES MIGLAS LTDA (7496)		0	26,5500	5
			SATELITE COMERCIAL LTDA EPP (11341)		0	26,5500	6
18	Borracha branca com capa colorida - Tamanho mínimo 43x20x10 mm	UN	MAXIMA PAPELARIA LTDA (10643)		0	0,8000	1
			PAPELARIA SÃO BENTO LTDA ME (11714)		0	0,8100	2
			WORLD MASTER COMERCIO DE PAP. E SUPR. INF LTDA (11287)		0	0,8300	3
			PAPELARIA E PRESENTES MIGLAS LTDA (7496)		0	0,8300	4
			SATELITE COMERCIAL LTDA EPP (11341)		0	0,8300	5
19	Borracha branca nº 40	UN	MAXIMA PAPELARIA LTDA (10643)		0	0,3000	1
			PAPELARIA SÃO BENTO LTDA ME (11714)		0	0,3100	2
			PAPELARIA E PRESENTES MIGLAS LTDA (7496)		0	0,3300	3
			WORLD MASTER COMERCIO DE PAP. E SUPR. INF LTDA (11287)		0	0,3300	4
			FLORIANI EQUIPAMENTOS PARA ESCRITÓRIO LTDA EPP (6080)		0	0,3300	5
			SATELITE COMERCIAL LTDA EPP (11341)		0	0,3300	6
20	Caderno de Caligrafia, brochura medidas minimas de 20,2 x 14,8 cm - 48 páginas	UN	MAXIMA PAPELARIA LTDA (10643)		0	0,9200	1
			PAPELARIA E PRESENTES MIGLAS LTDA (7496)		0	0,9300	2
			PAPELARIA SÃO BENTO LTDA ME (11714)		0	0,9400	3
			WORLD MASTER COMERCIO DE PAP. E SUPR. INF LTDA (11287)		0	0,9600	4
			FLORIANI EQUIPAMENTOS PARA ESCRITÓRIO LTDA EPP (6080)		0	0,9700	5
			SATELITE COMERCIAL LTDA EPP (11341)		0	0,9700	6
21	Caderno pequeno brochura 1/4 com 48 folhas tm- 23cm de lat x 14cm de largura	UN	MAXIMA PAPELARIA LTDA (10643)		0	0,8800	1
			PAPELARIA E PRESENTES MIGLAS LTDA (7496)		0	0,8900	2
			PAPELARIA SÃO BENTO LTDA ME (11714)		0	0,9000	3
			WORLD MASTER COMERCIO DE PAP. E SUPR. INF LTDA (11287)		0	0,9200	4
			SATELITE COMERCIAL LTDA EPP (11341)		0	0,9300	5
			FLORIANI EQUIPAMENTOS PARA ESCRITÓRIO LTDA EPP (6080)		0	0,9300	6
22	Caderno pequeno espiral flexível 1/4 0,14 x 0,20,2cm c/ 96 folhas	UN	MAXIMA PAPELARIA LTDA (10643)		0	1,7600	1
			PAPELARIA SÃO BENTO LTDA ME (11714)		0	1,7700	2
			PAPELARIA E PRESENTES MIGLAS LTDA (7496)		0	1,8100	3

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SCHROEDER

Página: 5/26

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 53/2010

Número do Registro de Preços: 53/2010

Data do Registro: 09/11/2010

Válido até: 09/11/2011

Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para aquisição de material de expediente para suprir as necessidades da Secretaria de Planejamento Gestão e Finanças; Secretaria de Obras e Serviços Urbanos; Secretaria de Agricultura, Indústria, Comércio e Tu

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			FLORIANI EQUIPAMENTOS PARA ESCRITÓRIO LTDA EPP (6080)		0	1,9800	4
23	Caderno Protocolo / Correspondência capa dura, formato 154x216 mm, com no mínimo 100 folhas.	UN	MAXIMA PAPELARIA LTDA (10643)		0	5,2100	1
			PAPELARIA SÃO BENTO LTDA ME (11714)		0	5,2200	2
			PAPELARIA E PRESENTES MIGLAS LTDA (7496)		0	5,2600	3
			SATELITE COMERCIAL LTDA EPP (11341)		0	5,3000	4
24	Caderno universitário 01 matéria espiral com 200 folhas, capa simples	UN	MAXIMA PAPELARIA LTDA (10643)		0	11,0000	1
			PAPELARIA SÃO BENTO LTDA ME (11714)		0	11,0200	2
			PAPELARIA E PRESENTES MIGLAS LTDA (7496)		0	11,0500	3
			WORLD MASTER COMERCIO DE PAP. E SUPR. INF LTDA (11287)		0	11,1000	4
			FLORIANI EQUIPAMENTOS PARA ESCRITÓRIO LTDA EPP (6080)		0	11,1000	5
25	Caderno universitário 01 matéria espiral com 96 folhas, capa simples	UN	MAXIMA PAPELARIA LTDA (10643)		0	4,0300	1
			PAPELARIA SÃO BENTO LTDA ME (11714)		0	4,0400	2
			PAPELARIA E PRESENTES MIGLAS LTDA (7496)		0	4,0800	3
			WORLD MASTER COMERCIO DE PAP. E SUPR. INF LTDA (11287)		0	4,1300	4
			FLORIANI EQUIPAMENTOS PARA ESCRITÓRIO LTDA EPP (6080)		0	4,1300	5
26	Caderno universitário capa dura com 200 folhas - 10 matérias, com espiral, com folhas serrilhadas e capas sortidas. Folhas internas de 56 g/m².	UN	MAXIMA PAPELARIA LTDA (10643)		0	7,3900	1
			PAPELARIA E PRESENTES MIGLAS LTDA (7496)		0	7,4000	2
			WORLD MASTER COMERCIO DE PAP. E SUPR. INF LTDA (11287)		0	7,4300	3
			SATELITE COMERCIAL LTDA EPP (11341)		0	7,4300	4
27	Caixa de papelão para arquivo morto 19x22x30cm	UN	MAXIMA PAPELARIA LTDA (10643)		0	1,5500	1
			PAPELARIA E PRESENTES MIGLAS LTDA (7496)		0	1,5600	2
			WORLD MASTER COMERCIO DE PAP. E SUPR. INF LTDA (11287)		0	1,5800	3
28	Caixa de papelão para arquivo morto pequena - 340 x 130 x 245 - ofício	UN	MAXIMA PAPELARIA LTDA (10643)		0	1,5600	1
			PAPELARIA SÃO BENTO LTDA ME (11714)		0	1,5700	2
			WORLD MASTER COMERCIO DE PAP. E SUPR. INF LTDA (11287)		0	1,5900	3
			SATELITE COMERCIAL LTDA EPP (11341)		0	1,6000	4
			PAPELARIA E PRESENTES MIGLAS LTDA (7496)		0	1,6200	5

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SCHROEDER

Página: 6/26

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 53/2010

Número do Registro de Preços: 53/2010

Data do Registro: 09/11/2010

Válido até: 09/11/2011

Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para aquisição de material de expediente para suprir as necessidades da Secretaria de Planejamento Gestão e Finanças; Secretaria de Obras e Serviços Urbanos; Secretaria de Agricultura, Indústria, Comércio e Tu

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
29	Caixa para arquivo morto de papelão de espessura mínima de 2mm. As medidas da caixa quando montada devem ser de: 30 cm de altura, 18 cm de largura, 43 cm de comprimento. Com furos de no mínimo 2 cm de diametro nas laterais e na tampa da caixa.	UN	MAXIMA PAPELARIA LTDA (10643)		0	2,5000	1
			WORLD MASTER COMERCIO DE PAP. E SUPR. INF LTDA (11287)		0	2,5100	2
			PAPELARIA E PRESENTES MIGLAS LTDA (7496)		0	2,5200	3
30	Caixa tripla para correspondência fixa, material acrílico, cor incolor, medidas minimas 370x255x210 mm.	UN	MAXIMA PAPELARIA LTDA (10643)		0	41,3800	1
			SATELITE COMERCIAL LTDA EPP (11341)		0	41,3900	2
			PAPELARIA SÃO BENTO LTDA ME (11714)		0	41,4200	3
			PAPELARIA E PRESENTES MIGLAS LTDA (7496)		0	41,6000	4
			WORLD MASTER COMERCIO DE PAP. E SUPR. INF LTDA (11287)		0	41,7800	5
31	CALCULADORA ELETRÔNICA DE MESA 10 DÍGITOS, FONTE DE ANERGIA: SOLAR, COM 29 TECLAS, MEDINDO APROXIMADAMENTE 15 CM DE LARGURA x 14 CM DE COMPRIMENTO, VISOR COM REGULAGEM DE POSIÇÃO, NA COR GRAFITE, COM NO MÍNIMO 3 MESES DE GARANTIA.	UN	PAPELARIA SÃO BENTO LTDA ME (11714)		0	23,6400	1
			PAPELARIA E PRESENTES MIGLAS LTDA (7496)		0	23,6500	2
			MAXIMA PAPELARIA LTDA (10643)		0	23,7000	3
			SATELITE COMERCIAL LTDA EPP (11341)		0	23,7500	4
			WORLD MASTER COMERCIO DE PAP. E SUPR. INF LTDA (11287)		0	23,7600	5
32	Calendário Risque-Rabisque permanente, tamanho grande, 12 folhas - ano 2011	UN	MAXIMA PAPELARIA LTDA (10643)		0	13,0000	1
			PAPELARIA E PRESENTES MIGLAS LTDA (7496)		0	13,0500	2
			PAPELARIA SÃO BENTO LTDA ME (11714)		0	13,0800	3
33	Caneta corretiva com no mínimo 7ml, secagem rápida.	UN	PAPELARIA SÃO BENTO LTDA ME (11714)		0	4,3500	1
			MAXIMA PAPELARIA LTDA (10643)		0	4,3600	2
			FLORIANI EQUIPAMENTOS PARA ESCRITÓRIO LTDA EPP (6080)		0	4,5000	3
			PAPELARIA E PRESENTES MIGLAS LTDA (7496)		0	4,5000	4
			SATELITE COMERCIAL LTDA EPP (11341)		0	4,5000	5
34	CANETA ESFEROGRAFICA ESCRITA MÉDIA AZUL,PRETA,VERMELHA - SEXTAVADA - COM SUSPIRO - BICO DE METAL AMARELO - COM APROVAÇÃO NO INMETRO - 1ª LINHA.	UN	PAPELARIA SÃO BENTO LTDA ME (11714)		0	1,6300	1
			SATELITE COMERCIAL LTDA EPP (11341)		0	1,6400	2
			PAPELARIA E PRESENTES MIGLAS LTDA (7496)		0	1,6500	3
			WORLD MASTER COMERCIO DE PAP. E SUPR. INF LTDA (11287)		0	1,6900	4
			MAXIMA PAPELARIA LTDA (10643)		0	1,7800	5

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SCHROEDER

Página: 7/26

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 53/2010

Número do Registro de Preços: 53/2010

Data do Registro: 09/11/2010

Válido até: 09/11/2011

Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para aquisição de material de expediente para suprir as necessidades da Secretaria de Planejamento Gestão e Finanças; Secretaria de Obras e Serviços Urbanos; Secretaria de Agricultura, Indústria, Comércio e Tu

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			FLORIANI EQUIPAMENTOS PARA ESCRITÓRIO LTDA EPP (6080)		0	1,8000	6
35	Caneta hidrocor de ponta fina - atóxica - lavável (caixa com 12 cores)	UN	MAXIMA PAPELARIA LTDA (10643)		0	4,0200	1
			PAPELARIA SÃO BENTO LTDA ME (11714)		0	4,0300	2
			PAPELARIA E PRESENTES MIGLAS LTDA (7496)		0	4,0500	3
			WORLD MASTER COMERCIO DE PAP. E SUPR. INF LTDA (11287)		0	4,0900	4
			SATELITE COMERCIAL LTDA EPP (11341)		0	4,1000	5
			FLORIANI EQUIPAMENTOS PARA ESCRITÓRIO LTDA EPP (6080)		0	4,1300	6
36	Caneta marca-texto, material plástico, tipo fluorescente, ponta chanfrada 4mm, cor amarela (caixa com 12)	UN	MAXIMA PAPELARIA LTDA (10643)		0	1,3100	1
			PAPELARIA E PRESENTES MIGLAS LTDA (7496)		0	1,3200	2
			PAPELARIA SÃO BENTO LTDA ME (11714)		0	1,3400	3
			SATELITE COMERCIAL LTDA EPP (11341)		0	1,3800	4
			WORLD MASTER COMERCIO DE PAP. E SUPR. INF LTDA (11287)		0	1,3800	5
37	Caneta para quadro branco diversas cores	UN	MAXIMA PAPELARIA LTDA (10643)		0	4,0000	1
			PAPELARIA SÃO BENTO LTDA ME (11714)		0	4,0200	2
			PAPELARIA E PRESENTES MIGLAS LTDA (7496)		0	4,0500	3
			SATELITE COMERCIAL LTDA EPP (11341)		0	4,1000	4
			FLORIANI EQUIPAMENTOS PARA ESCRITÓRIO LTDA EPP (6080)		0	4,1400	5
			WORLD MASTER COMERCIO DE PAP. E SUPR. INF LTDA (11287)		0	4,1400	6
38	Caneta para transparência ponta fina - diversas cores.	UN	MAXIMA PAPELARIA LTDA (10643)		0	3,2900	1
			PAPELARIA SÃO BENTO LTDA ME (11714)		0	3,3000	2
			PAPELARIA E PRESENTES MIGLAS LTDA (7496)		0	3,3500	3
			WORLD MASTER COMERCIO DE PAP. E SUPR. INF LTDA (11287)		0	3,3900	4
			SATELITE COMERCIAL LTDA EPP (11341)		0	3,4000	5
			FLORIANI EQUIPAMENTOS PARA ESCRITÓRIO LTDA EPP (6080)		0	3,4000	6
39	Caneta para transparencia ponta grossa, diversas cores. -unid	UN	MAXIMA PAPELARIA LTDA (10643)		0	2,1400	1
			PAPELARIA E PRESENTES MIGLAS LTDA (7496)		0	2,1500	2
			PAPELARIA SÃO BENTO LTDA ME (11714)		0	2,1600	3
			WORLD MASTER COMERCIO DE PAP. E SUPR. INF LTDA (11287)		0	2,1800	4

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SCHROEDER

Página: 8/26

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 53/2010

Número do Registro de Preços: 53/2010

Data do Registro: 09/11/2010

Válido até: 09/11/2011

Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para aquisição de material de expediente para suprir as necessidades da Secretaria de Planejamento Gestão e Finanças; Secretaria de Obras e Serviços Urbanos; Secretaria de Agricultura, Indústria, Comércio e Tu

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			SATELITE COMERCIAL LTDA EPP (11341)		0	2,1800	5
40	Capa de polipropileno cristal para encadernação cor transparente tamanho A4- pacote com 100 unidades	PCT	PAPELARIA SÃO BENTO LTDA ME (11714)		0	38,1400	1
			SATELITE COMERCIAL LTDA EPP (11341)		0	38,1500	2
			MAXIMA PAPELARIA LTDA (10643)		0	38,2000	3
			PAPELARIA E PRESENTES MIGLAS LTDA (7496)		0	38,2500	4
			WORLD MASTER COMERCIO DE PAP. E SUPR. INF LTDA (11287)		0	38,3300	5
41	Cartolina branca e diversas cores no tamanho 48x60cm na gramatura de 140g/m²	UN	MAXIMA PAPELARIA LTDA (10643)		0	0,4000	1
			PAPELARIA E PRESENTES MIGLAS LTDA (7496)		0	0,4100	2
			PAPELARIA SÃO BENTO LTDA ME (11714)		0	0,4300	3
			WORLD MASTER COMERCIO DE PAP. E SUPR. INF LTDA (11287)		0	0,4500	4
			FLORIANI EQUIPAMENTOS PARA ESCRITÓRIO LTDA EPP (6080)		0	0,4500	5
			SATELITE COMERCIAL LTDA EPP (11341)		0	0,4500	6
42	Cartolina dupla face - diversas cores - medidas mínimas 0,60 x 0,48 cm 140 g/m²	UN	MAXIMA PAPELARIA LTDA (10643)		0	0,5500	1
			PAPELARIA E PRESENTES MIGLAS LTDA (7496)		0	0,5600	2
			PAPELARIA SÃO BENTO LTDA ME (11714)		0	0,5800	3
			SATELITE COMERCIAL LTDA EPP (11341)		0	0,6000	4
			FLORIANI EQUIPAMENTOS PARA ESCRITÓRIO LTDA EPP (6080)		0	0,6300	5
43	Cd gravável c/ capa plástica.	UN	MAXIMA PAPELARIA LTDA (10643)		0	2,0000	1
			PAPELARIA E PRESENTES MIGLAS LTDA (7496)		0	2,0100	2
			PAPELARIA SÃO BENTO LTDA ME (11714)		0	2,0200	3
			SATELITE COMERCIAL LTDA EPP (11341)		0	2,0500	4
			WORLD MASTER COMERCIO DE PAP. E SUPR. INF LTDA (11287)		0	2,0700	5
			FLORIANI EQUIPAMENTOS PARA ESCRITÓRIO LTDA EPP (6080)		0	2,0700	6
44	Cd regravável c/ capa plástica.	UN	MAXIMA PAPELARIA LTDA (10643)		0	3,7800	1
			PAPELARIA SÃO BENTO LTDA ME (11714)		0	3,7900	2
			PAPELARIA E PRESENTES MIGLAS LTDA (7496)		0	3,8100	3
			FLORIANI EQUIPAMENTOS PARA ESCRITÓRIO LTDA EPP (6080)		0	3,8400	4
			WORLD MASTER COMERCIO DE PAP. E SUPR. INF LTDA (11287)		0	3,8400	5
			SATELITE COMERCIAL LTDA EPP (11341)		0	3,8400	6

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SCHROEDER

Página: 9/26

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 53/2010

Número do Registro de Preços: 53/2010

Data do Registro: 09/11/2010

Válido até: 09/11/2011

Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para aquisição de material de expediente para suprir as necessidades da Secretaria de Planejamento Gestão e Finanças; Secretaria de Obras e Serviços Urbanos; Secretaria de Agricultura, Indústria, Comércio e Tu

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
45	Clipes metálico nº 0/0 500 gramas	CX	MAXIMA PAPELARIA LTDA (10643)		0	6,7300	1
			PAPELARIA SÃO BENTO LTDA ME (11714)		0	6,7400	2
			PAPELARIA E PRESENTES MIGLAS LTDA (7496)		0	6,7700	3
			SATELITE COMERCIAL LTDA EPP (11341)		0	6,8000	4
			FLORIANI EQUIPAMENTOS PARA ESCRITÓRIO LTDA EPP (6080)		0	6,8100	5
46	Clips nº 1/0 - caixa com 500 gramas.	CX	MAXIMA PAPELARIA LTDA (10643)		0	6,1500	1
			PAPELARIA E PRESENTES MIGLAS LTDA (7496)		0	6,1600	2
			PAPELARIA SÃO BENTO LTDA ME (11714)		0	6,1900	3
			SATELITE COMERCIAL LTDA EPP (11341)		0	6,2000	4
			FLORIANI EQUIPAMENTOS PARA ESCRITÓRIO LTDA EPP (6080)		0	6,2200	5
			WORLD MASTER COMERCIO DE PAP. E SUPR. INF LTDA (11287)		0	6,2200	6
47	Clips nº 2/0 - Caixa com 500 gramas.	CX	MAXIMA PAPELARIA LTDA (10643)		0	6,7100	1
			PAPELARIA SÃO BENTO LTDA ME (11714)		0	6,7200	2
			PAPELARIA E PRESENTES MIGLAS LTDA (7496)		0	6,7600	3
			SATELITE COMERCIAL LTDA EPP (11341)		0	6,8000	4
			FLORIANI EQUIPAMENTOS PARA ESCRITÓRIO LTDA EPP (6080)		0	6,8200	5
			WORLD MASTER COMERCIO DE PAP. E SUPR. INF LTDA (11287)		0	6,8200	6
48	Clips nº 3/0 - Caixa com 500 gramas.	CX	MAXIMA PAPELARIA LTDA (10643)		0	6,7100	1
			SATELITE COMERCIAL LTDA EPP (11341)		0	6,8000	2
			FLORIANI EQUIPAMENTOS PARA ESCRITÓRIO LTDA EPP (6080)		0	6,8200	3
			PAPELARIA E PRESENTES MIGLAS LTDA (7496)		0	6,8200	4
			WORLD MASTER COMERCIO DE PAP. E SUPR. INF LTDA (11287)		0	6,8200	5
			PAPELARIA SÃO BENTO LTDA ME (11714)		0	6,8200	6
49	Clips nº 4/0 - Caixa com 500 gramas.	CX	MAXIMA PAPELARIA LTDA (10643)		0	6,7100	1
			SATELITE COMERCIAL LTDA EPP (11341)		0	6,8000	2
			PAPELARIA E PRESENTES MIGLAS LTDA (7496)		0	6,8200	3
			WORLD MASTER COMERCIO DE PAP. E SUPR. INF LTDA (11287)		0	6,8200	4
			PAPELARIA SÃO BENTO LTDA ME (11714)		0	6,8200	5
			FLORIANI EQUIPAMENTOS PARA ESCRITÓRIO LTDA EPP (6080)		0	6,8200	6
50	Clips nº 8/0 - caixa com 500 gramas.	CX	MAXIMA PAPELARIA LTDA (10643)		0	6,7100	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SCHROEDER

Página: 10/26

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 53/2010

Número do Registro de Preços: 53/2010

Data do Registro: 09/11/2010

Válido até: 09/11/2011

Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para aquisição de material de expediente para suprir as necessidades da Secretaria de Planejamento Gestão e Finanças; Secretaria de Obras e Serviços Urbanos; Secretaria de Agricultura, Indústria, Comércio e Tu

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			SATELITE COMERCIAL LTDA EPP (11341)		0	6,8000	2
			PAPELARIA SÃO BENTO LTDA ME (11714)		0	6,8200	3
			PAPELARIA E PRESENTES MIGLAS LTDA (7496)		0	6,8200	4
			WORLD MASTER COMERCIO DE PAP. E SUPR. INF LTDA (11287)		0	6,8200	5
			FLORIANI EQUIPAMENTOS PARA ESCRITÓRIO LTDA EPP (6080)		0	6,8200	6
51	Cola branca lavável não tóxica 90g	UN	MAXIMA PAPELARIA LTDA (10643)		0	1,1800	1
			PAPELARIA SÃO BENTO LTDA ME (11714)		0	1,1900	2
			SATELITE COMERCIAL LTDA EPP (11341)		0	1,2000	3
			WORLD MASTER COMERCIO DE PAP. E SUPR. INF LTDA (11287)		0	1,2200	4
			PAPELARIA E PRESENTES MIGLAS LTDA (7496)		0	1,2300	5
			FLORIANI EQUIPAMENTOS PARA ESCRITÓRIO LTDA EPP (6080)		0	1,2600	6
52	Cola em bastão 8g	UN	MAXIMA PAPELARIA LTDA (10643)		0	1,1300	1
			PAPELARIA SÃO BENTO LTDA ME (11714)		0	1,1400	2
			PAPELARIA E PRESENTES MIGLAS LTDA (7496)		0	1,1600	3
			FLORIANI EQUIPAMENTOS PARA ESCRITÓRIO LTDA EPP (6080)		0	1,1900	4
			SATELITE COMERCIAL LTDA EPP (11341)		0	1,1900	5
53	Cola em bastão de 20 g.	UN	MAXIMA PAPELARIA LTDA (10643)		0	2,6400	1
			PAPELARIA SÃO BENTO LTDA ME (11714)		0	2,6500	2
			PAPELARIA E PRESENTES MIGLAS LTDA (7496)		0	2,6700	3
			WORLD MASTER COMERCIO DE PAP. E SUPR. INF LTDA (11287)		0	2,7500	4
			FLORIANI EQUIPAMENTOS PARA ESCRITÓRIO LTDA EPP (6080)		0	2,7500	5
			SATELITE COMERCIAL LTDA EPP (11341)		0	2,7500	6
54	Contra capa em polipropileno opaco para encadernação cor preta - tamanho A4 - pacote com 100 unidades	PCT	MAXIMA PAPELARIA LTDA (10643)		0	38,1800	1
			WORLD MASTER COMERCIO DE PAP. E SUPR. INF LTDA (11287)		0	38,1900	2
			PAPELARIA SÃO BENTO LTDA ME (11714)		0	38,2000	3
			SATELITE COMERCIAL LTDA EPP (11341)		0	38,2400	4
			PAPELARIA E PRESENTES MIGLAS LTDA (7496)		0	38,2500	5
55	Corretivo líquido a base D'agua 18ml	UN	MAXIMA PAPELARIA LTDA (10643)		0	1,1500	1
			PAPELARIA SÃO BENTO LTDA ME (11714)		0	1,1600	2
			SATELITE COMERCIAL LTDA EPP (11341)		0	1,2000	3

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SCHROEDER

Página: 11/26

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 53/2010

Número do Registro de Preços: 53/2010

Data do Registro: 09/11/2010

Válido até: 09/11/2011

Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para aquisição de material de expediente para suprir as necessidades da Secretaria de Planejamento Gestão e Finanças; Secretaria de Obras e Serviços Urbanos; Secretaria de Agricultura, Indústria, Comércio e Tu

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			WORLD MASTER COMERCIO DE PAP. E SUPR. INF LTDA (11287)		0	1,2100	4
			PAPELARIA E PRESENTES MIGLAS LTDA (7496)		0	1,2100	5
			FLORIANI EQUIPAMENTOS PARA ESCRITÓRIO LTDA EPP (6080)		0	1,2500	6
56	Disquetes para computador - caixa com 10 unidades.	CX	MAXIMA PAPELARIA LTDA (10643)		0	7,7000	1
			PAPELARIA E PRESENTES MIGLAS LTDA (7496)		0	7,7100	2
			WORLD MASTER COMERCIO DE PAP. E SUPR. INF LTDA (11287)		0	7,7300	3
57	Duplex - várias cores medidas de 48 cm x 66 cm.	UN	MAXIMA PAPELARIA LTDA (10643)		0	0,6300	1
			PAPELARIA SÃO BENTO LTDA ME (11714)		0	0,6400	2
			PAPELARIA E PRESENTES MIGLAS LTDA (7496)		0	0,6600	3
			WORLD MASTER COMERCIO DE PAP. E SUPR. INF LTDA (11287)		0	0,7000	4
			FLORIANI EQUIPAMENTOS PARA ESCRITÓRIO LTDA EPP (6080)		0	0,7000	5
			SATELITE COMERCIAL LTDA EPP (11341)		0	0,7000	6
58	DVD RW com capa	UN	MAXIMA PAPELARIA LTDA (10643)		0	4,4900	1
			PAPELARIA SÃO BENTO LTDA ME (11714)		0	4,5000	2
			PAPELARIA E PRESENTES MIGLAS LTDA (7496)		0	4,5600	3
			SATELITE COMERCIAL LTDA EPP (11341)		0	4,5800	4
			WORLD MASTER COMERCIO DE PAP. E SUPR. INF LTDA (11287)		0	4,6000	5
			FLORIANI EQUIPAMENTOS PARA ESCRITÓRIO LTDA EPP (6080)		0	4,6000	6
59	DVD-R com 4.7 GB/120 minutos - velocidade de gravação de 1x - 4x	UN	MAXIMA PAPELARIA LTDA (10643)		0	2,1500	1
			WORLD MASTER COMERCIO DE PAP. E SUPR. INF LTDA (11287)		0	2,1600	2
			PAPELARIA SÃO BENTO LTDA ME (11714)		0	2,1700	3
			FLORIANI EQUIPAMENTOS PARA ESCRITÓRIO LTDA EPP (6080)		0	2,1700	4
			PAPELARIA E PRESENTES MIGLAS LTDA (7496)		0	2,1700	5
			SATELITE COMERCIAL LTDA EPP (11341)		0	2,1700	6
60	Elástico amarelo nº 18 com 500 g.	UN	MAXIMA PAPELARIA LTDA (10643)		0	10,7800	1
			PAPELARIA SÃO BENTO LTDA ME (11714)		0	10,7900	2
			PAPELARIA E PRESENTES MIGLAS LTDA (7496)		0	10,8100	3
			SATELITE COMERCIAL LTDA EPP (11341)		0	10,8500	4
			FLORIANI EQUIPAMENTOS PARA ESCRITÓRIO LTDA EPP (6080)		0	10,8700	5

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SCHROEDER

Página: 12/26

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 53/2010

Número do Registro de Preços: 53/2010

Data do Registro: 09/11/2010

Válido até: 09/11/2011

Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para aquisição de material de expediente para suprir as necessidades da Secretaria de Planejamento Gestão e Finanças; Secretaria de Obras e Serviços Urbanos; Secretaria de Agricultura, Indústria, Comércio e Tu

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			WORLD MASTER COMERCIO DE PAP. E SUPR. INF LTDA (11287)		0	10,8700	6
61	Emborrachado EVA - diversas cores medidas de 450x600 mm e gramatura de 02 mm	UN	MAXIMA PAPELARIA LTDA (10643)		0	1,7000	1
			PAPELARIA E PRESENTES MIGLAS LTDA (7496)		0	1,7100	2
			PAPELARIA SÃO BENTO LTDA ME (11714)		0	1,7200	3
			WORLD MASTER COMERCIO DE PAP. E SUPR. INF LTDA (11287)		0	1,7400	4
			FLORIANI EQUIPAMENTOS PARA ESCRITÓRIO LTDA EPP (6080)		0	1,7500	5
			SATELITE COMERCIAL LTDA EPP (11341)		0	1,7500	6
62	Envelope Pardo - medidas 22 x 13 cm.	UN	MAXIMA PAPELARIA LTDA (10643)		0	0,3000	1
			PAPELARIA E PRESENTES MIGLAS LTDA (7496)		0	0,3100	2
			PAPELARIA SÃO BENTO LTDA ME (11714)		0	0,3300	3
			FLORIANI EQUIPAMENTOS PARA ESCRITÓRIO LTDA EPP (6080)		0	0,3500	4
			WORLD MASTER COMERCIO DE PAP. E SUPR. INF LTDA (11287)		0	0,3500	5
			SATELITE COMERCIAL LTDA EPP (11341)		0	0,3500	6
63	Envelope Pardo - medidas 23 x 16 cm.	UN	MAXIMA PAPELARIA LTDA (10643)		0	0,1200	1
			FLORIANI EQUIPAMENTOS PARA ESCRITÓRIO LTDA EPP (6080)		0	0,1300	2
			PAPELARIA SÃO BENTO LTDA ME (11714)		0	0,1300	3
			WORLD MASTER COMERCIO DE PAP. E SUPR. INF LTDA (11287)		0	0,1300	4
			PAPELARIA E PRESENTES MIGLAS LTDA (7496)		0	0,1300	5
			SATELITE COMERCIAL LTDA EPP (11341)		0	0,1300	6
64	Envelope Pardo - medidas 35 x 26 cm	UN	MAXIMA PAPELARIA LTDA (10643)		0	0,2000	1
			PAPELARIA SÃO BENTO LTDA ME (11714)		0	0,2100	2
			FLORIANI EQUIPAMENTOS PARA ESCRITÓRIO LTDA EPP (6080)		0	0,2300	3
			WORLD MASTER COMERCIO DE PAP. E SUPR. INF LTDA (11287)		0	0,2300	4
			SATELITE COMERCIAL LTDA EPP (11341)		0	0,2300	5
			PAPELARIA E PRESENTES MIGLAS LTDA (7496)		0	0,2300	6
65	Espiral para encadernação tamanho 17 mm pacote c/ 100 unidades - preto	PCT	PAPELARIA SÃO BENTO LTDA ME (11714)		0	17,9400	1
			MAXIMA PAPELARIA LTDA (10643)		0	17,9500	2
			WORLD MASTER COMERCIO DE PAP. E SUPR. INF LTDA (11287)		0	17,9900	3
			FLORIANI EQUIPAMENTOS PARA ESCRITÓRIO LTDA EPP (6080)		0	18,0000	4

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SCHROEDER

Página: 13/26

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 53/2010

Número do Registro de Preços: 53/2010

Data do Registro: 09/11/2010

Válido até: 09/11/2011

Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para aquisição de material de expediente para suprir as necessidades da Secretaria de Planejamento Gestão e Finanças; Secretaria de Obras e Serviços Urbanos; Secretaria de Agricultura, Indústria, Comércio e Tu

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
66	Espiral para encadernação tamanho 9 mm pacote c/ 100 unidades - preto	PCT	PAPELARIA E PRESENTES MIGLAS LTDA (7496)		0	18,0000	5
			SATELITE COMERCIAL LTDA EPP (11341)		0	18,0000	6
			MAXIMA PAPELARIA LTDA (10643)		0	5,9300	1
			PAPELARIA SÃO BENTO LTDA ME (11714)		0	5,9400	2
			PAPELARIA E PRESENTES MIGLAS LTDA (7496)		0	5,9600	3
			WORLD MASTER COMERCIO DE PAP. E SUPR. INF LTDA (11287)		0	5,9900	4
67	Estilete Grande lamina 18 mm, auto bloqueio, lamina grossa, reserva de 02 laminas e quebra laminas integrado	UN	SATELITE COMERCIAL LTDA EPP (11341)		0	6,0000	5
			FLORIANI EQUIPAMENTOS PARA ESCRITÓRIO LTDA EPP (6080)		0	6,0300	6
			MAXIMA PAPELARIA LTDA (10643)		0	1,3300	1
			PAPELARIA SÃO BENTO LTDA ME (11714)		0	1,3400	2
			FLORIANI EQUIPAMENTOS PARA ESCRITÓRIO LTDA EPP (6080)		0	1,3800	3
			PAPELARIA E PRESENTES MIGLAS LTDA (7496)		0	1,3800	4
68	EXTRATOR DE GRAMPO ESPÁTULA EM AÇO CROMADO	UN	SATELITE COMERCIAL LTDA EPP (11341)		0	1,3800	5
			MAXIMA PAPELARIA LTDA (10643)		0	1,2500	1
			PAPELARIA SÃO BENTO LTDA ME (11714)		0	1,2600	2
			PAPELARIA E PRESENTES MIGLAS LTDA (7496)		0	1,2800	3
			FLORIANI EQUIPAMENTOS PARA ESCRITÓRIO LTDA EPP (6080)		0	1,3300	4
69	Fita adesiva Craft - características mínimas: Fita Tam. 25 mm X 50 m com 50 g/m², - QUALIDADE SUPERIOR.	RL	MAXIMA PAPELARIA LTDA (10643)		0	9,8800	1
			PAPELARIA SÃO BENTO LTDA ME (11714)		0	9,8900	2
			PAPELARIA E PRESENTES MIGLAS LTDA (7496)		0	9,9100	3
			WORLD MASTER COMERCIO DE PAP. E SUPR. INF LTDA (11287)		0	9,9500	4
			SATELITE COMERCIAL LTDA EPP (11341)		0	9,9500	5
			FLORIANI EQUIPAMENTOS PARA ESCRITÓRIO LTDA EPP (6080)		0	9,9500	6
70	Fita adesiva pequena, de filme de acetato de celulose com adesivo a base de acrílico - tamanho 12mm x 30m	RL	MAXIMA PAPELARIA LTDA (10643)		0	0,7500	1
			PAPELARIA E PRESENTES MIGLAS LTDA (7496)		0	0,7600	2
			PAPELARIA SÃO BENTO LTDA ME (11714)		0	0,7800	3
			SATELITE COMERCIAL LTDA EPP (11341)		0	0,8000	4
			WORLD MASTER COMERCIO DE PAP. E SUPR. INF LTDA (11287)		0	0,8100	5

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SCHROEDER

Página: 14/26

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 53/2010

Número do Registro de Preços: 53/2010

Data do Registro: 09/11/2010

Válido até: 09/11/2011

Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para aquisição de material de expediente para suprir as necessidades da Secretaria de Planejamento Gestão e Finanças; Secretaria de Obras e Serviços Urbanos; Secretaria de Agricultura, Indústria, Comércio e Tu

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			FLORIANI EQUIPAMENTOS PARA ESCRITÓRIO LTDA EPP (6080)		0	0,8100	6
71	FITA ADESIVA TRANSPARENTE EM PVC 25 MMx 50M	RL	MAXIMA PAPELARIA LTDA (10643)		0	1,9700	1
			PAPELARIA SÃO BENTO LTDA ME (11714)		0	1,9800	2
			FLORIANI EQUIPAMENTOS PARA ESCRITÓRIO LTDA EPP (6080)		0	2,0000	3
			PAPELARIA E PRESENTES MIGLAS LTDA (7496)		0	2,0000	4
			SATELITE COMERCIAL LTDA EPP (11341)		0	2,0000	5
72	Fita crepe 19mm x 50m.	RL	MAXIMA PAPELARIA LTDA (10643)		0	2,5300	1
			PAPELARIA SÃO BENTO LTDA ME (11714)		0	2,5400	2
			PAPELARIA E PRESENTES MIGLAS LTDA (7496)		0	2,5600	3
			WORLD MASTER COMERCIO DE PAP. E SUPR. INF LTDA (11287)		0	2,6000	4
			FLORIANI EQUIPAMENTOS PARA ESCRITÓRIO LTDA EPP (6080)		0	2,6000	5
			SATELITE COMERCIAL LTDA EPP (11341)		0	2,6000	6
73	Fita crepe 38mm x 50m	RL	MAXIMA PAPELARIA LTDA (10643)		0	4,8800	1
			PAPELARIA SÃO BENTO LTDA ME (11714)		0	4,8900	2
			PAPELARIA E PRESENTES MIGLAS LTDA (7496)		0	4,9100	3
			FLORIANI EQUIPAMENTOS PARA ESCRITÓRIO LTDA EPP (6080)		0	4,9500	4
			SATELITE COMERCIAL LTDA EPP (11341)		0	4,9500	5
74	Fita crepe 45mm x 50mm, cor branca	RL	MAXIMA PAPELARIA LTDA (10643)		0	9,4500	1
			PAPELARIA E PRESENTES MIGLAS LTDA (7496)		0	9,4600	2
			PAPELARIA SÃO BENTO LTDA ME (11714)		0	9,4800	3
			SATELITE COMERCIAL LTDA EPP (11341)		0	9,5000	4
			FLORIANI EQUIPAMENTOS PARA ESCRITÓRIO LTDA EPP (6080)		0	9,5100	5
75	Fita dupla face 12mm x 30m	RL	MAXIMA PAPELARIA LTDA (10643)		0	3,6700	1
			PAPELARIA SÃO BENTO LTDA ME (11714)		0	3,6800	2
			PAPELARIA E PRESENTES MIGLAS LTDA (7496)		0	3,7300	3
			FLORIANI EQUIPAMENTOS PARA ESCRITÓRIO LTDA EPP (6080)		0	3,7700	4
			SATELITE COMERCIAL LTDA EPP (11341)		0	3,7700	5
76	Fita dupla face 18mm x 30m	RL	MAXIMA PAPELARIA LTDA (10643)		0	5,6300	1
			PAPELARIA E PRESENTES MIGLAS LTDA (7496)		0	5,6400	2

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SCHROEDER

Página: 15/26

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 53/2010

Número do Registro de Preços: 53/2010

Data do Registro: 09/11/2010

Válido até: 09/11/2011

Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para aquisição de material de expediente para suprir as necessidades da Secretaria de Planejamento Gestão e Finanças; Secretaria de Obras e Serviços Urbanos; Secretaria de Agricultura, Indústria, Comércio e Tu

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			WORLD MASTER COMERCIO DE PAP. E SUPR. INF LTDA (11287)		0	5,6900	3
			SATELITE COMERCIAL LTDA EPP (11341)		0	5,7000	4
			FLORIANI EQUIPAMENTOS PARA ESCRITÓRIO LTDA EPP (6080)		0	5,7100	5
77	Folha adesiva tamanho A4.	UN	MAXIMA PAPELARIA LTDA (10643)		0	0,6800	1
			PAPELARIA SÃO BENTO LTDA ME (11714)		0	0,6900	2
			FLORIANI EQUIPAMENTOS PARA ESCRITÓRIO LTDA EPP (6080)		0	0,7100	3
			PAPELARIA E PRESENTES MIGLAS LTDA (7496)		0	0,7100	4
			WORLD MASTER COMERCIO DE PAP. E SUPR. INF LTDA (11287)		0	0,7100	5
			SATELITE COMERCIAL LTDA EPP (11341)		0	0,7100	6
78	Folha de isopor espessura 5 cm medidas minimas 0,70 x 0,40 cm	UN	MAXIMA PAPELARIA LTDA (10643)		0	5,2200	1
			PAPELARIA SÃO BENTO LTDA ME (11714)		0	5,2300	2
			PAPELARIA E PRESENTES MIGLAS LTDA (7496)		0	5,2500	3
			WORLD MASTER COMERCIO DE PAP. E SUPR. INF LTDA (11287)		0	5,2900	4
			SATELITE COMERCIAL LTDA EPP (11341)		0	5,3000	5
79	Folha de isopor medidas minimas 0,70 x 0,40 cm - espessura 2 cm	UN	MAXIMA PAPELARIA LTDA (10643)		0	2,8000	1
			PAPELARIA E PRESENTES MIGLAS LTDA (7496)		0	2,8100	2
			PAPELARIA SÃO BENTO LTDA ME (11714)		0	2,8200	3
			WORLD MASTER COMERCIO DE PAP. E SUPR. INF LTDA (11287)		0	2,8800	4
80	Giz de cera curto (grosso) - formato redondo - cx. C/ 15 unidades	CX	MAXIMA PAPELARIA LTDA (10643)		0	2,1100	1
			PAPELARIA SÃO BENTO LTDA ME (11714)		0	2,1200	2
			WORLD MASTER COMERCIO DE PAP. E SUPR. INF LTDA (11287)		0	2,1600	3
			FLORIANI EQUIPAMENTOS PARA ESCRITÓRIO LTDA EPP (6080)		0	2,1700	4
			PAPELARIA E PRESENTES MIGLAS LTDA (7496)		0	2,1700	5
			SATELITE COMERCIAL LTDA EPP (11341)		0	2,1700	6
81	Grampeador para grampos 26/6 - estrutura metálica preto, para até 25 folhas.	UN	MAXIMA PAPELARIA LTDA (10643)		0	9,6500	1
			PAPELARIA SÃO BENTO LTDA ME (11714)		0	9,6600	2
			PAPELARIA E PRESENTES MIGLAS LTDA (7496)		0	9,7200	3
			WORLD MASTER COMERCIO DE PAP. E SUPR. INF LTDA (11287)		0	9,7600	4
			SATELITE COMERCIAL LTDA EPP (11341)		0	9,7600	5

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SCHROEDER

Página: 16/26

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 53/2010

Número do Registro de Preços: 53/2010

Data do Registro: 09/11/2010

Válido até: 09/11/2011

Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para aquisição de material de expediente para suprir as necessidades da Secretaria de Planejamento Gestão e Finanças; Secretaria de Obras e Serviços Urbanos; Secretaria de Agricultura, Indústria, Comércio e Tu

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
82	Grampeador, tratamento superficial pintado, material metal, tipo profissional de grande porte, capacidade 25 a 100 em aplicação folhas, tamanho grampo 23/6, 23/8, 23/10, e 23/13, cor preta, comprimento 28 cm, largura 6,50cm, altura 18,50, características adicionais de mesa/profundidade grampeado ajustável até 69 mm.	UN	MAXIMA PAPELARIA LTDA (10643)		0	83,0000	1
			PAPELARIA SÃO BENTO LTDA ME (11714)		0	83,0500	2
			PAPELARIA E PRESENTES MIGLAS LTDA (7496)		0	83,2000	3
			FLORIANI EQUIPAMENTOS PARA ESCRITÓRIO LTDA EPP (6080)		0	83,4300	4
			SATELITE COMERCIAL LTDA EPP (11341)		0	83,4300	5
83	Grampo para grampeador nº23/10 caixa com 5 000 unidades	CX	MAXIMA PAPELARIA LTDA (10643)		0	13,2000	1
			PAPELARIA SÃO BENTO LTDA ME (11714)		0	13,2300	2
			PAPELARIA E PRESENTES MIGLAS LTDA (7496)		0	13,2500	3
			SATELITE COMERCIAL LTDA EPP (11341)		0	13,3000	4
			FLORIANI EQUIPAMENTOS PARA ESCRITÓRIO LTDA EPP (6080)		0	13,3200	5
			WORLD MASTER COMERCIO DE PAP. E SUPR. INF LTDA (11287)		0	13,3200	6
84	Grampo para grampeador rocama galvanizado 106/8 - caixa de 255 gramas	UN	MAXIMA PAPELARIA LTDA (10643)		0	8,8000	1
			PAPELARIA E PRESENTES MIGLAS LTDA (7496)		0	8,8100	2
			PAPELARIA SÃO BENTO LTDA ME (11714)		0	8,8300	3
			SATELITE COMERCIAL LTDA EPP (11341)		0	8,8500	4
			FLORIANI EQUIPAMENTOS PARA ESCRITÓRIO LTDA EPP (6080)		0	8,8700	5
			WORLD MASTER COMERCIO DE PAP. E SUPR. INF LTDA (11287)		0	8,8700	6
85	Grampo para grampeador, galvanizado, tamanho 26/6. Caixa com 5.000 unidades	UN	MAXIMA PAPELARIA LTDA (10643)		0	3,3000	1
			PAPELARIA SÃO BENTO LTDA ME (11714)		0	3,3100	2
			PAPELARIA E PRESENTES MIGLAS LTDA (7496)		0	3,3600	3
			FLORIANI EQUIPAMENTOS PARA ESCRITÓRIO LTDA EPP (6080)		0	3,3900	4
			SATELITE COMERCIAL LTDA EPP (11341)		0	3,3900	5
86	Grampo Trilho para arquivamento - Caixa com 50 unidades - em Aço, com vincos de reforços para impedir deformações. Com cantos arredondados.	UN	MAXIMA PAPELARIA LTDA (10643)		0	9,9900	1
			PAPELARIA SÃO BENTO LTDA ME (11714)		0	10,0000	2
			PAPELARIA E PRESENTES MIGLAS LTDA (7496)		0	10,1100	3
			SATELITE COMERCIAL LTDA EPP (11341)		0	10,1900	4
			FLORIANI EQUIPAMENTOS PARA ESCRITÓRIO LTDA EPP (6080)		0	10,2000	5
87	Imã para mural	UN	MAXIMA PAPELARIA LTDA (10643)		0	0,8900	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SCHROEDER

Página: 17/26

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 53/2010

Número do Registro de Preços: 53/2010

Data do Registro: 09/11/2010

Válido até: 09/11/2011

Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para aquisição de material de expediente para suprir as necessidades da Secretaria de Planejamento Gestão e Finanças; Secretaria de Obras e Serviços Urbanos; Secretaria de Agricultura, Indústria, Comércio e Tu

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			PAPELARIA SÃO BENTO LTDA ME (11714)		0	0,9000	2
			PAPELARIA E PRESENTES MIGLAS LTDA (7496)		0	0,9300	3
			FLORIANI EQUIPAMENTOS PARA ESCRITÓRIO LTDA EPP (6080)		0	0,9300	4
88	Lápis de cor - mínimo 17 cm (grande), não tóxico - caixa com 12 peças de diversas cores	CX	MAXIMA PAPELARIA LTDA (10643)		0	5,7600	1
			PAPELARIA SÃO BENTO LTDA ME (11714)		0	5,7700	2
			PAPELARIA E PRESENTES MIGLAS LTDA (7496)		0	5,8100	3
			SATELITE COMERCIAL LTDA EPP (11341)		0	5,9000	4
			WORLD MASTER COMERCIO DE PAP. E SUPR. INF LTDA (11287)		0	5,9200	5
			FLORIANI EQUIPAMENTOS PARA ESCRITÓRIO LTDA EPP (6080)		0	5,9200	6
89	Lápis grafite 6B preto, - 6B, madeira de alta qualidade, formato sextavado e mina centralizada	UN	MAXIMA PAPELARIA LTDA (10643)		0	0,6600	1
			PAPELARIA E PRESENTES MIGLAS LTDA (7496)		0	0,6700	2
			PAPELARIA SÃO BENTO LTDA ME (11714)		0	0,6900	3
			WORLD MASTER COMERCIO DE PAP. E SUPR. INF LTDA (11287)		0	0,7200	4
			SATELITE COMERCIAL LTDA EPP (11341)		0	0,7200	5
90	Lápis grafite nº2, madeira de alta qualidade sextavada, com pintura verde emborrachada, mina centralizada.	UN	MAXIMA PAPELARIA LTDA (10643)		0	0,5500	1
			PAPELARIA E PRESENTES MIGLAS LTDA (7496)		0	0,5600	2
			PAPELARIA SÃO BENTO LTDA ME (11714)		0	0,5800	3
			WORLD MASTER COMERCIO DE PAP. E SUPR. INF LTDA (11287)		0	0,6000	4
			SATELITE COMERCIAL LTDA EPP (11341)		0	0,6000	5
			FLORIANI EQUIPAMENTOS PARA ESCRITÓRIO LTDA EPP (6080)		0	0,6000	6
91	Lápis grafite nº2 preto - com borracha macia, madeira de alta qualidade, formato sextavado e mina centralizada	UN	MAXIMA PAPELARIA LTDA (10643)		0	0,7000	1
			PAPELARIA SÃO BENTO LTDA ME (11714)		0	0,7100	2
			WORLD MASTER COMERCIO DE PAP. E SUPR. INF LTDA (11287)		0	0,7500	3
			PAPELARIA E PRESENTES MIGLAS LTDA (7496)		0	0,7500	4
			SATELITE COMERCIAL LTDA EPP (11341)		0	0,7500	5
			FLORIANI EQUIPAMENTOS PARA ESCRITÓRIO LTDA EPP (6080)		0	0,7500	6
92	Lapiseira, material baquelite, carga de grafite 0.7, características adicionais prendedor e ponteira de metal, com borracha na tampa.	UN	MAXIMA PAPELARIA LTDA (10643)		0	7,4800	1
			PAPELARIA SÃO BENTO LTDA ME (11714)		0	7,4900	2

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SCHROEDER

Página: 18/26

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 53/2010

Número do Registro de Preços: 53/2010

Data do Registro: 09/11/2010

Válido até: 09/11/2011

Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para aquisição de material de expediente para suprir as necessidades da Secretaria de Planejamento Gestão e Finanças; Secretaria de Obras e Serviços Urbanos; Secretaria de Agricultura, Indústria, Comércio e Tu

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			WORLD MASTER COMERCIO DE PAP. E SUPR. INF LTDA (11287)		0	7,5600	3
			PAPELARIA E PRESENTES MIGLAS LTDA (7496)		0	7,5700	4
			SATELITE COMERCIAL LTDA EPP (11341)		0	7,5700	5
			FLORIANI EQUIPAMENTOS PARA ESCRITÓRIO LTDA EPP (6080)		0	7,5700	6
93	Livro ata sem margem, capa dura, pautado, na cor preta, 100 folhas, dimensões de 320x220 mm	UN	MAXIMA PAPELARIA LTDA (10643)		0	9,1000	1
			PAPELARIA SÃO BENTO LTDA ME (11714)		0	9,1200	2
			PAPELARIA E PRESENTES MIGLAS LTDA (7496)		0	9,1700	3
			SATELITE COMERCIAL LTDA EPP (11341)		0	9,2000	4
			WORLD MASTER COMERCIO DE PAP. E SUPR. INF LTDA (11287)		0	9,2200	5
			FLORIANI EQUIPAMENTOS PARA ESCRITÓRIO LTDA EPP (6080)		0	9,2200	6
94	Massinha do modelar - 12 cores - 180gr, baixa oleosidade	CX	MAXIMA PAPELARIA LTDA (10643)		0	3,3800	1
			PAPELARIA SÃO BENTO LTDA ME (11714)		0	3,3900	2
			PAPELARIA E PRESENTES MIGLAS LTDA (7496)		0	3,4200	3
			WORLD MASTER COMERCIO DE PAP. E SUPR. INF LTDA (11287)		0	3,4700	4
			FLORIANI EQUIPAMENTOS PARA ESCRITÓRIO LTDA EPP (6080)		0	3,4800	5
			SATELITE COMERCIAL LTDA EPP (11341)		0	3,4800	6
95	Matriz a álcool - medidas de 220x340 mm, cx com 100 unidades	CX	MAXIMA PAPELARIA LTDA (10643)		0	41,0000	1
			PAPELARIA SÃO BENTO LTDA ME (11714)		0	41,4900	2
			PAPELARIA E PRESENTES MIGLAS LTDA (7496)		0	41,5200	3
			WORLD MASTER COMERCIO DE PAP. E SUPR. INF LTDA (11287)		0	41,5800	4
			SATELITE COMERCIAL LTDA EPP (11341)		0	41,6000	5
			FLORIANI EQUIPAMENTOS PARA ESCRITÓRIO LTDA EPP (6080)		0	41,6300	6
96	Mural de metal - medidas minimas de 1,00 x 0,50 - p/ recados	UN	MAXIMA PAPELARIA LTDA (10643)		0	55,8000	1
			PAPELARIA E PRESENTES MIGLAS LTDA (7496)		0	55,9000	2
97	Papel A4 com gramatura de 75g/m², alcalino, para uso profissional, produzido com fibras virgens de eucalipto ou pinus, com elevado grau de brancura. Nas medidas 210mm x 297mm - caixa com 10 resmas.	CX	PAPELARIA E PRESENTES MIGLAS LTDA (7496)		0	114,5000	1
			MAXIMA PAPELARIA LTDA (10643)		0	116,4900	2
			SATELITE COMERCIAL LTDA EPP (11341)		0	116,8500	3
			WORLD MASTER COMERCIO DE PAP. E SUPR. INF LTDA (11287)		0	117,1800	4

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SCHROEDER

Página: 19/26

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 53/2010

Número do Registro de Preços: 53/2010

Data do Registro: 09/11/2010

Válido até: 09/11/2011

Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para aquisição de material de expediente para suprir as necessidades da Secretaria de Planejamento Gestão e Finanças; Secretaria de Obras e Serviços Urbanos; Secretaria de Agricultura, Indústria, Comércio e Tu

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			PAPELARIA SÃO BENTO LTDA ME (11714)		0	117,4000	5
98	Papel almaço com pauta e margem, gramatura de 60g/m2 - medidas 330x220mm	UN	MAXIMA PAPELARIA LTDA (10643)		0	0,0900	1
			WORLD MASTER COMERCIO DE PAP. E SUPR. INF LTDA (11287)		0	0,1000	2
			PAPELARIA E PRESENTES MIGLAS LTDA (7496)		0	0,1000	3
			PAPELARIA SÃO BENTO LTDA ME (11714)		0	0,1000	4
			FLORIANI EQUIPAMENTOS PARA ESCRITÓRIO LTDA EPP (6080)		0	0,1000	5
			SATELITE COMERCIAL LTDA EPP (11341)		0	0,1000	6
99	Papel almaço sem pauta, gramatura de 60g/m2 - medidas 330x220mm	UN	MAXIMA PAPELARIA LTDA (10643)		0	0,0800	1
			WORLD MASTER COMERCIO DE PAP. E SUPR. INF LTDA (11287)		0	0,0900	2
			PAPELARIA E PRESENTES MIGLAS LTDA (7496)		0	0,0900	3
			PAPELARIA SÃO BENTO LTDA ME (11714)		0	0,0900	4
			FLORIANI EQUIPAMENTOS PARA ESCRITÓRIO LTDA EPP (6080)		0	0,0900	5
			SATELITE COMERCIAL LTDA EPP (11341)		0	0,0900	6
100	Papel Craft - cor marrom - gramatura 80g/m2 - metro	M	MAXIMA PAPELARIA LTDA (10643)		0	0,9200	1
			PAPELARIA SÃO BENTO LTDA ME (11714)		0	0,9300	2
			SATELITE COMERCIAL LTDA EPP (11341)		0	0,9700	3
			WORLD MASTER COMERCIO DE PAP. E SUPR. INF LTDA (11287)		0	0,9700	4
			PAPELARIA E PRESENTES MIGLAS LTDA (7496)		0	0,9700	5
			FLORIANI EQUIPAMENTOS PARA ESCRITÓRIO LTDA EPP (6080)		0	0,9700	6
101	Papel crepon - medidas de 0,48m x 02mdiversas cores	UN	MAXIMA PAPELARIA LTDA (10643)		0	0,5500	1
			PAPELARIA E PRESENTES MIGLAS LTDA (7496)		0	0,5600	2
			PAPELARIA SÃO BENTO LTDA ME (11714)		0	0,5800	3
			WORLD MASTER COMERCIO DE PAP. E SUPR. INF LTDA (11287)		0	0,6000	4
			FLORIANI EQUIPAMENTOS PARA ESCRITÓRIO LTDA EPP (6080)		0	0,6000	5
			SATELITE COMERCIAL LTDA EPP (11341)		0	0,6000	6
102	Papel officio - 75 g/m² - caixa com 5.000 folhas.	CX	MAXIMA PAPELARIA LTDA (10643)		0	138,0000	1
			PAPELARIA E PRESENTES MIGLAS LTDA (7496)		0	139,0000	2
			PAPELARIA SÃO BENTO LTDA ME (11714)		0	148,3000	3
			WORLD MASTER COMERCIO DE PAP. E SUPR. INF LTDA (11287)		0	149,0000	4

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SCHROEDER

Página: 20/26

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 53/2010

Número do Registro de Preços: 53/2010

Data do Registro: 09/11/2010

Válido até: 09/11/2011

Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para aquisição de material de expediente para suprir as necessidades da Secretaria de Planejamento Gestão e Finanças; Secretaria de Obras e Serviços Urbanos; Secretaria de Agricultura, Indústria, Comércio e Tu

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			SATELITE COMERCIAL LTDA EPP (11341)		0	149,0000	5
103	Papel Presente - Várias estampas medidas de 50 cm x 70 cm	UN	MAXIMA PAPELARIA LTDA (10643)		0	0,5700	1
			PAPELARIA SÃO BENTO LTDA ME (11714)		0	0,5800	2
			WORLD MASTER COMERCIO DE PAP. E SUPR. INF LTDA (11287)		0	0,6300	3
			PAPELARIA E PRESENTES MIGLAS LTDA (7496)		0	0,6300	4
			FLORIANI EQUIPAMENTOS PARA ESCRITÓRIO LTDA EPP (6080)		0	0,6300	5
104	Papel Sulfito Colorido tamanho A4 - com 100 folhas - 75g/m²	PCT	MAXIMA PAPELARIA LTDA (10643)		0	3,8000	1
			PAPELARIA E PRESENTES MIGLAS LTDA (7496)		0	3,8300	2
			PAPELARIA SÃO BENTO LTDA ME (11714)		0	3,8400	3
			SATELITE COMERCIAL LTDA EPP (11341)		0	3,9000	4
			WORLD MASTER COMERCIO DE PAP. E SUPR. INF LTDA (11287)		0	3,9200	5
			FLORIANI EQUIPAMENTOS PARA ESCRITÓRIO LTDA EPP (6080)		0	3,9200	6
105	Papel térmico para fax medidas 215mm x 30m.	UN	MAXIMA PAPELARIA LTDA (10643)		0	4,8000	1
			PAPELARIA E PRESENTES MIGLAS LTDA (7496)		0	4,8100	2
			PAPELARIA SÃO BENTO LTDA ME (11714)		0	4,8300	3
			SATELITE COMERCIAL LTDA EPP (11341)		0	4,9000	4
			WORLD MASTER COMERCIO DE PAP. E SUPR. INF LTDA (11287)		0	4,9100	5
106	Papel Vergê - diversas cores - gramatura 180 - medidas mínimas de 297 x 210 mm - pct com 100 folhas.	PCT	PAPELARIA SÃO BENTO LTDA ME (11714)		0	8,4000	1
			WORLD MASTER COMERCIO DE PAP. E SUPR. INF LTDA (11287)		0	8,4300	2
			MAXIMA PAPELARIA LTDA (10643)		0	8,4300	3
			SATELITE COMERCIAL LTDA EPP (11341)		0	8,4300	4
107	Papel Vergê - diversas cores - gramatura 80 - medidas mínimas de 297 x 210 mm - pct com 100 folhas.	PCT	MAXIMA PAPELARIA LTDA (10643)		0	5,9400	1
			SATELITE COMERCIAL LTDA EPP (11341)		0	5,9500	2
			FLORIANI EQUIPAMENTOS PARA ESCRITÓRIO LTDA EPP (6080)		0	7,3700	3
108	Pasta AZ grande - lombro alto, no tamanho 29cm de altura x 23cm de largura	UN	MAXIMA PAPELARIA LTDA (10643)		0	6,8500	1
			PAPELARIA SÃO BENTO LTDA ME (11714)		0	6,8600	2
			WORLD MASTER COMERCIO DE PAP. E SUPR. INF LTDA (11287)		0	6,8800	3
			PAPELARIA E PRESENTES MIGLAS LTDA (7496)		0	6,8800	4

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SCHROEDER

Página: 21/26

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 53/2010

Número do Registro de Preços: 53/2010

Data do Registro: 09/11/2010

Válido até: 09/11/2011

Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para aquisição de material de expediente para suprir as necessidades da Secretaria de Planejamento Gestão e Finanças; Secretaria de Obras e Serviços Urbanos; Secretaria de Agricultura, Indústria, Comércio e Tu

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
109	Pasta AZ pequeno	UN	FLORIANI EQUIPAMENTOS PARA ESCRITÓRIO LTDA EPP (6080)		0	6,8800	5
			SATELITE COMERCIAL LTDA EPP (11341)		0	6,8800	6
			MAXIMA PAPELARIA LTDA (10643)		0	4,1800	1
			PAPELARIA SÃO BENTO LTDA ME (11714)		0	4,1900	2
			PAPELARIA E PRESENTES MIGLAS LTDA (7496)		0	4,2100	3
			WORLD MASTER COMERCIO DE PAP. E SUPR. INF LTDA (11287)		0	4,2500	4
110	Pasta com aba em polipropileno, com elástico medidas de 350x235 mm, diversas cores	UN	SATELITE COMERCIAL LTDA EPP (11341)		0	4,2500	5
			PAPELARIA SÃO BENTO LTDA ME (11714)		0	1,4000	1
			PAPELARIA E PRESENTES MIGLAS LTDA (7496)		0	1,4100	2
			WORLD MASTER COMERCIO DE PAP. E SUPR. INF LTDA (11287)		0	1,4500	3
			MAXIMA PAPELARIA LTDA (10643)		0	1,4500	4
			SATELITE COMERCIAL LTDA EPP (11341)		0	1,4500	5
111	Pasta contrato em papel plastificado 180 g/m² para grampear documentos, com duas orelhas, medindo 235x322 mm na cor branca	UN	FLORIANI EQUIPAMENTOS PARA ESCRITÓRIO LTDA EPP (6080)		0	1,5400	6
			MAXIMA PAPELARIA LTDA (10643)		0	1,0800	1
			PAPELARIA SÃO BENTO LTDA ME (11714)		0	1,0900	2
			PAPELARIA E PRESENTES MIGLAS LTDA (7496)		0	1,1100	3
			WORLD MASTER COMERCIO DE PAP. E SUPR. INF LTDA (11287)		0	1,1400	4
			SATELITE COMERCIAL LTDA EPP (11341)		0	1,1500	5
112	Pasta dobrada em polipropileno com grampo trilho plástico diversas cores, 340x235 mm	UN	SATELITE COMERCIAL LTDA EPP (11341)		0	1,1500	5
			MAXIMA PAPELARIA LTDA (10643)		0	1,6200	1
			PAPELARIA E PRESENTES MIGLAS LTDA (7496)		0	1,6300	2
			PAPELARIA SÃO BENTO LTDA ME (11714)		0	1,6400	3
			WORLD MASTER COMERCIO DE PAP. E SUPR. INF LTDA (11287)		0	1,6900	4
			FLORIANI EQUIPAMENTOS PARA ESCRITÓRIO LTDA EPP (6080)		0	1,7000	5
113	Pasta plástica com elástico, lombo 30 mm, tamanho officio	UN	SATELITE COMERCIAL LTDA EPP (11341)		0	1,7000	6
			MAXIMA PAPELARIA LTDA (10643)		0	3,0900	1
			PAPELARIA E PRESENTES MIGLAS LTDA (7496)		0	3,1000	2
			PAPELARIA SÃO BENTO LTDA ME (11714)		0	3,1300	3
			WORLD MASTER COMERCIO DE PAP. E SUPR. INF LTDA (11287)		0	3,2000	4
			FLORIANI EQUIPAMENTOS PARA ESCRITÓRIO LTDA EPP (6080)		0	3,2000	5

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SCHROEDER

Página: 22/26

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 53/2010

Número do Registro de Preços: 53/2010

Data do Registro: 09/11/2010

Válido até: 09/11/2011

Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para aquisição de material de expediente para suprir as necessidades da Secretaria de Planejamento Gestão e Finanças; Secretaria de Obras e Serviços Urbanos; Secretaria de Agricultura, Indústria, Comércio e Tu

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			SATELITE COMERCIAL LTDA EPP (11341)		0	3,2000	6
114	Pasta plástica dobrada com elástico, tamanho ofício - 340 x 245 mm	UN	MAXIMA PAPELARIA LTDA (10643)		0	1,7800	1
			PAPELARIA SÃO BENTO LTDA ME (11714)		0	1,7900	2
			PAPELARIA E PRESENTES MIGLAS LTDA (7496)		0	1,8100	3
			WORLD MASTER COMERCIO DE PAP. E SUPR. INF LTDA (11287)		0	1,8400	4
			FLORIANI EQUIPAMENTOS PARA ESCRITÓRIO LTDA EPP (6080)		0	1,8400	5
			SATELITE COMERCIAL LTDA EPP (11341)		0	1,8400	6
115	Pasta plástica em polionda, com plástico e lombo de 55 mm, tamanho ofício - 340 x 245 mm	UN	MAXIMA PAPELARIA LTDA (10643)		0	3,6000	1
			PAPELARIA E PRESENTES MIGLAS LTDA (7496)		0	3,6200	2
			PAPELARIA SÃO BENTO LTDA ME (11714)		0	3,6400	3
			SATELITE COMERCIAL LTDA EPP (11341)		0	3,7000	4
			WORLD MASTER COMERCIO DE PAP. E SUPR. INF LTDA (11287)		0	3,7300	5
			FLORIANI EQUIPAMENTOS PARA ESCRITÓRIO LTDA EPP (6080)		0	3,7300	6
116	Pasta suspensa em cartão marmorizado plastificado, com 02 hastes metálicas removíveis, com ponteiro plástico nylon nas extremidades, grampos plásticos visor transparente e etiqueta de identificação branca. Caixa com 50 unidades.	CX	MAXIMA PAPELARIA LTDA (10643)		0	76,1400	1
			PAPELARIA E PRESENTES MIGLAS LTDA (7496)		0	76,1500	2
			PAPELARIA SÃO BENTO LTDA ME (11714)		0	76,3000	3
			WORLD MASTER COMERCIO DE PAP. E SUPR. INF LTDA (11287)		0	76,4800	4
			SATELITE COMERCIAL LTDA EPP (11341)		0	76,4800	5
117	Percevejo cx com 100 unidades	CX	MAXIMA PAPELARIA LTDA (10643)		0	1,6800	1
			PAPELARIA E PRESENTES MIGLAS LTDA (7496)		0	1,6900	2
			PAPELARIA SÃO BENTO LTDA ME (11714)		0	1,7000	3
			WORLD MASTER COMERCIO DE PAP. E SUPR. INF LTDA (11287)		0	1,7900	4
			FLORIANI EQUIPAMENTOS PARA ESCRITÓRIO LTDA EPP (6080)		0	1,7900	5
			SATELITE COMERCIAL LTDA EPP (11341)		0	1,7900	6
118	Perfurador - tamanho médio - capacidade de perfuração 8 folhas - diametro do furo 6mm	UN	MAXIMA PAPELARIA LTDA (10643)		0	11,6000	1
			PAPELARIA E PRESENTES MIGLAS LTDA (7496)		0	11,6100	2
			PAPELARIA SÃO BENTO LTDA ME (11714)		0	11,6300	3
			SATELITE COMERCIAL LTDA EPP (11341)		0	11,8500	4

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SCHROEDER

Página: 23/26

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 53/2010

Número do Registro de Preços: 53/2010

Data do Registro: 09/11/2010

Válido até: 09/11/2011

Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para aquisição de material de expediente para suprir as necessidades da Secretaria de Planejamento Gestão e Finanças; Secretaria de Obras e Serviços Urbanos; Secretaria de Agricultura, Indústria, Comércio e Tu

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			FLORIANI EQUIPAMENTOS PARA ESCRITÓRIO LTDA EPP (6080)		0	11,8700	5
119	Perfurador em metal para papel tamanho médio para no mínimo 20 folhas, com margeador	UN	MAXIMA PAPELARIA LTDA (10643)		0	13,5400	1
			PAPELARIA SÃO BENTO LTDA ME (11714)		0	13,5500	2
			PAPELARIA E PRESENTES MIGLAS LTDA (7496)		0	13,6500	3
			WORLD MASTER COMERCIO DE PAP. E SUPR. INF LTDA (11287)		0	13,7300	4
			SATELITE COMERCIAL LTDA EPP (11341)		0	13,7300	5
120	Pilhas alcalinas - pequenas mod. AA 1.5 v / 5 cm	UN	MAXIMA PAPELARIA LTDA (10643)		0	2,9000	1
			PAPELARIA E PRESENTES MIGLAS LTDA (7496)		0	2,9100	2
			PAPELARIA SÃO BENTO LTDA ME (11714)		0	2,9300	3
			SATELITE COMERCIAL LTDA EPP (11341)		0	3,0000	4
			WORLD MASTER COMERCIO DE PAP. E SUPR. INF LTDA (11287)		0	3,0300	5
121	Pincel Atômico - ponta chanfrada indeformável, para uso em papel, cartolina, papelão, com tinta à base de álcool, ponta feltro, em diversas cores	UN	MAXIMA PAPELARIA LTDA (10643)		0	2,0000	1
			PAPELARIA E PRESENTES MIGLAS LTDA (7496)		0	2,0100	2
			PAPELARIA SÃO BENTO LTDA ME (11714)		0	2,0300	3
			WORLD MASTER COMERCIO DE PAP. E SUPR. INF LTDA (11287)		0	2,1600	4
			FLORIANI EQUIPAMENTOS PARA ESCRITÓRIO LTDA EPP (6080)		0	2,1600	5
			SATELITE COMERCIAL LTDA EPP (11341)		0	2,1600	6
122	Pistola manual para aplicação de cola quente p/ bastão diâmetro 10mm	UN	PAPELARIA SÃO BENTO LTDA ME (11714)		0	12,7400	1
			PAPELARIA E PRESENTES MIGLAS LTDA (7496)		0	12,7500	2
			MAXIMA PAPELARIA LTDA (10643)		0	12,8400	3
			WORLD MASTER COMERCIO DE PAP. E SUPR. INF LTDA (11287)		0	12,8500	4
			SATELITE COMERCIAL LTDA EPP (11341)		0	12,8600	5
123	Plástico autoadesivo cristal transparente, rolo de 45cmx25m - estilo contact.	RL	MAXIMA PAPELARIA LTDA (10643)		0	61,3000	1
			PAPELARIA E PRESENTES MIGLAS LTDA (7496)		0	61,3500	2
			PAPELARIA SÃO BENTO LTDA ME (11714)		0	61,3800	3
			WORLD MASTER COMERCIO DE PAP. E SUPR. INF LTDA (11287)		0	61,6900	4
			FLORIANI EQUIPAMENTOS PARA ESCRITÓRIO LTDA EPP (6080)		0	61,6900	5
			SATELITE COMERCIAL LTDA EPP (11341)		0	61,6900	6
124	Plástico para pastas 4 furos, tamanho 24x32cm, espessura grossa, tamanho A4	UN	MAXIMA PAPELARIA LTDA (10643)		0	17,3000	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SCHROEDER

Página: 24/26

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 53/2010

Número do Registro de Preços: 53/2010

Data do Registro: 09/11/2010

Válido até: 09/11/2011

Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para aquisição de material de expediente para suprir as necessidades da Secretaria de Planejamento Gestão e Finanças; Secretaria de Obras e Serviços Urbanos; Secretaria de Agricultura, Indústria, Comércio e Tu

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			PAPELARIA SÃO BENTO LTDA ME (11714)		0	17,3800	2
			PAPELARIA E PRESENTES MIGLAS LTDA (7496)		0	17,4500	3
			WORLD MASTER COMERCIO DE PAP. E SUPR. INF LTDA (11287)		0	17,6100	4
			FLORIANI EQUIPAMENTOS PARA ESCRITÓRIO LTDA EPP (6080)		0	17,6100	5
			SATELITE COMERCIAL LTDA EPP (11341)		0	17,6100	6
125	Porta caneta, clips e porta cartões	UN	MAXIMA PAPELARIA LTDA (10643)		0	9,1900	1
			PAPELARIA SÃO BENTO LTDA ME (11714)		0	9,2000	2
			PAPELARIA E PRESENTES MIGLAS LTDA (7496)		0	9,2500	3
			SATELITE COMERCIAL LTDA EPP (11341)		0	9,5000	4
			FLORIANI EQUIPAMENTOS PARA ESCRITÓRIO LTDA EPP (6080)		0	10,2500	5
126	Porta fita durex de mesa (para fita de tamanho pequeno)12mm x 10m	UN	MAXIMA PAPELARIA LTDA (10643)		0	7,1800	1
			PAPELARIA SÃO BENTO LTDA ME (11714)		0	7,1900	2
			PAPELARIA E PRESENTES MIGLAS LTDA (7496)		0	7,2100	3
			WORLD MASTER COMERCIO DE PAP. E SUPR. INF LTDA (11287)		0	7,3700	4
			SATELITE COMERCIAL LTDA EPP (11341)		0	7,3700	5
127	Pranchetas de acrílico com prendedor - tamanho ofício	UN	MAXIMA PAPELARIA LTDA (10643)		0	8,0000	1
			PAPELARIA SÃO BENTO LTDA ME (11714)		0	8,0200	2
			PAPELARIA E PRESENTES MIGLAS LTDA (7496)		0	8,1000	3
			WORLD MASTER COMERCIO DE PAP. E SUPR. INF LTDA (11287)		0	8,1400	4
			SATELITE COMERCIAL LTDA EPP (11341)		0	8,1400	5
128	Régua plástica transparente c/ 30 cm - reforçada	UN	MAXIMA PAPELARIA LTDA (10643)		0	1,0000	1
			PAPELARIA E PRESENTES MIGLAS LTDA (7496)		0	1,0100	2
			PAPELARIA SÃO BENTO LTDA ME (11714)		0	1,0300	3
			WORLD MASTER COMERCIO DE PAP. E SUPR. INF LTDA (11287)		0	1,0900	4
			SATELITE COMERCIAL LTDA EPP (11341)		0	1,0900	5
129	Tesoura escolar medida de 10 cm, com ponta arredondada - cabo plástico	UN	MAXIMA PAPELARIA LTDA (10643)		0	3,1800	1
			PAPELARIA SÃO BENTO LTDA ME (11714)		0	3,1900	2
			PAPELARIA E PRESENTES MIGLAS LTDA (7496)		0	3,2100	3
			SATELITE COMERCIAL LTDA EPP (11341)		0	3,3000	4
			WORLD MASTER COMERCIO DE PAP. E SUPR. INF LTDA (11287)		0	3,3100	5

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SCHROEDER

Página: 25/26

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 53/2010

Número do Registro de Preços: 53/2010

Data do Registro: 09/11/2010

Válido até: 09/11/2011

Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para aquisição de material de expediente para suprir as necessidades da Secretaria de Planejamento Gestão e Finanças; Secretaria de Obras e Serviços Urbanos; Secretaria de Agricultura, Indústria, Comércio e Tu

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			FLORIANI EQUIPAMENTOS PARA ESCRITÓRIO LTDA EPP (6080)		0	3,3100	6
130	Tesoura Grande - com lâmina de aço inox e cabo plástico, tamanho de corte mínimo 20 cm.	UN	MAXIMA PAPELARIA LTDA (10643)		0	6,4800	1
			PAPELARIA SÃO BENTO LTDA ME (11714)		0	6,4900	2
			PAPELARIA E PRESENTES MIGLAS LTDA (7496)		0	6,5100	3
			WORLD MASTER COMERCIO DE PAP. E SUPR. INF LTDA (11287)		0	6,5700	4
			FLORIANI EQUIPAMENTOS PARA ESCRITÓRIO LTDA EPP (6080)		0	6,5700	5
			SATELITE COMERCIAL LTDA EPP (11341)		0	6,5700	6
131	Tinta de almofada para carimbo na cor preto ou azul com 40ml	UN	PAPELARIA SÃO BENTO LTDA ME (11714)		0	5,5400	1
			PAPELARIA E PRESENTES MIGLAS LTDA (7496)		0	5,5500	2
			MAXIMA PAPELARIA LTDA (10643)		0	5,7000	3
			WORLD MASTER COMERCIO DE PAP. E SUPR. INF LTDA (11287)		0	5,7900	4
			FLORIANI EQUIPAMENTOS PARA ESCRITÓRIO LTDA EPP (6080)		0	5,7900	5
			SATELITE COMERCIAL LTDA EPP (11341)		0	5,7900	6
132	Tinta guache - pote 250 gramas diversas cores.	UN	PAPELARIA SÃO BENTO LTDA ME (11714)		0	3,0000	1
			PAPELARIA E PRESENTES MIGLAS LTDA (7496)		0	3,0100	2
			SATELITE COMERCIAL LTDA EPP (11341)		0	3,0900	3
			WORLD MASTER COMERCIO DE PAP. E SUPR. INF LTDA (11287)		0	3,1000	4
			FLORIANI EQUIPAMENTOS PARA ESCRITÓRIO LTDA EPP (6080)		0	3,1000	5
			MAXIMA PAPELARIA LTDA (10643)		0	3,1000	6
133	Transparência em folha filme A4, para retroprojeção.	UN	MAXIMA PAPELARIA LTDA (10643)		0	0,9700	1
			PAPELARIA SÃO BENTO LTDA ME (11714)		0	0,9800	2
			PAPELARIA E PRESENTES MIGLAS LTDA (7496)		0	1,0200	3
			FLORIANI EQUIPAMENTOS PARA ESCRITÓRIO LTDA EPP (6080)		0	1,1000	4
134	Transparência tamanho A4 para fotocópias a laser com tarjas	UN	MAXIMA PAPELARIA LTDA (10643)		0	0,9000	1
			PAPELARIA E PRESENTES MIGLAS LTDA (7496)		0	0,9100	2
			PAPELARIA SÃO BENTO LTDA ME (11714)		0	0,9400	3
			FLORIANI EQUIPAMENTOS PARA ESCRITÓRIO LTDA EPP (6080)		0	0,9600	4
135	Transparência tamanho A4 para impressora jato de tinta com tarja	UN	MAXIMA PAPELARIA LTDA (10643)		0	0,9000	1
			PAPELARIA E PRESENTES MIGLAS LTDA (7496)		0	0,9100	2

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SCHROEDER

Página: 26/26

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 53/2010**Número do Registro de Preços: 53/2010****Data do Registro: 09/11/2010****Válido até: 09/11/2011**

Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para aquisição de material de expediente para suprir as necessidades da Secretaria de Planejamento Gestão e Finanças; Secretaria de Obras e Serviços Urbanos; Secretaria de Agricultura, Indústria, Comércio e Tu

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			PAPELARIA SÃO BENTO LTDA ME (11714)		0	0,9300	3
			WORLD MASTER COMERCIO DE PAP. E SUPR. INF LTDA (11287)		0	0,9800	4
136	Tubo de cola Gliter - minimo 35 ml - diversas cores	UN	MAXIMA PAPELARIA LTDA (10643)		0	1,7300	1
			PAPELARIA SÃO BENTO LTDA ME (11714)		0	1,7400	2
			WORLD MASTER COMERCIO DE PAP. E SUPR. INF LTDA (11287)		0	1,8200	3
			PAPELARIA E PRESENTES MIGLAS LTDA (7496)		0	1,8200	4
137	Umidificador de dedo em creme, não tóxico, sem glicerina, com minimo 12 g	UN	MAXIMA PAPELARIA LTDA (10643)		0	3,0000	1
			PAPELARIA E PRESENTES MIGLAS LTDA (7496)		0	3,0100	2
			PAPELARIA SÃO BENTO LTDA ME (11714)		0	3,0300	3
			SATELITE COMERCIAL LTDA EPP (11341)		0	3,0500	4
			WORLD MASTER COMERCIO DE PAP. E SUPR. INF LTDA (11287)		0	3,0700	5
			FLORIANI EQUIPAMENTOS PARA ESCRITÓRIO LTDA EPP (6080)		0	3,1100	6

SCHROEDER, 9 de Novembro de 2010.

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SCHROEDER

ATA DE REGISTRO DE PREÇO 84/2010-PMS

Página: 1/3

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 54/2010

Número do Registro de Preços: 54/2010

Data do Registro: 10/11/2010

Válido até: 10/11/2011

Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO aquisição de material de divulgação de eventos para suprir as necessidades da Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Lazer e da Secretaria de Saúde e Assistência Social da Prefeitura Municipal de Schroeder/

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
1	Faixa de TNT de 4 metros de comprimento por 0,60 m de Largura, pintada com até 3 cores, com madeira fixada nas laterais.	UN	EXPRESSÃO COM. DE MAT. DE INFORMATICA E SERV. LTDA (10763)		0	39,0000	1
			SERIPRINT COMUNICAÇÃO VISUAL LTDA ME (11680)		0	40,0000	2
2	Faixa de TNT de 3 metros de comprimento por 0,60 m de Largura, pintada com até 3 cores, com madeira fixada nas laterais.	UN	SERIPRINT COMUNICAÇÃO VISUAL LTDA ME (11680)		0	32,0000	1
			EXPRESSÃO COM. DE MAT. DE INFORMATICA E SERV. LTDA (10763)		0	44,8000	2
3	Faixa em Lona B.O. de 4,00 x 0,60 m, com impressão digital de boa qualidade. As extremidades horizontais da lona deve ser soldada sobre hastes de madeiras cilíndricas, e as mesmas devem ter acabamento com tampas de plástico na cor branca.	UN	SERIPRINT COMUNICAÇÃO VISUAL LTDA ME (11680)		0	68,0000	1
			ADMINISTRA DIS. E MAT. DE ESCR. LTDA ME (10664)		0	69,0000	2
			EXPRESSÃO COM. DE MAT. DE INFORMATICA E SERV. LTDA (10763)		0	81,6000	3
4	Faixa em Lona B.O. de 3,00 x 0,60 m, com impressão digital de boa qualidade. As extremidades horizontais da lona deve ser soldada sobre hastes de madeiras cilíndricas, e as mesmas devem ter acabamento com tampas de plástico na cor branca.	UN	ADMINISTRA DIS. E MAT. DE ESCR. LTDA ME (10664)		0	56,0000	1
			SERIPRINT COMUNICAÇÃO VISUAL LTDA ME (11680)		0	57,0000	2
			EXPRESSÃO COM. DE MAT. DE INFORMATICA E SERV. LTDA (10763)		0	67,2000	3
5	Banner em Lona B.O. de 4,00 x 2,00 m com impressão digital de boa qualidade. Impressão digital de 720 DPIS; gramatura 440; aplicação de logomarcas dos patrocinadores. As extremidades deverão ser nas opções: 1) na vertical da lona devem ser soldada sobre hastes de madeiras cilíndricas, e as mesmas devem ter acabamento com tampas de plástico na cor branca. Deve haver uma corda para pendurar o mesmo. 2) acabamento com ilhéus em todos os lados.	UN	SERIPRINT COMUNICAÇÃO VISUAL LTDA ME (11680)		0	275,0000	1
			ADMINISTRA DIS. E MAT. DE ESCR. LTDA ME (10664)		0	278,0000	2
			EXPRESSÃO COM. DE MAT. DE INFORMATICA E SERV. LTDA (10763)		0	287,0600	3
6	Banner em Lona B.O. de 3,00 x 1,50 m com impressão digital de boa qualidade. As extremidades deverão ser nas opções: 1) na vertical da lona devem ser soldada sobre hastes de madeiras cilíndricas, e as mesmas devem ter acabamento com tampas de plástico na cor branca. Deve haver uma corda para pendurar o mesmo. acabamento com ilhéus em todos os lados.	UN	SERIPRINT COMUNICAÇÃO VISUAL LTDA ME (11680)		0	156,0000	1
			EXPRESSÃO COM. DE MAT. DE INFORMATICA E SERV. LTDA (10763)		0	158,0000	2
			ADMINISTRA DIS. E MAT. DE ESCR. LTDA ME (10664)		0	159,0000	3
7	Banner em Lona B.O. de 1,80 x 1,00 m com impressão digital de boa qualidade. As extremidades deverão ser nas opções: 1) na vertical da lona devem ser soldada sobre hastes de madeiras cilíndricas, e as mesmas devem ter acabamento com tampas de plástico na cor branca. Deve haver uma corda para pendurar o mesmo. acabamento com ilhéus em todos os lados.	UN	SERIPRINT COMUNICAÇÃO VISUAL LTDA ME (11680)		0	56,0000	1
			ADMINISTRA DIS. E MAT. DE ESCR. LTDA ME (10664)		0	57,5000	2

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SCHROEDER

Página: 2/3

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 54/2010

Número do Registro de Preços: 54/2010

Data do Registro: 10/11/2010

Válido até: 10/11/2011

Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO aquisição de material de divulgação de eventos para suprir as necessidades da Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Lazer e da Secretaria de Saúde e Assistência Social da Prefeitura Municipal de Schroeder/

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			EXPRESSÃO COM. DE MAT. DE INFORMATICA E SERV. LTDA (10763)		0	61,0000	3
8	Banner em Lona B.O. de 1,50 x 0,70 m com impressão digital de boa qualidade. As extremidades deverão ser nas opções: 1) na vertical da lona devem ser soldada sobre hastes de madeiras cilíndricas, e as mesmas devem ter acabamento com tampas de plástico na cor branca. Deve haver uma corda para pendurar o mesmo. acabamento com ilhéus em todos os lados.	UN	SERIPRINT COMUNICAÇÃO VISUAL LTDA ME (11680)		0	33,0000	1
			EXPRESSÃO COM. DE MAT. DE INFORMATICA E SERV. LTDA (10763)		0	34,0000	2
			ADMINISTRA DIS. E MAT. DE ESCR. LTDA ME (10664)		0	35,0000	3
9	Banner/Lona Impressa em B.O. de 5,00 x 2,00 m com impressão digital de boa qualidade. As extremidades deverão ter acabamento com ilhéus em todos os lados. (Semelhante Out Door)	UN	SERIPRINT COMUNICAÇÃO VISUAL LTDA ME (11680)		0	335,0000	1
			EXPRESSÃO COM. DE MAT. DE INFORMATICA E SERV. LTDA (10763)		0	339,0000	2
			ADMINISTRA DIS. E MAT. DE ESCR. LTDA ME (10664)		0	340,0000	3
10	Placa de Identificação em PVC com espessura de 4 mm, tamanho 10 x 40 cm, com adesivos recortados e aplicados em 01 cor, plastificado.	UN	ADMINISTRA DIS. E MAT. DE ESCR. LTDA ME (10664)		0	9,0000	1
			SERIPRINT COMUNICAÇÃO VISUAL LTDA ME (11680)		0	10,0000	2
			EXPRESSÃO COM. DE MAT. DE INFORMATICA E SERV. LTDA (10763)		0	10,1500	3
11	Placa de Identificação em PVC com espessura de 4 mm, tamanho 50 x 30 cm, com adesivos recortados e aplicados em 01 cor, plastificado.	UN	ADMINISTRA DIS. E MAT. DE ESCR. LTDA ME (10664)		0	26,5000	1
			EXPRESSÃO COM. DE MAT. DE INFORMATICA E SERV. LTDA (10763)		0	26,9000	2
			SERIPRINT COMUNICAÇÃO VISUAL LTDA ME (11680)		0	27,5000	3
12	Placa de Identificação em PVC com espessura de 4 mm, tamanho 50 x 20 cm, com adesivos recortados e aplicados em 01 cor, plastificado.	UN	ADMINISTRA DIS. E MAT. DE ESCR. LTDA ME (10664)		0	18,5000	1
			SERIPRINT COMUNICAÇÃO VISUAL LTDA ME (11680)		0	19,5000	2
			EXPRESSÃO COM. DE MAT. DE INFORMATICA E SERV. LTDA (10763)		0	19,6600	3
13	Placa de Identificação em PVC com espessura de 4 mm, tamanho 70 x 30 cm, com adesivos recortados e aplicados em 01 cor, plastificado.	UN	ADMINISTRA DIS. E MAT. DE ESCR. LTDA ME (10664)		0	37,5000	1
			SERIPRINT COMUNICAÇÃO VISUAL LTDA ME (11680)		0	38,0000	2
			EXPRESSÃO COM. DE MAT. DE INFORMATICA E SERV. LTDA (10763)		0	39,3300	3
14	Placa de Identificação em PVC com espessura de 4 mm, tamanho 40 x 30 cm, com adesivos recortados e aplicados em 01 cor, plastificado.	UN	ADMINISTRA DIS. E MAT. DE ESCR. LTDA ME (10664)		0	22,0000	1
			SERIPRINT COMUNICAÇÃO VISUAL LTDA ME (11680)		0	22,4000	2
			EXPRESSÃO COM. DE MAT. DE INFORMATICA E SERV. LTDA (10763)		0	22,4300	3

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SCHROEDER

Página: 3/3

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 54/2010**Número do Registro de Preços: 54/2010****Data do Registro: 10/11/2010****Válido até: 10/11/2011**

Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO aquisição de material de divulgação de eventos para suprir as necessidades da Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Lazer e da Secretaria de Saúde e Assistência Social da Prefeitura Municipal de Schroeder/

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
15	Placa de Identificação em PVC com espessura de 4 mm, tamanho 1,20 x 0,60 metros, com adesivo plástico aplicado em 01 cor.	UN	EXPRESSÃO COM. DE MAT. DE INFORMATICA E SERV. LTDA (10763)		0	104,0000	1
			ADMINISTRA DIS. E MAT. DE ESCR. LTDA ME (10664)		0	105,0000	2
			SERIPRINT COMUNICAÇÃO VISUAL LTDA ME (11680)		0	108,0000	3
16	Placa de Identificação em PVC com espessura de 4 mm, tamanho 1,20 x 0,60 metros, com adesivo plástico aplicado em diversas cores.	UN	ADMINISTRA DIS. E MAT. DE ESCR. LTDA ME (10664)		0	101,0000	1
			EXPRESSÃO COM. DE MAT. DE INFORMATICA E SERV. LTDA (10763)		0	104,0000	2
			SERIPRINT COMUNICAÇÃO VISUAL LTDA ME (11680)		0	108,0000	3

SCHROEDER, 10 de Novembro de 2010.

Siderópolis

PREFEITURA MUNICIPAL

Lei nº1902

LEI Nº1.902, DE 08 DE NOVEMBRO DE 2010

DISPÕE SOBRE AS DIRETRIZES PARA A ELABORAÇÃO DA LEI ORÇAMENTÁRIA DO EXERCÍCIO DE 2011 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

DOUGLAS GLEEN WARMLING, Prefeito Municipal, faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte LEI:

DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º - Em cumprimento ao disposto no Art. 165, inciso II, da Constituição Federal e em consonância com o Art. 4º, da Lei Complementar nº. 101, de 04/05/2000, as diretrizes orçamentárias do Município para o exercício de 2011, serão elaborados e executados observando as diretrizes, objetivos, prioridades e metas estabelecidas nesta Lei, compreendendo:

I - as metas fiscais, incluindo as disposições sobre as metas de Resultado Primário, Resultado Nominal e demais Relatórios de Gestão e metas estabelecidas pela LRF;

II - as prioridades e metas da administração municipal para o exercício de 2011 extraídas do Plano Plurianual para 2010/2013;

III - a estrutura dos orçamentos da Prefeitura, Fundos e das Fundações Municipais;

IV - as diretrizes para a elaboração e a execução dos orçamentos do Município e suas alterações;

V - as disposições sobre dívida pública municipal;

VI - as disposições sobre despesas com pessoal e seus encargos;

VII - as disposições sobre alterações na legislação tributária e relativa à arrecadação;

VIII - as disposições gerais.

I - DAS PRIORIDADES E METAS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL

Art. 2º - As metas fiscais de receitas, despesas, resultado primário, nominal e montante da dívida pública para o exercício de 2011, de que trata o Art. 4º da Lei Complementar nº 101/2000 são os identificados no ANEXO I desta Lei, e que conterá ainda os seguintes demonstrativos:

I - Anexo I.1 - Demonstrativo da Avaliação do Cumprimento das Metas Fiscais do Exercício de 2009;

II - Anexo I.2 - Demonstrativo de Metas Fiscais Atuais Comparadas com as Fixadas no Exercício Posterior;

III - Anexo I.3 - Demonstrativo da Memória de Cálculo das Metas Fiscais de Receita;

IV - Anexo I.3.1 - Memória e Metodologia de Cálculo das Principais Fontes de Receita;

V - Anexo I.4 - Demonstrativo da Memória de Cálculo das Metas Fiscais de Despesa;

VI - Anexo I.4.1 - Demonstrativo da Origem e Destinação dos Recursos;

VII - Anexo I.5 - Demonstrativo da Memória de Cálculo das Metas Fiscais de Resultado Primário;

VIII - Anexo I.6 - Demonstrativo da Memória de Cálculo das Metas Fiscais de Resultado Nominal;

IX - Anexo I.7 - Demonstrativo da Memória de Cálculo das Metas Fiscais de Montante da Dívida;

X - Anexo I.8 - Demonstrativo da Evolução do Patrimônio Líquido e Origem e Aplicação dos Recursos de Alienação de Ativos;

XI - Anexo I.9 - Demonstrativo das Receitas e Despesas Previdenciárias do Regime Próprio de Previdência Social;

XII - Anexo I.10 - Demonstrativo da Projeção Atuarial do Regime Próprio de Previdência Social;

XIII - Anexo I.11 - Demonstrativo da Estimativa e Compensação da Renúncia de Receita;

XIV - Anexo I.12 - Demonstrativo da Margem de Expansão das Despesas Obrigatórias de Caráter Continuado;

XV - Anexo II. 01 a II.14 - Planilhas das Prioridades e Metas;

XVI - Anexo III - Demonstrativo dos Riscos Fiscais;

XVII - Anexo IV - Demonstrativo da Priorização de Recursos para Obras em Andamento e Conservação do Patrimônio Público;

XVIII - Anexo V - Relatório dos Projetos em Execução e Obras com necessidade de Conservação;

XIX - Anexo VI - Demonstrativo da Compatibilização das Metas de Despesas.

II - DAS PRIORIDADES E METAS DA ADMINISTRAÇÃO PARA 2011

Art. 3º - As prioridades e metas da Administração Municipal para o exercício financeiro de 2011 são aquelas definidas e demonstradas nos ANEXOS II e VI de que trata o artigo 2º desta Lei.

Art. 4º - Na elaboração da proposta orçamentária para o exercício de 2011, o Poder Executivo poderá aumentar ou diminuir as metas físicas estabelecidas nesta Lei e identificadas no Anexo II, a fim de compatibilizar a despesa orçada com a receita prevista, de forma a preservar a suficiência de caixa.

III - DA ESTRUTURA E ORGANIZAÇÃO DOS ORÇAMENTOS

Art. 5º - Para efeito desta Lei, entende-se por:

I - programa, o instrumento de organização da ação governamental visando à concretização dos objetivos pretendidos;

II - ação, um instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, denominado por projeto, atividade ou operação especial;

III - atividade, um instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações que se realizam de modo contínuo e permanente, das quais resulta em produto necessário à manutenção da atuação governamental;

IV - projeto, um instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações, limitadas no tempo, das quais resulta um produto que concorre para a expansão ou aperfeiçoamento da atuação governamental;

V - operação especial, as despesas que não contribuem para a manutenção, expansão ou aperfeiçoamento das atuações de governo, das quais não resulta um produto, e não gera contraprestação direta sob a forma de bens e serviços;

VI - unidade orçamentária, o menor nível da classificação institucional, agrupada em órgãos orçamentários, entendidos estes como os de maior nível da classificação institucional;

VII - receita ordinária, aquelas previstas para ingressarem no caixa da unidade gestora de forma regular, seja pela competência de tributar e arrecadar, seja por determinação constitucional no partilhamento dos tributos de competência de outras esferas de governo;

VIII - execução física, a autorização para que o contratado realize a obra, forneça o bem ou preste o serviço;

IX - execução orçamentária, o empenho e a liquidação da despesa, inclusive sua inscrição em restos a pagar;

X - execução financeira, o pagamento da despesa, inclusive dos restos a pagar já inscrito.

§ 1º - Cada programa identificará as ações necessárias para atingir os seus objetivos, sob a forma de projetos, atividades ou operações especiais, e estas com identificação da Classificação Institucional, Funcional Programática, Categoria Econômica, Diagnóstico

situacional do Programa, Diretrizes, Objetivos, Metas Físicas e indicação das fontes de financiamento na forma da Portaria STN nº 303/2005.

§ 2º - A categoria de programação de que trata o artigo 167, VI da Constituição Federal, serão identificadas por projetos, atividades ou operações especiais.

Art. 6º - O orçamento para o exercício financeiro de 2011 abrangerá os Poderes Legislativo e Executivo e seus Fundos e Fundações Municipais, e será estruturado em conformidade com a configuração Organizacional da Prefeitura.

Art. 7º - A Lei Orçamentária para o exercício de 2011 evidenciará as Receitas e Despesas de cada uma das Unidades Gestoras, identificadas com código da destinação dos recursos, especificando aquelas vinculadas a seus Fundos, Fundações e aos Orçamentos Fiscal (F) e da Seguridade Social (S), desdobradas as despesas por função, sub-função, programa, projeto, atividade ou operações especiais e, quanto a sua natureza, por categoria econômica, grupo de natureza de despesa e modalidade de aplicação, tudo em conformidade com as Portarias MOG nº 42/1999, Interministerial nº. 163/2001, STN nº 303/2005 e alterações posteriores, na forma dos seguintes Anexos:

I - Demonstrativo da Receita e Despesa, segundo as Categorias Econômicas (Anexo I, da Lei 4.320/64 e Adendo II da Portaria SOF nº. 8/85);

II - Demonstrativo da Receita, segundo as Categorias Econômicas (Anexo II, da Lei 4.320/64 e Adendo III da Portaria SOF nº. 8/85);

III - Resumo Geral da Despesa, segundo as Categorias Econômicas (Anexo III, da Lei 4.320/64 e Adendo III da Portaria SOF/SEPLAN Nº. 8/85);

IV - Demonstrativo da Despesa por Categoria Econômica, Grupos de Natureza de Despesa e Modalidade de Aplicação em cada Unidade Orçamentária (Anexo III, da Lei 4.320/64 e Adendo III da Portaria SOF nº. 8/85); -

V - Programa de Trabalho (Adendo V da Portaria SOF/SEPLAN Nº. 8/85);

VI - Programa de Trabalho de Governo - Demonstrativo da Despesa por Funções, Sub-Funções, Programas, Projetos, Atividades e Operações Especiais (Anexo VI da Lei 4.320/64 e Adendo V da Portaria SOF/SEPLAN Nº. 8/85);

VII - Demonstrativo da Despesa por Funções, Sub-Funções, Programas, Projetos, Atividades e Operações Especiais (Anexo 7, da Lei 4.320/64 e Adendo VI da Portaria SOF/SEPLAN Nº. 8/85);

VIII - Demonstrativo da Despesa por Funções, Sub-Funções e Programas, conforme o Vínculo com os Recursos (Anexo 8, da Lei 4.320/64 e Adendo VII da Portaria SOF/SEPLAN Nº. 8/85);

IX - Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Anexo 9, da Lei 4.320/64 e Adendo VIII da Portaria SOF/SEPLAN Nº. 08/85);

X - Quadro Demonstrativo da Despesa - QDD por Categoria de Programação, com identificação da Classificação Institucional, Funcional Programática, Categoria Econômica, Diagnóstico situacional do Programa, Diretrizes, Objetivos, Metas Físicas e indicação das fontes de financiamento, denominado QDD;

XI - Demonstrativo da Evolução da Receita por Fontes, conforme disposto no Artigo 12 da Lei de Responsabilidade Fiscal;

XII - Demonstrativo da estimativa e Compensação da Renúncia de Receita, na forma estabelecida no Art. 14 da LRF; (Art. 5º, II da LRF);

XIII - Demonstrativo da Margem de Expansão das Despesas Obrigatórias de Caráter Continuado. Art. 5º, II da LRF);

XIV - Demonstrativo da Evolução da Despesa no mínimo por Categoria Econômica conforme disposto no Artigo 22 da Lei 4.320/64;

XV - Demonstrativo das Receitas e Despesas dos Orçamentos Fiscais e da Seguridade Social; (Art. 165, § 5º da CF);

XVI - Demonstrativo da Compatibilidade da Programação dos

Orçamentos com as Metas Fiscais e Físicas estabelecidas na Lei de Diretrizes Orçamentárias; (Art. 5º, I da LRF);

XVII - Demonstrativo dos Riscos Fiscais considerados para 2011. (Art. 5º, III);

XVIII - Demonstrativo da Origem e Aplicação dos Recursos Derivados da Alienação de Bens e Direitos que integram o Patrimônio Público. (Art. 44 da LRF);

XIX - Demonstrativo da Apuração do Resultado Primário e Nominal previstos para o exercício de 2011. (Art. 4º, § 1º e 9º da LRF);

XX - Demonstrativo da Origem e Destinação dos Recursos para 2011. (Art. 8º e 50 I da LRF).

§ 1º - O Orçamento Geral do Município poderá ser apresentado por modalidade de aplicação, evidenciando as Fontes de Recursos, na forma prevista nas Portarias da Secretaria do Tesouro Nacional.

§ 2º - Para efeito desta Lei, entende-se por Unidade Gestora Central a Prefeitura Municipal e como Unidade Gestora cada Fundos e Fundações Municipais com orçamento e contabilidade próprio.

§ 3º - O Quadro Demonstrativo da Despesa - QDD, de que trata o item X deste artigo, fixará a despesa ao nível de Grupo de Natureza de Despesa/Modalidade de Aplicação, conforme disposto na Portaria STN nº 163/2000, admitido o remanejamento por Decreto do Chefe do Poder Executivo Municipal dentro de cada Órgão ou Secretaria Municipal.

§ 4º - O orçamento dos Fundos e Fundações Municipais descentralizados por força legal, evidenciará suas receitas e despesas conforme disposto no caput deste artigo.

§ 5º - Os Fundos e Fundações Municipais cujo funcionamento orçamentário e financeiro de menor volume não exigidos sua descentralização, a critério de seus Gestores e do Chefe do Poder Executivo Municipal, poderão integrar ao orçamento geral da Prefeitura, apresentado em destaque as respectivas receitas e despesas a eles vinculadas.

Art. 8º - A mensagem que encaminhar o Projeto de Lei Orçamentário conterá as informações básicas sobre a forma utilizada para as estimativas das receitas e as fixações das despesas.

Art. 9º - A Reserva de Contingência da Unidade Gestora Central será constituída, exclusivamente, de recursos da destinação "00" - Ordinários do orçamento fiscal.

IV - DAS DIRETRIZES PARA A ELABORAÇÃO E EXECUÇÃO DOS ORÇAMENTOS DO MUNICÍPIO

Art. 10 - Os Orçamentos para o exercício de 2011 e as suas execuções, obedecerão entre outros, ao princípio da transparência e do equilíbrio entre receitas e despesas em cada destinação, abrangendo os Poderes Legislativo e Executivo, seus Fundos e Fundações. (Art. 1º, § 1º, 4º, I, "a", 50, I e 48 da LRF).

Art. 11 - Os Fundos e Fundações Municipais terão suas Receitas especificadas no Orçamento da Receita da Unidade Gestora Central, e estas, por sua vez, vinculadas a Despesas relacionadas a seus objetivos, identificadas em Planos de Aplicação, representados nas Planilhas de Despesas referidas no Art. 7º, X desta Lei (QDD).

§ 1º - Os Fundos e Fundações Municipais serão gerenciados pelo Prefeito Municipal, podendo por manifestação formal do Chefe do Poder Executivo, serem delegados a servidor municipal.

§ 2º - A movimentação orçamentária e financeira das contas dos Fundos e Fundações Municipais deverá ser demonstrada também em balancetes apartados da Unidade Gestora Central quando a gestão for delegada pelo Prefeito a servidor Municipal.

Art. 12 - Os estudos para definição dos Orçamentos da Receita para o exercício de 2011 deverão observar os efeitos da alteração da legislação tributária, incentivos fiscais autorizados, a inflação do período, o crescimento econômico, a ampliação da base de cálculo dos tributos e a sua evolução nos últimos três exercícios. (Art. 12 da LRF)

Parágrafo Único: O Poder Executivo Municipal colocará à disposição os estudos e as estimativas de receitas para o exercício subsequente, inclusive da corrente líquida, e as respectivas memórias de cálculo. (Art. 12, § 3º da LRF)

Art. 13 - Se a receita estimada para o exercício de 2011, comprovadamente, não atender ao disposto no artigo anterior quanto aos estudos e as estimativas, o Legislativo, quando da discussão da Proposta Orçamentária, poderá solicitar do Executivo Municipal a sua alteração e a consequente adequação do orçamento da despesa.

Art. 14 - Na execução do orçamento, verificado que o comportamento da receita ordinária poderá afetar o cumprimento das metas de resultados primário e nominal, os Poderes Legislativo e Executivo, de forma proporcional as suas dotações, adotarão o mecanismo da limitação de empenhos e movimentação financeira nos montantes necessários, observado a destinação de recursos, nas seguintes dotações abaixo: (Art. 9º da LRF).

I - Contrapartida para projetos ou atividades vinculados a recursos oriundos de fontes extraordinárias como convênios, operações de crédito, alienação de ativos, desde que ainda não comprometidos;
II - Obras em geral, desde que ainda não iniciadas;
III - Dotação para combustíveis destinada à frota de veículos dos setores de transportes, obras, serviços públicos e agricultura; e
IV - Dotação para material de consumo e outros serviços de terceiros das diversas atividades.

Parágrafo Único: Na avaliação do cumprimento das metas bimestrais de arrecadação para implementação ou não do mecanismo da limitação de empenho e movimentação financeira, será considerado ainda o resultado financeiro apurado no Balanço Patrimonial do exercício anterior da Unidade Gestora, observada a vinculação da destinação de recursos.

Art. 15 - A compensação de que trata o artigo 17, § 2º da Lei Complementar nº 101/2000, quando da criação ou aumento de Despesas Obrigatórias de Caráter Continuado, poderá ser realizada a partir do aproveitamento da margem líquida de expansão prevista no Anexo I.12 observados o limite das respectivas dotações e o limite de gastos estabelecidos na Lei de Responsabilidade Fiscal. (Art. 4º, § 2º da LRF)

Art. 16 - Constituem riscos fiscais capazes de afetar o equilíbrio das contas públicas do Município, aqueles constantes do ANEXO III desta Lei. (Art. 4º, § 3º da LRF)

§ 1º - Os riscos fiscais, caso se concretize, serão atendidos com recursos da Reserva de Contingência e também, se houver, do excesso de arrecadação e do superávit financeiro de exercício anterior.

§ 2º - Sendo estes recursos insuficientes, o Executivo Municipal encaminhará Projeto de Lei a Câmara, propondo anulação de recursos ordinários alocados para investimentos, desde que não comprometidos.

Art. 17 - Os orçamentos para o exercício de 2011 destinarão recursos para a Reserva de Contingência, não superiores a 5% (cinco por cento) das Receitas Correntes Líquidas previstas para o mesmo exercício. (Art. 5º, III da LRF)

§ 1º - Os recursos da Reserva de Contingência serão destinados ao atendimento de passivos contingentes e outros riscos e eventos fiscais imprevistos, e também para abertura de créditos adicionais suplementares ou especiais para despesas não orçadas ou orçadas a menor, conforme disposto na Portaria MPO nº. 42/99, art. 5º, Portaria STN nº. 163/2001, art. 8º e demonstrativo de riscos fiscais no ANEXO III. (Art. 5º, III, "b" da LRF)

§ 2º - Os recursos da Reserva de Contingência destinados a riscos fiscais, caso estes não se concretizem ao final de cada mês, poderão, excepcionalmente, ser utilizados na proporção de 1/12 do saldo, por ato do Chefe do Poder Executivo Municipal, após apreciação e aprovação do Legislativo para abertura de créditos adicionais suplementares de dotações que se tornarem insuficientes.

Art. 18 - Os investimentos com duração superior a 12 (doze) meses só constarão da Lei Orçamentária Anual se contemplados no Plano Plurianual. (Art. 5º, § 5º da LRF).

Art. 19 - O Chefe do Poder Executivo Municipal estabelecerá até 30 dias após a publicação da Lei Orçamentária Anual: o desdobramento da receita prevista em metas bimestrais de arrecadação, a programação financeira das receitas e despesas e o cronograma de execução mensal para suas Unidades Gestoras, considerando nestas, eventuais déficits financeiros apurados nos Balanços Patrimoniais do exercício anterior, de forma a restabelecer o imediato equilíbrio de caixa. (Art. 8º, 9º e 13 da LRF).

Art. 20 - Os projetos e atividades priorizados na Lei Orçamentária para o exercício de 2011 com dotações vinculadas a destinação de recursos oriundos de transferências voluntárias, operações de crédito, alienação de bens e outros, só serão executados e utilizados a qualquer título, se ocorrer ou estiver garantido o seu ingresso no fluxo de caixa, respeitado ainda o montante ingressado ou garantido. (Art. 8º, § único e 50 I da LRF).

§ 1º - A apuração do excesso de arrecadação de que trata o artigo 43, § 3º da Lei 4.320/64 será realizado em cada destinação de recursos para fins de abertura de créditos adicionais suplementares e especiais conforme exigência contida nos artigos 8º, parágrafo único e 50 I da Lei de Responsabilidade Fiscal, LC nº. 101/2000.

§ 2º - Na Lei Orçamentária Anual os Orçamentos da Receita e da Despesa identificarão com codificação adequada cada uma das destinações de recursos, de forma que o controle da execução observe o disposto no caput deste artigo. (Art. 8º, § único e 50 I da LRF).

Art. 21 - A renúncia de receita estimada para o exercício financeiro de 2011, constantes do ANEXO I.11 desta Lei, não será considerada para efeito de cálculo do orçamento da receita. (Art. 4º, § 2º, V e ART. 14, I da LRF).

Art. 22 - A transferência de recursos do Tesouro Municipal às entidades privadas, beneficiará somente aquelas de caráter educativo, assistencial, recreativo, cultural, esportivo, de cooperação técnica e voltada para o fortalecimento do associativismo municipal e dependerá de autorização em Lei específica. (Art. 4º, I, "f" e 26 da LRF).

Parágrafo Único: As entidades beneficiadas com recursos do Tesouro Municipal deverão prestar contas no prazo de até 60 (sessenta) dias, contados do recebimento do recurso, na forma estabelecida pelo serviço de contabilidade. (Art. 70, Parágrafo único da CF).

Art. 23 - Os procedimentos administrativos de estimativa do impacto orçamentário-financeiro e declaração do ordenador da despesa de que trata o artigo 16, itens I e II da Lei Complementar

nº 101/2000 fazem parte do processo que abriga os autos da licitação ou de sua dispensa/inexigibilidade.

Parágrafo Único: Para efeito do disposto no Art. 16, § 3º da Lei de Responsabilidade Fiscal, são consideradas despesas irrelevantes, aquelas decorrentes da criação, expansão ou aperfeiçoamento da ação governamental que acarrete aumento da despesa, cujo montante no exercício financeiro de 2011, em cada evento, não exceda ao valor limite para dispensa de licitação fixada no item I do Art. 24 da Lei 8.666/93, devidamente atualizado. (Art. 16, § 3º da LRF)

Art. 24 - As obras em andamento e a conservação do patrimônio público terão prioridade sobre projetos novos na alocação de recursos orçamentários salvo projetos programados com recursos de transferências voluntárias e operações de crédito. (Art. 45 da LRF)

Parágrafo Único: As obras em andamento e os custos programados para conservação do patrimônio público extraídas do Relatório sobre Projetos em Execução e a Executar - ANEXO V, de que trata o artigo 3º da IN TCE nº. 02/2001, estão demonstrados no ANEXO IV desta Lei. (Art. 45, parágrafo único da LRF).

Art. 25 - Despesas de competência de outros entes da Federação só serão assumidas pela Administração Municipal quando firmados por convênios, acordos ou ajustes e previstos recursos na Lei orçamentária. (Art. 62 da LRF)

Art. 26 - A previsão das receitas e a fixação das despesas serão orçadas para o exercício de 2011 a preços correntes.

Art. 27 - A execução do orçamento da Despesa obedecerá, dentro de cada Projeto, Atividade ou Operações Especiais, a dotação fixada para cada Grupo de Natureza de Despesa/Modalidade de Aplicação, com apropriação dos gastos nos respectivos elementos de que trata a Portaria STN nº. 163/2001.

Parágrafo Único: A transposição, o remanejamento ou a transferência de recursos orçamentários de um Grupo de Natureza de Despesa/Modalidade de Aplicação para outro, dentro de cada Órgão ou Secretaria Municipal dependerá de prévia autorização legislativa, poderá ser feita por Decreto do Prefeito Municipal. (Art. 167, VI da CF).

Art. 28 - Durante a execução orçamentária de 2011, o Executivo Municipal, autorizado por Lei, poderá incluir novos projetos, atividades ou operações especiais no orçamento das unidades gestoras na forma de crédito especial, desde que se enquadre nas prioridades para o exercício de 2011 e constantes desta Lei. (Art. 167, I da CF)

Art. 29 - O controle de custos das ações desenvolvidas pelo Poder Público Municipal de que trata o artigo 50, § 3º da Lei de Responsabilidade Fiscal, serão desenvolvidos de forma a apurar os gastos dos serviços, tais como: dos programas, das ações, do m² das construções, do m² das pavimentações, do aluno/ano do ensino fundamental, do aluno/ano do transporte escolar, do aluno/ano do ensino infantil, do aluno/ano com merenda escolar, da destinação final da tonelada de lixo, do atendimento nas unidades de saúde, entre outros. (Art. 4º, I, "e" da LRF).

Parágrafo Único: Os gastos serão apurados através das operações orçamentárias, tomando-se por base as metas físicas previstas nas planilhas das despesas e nas metas físicas realizadas e apuradas ao final do exercício. (Art. 4º, I, "e" da LRF).

Art. 30 - Os programas priorizados por esta Lei, extraídos do Plano Plurianual conforme Demonstrativo da Compatibilização das Metas de Despesas - ANEXO VI, e contemplados na Lei Orçamentária

para o exercício de 2011, serão desdobrados em metas quadri-mestrais para avaliação permanente pelos responsáveis e em audiência pública até o final dos meses de maio, setembro e fevereiro, de modo a acompanhar o cumprimento dos seus objetivos, corrigirem desvios, avaliar gastos e cumprimento das metas físicas estabelecidas. (Art. 4º, I, "e" e 9º, § 4º da LRF).

Art. 31 - Para fins do disposto no artigo 165, § 8º da Constituição Federal, considera-se crédito suplementar a criação de Grupo de Natureza de Despesa em categoria de programação ou a elevação do crédito orçamentário fixado na Lei Orçamentária para cada Grupo de Natureza de Despesa/Modalidade de Aplicação, excluído deste último o remanejamento realizado dentro da mesma categoria de programação.

V - DAS DISPOSIÇÕES SOBRE A DÍVIDA PÚBLICA MUNICIPAL

Art. 32 - A Lei Orçamentária para o exercício de 2011 poderá conter autorização para contratação de Operações de Crédito para atendimento a Despesas de Capital, observado o limite de endividamento de 50% das receitas correntes líquidas apuradas até o segundo mês imediatamente anterior a assinatura do contrato, na forma estabelecida na LC 101/2000. (Artigos 30, 31 e 32 da LRF).

Art. 33 - A contratação de operações de crédito dependerá de autorização em Lei específica. (Art. 32, I da LRF)

Art. 34 - Ultrapassado o limite de endividamento definido no Artigo 32 desta Lei, enquanto perdurar o excesso, o Poder Executivo obterá resultado primário necessário através da limitação de empenho e movimentação financeira nas dotações definidas no Artigo 14 desta Lei. (Art. 31, § 1º, II da LRF).

VI - DAS DISPOSIÇÕES SOBRE DESPESAS COM PESSOAL

Art. 35 - O Executivo e o Legislativo Municipal, mediante Lei autorizativa, poderão em 2011, criar cargos e funções, alterar a estrutura administrativa ou de carreira, corrigir ou aumentar a remuneração dos servidores, concederem vantagens, admitir pessoal aprovado em concurso público ou em caráter temporário na forma da Lei, observados os limites e as regras da Lei de Responsabilidade Fiscal. (Artigo 169, parágrafo 1º, II da CF).

Parágrafo Único: Os recursos para as despesas decorrentes destes atos deverão estar previstos na Lei de orçamento para o exercício de 2011 ou em créditos adicionais.

Art. 36 - Nos casos de necessidade temporária, de excepcional interesse público, devidamente justificado pela autoridade competente, a Administração Municipal poderá autorizar a realização de horas extras pelos servidores quando as despesas com pessoal não excederem a 95% do limite estabelecido no Art. 20, III da Lei de Responsabilidade Fiscal. (Art. 22, § único, V da LRF).

Art. 37 - O Executivo Municipal adotará as seguintes medidas para reduzir as despesas com pessoal caso elas ultrapassem os limites estabelecidos na Lei de Responsabilidade Fiscal. (Art. 19 e 20 da LRF)

- I - eliminação de vantagens concedidas a servidores;
- II - eliminação das despesas com horas extras;
- III - exoneração de servidores ocupantes de cargo em comissão;
- IV - demissão de servidores admitidos em caráter temporário.

Art. 38 - Para efeito desta Lei e registros contábeis, entende-se como terceirização de mão-de-obra referente substituição de servidores de que trata o artigo 18, § 1º da LRF, a contratação de mão-de-obra cujas atividades ou funções guardem relação com atividades ou funções previstas no Plano de Cargos da Administração

Municipal de Siderópolis, ou ainda, atividades próprias da Administração Pública Municipal, desde que, em ambos os casos, não haja utilização de materiais ou equipamentos de propriedade do contratado ou de terceiros.

Parágrafo Único: Quando a contratação de mão-de-obra envolver também fornecimento de materiais ou utilização de equipamentos de propriedade do contratado ou de terceiros, por não caracterizar substituição de servidores, a despesa será classificada em outros elementos de despesa que não os "34 - Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização".

VII - DAS DISPOSIÇÕES SOBRE ALTERAÇÃO DA LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA

Art. 39 - O Executivo Municipal, autorizado em Lei, poderá conceder ou ampliar benefício fiscal de natureza tributária com vistas a estimular o crescimento econômico, a geração de emprego e renda, ou beneficiar contribuintes integrantes de classes menos favorecidas, conceder anistia para estimular a cobrança da dívida ativa, devendo esses benefícios ser considerados nos cálculos do orçamento da receita e serem objeto de estudos do seu impacto orçamentário e financeiro no exercício em que iniciar sua vigência e nos dois subseqüentes. (Art. 14 da LRF)

Art. 40 - Os tributos lançados e não arrecadados, inscritos em dívida ativa, cujos custos para cobrança sejam superiores ao crédito tributário, poderão ser cancelados, mediante autorização em Lei, não se constituindo como renúncia de receita para efeito do disposto no Art. 14 da Lei de Responsabilidade Fiscal. (Art. 14, § 3º da LRF)

Art. 41 - O ato que conceder ou ampliar incentivo, isenção ou benefício de natureza tributária ou financeira constante do Orçamento da Receita, somente entrará em vigor após adoção de medidas de compensação, seja por aumento da receita ou mediante cancelamento, pelo mesmo período, de despesas em valor equivalente. (Art. 14, § 2º da LRF)

VIII - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 42 - O Executivo Municipal enviará a proposta orçamentária à Câmara Municipal no prazo estabelecido na Lei Orgânica do Município, que a apreciará e a devolverá para sanção também no prazo da Lei Orgânica e que não poderá passar do exercício de 2010.

§ 1º - A Câmara Municipal não entrará em recesso enquanto não cumprir o disposto no "Caput" deste artigo.

§ 2º - Se a Lei orçamentária anual não for devolvida para sanção até o final do exercício financeiro de 2010, fica o Executivo Municipal autorizado a executar em cada mês, até 1/12 das dotações da proposta orçamentária encaminhada ao Poder Legislativo.

Art. 43 - O Poder Executivo Municipal, autorizado em Lei própria, poderá conceder incentivo e benefícios econômico-fiscais a empresas para a instalação de novas indústrias, desde que sejam comprovadas vantagens sociais entre outras, a geração de emprego e renda, bem como, de incremento de aumento de retorno de tributos federais, estaduais e municipais ao próprio Município.

Art. 44 - Serão consideradas legais as despesas com multas e juros pelo eventual atraso no pagamento de compromissos assumidos, motivados por insuficiência de tesouraria, e de situações provenientes de atos considerados involuntários ao ordenador primário das despesas municipais.

Art. 45 - O Executivo Municipal está autorizado a assinar convênios e/ou similares com o Governo Federal e Estadual através de

seus órgãos da administração direta ou indireta para realização de obras ou serviços de competência do Município ou não, durante o exercício de 2011, devendo sempre, após, serem remetidos ao Poder Legislativo para homologação.

Art. 46 - As Destinações de Recursos poderão ser alteradas por ato do Chefe do Poder Executivo.

Art. 47 - Ficam autorizados os ajustes necessários nos Anexos do Plano Plurianual 2010/2013 - Lei Municipal nº. 1.827/2009, que se fizerem necessárias em função dos valores constantes dos Anexos da presente Lei.

Parágrafo Único: Os valores do Plano Plurianual 2010/2013 para o exercício de 2011 em diante, bem como as metas físicas, passam a vigorar com a redação dos Anexos da presente Lei, no que couber.

Art. 48 - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, produzindo os seus efeitos durante o exercício de 2011.

Paço Municipal ANTÔNIO FELTRIN
Em, 08 de Novembro de 2010

DOUGLAS GLEEN WARMLING
Prefeito Municipal

DALVANIA CARDOSO
Secretária de Administração
Publicado e registrado no Mural Público do Paço Municipal "Antônio Feltrin".

BARBARA MARIA BONASSA RONSONI
Agente Administrativo

Lei nº1903

LEI Nº1.903, DE 08 DE NOVEMBRO DE 2010

FIXA RESTRIÇÕES PARA O EXERCÍCIO DE CARGOS DE CONFIANÇA NO PODER PÚBLICO MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

DOUGLAS GLEEN WARMLING, Prefeito Municipal, faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte LEI:

Art. 1º Fica vedada à nomeação para os cargos de confiança na administração pública, direta, indireta, fundos, fundações, autarquias, empresas públicas e no Poder Legislativo do município de Siderópolis, de pessoas que tenham contra si condenação em decisão transitada em julgado, ou proferida por órgão judicial colegiado, pelo prazo de 05 (cinco) anos, contados a partir da decisão condenatória, pelos crimes:

I - contra a economia popular, a fé pública, a administração pública e o patrimônio público;

II - contra o patrimônio privado, o sistema financeiro, o mercado de capitais e os previstos na lei que regula a falência;

III - contra o meio ambiente e a saúde pública;

IV - eleitorais, para os quais a lei comine pena privativa de liberdade;

V - de abuso de autoridade

VI - de lavagem ou ocultação de bens, direitos e valores;

VII - de tráfico de entorpecentes e drogas afins, racismo, tortura, terrorismo e hediondos;

VIII - de redução à condição análoga à de escravo;

IX - contra a vida e a dignidade sexual;

X - praticados por organização criminosa, quadrilha ou bando.

§ 1º Aplicar-se-á a vedação de que trata o caput deste artigo, também:

I - aos que tenham sido demitidos do serviço público em decorrência de processo administrativo ou judicial, pelo prazo de 05 (cinco) anos, contados da decisão, salvo se o ato houver sido suspenso, ou anulado pelo Poder Judiciário;

II - aos detentores de cargo na administração pública direta, indireta ou fundacional, que beneficiarem a si ou a terceiros, pelo abuso do poder econômico ou político, condenados em decisão transitada em julgado ou proferida por instância recursal, durante 05 (cinco) anos, contados a partir da decisão condenatória;

III - aos que tenham sido condenados, em decisão transitada em julgado ou proferida por instância recursal da Justiça Eleitoral, por corrupção eleitoral, captação ilícita de sufrágio, doação, captação ou gastos ilícitos de recursos de campanha ou por conduta vedada aos agentes públicos em campanhas eleitorais, pelo prazo de 05 (cinco) anos, contados a partir da decisão condenatória;

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal ANTÔNIO FELTRIN
Em, 08 de Novembro de 2010

DOUGLAS GLEEN WARMLING
Prefeito Municipal

DALVANIA CARDOSO
Secretária de Administração
Publicado e registrado no Mural Público do Paço Municipal "Antônio Feltrin".

BARBARA MARIA BONASSA RONSONI
Agente Administrativo

Decreto nº132

DECRETO N.º 132 de 03 de Novembro de 2010.
ALTERO A CARGO DO SERVIDOR IRINEU ANDRÉ SAVIO

DOUGLAS GLEEN WARMLING, Prefeito Municipal de Siderópolis, no uso de suas atribuições que lhe confere o Art. 51, V, da Lei Orgânica do Municipal e de conformidade com as Leis Municipais nº.1.808 e 1.818/2009 e decreto nº087/2009;

DECRETA

Art. 1º - Fica alterado o cargo do servidor IRINEU ANDRÉ SAVIO, brasileiro, casado, CPF/MF nº418.028.379-49, para Assessor Especial - símbolo CC1, no Gabinete do Prefeito, a contar desta data.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal ANTÔNIO FELTRIN
Em, 03 de Novembro de 2010

DOUGLAS GLEEN WARMLING
Prefeito Municipal

DALVANIA CARDOSO
Secretária de Administração
Publicado e registrado no Mural Público do Paço Municipal em 03 de Novembro de 2010

BARBARA MARIA BONASSA RONSONI
Agente Administrativo

Decreto nº133

DECRETO N.º 133 de 03 de Novembro de 2010.
NOMEIA PEDRO MOTA DA SILVA PARA CARGO DE SECRETÁRIO MUNICIPAL DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE

DOUGLAS GLEEN WARMLING, Prefeito Municipal de Siderópolis, no uso de suas atribuições que lhe confere o Art. 51, V, da Lei Orgânica do Municipal e de conformidade com as Leis Municipais nº.1.808 e 1.818/2009 e decreto nº087/2009;

DECRETA

Art. 1º - Fica nomeado PEDRO MOTA DA SILVA, brasileira, CPF/MF sob nº376.787.959-04, para ocupar o cargo de Secretário de Agricultura e Meio Ambiente - Agente Político, a contar desta data.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal ANTÔNIO FELTRIN
Em, 03 de Novembro de 2010

DOUGLAS GLEEN WARMLING
Prefeito Municipal

DALVANIA CARDOSO
Secretária de Administração
Publicado e registrado no Mural Público do Paço Municipal em 03 de Novembro de 2010

BARBARA MARIA BONASSA RONSONI
Agente Administrativo

Portaria nº279

PORTARIA N.º279, DE 19 DE OUTUBRO DE 2010
Cessa os efeitos da Portaria nº247/2010

DOUGLAS GLEEN WARMLING, Prefeito Municipal de Siderópolis, no uso de suas atribuições e de conformidade com o Artigo 51, inciso X, da Lei Orgânica do Município;
Considerando o retorno da servidora Rita de Cassia Sipriano, que encontrava-se em licença para tratamento de saúde.

RESOLVE

Art.1º - Cessar os efeitos da Portaria nº247/2010, voltando para 20h à carga horária da funcionaria Adriane Trento, CPF nº.789.825.459-72, PROFESSOR MAG LP, a contar desta data.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal ANTÔNIO FELTRIN
Em, 19 de Outubro de 2010.

DOUGLAS GLEEN WARMLING
Prefeito Municipal

DALVANIA CARDOSO
Secretária de Administração
Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração, em 19 de Outubro de 2010.

BARBARA MARIA BONASSA RONSONI
Agente Administrativo

Portaria nº280

PORTARIA N.º280, DE 26 DE OUTUBRO DE 2010
REINTEGRA A SERVIDORA TEREZA DE ARAÚJO - APOSENTADA POR INVALIDEZ.

DOUGLAS GLEEN WARMLING, Prefeito Municipal de Siderópolis, no uso de suas atribuições e de conformidade com o Artigo 51, inciso X, da Lei Orgânica do Município;
Considerando a sentença do Processo nº0001874-07.2010.5.12.0003.

RESOLVE

Art.1º - Reintegrar a servidora Tereza de Araújo, Aposentada por invalidez, brasileira, CPF nº646.785.559-00, Auxiliar de Serviços Gerais do Quadro Permanente do Município, com a devida anotação na CTPS - Carteira de Trabalho Previdência Social.

Art. 2º - A servidora permanecerá no quadro funcional do município até a aposentadoria definitiva.

Art. 3º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal ANTÔNIO FELTRIN
Em, 26 de Outubro de 2010.

DOUGLAS GLEEN WARMLING
Prefeito Municipal

DALVANIA CARDOSO
Secretária de Administração
Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração, em 26 de Outubro de 2010.

BARBARA MARIA BONASSA RONSONI
Agente Administrativo

Portaria nº281

PORTARIA N.º281, DE 26 DE OUTUBRO DE 2010

Concede FG's a Servidores do Quadro Permanente do Município

DOUGLAS GLEEN WARMLING, Prefeito Municipal de Siderópolis, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 51, X, da Lei Orgânica do Municipal e de conformidade com Lei Municipal 1.808/2009 combinada com a Lei nº1.833/2009 e 1.892/2010;

RESOLVE:

Art.1º - Conceder Função Gratificada aos servidores:

I. RUDEMAR ALBINO, brasileiro(a), CPF/MF sob nº 558.381.469-15, Guarda - do Quadro Permanente do Município, FG05, Valor R\$150,00(cento e cinquenta reais), Responsabilidade pela anotação do controle de entrada e saída de veículos e equipamentos na Garagem do Município,

II. NILTON DE SOUZA, brasileiro(a), CPF/MF sob nº 432.464.009-20, Guarda - do Quadro Permanente do Município, FG05, Valor R\$150,00(cento e cinquenta reais), Responsabilidade pela anotação do controle de entrada e saída de veículos e equipamentos na Garagem do Município,

III. LUIZ CARLOS FREITAS, brasileiro(a), CPF/MF sob nº 344.372.239-34, Auxiliar de Serviços Gerais - do Quadro Permanente do Município, FG05, Valor R\$150,00(cento e cinquenta reais), Responsabilidade pela anotação do controle de entrada e saída de veículos e equipamentos na Garagem do Município,

IV. NATALINO PORTELA MACIEL, brasileiro(a), CPF/MF sob nº831.250.009-04, Motorista - do Quadro Permanente do Município, FG06, Valor R\$100,00(Cem reais), Responsabilidade pelo plantão do Conselho Tutelar nos finais de semana e feriados.

V. ADEMIR JOSÉ VIEIRA, brasileiro(a), CPF/MF sob nº 343.102.079-67, Encanador - do Quadro Permanente do Município, FG03, Valor R\$400,00(Quatrocentos reais), Responsabilidade pelo plantão dos serviços de abastecimento de água nos domingos e feriados.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal ANTÔNIO FELTRIN
Em, 26 de Outubro de 2010.

DOUGLAS GLEEN WARMLING
Prefeito Municipal

DALVANIA CARDOSO

Secretária de Administração

Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração, em 26 de Outubro de 2010.

BARBARA MARIA BONASSA RONSONI
Agente Administrativo

Portaria nº282

PORTARIA N.º282, DE 27 DE OUTUBRO DE 2010
CONCEDE AFASTAMENTO DO SERVIÇO PÚBLICO À SERVIDORA JANDIARA SALVARO PARA TRATAMENTO DE SAÚDE

DOUGLAS GLEEN WARMLING, Prefeito Municipal de Siderópolis, no uso de suas atribuições e de conformidade com o Artigo 51, inciso XIII, da Lei Orgânica do Município e Lei Municipal nº1.809/2009,

RESOLVE

Art.1º - Concede afastamento do serviço público para auxílio doença junto ao RGPS - Regime Geral da Previdência Social - INSS, à servidora JANDIARA SALVARO, CPF/MF nº041.749.239-14, Dentista, do Quadro Permanente do Município, a contar desta data.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal ANTÔNIO FELTRIN
Em, 27 de Outubro de 2010.

DOUGLAS GLEEN WARMLING
Prefeito Municipal

DALVANIA CARDOSO
Secretária de Administração
Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração, em 27 de Outubro de 2010.

BARBARA MARIA BONASSA RONSONI
Agente Administrativo

Portaria nº283

PORTARIA N.º283, DE 03 DE NOVEMBRO DE 2010
RETIFICA A PORTARIA Nº275/2010 E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS

DOUGLAS GLEEN WARMLING, Prefeito Municipal de Siderópolis, no uso de suas atribuições e de conformidade com o Artigo 51, inciso X, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º - Retificar a portaria nº275/2010, rescindindo a pedido o contrato temporário da funcionária LUCILENE VITALI PEREIRA MAZZORANA, brasileiro(a), CPF/MF sob nº 000.122.219-88, PROFESSOR MAG LP 20h - Educação Infantil, no Centro de Educação Infantil Pequeno Príncipe, a contar de 09/09/2010.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal ANTÔNIO FELTRIN
Em, 03 de Novembro de 2010.

DOUGLAS GLEEN WARMLING
Prefeito Municipal

DALVANIA CARDOSO
Secretária de Administração
Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração, em 03 de Novembro de 2010.

BARBARA MARIA BONASSA RONSONI
Agente Administrativo

Portaria nº284

PORTARIA N.º284, DE 03 DE NOVEMBRO DE 2010
EXONERA A PEDIDO EUCLIDES ISERSON KLEIN DE EMPREGO PÚBLICO DO QUADRO DE PESSOAL DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SIDERÓPOLIS.

DOUGLAS GLEEN WARMLING, Prefeito Municipal de Siderópolis, no uso de suas atribuições e de conformidade com o Artigo 51, inciso X, da Lei Orgânica do Município;

RESOLVE:

Art. 1º - Exonerar a pedido o servidor EUCLIDES ISERSON KLEIN, CPF nº. 469.145.289-34, Pedreiro, do Quadro de Pessoal Permanente do Poder Executivo Municipal, a contar de 01/11/2010.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal ANTÔNIO FELTRIN
Em, 03 de Novembro de 2010.

DOUGLAS GLEEN WARMLING
Prefeito Municipal

DALVANIA CARDOSO
Secretária de Administração
Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração, em 03 de Novembro de 2010.

BARBARA MARIA BONASSA RONSONI
Agente Administrativo

Portaria nº285

PORTARIA N.º285, DE 03 DE NOVEMBRO DE 2010
CESSA OS EFEITOS DA PORTARIA Nº255/2010

DOUGLAS GLEEN WARMLING, Prefeito Municipal de Siderópolis, no uso de suas atribuições de conformidade com o art.51, inciso VII da Lei Orgânica do Município;

RESOLVE:

Art. 1º - Cessar os efeitos da portaria nº255/2010, considerando o retorno ao trabalho da servidora DILCEIA DA ROSA FELISBERTO, CPF/MF nº915.641.589-34, Merendeira, do Quadro Permanente do Município, a contar de 01/11/2010.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal ANTÔNIO FELTRIN
Em, 03 de Novembro de 2010.

DOUGLAS GLEEN WARMLING
Prefeito Municipal

DALVANIA CARDOSO
Secretária de Administração
Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração, em 03 de Novembro de 2010.

BARBARA MARIA BONASSA RONSONI
Agente Administrativo

Portaria nº286

PORTARIA N.º286, DE 03 DE NOVEMBRO DE 2010
CESSA OS EFEITOS DA PORTARIA Nº150/2009

DOUGLAS GLEEN WARMLING, Prefeito Municipal de Siderópolis, no uso de suas atribuições de conformidade com o art.51, inciso VII da Lei Orgânica do Município e Lei Municipal nº1.809/2009;

RESOLVE:

Art. 1º - Cessar os efeitos da portaria nº150/2009, interrompendo a licença sem vencimento da servidora MILENE FRENHANE, CPF/MF nº854.923.709-44, ocupante do cargo de Professora MAG-LP - 20h/s, do Quadro Permanente do Município, a contar desta data.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal ANTÔNIO FELTRIN
Em, 03 de Novembro de 2010.

DOUGLAS GLEEN WARMLING
Prefeito Municipal

DALVANIA CARDOSO
Secretária de Administração
Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração, em 03 de Novembro de 2010.

BARBARA MARIA BONASSA RONSONI
Agente Administrativo

Portaria nº287

PORTARIA N.º287, DE 03 DE NOVEMBRO DE 2010
CESSA OS EFEITOS DA PORTARIA Nº168/2010

DOUGLAS GLEEN WARMLING, Prefeito Municipal de Siderópolis, no uso de suas atribuições de conformidade com o art.51, inciso VII da Lei Orgânica do Município;

RESOLVE:

Art. 1º - Cessar os efeitos da portaria nº168/2010, considerando o retorno ao trabalho da servidora DANUZA GONÇALVES MIRANDA, CPF/MF nº039.489.249-61, Professora MAG-LP, do Quadro Permanente do Município, que estava em licença maternidade, a contar de 26/10/2010.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal ANTÔNIO FELTRIN
Em, 03 de Novembro de 2010.

DOUGLAS GLEEN WARMLING
Prefeito Municipal

DALVANIA CARDOSO
Secretária de Administração
Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração, em 03 de Novembro de 2010.

BARBARA MARIA BONASSA RONSONI
Agente Administrativo

Portaria nº288

PORTARIA N.º288, DE 03 DE NOVEMBRO DE 2010
RESCINDE O CONTRATO TEMPORARIO DE KAREN MARIANA BERNARDINO FERREIRA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

DOUGLAS GLEEN WARMLING, Prefeito Municipal de Siderópolis, no uso de suas atribuições e de conformidade com o Artigo 51, inciso X, da Lei Orgânica do Município e Lei Municipal nº1860/2009, CONSIDERANDO o retorno da servidora Danuza Gonçalves Miranda, que se encontrava em licença maternidade.

RESOLVE:

Art. 1º - Rescindir o contrato temporário da funcionária KAREN MARIANA BERNARDINO FERREIRA, brasileiro(a), CPF/MF sob nº 029.985.279-22, PROFESSOR MAG LP 30h, a contar de 25/10/2010.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal ANTÔNIO FELTRIN
Em, 03 de Novembro de 2010.

DOUGLAS GLEEN WARMLING
Prefeito Municipal

DALVANIA CARDOSO
Secretária de Administração
Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração, em 03 de Novembro de 2010.

BARBARA MARIA BONASSA RONSONI
Agente Administrativo

Portaria nº289

PORTARIA N.º289, DE 03 DE NOVEMBRO DE 2010
NOMEIA SUSANA RAQUEL DE SOUZA INNOCENTI PARA EMPREGO PÚBLICO NO QUADRO DE PESSOAL DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SIDERÓPOLIS

DOUGLAS GLEEN WARMLING, Prefeito Municipal de Siderópolis, no uso de suas atribuições e de conformidade com o Artigo 51, inciso X, da Lei Orgânica do Município e Lei Municipal Nº1.892/2010,

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear, por concurso, SUSANA RAQUEL DE SOUZA INNOCENTI, brasileiro(a), CPF/MF sob nº645.652.469-53, inscrição nº.396, aprovada no Concurso Público nº.001/2009, para emprego público de Professor de Séries Iniciais, do Quadro de Pessoal Permanente do Poder Executivo Municipal de Siderópolis- SC, com lotação na Secretaria de Educação, Esporte e Cultura, e os proventos de lei, a contar desta data.

Art.2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal ANTÔNIO FELTRIN
Em, 03 de Novembro de 2010.

DOUGLAS GLEEN WARMLING
Prefeito Municipal

DALVANIA CARDOSO
Secretária de Administração
Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração, em 03 de Novembro de 2010.

BARBARA MARIA BONASSA RONSONI
Agente Administrativo

Portaria nº290

PORTARIA N.º290, DE 03 DE NOVEMBRO DE 2010
ALTERAR TEMPORARIAMENTE A CARGA HORÁRIA DA FUNCIONÁRIA MARIA MADALENA PEDRO INÁCIO.

DOUGLAS GLEEN WARMLING, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições de conformidade com o inciso X, art.51 da Lei Orgânica do Município ;

RESOLVE:

Art. 1º - Alterar temporariamente a carga horária da funcionária MARIA MADALENA PEDRO INÁCIO, CPF nº.686.386.479-72, PROFESSOR MAG LP, para mais 20h - em vaga vinculada da servidora Rosilene Gonçalves da Silva, que encontra-se em licença para tratamento de saúde, a partir de 03/11/2010 até o retorno da servidora titular.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal ANTÔNIO FELTRIN
Em, 03 de Novembro de 2010.

DOUGLAS GLEEN WARMLING
Prefeito Municipal

DALVANIA CARDOSO
Secretária de Administração
Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração, em 03 de Novembro de 2010.

BARBARA MARIA BONASSA RONSONI
Agente Administrativo

Portaria nº291

PORTARIA N.º291, DE 08 DE NOVEMBRO DE 2010
CESSA OS EFEITOS DA PORTARIA Nº180/2010

DOUGLAS GLEEN WARMLING, Prefeito Municipal de Siderópolis, no uso de suas atribuições de conformidade com o art.51, inciso VII da Lei Orgânica do Município;

RESOLVE:

Art. 1º - Cessar os efeitos da portaria nº180/2010, considerando o retorno ao trabalho da servidora ANDREZA PATEL, CPF/MF nº027.846.3198-31, Professora MAG-LP, do Quadro Permanente do Município-20h, mais 10h em contrato de caráter temporário, a contar desta data.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal ANTÔNIO FELTRIN
Em, 08 de Novembro de 2010.

DOUGLAS GLEEN WARMLING
Prefeito Municipal

DALVANIA CARDOSO
Secretária de Administração
Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração, em 08 de Novembro de 2010.

BARBARA MARIA BONASSA RONSONI
Agente Administrativo

Portaria nº292

PORTARIA N.º292, DE 08 DE NOVEMBRO DE 2010
RESCINDE O CONTRATO TEMPORARIO DE CENIRA TEODORO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

DOUGLAS GLEEN WARMLING, Prefeito Municipal de Siderópolis, no uso de suas atribuições e de conformidade com o Artigo 51, inciso X, da Lei Orgânica do Município e Lei Municipal nº1860/2009,

CONSIDERANDO o retorno da servidora Andresa Patel, que se encontrava em licença maternidade.

RESOLVE:

Art. 1º - Rescindir o contrato temporário da funcionária CENIRA TEODORO, brasileiro(a), CPF/MF sob nº 785.105.209-25, PROFESSOR MAG LP 10h, a contar desta data.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal ANTÔNIO FELTRIN
Em, 08 de Novembro de 2010.

DOUGLAS GLEEN WARMLING
Prefeito Municipal

DALVANIA CARDOSO
Secretária de Administração
Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração, em 08 de Novembro de 2010.

BARBARA MARIA BONASSA RONSONI
Agente Administrativo

Portaria nº293

PORTARIA N.º293, DE 08 DE NOVEMBRO DE 2010
RESCINDE O CONTRATO TEMPORARIO DE VANESSA PAES PAZETTO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

DOUGLAS GLEEN WARMLING, Prefeito Municipal de Siderópolis, no uso de suas atribuições e de conformidade com o Artigo 51, inciso X, da Lei Orgânica do Município e Lei Municipal nº1860/2009, CONSIDERANDO o retorno da servidora Andresa Patel, que se encontrava em licença maternidade.

RESOLVE:

Art. 1º - Rescindir o contrato temporário da funcionária VANESSA PAES PAZETTO, brasileiro(a), CPF/MF sob nº045.818.809-39, PROFESSOR MAG LP 20h, a contar desta data.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal ANTÔNIO FELTRIN
Em, 08 de Novembro de 2010.

DOUGLAS GLEEN WARMLING
Prefeito Municipal

DALVANIA CARDOSO
Secretária de Administração
Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração, em 08 de Novembro de 2010.

BARBARA MARIA BONASSA RONSONI
Agente Administrativo

Portaria nº294

PORTARIA N.º294, DE 08 DE NOVEMBRO DE 2010
CONCEDE AFASTAMENTO DO SERVIÇO PÚBLICO AO SERVIDOR LAURO DE MATTIA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE

DOUGLAS GLEEN WARMLING, Prefeito Municipal de Siderópolis, no uso de suas atribuições e de conformidade com o Artigo 51, inciso XIII, da Lei Orgânica do Município e Lei Municipal nº1.809/2009,

RESOLVE

Art.1º - Concede afastamento do serviço público para auxílio

doença junto ao RGPS - Regime Geral da Previdência Social - INSS, ao servidor LAURO DE MATTIA, CPF/MF nº063.899.539-68, Motorista, do Quadro Permanente do Município, a partir de 16/11/2010.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal ANTÔNIO FELTRIN
Em, 08 de Novembro de 2010.

DOUGLAS GLEEN WARMLING
Prefeito Municipal

DALVANIA CARDOSO
Secretária de Administração
Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração, em 08 de Novembro de 2010.

BARBARA MARIA BONASSA RONSONI
Agente Administrativo

Portaria nº295

PORTARIA N.º295, DE 09 DE NOVEMBRO DE 2010
CONCEDE AFASTAMENTO DO SERVIÇO PÚBLICO AO SERVIDOR PEDRO JESUINA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE

DOUGLAS GLEEN WARMLING, Prefeito Municipal de Siderópolis, no uso de suas atribuições e de conformidade com o Artigo 51, inciso XIII, da Lei Orgânica do Município e Lei Municipal nº1.809/2009,

RESOLVE

Art.1º - Concede afastamento do serviço público para auxílio doença junto ao RGPS - Regime Geral da Previdência Social - INSS, ao servidor PEDRO JESUINA, CPF/MF nº854.930.159-00, Auxiliar de Serviços Gerais, do Quadro Permanente do Município, a contar desta data.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal ANTÔNIO FELTRIN
Em, 09 de Novembro de 2010.

DOUGLAS GLEEN WARMLING
Prefeito Municipal

DALVANIA CARDOSO
Secretária de Administração
Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração, em 09 de Novembro de 2010.

BARBARA MARIA BONASSA RONSONI
Agente Administrativo

Turvo**PREFEITURA MUNICIPAL****Decreto 86/2010**

DECRETO Nº 086/10, de 08 de novembro de 2010.
SUPLEMENTA DOTAÇÕES E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RONALDO CARLESSI, Prefeito Municipal de Turvo/SC, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o disposto no art. 5º da Lei nº 1.982/09 (Lei Orçamentária Anual), de 28/12/2009

DECRETA:

Art. 1º. Fica suplementado o crédito orçamentário no orçamento vigente do Fundo Municipal de Saúde de Turvo no valor de R\$ 65.000,00 (sessenta e cinco mil reais), assim classificados:

04.01 - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

28.843.0000.0.001 - RESGATE DA DÍVIDA INTERNA

4.6.90.00.00.00.00.0.1.0080.0(59) - Aplicações Diretas . R\$ 40.000,00

28.846.0000.0.004 - CONTRIBUIÇÃO AO PASEP

3.3.90.00.00.00.00.0.1.0080.0(63) - Aplicações Diretas . R\$ 25.000,00

Art. 2º. A execução do disposto no art. 1º correrá à conta do excesso de arrecadação do exercício de 2010.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação. Revogam-se as disposições em contrário.

Turvo(SC), 08 de novembro de 2010.

RONALDO CARLESSI

Prefeito Municipal

Pub. e registrado o presente Decreto nesta Secretaria na data supra.

NESTOR RECO

Secretário de Adm. e Finanças-designado.

Videira

PREFEITURA MUNICIPAL**Decreto Nº 9.559/10**

DECRETO Nº 9.559/10, DE 04 DE NOVEMBRO DE 2010.

Concede Aposentadoria por Invalidez, em caráter proporcional, nos termos do art. 40, § 1º, inciso I da Constituição Federal e do art. 27, inciso III, da Lei Complementar Municipal nº 023/2002, a servidora VERA LUCIA BRUSCHI, declara a vacância do cargo público, e dá outras providências.

O Prefeito Municipal DE VIDEIRA, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica e, à vista do que consta do Processo Administrativo INPREVID nº 019/2010,

DECRETA

Art. 1º Fica aposentada por invalidez, em caráter proporcional, nos termos do art. 40, § 1º, inciso I da Constituição Federal e do art. 27, inciso III, da Lei Complementar Municipal nº 023/2002, a servidora VERA LUCIA BRUSCHI, inscrita no CPF 728.039.169-91, RG 10/R 1.688.924 e no PIS/PASEP nº 170.07935.92-1, detentora da matrícula funcional nº 878, ocupante do cargo de provimento efetivo de Agente de Serviços Gerais I (Merendeira), do Quadro de Pessoal da Administração Municipal, lotado na Secretaria Municipal de Educação.

Art. 2º Fica autorizado o pagamento dos proventos de aposentadoria em caráter proporcional, que corresponderá a 90,28% (noventa vírgula vinte e oito por cento) de sua remuneração-de-contribuição, observada a metodologia de cálculo prevista na Lei Federal nº 10.887/04, perfazendo a importância de R\$ 832,33 (oitocentos e trinta e dois reais e trinta e três centavos), que serão mensalmente pagos pelo INPREVID.

Art. 3º Fica declarada a vacância do cargo acima especificado, na forma prevista no inciso III do art. 32 da Lei Complementar Municipal nº 007/97 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos a 31 de outubro de 2010, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 04 de novembro de 2010.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 04 dias do mês de novembro de 2010.

VALMOR LUIZ DALL'AGNOL

Secretário de Administração

Decreto Nº 9.560/10

DECRETO Nº 9.560/10, DE 04 DE NOVEMBRO DE 2010.

Concede Aposentadoria por Invalidez, em caráter integral, nos termos do art. 40, § 1º, inciso I da Constituição Federal e do art. 27, inciso I, da Lei Complementar Municipal nº 023/2002, a servidora ALEXANDRA CATARINA NOGUEIRA, declara a vacância do cargo público, e dá outras providências.

O Prefeito Municipal DE VIDEIRA, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica e, à vista do que consta do Processo Administrativo INPREVID nº 015/2010,

DECRETA

Art. 1º Fica aposentada por invalidez, em caráter integral, nos termos do art. 40, § 1º, inciso I da Constituição Federal e do art. 27, inciso I, da Lei Complementar Municipal nº 023/2002, a servidora ALEXANDRA CATARINA NOGUEIRA, inscrita no CPF 046.155.949-84, RG 25/R 3.887.781 e no PIS/PASEP nº 1.259.818.672-0, detentora da matrícula funcional nº 10077, ocupante do cargo de provimento efetivo de Auxiliar de Serviços Gerais, do Quadro de Pessoal da Administração Municipal, lotado na Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 2º Fica autorizado o pagamento dos proventos de aposentadoria em caráter integral, que corresponderá a 100% (cem por cento) de sua remuneração-de-contribuição, observada a metodologia de cálculo prevista na Lei Federal nº 10.887/04, perfazendo a importância de R\$ 592,93 (quinhentos e noventa e dois reais e noventa e três centavos), que serão mensalmente pagos pelo INPREVID.

Art. 3º Fica declarada a vacância do cargo acima especificado, na forma prevista no inciso III do art. 32 da Lei Complementar Municipal nº 007/97 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos a 31 de outubro de 2010, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 04 de novembro de 2010.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 04 dias do mês de novembro de 2010.

VALMOR LUIZ DALL'AGNOL

Secretário de Administração

Decreto Nº 9.561/10

DECRETO Nº 9.561/10, DE 04 DE NOVEMBRO DE 2010.

Concede Aposentadoria por Invalidez, em caráter proporcional, nos termos do art. 40, § 1º, inciso I da Constituição Federal e do art. 27, inciso III, da Lei Complementar Municipal nº 023/2002, ao servidor IRNO JOSE BASTIAN, declara a vacância do cargo público, e dá outras providências.

O Prefeito Municipal DE VIDEIRA, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica e, à vista do que consta do Processo Administrativo INPREVID nº 018/2010,

DECRETA

Art. 1º Fica aposentado por invalidez, em caráter proporcional, nos termos do art. 40, § 1º, inciso I da Constituição Federal e do art. 27, inciso III, da Lei Complementar Municipal nº 023/2002, o servidor IRNO JOSE BASTIAN, inscrito no CPF 304.857.629-00, RG 1.702.356 e no PIS/PASEP nº 170.018.272.99, detentor da matrícula funcional nº 2102, ocupante do cargo de provimento efetivo de Agente de Serviços Gerais I, do Quadro de Pessoal da Administração Municipal, lotado na Secretaria Municipal de Administração.

Art. 2º Fica autorizado o pagamento dos proventos de aposentadoria em caráter proporcional, que corresponderá a 90,40% (noventa vírgula quarenta por cento) de sua remuneração-de-contribuição, observada a metodologia de cálculo prevista na Lei Federal nº 10.887/04, perfazendo a importância de R\$ 813,10 (oitocentos e treze reais e dez centavos), que serão mensalmente pagos pelo INPREVID.

Art. 3º Fica declarada a vacância do cargo acima especificado, na forma prevista no inciso III do art. 32 da Lei Complementar Municipal nº 007/97 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos a 31 de outubro de 2010, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 04 de novembro de 2010.
WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 04 dias do mês de novembro de 2010.
VALMOR LUIZ DALL'AGNOL
Secretário de Administração

Decreto Nº 9.562/10

DECRETO Nº 9.562/10, DE 04 DE NOVEMBRO DE 2010.

Concede Aposentadoria por Invalidez, em caráter proporcional, nos termos do art. 40, § 1º, inciso I da Constituição Federal e do art. 27, inciso III, da Lei Complementar Municipal nº 023/2002, ao servidor JOSE DE LOURDES NUNES, declara a vacância do cargo público, e dá outras providências.

O Prefeito Municipal DE VIDEIRA, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica e, à vista do que consta do Processo Administrativo INPREVID nº 020/2010,

DECRETA

Art. 1º Fica aposentado por invalidez, em caráter proporcional, nos termos do art. 40, § 1º, inciso I da Constituição Federal e do art. 27, inciso III, da Lei Complementar Municipal nº 023/2002, o servidor JOSE DE LOURDES NUNES, inscrito no CPF 527.898.459-72, RG 10/R 1.103.496 e no PIS/PASEP nº 108.610.492.49, detentor da matrícula funcional nº 1037, ocupante do cargo de provimento efetivo de Agente de Serviços Gerais I, do Quadro de

Pessoal da Administração Municipal, lotado na Secretaria Municipal de Infraestrutura.

Art. 2º Fica autorizado o pagamento dos proventos de aposentadoria em caráter proporcional, que corresponderá a 76,98% (setenta e seis vírgula noventa e oito por cento) de sua remuneração-de-contribuição, observada a metodologia de cálculo prevista na Lei Federal nº 10.887/04, perfazendo a importância de R\$ 719,18 (setecentos e dezenove reais e dezoito centavos), que serão mensalmente pagos pelo INPREVID.

Art. 3º Fica declarada a vacância do cargo acima especificado, na forma prevista no inciso III do art. 32 da Lei Complementar Municipal nº 007/97 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos a 31 de outubro de 2010, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 04 de novembro de 2010.
WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 04 dias do mês de novembro de 2010.
VALMOR LUIZ DALL'AGNOL
Secretário de Administração

Decreto Nº 9.566/10

DECRETO Nº 9.566/10, DE 04 DE NOVEMBRO DE 2010.

Abre Crédito Adicional para Suplementação das Dotações que Especifica o Orçamento Vigente e dá outras providências.

O Prefeito Municipal DE VIDEIRA, considerando o disposto na Lei nº 2.248/09, de 10 de dezembro de 2009.

DECRETA

Art. 1º Fica aberto, no Orçamento da Prefeitura Municipal de Videira, crédito adicional no valor de R\$ 28.000,00 (vinte e oito mil reais), à suplementação das seguintes dotações orçamentárias:

03 - Secretaria de Administração
03 - Segurança Pública
2.022 - Convênio Polícia Civil
3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.0155.155 15.000,00

11 - Secretaria Municipal de Turismo e Cultura
01 - Departamento de Turismo e Cultura
2.054 - Manutenção da Secretaria de Turismo e Cultura
3.3.90.00.00.00.00.00.0.3.0000.0 6.000,00

11 - Secretaria Municipal de Turismo e Cultura
01 - Departamento de Turismo e Cultura
2.057 - Manutenção da Banda Municipal
3.3.90.00.00.00.00.00.0.3.0000.0 2.000,00

14 - Fundo Rotativo Habitacional
01 - Fundo Rotativo Habitacional
2.061 - Manutenção do Fundo Rotativo Habitacional
3.3.90.00.00.00.00.00.0.3.0000.0 5.000,00

TOTAL DAS SUPLEMENTAÇÕES 28.000,00

Art. 2º A suplementação, a que se refere o artigo anterior, correrá à conta do superávit financeiro do exercício de 2009 e pelo excesso de arrecadação do exercício de 2010.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 04 de novembro de 2010.
WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 04 dias do mês de novembro de 2010.
VALMOR LUIZ DALL'AGNOL
Secretário de Administração

Portaria Nº 1377/10

PORTARIA nº 1377/10
Nomeia Assistente Social

O Prefeito Municipal DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no art. 72, XIII, da Lei Orgânica do Município, RESOLVE,
NOMEAR

DAGMAR SCHULTZ, tendo em vista sua aprovação no Concurso Público referente ao Edital nº 001/2008, para exercer o cargo de provimento efetivo de Assistente Social, nível CE12A, com carga horária de 40 horas semanais e remuneração de Lei, para ter exercício junto ao Município de Videira.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09.

Videira, 08 de novembro de 2010.
WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 08 dias do mês de novembro de 2010.
VALMOR LUIZ DALL'AGNOL
Secretário de Administração

Portaria Nº 1378/10

PORTARIA nº 1378/10
Exonera Servidor Municipal

O Prefeito Municipal DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE
Exonerar, ALTIVIR DENARDI, do cargo comissionado de Gerente Administrativo Financeiro, símbolo DAS-4, nomeado pela Portaria nº 0386/09.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, produzindo seus efeitos a partir de 1º de novembro de 2010.

Videira, 08 de novembro de 2010.
WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 08 dias do mês de novembro de 2010.
VALMOR LUIZ DALL'AGNOL
Secretário de Administração

Portaria Nº 1379/10

PORTARIA nº 1379/10

Nomeia Gerente de Equipe de Manutenção do Patrimônio Público

O Prefeito Municipal DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei nº 2.100/09, resolve;

NOMEAR

JEFERSON SCHULTZ, para exercer o cargo comissionado de Gerente de Equipe de Manutenção do Patrimônio Público, símbolo DAS-4, com carga horária de 40 horas semanais e remuneração de Lei, para ter exercício na Secretaria Municipal de Infraestrutura.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, produzindo seus efeitos a partir de 1º de novembro de 2010.

Videira, 08 de novembro de 2010.
WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 08 dias do mês de novembro de 2010.
VALMOR LUIZ DALL'AGNOL
Secretário de Administração

Portaria Nº 1380/10

PORTARIA nº 1380/10

Nomeia Chefe de Infraestrutura

O Prefeito Municipal DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei nº 2.100/09, resolve;

NOMEAR

ALTIVIR DENARDI, para exercer o cargo comissionado de Chefe de Infraestrutura, símbolo DAS-3, com carga horária de 40 horas semanais e remuneração de Lei, para ter exercício na Secretaria Municipal de Infraestrutura.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, produzindo seus efeitos a partir de 1º de novembro de 2010.

Videira, 08 de novembro de 2010.
WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 08 dias do mês de novembro de 2010.
VALMOR LUIZ DALL'AGNOL
Secretário de Administração

Portaria Nº 1381/10

PORTARIA nº 1381/10

Concede Licença Prêmio

O Prefeito Municipal DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no art. 102 do Estatuto dos Servidores Públicos e, à vista do que consta do Processo Administrativo nº 5289/10,

RESOLVE

Conceder Licença Prêmio de 03 (três) meses a LUCIANA OLIVEIRA PEREIRA, Agente Técnico Administrativo, E-PE-SAU-I, 04 de janeiro de 2011 até 04 de abril de 2011, referente ao quinquênio de 17

de dezembro de 2003 até 16 de dezembro de 2008.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, produzindo seus efeitos a partir de 04 de janeiro de 2011.

Videira, 08 de novembro de 2010.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 08 dias do mês de novembro de 2.010.

VALMOR LUIZ DALL'AGNOL

Secretário de Administração

Dispensa de Licitação Nº 52/2010 - FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE VIDEIRA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 52/10-FMS

O Município de Videira, através do Fundo Municipal de Saúde, comunica a homologação dos seguintes atos:

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 52/10-FMS

HOMOLOGAÇÃO: 09/11/2010

OBJETO: AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS E OUTROS MATERIAIS RELACIONADOS AO TRATAMENTO DE SAÚDE, OS QUAIS SERÃO DISTRIBUÍDOS PARA OS PACIENTES CARENTES.

FORNECEDOR DIRETO: FARMÁCIA E DROGARIA SOMENSI LTDA.

Valor R\$: 2.821,81 (dois mil, oitocentos e vinte e um reais e oitenta e um centavos)

FUNDAMENTO: Art. 24, inciso IV da Lei de Licitações.

Videira - SC, 09 de Novembro de 2010.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

PR 186/2010 - PMV

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE VIDEIRA

PREGÃO PRESENCIAL Nº 186/2010 - PMV

O Prefeito Municipal torna público que fará realizar o Pregão Presencial nº 186/2010.

1. OBJETO: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS IMPRESSOS PARA SEREM UTILIZADOS NO DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO, POLÍCIA MILITAR E BOMBEIROS.

2. TIPO: MENOR PREÇO UNITÁRIO

3. CREDENCIAMENTO: a partir das 16:00 horas do dia 29 de Novembro de 2010, na Avenida Manoel Roque, nº 188, Videira/SC.

4. ABERTURA: às 16:15 horas do mesmo dia.

5. OBTENÇÃO DO EDITAL: O Edital completo está disponível no site www.videira.sc.gov.br ou no Departamento de Licitações, no horário das 12:30 às 18:30.

6. INFORMAÇÕES: Através dos telefones (49) 3566-9034/3566-9012.

Videira/SC, 09 de Novembro de 2010.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

PR 77/2010 - FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE VIDEIRA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

PREGÃO PRESENCIAL Nº 77/2010 - FMS

O Prefeito Municipal, através do Fundo Municipal de Saúde, torna público que fará realizar o Pregão Presencial nº 77/2010 - FMS.

1. OBJETO: AQUISIÇÃO DE AUTOCLAVE PARA SER UTILIZADO NO PRONTO ATENDIMENTO MÉDICO AMBULATORIAL - PAME 24 HORAS E UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE DA SECRETARIA DE SAÚDE.

2. TIPO: MENOR PREÇO UNITÁRIO.

3. CREDENCIAMENTO: a partir das 16:00 horas do dia 26 de Novembro de 2010, na Avenida Manoel Roque, nº 188, Videira/SC.

4. ABERTURA: às 16:15 horas do mesmo dia.

5. OBTENÇÃO DO EDITAL: O Edital completo está disponível no site www.videira.sc.gov.br ou no Departamento de Licitações, no horário das 12:30 às 18:30.

6. INFORMAÇÕES: Através dos telefones (49) 3566-9034/3566-9012.

Videira/SC, 09 de Novembro de 2010.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Pregão Presencial Nº 78/2010 - FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE VIDEIRA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

PREGÃO PRESENCIAL Nº 78/2010 - FMS

O Prefeito Municipal, através do Fundo Municipal de Saúde, torna público que fará realizar o Pregão Presencial nº 78/2010 - FMS.

1. OBJETO: AQUISIÇÃO DE APARELHOS DE AR CONDICIONADO PARA A SALA DO PROGRAMA DST/HIV/AIDS DA SECRETARIA DE SAÚDE.

2. TIPO: MENOR PREÇO UNITÁRIO.

3. CREDENCIAMENTO: a partir das 14:00 horas do dia 29 de Novembro de 2010, na Avenida Manoel Roque, nº 188, Videira/SC.

4. ABERTURA: às 14:15 horas do mesmo dia.

5. OBTENÇÃO DO EDITAL: O Edital completo está disponível no site www.videira.sc.gov.br ou no Departamento de Licitações, no horário das 12:30 às 18:30.

6. INFORMAÇÕES: Através dos telefones (49) 3566-9034/3566-9012.

Videira/SC, 09 de Novembro de 2010.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Consórcios Públicos

CIDEMA

Pregão Eletrônico Nº: 01/2010

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº: 01/2010

Tipo: Menor Preço/Por Item

Objeto: AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS CONFORME ESPECIFICAÇÕES CONSTANTES NO ANEXO I DO EDITAL.

Rege a presente licitação, a Lei Federal 10.520/02, a Lei Federal nº 8.666/93, observadas as alterações posteriores e demais legislações aplicáveis.

Recebimento das Propostas: das 09:00h do dia 12/11/2010, às 09:30h do dia 26/11/2010.

Início da Sessão Pública do Pregão: às 10:00h do dia 26/11/2010, no endereço eletrônico www.cidadecompras.com.br, horário de Brasília - DF.

Poderão participar da licitação pessoas jurídicas que atuam no ramo pertinente ao objeto licitado, observadas as condições constantes do edital.

O Edital completo poderá ser obtido pelos interessados no endereço eletrônico do provedor do pregão eletrônico - Cidade Compras - www.cidadecompras.com.br.

As dúvidas pertinentes a presente licitação poderão ser esclarecidas da seguinte maneira:

Telefone: (49) 3319-3232

E-mail: pauloutzig@amosc.org.br

Endereço: Avenida Getúlio Vargas, 571-S, Centro, Chapecó - SC.

CHAPECÓ, 11 de novembro de 2010

PAULO UTZIG

Pregoeiro CIDEMA

ANTONIO DOMINGOS FERRARINI

Presidente do CIDEMA